



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
Instituto de Letras  
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**CIDADÃOS E CIDADÃS EM SITUAÇÃO DE RUA:  
UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DA QUESTÃO SOCIAL**

Décio Bessa da Costa

Brasília  
2009

Décio Bessa da Costa

**CIDADÃOS E CIDADÃS EM SITUAÇÃO DE RUA:  
UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DA QUESTÃO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães

Brasília  
2009

Décio Bessa da Costa

**CIDADÃOS E CIDADÃS EM SITUAÇÃO DE RUA:  
UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DA QUESTÃO SOCIAL**

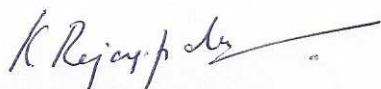
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Aprovada em 24 de setembro de 2009.

**Banca Examinadora**



**Prof.ª. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães** (LIP / UnB; UFC – orientadora) – Presidente



**Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan** (IEL / Unicamp) – Membro



**Prof.ª. Dra. Potyara Amazoneida Pereira Pereira** (SER / UnB) – Membro



**Prof. Dr. André Ricardo Nunes Martins** (Nelis / Ceam / UnB) – Membro



**Prof.ª. Dra. Maria Christina Diniz Leal** (LIP / UnB) – Membro

**Prof.ª. Dra. Rachael Anneliese Radhay** (LIP / LET / UnB) – Suplente

## **Dedicatória**

Às cidadãs e aos cidadãos em situação de rua.

## **Agradecimentos**

a **DEUS**.

À minha esposa, Karina, por ser a pessoa tão especial que é, pelo prazer de nossa convivência, pelas dificuldades enfrentadas no dia a dia, pelos sonhos do presente e do futuro, pelo seu indescritível apoio em cada passo do percurso para que esta tese ganhasse existência. ‘TAL’!

À minha filha, Isabelle. Ah... se você soubesse o tamanho do amor sem tamanho que sinto por você... que por não ter tamanho acolherá da mesma forma a quem mais vier para esta família.

À minha mãe, D. Maria, por seu amor, por ser uma guerreira, por ser um exemplo. Este trabalho também é resultado de todos os seus anos de trabalho.

À minha irmã, Guilhermina Elisa, por ser meu terno abraço fraterno, minha professora, um amor de pessoa. Uma mulher-menina que leva alegria por onde passa, que tem inteligência e força exemplares.

A Gilvan e Giovanni, pessoas mais que especiais na minha vida.

À Marta, Santana, Eliana e Danda, por tudo e mais alguma coisa. Amo vocês.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e à comunidade acadêmica do Campus X, pelo apoio recebido, pelos sonhos de futuro.

À profa. Izabel, por tamanho profissionalismo e pela confiança que gera confiança, meu respeito e grande consideração. Este país tem uma grande formadora de formadores/as.

Ao prof. Rajagopalan, profa. Potyara, profa. Maria Christina, prof. André e profa. Rachael, por aceitarem o convite para compor a Comissão Examinadora desta tese, pelas críticas e sugestões ao trabalho, pelo compartilhar de conhecimentos.

A docentes, discentes, servidores e servidoras do PPGL, meu carinho e alegria por ter convivido com vocês.

Às/aos participantes da pesquisa, pela receptividade e pelo diálogo frutífero.

À família Pibatef pelos braços e abraços e tantos joelhos abençoados.

À Liana e Ronaldo Barros, por tantos desafios vividos e sonhados, por tanto apoio, por tantas conversas, por tantas aulas e debates, pelos desejos compartilhados de democracia e justiça social.

A Ronaldo Lima, pensador e amigo, pelos debates, estudos, conversas, etc., etc., etc.

À Denise, Ribamar, Tatiana, Sandro, Carmem, Luzia, Elcivanni, Luciane, Guilherme, Bosco, Lucia Lopes, Vivianes, Cecília, Cida, Marta, Christine, pelo companheirismo no ambiente acadêmico, pelo apoio mesmo quando não havia condições de apoiar e mesmo assim apoiavam-me, e principalmente pela amizade para uma vida.

À turma do CEAM, companhia sempre amistosa. À Valéria, Yuzan, Júnior e Lena, pelo dia a dia e noite a noite.

Ao Sr. André, D. Anilza, Andréia, Adriano, Marcela e bebê, por todo o carinho e atenção.

A Grande (Cristinival) e Bete, Eliseu e Ivete, casais superespeciais na minha vida.

Às queridas e queridos que oraram por mim.

Às/aos eternas/os colegas: Fabiana, Morena, Tarcísio, Glória, Isaías, Rubecleuza, Emerson.

A estudantes que me fizeram professor, que me ensinaram tantas coisas, que me mostraram o valor da educação, que me impulsionaram ao aperfeiçoamento para ser o que preciso ser em minha profissão: um bom professor, um bom pesquisador, um bom trabalhador em equipe e, por tudo isso, um bom aprendiz.

A Felipe, Fernanda e Amanda, pela ligação tão próxima mesmo nos silêncios.

A Sullivan e Darlan, com quem compartilhei sonhos, com quem pensei a vida.

A Andherson, Gláucia, Davi e Rebeca; Saimon, Margareth, Raquel e bebê, por estarem perto na distância, às vezes longe na proximidade, mas sempre no coração.

A pessoas especiais como Olinda, Arrio, Elie, Bayron, Gizza, Will, Kemily, Meire, Fernando, Cristiano, Adenilda, Cleisa, David.

Aos amados amigos e amadas amigas, por serem o que são.

A você que está lendo este trabalho, pelo interesse em um diálogo e em transformações.

## Resumo

Esta pesquisa tem como propósito estudar o ‘discurso’ e sua atuação relativa a uma das manifestações da ‘questão social’ – a problemática que envolve os ‘cidadãos e as cidadãs em situação de rua’. Para isso, foram analisadas materialidades linguísticas (e de outras semioses) de cinco textos de circulação nacional, dos gêneros ‘Constituição’, ‘charge eletrônica’, ‘notícia’ e ‘notícia televisiva’; veiculados no site *www.charges.com.br*, na *Folha de S.Paulo*, na revista *Veja* e no *Jornal Nacional*. Também faz parte do *corpus* 20 entrevistas semiestruturadas. O arcabouço teórico do estudo está vinculado ao programa de pesquisa da Análise de Discurso Crítica (Wodak e Meyer, 2009), fundamentando-se principalmente na abordagem dialético-relacional de Fairclough (trad. 2001, 2003, 2009) e no trabalho de Chouliaraki e Fairclough (1999) que faz uma aproximação com a Ciência Social Crítica dentro de uma perspectiva que é desenvolvida nesta pesquisa: a investigação de aspectos semiótico-discursivo-sociais. Desenvolvendo uma pesquisa qualitativa, dentro dos pressupostos metodológicos dessa abordagem em Análise de Discurso Crítica, o discurso é compreendido como um dos elementos das práticas sociais. Os textos são analisados por meio das categorias: gênero, intertextualidade, escolha / significado lexical, representação de agentes sociais e interdiscursividade. A ideologia é examinada no *corpus* considerando principalmente o trabalho de Thompson (1995). Para possibilitar uma prática inter/transdisciplinar, desenvolveu-se uma discussão sobre ‘questão social’, ‘exclusão social’ e ‘situação de rua’. Os resultados encontrados indicam o importante papel do discurso em processos sociais, a validade dos estudos críticos da linguagem para abordar a problemática social vivenciada pelas pessoas em situação de rua, a responsabilidade de designar essas pessoas como cidadãs e cidadãos assegurando-lhes seus direitos até mesmo pela forma de nomeação dentro de nosso sistema democrático. Constatou-se que a ‘exclusão social’ traz consigo, em seu próprio nome e nos nomes que a acompanham, uma descrição ‘excludente’ de sociedade. Propõe-se, assim, a não utilização do termo ‘exclusão social’, por entender que cidadãos e cidadãs do Brasil, em situação de rua ou não, fazem parte da mesma sociedade. Dessa forma, somos responsáveis diante do problema social evidenciado.

*Palavras-chave:* discurso, questão social, cidadania, situação de rua, ideologia.

## Abstract

The aim of this research is to study the ‘discourse’ and its action on one of the manifestations of the ‘social question’ – the situation of citizens who are living on the streets. Thus, five nationally widespread texts are analysed on its linguistic and other semiotic aspects. The texts cover the following genres: ‘The Brazilian Constitution’, ‘electronic cartoon’ (published on the site *www.charges.com.br*), ‘news’ (on the newspaper *Folha de S.Paulo*; on the weekly magazine *Veja*) and ‘TV news’ (on *Jornal Nacional*). Further, 20 semi-structured interviews were conducted with research participants. The theoretical framework of this study is affiliated to the Critical Discourse Analysis programme (Wodak and Weyer, 2009), based mainly upon the theoretical work drawn up by Fairclough (1992, 2003, 2009 – dialectical-relational approach) and Chouliaraki and Fairclough (1999). These authors also draw upon Critical Social Science, which is considered in this research too in its relation to linguistic-discursive issues. Given this study’s qualitative nature and its adherence to the dialectical-relational approach of Critical Discourse Analysis methodological precepts, it considers discourse as an element of social practices. The texts are analysed according to: genre, intertextuality, lexical selection/meaning, representation of social agents and interdiscursivity. The aspects of ideology studied in the corpus is based mainly upon Thompson (1995). In order to move towards an inter/transdisciplinary practice, discussions on ‘social question’, ‘social exclusion’ and ‘the situation of citizens who are living on the streets’ are developed. The conclusions of this research indicate: the important role that discourse plays in social processes, the value of critical language studies in analysing the social problem which is investigated in this research, the responsibility for recognizing the citizenship of the people that are living on the street by ensuring their rights on a democratic system until on the names they are called. Moreover, it becomes evident that the ‘social exclusion’ (either considering the expression itself or any of its synonyms) makes a problematic description of society. Thus, the proposition is avoid using this term, by understanding that citizens of Brazil are part of the same society, whether they are living on the streets or not. Consequently, we have responsibilities in relation to this social problem.

*Key words:* discourse, social question, citizenship, street, ideology.



## Convenções para transcrição

Ocorrência	Sinais
Pausa mais longa	...
Truncamento	/
Incompreensível ou retirado para não identificar o/a participante	[...]
Comentários do transcritor	((minúsculas))
Prolongamento de vogal	:: ou :::

## Lista de ilustrações

### Lista de figuras

Figura 1: <i>Estratégias de pesquisa e vínculos teóricos</i> .....	37
Figura 2: <i>Síntese teórica</i> .....	43
Figura 3: <i>Cenários variados de cidadania moderna</i> .....	70
Figura 4: <i>População em situação de rua por idade</i> .....	77
Figura 5: <i>Último local de moradia: área</i> .....	81
Figura 6: <i>Impedimentos de entrada em locais ou de realização de atividades</i> .....	83
Figura 7: <i>Pesquisa empírica como um processo circular</i> .....	99
Figura 8: <i>Resumo do procedimento de planejamento e preparação para entrevistas qualitativas</i>	114
Figura 9: <i>Triangulação de dados</i> .....	118
Figura 10: <i>Triangulação de gêneros discursivos</i> .....	118
Figura 11: <i>Triangulação de instituições de mídia</i> .....	118
Figura 12: <i>Triangulação de participantes</i> .....	118
Figura 13: <i>Triangulação de tempo</i> .....	118
Figura 14: <i>Na delegacia</i> .....	141
Figura 15: <i>Diferenciações sociais</i> .....	144
Figura 16: <i>O ‘reino’</i> .....	157
Figura 17: <i>Lula – ‘elemento coesivo’</i> .....	160

## Lista de quadros

Quadro 1: <i>Modos de operação da ideologia</i> .....	28
Quadro 2: <i>Recontextualização da LSF na ADC</i> .....	41
Quadro 3: <i>Recortes analíticos da ‘exclusão social’</i> .....	60
Quadro 4: <i>Locais utilizados para banho e necessidades fisiológicas</i> .....	82
Quadro 5: <i>Designações pejorativas contra cidadãos e cidadãs em situação de rua</i> .....	88
Quadro 6: <i>Tipos de triangulação</i> .....	95
Quadro 7: <i>Busca no Jornal Nacional</i> .....	109
Quadro 8: <i>Participantes da pesquisa que foram entrevistados/as</i> .....	111
Quadro 9: <i>Constituição – características e estrutura</i> .....	123
Quadro 10: <i>Constituição – escala, estabilização, homogeneização</i> .....	124
Quadro 11: <i>Constituição – cadeia de gêneros</i> .....	125
Quadro 12: <i>Direitos Humanos e Constituição – intertextualidade</i> .....	127
Quadro 13: <i>CE – características e estrutura</i> .....	136
Quadro 14: <i>CE – escala, estabilização, homogeneização</i> .....	137
Quadro 15: <i>CE – cadeia de gêneros</i> .....	137
Quadro 16: <i>Tratamento entre os agentes sociais</i> .....	142
Quadro 17: <i>Notícia – características e estrutura</i> .....	148
Quadro 18: <i>Notícia – escala, estabilização, homogeneização</i> .....	149
Quadro 19: <i>Notícia – cadeia de gêneros</i> .....	150
Quadro 20: <i>Agentes sociais na notícia da Veja</i> .....	155
Quadro 21: <i>agentes sociais envolvidos em entrevistas</i> .....	180
Quadro 22: <i>Entrevista semiestruturada – características e estrutura</i> .....	181
Quadro 23: <i>Entrevista semiestruturada – cadeia de gêneros</i> .....	182

## Lista de tabelas

Tabela 1: <i>Cidadãos e cidadãs em situação de rua segundo a escolaridade</i> .....	78
Tabela 2: <i>Último município de moradia</i> .....	81
Tabela 3: <i>Posse de documentos de identificação</i> .....	83

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	13
<b>Capítulo 1 – Fundamentação teórica</b> .....	21
1.1 Discurso .....	21
1.2 Práticas sociais .....	24
1.3 Ideologia.....	26
1.4 Análise de discurso crítica – ADC.....	31
1.4.1 Categorias analíticas .....	46
1.4.1.1 Gênero discursivo.....	46
1.4.1.2 Intertextualidade.....	47
1.4.1.3 Significado lexical.....	48
1.4.1.4 Representação de agentes sociais.....	49
1.4.1.5 Interdiscursividade.....	50
<b>Capítulo 2 – Cidadãos e cidadãs em situação de rua</b> .....	53
2.1 A questão social.....	53
2.1.1 Exclusão social?.....	56
2.2 Cidadãos e cidadãs em situação de rua .....	74
2.2.1 Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.....	74
2.2.2 A situação de rua.....	84
<b>Capítulo 3 - Metodologia</b> .....	93
3.1 Pesquisa qualitativa.....	93
3.2 Análise de discurso crítica – ADC.....	99
3.2.1 Análise de discurso textualmente orientada – ADTO.....	100
3.2.2 Uma proposta metodológica em ADC.....	101
3.3 O <i>corpus</i> e o percurso da pesquisa.....	104
3.3.1 Dados coletados.....	104
3.3.1.1 Partes da Constituição Federal e textos da mídia.....	105
3.3.2 Dados gerados.....	110
3.3.2.1 Entrevistas.....	112
3.3.3 Análise dos dados.....	116
<b>Capítulo 4 - Análise de dados coletados</b> .....	121
4.1 Constituição Federal.....	121
4.1.1 Constituição – um gênero discursivo.....	122
4.1.2 Constituição – intertextos .....	125
4.1.3 Significado lexical.....	127

4.1.4	Representação de agentes sociais.....	129
4.1.5	Práticas sociais e interdiscurso.....	130
4.2	Charge eletrônica.....	134
4.2.1	Charge eletrônica (CE) – um gênero discursivo.....	135
4.2.2	Charge eletrônica – análise intertextual.....	138
4.2.3	Significado lexical.....	139
4.2.4	Representação de agentes sociais.....	141
4.2.5	Interdiscursividade e práticas sociais .....	144
4.3	Notícia da revista <i>Veja</i> .....	147
4.3.1	O gênero discursivo ‘notícia’ na <i>Veja</i> .....	147
4.3.2	Uma notícia de <i>Veja</i> e sua intertextualidade.....	151
4.3.3	Escolha lexical.....	153
4.3.4	Agentes sociais e sua representação na notícia da <i>Veja</i> .....	155
4.3.5	Discursos da prática social na notícia da <i>Veja</i> .....	156
4.4	Notícia do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> .....	158
4.4.1	O gênero discursivo ‘notícia’ na <i>Folha de S.Paulo</i> .....	159
4.4.2	Intertextos em notícia da <i>Folha de S.Paulo</i> .....	160
4.4.3	Significado de palavras.....	162
4.4.4	A representação de agentes sociais na notícia da <i>Folha de S.Paulo</i> .....	164
4.4.5	Interdiscurso na notícia da <i>Folha de S.Paulo</i> e a prática social.....	165
4.5	Notícia do <i>Jornal Nacional</i> .....	167
4.5.1	‘Notícia televisiva’ como gênero.....	167
4.5.2	Entrecruzamento de textos.....	169
4.5.3	Palavra e sentido.....	170
4.5.4	Representação de agentes sociais na notícia televisiva.....	172
4.5.5	Práticas sociais e suas relações discursivas.....	173
4.6	Considerações preliminares.....	175
	<b>Capítulo 5 - Análise de dados gerados</b> .....	179
5.1	Entrevistas.....	179
5.1.1	Gênero discursivo: entrevista.....	179
5.1.2	Intertextualidade.....	183
5.1.3	Escolhas lexicais.....	189
5.1.4	Práticas sociais e interdiscurso.....	197
5.1.5	Representação de agentes sociais.....	207
5.2	Considerações preliminares.....	214

<b>Considerações finais</b> .....	217
<b>Referências</b> .....	228
<b>Apêndices</b> .....	245
Apêndice A – <i>E-mail</i> encaminhado ao MDS sobre a minuta da Política Nacional.....	246
Apêndice B – <i>E-mail</i> encaminhado ao MDS sobre a Consulta Pública da Política Nacional.....	249
Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	253
<b>Anexos</b> .....	254
Anexo A – Entrevista 1 – Meire (representante do MDS).....	255
Anexo B – Entrevista 2 – Breno (representante do MTE).....	261
Anexo C – Entrevista 3 – Vânia (representante do MEC).....	265
Anexo D – Entrevista 4 – Ivanildo e Alda (representantes do MCidades).....	270
Anexo E – Entrevista 5 – Ana (representante do Ministério da Saúde - MS).....	276
Anexo F – Entrevista 6 – Camila (representante do MinC).....	279
Anexo G – Entrevista 7 – Fernanda (representante da SEPPIR).....	287
Anexo H – Entrevista 9 – Luiza (promotora).....	291
Anexo I – Entrevista 10 – João (deputado federal).....	295
Anexo J – Entrevista 11 – Célia (assistente social).....	301
Anexo K – Entrevista 12 – Gilda (médica).....	306
Anexo L – Entrevista 13 – José (médico).....	310
Anexo M – Entrevista 14 – Valdenor (policial).....	314
Anexo N – Entrevista 15 – Raquel (comerciante).....	318
Anexo O – Entrevista 16 – Carlos (comerciante).....	320
Anexo P – Entrevista 17 – Júlia (estudante).....	323
Anexo Q – Entrevista 18 – Daniel (estudante).....	326
Anexo R – Entrevista 19 – Érica (transeunte).....	329
Anexo S – Entrevista 20 – Pedro (transeunte).....	332
Anexo T – Charge eletrônica: “Cotidiano – Enquanto isso na delegacia...”.....	334
Anexo U – Revista Veja: “Começou a faxina”.....	336
Anexo V – Folha de S.Paulo: “Lula critica delegado da PF e defende Mercadante”.....	338
Anexo W – Jornal Nacional: “Governo vai cortar despesas”.....	340
Anexo X – J. Nacional: “Lula diz que fim da CPMF será compensada com cortes nas despesas”...	341
Anexo Y – Questionário Censitário da Pesquisa Nacion. sobre a População em Situação de Rua...	344
Anexo Z – Questionário Amostral da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua...	345

## Introdução

Prezada leitora e prezado leitor<sup>1</sup>, o interesse em desenvolver esta pesquisa certamente tem razões pessoais, subjetivas. As inquietações / provocações para tratar de um tema social podem situar-se, também, na ‘objetividade’ de um olhar acadêmico para a questão social, fazendo parte, assim, do resultado das discussões em um programa de pesquisa que pretende lançar luz em pontos obscurecidos de problemas sociais por meio do estudo da linguagem, do estudo do discurso – a Análise de Discurso Crítica (ADC). Esse processo acadêmico-subjetivo pode ser datado oficialmente a partir do momento em que protocolei meu projeto de pesquisa para a seleção de doutorado. Contudo, a história não se inicia com documentos prontos.

Desde minha infância, ver pessoas em situação de rua ou pessoas que pediam algum tipo de ajuda material (nas ruas ou na porta de minha casa) fazia-me questionar o problema, mas não havia respostas. Seja em Teixeira de Freitas (BA) ou em São Paulo (SP) a situação de rua se fazia presente; para mim, inquietações; para as pessoas em situação de rua, condições de vida muito complexas.

Minha chegada a Brasília para desenvolver estudos de pós-graduação é marcada pelos grandes contrastes que existem neste país e que se materializam na Capital Federal de maneira evidente. A ‘grandiosidade’ arquitetônico-urbanística da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes pode ser visualizada da Rodoviária, lugar em que crianças em situação de rua dormem no chão, onde pessoas pedem ajuda financeira para poderem alimentar-se, de onde é possível visualizar profissionais recicladores e recicladoras em suas carroças com crianças<sup>2</sup>, ou a pé, passando ao lado de pessoas em carros de altíssimo custo financeiro, vestidas com roupas caríssimas<sup>3</sup>.

No caminho para a Universidade, havia pessoas que ocupavam ‘espaços de Brasília’ em barracos de lona. Barracos que em breve seriam ‘retirados’ por ordem das pessoas que coordenavam o Governo do Distrito Federal e talvez isso aparecesse em algum veículo de comunicação. Depois os barracos reapareciam, não sei dizer se eram das mesmas pessoas ou de outras. O que sei é que o problema social não era resolvido, nem o desejo que tinham de ‘escondê-lo’ era satisfeito, pois a grave situação persistia – visível, evidente. Mesmo com essa realidade contextual, ouvi algumas pessoas dizendo com orgulho que Brasília era

---

<sup>1</sup> O uso do ‘masculino genérico’ não é a opção deste trabalho.

<sup>2</sup> No colo, em meio aos materiais recicláveis, ou no ventre materno.

<sup>3</sup> O preço das roupas não é excessivo (na maioria dos casos) por conta dos materiais utilizados, nem por conta dos serviços de produção – paga-se o valor simbólico das ‘grifes’.

praticamente uma cidade de ‘primeiro-mundo’. Questionava-me: o que é ‘primeiro mundo’? ‘Primeiro mundo’ de quem? ‘Primeiro mundo’ para quem?

O termo ‘morador de rua’ ecoava em textos da mídia ou de conversas do dia a dia, além de estar presente nas publicações de pesquisas acadêmicas. Junto a ele geralmente vinha a ‘exclusão’ ou a ‘exclusão social’. Por tantas vezes percebi que esses termos eram respostas cabais para o problema social. Como? Da seguinte forma, se alguém pergunta: porque existem ‘moradores de rua’? A resposta é rápida e ‘inquestionável’: por causa da ‘exclusão social’. Eles são ‘excluídos’ da sociedade. Nesse sentido, o contraponto poderia ser falar em ‘inclusão social’. De qualquer forma, não se explica o que é ‘exclusão’, nem se discute cotidianamente quem é que exclui, nem o porquê, nem o para quê da suposta existência da exclusão social.

Tudo isso propiciou o seguinte título para a tese: *Discurso e exclusão social de moradores/as de rua*. Um título denso, objetivo e ‘elegante’ – abri mão disso por razões de maior valor<sup>4</sup>. Por meio de diversas leituras e reflexões, comecei um processo que denominei de ‘o caminhar das aspas’. Empregava aspas para tratar de ‘moradores e moradoras’ com a intenção de já colocar o questionamento quanto ao termo no título do trabalho. Depois resolvi que iria identificar os cidadãos e cidadãs em situação de rua como ‘cidadãos e cidadãs em situação de rua’. Não quis tratar de ‘cidadania’ no título, quis identificar as pessoas de uma das maneiras que mais pudesse distinguir seus valores dentro de um sistema democrático, objetivando também destacar o caráter humano no sistema político-econômico em que estamos, pois a ‘humanidade’ é reconhecida burocrático-institucionalmente por meio da ‘cidadania’.

As aspas, assim, passaram para a ‘exclusão social’. Entendi, antes mesmo do início da pesquisa, que era necessário questionar o termo. A partir do desenvolvimento dos trabalhos, decidi que não iria destacá-lo no título. As razões serão percebidas no decorrer da leitura. Então, a ‘questão social’ ganhou visibilidade, bem como o programa de pesquisas em ADC. Sendo assim, na caminhada da elaboração do título da tese<sup>5</sup>, as aspas foram ficando para trás. As mudanças sociais pretendidas deveriam começar também com minhas ações / decisões.

Nesse trajeto, fica evidente que não procurei textos ou argumentos que justificassem minhas compreensões iniciais, nem me mantivessem ‘amarrado’ a elas. Se fosse assim, o título teria permanecido o mesmo e seria sustentado por toda uma argumentação da tese, que seria circular. Qualquer movimento parte de um ponto, mas o ponto no qual eu pretendia chegar não estava perfeitamente claro no início ou mesmo durante o processo investigativo.

---

<sup>4</sup> A apresentação de um trabalho sobre exclusão social e ADC foi uma oportunidade de debate (Bessa, 2008a).

<sup>5</sup> Momentos que demandam muita reflexão.

Ao mesmo tempo em que isso gerava tensão, também abria possibilidades de novos olhares. Olhares que poderiam encontrar a novidade, encontrar o óbvio<sup>6</sup> – aquilo que não se vê<sup>7</sup>, mas depois que é identificado recebe a avaliação de que era evidente<sup>8</sup>.

O interesse em investigar discursivamente a problemática que é vivenciada por tantas pessoas é motivado essencialmente pelo desejo de transformação, o desejo de contribuir de alguma maneira. Nesse trajeto, pensando em linguagem e pensando em sociedade, o direcionamento e desenvolvimento deste trabalho deram-se na busca delimitada de atingir três objetivos nos estudos linguístico-discursivo-sociais:

1. Examinar relações intertextuais e os modos de agir comunicativamente por meio de diferentes gêneros em textos<sup>9</sup> da mídia, em documento oficial e em entrevistas que se relacionam a cidadãos e cidadãs em situação de rua;
2. Investigar a manutenção/transformação dos discursos relacionados à situação de rua por meio da análise de textos e das redes de práticas sociais, também considerando a perspectiva ideológica;
3. Dar visibilidade a discursos que sustentam a existência da situação de rua e à condição em que vivem os cidadãos e cidadãs que enfrentam esse problema, considerando a correlação dos aspectos discursivos juntamente com outros elementos das práticas sociais.

Considerando esses objetivos, foram elaboradas as seguintes questões de pesquisa:

1. Quais são as ações discursivas<sup>10</sup> dos diferentes gêneros e das marcas intertextuais em textos da mídia, em documento oficial e em entrevistas que se relacionam e correlacionam a cidadãos e cidadãs em situação de rua?
2. Como a problemática social da situação de rua é construída / representada em textos e qual é a construção / representação que recebem os cidadãos e cidadãs que estão vivendo nessa condição?

<sup>6</sup> Boaventura S. Santos (2009) apresentou uma discussão sobre o óbvio, comentando que é difícil achar o ‘ovo de Colombo’, mas depois que se acha, diz-se que é fácil.

<sup>7</sup> Ou poucas pessoas veem.

<sup>8</sup> Que bom será se essas evidências forem consideradas, talvez o óbvio possa mudar condições sociais que obviamente estão equivocadas.

<sup>9</sup> Entendendo ‘texto’ como “a dimensão semiótico-discursiva de eventos sociais” (Fairclough, 2009), “a materialidade linguística e semiótica das práticas sociais” (Magalhães, 2006), e como “um ‘membro’ de um gênero” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, 144 p.).

<sup>10</sup> Uso o termo ‘ações discursivas’ no sentido de (inter)agir comunicativamente por meio da linguagem. O estudo de como o ‘discurso’ é um modo de ação realizado por meio de gêneros, de textos e intertextos. Ver Capítulo 1.



3. Quais são os discursos que sustentam socialmente o fato de existirem cidadãos e cidadãs em situação de rua?

As respostas para essas perguntas perpassam todos os capítulos da tese, desde as discussões teóricas até as análises, apresento os resultados de maneira breve nas considerações finais, mesmo sabendo que as respostas apresentadas no processo são muito mais completas e capazes de contribuir para reflexões, críticas e, principalmente, ações.

Os diversos conceitos que são utilizados nesta introdução, sem o registro dos respectivos sentidos, são apresentados a partir do Capítulo 1. É nesse capítulo que trato da fundamentação teórica que está mais ligada a linguística, mas que aborda aspectos discursivos da linguagem considerando também em seus pressupostos conhecimentos das ciências sociais<sup>11</sup>. Assim, apresento uma discussão sobre ‘discurso’, ‘práticas sociais’ e ‘ideologia’ que vai nortear todo o desenvolvimento da tese. Depois, apresento uma breve história da ADC, suas concepções em uma perspectiva internacional, conceitos centrais, agenda de pesquisa, desafios e críticas para esse programa de pesquisa, bem como diferentes abordagens que podem ser empregadas. Nesse mesmo caminho, registro teorizações da abordagem de ADC que utilizo de modo central na tese e apresento, na sequência, as principais categorias analíticas que emprego para desenvolver as análises.

Deixo para as considerações finais as minhas tentativas de contribuir com o desenvolvimento teórico apresentado, pois foi por meio das aplicações e reflexões no decorrer do processo de pesquisa que tanto potencialidades quanto limitações teórico-metodológicas foram percebidas.

No Capítulo 2, comento sobre ‘questão social’ e dentro dela trato daquilo que tem sido denominado como ‘exclusão social’, discutindo também essa própria designação. Este trabalho pretendeu ser transdisciplinar, nele discuto conhecimentos produzidos pelas ciências sociais e estabeleço contrapontos com diferentes olhares dentro da mesma área, pensando conjuntamente o papel da linguagem nas práticas de ‘descrição’ de processos sociais. Sem evidenciar nomenclaturas linguístico-discursivas (mas tendo-as como um dos arcabouços epistemológicos), busco estabelecer uma reflexão sobre como se estabelecem construções negativas para seres humanos pelo ‘poder’ da ‘descrição’ científica. Poder que se efetiva muitas vezes naquilo que se diz sobre ‘outrem’ e não exatamente sobre ‘semelhantes humanos’, que, no caso específico de cidadãos e cidadãs em situação de rua, fazem parte da

---

<sup>11</sup> Por isso a ADC atua como uma ‘interdisciplina’ e algumas abordagens pretendem que essa interdisciplina proceda transdisciplinarmente.

mesma sociedade na qual o conhecimento científico é produzido. Assim, muitas ‘descrições’ tornam-se conhecidas no âmbito científico e passam a ser utilizadas; as interconexões com a mídia propiciam a popularização da ciência; disseminadas socialmente, ‘categorias’ atuam como ‘noção’ e resultam em sua aplicação, muitas vezes não reflexiva, pela sociedade e retornam para as Universidades em um movimento circular (ou espiralar) – não foi isso que aconteceu comigo quando optei por olhar a situação de rua como ‘exclusão social’? Não é a ‘moda’ do momento, falar em ‘exclusão social’ e em ‘inclusão social’?

Dados sobre a ‘Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua’ também estão presentes no Capítulo 2. Um dos focos de minha apresentação das informações é realmente quantitativo, destaco uma amostragem nacional relacionada ao problema – o que é relevante para esta tese por colaborar com seu caráter essencialmente qualitativo. Contudo, não me ausento de discutir alguns dos dados, nem mesmo de refletir criticamente sobre a pesquisa, suas metodologias e as formas de apresentar os resultados. Acrescento uma breve discussão sobre a situação de rua, baseando-me em trabalhos recentes que abordam o problema; conhecimentos que também fundamentam as análises discursivo-sociais empreendidas nesta pesquisa de doutorado.

A metodologia deste trabalho acadêmico é discutida no Capítulo 3. Nele, apresenta-se, de um modo geral, a ‘pesquisa qualitativa’, suas intenções, seu potencial na produção de conhecimento relacionado ao mundo social, e as características desse tipo de pesquisa, destacando as que se fazem presente nesta tese. Os caminhos seguidos e a forma de caminhar, ou seja, os modos de desenvolver esta pesquisa, são registrados juntamente com o *corpus* construído para investigar o problema social. Assim, os gêneros e os textos que são objeto de análise nos Capítulos 4 e 5 são identificados e vinculados a razões de pesquisa para as respectivas escolhas (dados coletados) e produção de textos (dados gerados).

A maneira de analisar os dados é apresentada conjuntamente à abordagem de ADC utilizada. Enquanto no Capítulo 1 o enfoque na abordagem era teórico; no Capítulo 3, é metodológico. Trata-se de procedimentos que orientam a prática de pesquisa com base na teoria, apresentados esquematicamente. Isso significa que sua realização é ‘norteadora’, não analiso os dados ou discuto questões teóricas de maneira fechada, agindo como se tivesse que preencher um ‘formulário’ metodológico. Busco respostas para as questões levantadas, mas a ordem ou mesmo o lugar da apresentação varia conforme os momentos de produção de cada parte e de cada capítulo, inclusive com retomadas ou respostas diferentes que se tornam complementares processualmente.

No Capítulo 4, desenvolvo análises a partir de textos coletados em diferentes fontes. Alternando os gêneros entre ‘Constituição’, ‘charge eletrônica’, ‘notícia’ (de jornal e de revista) e ‘notícia televisiva’ (de jornal), investigo a problemática da situação de rua a partir de materialidades semióticas (linguagem verbal e não verbal, com ênfase destinada aos elementos linguísticos). Os textos selecionados têm a característica de ter / obter / ter obtido grande divulgação em todo o Brasil, como é o caso da Constituição Federal<sup>12</sup>, que está em vigor; da charge eletrônica e das notícias<sup>13</sup>, que ainda podem ser acessadas via Internet; e também considerando o aparecimento e destaque principal de cada texto em seu momento sócio-histórico específico, no qual ele poderia ter obtido grande circulação por conta do veículo nacional de comunicação que lhes dá suporte.

Certamente as análises desses textos não permitem a generalização de afirmações sobre a forma como a situação de rua é construída / representada por cada empresa de comunicação produtora das amostras. Nem permitem generalizar os possíveis efeitos dos textos em todo território nacional. E quem disse que o objetivo é generalizar?

Cada um dos textos trabalhados no Capítulo 4 tem representatividade nacional, pois circulam / circularam por todo o território por meio impresso ou virtual (Internet e televisão). Cada um dos textos traz aspectos discursivos que constroem / representam a situação de rua, e as cidadãs e os cidadãos em situação de rua; direta ou indiretamente, no dizer ou no silenciar. Diante disso, é válido entender, com base nas análises desses textos, como o problema social apresenta sua face discursiva relacionada a outros elementos das práticas sociais.

Assim, observam-se as possibilidades de ação propiciadas por meio dos gêneros; as relações intertextuais presentes nessa parte do *corpus* da pesquisa; os significados e as escolhas lexicais; as formas como se representam os agentes sociais; e os discursos que podem estar enrijecendo / sustentando ou questionando / transformando nosso sistema social que permite e propicia a existência da ‘situação de rua’. Este trabalho é permeado pela avaliação das formas simbólicas que podem estar servindo para a manutenção dessa condição. Um único texto possibilita tudo isso de forma completa? Não. E sim. Uma amostra é ‘uma’ amostra. Todavia, a amostra com todos os seus aspectos e conteúdos só existe dentro de um contexto sócio-histórico que permite sua existência e que deixa suas marcas inescapáveis nas materializações linguísticas, visuais, sonoras, gestuais. Em tudo isso reside o valor do Capítulo 4 para esta pesquisa.

---

<sup>12</sup> Essa análise se restringiu aos artigos 6º e 203.

<sup>13</sup> No caso das notícias de jornal e revista também é possível consultar fisicamente os arquivos das empresas produtoras.

Buscar o imprevisto; talvez o improvável; ou a constatação; ou ainda, a desejada mudança. De maneira viva e interativa, dar voz às vozes do cotidiano, de quem se relaciona ao problema social que é a situação de rua, de quem tem sobre os ombros responsabilidade direta na resolução do problema, servidoras e servidores públicos; e das demais pessoas que também tem responsabilidade direta na resolução do problema, cidadãos e cidadãs. Esse é o papel do Capítulo 5.

Desenvolvem-se, então, análises de textos – novamente. A diferença é que os dados são gerados. A prática social é compreendida com maior acuidade a partir do contato mais próximo com ela. Há formas variadas de se fazer isso, para esta pesquisa realizei entrevistas semiestruturadas.

Também não é possível dizer que o conjunto de entrevistas possibilite generalizações sobre a forma pela qual a sociedade brasileira enxerga e se relaciona com um de seus sérios problemas sociais. Nem tenho essa pretensão. Não obstante, mais uma vez, destaco o valor de cada texto, o valor de cada entrevista como uma amostra significativa, de alto valor qualitativo para se refletir, pensar e pretender propor mudanças discursivas que se relacionem aos demais elementos das práticas sociais e gerem transformações.

Na parte das ‘considerações finais’, apresento respostas sintéticas para as questões de pesquisa. Também registro questionamentos e proposições que têm relação com a problemática da situação de rua, com esta própria pesquisa e com as pesquisas críticas em análise de discurso no Brasil, em um exercício reflexivo sobre o que tem sido feito e as perspectivas que temos e devemos construir.

Esforcei-me para utilizar uma linguagem clara com o objetivo de dialogar. Dessa forma, pretendi propiciar melhores condições para que você possa desenvolver suas críticas e sugestões para este trabalho. Esta tese congrega várias vozes (como todas as teses de doutorado) e também tem a perspectiva de incluir a sua, pois está escrita para ser lida, para ser um diálogo. Por isso, tantas vezes deixo perguntas nos textos, as quais são para mim e para você. Peço paciência quando estiver em um dos momentos em que ‘jogo’ com as palavras para poder questioná-las ou para refletir juntamente com você sobre a sociedade e sobre a linguagem. E então? Vamos continuar nossa conversa?



# Capítulo 1

## Fundamentação teórica

Conceitos essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa estão neste capítulo. A fundamentação teórica que parte da linguística e de seu entrecruzamento com as ciências sociais – pois concebe a linguagem intrinsecamente ligada à sociedade – abre espaço para uma atividade inter/transdisciplinar, que envolve, por exemplo, as discussões do Capítulo 2 e materializa-se nas análises e nas considerações finais a que chega esta investigação. A abordagem teórica fundamenta-se na noção de ‘discurso’, que orienta a pesquisa, bem como na concepção de práticas sociais, de ideologia e desenvolve uma discussão sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC<sup>14</sup>). As categorias analíticas selecionadas para a pesquisa constam como subseções da ADC.

### 1.1 Discurso

Nesta tese, discursarei sobre quais discursos? Ou sobre qual discurso? Ou ainda, quais serão os aspectos discursivos analisados em determinados discursos nos quais a análise de discurso crítica será empreendida?

Essas questões, com aparência de simples trocadilhos, iniciam uma breve discussão que pretende situar o conceito de ‘discurso’ que é utilizado nesta pesquisa. Ao dizer isso, já deixo claro que diferentes investigações poderão compreender ‘discurso’ de maneira distinta, quer seja usando uma conceituação de outrem ou desenvolvendo um conceito próprio<sup>15</sup>.

Dicionários de linguística ou de análise de discurso trazem uma variedade de acepções para o termo ‘discurso’ e isso também pode ocorrer em trabalhos acadêmicos, livros, artigos. Neste momento, meu intento é distinguir minimamente alguns usos para dar especificidade ao que será encontrado nesta tese.

O ‘discurso’ pode ser compreendido como um uso da linguagem que faz parte de nossa capacidade comunicativa, que vai além das unidades das palavras, das frases ou mesmo dos textos. Falamos, produzimos discursos, e isso é mais do que gerar um texto, é uma

---

<sup>14</sup> Essa é uma opção de tradução para ‘Critical Discourse Analysis’ que dá ênfase à perspectiva ‘Crítica’ nas pesquisas reconhecidas como ‘Análise de Discurso’. Há também a opção ‘Análise Crítica de Discurso’ (um debate sobre o termo pode ser encontrado em Izabel Magalhães, 2005; Leila Bárbara, 2005; Adail Sebastião Rodrigues-Júnior, 2009). Atualmente há pesquisadores e pesquisadoras que optam pelo termo ‘Critical Discourse Studies’, a exemplo de Teun van Dijk.

<sup>15</sup> Também é possível se usar a mesma concepção que utilizo compreendendo-a de maneira um pouco diferenciada ou aplicando-a de forma relativamente distinta.

produção comunicativa que relaciona textos, contextos, práticas sociais envolvendo pré-textos e pretextos<sup>16</sup>. Contudo, não é exatamente desse ‘discurso’ que trato na tese. Esse conceito possibilita a existência de um ‘discurso de fulano’ e um ‘discurso de sicrano’. No instante em que me apresentei para Meire, uma das participantes da pesquisa<sup>17</sup>, e expliquei os objetivos e outros detalhes do projeto, ela perguntou-me: “Então, você vai analisar meu discurso?”. Respondi que não. Iria analisar a entrevista e ver, entre outras questões, que discursos estavam presentes. Provavelmente minha resposta não serviu a contento. Procuo, então, esclarecer o que tenha ficado obscuro. Não farei análise de discurso de ninguém, farei análise de aspectos discursivos que estão presentes nos dados gerados (os textos das entrevistas) e nos dados coletados (textos selecionados do Capítulo 4<sup>18</sup>) na busca de atingir os objetivos e responder as questões de pesquisa da tese. Ainda não está muito claro, então, continuemos.

Outro uso recorrente de ‘discurso’ refere-se, na verdade, a um gênero<sup>19</sup>. A ação de discursar produz ‘discursos’. Um exemplo é um determinado ‘discurso do presidente’, seja um discurso de posse, ou um discurso de inauguração, ou um discurso na Organização das Nações Unidas (ONU).

Há ainda a possibilidade de falar em ‘discurso’ relacionado a áreas específicas. Nesse contexto, encontramos, por exemplo, ‘discurso da literatura’, ‘discurso midiático’, ‘discurso político’ e em cada um deles serão objetos de investigação as práticas e os aspectos discursivos de seus âmbitos particulares, mesmo que se considerem intersecções nas análises (a exemplo de ‘mídia e política’).

Por fim, identifico a compreensão de ‘discurso’ utilizada nesta pesquisa, com base em Fairclough (2003)<sup>20</sup>. Ele distingue duas formas de entender ‘discurso’, considerando níveis de abstração, e essas formas são diferenciadas linguisticamente pela presença ou ausência de ‘s’, ou seja, ‘discurso’ (singular) e ‘discursos’ (plural).

Em uma perspectiva mais abstrata, ‘discurso’ é compreendido como um dos elementos das práticas sociais. Opondo-se à máxima de que tudo é discurso, entende-se que as práticas sociais têm aspectos discursivos, mas não somente isso, existem pessoas, atividades, objetos que fazem parte da relação que cria sistemas/redes de práticas sociais – sendo assim, trata-se de um construto teórico (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Desenvolvo essa discussão na seção seguinte.

<sup>16</sup> Theo van Leeuwen (2008) fala, por exemplo, em ‘discurso inglês’ ao tratar das possibilidades de representação de participantes de práticas sociais por meio da língua inglesa.

<sup>17</sup> Detalhes desta etapa da pesquisa, análise e resultados estão registrados no Capítulo 3 e no Capítulo 5.

<sup>18</sup> Nesse sentido, não há um destaque para a autoria dos textos analisados.

<sup>19</sup> Ver seção 1.4.1.1.

<sup>20</sup> Que se relaciona ao trabalho de 1999 (Chouliaraki e Fairclough).

Aplicando a concepção teórica em uma perspectiva menos abstrata, entende-se que os ‘discursos’ são formas de construir<sup>21</sup> / representar aspectos do mundo. Na Seção 1.4.1.5, procuro identificar a base conceitual para as análises e nos Capítulos 4 e 5 é possível perceber de maneira mais objetiva como esses estudos se desenvolvem com base nessa concepção. Entender ‘discursos’ como ‘construções’ / ‘representações’ possibilita nomear aspectos discursivos que fazem parte de práticas sociais. A falácia de que o sistema econômico deve ter um ‘Estado mínimo’ e deve creditar a autorregulação ao mercado pode ser identificada como um ‘discurso neoliberal’<sup>22</sup>. Considerações que relacionam a ‘limpeza social da cidade’, a ‘retirada’ de cidadãos e cidadãs em situação de rua dos centros urbanos, as verbalizações dos ‘desejos’ de que essas pessoas sejam impedidas de ir e vir em determinados locais demonstram que há um ‘discurso de higienização social’ em determinadas práticas sociais.

E qual é a minha concepção de discurso? Para os objetivos desta pesquisa, entendo que a concepção apresentada (e que será desenvolvida no decorrer deste capítulo, bem como nos demais) é produtiva. Sendo assim, não apresento neste trabalho uma concepção particular, aplico um conceito já existente. Há algum desprestígio nisso? Depende do ponto de vista. Para mim, assim como para Kanavillil Rajagopalan (2008), há importância na aplicabilidade, sobretudo quando as reflexões teóricas partem desse processo. O próprio movimento de produção do conhecimento, nesse sentido, não é estático, nem rígido. Em outro trabalho, ou mesmo refletindo sobre este, existe o potencial de teorizar ‘discurso’ de uma maneira particular. Nesse mesmo movimento, com resultados distintos, a chamada ‘exclusão social’ não está sendo questionada no Capítulo 2? Questionamentos que se baseiam, inclusive, ou melhor, principalmente, nos resultados da aplicação da categoria teórica (ver Capítulo 2).

Sendo assim, também entendi que “o mundo comanda a teoria, e a teoria instrumentaliza o mostrar o mundo” (Dina M. M. Ferreira, 2006, p. 12) e procurei desenvolver os estudos aqui registrados sem estar preso a grilhões teóricos. O resultado é que pude fazer críticas e questionamentos quanto a aspectos do mundo<sup>23</sup> com base em teorias e também pude fazer críticas e questionamentos quanto a aspectos teóricos com os quais se olha o mundo. O que veremos, no decorrer da leitura deste trabalho, é até que ponto essa

---

<sup>21</sup> Fairclough (2009).

<sup>22</sup> Dizer que se trata de uma ‘falácia’ demonstra que já há uma análise (seja discursiva ou não) das práticas sociais, nas quais o Estado tem importância extrema na regulação do sistema econômico, na medida em que deve garantir condições para sua manutenção ou mesmo mudanças que interessem a determinados grupos. De maneira mais objetiva, é o Estado também quem deve utilizar recursos públicos para sustentar o sistema econômico diante de crises provocadas pela ‘autorregulação’ do mercado. Quando digo isso, o que trago à visibilidade? Uma crítica ao ‘discurso neoliberal’, o que alguém poderia identificar como um ‘discurso anti-neoliberal’ desde a inclusão do item lexical ‘falácia’ no texto.

<sup>23</sup> Delimitando-me de maneira central à ‘situação de rua’.



compreensão e essa prática permearam esta tese, bem como quais são os resultados sociais, práticos / aplicados e teóricos indicados.

Na Seção 1.4 volto a tratar de discurso, mas com base em um ponto de vista geral da ADC, juntamente com concepções de crítica, poder e ideologia<sup>24</sup>.

## 1.2 Práticas sociais

Considerando que a maior parte dos exercícios de análise deste trabalho acontece de maneira concreta com base em textos (Capítulos 4 e 5), qual seria a importância de tratar de práticas sociais?

Essa pergunta demanda outras para tentar respondê-la. Onde os textos estão sócio-historicamente situados? O que permite / propicia o aparecimento de um texto? Quais recursos são utilizados na compreensão e na interpretação de textos? Teria um texto vida própria e independente? Quantas interpretações são possíveis para um texto (o que limita ou possibilita essa quantidade)? Que interpretações de textos fazem sentido? Se fazem sentido, isso acontece com base em que? Como é possível questionar interpretações de textos? Os efeitos de um texto podem ser diferentes daqueles que foram pretendidos por quem o produziu? O que permite diferentes reações diante de um mesmo texto? Como um texto pode propiciar uma determinada compreensão de uma determinada realidade?

Questionado sobre o papel de textos, gêneros e práticas em investigações científicas que tem foco na linguagem, Brian Street (2009) destacou as práticas. O que estava implicado nesse destaque é que gêneros e textos fazem parte de práticas, sendo assim, é fundamental considerá-las em estudos de textos, bem como de gêneros.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) definem ‘práticas sociais’ como “maneiras habituais, ligadas a tempos e lugares particulares, nas quais pessoas aplicam recursos (material ou simbólico) para atuarem juntas no mundo”.

Nessa perspectiva, o discurso (na concepção mais abstrata) faz parte das práticas sociais. Assim, estudando os aspectos discursivos das práticas sociais é possível depreender discursos (na concepção menos abstrata) de textos (que tem existência material). Ora, mas se nem tudo é discurso, quais são os elementos não discursivos das práticas?

“Ação e interação<sup>25</sup>, relações sociais, pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc.), o mundo material” são outros elementos sociais que juntamente com ‘discurso’ fazem parte das

---

<sup>24</sup> Na Seção 1.3, faço uma discussão particular sobre ideologia e apresento a noção central que é empregada para as análises desenvolvidas nesta tese.

<sup>25</sup> Esclarecendo que nem toda ação e interação envolve aspectos discursivos.

práticas sociais (Fairclough, 2003, 25 p.). Com base em David Harvey (1996), Fairclough (2003) destaca a relação dialética entre esses diferentes elementos, pois cada um tem características distintas ao mesmo tempo em que internaliza aspectos dos outros. As relações sociais têm como característica ser parcialmente discursivas, bem como o discurso se constitui, em parte, por relações sociais. É importante para esta pesquisa perceber que mudanças em determinados elementos geram alterações na forma como as práticas sociais se configuram. Práticas sociais que geram carência material vêm envolvidas por pessoas que vivem essas carências e por pessoas que olham essas carências das outras a partir de suas crenças; crenças que se alteram no processo social e que também alteram aspectos discursivos provocando diferentes ações e interações. Por outro lado, ações em uma prática social de luta pela garantia da cidadania podem partir de relações sociais motivadas pelo discurso, que possibilita questionar crenças e possivelmente alterar a realidade de carências humanas no mundo material.

As práticas sociais são parte de uma realidade social<sup>26</sup> que Chouliaraki e Fairclough (1999) compreendem como sendo composta por uma divisão em três partes, evidentemente, conectadas: as estruturas sociais, as práticas sociais e os eventos sociais. As estruturas sociais dão condição à vida social com base em um amplo contexto. Entendidas dessa forma, elas são mais abstratas que as práticas sociais, as quais fazem a intermediação com acontecimentos concretos, ocasionais da vida social – os eventos sociais. Nos eventos sociais – concretos – os aspectos discursivos encontram lugar na linguagem que se materializa nos textos ali produzidos.

Com essas compreensões, é possível começar a encontrar respostas para a série de indagações apresentadas no início dessa seção. Como considerar o texto sem seu contexto? O contexto dos eventos sociais (por exemplo, as entrevistas realizadas e o ato de ‘noticiar’ no Jornal Nacional), o contexto das práticas sociais (de discriminação, de segurança pública, a exemplo do que se espelha na charge eletrônica analisada no Capítulo 4), e o contexto das estruturas sociais (a exemplo do sistema político-econômico capitalista do Brasil, e de uma desigualdade social enrijecida) tornam-se fundamentais para a análise discursivo-crítica de textos.

O trabalho de perceber em um texto quais foram suas condições para se tornar uma realidade é uma atividade que precisa compreender (na relação dialética entre eventos, práticas e estruturas sociais) aquilo que permite seu surgimento. Com essa mesma noção

---

<sup>26</sup> Fairclough (2009) fala em ‘processos sociais’.

deve-se pensar naquilo que foi possível dizer e naquilo que não foi. Por que algo foi dito de uma maneira e não de outra? Que implicações têm dizer isso ou aquilo? O que se espera a partir de um texto membro de um determinado gênero? Que transformações sociais ou formas de sustentar sistemas de dominação podem ser observadas nos textos? Com base nas análises e reflexões, que proposições para mudanças sociais são possíveis por meio da linguagem?

### 1.3 Ideologia

A palavra ‘ideologia’ é recorrente em conversas e discussões (e na infinidade de textos) que acontecem em diversos âmbitos. Há quem queira uma ideologia para sentir alguma segurança em nosso contexto sócio-histórico marcado pelas relatividades. Há quem defenda sua ideologia com ‘unhas e dentes’. Há também quem questione e critique a ideologia de outrem. Críticas são feitas a alguém por ter tomado alguma decisão ideológica ou acontece de se propor a resolução de problemas com a exigência básica de que não se envolvam questões ideológicas nas discussões e resoluções.

A ideologia, nesse trajeto, também é delimitada e circunscreve-se em determinados espaços discursivos. Como? Com qualificadores. A ideologia *política* de ‘Fulana’ se difere da (ou se integra/assimila/assemelha à) ideologia *política* de ‘Beltrana’. As ideologias *religiosas* (não) deveriam relacionar-se a ideologias *educacionais* na perspectiva de determinadas pessoas.

É possível que essas sejam as maneiras de utilização do item lexical ‘ideologia’ que mais se encontram no emaranhado textual-discursivo de nossa sociedade. Tantos usos têm algo em comum? Sim. Como é perceptível, trata-se de ‘sistema de crenças’. As crenças que orientam práticas políticas, religiosas, educacionais.

Em um estudo crítico é admissível que se estude a ideologia nesse sentido? Creio que sim. Considerando os processos sociais, textos podem ser analisados observando que ideologias (ou ideologia) estão presentes neles.<sup>27</sup> Questionar ideologias diante de problemas sociais, ou confrontar ideologias e explicar suas implicações nas práticas, são atividades de um estudo crítico, um estudo que deve refletir sobre um *status quo* da sociedade e buscar ver seus problemas e possibilidades de transformação.

Contudo, não existe apenas essa definição para ‘ideologia’ e os sentidos que coexistem hoje têm também marcas semânticas feitas pela história, por meio de suas concepções e usos. Terry Eagleton (1997) apresenta 16 definições para exemplificar a variedade de significados

---

<sup>27</sup> Na Seção 1.4, é possível perceber as limitações e razões de críticas a alguns estudos que tratam de ideologia de maneira semelhante a essa concepção.

do termo. Zigmunt Baumann (2000) destaca um ‘recorde’ de usos semânticos para ‘ideologia’ e fala da dificuldade em se encontrar um elemento central e comum nessa amplitude de significados. John Thompson (1995) não procura atender a ‘tarefa’ de Baumann, Thompson estuda e apresenta uma história das concepções de ideologia de maneira a propor um enfoque específico, recontextualizando o conceito e dando-lhe uma aplicabilidade crítica.<sup>28</sup>

Desenvolvendo um enquadre sócio-histórico-conceitual, Thompson (1995) considera que existem conceitos neutros (positivos) em contraposição a conceitos críticos (negativos). Os conceitos neutros caracterizam processos sociais como ideológicos sem, no entanto, implicar que esses processos sejam “enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular” (p. 72). Os conceitos críticos atuam de maneira explicitamente inversa; identificar um processo social como ideológico significa discordar / condenar determinado processo identificando-o como “enganador, ilusório ou parcial” (p. 73).

Sendo assim, a compreensão de ideologia como sistema de crenças tende a ser neutra, o que não impede que essa mesma compreensão possa ser empregada de maneira crítica, especificando-se os objetivos e procedimentos de análises que se pautem em identificar processos sociais que enganam, iludem ou sejam parte de interesses de um determinado grupo, tendo a ação contra essas perspectivas imbricada no trajeto das análises (Ronaldo Lima e Bessa, 2009).

No sentido empregado por Thompson (1995), identificar formas simbólicas como ideológicas já implica negatividade, já implica crítica e desmistificação de processos sociais que favorecem, estabelecem ou sustentam dominações. Evidentemente, as formas simbólicas não são ideológicas *per se* ou *a priori*. É o trabalho de análise que vai permitir desvendar e explicar<sup>29</sup> como determinadas materializações verbais e/ou não verbais e seus sentidos, dentro de processos sócio-históricos, estão servindo à dominação.

Esse é o conceito que tomo como referência para as análises e discussões deste trabalho. A atividade de analisar os textos do *corpus* com base em um instrumental linguístico-discursivo-ideológico<sup>30</sup>, considerando os processos sociais, permitiu observar como determinadas formas simbólicas foram (e são) utilizadas de maneira a provocar sentidos que sustentam a dominação, que sustentam um tratamento social incompatível ao que deve ser destinado a cidadãos e a cidadãs, que, não por acaso, estão em situação de rua.

---

<sup>28</sup> Em Bessa (2007a) fiz uma breve síntese desse processo histórico-constutivo.

<sup>29</sup> Isso vai além da atividade de compreender (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

<sup>30</sup> Em alguns momentos, também considerando outras semioses além da verbal.

No passo a passo da pesquisa, também tomei como referência os ‘modos gerais’ de operação da ideologia e as ‘estratégias’ que podem servir a esses modos de operação, tais como teorizadas por Thompson (1995). Ele mesmo adverte que entrecruzamentos são possíveis, bem como outros modos e estratégias são passíveis de identificação. A seguir, apresento um quadro elaborado por Thompson e comento sucintamente os itens registrados. Certamente as retomadas teóricas nas análises, com aplicações específicas, propiciarão maior clareza.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</i>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandardização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro <sup>31</sup>
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

QUADRO 1: *Modos de operação da ideologia* (Thompson, 1995, p. 81)

‘Racionalização’, ‘universalização’ e ‘narrativização’ são estratégias que podem construir simbolicamente uma representação que ‘legitime’ relações de dominação. Na ‘racionalização’, elencam-se raciocínios para gerar o convencimento. A ‘universalização’ é uma estratégia pela qual se apresenta um interesse de um determinado grupo como se fosse extensivo a um coletivo maior. Notabilizar tradições e/ou evocar histórias, ou ‘a história’, para produzir legitimação é uma estratégia de ‘narrativização’.

A ‘dissimulação’ pode ser um modo geral de operação da ideologia à medida que obscureça, oculte ou negue relações e processos sociais existentes. A estratégia de ‘deslocamento’ pode ‘dissimular’ ao transferir conotações positivas ou negativas de um referente para outro. Chamar de ‘inocente’ alguém que opta por um caminho diferente

<sup>31</sup> Nesta tese, utilizarei o termo ‘discriminação’ no lugar de ‘expurgo do outro’.

daquele que está estabelecido em uma relação de dominação ‘desloca’ a ‘inocência’ do seu aspecto positivo de utilização relacionado à ‘ingenuidade’ para um aspecto de prática política de questionamento que pretende-se negar / obscurecer, dissimulando a ação propositiva, desqualificando-a como uma ‘bobagem’, uma ‘tolice’ – um ato ‘inocente’ de um ‘tolo’. A estratégia de ‘eufemização’ trata de descrever ou redescrever processos sociais com sentido positivo, isso pode acontecer de maneira mais ou menos evidente, considerando que uma pequena mudança de sentido em uma palavra pode tornar positivo um absurdo social. Falar em ‘recolher’ pessoas das ruas passa em uma distância confortável uma ideia diferente de ‘retirar’ pessoas das ruas, se considerarmos um contexto de ação do poder público via força policial. Mais evidente, no entanto, é chamar esse mesmo procedimento de ‘acolher’ pessoas em situação de rua (mesmo quando pertences desses cidadãos e dessas cidadãs são lançados nos caminhões de limpeza pública que, por vezes, acompanha o ‘acolhimento’ higienista). Thompson (1995) nomeia como ‘tropo’ usos figurativos da linguagem que podem servir para ‘dissimular’, podendo ser ‘sinédoques’ (um termo referindo-se ao todo sendo que, na verdade, é parte; ou vice-versa) ‘metonímias’ (um termo utilizado para um determinado referente sem que haja necessária relação) e ‘metáforas’ (um termo empregado para um referente é utilizado para outro, subentendendo-se que não haverá transposição literal, mas o estabelecimento de um processo de similitude).

Relações de dominação também podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da ‘unificação’, atividade na qual é possível construir simbolicamente uma identidade coletiva unificada composta por indivíduos ou grupos, independentemente das características que possam separá-los. Considerando-se o estigma que há para a denominação ‘mendigo’, utilizar esse termo para tratar de todo o grupo de cidadãs e cidadãos em situação de rua<sup>32</sup> é uma forma que certamente pode sustentar relações de dominação.<sup>33</sup> A ‘standardização’ ou ‘padronização’ é uma estratégia pela qual um referencial padrão é proposto como base para trocas simbólicas. A ‘língua nacional’ é um exemplo. É provável que muitos pensem que no Brasil se fala o português brasileiro, apenas ele, sendo que há cerca de 200 línguas faladas no território nacional. Ainda há desconsideração de variações e mudanças do nosso português, como se existisse uma ‘não língua’, ou ‘língua errada’, sustentando ideologicamente o preconceito social contra pessoas dizendo-se o absurdo de que elas ‘não sabem falar

<sup>32</sup> Inclusive as que solicitam apoio financeiro, ou mesmo alimentar, para outrem.

<sup>33</sup> Já é possível perceber a interligação que pode ocorrer entre os ‘modos de operação’ da ideologia, pois, nesse exemplo, a estratégia de ‘deslocamento’ também pode ser considerada na medida em que o referente ‘mendigo’ ‘dissimula’ uma relação social ao obscurecer a existência de trabalhadores e trabalhadoras que estão em situação de rua. Mais do que isso, nega o processo social que gera essas condições indesejadas para o que se espera da cidadania em um país.

corretamente'. Uma padronização que tem propósitos para o Estado, mas que vem encoberta por formas simbólicas que são relacionadas a equívocos nas percepções sociais e a desconhecimento / desconsideração de pressupostos linguísticos. Outra estratégia para a 'unificação' é a 'simbolização da unidade'. Bandeiras e hinos são exemplos de construção de símbolos para unificação; 'agrupamentos' que apagam diferenças também, como o exemplo já citado do uso do termo 'mendigo'.

Um quarto *modus operandi* da ideologia é a 'fragmentação'. Trata-se da separação de indivíduos ou grupos que podem desafiar grupos dominantes, ou da construção simbólica de ameaça, de mal, de um inimigo. A 'diferenciação' atua como uma estratégia que pode desunir indivíduos ou grupos e, dessa maneira, não permitir o desafio concreto a relações sociais existentes. Outra estratégia é a 'discriminação'<sup>34</sup>, que constitui um inimigo contra o qual é preciso se opor.

Por fim, um quinto modo de operação da ideologia é a 'reificação'. Processos sociais são retratados como coisas, o transitório e o histórico carregam simbolicamente a aparência de permanente. A 'naturalização' é uma das estratégias que podem ser utilizadas nessa perspectiva, no momento em que processos sócio-históricos ganham aparência de inevitáveis, naturais. A situação de rua é considerada, algumas vezes, como 'natural' (ver Capítulo 5). A 'eternalização' se assemelha à estratégia anterior, pois nela o 'histórico' é simbolicamente construído como 'a-histórico', permanente, recorrente e até imutável. Sem considerar as mais diferentes formas de socialização comunitárias ao redor do mundo (de povos indígenas, por exemplo), as entrevistas demonstraram como participantes da pesquisa compreendem que 'sempre' existiram pessoas em situação de rua. Isso reforça ideologicamente a condição de dominação que permite a existência dessa realidade e enfraquece as lutas por transformação, porque constroem para o problema (e todas suas causas e nuances) a caracterização de 'eterno'. Por fim, a 'nominalização' ocorre quando descrições de ações são transformadas em nome, como em 'a interrupção do protesto' no lugar de 'a polícia interrompeu o protesto'. E a 'passivização', quando se diz, por exemplo, que 'os suspeitos estão sendo investigados' no lugar de dizer que 'os policiais estão investigando os suspeitos', ou seja, processos verbais são colocados na 'voz passiva'. Nessas estratégias de 'nominalização' e 'passivização', a atenção de quem vê ou ouve é direcionada para determinados aspectos e assim 'apaga' outros, 'reificando' processos sociais.

---

<sup>34</sup> Lembrando que Thompson (1995) emprega o termo 'expurgo do outro'.

Thompson chama a atenção para o fato de que é o exame das formas simbólicas e de seus contextos de aparecimento (e de recepção) que pode demonstrar se determinada estratégia está servindo a um modo de operação da ideológica, não sendo, portanto, uma característica intrínseca.

Esse mesmo exame poderá dar visibilidade a formas simbólicas ‘contestatórias’. Pois a existência da ideologia pressupõe sua contradição. As pessoas podem não apenas produzir ou consumir ideologia, elas também podem contestar, denunciar – possibilitar transformações.

#### **1.4 Análise de discurso crítica - ADC**

O interesse em estudar linguagem é, evidentemente, antigo. Seja por razões políticas, religiosas, sociais, filosóficas ou até mesmo linguísticas. O ser humano, ser que se relaciona socialmente mediado por textos, tem se preocupado historicamente com a linguagem (com maior ou menor acuidade investigativa), ou não seria a linguagem um ‘lugar’ inalienável da existência humana? Não se fazem guerras e não se declara e se demonstra amor por meio da linguagem? Não é a história milenar assim como a história de nosso cotidiano e deste exato momento (re)estabelecida pela linguagem?

Momentos sócio-históricos permitem determinadas realidades e há quem acredite que essa demarcação seja, na verdade, um enquadre inexorável. Sem dúvida, o que acontece se dá dentro de possibilidades de acontecimento, mas onde / como são detectado os pontos ou momentos em que os ‘enquadres’ se modificam? Procura-se demarcar momentos de transição na história a partir de determinados ‘fatos marcantes’ ou que foram discursivamente criados como ‘fatos’ e qualificados como ‘marcantes’. Narrativas são feitas para descrever e argumentar a respeito de processos sociais sobre os quais é impossível estabelecer uma completude – embora essa aparência seja sempre requerida.

O que isso tem haver com estudos da linguagem? No início do século XX, a linguística desponta como ciência e ganha o *status* de ciência piloto. Pensamentos, reflexões e sistematizações de Ferdinand de Saussure foram basilares nesse processo. Como? Por meio de uma tese defendida em uma Universidade ‘prestigiada’, ou por meio de um livro publicado por alguma ‘grande’ editora, ou teria sido pela divulgação de seu trabalho em repetidos intervalos comerciais de televisão? Certamente, não. Conteúdos de um curso de linguística que ele ministrou foram publicados por duas pessoas que participaram do curso, trata-se do Curso de linguística geral (Saussure, 1971).

A partir de então, uma das principais decisões teórico-metodológicas de Saussure finca-se na linguística e também influencia outras ciências: a ‘limpeza do terreno’. A



linguagem passaria então a ser estudada com foco na ‘língua’, nela por ela mesma, como um sistema imanente. Assim, o que envolve questões sociológicas, psicológicas, históricas ficaria de fora, fora do ‘terreno’ de estudos.

O curso de Saussure é considerado um dos marcos dessa mudança de ‘enquadre’<sup>35</sup>. Posteriormente, surgiria também outro ‘enquadre’. Michel Pêcheux e Jean Dubois começam a ‘povoar/construir/reflorestar o terreno’<sup>36</sup> ao pensar em estudar ‘discurso’ por meio de uma correlação epistemológica de base linguística, psicanalítica e marxista (Fernanda Mussalim, 2004). Nesse sentido, Fairclough (trad. 2001, p. 55) considera que “a força da abordagem de Pêcheux, e a razão para considerá-la como crítica, é que ela casa uma teoria marxista do discurso<sup>37</sup> com métodos linguísticos de análise textual”. Desenvolvimentos e desdobramentos desses estudos e de estudos conceptualmente semelhantes (que apresento a seguir) até o momento atual fazem com que Izabel Magalhães (2009) tenha a percepção de que

A análise de discurso é hoje o que há de mais avançado nos estudos da linguagem e a razão disso está na ousadia em dialogar com outras ciências humanas e sociais, redirecionando a Linguística para a interdisciplinaridade a partir do final da década de 1960.

Roger Fowler, Gunther Kress, Robert Hodge e Tony Trew desenvolvem, no final da década de 1970, uma abordagem que ficou conhecida como ‘linguística crítica’. Nela, desenvolvia-se uma análise de discurso público com instrumentais linguísticos, objetivando decodificar ideologia no contexto de formações sociais (Fowler, 2004). Emancipação e mudança social eram intenções do grupo de trabalho, que passam pela inserção do discurso nas análises, bem como pela compreensão de que o processo de recepção não estabelece passividade para o receptor ou a receptora. Não obstante, Fairclough (trad. 2001) observa que, nas práticas da linguística crítica, havia uma ênfase nos pólos de ‘poder’ e de ‘ideologia’ que se ligava mais à reprodução social do que à transformação.

No início dos anos 1990, a Análise de Discurso Crítica (ADC) surge a partir de discussões teóricas e metodológicas entre Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Wodak e Michael Meyer publicaram em abril/maio de 2009 um artigo que trata da história, agenda, teoria e metodologia da ADC. Considerando a atualidade desse texto e por ele ter recebido colaborações/discussões de muitas pesquisadoras

---

<sup>35</sup> É preciso lembrar que os ‘enquadres’ que ganham visibilidade não são os únicos que existem ou existiram. Diferentes ‘enquadres’ coexistem no tempo e no espaço. Mikhail Bakhtin, por exemplo, estudava a linguagem em uma perspectiva crítica na década de 1920.

<sup>36</sup> Dizendo isso de outra forma: abandona-se assim o ponto de vista metafórico do ‘terreno limpo’ de Saussure.

<sup>37</sup> Na página 51, Fairclough (trad. 2001) utiliza a terminologia ‘teoria social do discurso’ para esse mesmo referente.

e muitos pesquisadores para tratar desse tema<sup>38</sup>, irei utilizá-lo de maneira principal para abordar a ADC neste momento.

Wodak e Meyer (2009, p. 3) comentam que a ADC, como uma escola ou um paradigma estabelecido na linguística e presente em diversos departamentos e currículos ao redor do mundo, tem princípios e interesses comuns entre as pesquisas desenvolvidas:

- todas as abordagens são orientadas por um problema e, por isso, são necessariamente interdisciplinares e ecléticas;
- pretendem desmistificar ideologias e poder ao investigar dados semióticos (seja na fala, na escrita, no visual ou no sonoro<sup>39</sup>);
- quem pesquisa explicita suas posições e seus interesses ao mesmo tempo em que emprega metodologias científicas e autorreflete sobre o processo da pesquisa.

Segundo a autora e o autor (2009, p. 1) várias raízes da ADC encontram-se na “retórica, linguística textual, antropologia, filosofia, psicologia social, ciência cognitiva, estudos literários, sociolinguística, linguística aplicada e pragmática”. Não é a unidade linguística *per se* que interessa à ADC, mas estudar processos sociais que são complexos e necessitam de abordagens multidisciplinares e multimetodológicas. Wodak e Meyer (2009, p. 5) acrescentam que a “ADC nunca foi e nunca pretendeu ser ou prover uma teoria específica ou singular”, nem é uma metodologia específica; são diferentes pesquisas que têm diferentes fundamentações teórico-metodológicas para diferentes dados com abordagens gramaticais específicas. Mudanças têm ocorrido na ADC no decorrer desses anos e os debates e críticas têm a importante função de promover as inovações.

Em seguida, ela e ele discutem brevemente os conceitos de ‘discurso’, ‘crítica’, ‘poder’ e ‘ideologia’; apresentarei uma síntese<sup>40</sup>. Quanto a ‘discurso’, retoma-se a ideia já discutida neste capítulo de que diferentes pesquisas poderão utilizar diferentes concepções de discurso, isso se aplica também a diferentes culturas acadêmicas. Discurso é apresentado, então, podendo ser entendido como um destes exemplos de concepção: a linguagem em uso como uma forma de prática social que tanto pode ajudar a reproduzir quanto a transformar o *status quo*; textos escritos e orais; formas abstratas de conhecimento concretizadas em textos; formas estruturadas de conhecimento.

<sup>38</sup> O diálogo com outras pessoas antes da produção do artigo está referido em nota de rodapé.

<sup>39</sup> Wodak e Meyer não falam em áudio (‘sonoro’). Acrescentei por saber da importância do som, por exemplo, em análises de charges eletrônicas (Bessa, 2007a).

<sup>40</sup> Registro as ideias principais sem necessariamente registrar as diversas citações que se encontram no artigo.

A Escola de Frankfurt é apontada como uma influência para a perspectiva ‘crítica’ em ADC, por entender que no lugar de simplesmente compreender e explicar a sociedade (prática da teoria tradicional), a teoria social deveria ser orientada para a crítica e a mudança da sociedade. Essa teoria crítica deveria tratar da sociedade em sua totalidade e em sua especificidade histórica; bem como deveria prover uma compreensão da sociedade que integrasse ciências sociais, incluindo economia, ciência política, sociologia, história, psicologia e antropologia.

Ainda tratando da crítica, Wodak e Meyer (2009) destacam o papel da posição de quem produz as análises, pois tanto a pesquisa, quanto quem pesquisa e o próprio sistema no qual se produzem as pesquisas são dependentes de estruturas sociais e essas pessoas ocupam, geralmente, posições diferenciadas<sup>41</sup> na sociedade.

A crítica ainda pode ser vista como ‘engajamento social e político’ ou como a ação de ‘dar visibilidade à interconectividade das coisas’. A ADC (também as teorias críticas) pretende colaborar com a autoemancipação humana (de formas de dominação) por meio de conhecimentos críticos que favoreçam a autorreflexão. Mesmo com diferentes conceitos de ideologia que podem ser empregados, a ADC se interessa em dar visibilidade a formas particulares de ‘ilusão’, indo além da ação de descrever e explicar. Por fim, dizer que uma pessoa é crítica ao fazer ADC não implica que ela não esteja submetida a motivações políticas, econômicas ou sociais (como ocorre nos demais trabalhos acadêmicos), implica procurar deixar essas questões transparentes, assim como os valores pessoais. Ronaldo Lima tem um pensamento que merece reflexão: até que ponto não seria a pessoa que pesquisa que precisa ser crítica? Até que ponto as práticas e os discursos que permeiam as falas pessoais de quem pesquisa em ADC diverge substancialmente da teoria/metodologia que utiliza? Até que ponto isso fica camuflado ou até mesmo deixa evidência nos textos produzidos? (Lima e Bessa, 2009). Rajagopalan (2001, p. 7) diz que “O ser crítico é, antes de mais nada, uma questão de *ser*”<sup>42</sup>. Van Dijk faz um interessante comentário sobre o que é ADC – que ele prefere nomear como ‘Estudios Críticos del Discurso (ECD)’<sup>43</sup>: “aprender ECD é uma tarefa impossível”. A ideia é que isso demandaria um processo de (auto) reflexão política, no lugar de aprender termos e métodos. Se não pode ser aprendido, tampouco ensinado. Como ensinar alguém a ter compromisso político ou se comover diante de desigualdades ou injustiças

---

<sup>41</sup> No original (p. 7) fala-se em “posição superior”, termo que é problemático. A metáfora que constrói as posições sociais de maneira vertical (que se torna muitas vezes pejorativa) talvez pudesse ser pensada de maneira horizontal.

<sup>42</sup> Grifo do original.

<sup>43</sup> Disponível em <<http://www.discursos.org/>> (acessado em 19.09.2007).

sociais? Para quem já tem atitude crítica e compromisso político, apresenta-se (‘ensina-se’) os recursos em ECD.

Continuando essa reflexão, creio que é preciso pensar e questionarmos a nós mesmos, discentes, docentes e quem mais trabalhe com a ADC: o que estamos fazendo em ADC e por quê? Sem ampliar muito essa importantíssima discussão, é possível ter um exemplo muito prático do problema. Uma pessoa deseja ser selecionada (ou é selecionada) para uma pós-graduação e vai decidir o que quer pesquisar só depois de escolher um ‘nome’ que vai lhe ‘orientar’; ou decide pela ADC porque não gosta de determinadas áreas e resta-lhe a ADC; ou gostaria de fazer análise de discurso em outras perspectivas, mas naquele departamento específico só tem ADC; ou ainda a ADC tem ganhado notoriedade, então se pretende trabalhar com ela.

Diante desse quadro, os pensamentos de Lima, Rajagopalan e de van Dijk fazem muito sentido e são indicativos de algo sério. Gostaria, no entanto, de acrescentar mais um pensamento. É possível que alguém produza a autorreflexão crítica, política e social nos momentos em que está desenvolvendo pesquisa, ou no decorrer de tempos de pesquisas. Também é possível discutir, debater, provocar, chamar para a reflexão, ouvir, questionar, repensar – enfim, de certa maneira, ‘ensina-se’ a pensar criticamente. A ‘aprendizagem’ pode não ser de todo um grupo, mas quem pode acertar qual semente será germinada? Qual será a ‘pessoa-terra-fértil’? De repente, pode ser até quem semeou (considerando inclusive o processo dialógico-participativo de semente em um processo educacional como esse)<sup>44</sup>.

Retornando à discussão de Wodak e Meyer (2009), o ‘ímpeto da crítica’ em ADC ou em outro programa de pesquisa crítico, de um modo geral, objetiva “revelar estruturas de poder e desmascarar ideologias” (p. 8). A ‘ideologia’, mesmo compreendida como ‘visão de mundo’ ou ‘sistema de crenças’, relaciona-se, nas pesquisas, a conotações negativas. O interesse da ADC é voltado para o cotidiano, no qual as ideologias dominantes apresentam a aparência de imutáveis, naturais, sem alternativas para o *status quo* (a Seção 1.3 tratou mais amplamente da questão da ideologia).

Pensar em ‘dominação’ relaciona-se ao ato de pensar em outro conceito central da ADC – ‘poder’. Assim, pretende-se refletir sobre a existência de desigualdades analisadas por meio do uso da linguagem de quem está em posições de maior poder; como o discurso (re)produz dominação social; como um grupo exerce um abuso de poder sobre outro(s) e como grupos dominados podem discursivamente resistir a tal abuso. Wodak e Meyer (2009)

---

<sup>44</sup> Agradeço a Vanuza P. da S. Brito por ter me apresentado a metáfora da semente há alguns anos, em uma conversa particular.

apresentam essa descrição e acrescentam que assim como há uma série de teorias sociais, há também uma série de concepções de ‘poder’. Entre as apresentadas pela autora e pelo autor está o entendimento de “poder como um elemento (ou uma característica) sistêmico e constitutivo da sociedade” (p. 9), o qual pode ser exercido por meio da violência ou da ‘sugestão’ de alcance da felicidade por meio do consumo de determinados produtos. O nome de Michel Foucault é destacado nos estudos de poder em ADC; um poder que é ‘invisível’ na maioria das vezes e deve ser investigado em manifestações linguísticas.

A autora e o autor (2009) discutem ainda que, em textos, diferenças discursivas passam por negociações e disputas relacionadas a ‘poder’, que em parte se manifestam no gênero ou no discurso. Sendo assim, os textos apresentam em si aspectos de ‘poder’ em traços de diferentes discursos e ideologias<sup>45</sup>, relações de diferença que tem efeitos em processos sociais. A linguagem expressa, intensifica ou contesta relações de poder. Contudo, o “poder não deriva da linguagem, necessariamente, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, para subvertê-lo, para alterar a relação de poder em termos restritos e amplos” (p. 10).

Dessa maneira, o interesse / objetivo da ADC é investigar criticamente a desigualdade, as relações de discriminação e de dominação, analisando como elas estão (de maneira opaca ou transparente) apresentadas, constituídas, legitimadas pela linguagem em uso, pelos discursos.

Depois dessas considerações, Wodak e Meyer (2009, p. 11) apresentam uma ‘agenda principal de pesquisa e desafios’ para a ADC. A agenda consiste em analisar, compreender e explicar: (a) o impacto da Economia baseada no Conhecimento<sup>46</sup>; (b) o impacto da (nova) mídia, de desenvolvimentos transnacionais / globais / locais e instituições relacionadas aos processos atuais do sistema político ocidental; (c) o impacto da nova mídia e de gêneros relacionados que demanda abordagens teórico-metodológicas multimodais, bem como a compreensão das mudanças contextuais de tempo e de espaço; (d) a relação entre processos históricos complexos, narrativas hegemônicas e abordagens de ADC. Os desafios que apresentam são dois: integrar abordagens da ciência cognitiva na ADC; evitar escolher amostras que se adéquem melhor às suposições, integrando métodos quantitativos e qualitativos, e apresentando uma autorreflexão do processo de pesquisa.

A ADC filia-se fortemente a teorias e metodologias. A utilização delas vai variar de acordo com a abordagem e com os problemas das pesquisas específicas (problemas sociais). Wodak e Meyer (2009) apresentam uma descrição de seis abordagens em ADC; farei uma

---

<sup>45</sup> O sentido de ideologia empregado aqui não é o mesmo que utilizo para esta pesquisa, conforme Seção 1.3.

<sup>46</sup> ‘Knowledge-based Economy’.

síntese, a seguir. Para ter acesso a uma apresentação mais detalhada, apresentada particularmente por autoras e autores das abordagens, podem ser consultados os textos de Martin Reisigl e Ruth Wodak (2009), Gerlinde Mautner (2009), Theo van Leeuwen (2009), Siegfried Jäger e Florentine Maier (2009), Teun van Dijk (2009), Norman Fairclough (2009).

A partir da Figura 1, podemos ver uma distinção de abordagens em um contínuo que apresenta uma aproximação ou afastamento das perspectivas dedutivas ou indutivas. É preciso esclarecer que não há rigidez nessas avaliações, a oscilação é possível.

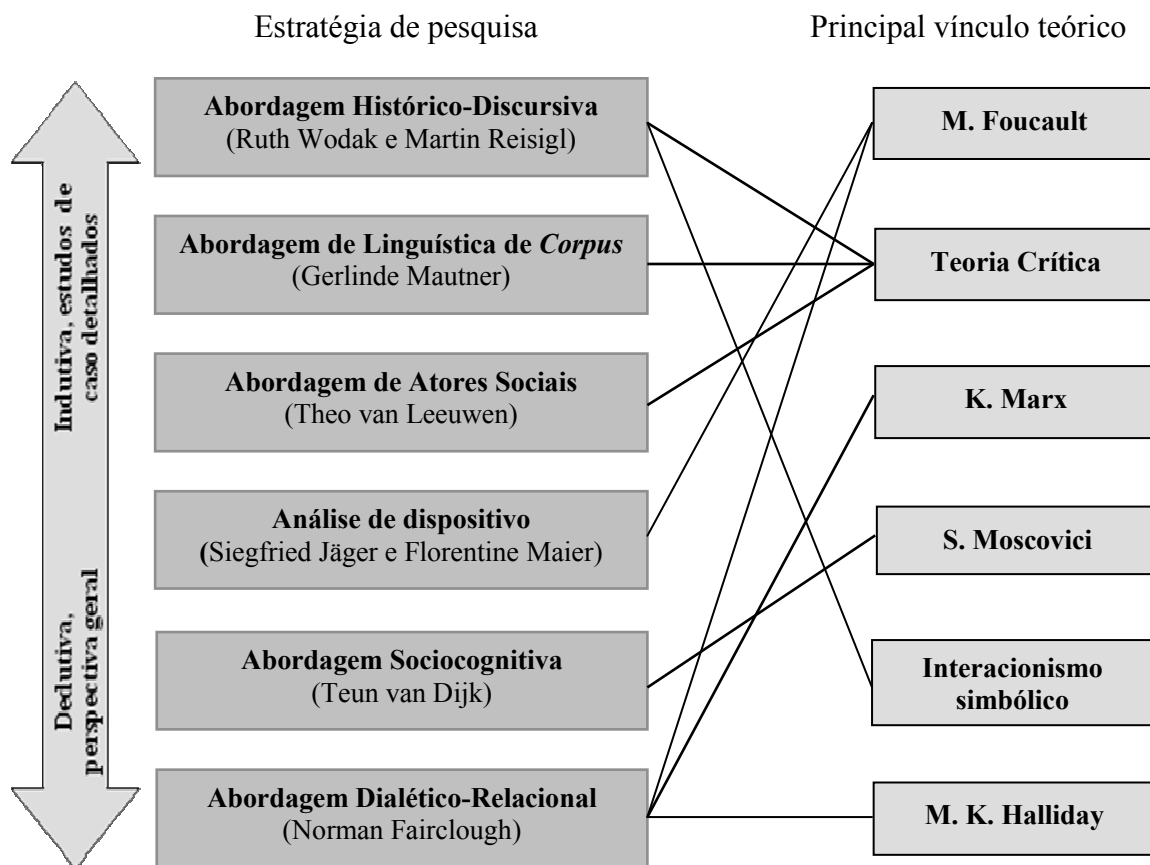


FIGURA 1. *Estratégias de pesquisa e vínculos teóricos* (Wodak e Meyer, 2009, p. 20)

Essa oscilação pode ser percebida nas abordagens a partir da autoria, porém, creio que é possível constata-la de melhor maneira em pesquisas distintas que utilizam como base uma abordagem comum, isso pode ser percebido nos diferentes trabalhos produzidos no Brasil que se vinculam a concepções de Fairclough. Esta tese, por exemplo, emprega principalmente a abordagem dialético-relacional, a qual tem uma estrutura teórica densa e muitas vezes trata de poucas amostras no desenvolvimento de suas perspectivas. O Capítulo 4 é desenvolvido de maneira próxima a esse sentido (ver detalhamento das decisões da pesquisa no Capítulo 4), não obstante, o Capítulo 5 amplia substancialmente as amostras do *corpus*, podendo favorecer novas percepções ('insights') – o que se espera de um estudo indutivo. Este processo se

desenvolve de maneira produtiva também por conta de um melhor entendimento da problemática social a ser pesquisada, a qual se materializa sinteticamente nos estudos do Capítulo 2. Outra distinção entre as propostas e práticas de uma abordagem e as aplicações que se fazem está nas perspectivas de macro-tópicos e meso-tópicos<sup>47</sup>, enquanto Fairclough (por exemplo, em 2006) trata de linguagem e globalização, estou pesquisando linguagem e situação de rua no Brasil.

Entre as abordagens apresentadas na Figura 1 está a ‘Análise de dispositivo’ (Jäger e Maier, 2009), a qual se aproxima das primeiras noções de discurso, principalmente relacionadas às teorizações de Foucault. O que se avança em relação à perspectiva foucaultiana, de acordo como Wodak e Meyer (2009), é a interligação entre ‘discurso’ e ‘realidade social’ por meio do agente social’. Argumentando contra a noção de discurso que inclui elementos não discursivos de Foucault, essa abordagem utiliza o conceito de ‘dispositivo’ desse mesmo autor, objetivando, assim, desenvolver uma análise de discursos e de dispositivos.

A ‘abordagem sociocognitiva’ (van Dijk, 2009) é relacionada à psicologia social e à teoria das representações sociais (Serge Moscovici, 2000, por exemplo). Nessa perspectiva, a ligação entre o sistema social e o sistema de cognição individual é estabelecida por formas coletivas de percepção<sup>48</sup> – representações sociais, por exemplo. Uma concepção de ‘modelos de contexto’ é apresentada nessa abordagem, como seria o caso de “representações mentais das estruturas da situação comunicativa que são evidentes para um participante” (Wodak e Meyer, 2009, p. 26). De acordo com o próprio van Dijk (2009, p. 64), essa forma de empreender estudos discursivos examina, criticamente, as formas nas quais a cognição está relacionada “a estruturas de discurso, interação verbal, eventos comunicativos e situações, bem como estruturas sociais” tais como dominação e desigualdade social. Sendo assim, faz-se uma abordagem triangular envolvendo ‘discurso-cognição-sociedade’.

Com o foco na análise de discurso, empreendendo uma análise histórica (olhando principalmente para esse contexto), buscando desenvolver ferramentas conceituais para tratar devidamente de problemas sociais específicos, tentando integrar teorias linguísticas aos modelos de discurso / análise, assim trabalha a ‘abordagem histórico-discursiva’ (Reisigl e Wodak, 2009). Essa maneira de fazer pesquisa em ADC está filiada à orientação sócio-filosófica da teoria crítica e desenvolve estudos de discurso político utilizando, por exemplo, a teoria da argumentação.

---

<sup>47</sup> Essa distinção é apresentada por Wodak e Meyer (2009).

<sup>48</sup> ‘Collective frames of perception’.

A ‘abordagem de linguística de *corpus*’ (Mautner, 2009) propicia dispositivos adicionais para o desenvolvimento de pesquisas em ADC. Esses dispositivos são linguísticos e trabalham quantitativamente com um amplo volume de dados textuais<sup>49</sup>, utilizando ‘programas de concordância’ executáveis em computador. Há programas, também, que são aplicados para pesquisas qualitativas. É possível, assim, entre outros objetivos, dar mais um suporte para as interpretações.

No exercício de explicar a ação no estabelecimento da estrutura social, a ‘abordagem de atores sociais’ (van Leeuwen, 2009) trabalha amplamente com teorias linguísticas e sociológicas. Relacionada à noção foucaultiana de discurso, a construção e reprodução da estrutura social são constituídas pela ação de ‘atores individuais’ (Wodak e Meyer, 2009). Nessa perspectiva, van Leeuwen (2009, p. 148) desenvolve a “ideia de que discursos são recontextualizações de práticas sociais”.

A sexta abordagem apresentada por (Wodak e Meyer, 2009) receberá maior destaque por ser a abordagem (ou principal abordagem) utilizada nesta tese. Trata-se do trabalho de Fairclough (2009) o qual, na verdade, desenvolve-se em um processo histórico que pode ser identificado, por exemplo, nas publicações do autor em 1989, 1992 (trad. 2001), 1995, 2003 e nas elaborações que Lilie Chouliaraki fez juntamente com ele em 1999.

Nas observações de Wodak e Meyer (2009, p. 27), a ‘abordagem dialético-relacional’ tem seu foco no conflito social ligado à “tradição marxiana e tenta detectar suas manifestações linguísticas em discursos, em elementos específicos de dominação, diferença e resistência”. Situando os vínculos teóricos centrais, os aspectos semióticos da ordem social são compreendidos como ‘ordem de discurso’, termo conhecidamente foucaultiano; e a teoria linguística que está nas bases da abordagem entende a linguagem (inclusive no aspecto gramatical) como sendo moldada pelas funções sociais às quais serve – trata-se da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) hallidayana.

Ao discutir as recentes mudanças no capitalismo, as quais aparecem (por exemplo) em documentos políticos, Fairclough (2003, p. 88 – 89) traz uma forma clássica de crítica marxiana ao questionar possíveis análises sociais (econômicas, políticas) que tratam das aparências da ‘superfície’ de uma realidade subjacente, focando assim em um valor aparente no lugar de investigar os efeitos causais de estruturas. Nesse sentido, Fairclough propõe a consideração de eventos sociais como efeitos de poderes causais de práticas sociais e estruturas sociais, bem como a ação<sup>50</sup> de participantes. Seguindo essa percepção crítica, é

---

<sup>49</sup> O que não impede sua aplicação em menores quantidades de textos.

<sup>50</sup> ‘Agency’.



possível apresentar alguns questionamentos sobre a problemática social que esta pesquisa investiga. Qual é a forma de se tratar a situação de rua mais comum, senão tratando das aparências? Como os aspectos discursivo-semióticos da ‘higienização social’ para tratar o problema social materializam-se em objetos arquitetônicos como as construções ‘anti-mendigos’? Como tais práticas que envolvem ações de pessoas em eventos, vinculados a práticas e estruturas sociais, estabelecem-se ideologicamente encobrendo/camuflando as razões e correlações mais amplas da questão social?

Em 2009, Fairclough apresenta sua abordagem de forma condensada, iniciando por meio da apresentação de conceitos-chave. O primeiro a ser tratado, evidentemente, é discurso. A opção dessa pesquisa, apresentada na Seção 1.1, permanece a mesma, a partir das concepções de ‘discurso’ e ‘discursos’ (Fairclough, 2003). Digo isto porque em 2009, mesmo mantendo de maneira central o ponto de vista, Fairclough procura evitar essa confusão nomeando ‘discurso’ como ‘semioses’<sup>51</sup>, “criação de significados”<sup>52</sup> como um elemento de processos sociais”. Optei pela utilização de ‘discurso’ para evitar uma outra confusão, a de possivelmente provocar o entendimento de ‘semioses’ simplesmente como formas simbólicas (linguagem – verbal ou não verbal)<sup>53</sup>; além disso, em minha opção, acabo destacando o ‘discurso’, que é um dos conceitos principais empreendidos nesta análise de discurso crítica.

A proposta de estudos apresentada por Fairclough pretende-se transdisciplinar. Entendida como uma forma específica de interdisciplinaridade, nela objetiva-se combinar elementos de diferentes disciplinas/teorias para tratar de questões de pesquisa em um processo dialógico que se torne um recurso para desenvolvimentos teóricos e metodológicos de cada uma (Fairclough, 2009).

Esse autor (2009) também compreende que o objetivo de uma pesquisa social crítica é, de uma maneira ampla, dar visibilidade a injustiças, desigualdades, falta de liberdade. Isso se realiza na análise de suas fontes e causas, observando suas resistências e possibilidades de transformação. Sendo assim, por um lado, analisa-se a ‘relação dialética’ entre discurso e outros elementos sociais objetivando esclarecer como aspectos discursivos podem estar servindo para estabelecer e reproduzir relações de poder desiguais que causam prejuízo ao bem-estar humano. Por outro lado, a crítica busca também analisar e explicar as formas variadas que testam, desafiam e criam rupturas na dinâmica e lógica dominante, identificando

---

<sup>51</sup> Destacando que a análise de discurso trata de várias ‘modalidades semióticas’, sejam verbais ou não verbais, como as imagens visuais e a linguagem corporal.

<sup>52</sup> ‘Meaning-making’.

<sup>53</sup> Robert Hodge e Gunther Kress (1988) definem ‘semioses’ como “processos e efeitos de produção e reprodução, recepção e circulação de sentido em todas as formas, usados por todos os tipos de agentes de comunicação” (p. 261).

possibilidades de superar obstáculos e promover bem-estar. Nos capítulos seguintes, será possível observar como, por exemplo, gêneros, textos e discursos caminham nessas duas direções de maneira correlacionada. As análises são necessárias porque a dinâmica e a lógica de uma sociedade, incluindo seus aspectos discursivos, de um modo geral não são transparentes, aparecem para as pessoas de maneira parcial e ilusória.

A ‘abordagem dialético-relacional’ trabalha com três maneiras (modos) basilares por meio das quais o discurso se relaciona a outros elementos sociais – “como uma faceta de ação; na construção (representação) de aspectos do mundo; e na constituição de identidades” (Fairclough, 2009, p. 164). Para cada uma dessas maneiras, existem categorias analítico-discursivas correspondentes: gêneros, discursos e estilos.

Antes de falar de cada uma dessas categorias, é importante situar brevemente o processo de desenvolvimento dessa proposição. Halliday (1994, p. xiii-xiv) teoriza que os sentidos da linguagem são possíveis por meio de componentes fundamentais que são ‘funcionais’, ou seja, têm função em relação às necessidades humanas, em relação ao sistema da linguagem<sup>54</sup> – trata-se de uma concepção basilar da Linguística Sistêmico Funcional. A teoria é funcional também porque objetiva descrever como a linguagem é utilizada. As línguas, então, organizam-se em três tipos principais de sentido, denominados ‘metafunções’: a metafunção ‘ideacional’ (ou reflexiva), a qual tem como propósito compreender o ambiente, a experiência de mundo; a metafunção ‘interpessoal’ (ou ativa), que trata da interação entre as pessoas; e a metafunção ‘textual’, que propicia a utilização da língua por meio do imbricamento de significações na rede de estruturas linguísticas. Em 2003, Fairclough reelabora a proposta de Halliday e suas próprias elaborações de 1992 (trad. 2001). Esse ‘desenvolvimento pode ser percebido no Quadro 2:

LSF (Halliday, 1991)		ADC (Fairclough, 1992)		ADC (Fairclough, 2003)
Função Ideacional	→	Função Ideacional	→	Significado Representacional
Função Interpessoal	→	Função Identitária	→	Significado Identificacional
		Função Relacional	→	
Função Textual	→	Função Textual	→	Significado Acional

QUADRO 2: *Recontextualização da LSF na ADC* (Resende e Ramalho, 2006, p. 61).

<sup>54</sup> O uso da linguagem molda o sistema.

Conforme apresentado, em 2009, Fairclough não dá ênfase ao termo ‘significado’(representacional, identificacional, acional); por outro lado, destaca o papel ‘construtivo’ dos discursos (não são somente ‘representações’).

Tratando das categorias analítico-discursivas, de acordo com o autor (2009, p. 164), ‘gêneros’ são modos discursivos de agir e interagir, tais como entrevistas semiestruturadas, charges eletrônicas, notícias (em jornais televisivos ou em jornais impressos). Quando se desempenha uma determinada função, como a de docente, por exemplo, as interações discursivas / comunicativas acontecem de determinados modos, os quais têm um conjunto distintivo de gêneros associados a eles. ‘Discursos’ são modos de construir aspectos do mundo (social, físico ou mental). ‘Estilos’ são identidades, modos de ser, em uma perspectiva discursiva<sup>55</sup> – por exemplo, ser uma pessoa que exerce a função de cobrar passagens dentro de um ônibus implica parcialmente em uma questão de desenvolver um estilo semiótico / discursivo apropriado. Configurações específicas de diferentes gêneros, discurso e estilos são compreendidas como ordens de discurso.

Juntamente a essas concepções de Fairclough, tratarei de ideologia na perspectiva crítica de Thompson (1995), pois ela fornece instrumental metodológico-conceitual para combater processos sociais que sustentam desigualdades e opressões, por isso coaduna-se à Análise de Discurso Crítica e ao empreendimento que se desenvolve nesta tese.

A metodologia proposta pela abordagem de ADC selecionada para este trabalho é apresentada no Capítulo 3. As categorias de análise associadas à linguagem estão registradas na Seção 1.4.1. Faço, a seguir, uma síntese gráfica da forma como a ‘abordagem dialético-relacional’ e as considerações sobre ideologia serão empregadas a partir da análise de textos, considerando evidentemente o contexto sócio-histórico e também que não tratarei de ‘estilos’ nesta tese.

Na Figura 2 é possível observar que os modos de agir / interagir (gêneros), de construir/representar (discursos) e de ser (estilos) estão interligados em materializações semióticas (linguagem verbal e/ou não verbal) que são os textos. A divisão atende a propósitos analíticos (Fairclough, 2003), por isso, represento-a interligada com pontilhados. A concepção de ideologia utilizada (Thompson, 1995) não pode ser vista como um contínuo (por isso o círculo é pontilhado), pois só é possível dizer se um texto é ideológico ou contém ideologia a partir da investigação que se faz com base nas formas simbólicas que constam nele e evidentemente em sua relação com eventos, práticas e estruturas sociais que são as

---

<sup>55</sup> Relaciona-se ao conceito de discurso no singular.

interconexões dos processos sociais (Fairclough, 2009) e fazem parte do contexto sócio-histórico.

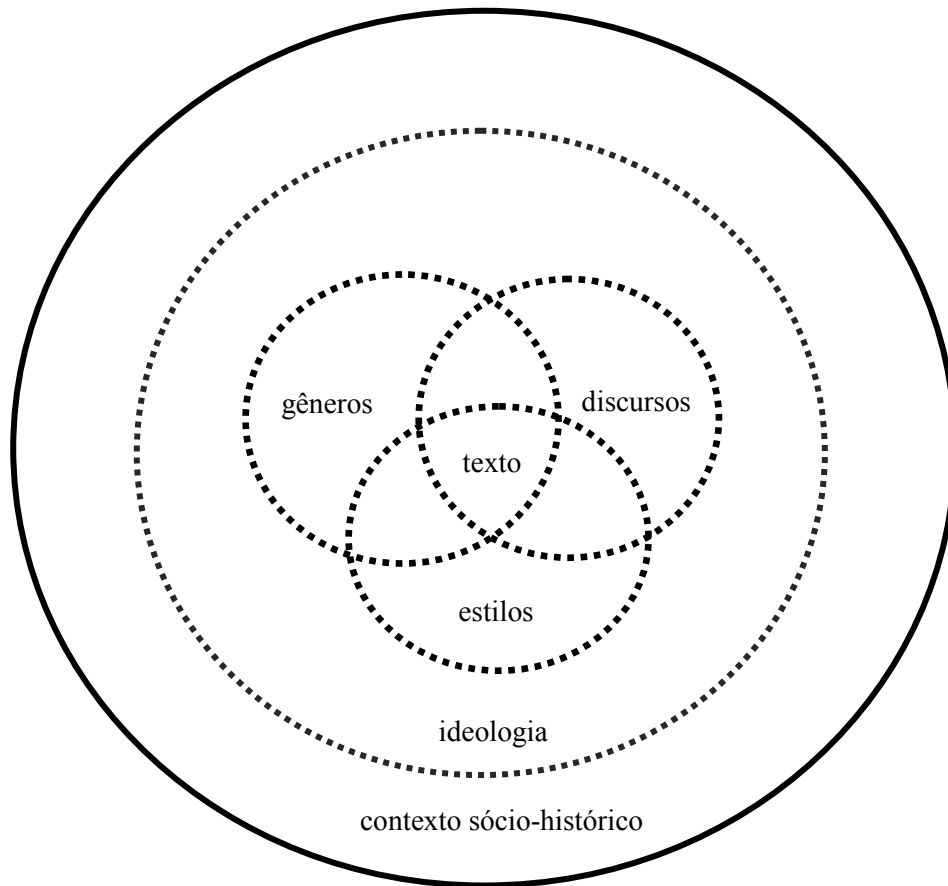


FIGURA 2: *Síntese teórica* (adaptado de Bessa, 2007a, p. 46)

No Brasil a ADC tem ganhado cada vez mais espaço no universo acadêmico e principalmente em programas de pós-graduação em linguística ou letras. Diversas teses e dissertações têm sido produzidas, empregando diferentes abordagens que se modificam e às vezes se mesclam para atender demandas dos próprios problemas de pesquisa. Enquanto Wodak e Meyer (2009) destacam que muitos trabalhos em ADC são desenvolvidos com ‘dados prontos’ (coletados), no Brasil, é perceptível que há pesquisas que produzem análises apenas com dados gerados (a partir de entrevistas semiestruturadas, por exemplo) e muitas outras vezes trabalha-se com dados coletados e gerados ao mesmo tempo (como nesta tese). Desta maneira, tanto é possível acessar as materializações das práticas / eventos sociais relativas a um problema social em textos que já existem, quanto é possível acessar parcialmente a realidade de quem tem direta ou indiretamente envolvimento com os problemas sociais pesquisados.

Destaco, a seguir, alguma teses e dissertações em ADC produzidas no Brasil. Entre os temas abordados, discute-se, em relação à mídia, sobre: formas de discriminação e de preconceito contra um movimento social (Karina Falcone, 2008); construção identitária das adolescentes (Luciane C. E. Lira, 2009); a invasão anglo-saxônica ao Iraque (Viviane C. V. S. Ramalho, 2005). Em relação à identidade, investiga-se: construções étnico-raciais (Francisca Cordélia O. da Silva, 2009); docência (na educação especial – Denise T. B. Sato, 2008 e José Ribamar L. Batista Júnior, 2008; em narrativas e leis – Marta C. N. Pacheco, 2006); gênero social (no contexto escolar – Luzia R. da Silva, 2008 e Maria Cecília de Lima, 2007; sobre violência contra a mulher – Tatiana R. N. Dias, 2007; sobre as vozes das profissionais do sexo – Sandro Xavier, 2008); atuação do(a) interpreta de LIBRAS (Elcivanni S. Lima, 2006); medicina paliativa (Carmem J. M. Caetano, 2009); protagonismo juvenil no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Viviane de M. Resende, 2008a). Outros dois temas que destaco são: imigração brasileira (Rachael A. Radhay, 2006) e gênero discursivo (Maria Aparecida R. Ottoni, 2007; Christine M. S. Carvalho, 2006).

O desenvolvimento de um programa de pesquisa não acontece sem as necessárias críticas. Adail S. Rodrigues-Júnior (2009) destaca o potencial da ADC para a pesquisa social e também o potencial de críticas à ADC (aos trabalhos que são desenvolvidos como ADC) para o aprimoramento das análises/interpretações/explicações e das apresentações de resultados. Ele aborda dessas questões registrando as críticas à ADC em âmbito internacional e aplicando-as em análises de quatro artigos produzidos e publicados no Brasil, na edição da revista D.E.L.T.A.<sup>56</sup> que apresentou apenas trabalhos em ADC.

Rodrigues-Júnior (2009) apresenta críticas específicas de quatro pesquisadores. De maneira sintética, trata-se do posicionamento de Henry Widdowson (2003<sup>57</sup>), para quem as análises deveriam partir de um olhar para os textos com a utilização de categorias linguísticas relacionadas à cultura/sociedade/contexto para então apontar opacidades ideológicas, no lugar de antecipar este processo (de interpretação/recepção)<sup>58</sup>; Martyn Hammersley (1997), que discute a importância de cada pesquisa deixar claro o conceito de ‘crítica’ ao qual se relaciona, bem como o conceito de ideologia<sup>59</sup>, e a necessidade de refletir sobre ‘dominação’;

<sup>56</sup> São Paulo, n. 21/Especial, 2005.

<sup>57</sup> Texto que contém uma réplica, além da produção original, com o mesmo título (traduzindo: ‘Análise de discurso: uma visão crítica’), publicada em *Language and literature*. v. 4, n. 3. 1995. p. 136 – 151.

<sup>58</sup> Essa proposição pode se realizar, por exemplo, no desenvolvimento de uma análise de discurso textualmente orientada (ver Capítulo 3). Contudo, deve-se destacar que quem faz as análises deve manter-se consciente das distâncias e aproximações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa (não desconsidero a subjetividade de quem pesquisa, apenas destaco a necessidade do exercício de um olhar distante para possibilitar inovações, um ‘novo olhar’ em potencial)

<sup>59</sup> Ver discussão sobre ideologia na Seção 1.3.

Michael Stubbs (1997<sup>60</sup>), que discute que muitos trabalhos em ADC não atendem a contento a ‘representatividade’ dos dados<sup>61</sup>, o que muitas vezes dificulta ou impede generalizações que são defendidas por quem desenvolve a pesquisa; e Michael Toolan (1997), que destaca a necessidade de um trabalho analítico mais desenvolvido com base nos textos para mostrar a ‘dominação’, bem como de revisitar os mecanismos de análise e também propor mudanças (‘correção e reforma de discursos’).

Todas as pesquisas em ADC demandam generalizações? Quando se trata de um problema social específico, em um contexto social específico, seriam possíveis generalizações específicas? E se esses ‘específicos’ forem ‘macro’, não caberiam generalizações em nenhuma hipótese? Envolvendo a compreensão social de um problema e a análise de textos nos quais esse mesmo problema social é materializado é possível argumentar a favor de algumas generalizações. Creio que deixar isso claro e buscar delimitar as generalizações são atitudes de pesquisa importantes. Se não é possível atingir a representatividade de fato, tampouco será possível ‘generalizar’ de maneira cabal. As próprias demarcações de tempo e objetivos das pesquisas limitam as duas perspectivas (representatividade e generalização), o que não impede que sejam empregadas (quando necessário) de maneira consciente quanto às suas limitações. Por outro lado, deve-se avaliar a relevância em utilizar a linguística de *corpus* em uma determinada pesquisa. Certamente não é por acaso que a ‘abordagem de linguística de *corpus*’ (Mautner, 2009) está presente em um livro que apresenta metodologias em ADC.

Entre as considerações pontuais que Rodrigues-Júnior (2009) registra, está a avaliação geral de que muitas das críticas feitas (pelos autores nos quais ele se baseou) encontram elementos de identificação (em menor ou maior nível) nos quatro trabalhos analisados, além de também ter encontrado elementos que, pelo modo como foram apresentados nos artigos, afastam as críticas. Entendo que, mesmo com todas as preocupações com o rigor ao desenvolver um trabalho de pesquisa, é provável (mais do que possível) que muitos elementos ou procedimentos não fiquem claramente definidos ou apresentados. O que gera uma demanda para uma atenção redobrada nas descrições que devem ser feitas, inclusive quanto às limitações ou mesmo às generalizações que precisam ser defendidas com acuidade. É evidente que equívocos podem ser cometidos, daí a importância da crítica e da necessidade de ter ouvidos para ouvi-las com o objetivo de aperfeiçoar as práticas, e também os discursos. Por fim, é preciso criticar as críticas para que elas não desvirtuem, por meio de determinadas

---

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://www.uni-trier.de/uni/fb2/anglistik/Projekte/stubbs/whorf.htm>>.

<sup>61</sup> Embora o próprio Stubbs questione a possibilidade de atingir tal representatividade de fato.

aparências, algo que é positivo; e ao mesmo tempo, que elas possam propiciar mudanças quando forem devidas.

Wodak e Meyer (2009) relatam críticas de Michael Billig (2003, 2008) quanto ao fato da ADC ter se tornado uma ‘disciplina acadêmica’ e, por isso, estar sujeita aos mesmos rituais e práticas institucionais assim como as demais disciplinas; e também quanto à utilização daquilo que se critica ao empreender as pesquisas, como é o caso do uso extensivo das ‘nominalizações’<sup>62</sup>. Wodak e Meyer (2009) chamam a atenção para a necessidade de se apontar críticas em trabalhos específicos e destacam a necessidade de reflexão quanto aos riscos possíveis a qualquer disciplina (ou escola, ou grupo, ou programa) que esteve fora dos espaços formalmente estabelecidos e torna-se institucionalizada. Os debates quanto a essas e outras questões são mais do que produtivos, são necessários.

A seguir, trato das categorias que foram selecionadas para o desenvolvimento deste trabalho. Reservei para as considerações finais minhas contribuições ao debate sobre a análise de discurso crítica.

#### **1.4.1 Categorias analíticas**

Apresento, nas próximas seções, as categorias para as análises semiótico-discursivas<sup>63</sup> empreendidas. As mesmas serão abordadas de maneira breve, uma vez que serão retomadas no momento das análises, principalmente no Capítulos 4.

Uma das características da ADC, conforme Wodak e Meyer (2009), é a utilização de categorias linguísticas no desenvolvimento de análises realizadas por diversas pesquisadoras e diversos pesquisadores. Isso independe do número restrito ou extensivo de categorias empregadas, que se relaciona aos objetivos da pesquisa; às demandas compreendidas a partir do olhar para o problema social enfocado, bem como à/s abordagem/ns com base nas quais o projeto se desenvolverá.

##### **1.4.1.1 Gênero discursivo**

Fairclough (2003, p. 65) sugere que

Gêneros são os aspectos especificamente discursivos de modos de agir e interagir no curso de eventos sociais: nós podemos dizer que (inter)ação nunca é somente discurso, mas ela é frequentemente discurso. Então, quando nós analisamos um texto ou interação em termos de gênero, nós estamos questionando como ele está presente em e contribui para ação e interação social em eventos sociais (...)

---

<sup>62</sup> Ver Seção 1.3.

<sup>63</sup> Principalmente linguístico-discursivas.

Na língua portuguesa é possível utilizar a palavra ‘gênero’ em dois sentidos, um relacionado à linguagem (gênero discursivo) e outro relacionado à sexualidade (gênero social). Há também a opção por ‘gênero textual’ no lugar de ‘discursivo’. Opto por ‘gênero discursivo’ por acompanhar a percepção de Bakhtin (2003) que fala em ‘gêneros do discurso’, e também para evitar a aparência de um enfoque apenas em estruturas textuais, o que colocaria em segundo plano o aspecto discursivo (que se relaciona a outros elementos das práticas sociais). Nesta tese emprego o termo ‘gênero’, quando trato de ‘gênero social’ faço a distinção.

O gênero é resultado de um processo histórico, o que faria dele um produto histórico. Contudo, essa perspectiva não é estática, é dinâmica. Atender as necessidades sociais de ação e interação em uma perspectiva discursiva demanda mudanças, adaptações, inovações. A tecnologia é um instrumento produtivo para explicar as mudanças em gêneros ou o surgimento de novos gêneros (com o advento da Internet, por exemplo).

Somos envolvidos a todo instante por gêneros, os quais também são envolvidos em relações de poder. Se compararmos um ‘bilhete’ com um ‘ofício de requerimento’, teremos a percepção de que o segundo tem ‘maior poder’ do que o primeiro – se analisarmos apenas isso. Se a percepção se amplia, é possível questionar quem entregou um texto daqueles gêneros para quem e em que circunstância (evento social). Poderemos começar a pensar em práticas sociais e vislumbrar a possibilidade negativa de que um ‘bilhete’ pode ter ‘mais poder’ do que um ‘ofício de requerimento’ que peça a mesma coisa para um mesmo destinatário. Em um exemplo hipotético, podemos tomar como ‘destinatária’ a prefeita de uma cidade, e o remetente do ‘bilhete’ sendo um ‘cidadão empresário’ em contraponto ao remetente do ‘ofício de solicitação’ sendo um ‘cidadão’ que seja balconista.

A partir dessas percepções e de outras análises/detalhamentos de características de gênero é que abordaremos textos, da Constituição (mais especificamente em dois artigos – 6º e 203), de charge eletrônica, de notícia (televisiva; impressa – de dois veículos de comunicação), e de entrevista semiestruturada. Buscando investigar as relações que envolvem a situação de rua.

#### **1.4.1.2 Intertextualidade**

As diversas ligações de um texto com outros textos caracterizam a ‘intertextualidade’. Quando pensamos em tempo, as relações intertextuais parecem situar-se facilmente no passado, não obstante, elas se realizam também no presente. De uma forma diferenciada, mais



com a mesma lógica das conexões, é possível vislumbrar e até mesmo projetar um intertexto futuro, seja com intenções de que ele venha a existir ou mesmo que se evite (ver exemplo no Capítulo 5).

Reisigl e Wodak (2009, p. 90) comentam que as conexões intertextuais são estabelecidas de diferentes formas: por meio de referências específicas a um tópico ou a um agente; por meio de referências a um mesmo evento (que pode também ser referência a um evento distinto); por meio de alusões; por meio de transferência de argumentos de um texto para outro. Fairclough (2001) observa que a negação também é uma forma de intertextualidade.

Assim como empregar o termo ideologia sem explicitar em qual concepção está se fundamentado (ou dizer simplesmente que tudo é ideológico) torna o conceito vago e talvez improdutivo, falar em intertextualidade por falar e apenas descrever ou apontar relações intertextuais pode também gerar a máxima de que tudo é intertexto, e realmente todo texto é intertexto. O que interessa principalmente à ADC é perceber o que está acontecendo (ou não está acontecendo) quando se identifica (ou não) determinadas marcas de intertextualidade. Como exemplo prático, pode-se avaliar em um texto quais ‘vozes’ são ‘autorizadas’ a aparecer, em outras palavras, a fala de quem está presente em determinado texto? Essa questão implica outra: a fala de quem não está registrada nesse mesmo texto determinado? Ainda é possível desdobrar as ‘presenças intertextuais’ de agentes sociais em um texto questionando a forma como elas se fazem presentes. Como é possível constatar nos Capítulos 4 e 5, a intertextualidade mostra-se uma categoria frutífera para discutir/analisar a sociedade por meio da linguagem.

#### **1.4.1.3 Significado lexical**

Mais do que tomar como referência inquestionável o ‘poder das palavras’, o estudo de significados lexicais, dentro de textos e contextos com a observação dos aspectos discursivos, potencialmente nos ajuda a ver / questionar / refletir sobre o mundo, sobre a sociedade e até mesmo desejar a mudança a partir das formas que lexicalizam o mundo / a sociedade. As palavras não dizem o que dizem gratuitamente. Há um processo sócio-histórico que tanto permite o dizer quanto as formas de dizer, bem como coíbe – influencia um ‘não dizer’.

Nesse entendimento, não apenas os significados ganham importância (lembrando que os processos de produção e recepção – significação – são também processos sociais e históricos), mas também as escolhas dos significados que se pretende produzir, escolhas que revelam um enorme poder dentro das relações sociais e parecem simplesmente ser escolhas

lexicais. A opção de construir / representar o problema social da situação de rua identificando quem o vivencia como ‘cidadão ou cidadã em situação de rua’ é completamente distinta da escolha dos termos ‘morador de rua’ ou ‘mendigo’.

Tratando da utilização / criação de designações pela mídia, Rajagopalan (2008, p. 87) destaca que muitas vezes um ‘julgamento de valores’ é disfarçado como se fosse um ‘ato de referência neutra’. Isso pode gerar uma confusão na leitura / recepção / interpretação se a ‘descrição’ for entendida como ‘termo referencial’ e/ou se a ‘opinião’ for entendida como ‘fato consumado’.

Analisar as designações, as escolhas, os significados, permite um olhar discursivo, a partir do léxico, para o desenvolvimento de pesquisas sociais, para a reflexão de como nomes ou grupos de nomes constroem e representam aspectos do mundo, sejam eles negativos, positivos, ou em transformação.

#### **1.4.1.4 Representação de agentes sociais**

Van Leeuwen (2008) trata da investigação do modo como “*participantes* de práticas sociais”<sup>64</sup> podem ser representados em textos. O termo que ele emprega principalmente é ‘atores sociais’, por ser a forma mais recorrente de citar essa categoria tal como proposta pelo próprio van Leeuwen. Quando ele utiliza o item lexical ‘participantes’ já há uma indicação de crítica a ‘atores sociais’, porém, ela não é efetivada. Opto, neste trabalho, pela designação ‘agentes sociais’ por duas razões. A primeira é quanto ao papel das pessoas nos textos, considero todas como agentes, independente da forma como apareçam. Destaco, assim, a ação humana, e essa escolha está relacionada à noção de redes de poder de Foucault (1980), na qual se compreende que há relação dialética entre o poder estabelecido e a resistência, deixando claro, desse modo, que sempre há uma atividade humana empreendida, mesmo que porventura seja a de aceitação. A segunda razão é a de não manter o uso do masculino genérico ‘atores’.

Uma ‘rede’ de possibilidades de construção discursiva de agentes sociais em textos é sistematizada por van Leeuwen (2008). São 21 divisões que totalizam 50 possibilidades de representação, por exemplo: personalização, impersonalização, associação, diferenciação, categorização, determinação, nomeação, individualização, coletivização, classificação, identificação física, encobrimento, simbolização, especificação, genericização. O que é usual é trabalhar com algumas dessas representações ou investigar nos textos a serem analisados

---

<sup>64</sup> Grifo do original, p. 23.

quais podem ser identificadas. Fairclough (2003) sugere algumas dessas opções, sem perder o foco na primeira divisão proposta por van Leeuwen que é a percepção basilar da presença ou ausência<sup>65</sup> de agentes sociais (geralmente de agentes sociais específicos) nos textos. A partir disso uma série de possibilidades interpretativas / representativas pode ser observada no *corpus* da pesquisa.

Atendendo aos objetivos desta pesquisa, verificar como os agentes sociais estão sendo representados<sup>66</sup> nos textos colabora para a compreensão de como cidadãos e cidadãs em situação de rua são tratados discursivamente (seja pela mídia ou por determinados indivíduos em particular), bem como as pessoas que se relacionam ao problema e as pessoas que aparecem nos textos exercendo determinada função. As formas de representação específicas encontradas nos textos desta pesquisa são registradas no momento em que recebem evidência nas análises.

#### **1.4.1.5 Interdiscursividade**

Entendendo discursos como formas de construção / representação de aspectos do mundo, é possível apreender dos textos essas construções / representações e analisar quais são seus efeitos em processos sociais. Falar em processos sociais implica um conhecimento inter/transdisciplinar que é necessário desenvolver sobre o problema social que está sendo abordado. Nessa esteira, é possível perceber e nomear os discursos que estejam nos textos.

Qualquer discurso tem relação com outros discursos, seja de aproximação / concordância, disputa ou oposição. Sendo assim, há relações interdiscursivas em textos. Tanto a interdiscursividade pode apontar processos sociais que precisam ser questionados quanto o destaque de um discurso específico entre outros pode gerar o mesmo resultado ou ser um elemento diferencial em uma perspectiva de injustiça ou de resistência a práticas desiguais que provocam prejuízo a seres humanos. A compreensão de inter/discursividade registrada aqui e empregada nesta tese é exemplificada de maneira prática nos capítulos analíticos nos quais se discutem por vezes uma gama de discursos identificados em um determinado texto ou foca-se em um construção/representação de um aspecto do mundo que mostre radicalizações prejudiciais ou que desponte como um ‘novo’ ou um outro discurso possível – a ser construído / fortalecido.

---

<sup>65</sup> Van Leeuwen utiliza os termos ‘inclusão’ e ‘exclusão’.

<sup>66</sup> Ou ausentes.

Neste capítulo discuti conceitos de discurso, práticas sociais e ideologia partindo para observações históricas que passaram por Saussure, Pêcheux, pela linguística crítica até determe de maneira mais detalhada na discussão sobre a ADC. Dessa maneira, alguns de seus conceitos centrais foram abordados, bem como uma agenda de pesquisa e diferentes abordagens dentro desse programa de pesquisa (a ADC). Em seguida, tive como foco a apresentação da ‘abordagem dialético-relacional’ – abordagem principal nesta tese. Por fim, apresentei algumas críticas à (trabalhos em) ADC e as categorias analíticas que empreguei neste trabalho. O próximo capítulo vai situar as discussões sociais relacionadas à situação de rua entendendo-a como uma das expressões da questão social. Expressão que tem existência material, concreta, e que precisa ser estudada / discutida, porém, principalmente transformada.



## Capítulo 2

### Cidadãos e cidadãs em situação de rua

Neste capítulo, apresento um embasamento para uma análise social crítica da problemática das brasileiras e dos brasileiros que têm habitado nas ruas. Trato inicialmente da questão social com destaque para a discussão do que tem sido denominado ‘exclusão social’. Em seguida, focalizo na temática dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua, apresentando características observadas em estudos e dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Essa ordem das seções altera uma sequência esperada, e isso é intencional. Gostaria de primeiro discutir sobre o problema de uma maneira mais ampla, para depois situá-lo especificamente.

#### 2.1 A questão social

A partir do momento em que alguém decide pesquisar a situação de quem está morando nas ruas, é preciso definir sob qual olhar (ou olhares) esse trabalho será feito. Por mais que seja possível alguém acreditar que essas pessoas estejam nessa condição simplesmente por razões / decisões particulares e que esse não seria um assunto social e sim individual, como fugir da constatação de que essa situação é um problema?

Se o problema é individual, não se tornaria social à medida que ‘incomoda’ outras pessoas? À medida que se ocupam as praças, que a interpelação para pedidos de ajuda tornam-se frequentes, que as ‘paisagens públicas’ são ‘modificadas’, que se ‘cobra’ por serviços que não foram solicitados, que o risco de assaltos e violência fica à espreita?

O conjunto dessas perguntas objetiva apenas destacar duas questões quanto à situação de rua, que ela é um problema e é um problema social. O agrupamento das avaliações negativas apresentadas no parágrafo anterior cumpriu a intenção de demonstrar algumas das perspectivas que existem em relação ao problema social. Porém, não se deve esquecer que ainda é possível de alguma maneira ‘não ver’ o problema, quando ele se incorpora no cenário, quando se torna ‘natural’.

A decisão de pesquisar a situação de rua já obriga a desnaturalização ao problematizá-la. O olhar (ou os olhares) para o desenvolvimento do trabalho vai encontrar possibilidades de relacionar-se a discussões sobre desigualdade social, injustiça, política social, marginalidade, exclusão social, cidadania, crise econômica, democracia, pauperização, política econômica,

questão social. Esta é a opção desta pesquisa, tratar do tema como uma das expressões<sup>67</sup> da ‘questão social’, sem descartar as outras possibilidades analíticas apresentadas.

A ‘questão social’ está relacionada à pobreza, à miséria, à desigualdade, porém, mais do que a simples correlação com esses problemas que estariam em grande parte da história humana e em diversos lugares, a questão social apresenta-se como um confronto de forças entre quem vive em condições precárias, quem contribui (ou é responsável) para que isso aconteça e quem pode / deve intervir para a mudança da situação (o que também implica responsabilidade).<sup>68</sup>

A desigualdade pode acontecer em distintos níveis em um grupo social, inclusive de mínima disparidade. A pobreza e a miséria podem atingir todo um grupo social e podem ser atribuídas à escassez de alimentos ou de determinados recursos materiais ocasionada por fenômenos da natureza ou mesmo como resultado de guerras. No entanto, não é sob essas condições que desigualdade, pobreza e miséria estão sendo tratadas aqui. Neste estudo, a pauperização está relacionada a um grupo em contraposição a outro e os níveis de desigualdade são muito elevados. Assim, percebe-se que ocorre um movimento inversamente proporcional relacionado aos bens sociais, o aumento da riqueza para um grupo gera, como contradição própria, o aumento da miséria para outro. Trata-se da acumulação capitalista.

Situando historicamente, o termo ‘questão social’ começou a ser empregado no século XIX, mais precisamente em 1830. O processo de industrialização crescente, o recrudescimento da pauperização de uma massa trabalhadora e sua reação diante de condições de enorme exploração humana colocaram em voga, na Europa Ocidental, um risco para a ordem política e moral estabelecida – um risco para a ‘coesão social’. Para Robert Castel, (1998), características semelhantes estavam presentes mesmo no momento pré-industrial, entre os séculos XIV e XVIII, tendo ocorrido o acirramento na sociedade capitalista madura.

No palco das transformações sociais que aconteceram como forma de manter o ‘equilíbrio social’ está a regulação estatal ocorrida no século XX denominada ‘Estado de bem-estar social’<sup>69</sup>. No entanto, a partir da década de 1970, as reestruturações no universo da

---

<sup>67</sup> Compreendendo ‘expressão’ como uma manifestação real, concreta.

<sup>68</sup> Na tese, comento sobre a ‘situação de rua’ como um ‘problema social’, que há uma ‘problemática (um conjunto de problemas) social’ que envolve a ‘situação de rua’ e que pobreza e desigualdade estão relacionadas a essa situação. O termo ‘questão social’ não é sinônimo de ‘situação de rua’, de ‘pobreza’, de ‘problema social’, ou de ‘problemática social’ conforme as discussões que estão apresentadas neste mesmo capítulo.

<sup>69</sup> Responsabilização do Estado quanto à garantia de direitos sociais aos cidadãos e cidadãs, assegurando-lhes bem-estar. O Estado exercia um papel preponderante sobre o mercado e o modo de produção capitalista (Adriane T. Dias, 2006). As práticas de controle relacionadas ao trabalho, ao consumo, a tecnologias e fundamentos político-econômicos se estabeleciam com base no modelo fordista-keynesiano (David Harvey, 2001), o qual apresentou seu esgotamento nos anos 1970, gerando uma crise no sistema capitalista (Alejandra Pastorini, 2004).

produção capitalista aliadas ao desenvolvimento do neoliberalismo mudaram as ações do Estado, buscando-se uma autorregulação do mercado e alterando as conjunturas sociais estabelecidas até então (a exemplo do sistema de proteção social que se conseguiu estabelecer por meio do que foi considerado ‘pleno emprego’). Da perspectiva de Castel (1998), esse quadro mostra um deslocamento da questão social que tinha o cerne na pauperização para referir-se principalmente ao desemprego em uma sociedade salarial. O trabalho assalariado é tomado como ponto de vista e uma ‘nova questão social’ é descrita, centrada na desestabilização dos estáveis, na precariedade e na vulnerabilidade de massas.

De maneira semelhante, Pierre Rosanvallon (1998) defende que houve o surgimento de uma nova questão social considerando o aumento da ‘exclusão social’, pois o atual desamparo, as novas formas de pobreza, o desemprego (principalmente o de longa duração)<sup>70</sup>, não apresentam as mesmas características do passado.

Pastorini (2004), no entanto, argumenta que não há uma ‘nova questão social’, porque mesmo em diferentes estágios do capitalismo o cerne da questão social persiste. Como? Primeiro, na relação de exploração (capital/trabalho)<sup>71</sup>; segundo, com a ameaça à ‘coesão social’ por meio de problemas que fazem com que grupos sociais questionem a ‘ordem’ estabelecida; terceiro, como expressão das desigualdades das sociedades capitalistas em suas contradições próprias. Edlene P. Santos (2005, p. 239) partilha dessa perspectiva ao afirmar que a chamada ‘nova questão social’, “na verdade, são novas formas de expressão de um problema cuja essência permanece inalterada”.

Para se pensar na questão social no Brasil, é preciso ter clareza de que as descrições e análises apresentadas por Castel (1998) e Rosanvallon (1998) focam principalmente a realidade francesa. Em nosso país, não houve um ‘Estado de Bem-Estar Social’ nos moldes da Europa Ocidental e nem se constituiu de maneira efetiva uma ‘sociedade salarial’ de quase pleno emprego. Nesse sentido, a pobreza no campo e nas cidades continua a existir; porém, o que se vê recentemente é o agravamento das situações de miséria provocado pelos processos de mudança no mundo do trabalho, ocasionando uma mescla de velhos e novos problemas sociais.

Com o olhar na realidade brasileira, Sarah Scorel (1999) destaca que a maioria da população não estava vinculada a emprego formal mesmo antes de 1980. Dessa maneira, mais do que o trabalho, a família exerce papel central na proteção dos indivíduos e em sua vinculação à sociedade. Nesse viés, a autora desenvolve seus estudos tratando de um dos

---

<sup>70</sup> Ele também destaca a fragilização da condição salarial e da própria condição do/a trabalhador/a.

<sup>71</sup> Considerando também o ‘não trabalho’ como parte dessa relação.



grupos que expressa a intensidade dos problemas elencados, a população em situação de rua, que seria resultado de um processo de ‘exclusão social’. É sobre essa ‘exclusão social’ que vou discutir na seção seguinte.

### 2.1.1 Exclusão social?

Logo após acordarmos temos um momento para o café da manhã. Saímos às ruas e vemos estampada, em nossa frente, a exclusão social. Mesmo se não enxergarmos pessoas excluídas pelo caminho, veremos a exclusão social na banca de revista ou em alguma TV.

Habitantes de outros países fazem ‘desjejum’, ou uma ‘pequena refeição’, ou uma ‘pausa rápida’ para se alimentar nos primeiros momentos do dia. No Brasil, tomamos café. Não importa se eu não tomo café e sim um copo de leite ou suco – digo que tomei café. Em outros países também se toma o café pela manhã, mas não dizem como nós. Naturalmente, melhor dizendo: naturalizadamente, o café está em nosso cotidiano.

‘Os excluídos’<sup>72</sup> e a ‘exclusão social’ também estão em nosso dia-a-dia, seja pelo ouvir, falar ou olhar (para algumas pessoas, pelo viver). Quando esses termos não aparecem diretamente, ganham vida por meio do pressuposto do seu tão falado antônimo: a ‘inclusão social’.

Não irei desenvolver uma reflexão sobre o café, meu objetivo nesse instante é ter um mote para pensar no uso da linguagem e seus efeitos. Como incorporamos (‘incorporaramos’ / inculcaram-nos) o café dessa maneira e que implicações isso tem? Essa indagação simplesmente abre caminho para outras:

- Por que são excluídos?
- São excluídos por quem?
- Que espaços geográficos circunscrevem a existência deles?
- Existem?
- São excluídos de quê?

Alguns instantes e as respostas surgem sem muitas dificuldades. Mesmo que haja variações, as respostas terão algumas semelhanças e correlações. Então, que sejam feitas novas perguntas:

- O que é exclusão?
- O que é social?
- O que é exclusão social?

---

<sup>72</sup> Vou utilizar, os termos ‘excluídos’ e ‘excluído’, no masculino genérico, pois quero discutir sobre a forma recorrente que é utilizada para ‘marcar’ nas pessoas a ‘exclusão social’.

Se ‘social’ é concernente à ‘sociedade’, a uma sociedade formada por seres humanos, ao conjunto de cidadãos e cidadãs de um país<sup>73</sup>, como alguém pode ser ‘excluído da sociedade’? Como pode existir ‘exclusão social’? Como é possível dizer que se está ‘fora’, se na verdade está ‘dentro’?

A única resposta plausível para o fato de um indivíduo deixar de ser humano, deixar de estar em uma sociedade, é sua morte. Em parte, essa seria uma exclusão social natural. Em parte, poderia ser uma exclusão social provocada diretamente: extermínio; ou indiretamente, falta de assistência médica de urgência ou mesmo falta de alimentação regular. Não obstante, ‘vemos os excluídos’, e eles não estão, principalmente, em caixões funerais.

Que contra-senso naturalizado nos permite entender que um indivíduo está excluído da sociedade e continua a viver e participar dela? A discussão, nesse instante, não se refere à maneira ou à condição de participação na sociedade, muito menos às limitações econômicas, educacionais ou ainda a rompimentos de laços familiares que porventura esteja vivendo qualquer membro da sociedade, no nosso caso, mais especificamente, qualquer cidadão brasileiro ou cidadã brasileira<sup>74</sup>. Uma expressão que deveria incomodar as pessoas, pois se apresenta como uma forte marca de injustiça, torna-se usual, naturalizada e com o enrijecimento de desigualdades sociais provoca uma nefasta aparência de situação real, fixa: seres humanos ‘excluídos’ da sociedade na qual estão situados. O que vemos então? Alguém olha determinada situação, os sujeitos envolvidos, e simplesmente diz ‘esses são os excluídos’, ou ainda, ‘esse é um retrato da exclusão social no Brasil’. Categoricamente se diz, mostrando-se assim, no plano linguístico-discursivo, a existência de uma prática social que é contraditória em sua própria definição.

Outro lado dessa reflexão pode ser pensado deixando-se o ponto de vista de quem observa para pensar a perspectiva de quem vive a situação. Como é para um indivíduo afirmar sobre si e para si que ele é um excluído? Qual a construção identitária de um ser humano nessa condição?<sup>75</sup>

O ato de pensar sobre esses usos da linguagem no cotidiano, suas controvérsias e suas implicações, mostra-nos a importância das nomeações – algo que está correlato e vai além da ação de constatar problemas sociais. Nesse momento, as ponderações devem dar um passo a

---

<sup>73</sup> Dentro de um sistema político intitulado democrático como o nosso.

<sup>74</sup> O *status* de ser humano é superior ao *status* de cidadã/o brasileira/o. Nesse sentido, as reflexões sobre exclusão social também se referem a indivíduos que estejam no Brasil e sejam oriundos de outros países. A própria Constituição, no artigo 5º, garante a igualdade perante a lei a pessoas brasileiras e estrangeiras residentes no país.

<sup>75</sup> Pude debater essa questão ao apresentar um trabalho sobre a autorrepresentação dessas pessoas (Bessa, 2008b).

mais e partirem para o construto teórico daquilo que se tornou de uso corrente e não reflexivo: vale agora pensar em ‘exclusão social’ enquanto conceito.

Luciano Oliveira destacou, em 1997, que o conceito de ‘excluídos’ estava ganhando uma grande visibilidade no Brasil naquela década, embora as discussões sobre ‘sistema excludente’ e o próprio termo ‘exclusão social’ já tivessem aparecido na literatura científica brasileira nas duas décadas anteriores. Oliveira registra que o problema também faz parte da realidade de outros países, inclusive os ricos, exemplificando com a França, onde o termo estava registrado em 1976, na obra de Marie-Catherine Ribeaud. O desenvolvimento no pós-guerra teria gerado abundância sem desprender muitos da pobreza; o que seria considerado como um resíduo ou conjuntura começou a indicar seu caráter estrutural, grandemente marcado pelo desemprego.

Algumas questões importantes são levantadas por Oliveira (1997) em relação ao conceito de exclusão social: chamam de excluídos grupos sociais diferentes que são de diferente origem e natureza e demandam tratamentos diferentes, ocasionando redução da especificidade no uso; o conceito de excluídos deveria ser reservado aos primeiros grupos que foram dessa maneira identificados (pessoas em situação de rua, desempregados/as de periferia e favelas, catadores/as de ‘lixo’); considerando a exclusão do mercado de trabalho de maneira clássica, sempre houve exclusão no Brasil de um modo amplo (embora não abordada aqui, a questão da escravização é um exemplo), o que se pretende é dar um tratamento específico a um problema com configurações contemporâneas; as três características centrais seriam a não filiação ao trabalho formal, à economia e à sociabilidade dentro de ‘padrões normais’ (citando Elimar Nascimento, 1994, Oliveira destaca expressões relativas aos dois últimos itens: ‘desnecessários economicamente’ e ‘passíveis de serem eliminados’).

A discussão central de Oliveira (1997), no entanto, é questionar a ‘existência dos excluídos’. A argumentação dele difere da que apresentei no início desse tópico e que retomarei adiante. Oliveira procura clarificar o ‘ponto de vista’ que dá existência à ‘exclusão social’ e busca sustentação teórico-sociológica para tanto. Em síntese, os ‘excluídos’ não existem dentro de uma perspectiva crítica antidualista da sociedade, a qual não reconhece uma separação entre as pessoas como ‘excluídas’ e ‘incluídas’. Seguindo uma interpretação de cunho marxiano, independente da posição que ocupam no sistema macroeconômico capitalista, todas as pessoas fariam parte da estrutura (que gera a pobreza em contrapartida ao processo de acumulação) e teriam serventia nesse sistema (um exemplo é a exploração de profissionais da reciclagem – pessoas que trabalham com catação de materiais recicláveis – por atravessadores/as, para a indústria). Seria necessário, então, um ponto de vista ‘valorativo’

em relação a um modo de viver do ser humano. Essa perspectiva pode ser encontrada nas reflexões arendtianas, nas análises das especificidades que ocorrem nos eventos humanos, a exemplo dos estudos sobre a exclusão de judeus/judias produzida no regime nazista<sup>76</sup>. A extrema pobreza cria problemas na esfera da humanidade; a atuação de muitos/as ‘guardadores/as de carro’ (a ‘imposição’ desse serviço) e a própria existência de seres humanos que vivem de maneira muito diferente da ‘normalidade’ social gera em muitas pessoas a hostilidade; gera, por vezes, o extermínio – a exclusão. Esse complexo processo de ‘desumanização’ precisaria ser considerado em sua especificidade e não apenas dentro de uma conjuntura global de acumulação. Oliveira encerra sua discussão apresentando dois vieses correlatos: quanto à gênese do problema social, a visão macroeconômica antidualista deve ser considerada (quem vive em estado de miséria não é responsável pela miséria); quanto às consequências do problema social, uma visão dualista, com princípios de reflexão ética e política, apresenta maior relevância, pois dentro de uma perspectiva valorativa humana é necessário ‘incluir’ os ‘excluídos’.

Escorel (1999) também chama a atenção para a utilização que já era feita dos termos ‘exclusão’ e ‘excludente’ nos trabalhos sobre desigualdade e pobreza, porém, segundo a pesquisadora, a categoria ‘exclusão social’ passou a ser utilizada a partir da década de 1990 com foco em ‘novas’ expressões da questão social, como o aumento da violência urbana e do número de pessoas que estavam morando nas ruas. A autora argumenta a favor da categoria ‘exclusão social’ e procura responder às críticas quanto à utilização do termo. Ela defende que há exclusão em uma perspectiva de mercado, e não apenas o que seria uma ‘marginalização máxima’, exemplificando que, se um indivíduo chegar ao ponto de dependência total para comer, morre, se passar muita fome (seria, então, um processo de exclusão podendo chegar até à morte biológica). Em uma perspectiva de sociedade democrática, não seria possível ser totalmente excluído, contudo, a noção de exclusão social teria um papel importante em uma realidade fortemente desigual e identificaria uma ‘patologia’ no sistema democrático. Essas percepções e os estudos sobre a exclusão social, segundo Escorel, poderiam contribuir para o destaque da questão social e seu debate na esfera pública com o objetivo da promoção de igualdade e justiça.

Há uma heterogeneidade de definições, teses e pressupostos em torno da noção de ‘exclusão social’, é o que observa Giuliana F. Leal (2008), demarcando um amplo campo de utilização do termo como em diversos livros, na mídia, em textos governamentais e de

---

<sup>76</sup> Registrados na obra *As origens do totalitarismo* (Arendt, 1990).

organizações não governamentais. A autora realiza um mapeamento e agrupamento de enfoques relacionados à exclusão social no Brasil. Em uma primeira análise, ela identifica a utilização do termo em estudos científicos que não utilizam uma noção de ‘exclusão social’ com precisão ou especificidade. Em um segundo momento, Leal (2008) separa, com fins analíticos, três agrupamentos que se unem por similitude nas definições em suas abordagens distintas, deixando claro que isso não esgota as definições possíveis. O Quadro 3 é uma síntese que procura identificar os grupos de trabalhos, suas autoras e seus autores<sup>77</sup>.

Definições de exclusão social	Conceito privilegiado na perspectiva adotada	Autoras e autores
Fragilização e ruptura de laços sociais	Integração social	Teresa Bracho (2001) Escorel (1999) Nascimento (1994) Oliveira (1997) Maria C. Oliveira e Luzia G. Pinto (2001) Mariangela B. Wanderley (2001)
Alijamento de direitos ou não cidadania	Cidadania	Dalberto Adulis e Rosa M. Fischer (1998) Patrícia H. M. Arzabe (2001) Lídio de Souza (2004) Aldaíza Sposati <i>et al.</i> (2003) Marcio Pochmann e Ricardo Amorim (2003) Pochmann <i>et al.</i> (2003) Maura P. B. Vêras (2001) Telma M. Ximenes (1999)
Conjunto de privações e vulnerabilidades	Contradição	Pastorini (2004) Tania S. dos Santos (2001) Bader Sawaia (2001) Pedro Demo (1998, 2003) José de S. Martins (1997, 2002)

QUADRO 3 – *Recortes analíticos da ‘exclusão social’*

A fragilização e ruptura de laços sociais, segundo Leal (2008), é bem desenvolvida por Escorel (1999), que empreendeu uma investigação sobre a situação de rua, entrevistou pessoas que estavam vivendo nessas condições e pesquisou entidades que prestavam algum tipo de assistência a elas; juntamente a essas atividades, realizou análises teóricas e empíricas sobre a exclusão social. Trabalhos de Hannah Arendt e Castel são utilizados como referências principais para a abordagem de Escorel, que tratou da exclusão social como resultado da integração de “processos de vulnerabilidade, fragilização, precariedade e ruptura dos vínculos

<sup>77</sup> Quadro semelhante consta em Leal (2008, p. 232); acrescentei, no Quadro 1, outros autores também citados por ela em outras partes de seu trabalho.

sociais em cinco dimensões: econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana” (Escorel, 1999, p. 17). Em síntese, as dimensões apontadas pela autora (1999, p. 75 – 80) podem ser assim apresentadas:

- ◆ econômico-ocupacional – o mundo do trabalho – relaciona-se à diminuição dos postos de trabalho (com destaque para os jovens), a empregos de tempo parcial ou de duração limitada, a instabilidade e a irregularidade ocupacional, o desemprego recorrente e duradouro, às dificuldades de inserção de mão-de-obra ‘não qualificada’ e os rendimentos decrescentes das ‘ocupações pauperizadas’. Essas condições do chamado ‘desemprego estrutural’ estariam gerando uma massa de pessoas ‘economicamente desnecessárias e supérfluas’, ‘inúteis e incômodas’.
- ◆ sociofamiliar – refere-se à fragilização nas relações na família, na vizinhança, na comunidade, conduzindo ao isolamento e à solidão. Percursos de distanciamento dos valores e das relações que estruturam o cotidiano, além de dificuldades de conseguir apoio frente a fragilidades econômicas; como é o caso do Brasil, onde a família se manteve como principal suporte das relações sociais (unidade de pertencimento).
- ◆ política – cidadania – diz respeito à precariedade no acesso e no exercício de direitos formalmente constituídos e de ‘incapacidade de se fazer representar na esfera pública’, um âmbito de ‘não cidadania’. A articulação da pobreza com a ‘não cidadania’ é um ponto central na caracterização da exclusão social (mas situações de desvinculação no âmbito da cidadania podem vir a reforçar os vínculos sociofamiliares).
- ◆ representações sociais – é o âmbito que possibilita entender a exclusão social para além dos elementos de sua produção (vínculos econômicos) e de sua consolidação (vínculos sociais e políticos) nos elementos que a tornam natural (vínculos culturais e éticos). É no terreno dos hábitos e costumes, no cotidiano social, nas interações, no âmbito cultural, no eixo de troca de valores simbólicos, que a exclusão se manifesta de maneira mais radical, criando ‘dois mundos’.
- ◆ vida humana - a exclusão social pode atingir o limite da vida humana; à medida que os grupos sociais excluídos centram sua preocupação em manter seu metabolismo em funcionamento, manter-se vivos, são expulsos da ideia de humanidade e, por vezes, da própria ideia de vida.

O alijamento de direitos ou não cidadania, conforme o recorte de Leal (2008), direciona o ponto de vista da exclusão social para a ‘exclusão de direitos humanos e sociais considerados básicos e universais’<sup>78</sup>; ao ‘alijamento dos frutos da riqueza numa sociedade e do desenvolvimento econômico’; bem como a desigualdade entre grupos para o exercício de direitos fundamentais para liberdade, participação política e comunitária<sup>79</sup>; o ‘sequestro de cidadania’<sup>80</sup>; o ‘não acesso aos mínimos sociais de cidadania’<sup>81</sup>.

O terceiro agrupamento apresentado por Leal (2008) apresenta a exclusão social como um conjunto de privações e vulnerabilidades relacionadas à contradição (de constituição histórica) das sociedades capitalistas, com destaque para a brasileira. Nessa perspectiva, destaca-se a relação com a pauperização; a desigualdade; a desestabilização de trabalhadores e de trabalhadoras outrora estáveis; a exclusão de participação política efetiva; a fragilidade ou ausência de proteção social; sendo uma forma de inserção / inclusão no circuito onde as atividades econômicas são reproduzidas (Pastorini, 2004; Santos, 2003; Sawaia, 2001; Demo, 1998, 2003; Martins, 1997, 2002).

Dentro desse último agrupamento, os trabalhos de Demo (1998, 2003) e Martins (1997, 2002) são destacados por Leal (2008) pelo fato de criticarem a noção de exclusão social e de trazerem nova contribuição sobre o tema<sup>82</sup>. Demo (1998) relaciona a exclusão à pobreza, chamando atenção para exterioridade e interioridade desta; as carências materiais (na dimensão da desigualdade) seriam o resultado histórico-processual da exclusão de caráter político – a ‘pobreza política’ – que dificulta a autonomia de determinadas pessoas. Entre as críticas à exclusão, ele discorda ‘da novidade’ para a realidade brasileira, por exemplo, dizendo que o ‘novo’ aqui é não ser possível manter a pobreza apenas na periferia, e também questiona como é possível ser ‘excluído’, ‘estar fora’, e mesmo assim ameaçar a ordem social. Dessa maneira, Demo (1998) fala em inclusão nas margens e argumenta que essa forma de existência serve à dinâmica capitalista, os indivíduos não são ‘irrelevantes’ ao sistema. Outro enfoque de questionamento é direcionado à exacerbação que é feita das vulnerabilidades das pessoas empobrecidas, pois isso retira a relevância dos aspectos políticos da pobreza.

Martins (1997) sugere que a sociedade capitalista exclui para incluir (quem trabalhava junto a seu próprio meio de produção passou a ter um vínculo salarial; a exclusão do campo

<sup>78</sup> Adulis e Fischer (1998).

<sup>79</sup> Arzabe (2001); Vêras (2001) traz considerações semelhantes.

<sup>80</sup> Souza (1994).

<sup>81</sup> Sposati *et al* (2003); Pochmann *et al* (2003) apresentam definições similares.

<sup>82</sup> Apesar disso, Leal observa que esses autores não apenas fazem referência ao termo ‘exclusão social’, mas também o utilizam. Para a autora (2008, p. 13): “A adoção do conceito que se critica pode ser, para os autores que assim procedem, um “mal necessário” para discutir uma temática importante engessada dentro de uma noção que não está à altura dela, ou pode ser uma armadilha, na medida em que acaba por legitimar a noção”.

tornou-se a inclusão na fábrica) com o objetivo de atender seus interesses. Atualmente, o problema seria o longo movimento transitório para a inclusão, ou para uma inclusão com enorme precariedade ou mesmo a não realização da mesma. Como exemplo, de maneira dramática, a prostituição infantil representaria uma inclusão econômica em uma sociedade que é excludente na perspectiva social, moral e política. O rótulo ‘exclusão’ é criticado por Martins (1997, 2002) por representar, em algumas utilizações, a razão do conjunto de problemas sociais; um movimento que empurra para fora; um estado irremediável, como se a dinâmica social não gerasse possibilidades transformativas, além de desconsiderar que, como uma expressão da contradição da sociedade capitalista, a exclusão social empurra as pessoas nessa condição para uma inclusão subalterna que reproduz mecanicamente o sistema econômico. Sendo assim, ele fala em ‘processos excludentes’, critica a relacionada visão dualista (excluídos / incluídos) e também o suposto padrão de referência de integração que se toma para poder determinar a exclusão.

Leal (2008, p. 16), como aproximação das diferentes definições de exclusão social, registra: “trata-se de impedimentos a níveis aceitáveis de participação na sociedade (...), pela ausência de trabalho estável, pela impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos, aos serviços, a estatutos reconhecidos e poderes de intervenção sobre o próprio destino”. O que poderia ser considerado, no século XIX, sobre a pauperização, vai encontrar as especificidades atuais em cada definição, com destaque para a que trata de rupturas de laços sociais, pois trata de mudança, algo que havia e não há mais. Ainda com base nas diferentes definições, Leal (2008, p. 17 – 18) identifica quem seriam, hoje, os ‘excluídos’:

no estágio final, são os pobres sem emprego nem qualquer forma de proteção social (seja garantida pelo Estado, seja dispensada por meio de redes de sociabilidade próxima). A ausência de participação política, o isolamento, o não pertencimento e outros elementos que fazem parte de seu universo são características derivadas dessas primeiras.

Até esse momento, parece clara a identificação das pessoas em situação de rua como ‘excluídos’, ou em outras palavras, a ‘exclusão social’ teria como um de seus principais resultados e exemplos a existência de pessoas em situação de rua tal como se apresenta no Brasil. Essa ‘clara identificação’ e esse ‘enquadre’ precisam ser questionados; alguns aspectos referem-se ao que se ‘diz’ com os modos de dizer<sup>83</sup> a ‘exclusão social’, quais as implicações do ‘dito’ e de suas construções / representações.

A linguagem que expressa a ‘exclusão social’ é fortemente marcada pelos problemas que recebem essa designação. A subjetividade que envolve os textos de quem lida com “os

---

<sup>83</sup> Estou utilizando o termo ‘modos de dizer’ no sentido de ‘formas de expressar’, ‘maneiras de comunicar’.



excluídos” ou com essa temática é muitas vezes percebida nas descrições e análises, pois se observa que a enorme discrepância entre seus ‘universos de inclusão’ e os ‘universos de exclusão’ muitas vezes chocam os indivíduos. Não vejo problema quanto a essa constatação, o problema é quando o ‘olhar’ para outrem e o ‘escrever sobre’ outrem carregam esse impacto de tal forma que a intenção de ‘lançar luz’ pode ofuscar, prejudicando principalmente perspectivas de emancipação e mudança social, as quais estão presentes nos mesmos textos. Nesse sentido, de forma conjugada, destaco um ‘glossário’<sup>84</sup> e uma utilização de afirmações categóricas que excluem ao tratar da ‘exclusão social’.

Sem pretender exaurir os termos e os modos de dizer, apresento alguns exemplos. Início com uma parte de uma citação que foi apresentada em parágrafos anteriores: Leal (2008, p. 16), ao registrar uma definição-síntese da ‘exclusão social’, fala da “impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos, aos serviços, a estatutos reconhecidos e poderes de intervenção sobre o próprio destino”. Não se fala em dificuldade ou extrema dificuldade “de acesso a...” ou em limitações ou grandes limitações para o “acesso a...”; fala-se em “impossibilidade”, uma afirmação categórica que transforma o possível<sup>85</sup> em impossível, por meio da linguagem.

Quanto ao ‘glossário excludente’ que permeia a ‘exclusão social’, elenco uma relação de termos:

- ◆ pessoas economicamente desnecessárias;
- ◆ pessoas supérfluas;
- ◆ indivíduos descartáveis;
- ◆ pessoas incômodas;
- ◆ indivíduos inúteis para o mundo;
- ◆ pessoas incapazes (de se fazer representar na esfera pública);
- ◆ pessoas sem laços sociais (ruptura / quebra ‘dos’ laços sociais<sup>86</sup>);
- ◆ indivíduos em descensão social<sup>87</sup>;
- ◆ pessoas sem sentido auto-atribuído à vida;
- ◆ excluídos.

<sup>84</sup> Como um ‘conjunto de termos’ relacionado à ‘exclusão social’.

<sup>85</sup> Apesar das forças limitadoras já observadas.

<sup>86</sup> Ruptura ou quebra ‘de’ laços sociais difere de ruptura ou quebra ‘dos’ laços sociais (nesse caso, ‘de’ representa uma determinada quantidade, enquanto ‘dos’ representa uma totalidade). É difícil pensar na possibilidade de um ser social não ter laços com outros, independentemente da efemeridade desses laços.

<sup>87</sup> Pessoas que estariam em ‘declínio’ na sociedade. O vocábulo ‘descensão’ em relação de antonímia com ‘ascensão’ acaba atribuindo valor diante do corpo social – o negativo e o positivo. Essa forma de ver a sociedade acompanha as discriminações presentes nas distinções entre ‘classe alta’ e ‘classe baixa’; ‘classe A’ e ‘classes D e E’; ‘primeiro mundo’ e ‘terceiro mundo’.

As diversas formas que depreciam e desqualificam o ser humano que está vivendo essa grave problemática social podem até colaborar para a transformação social, mas podem, por outro lado, contribuir com a estigmatização das pessoas e com o fortalecimento do ponto de vista da ‘impossibilidade’, que nesse caso está paralelo à um processo de naturalização.

Observe, ainda, o que diz Escorel (1999, p.81):

A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária.

O propósito de Escorel em seu livro (1999, p. 21) é possivelmente de contribuir com as análises da “realidade social brasileira contemporânea” com uma finalidade de mudança. Isso é percebido por Maria Cecília S. Minayo (1999, p. 13) que prefaciou o livro e comentou que a autora apresenta a “necessidade de transformação social”. Não obstante, a caracterização / significação da exclusão social apresentada por Escorel (p. 81) é categórica quando a autora sugere que a privação material “retira” até mesmo elementos constitutivos do ser humano e ainda assevera a inexistência de um “lugar social” para ele. Ora, além da própria incoerência / imprecisão do termo ‘exclusão social’, muitos de seus significados e caracterizações se mostram também atravessados por incoerências / imprecisões. Observe um dos resultados disso na orelha do livro de Escorel (1999), escrita por Barbara Freitag:

Despojados de sua cidadania, os “excluídos” ocupam o espaço público das ruas, somente para a manutenção da vida, restringidos ao processo biológico da sobrevivência (*labor*). Na medida em que também são excluídos do mundo do trabalho, da produção e do consumo (*work*), falta-lhes a alavanca que os poderia reinserir no mundo das relações sociais e políticas, condição necessária para a prática da cidadania (*action*). Tendo perdido ou jamais alcançado a condição humana de *zoon politicon* ou *homo faber* permanecem reduzidos à condição de *homo biologicus*, não se distinguindo muito de outros mamíferos.

Mesmo tendo situado teoricamente a questão com conceitos de Arendt: *labor*, *work* e *action*, e na sequência do texto ter vislumbrado o potencial do livro para colaborar na solução dos problemas da exclusão social, Freitag faz uma descrição negativa, fechada e generalizada da vida das pessoas que estão em situação de precariedade material (no caso, referia-se especificamente a ‘moradores de rua’). Uma descrição excludente influenciada pela própria ‘exclusão social’.

Castel (1998, p. 568) diz que “Exclusão não é uma ausência de relação social (...). Não há ninguém fora da sociedade (...)”. Em outras palavras, ‘exclusão social’ não é exclusão social. O problema é quando a ‘exclusão social’ parece torna-se exclusão social via linguagem e pode contribuir com práticas sociais que se relacionem às novas expressões da questão social. No Brasil, um desses riscos é retirar o *status* da cidadania dos indivíduos identificados de forma incoerente como ‘excluídos’.

Cidadãos e cidadãs são seres humanos<sup>88</sup> membros de um Estado e possuem direitos (sujeitos de direito) civis, políticos e sociais. O não cumprimento desses direitos implica falha do Estado e do corpo social como um todo. Não cabe penalizar a quem não teve o direito assegurado (garantido, atendido) tirando daquela pessoa o ‘direito a ter direitos’, tornando-a uma ‘não cidadã’.

Evidentemente, a cidadania não é apenas uma inscrição jurídica e sua plenitude é processual, considerando que a demanda por novos direitos flui nas transformações da sociedade. Se entendermos que a busca da justiça social deve ser constante, a desigualdade social é um obstáculo que deve ser permanentemente atacado.

Registro, a seguir, um excerto relativamente extenso de considerações de Sposati (1998<sup>89</sup>, p. 1), com o objetivo de comentar questões centrais para a reflexão sobre cidadania e exclusão social:

A sociedade economicamente afluyente do pós-guerra, associada à construção no Primeiro Mundo do modelo de Estado Social conhecido como de Bem-Estar Social, concretizou a noção da **universalidade da condição de cidadania**, ainda que individual e regulada do ponto de vista das regras de acesso determinadas pelo Estado. Esta noção constituiu a alternativa capitalista da inclusão social, enquanto possibilidade virtual de igualdade social.

Esta sociedade concretizou também a possibilidade histórica da **constituição da responsabilidade social do Estado** para com necessidades de reprodução social antes entendidas como de responsabilidade individual. Note-se que ambas noções não significam a plena redistribuição da riqueza social construída pela sociedade, mas a possibilidade da aquisição de um nível cidadão de acessos sociais.

Pode-se afirmar que esta foi a grande contribuição da social-democracia no primeiro mundo, que se estendeu como expectativa para os países do terceiro mundo. Foi em nome dela que os movimentos sociais construíram a legitimidade de luta para que suas demandas fossem incluídas nas respostas estatais no terceiro mundo. (grifo do original)

<sup>88</sup> A redundância e obviedade são intencionais, pois como temos visto, de maneira implícita ou explícita, por vezes a ‘cidadania’ e a ‘humanidade’ lhes são negadas.

<sup>89</sup> Exposição intitulada ‘Exclusão social abaixo da linha do Equador’, apresentada no Seminário ‘Exclusão Social’, em São Paulo, em 1998. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2009.

Logo em seguida, a autora discorre sobre a condição excludente do sistema capitalista e vê no avanço da regulação neoliberal uma marca da perda da responsabilidade pública conquistada anteriormente<sup>90</sup>, gerando um confronto com os direitos sociais e a cidadania<sup>91</sup>. Nessas condições, Sposati (1998, p. 3) é categórica “**A exclusão é a negação da cidadania.**” (grifo do original).

É preciso salientar dois aspectos relacionados ao que Sposati (1998) apresenta. O primeiro é quanto à “possibilidade virtual de igualdade social” e a “possibilidade da aquisição de um nível cidadão de acessos sociais”. Ambas as ‘possibilidades’ não foram concretizadas nem abandonadas por completo. O que ocorre atualmente é que a ‘virtualidade do possível’ sofre um esmaecimento quando confrontada com uma realidade que dificulta muitos acessos sociais. Dizer que esse processo nega a cidadania pode ter implicações não apenas ‘virtuais’, mas principalmente reais em aspectos físicos e simbólicos. Um exemplo é um possível ato da polícia militar de ‘expulsar’ pessoas que estejam dormindo em praças públicas, não as respeitando como cidadãs, não respeitando o direito de ir e vir e permanecer em locais públicos (ver na Seção 4.1 esse desejo de ‘expulsão’ registrado na revista *Veja*).

Negar a cidadania cria mais uma dificuldade, considerando-se que o problema está em não se ver garantido o que se espera em uma sociedade que institui a cidadania como um de seus princípios. O segundo aspecto relaciona-se a isso e à perspectiva que proponho nesta pesquisa, tratar as pessoas em situação de rua como cidadãos e cidadãs em situação de rua. Conforme apresentado por Leal (2008), pode-se separar analiticamente três abordagens de trabalho com a exclusão social no Brasil, uma delas reflete especificamente sobre a ‘não cidadania’, porém, chama a atenção o fato de que as outras duas abordagens vão apresentando direta ou indiretamente essa mesma compreensão. Nesse sentido, tratar a problemática social como ‘exclusão social’ termina por colaborar de uma maneira indesejada, talvez despercebida, com mais um estigma para as pessoas que estão nessa situação: o sinal, a marca da não cidadania.

O texto de Sposati (1998) carrega a intenção de mudança social, de mobilização para que a ‘inclusão social’ atinja níveis que respeitem a condição humana e a própria autora diz que é preciso transformar a “filantropia de benemerência na filantropia de cidadania baseada nos direitos sociais ou na dignidade cidadã” (p. 9), ou seja, o propósito em dizer que “a exclusão social é a negação da cidadania” não é o de negar a cidadania das pessoas; nisso está o conflito entre o que foi dito e sua possibilidade de interpretação.

---

<sup>90</sup> Conquistada nos países do ‘primeiro mundo’.

<sup>91</sup> Além de não atender devidamente o direito à diferença – a igualdade com equidade, nas palavras da autora.

Tratar do tema cidadania implica retornar ao clássico trabalho de Thomas H. Marshall (1967), devido a sua importância e influência exercida até os dias atuais (mesmo com seus limites). Discussões sobre ‘exclusão social’ fazem referências a ele e podem ser encontradas em textos brasileiros, por exemplo, no período de 1994 a 2008 (nessas datas específicas, veja Nascimento e Leal respectivamente). A construção da cidadania na Inglaterra é o foco com base no qual o autor estabelece um conceito de cidadania moderna baseado em um sistema de direitos que se compõe com três elementos:

Elemento civil: composto de direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade, direito de concluir contratos válidos e direito à justiça (direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual) –, institucionalizados pelos Tribunais de Justiça.

Elemento político: diz respeito ao direito de participar do exercício do poder político como membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo, mediante o Parlamento e os Conselhos dos governos locais.

Elemento social: intimamente relacionado ao agravamento da questão social, refere-se “a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social, e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (Marshall, 1967, p. 63). Apresenta como Instituições correspondentes o sistema educacional e os serviços sociais.<sup>92</sup>

Em suas considerações, Marshall (1967) indica que cada um desses elementos foi conquistado em um processo histórico que teria se iniciado com o estabelecimento dos direitos civis, atingindo os direitos políticos e finalmente alcançando os direitos sociais. A forma como essa concepção (que vincula os três elementos e os coloca em uma perspectiva evolutiva) é empregada para analisar outros contextos pode trazer dificuldades para a compreensão da cidadania. Parece-me que isso ocorre em análises brasileiras.

A falta do atendimento de direitos sociais aos ‘excluídos’, por exemplo, estaria impedindo-os de exercer os direitos políticos e também o usufruto dos direitos civis<sup>93</sup>. Qual pode ser o resultado de tal constatação com base na compreensão do que diz Marshall? Os ‘excluídos’ não são cidadãos. Dias (2006, 91), citando José M. Carvalho (2002), apresenta o

<sup>92</sup> A separação dos elementos em parágrafos distintos não faz parte do texto original, tal qual registrado em Dias (2006, p. 82 – 83).

<sup>93</sup> Leal (2008, p. 153) afirma que “os direitos são esvaziados se não existirem as condições objetivas para que se possa usufruir deles” e traz um exemplo de Marshall (1967) no qual a substância da liberdade de expressão é questionada “se, devido à falta de educação, não se tem nada a dizer ou se não há meio de se fazer ouvir”. Primeiro é necessário lembrar que um direito é tão importante quanto à luta para que ele seja assegurado. Faz parte das lutas sociais o intuito de que haja tanto direitos assegurados por leis quanto que eles sejam realizados concretamente. Quanto a esse pensamento de Marshall citado, é preciso saber qual é a concepção de educação da qual ele trata e ainda qual a concepção de ser humano que não teria nada a dizer.

que seria outro problema do nosso país; no Brasil, os primeiros direitos a serem efetivados foram os sociais; os direitos civis e políticos foram consolidados depois, sendo assim, “a cronologia e a lógica sequencial descrita por Marshall foram invertidas”. Sergio Tavolaro (2008, p. 118) sugere o que pode acontecer como essa percepção: “A não correspondência ou mesmo subversão de tal padrão significaria, por conseguinte, evidência inquestionável de imaturidade política e normativa, ou seja, sinal de atraso.” Se é possível pensar a cidadania brasileira desse modo, qual o olhar que é destinado a quem estaria no limite do ‘atraso’ dessa cidadania?

Tavolaro (2008) defende a ampliação do escopo conceitual da sociologia moderna para que ela possa captar as ‘constelações de cidadania’ existentes nas várias formas contextuais de sociabilidade. Nesse sentido, seu trabalho destaca que o próprio Estado de Bem-Estar Social da Inglaterra não atingiu o que deveria, não conseguindo, como um forte exemplo, acabar com a pobreza. Além disso, tomar a sequência de Marshall (direitos: civis / políticos / sociais) como algo a ser generalizado não cabe nem para o próprio contexto da Inglaterra, configurando-se um equívoco a sua aplicação rígida para análises de outros países, ou mesmo dentro de um mesmo país, levando em conta as transformações históricas e suas realizações que não seguem um padrão homogêneo, além disso, existem aspectos territoriais, de gênero, étnico-raciais. Com essas considerações, mostra-se frágil uma visão distorcida da cidadania brasileira ou mesmo a ‘exclusão social’ de brasileiros/as para a ‘não cidadania’.

Para sustentar sua argumentação, Tavolaro (2008) discute a *episteme* que trata do tema cidadania dentro da sociologia e que, como mostra o autor, está fortemente relacionada à concepção de cidadania de Marshall. Tavolaro aborda o que ele denomina ‘imaginário sociológico hegemônico da modernidade’<sup>94</sup>, identificando seus três principais pilares: “*diferenciação / complexificação social; secularização da normatividade; separação entre os âmbitos de ação públicos e os domínios privados*” (grifo do original), sendo assim, sociedades modernas seriam aquelas em que (Tavolaro, 2008, p. 121):

1. Estado, mercado, e sociedade civil necessariamente ocupam esferas plenamente diferenciadas entre si, reguladas exclusivamente por códigos próprios e dinamizadas por lógicas particulares;
2. a normatividade que regula as relações entre indivíduos e deles com o Estado e o mercado é plenamente desencantada e eficientemente salvaguardada da influência de concepções de mundo e sistemas normativos não racionalizados;

<sup>94</sup> Trata-se de uma grade de conceitos e noções consolidada como a maneira mais influente de se lidar com a modernidade. “Algumas das figuras centrais desse “imaginário sociológico da modernidade” são exatamente Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, Georg Simmel, além de alguns de seus herdeiros mais recentes, tais como Talcott Parsons, Niklas Luhmann e Jurgen Habermas” (Tavolaro, 2008, nota de rodapé 8).

3. e os âmbitos públicos e privados são também plenamente separados, cada um dos quais ordenado por códigos e lógicas particulares, comunicando-se entre si apenas e tão-somente através de canais apropriados que mantêm inalterados os termos e regras de cada um dos domínios.

Há uma variedade de configurações normativas na modernidade (a cidadania tem grande peso na normatividade) e as formas de sociabilidade são múltiplas. Portanto, de acordo com Tavoraro (2008, p. 126), é necessário “abandonar a sequência *direitos civis / direitos políticos / direitos sociais* como referência conceitual para se pensar os processos de institucionalização da normatividade moderna”, e, além disso, é preciso ampliar aquela *episteme* sociológica para que não permaneça ossificada e hierarquizada. O ajuste central, discutido mais amplamente pelo autor, ocorre com a inserção da concepção de ‘padrões variados’ no tripé do ‘imaginário sociológico hegemônico da modernidade’, que, em síntese ficaria da seguinte forma: padrões variados de diferenciação/complexificação social, padrões variados de secularização da normatividade, padrões variados de separação entre os âmbitos de ação públicos e os domínios privados.

Como evidência das transformações históricas de toda e qualquer sociedade moderna, Tavoraro aponta (conforme a Figura 3) diferentes cenários relacionados à cidadania, deixando explícito que estudos históricos mais exaustivos poderiam trazer resultados mais apurados.

DIREITOS SOCIAIS		DIREITOS POLÍTICOS		DIREITOS CIVIS	
+	-	+	-	+	-
Inglaterra Pré-Thatcher	Estados Unidos – Era Reagan	Estados Unidos século XX	URSS	Estados Unidos século XX	URSS
Leste europeu socialista	Inglaterra – Era Thatcher	Brasil pós-1988	Brasil – Era Vargas	Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial	Leste europeu socialista
França pós-Segunda Guerra Mundial	Rússia pós-1989	França pós-Segunda Guerra Mundial	Brasil 1964-1985	Brasil pós-1985	Brasil – Era Vargas
Brasil – Era Vargas	Brasil nos anos 1990	Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial	Leste europeu socialista		Brasil 1964-1985
Estados Unidos – Era Roosevelt		Inglaterra século XX	Alemanha Nazista	Inglaterra século XX	
Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial		Rússia pós-1989	Espanha Franquista	França pós-Segunda Guerra Mundial	

FIGURA 3 – *Cenários variados de cidadania moderna* (Tavoraro, 2008, p. 129)<sup>95</sup>

<sup>95</sup> Embora a discussão dos cenários não seja abordada aqui, entendo que a visualização dos dados da Figura 1 seja relevante.

Diante do que temos visto, assegurar a cidadania para as pessoas que já são cidadãs é necessário. A opção por tratar os cidadãos e cidadãs em situação de rua como ‘sujeitos de direito’ tem fundamento, conforme discussão apresentada. Isso, que pode ser considerado uma obviedade, tem enorme importância para o reconhecimento dos indivíduos e para propostas de transformação, pois já existe uma base legal que os reconhece, sendo momento de buscar a efetivação dos direitos que não estejam sendo garantidos efetivamente.

Compreendo que as pessoas que desenvolvem estudos que têm como identificação a ‘exclusão social’, ou usam esse termo/conceito, também pretendem que tais transformações aconteçam. Porém, mais uma vez, apresento alguns termos que compõem o ‘glossário excludente’ que não apenas permeia a ‘exclusão social’, mas que de certa forma a constitui. Os termos, agora, são especificamente relacionado à cidadania:

- ◆ não cidadão;
- ◆ não cidadania;
- ◆ descidadanização;
- ◆ cidadania excludente;
- ◆ cidadão de segunda categoria;
- ◆ cidadão de segunda classe;
- ◆ cidadão de terceira classe;
- ◆ cidadania inexistente;
- ◆ cidadania confinada;
- ◆ infracidadania;
- ◆ subcidadania .

Certamente os trabalhos e debates sobre a ‘exclusão social’, tanto do ponto de vista teórico quanto de análises práticas, dão visibilidade à problemática social. O que salta aos olhos nas ruas das grandes cidades e grita silenciosamente no cotidiano tem mobilizado agentes sociais, chegando até a esfera governamental. A nomeação da ‘exclusão social’ trabalha em um sentido positivo ao provocar a exigência da ‘inclusão social’. Um exemplo de resultado é a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que está tramitando em um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) do governo federal.

Cabe registrar que não é o conjunto de problemas que, reunidos, fundamentaria uma condição designada como ‘exclusão social’<sup>96</sup>) que está sendo questionado neste instante. As

---

<sup>96</sup> No contexto brasileiro, Nascimento (1994) fala de uma ‘nova exclusão social’.



indagações estão sendo postas sobre a designação, especificamente. Com base no que apresenta Escorel (1999), concordo que a exclusão mostra-se categórica na morte. Discordo, no entanto, com o argumento que se centra prioritariamente na perspectiva macroeconômica, pois, assim como Oliveira (1997), acredito que até mesmo a aquisição de alimentos para doação por parte de uma instituição assistencial envolve questões econômicas relacionadas a pessoas ‘excluídas’. Ainda é possível pensar no envolvimento com a produção ao lembrarmos-nos de sistemas de lançamento de água em calçadas de prédios residenciais, aqueles que têm o objetivo específico de impedir a permanência de pessoas ‘excluídas’ no local. A crítica antidualista<sup>97</sup> continua sendo pertinente.

Quanto à valoração humana, que, de acordo com Oliveira (1997), permitiria a dualidade ‘exclusão’ *versus* ‘inclusão’ como efeito de um processo, é possível perceber que dar visibilidade a uma ‘forma patológica de integração democrática’ (Escorel, 1999) seria uma maneira de atender a essa perspectiva. Contudo, estou propondo outro olhar para a mesma situação sem perder a perspectiva de dar valor ao *status* humano e muito menos sem deixar de questionar o problema que ocorre dentro de uma realidade que oficialmente tem o *status* da democracia. O intuito é pensar sobre essa conjuntura de uma maneira radical, que envolve o modo como ela é nomeada.

Sem perder de vista a inegável relevância do sistema econômico, precisamos ter em mente o sistema social em primeiro plano<sup>98</sup>. Pensando em sistema democrático, estamos pensando em sistema político. Os processos que geram a extrema pobreza e a vulnerabilidade acontecem em sociedade e, como já foi discutido aqui, os indivíduos que sofrem esses problemas não estão excluídos, fazem parte da sociedade. As pessoas precisam se reconhecer e reconhecer as outras como membros de um mesmo corpo social, independentemente das diferenças e posições dentro da mesma sociedade. Essa questão do ‘eu’ e de ‘outrem’ precisa situar-se na concepção daquilo que é ‘social’, do que seria a ‘sociedade brasileira’, por exemplo. De maneira prática, uma pessoa que está morando nas ruas é membro da sociedade assim como as que não estão, ou seja, não é uma extraterrestre. É preciso entender o problema como um problema social e que precisa ser resolvido. O problema é da pessoa, é meu e é seu

---

<sup>97</sup> Ver o início desta subseção.

<sup>98</sup> Reiteradamente se diz que o sistema capitalista é excludente. Deveria, então, haver outro sistema. Também é possível pensar-se em possibilidades além das que, historicamente, apresentaram grandes problemas, ou ainda buscar corrigi-los na proposta do sistema. O capitalismo subsiste em suas crises e metamorfoses, mas não é absoluto, definitivo ou a única forma econômica viável. Porém, enquanto se mantém o capitalismo, cabe aos seres humanos lutar pela própria humanidade dentro do sistema, em uma luta contínua para que o ‘social’ tenha maior relevância em relação ao ‘econômico’ – ou seja, uma luta contra o que está posto.

– é nosso, acontece em nossa sociedade. É preciso que isso também esteja inscrito na linguagem.

Em uma disparidade, o ordenamento jurídico-político brasileiro trata de cidadãos e cidadãs, a ordem econômica trata de ‘excluídos’ e ‘excluídas’. Dentro do sistema político democrático, que reconhece a igualdade de direitos, que reconhece o direito à cidadania, não se pode considerar cidadãos e cidadãs como pessoas excluídas. O exemplo que associa ‘pessoas excluídas’ à situação do povo judeu no nazismo guarda relações quanto a situações deploráveis vividas por seres humanos, mas não se aplica à realidade de um sistema oficialmente democrático (mesmo que incompleto e problemático). No regime totalitário analisado por Arendt (1990), a condição de sujeito de direitos era retirada do indivíduo judeu, que se tornava ‘apátrida’ e, nesse contexto oficial, passava por um processo de exclusão até a eliminação física.

No Brasil, é preciso garantir os avanços sociais conquistados. Não foi à toa que deixamos um regime de ditadura. Não foi à toa que a Constituição de 1988 foi promulgada e tem recebido emendas para seu aperfeiçoamento. Dar visibilidade ao velho problema da pobreza no Brasil e às novas formas de acirramento das desigualdades é fundamental no processo de transformação social. A intenção de muitas pessoas é justamente essa, quando pesquisam sobre a ‘exclusão social’. Minha preocupação é o efeito negativo da maneira como se identifica o problema.

Apontei, anteriormente, que há resultados positivos. Por outro lado, os resultados negativos parecem muito maiores. Parece que, em vez de assombrar, falar em ‘exclusão social’, ‘excluídos’, ‘excluídas’, tornou-se algo naturalizado. Um dos efeitos perversos parece ser uma espécie de ‘institucionalização da exclusão’. Indivíduos, grupos, organizações governamentais e não governamentais que procuram apoiar, de alguma maneira, pessoas em situações de vulnerabilidade associada, na maioria das vezes, à precariedade financeira, estariam apoiando ‘pessoas excluídas’. As práticas sociais que produzem e sustentam o problema humano em voga, passam a ser representadas como ‘práticas de exclusão social’, estando, dessa maneira, ligadas a uma ‘estrutura social de exclusão’. As práticas sociais que, em tese<sup>99</sup>, estariam buscando modificar a situação seriam ‘práticas sociais de inclusão’ lutando contra a ‘estrutura da exclusão social’ ou minimizando seus efeitos, ou ainda, criando formas de convivência com a ‘realidade dual’.

---

<sup>99</sup> Digo ‘em tese’ porque muitas ações paliativas e assistencialistas acabam fortalecendo e muitas vezes legitimando o que seria uma ‘estrutura de exclusão’.

Um sistema social, influenciado constitutivamente por um sistema econômico, que permite práticas perversas, as quais deixam seres humanos em situações precaríssimas, e ainda as nomeia de ‘exclusão social’, está discursivamente instituindo um nível de distinção humana que não existe<sup>100</sup>, mas que ganha vida / forma / ação por meio de uma realidade construída parcialmente via linguagem dentro de um sistema de crenças que é ao mesmo tempo coletivo e individual.

Conforme apresentado, diversos autores e autoras falam de ‘exclusão social’; alguns apresentam outras nomeações, porém sem descartá-la por completo: Pastorini (2004) fala em ‘nova pobreza’; Martins (1997), em ‘nova desigualdade’; Nascimento (1994), em ‘nova exclusão social’; Castel (1998) e Rosanvallon (1998), em ‘nova questão social’. Diante das revisões da literatura e das discussões realizadas, a abordagem que faço será identificada como ‘novas expressões da questão social’, Englobando, nessa mesma designação, as atuais expressões com as anteriores. A novidade não está apenas no ‘novo atual’, mas no ‘novo’ que se constrói na mesclagem.

Antes de encerrar esta subseção quero destacar que o termo ‘excluídos’ também se refere a mulheres. O que parece óbvio e natural foi mantido até esse momento por estar presente desse modo em trabalhos que tratam da exclusão e que foram citados. Como não vou trabalhar com a ‘exclusão social’, também não vou trabalhar com ‘excluídos’, termo que exclui as ‘mulheres excluídas’ ou as ‘includi’ nas margens do masculino genérico.

## **2.2 Cidadãos e cidadãs em situação de rua**

Para uma compreensão dos aspectos discursivos do problema social que afeta cidadãs e cidadãos em situação de rua, é necessário conhecer outros aspectos das práticas sociais. Nesse trajeto, relacionam-se as possíveis razões que provocam o ‘estar morando’ nas ruas, observam-se as caracterizações dos indivíduos, os censos, as descrições de um (ou vários) *modus vivendi / modus operandi*, as perspectivas / dificuldades de ‘saída das ruas’, o entendimento de processos sociais, as percepções de pesquisas governamentais e não governamentais.

### **2.2.1 Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**

Em 1997, Marcel Bursztyn e Carlos H. Araújo publicam um estudo sobre a situação de rua no Distrito Federal. Entre as conclusões a que chegam, apresentam a demanda de

---

<sup>100</sup> No caso do Brasil, nem o sistema político – democrático – nem sua legislação sustentam essa perspectiva.

pesquisas e ações em nível nacional para o tratamento da questão. Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) promoveu o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Juntamente a movimentos sociais relacionados a essa questão social, discutiu-se a elaboração de políticas públicas articuladas nacionalmente, sendo identificada a necessidade de um levantamento censitário<sup>101</sup> que permitisse uma caracterização socioeconômica. Em 2006, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para propor uma Política Nacional para a População em Situação de Rua; foi uma ação federal que propiciou, desde então, reuniões entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)<sup>102</sup>, o Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério das Cidades (MCidades), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Cultura (MinC), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Representantes do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) também participaram do Grupo. A partir desses encontros foi efetivada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, cujos resultados foram tornados públicos em abril de 2008 por meio de um Sumário Executivo (META<sup>103</sup> e MDS, 2008). A seguir, apresento algumas informações que constam nesse documento, acrescidas de comentários ou apenas com o registro dos dados, pois estes já têm relevância para este trabalho.

As pessoas que foram participantes da pesquisa deveriam ter 18 anos completos ou mais e estarem vivendo em situação de rua. 23 capitais foram pesquisadas, entre as quais não constavam São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre<sup>104</sup> por possuírem dados próprios e recentes. Também fizeram parte do estudo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, totalizando 71 cidades. Nesse sentido, destaco a importância da amostra nacional, mas chamo a atenção para o fato de ser uma amostra. Ficaram de fora todas as demais cidades que tinham até 299 mil habitantes, muitas das quais poderiam estar convivendo com a problemática da cidadania em situação de rua.

---

<sup>101</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelos censos nacionais, coletava os dados com base em domicílios, portanto, não pesquisava essa população.

<sup>102</sup> Coordenador do GTI; principal responsável para formular políticas públicas para a população em situação de rua e responsável pela contratação da pesquisa (em acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO).

<sup>103</sup> Trata-se da empresa que foi contratada, depois da licitação, para realizar a Pesquisa – Meta Instituto de Pesquisa de Opinião.

<sup>104</sup> Por iniciativa municipal, Porto Alegre estava desenvolvendo concomitantemente uma pesquisa semelhante.

31.922 pessoas em situação de rua foi o total identificado nessa pesquisa. Se for somado a resultados das pesquisas de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, o total seria superior a 44.000 pessoas<sup>105</sup>.

Antes de registrar outros resultados, faz-se necessário dar conhecimento de três conceitos centrais utilizados para a realização da Pesquisa Nacional: ‘população em situação de rua’, ‘rua’ e ‘albergue’ (MDS, 2008a, p. 3 – 5). Essas definições possibilitam uma melhor compreensão da problemática social (por isso faço questão de registrá-las, a seguir, exatamente como identificadas na Pesquisa) e colaboram na identificação do grupo que está sendo denominado nesta tese como cidadãos e cidadãs em situação de rua.

a população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.

Por “rua”, entendem-se locais situados:

- sob pontes, marquises e viadutos, a frente de prédios privados e públicos;
- em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias;
- em cascos de barcos na areia, embarcações não utilizadas no período noturno, portos, estações de trem, rodoviárias, a margem de rodovias;
- em esconderijos abrigados, dentro de construções com áreas internas ocupáveis; galerias subterrâneas, becos, postos de gasolina;
- nas áreas próximas aos depósitos de lixo, à reciclagem de material, ao ferro velho, às feiras e aos pontos comerciais;
- nos depósitos e prédios fora de uso, casas e prédios abandonados e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência.

Albergues, num sentido mais amplo, são instituições de denominações variadas, que oferecem pernoite gratuito, ou por preços simbólicos, para a população que dorme na rua. Estes estabelecimentos são geralmente mantidos pelo poder público (especialmente Prefeituras Municipais e Governos Estaduais), mas podem ser também mantidos por ONGs, Igrejas, organizações filantrópicas privadas etc.

As instituições, incluídas na definição operacional de albergue, foram:

- Albergues – “serviços continuados destinados a adultos (inclusive idosos, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados) que se encontram em situação de rua ou abandono. Oferecem condições para que as pessoas possam repousar e restabelecer-se. Por meio de acompanhamento

---

<sup>105</sup> É preciso levar em conta que os momentos de aplicação da pesquisa, bem como as metodologias apresentam distinções, o que torna a somatória uma estimativa e não um dado preciso. O Sumário Executivo (META e MDS, 2008) cita essas pesquisas, as quais apresentam resultados da quantificação dos maiores de 18 anos e o ano de divulgação; respectivamente: São Paulo, 10.399, em 2003; Belo Horizonte, 916, em 2005; Recife, 888, em 2005.

profissional devem trabalhar de modo articulado com os demais serviços da rede, visando o resgate de vínculos familiares e comunitários ou a construção de novas referências, bem como a conquista de autonomia para a vida independente”.

- Abrigos – “serviços continuados de proteção social especial de alta complexidade, que oferecem acolhida, cuidado e espaço de socialização e desenvolvimento, com atendimento especializado a pessoas em situação de abandono ou risco pessoal/social e que necessitem de atendimento fora do núcleo familiar de origem (mulheres vitimizadas, idosos, crianças e adolescentes, mulheres com crianças, dentre outros). Funcionam como moradia temporária, até que seja viabilizada a integração ao convívio familiar (família de origem ou substituta) ou alcance de autonomia”.

- Casas de passagem ou de apoio – equipamentos de acolhida temporária destinados ao atendimento de pessoas em situação de rua, abandono, risco, violação de direitos (crianças, adolescentes, migrantes, dentre outros). Oferecem espaço de acolhida inicial ou emergencial, durante período de realização de diagnóstico da situação. Possibilitam que, após o diagnóstico e definição de qual serviço melhor atende às demandas identificadas, as pessoas sejam encaminhadas para outros equipamentos da rede de proteção social.

Hospitais e clínicas, casas de convivência e instituições religiosas também foram pesquisadas, pois poderiam estar recebendo pessoas em situação de rua. Estabelecimentos hoteleiros de baixo custo a exemplo de ‘albergues’ e ‘albergues da juventude’ não fizeram parte do levantamento.

Minha opção em identificar em primeiro lugar os cidadãos, na maioria das vezes e até mesmo no título, é influenciada pelo fato de a maioria das pessoas em situação de rua ser homens. Na Pesquisa Nacional, verificou-se que 82% dessa população é masculina.

Quanto à faixa etária, a Figura 4 mostra seis divisões e seus percentuais. O Sumário Executivo (META e MDS, 2008) destaca que 53% dessas pessoas têm entre 25 e 44 anos.

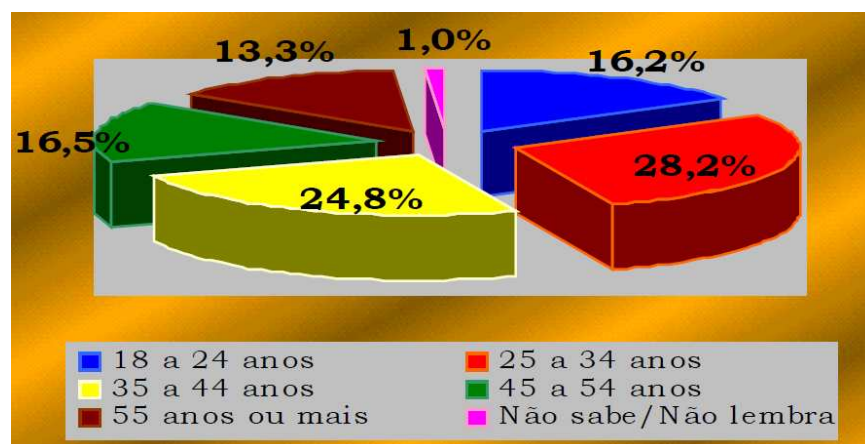


FIGURA 4 – População em situação de rua por idade<sup>106</sup>

<sup>106</sup> Essa Figura foi exibida na apresentação dos resultados da pesquisa nacional, feita pelo MDS em abril de 2008.

O percentual das pessoas em situação de rua que se declaram pardas e pretas é de 67% (39,1% se declararam pardas; 27,9%, pretas). 29,5% das pessoas se declararam brancas; 1,3%, indígenas; 1,0%, amarelas/orientais; 1,2%, foi de não definidas ou não declaradas.

Com relação à formação escolar, 74% dos cidadãos e das cidadãs que participaram da pesquisa sabem ler e escrever; 17,1% não sabem escrever. 95% das pessoas não estavam estudando. Como pode ser observado na Tabela 1 (META e MDS, 2008, p. 7), quase a metade das pessoas frequentou o ensino fundamental. Nessa pesquisa, 384 pessoas estiveram no nível superior (completando-o ou não).

TABELA 1 – *Cidadãos e cidadãs em situação de rua segundo a escolaridade*<sup>107</sup>

Escolaridade	F	%	%a
Nunca estudou	4.175	15,1	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4	63,5
1º grau completo	2.854	10,3	73,8
2º grau incompleto	1.045	3,8	77,6
2º grau completo	881	3,2	80,8
Superior incompleto	190	0,7	81,5
Superior completo	194	0,7	82,2
Não sabe / Não lembra	2.136	7,7	89,9
Não informado	2.787	10,1	100
<b>Total</b>	<b>27.647</b>	<b>100</b>	

Quanto às razões para estar vivendo em situação de rua, observe o seguinte excerto (META e MDS, 2008, p. 7):

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

Quando eu o li pela primeira vez, fiquei preocupado com o reforço a um estigma, pois as sínteses da mídia e da população em geral tenderiam (a meu ver) a elencar uma sequência de três razões, a principal sendo alcoolismo/drogas. Minhas leituras e reflexões caminhavam em outra direção, considerando a forte influência da pauperização, das mudanças no mundo do trabalho, e do desemprego – situações que podem, inclusive, provocar o uso excessivo de álcool e drogas, bem como a fragilização e até mesmo a ruptura de laços familiares. Contudo, para captar em uma pesquisa se isso realmente procede, ou se há outro(s) processo(s) de maior relevância, é necessário desenvolver um método, ou questões que permitam um resultado mais aprimorado.

<sup>107</sup> 27.647 refere-se ao total de entrevistas válidas; ‘F’, à frequência de ocorrências; ‘%’, ao percentual relativo à frequência; e ‘%a’, ao percentual relativo acumulado.

Tive três oportunidades de participar do debate desse problema. A primeira foi no Seminário “A Realidade da População de Rua no Brasil”, promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPS), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, em 14 de maio de 2008, quando questionei à mesa sobre um possível problema da Pesquisa Nacional, que teria gerado um resultado duvidoso relacionado aos motivos que levariam alguém à situação de rua. A pessoa que representava o MDS na mesa comentou que a pergunta sobre os motivos admitia múltiplas respostas, sendo uma forma de captar a percepção das pessoas entrevistadas; não se tratava de identificar especificamente uma causa, mas considerar os múltiplos fatores.

Anderson Lopes, representante do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da População de Rua (MNPR), fazia parte da mesa e relatou que vivia há 18 anos em situação de rua e o que ele percebia era que o álcool, mas especificamente a cachaça, torna-se uma forma de sobrevivência nas ruas, servindo para enfrentar o frio, para enfrentar a situação de rua e até para falar com a Assistência Social. Ele destacou, porém, que não era o álcool que gerava a situação de rua; segundo ele, a razão principal é o desemprego.

A pesquisadora Maria Lúcia Lopes da Silva era o terceiro membro da mesa e comentou que tanto a Pesquisa Nacional quanto seu relatório eram muito relevantes, mas era preciso avaliar em alguns casos, como o que está sendo tratado, a estrutura do questionário e as análises presentes no relatório. Ela também defendeu a ideia de que a deficiência ou ausência de renda é um dos principais motivos geradores de problemas que terminam provocando a situação de rua.

A segunda oportunidade de abordar essa questão da pesquisa nacional e sua apresentação em documento oficial foi quando recebi do MDS a minuta da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Nela constava o mesmo parágrafo que apresentei anteriormente (META e MDS, 2008, p. 7). Enviei, então, uma mensagem eletrônica (Apêndice A) ao MDS, sugerindo uma reavaliação desse dado da pesquisa e caso isso não fosse feito, que houvesse uma explicação das correlações entre os motivos e um destaque para a similaridade dos percentuais das principais razões apresentadas.

O terceiro momento aconteceu quando li a versão da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que ficou disponível para consulta pública por meio da página eletrônica do MDS. Lá foi possível notar um parágrafo a mais para tratar do quesito que estamos discutindo. Cito os dois parágrafos a seguir (MDS, 2008b, p. 3 – 5).

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego



(29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem, muitas vezes, estar correlacionados).

No entanto, destacamos que os problemas com familiares, em conjunto, abrangendo as separações amorosas, apresentou o maior percentual relativo das motivações para a ida a rua. O problema do uso abusivo de álcool e de drogas destacou-se como o segundo aspecto mais relevante, e, em terceiro, o desemprego.

Com essa alteração, os problemas familiares passam a ser a principal razão que origina a situação de rua. Encaminhei outro e-mail (Apêndice B) para o MDS sugerindo modificações nesse tópico, centradas principalmente na questão da pobreza extrema, na maneira de apresentar os resultados e na expectativa de que uma futura pesquisa indique com maior precisão as correlações apresentadas.

Algum tempo depois, o MDS respondeu uma solicitação feita por mensagem eletrônica e, assim, tive acesso aos questionários utilizados na pesquisa, um com 19 perguntas (levantamento censitário – Anexo Y) e outro com 62 perguntas (levantamento amostral, de 10,4% do total de pessoas – Anexo Z). Em ambos, a pergunta de número 6 era a seguinte: “Quais os principais motivos pelos quais você passou a viver / morar na rua / albergue?”; com a instrução: “(Anote até 3, sem ler as alternativas)”. As opções registradas para a questão eram: 1 - Perda da moradia; 2 - Ameaça / Violência; 3 - Problemas com pai / mãe / irmãos; 4 - Separação / decepção amorosa; 5 - Alcoolismo / drogas; 6 - Desemprego; 7 - Trabalho; 8 - Tratamento de Saúde; 9 - Preferência/Opção própria; 10 - Outro: \_\_\_\_\_; 11 - Não sabe/ Não lembra; 12 - Não respondeu.

A opção de separar o que se refere a ‘problemas com familiares’ em duas alternativas distintas (3 e 4) gerou os resultados e análises que vimos. Resultados diferenciados também poderiam ser obtidos caso a opção 5 (alcoolismo / drogas) fosse desmembrada em duas. Quanto aos itens 6 (desemprego) e 7 (trabalho), parecem ter correlação; se realmente houver, isso também pode ter influenciado nos resultados. Diante disso, enquanto resultado de ‘percepções’, o resultado dessa questão da pesquisa nacional tem alguma validade. Porém, o que é preocupante é a forma como esse resultado pode ser interpretado socialmente. Ou seja, o problema que pode ter sua razão central em relação a desemprego / trabalho, pode passar a ser sintetizado como resultado do uso de drogas e álcool – um dado impreciso pode tornar-se um reforçador de estigmas.

Tratando de renda pessoal, 52,6% das pessoas que participaram da pesquisa por amostragem recebem entre R\$ 20,00 (vinte) e R\$ 80,00 (oitenta reais) semanais.

A ideia de que a maior parte dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua era proveniente de migração do campo para a cidade torna-se obsoleta com os resultados da Pesquisa Nacional. 45,7% das pessoas sempre viveram na cidade em que estavam no momento da entrevista e 71,9% dos indivíduos que vieram de outro local, eram provenientes de área urbana, conforme pode ser observado na Tabela 2 e na Figura 2.

TABELA 2 – Último município de moradia<sup>108 109</sup>

Último município de moradia	F	%
Sempre viveu no município atual	12.641	45,7
Município do estado atual	8.379	30,3
Município de outro estado	6.405	23,2
Município de outro país	36	0,1
Não sabe/Não lembra/Informações incompletas	186	0,7
<b>Total</b>	<b>27.647</b>	<b>100,0</b>

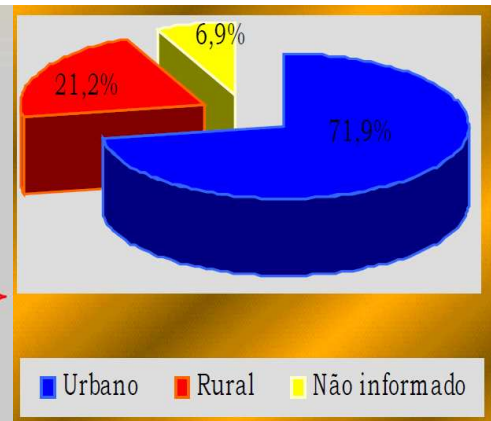


FIGURA 5- Último local de moradia: área<sup>110</sup>

Com relação às pessoas que já moraram em outras cidades, 59,9% viveram em até três municípios<sup>111</sup>; 60,1% não dormiam em albergue ou na rua no município anterior; 45,3% mudaram-se em busca de trabalho.

Do total das cidadãs e cidadãos em situação de rua que participaram da pesquisa, 48,4% estavam há mais de dois anos dormindo em albergue ou na rua. 69,6% das pessoas entrevistadas costumavam dormir na rua; 22,1%, em albergue e 8,3% em ambos. Em relação à preferência, 46,5% do total prefere dormir na rua<sup>112</sup>; 43,8%, em albergue<sup>113</sup>. 51,9% têm parente na cidade onde estão. Todavia, a comunicação com esses parentes acontece em intervalos diários a mensais para 34,3%, enquanto 38,9% não mantém contato com esses parentes. Quanto a parentes que vivem em outro município, 23,1% das pessoas afirmou manter contato.

<sup>108</sup> Essa imagem foi exibida pelo MDS na apresentação dos resultados da pesquisa nacional, em abril de 2008.

<sup>109</sup> Considerando que estou dando ênfase à questão da cidadania e que há pessoas que nasceram em outros países e encontram-se em situação de rua no Brasil (as 36 identificadas nessa tabela tendem a não ser brasileiras), destaco que o sentido de cidadania utilizado vincula-se a *status* e que, mesmo não tendo a nacionalidade brasileira, essas pessoas devem ser respeitados e tratadas dignamente pelo Estado, pois o Brasil é signatário de convenções internacionais relacionadas a Direitos Humanos.

<sup>110</sup> Essa imagem foi exibida pelo MDS na apresentação dos resultados da pesquisa nacional, em abril de 2008.

<sup>111</sup> O percentual das pessoas que viveram em seis cidades ou mais foi de 11,9%.

<sup>112</sup> Alguns dos motivos que indicam para não preferirem albergue são: falta de liberdade, horários, proibição de uso de álcool e/ou drogas, dificuldades em conseguir vagas, maus tratos / violência.

<sup>113</sup> Motivos para não preferirem a rua: violência, desconforto, aspectos climáticos, dificuldade para higiene pessoal, ação policial, outros.

Um dado muito relevante da pesquisa é que 70,9% dos cidadãos e cidadãs em situação de rua são trabalhadores e trabalhadoras. Somente 15,7% informaram que pedem dinheiro como principal forma de sobrevivência. Entre as principais atividades desenvolvidas estão: coleta / catação de materiais recicláveis, 27,5%; cuidar de carros / flanelinha, 14,1%; construção civil 6,3%; vendas, 5,8 %; limpeza, 4,2%.

58,6% afirmaram ter alguma profissão, destacando-se construção civil (27,2%), comércio (4,4%), trabalho doméstico (4,4%) e mecânica (4,1%). No entanto, 97% não estava trabalhando com carteira assinada, sendo que 47,7% dos cidadãos e cidadãs em situação de rua que participaram da pesquisa nunca trabalharam com carteira assinada. 50% das pessoas que tiveram a carteira assinada em algum momento já estão há mais de cinco anos sem registro.

Quando foi feita a pergunta: “Você se alimenta todos os dias?” e as respostas esperadas eram ‘sim’ ou ‘não’<sup>114</sup>, ficou subentendido que uma resposta ‘sim’ equivaleria a fazer ao menos uma refeição por dia. Das pessoas que participaram da pesquisa por amostragem, 79,6% responderam ‘sim’ e 19% responderam ‘não’. Portanto, o percentual das pessoas que não se alimenta todos os dias é alto, o que é algo seríssimo. Preocupa-me, também, a resposta ‘sim’. Em que sentido? Se o que temos como referência é a necessidade mínima de fazer três refeições por dia, se foi feita apenas uma, temos então um índice altamente problemático. Para uma próxima pesquisa nesses moldes, talvez seja indicada a pergunta: “Quantas refeições você faz por dia?”

Entre as principais formas de conseguir alimento, 27,4% compram com seu dinheiro.

Com relação a ter algum problema de saúde, 27,9% das pessoas entrevistadas respondeu ‘sim’; 62%, ‘não’; e 8% não responderam, não sabiam ou não se lembravam.

No Quadro 4, estão registrados os três principais locais utilizados para se tomar banho e para fazer necessidades fisiológicas.

Local	Para banho	Para necessidades fisiológicas
Rua	32,6%	32,5%
Albergues / abrigos	31,4%	25,2%
Banheiros públicos	14,2%	21,3%

QUADRO 4 – Locais utilizados para banho e necessidades fisiológicas

A ínfima quantidade de banheiros públicos é um problema para cidadãs e cidadãos em geral; porém, torna-se mais perceptível para quem está em situação de rua.

<sup>114</sup> Ver Anexo Z.

Possuir documentos de identificação é algo de extrema importância para quem está em situação de rua. Nesse sentido, a pesquisa nacional apresenta um dado relevante: 58,9% das pessoas que participaram da pesquisa tinham Carteira de Identidade e 21,9% possuíam os cinco documentos indicados na Tabela 3 (META e MDS, 2008, p. 12); no entanto, 24,8% não tinham nenhum desses documentos.

TABELA 3 – *Posse de documentos de identificação*<sup>115</sup>

Tipo de documento	%
Carteira de identidade	58,9
Certidão de nascimento/casamento	49,5
CPF	42,2
Carteira de Trabalho	39,7
Título eleitoral	37,9
Sem documento algum	24,8
Todos os documentos	21,9

Quanto ao recebimento de recursos de programas governamentais, 88,5% não recebiam nenhum; 3,2% recebiam aposentadoria; 2,3% eram atendidos pelo Programa Bolsa Família do governo federal.

As discriminações aos cidadãos e às cidadãs em situação de rua não têm sua existência apenas nos ‘olhares’ ou na perspectiva discursiva. Os elementos das práticas sociais estão interligados, de maneira que as crenças e os valores norteiam as relações sociais e as atividades, como, por exemplo, o impedimento da entrada de cidadãs e cidadãos em determinados locais e a realização de determinadas ações. A Figura 6 (META e MDS, 2008, p. 13) apresenta alguns desses impedimentos:

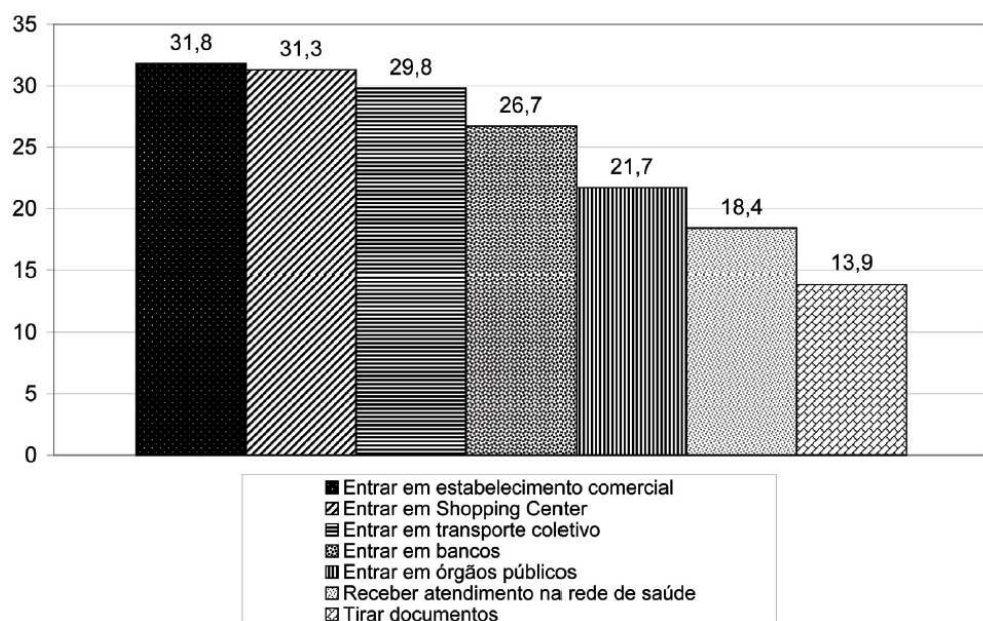


FIGURA 6 – *Impedimentos de entrada em locais ou de realização de atividades*

<sup>115</sup> Essa questão da pesquisa nacional permitia múltiplas respostas.

É preciso refletir sobre esses dados para ter a percepção de que para cada um dos itens, foi necessário que a pessoa tentasse entrar ou requerer algo para, então, ser impedida. Certamente, outros cidadãos e outras cidadãs em situação de rua não foram impedidos porque não arriscaram entrar. Diversas formas simbólicas, verbais, e creio que principalmente não verbais, dão o veredicto do impedimento. O impedimento manifestado no silêncio.

Com base nessas mesmas informações, foi possível constatar na pesquisa que 54,5% das pessoas passaram por algum desses tipos de discriminação explícita (MDS, 2008b).

Se cruzarmos dois dados, mesmo de forma imprecisa<sup>116</sup>, veremos que 24,8% não possuem nenhum documento e 13,9% dos indivíduos foram impedidos de tirá-los. É preciso fazer uma análise em detalhes dos dados para perceber características elementares dos problemas da situação de rua. Não ter documentos em uma determinada circunstância pode significar o resultado de um impedimento.

2,9% das pessoas afirmaram participar de algum movimento social ou associação<sup>117</sup>. O percentual é pequeno, todavia, é muito grande simbolicamente. Só para ser direto em uma análise específica: como é possível sustentar que as pessoas em situação de rua, problemáticamente chamadas de ‘excluídos’, não podem representar-se, organizar-se, exigir direitos? A realização de reuniões ministeriais, a realização da Pesquisa Nacional, a própria execução da pesquisa e o processo de fazer, criticar, refazer a Política Nacional aconteceu com a apresentação de demandas e com a participação efetiva do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua que é formado por cidadãos e cidadãs que estão ou estiveram em situação de rua.

### **2.2.2 A situação de rua**

Os processos que provocam a ‘situação de rua’ são registrados historicamente desde a época pré-industrial das sociedades europeias. Era resultado da pauperização provocada pela absorção insuficiente nas indústrias, da mão de obra das pessoas expulsas do campo. A acumulação capitalista se reproduz com a existência de pessoas que não são envolvidas no processo de produção (diretamente), servindo à manutenção da demanda / oferta de trabalho e o controle dos salários. Dessa maneira, a ‘situação de rua’ surge no contexto da pauperização generalizada ocorrida na Europa, no século XVIII, fruto da ‘questão social’ – fruto das tensões decorrentes da relação entre o capital e o trabalho (Maria Lucia Lopes da Silva, 2009).

---

<sup>116</sup> Como não possuo o banco de dados da pesquisa nacional, não posso fazer um cruzamento ao ponto de afirmar que as pessoas que não possuem nenhum documento são as mesmas que foram, em alguma circunstância, impedidas de tirá-los. Meu objetivo nesse momento não é esse, é apenas de ponderar sobre a situação.

<sup>117</sup> 1,6% não responderam e 95,5% não participam.

O problema do desemprego ou da falta de trabalho com remuneração que atenda minimamente as necessidades das pessoas trabalhadoras (e de suas famílias) é um fator que influencia a situação de rua, como foi possível observar na seção anterior (2.2.1). No Brasil, a partir da década de 1970, isso começa a ganhar mais visibilidade, à medida que o número de pessoas nessa condição aumenta. Cleisa M. M. Rosa fez um levantamento de textos jornalísticos que foram publicados sobre ‘população de rua’ na cidade de São Paulo de 1970 a 1998 (Rosa, 1999). Nestes textos, é possível perceber:

- como o número de pessoas desempregadas da construção civil estava vivendo nas ruas da capital paulista;
- como se dava a associação ou oposição entre o que se entendia como ‘mendigo’ e ‘população de rua’;
- o aumento da miséria que estaria acontecendo por causa da crise econômica;
- as ações da Polícia Militar convocada a ‘retirar’ das ruas as pessoas em situação de rua ou tomando para si a função de ‘retirá-las’ por conta própria ou encaminhá-las para a delegacia;
- o desenvolvimento da ‘arte’ da arquitetura ‘antimendigo’ que diz ‘Afaste-se’ por meio do silêncio do concreto sem marquise, das grades das igrejas, dos equipamentos projetados para lançar jatos de água sobre as calçadas;
- as reivindicações dos cidadãos e cidadãs em situação de rua por direitos;
- as ações ‘higienistas’ e as tentativas de ‘transferências’ para a periferia;
- o direito de ir e vir ganhando visibilidade;
- a formação de associações pelas pessoas que trabalham coletando / catando papel.

Mesmo considerando as dificuldades para se coletar material jornalístico sobre situação de rua que fosse anterior à década de 1990, principalmente por não serem materiais disponíveis em arquivos eletrônicos, é nítido o crescimento da repercussão do tema nos meios de comunicação que circulavam em São Paulo. Rosa (1999) conseguiu coletar três notícias da década de 1970; 103, da década de 1980; e 529 da década de 1990 (até 1998).

O aumento da cobertura jornalística aconteceu não apenas pela percepção do problema social, mas certamente também pelo aumento do número de pessoas em situação de rua. Em pesquisa realizada em 1991 a quantidade de cidadãos e cidadãs em situação de rua no centro da cidade de São Paulo (mais especificamente na Região Administrativa da Sé, parte da Mooca e da Penha, em 329 pontos de pernoite) era de 3.392 (Maria Antonieta da C. Vieira; Eneida M. R. Bezerra; Cleisa M. M. Rosa, 2004). Em 2000 e 2003 foram feitas pesquisas

censitárias na cidade de São Paulo; em 2001, o número de pessoas em situação de rua era de 8.706 (São Paulo); em 2003, 10.399 (São Paulo; FIPE, 2003).

Silva (2009) identificou por meio de sua pesquisa que, no Brasil, as mudanças no mundo do trabalho, no período de 1995 a 2005, influenciaram decisivamente a realidade da situação de rua, que atingiu um número crescente de cidadãos e cidadãs<sup>118</sup>. Entre as constatações da autora sobre caracterizações da situação de rua, está a identificação de seis aspectos (p.105 a 122 – apresento-os em síntese com breves discussões):

1. *múltiplas determinações* – diversos estudos apresentam fatores como ausência de moradia; ausência ou insuficiência de renda; falta de vagas no mercado de trabalho; morte de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, ruptura de vínculos familiares e/ou comunitários; doenças mentais; consumo frequente de bebida alcoólica ou de drogas; desastres de massa como terremotos e inundações. Há fatores que se destacam, bem como os que são típicos de determinada localidade ou época. A história revela que causas estruturais da condição de rua vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista, como processos iminentes da acumulação do capital (como vimos na seção 2.1).
2. *uma expressão radical da questão social na contemporaneidade* – a autora apresenta uma discussão questionando a “novidade” da “nova questão social” presente em Castel (1998) e Rosanvalon (1988); defendendo, com sustentação em José P. Netto (2004) e Mariada V. Yamamoto (2004, 2005), uma reflexão com base em análises de Marx e tendo o socialismo como horizonte. Dessa maneira, desemprego e desigualdade (por exemplo) não são resultados naturais da sociedade moderna; são resultados iminentes da sociedade capitalista com base em sua relação capital / trabalho. A questão social se caracteriza não apenas pela identificação de uma pauperização, mas principalmente por sua associação com os desdobramentos sociopolíticos dessa condição, as lutas sociais, rebeldia, resistência, oposição. Ela tem novas expressões, além das que já são conhecidas. A questão social é parte constitutiva das relações sociais capitalistas. Silva (2009, p. 111) cita Yamamoto (2004, p.10 – 11, com os grifos desta autora):

---

<sup>118</sup> A autora opta sempre pela designação ‘população em situação de rua’. A utilização de ‘cidadãos e cidadãs em situação de rua’ é uma interferência minha ao tratar de conteúdo presente em Silva (2009).

A questão social, **enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas**, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção / reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, **a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universais, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública.**

A população em situação de rua seria uma expressão da questão social desde seu início até os dias atuais, tornando-se intensa na atualidade por conta das transformações no mundo do trabalho. Assim como as desigualdades, também existem as resistências. Silva destaca que há movimentos organizados de população em situação de rua nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte; fóruns e organizações em cidades como Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Londrina; e o Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua (MNPR).

3. *a localização nos grandes centros urbanos* – fatores como a maior circulação do capital, a infraestrutura, a arquitetura e a geopolítica dos grandes centros explicam essa característica. Mesmo de forma precária, a geração de trabalho e renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados, cooperativas, associações ou outras organizações sociais não governamentais, são mais diversificadas. Como exemplo, pode-se perceber que quantidade de materiais recicláveis descartados nas grandes cidades e a formação de cooperativas para a coleta tem influenciado no crescente número de cidadãos e cidadãs em situação de rua que tem como sua principal forma de subsistência essa atividade. A concentração de pessoas em áreas comerciais, bancárias, religiosas e de lazer facilita a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda de carros, obtenção de doações. Instituições filantrópicas que fornecem alimentação e abrigo também são encontradas em grandes áreas urbanas, bem como uma arquitetura que possibilita maior proteção, comparando-se a pequenas cidades.
4. *o preconceito contra os cidadãos e as cidadãs em situação de rua* – discriminações relacionadas à pessoas em situação de rua podem ser percebidas em denominações pejorativas que as designam. Muitas vezes esses



cidadãos e essas cidadãs são responsabilizados/as pela situação em que se encontram e ainda são atingidos/as por práticas higienistas, que pretendem camuflar o problema social por meio de massacres, extermínios ou recolhimento forçado das ruas (até mesmo conduzido por Órgãos do Poder Público).

Silva (2009), ao identificar que o problema do preconceito pode ser percebido, por exemplo, por meio das designações, cita os trabalhos de Rosa (1999 e 2005). Considerando relevante esse aspecto para esta tese, a qual dá atenção especial à linguagem, extraí diretamente do levantamento feito por Rosa (2005, p. 48 – 49) algumas denominações presentes no Quadro 5:

Denominações	Décadas		
	1970	1980	1990
anônimos		X	
bêbados		X	
cidadãos de rua		X	
desafortunados		X	
desenraizados		X	
excluídos		X	X
exército de miseráveis		X	
homens-barata			X
homens-rato			X
idosos e velhos de rua			X
indesejáveis	X	X	
loucos		X	
moradores de rua		X	X
marginais		X	
mulher de sarjeta		X	
perigosos	X		
prostitutas	X		
rejeitados		X	
vagabundos	X	X	

QUADRO 5 – Designações pejorativas contra cidadãos e cidadãs em situação de rua

O termo ‘cidadãos de rua’ já aparece na década de 1980, mas sua delimitação ‘de rua’ parece trazer a ideia de característica fixa. Discuto melhor essa questão específica da nomeação no Capítulo 4 Seção 4.2.3).

5. *as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta* – decorrem dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes em determinado território, mesmo tendo características comuns em diferentes cidades nas quais se manifesta ao redor do mundo. Silva aponta algumas distinções no Brasil: no sul, o inverno rigoroso obriga a procura por proteção do frio até mesmo com o deslocamento para outras cidades; em Recife há mais jovens em situação de rua do que em São Paulo e Belo Horizonte, bem como há diferenças entre as relações com o trabalho e família entre essas cidades.
6. *tendência à naturalização* – identificada no Brasil, pela falta de políticas sociais universalizantes, pelos poucos dados e informações científicas, pela convivência com o problema nas grandes cidades. Têm-se, então, aparência de algo natural na sociedade moderna, que deve ser amenizado, controlado; ou o problema social é encarado como resultante dos traços invariáveis da sociedade humana. Assim, os indivíduos são responsabilizados pela situação na qual se encontram, isentando a sociedade capitalista da produção e reprodução do problema social e isentando o Estado da responsabilidade de enfrentá-lo.

A heterogeneidade é uma característica que tem enorme visibilidade nas publicações que tratam do assunto, afirma Silva (2009)<sup>119</sup>. Ela (p. 125 – 137) chama a atenção para o fato de que, apesar das diferenças dentro desse grupo populacional (conforme foi possível observar na seção 2.2.1), três condições lhes são comuns e devem ser consideradas de maneira articulada entre si: a pobreza extrema; os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; a inexistência de moradia convencional regular, utilizando-se a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

A pobreza extrema é definida pela autora (2009, p. 129), com base em Marx, como “a condição que se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso às políticas públicas”<sup>120</sup>.

<sup>119</sup> A autora cita excertos de Escorel (2000), Marcel Burzstyn (2000) e Vieira, Bezerra e Rosa (2004).

<sup>120</sup> Correlacionando, acrescento, aqui, um elemento para reflexão. Alberto D. Cimdamore e Antonio D. Cattani (2007) apresentam uma concepção de pobreza e desigualdade como ‘construção social’ (produção e reprodução),

Com exceção de um pequeno grupo que vive em situação de rua com seus familiares ou que tem contato frequente com eles, Silva (2009) destaca que a fragilização ou mesmo o rompimento de vínculos familiares é uma característica significativa na vida dos cidadãos e cidadãs em situação de rua. Embora existam outros fatores que provocam essa condição relacionada à família, o fator econômico é preponderante (principalmente a ausência regular de trabalho e renda), argumenta a autora com base em pesquisas que tratam do assunto.

Para Silva (2009, p. 132), a característica de maior destaque é a “inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente” (ver na Seção 2.2.1 os diversos espaços caracterizados como ‘rua’). Mesmo assim, ela chama a atenção para a possibilidade de haver outros aspectos que não foram contemplados.

Quanto ao termo ‘situação de rua’, há duas compreensões que eu considero complementares e que justificam sua utilização. Uma compreensão é que falar em ‘situação de rua’ significa identificar uma circunstância passageira (Rosa, 2005). Dentro de uma problemática social, pessoas são impelidas a uma condição provisória. O ser humano não é, assim, identificado como ser ‘da rua’. Nesse sentido, a designação ‘cidadão e cidadã em situação de rua’ é completamente distinta da designação ‘morador de rua’, por exemplo (ver discussão no Capítulo 4).

A outra compreensão destaca que a ‘situação de rua’ é resultado de um processo social que expõe trabalhadores e trabalhadoras a uma condição não escolhida, que não se trata simplesmente de perdas ou infortúnios individuais. Sendo assim, cidadãos e cidadãs estão nessa ‘situação’, na ‘situação de rua’, em decorrência do processo de acumulação capitalista, que amplia desigualdades sociais e níveis de pobreza (Silva, 2009).

É ampla e de extrema relevância a demanda de estudos sobre a problemática vivenciada por cidadãos e cidadãs em situação de rua no Brasil. É preciso investigar, conhecer, analisar como base para propor, aplicar, avaliar, aperfeiçoar, transformar – todas essas ações devem correlacionar-se constantemente. Nesse sentido, é válido ressaltar que o tema tem sido pesquisado em diferentes cidades e em diferentes áreas do conhecimento: serviço social, sociologia, antropologia, educação, psicologia, ciência da religião, saúde pública, enfermagem, medicina, geografia humana, linguística. Entre os trabalhos que consultei durante a pesquisa, destaco os que foram desenvolvidos por Maíra M. Pinto (2007), Izalene Tiene (2004), Daniel De Lucca (2007), Elisa C. P. Baiocchi (2003), Walter Varanda e

---

pois são resultado da ação concreta de agentes, processos (sociais, políticos, econômicos) e estruturas. É dessa maneira que pobreza e desigualdade têm suas formas concretas em contextos históricos.

Rubens de C. F. Adorno (2004), Viviane de M. Resende (2008b), Simone M. Frangella (2004), Beatriz H. B. Brandão (2004), Luciana R. Tiradentes (2007), Denise E. G. da Silva (2008), Ricardo M. Mattos e Ricardo F. Ferreira (2004, 2005), Jair da L. Oliveira (2008), Daniela S. Reis (2008), Débora Galvani (2008), Vera C. C. de Farias (2007), Camila P. Pereira (2008), Gabriel C. Mendonça (2006), Marcelo G. Justo (2008). Todos esses trabalhos são de relevância e, até mesmo por isso, demandam uma leitura que os questione – a mesma atitude que deve ser tomada diante desta tese.

Neste capítulo, apresentei uma discussão sobre ‘questão social’ e ‘exclusão social’, para posteriormente situar essas compreensões no tratamento da ‘situação de rua’, considerando resultados de uma Pesquisa Nacional e de pesquisas acadêmicas. No próximo capítulo estão registrados os procedimentos metodológicos que orientaram este trabalho.



## Capítulo 3

### Metodologia

Os métodos utilizados para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, coadunados com as perspectivas teóricas e sociais discutidas nos Capítulos 1 e 2, são apresentados em três seções. Na primeira, encontra-se registrado o tipo de pesquisa que está sendo desenvolvida, uma pesquisa qualitativa. Em seguida, apresento um método de estudo em Análise de Discurso Crítica, incluindo na discussão os procedimentos analíticos utilizados para a realização dos estudos desta tese. O *corpus*, composto de dados coletados e dados gerados<sup>121</sup>, é discutido na Seção 3.3, assim como a maneira pela qual os dados foram analisados.

#### 3.1 Pesquisa qualitativa

Mais do que buscar uma ‘média’ ou um ‘quadro geral específico’ em determinada investigação, a pesquisa denominada qualitativa se interessa em analisar e explicar nuances, contextos, complexidades, multi-dimensões. Por meio da pesquisa qualitativa, é possível explorar uma variedade de dimensões do mundo social, considerando experiências e ideias dos participantes da pesquisa, entendendo entremeios da vida cotidiana, compreensões, processos sociais, instituições, discursos, e o processo de significação de sentidos gerados (Jennifer Mason, 2002, p. 1).

“A relevância específica da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas de vida” (Uwe Flick, 2004, p. 17). Novos contextos e perspectivas sociais surgem (desenvolvem-se) por conta do processo acelerado de mudança social que tem ocorrido no mundo contemporâneo. A presente pesquisa trata de um tema que poderia ser avaliado por alguns como ‘antigo’, caso não considerem a recente intensificação e a complexidade de suas materializações na conjuntura brasileira atual. Em um momento histórico em que o Brasil mantém alguma estabilidade econômica em relação ao mercado internacional, e também de diminuição do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, tem-se um quadro de acirramento das desigualdades ao ponto de existir um restrito grupo de pessoas bilionárias no Brasil ao mesmo tempo em que um grupo irrestrito habita as ruas.

---

<sup>121</sup> Considerando que não serão *coletados*, mas produzidos na interação entre pesquisador e participantes da pesquisa.

Norman Denzin & Yvonna Lincoln (2006, p. 16), após traçar diferenças conceituais em torno da pesquisa qualitativa e situá-las historicamente, afirmam que “nossa luta hoje é no sentido de relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre”. É inconcebível uma sociedade democrática com tão grande desigualdade quanto a de nosso país, ainda mais lançando cidadãos e cidadãos à dependência das sobras de outrem, à dependência de sobreviver nas ruas.

Com esse tipo de investigação, objetiva-se dar visibilidade a relações sociais nas quais impera a injustiça, ainda mais quando elas são naturalizadas ou estigmatizadas como uma deficiência natural / incompetência pessoal de pessoas minorizadas, para quem falta justiça. Ao desenvolver uma correlação da pesquisa qualitativa com a perspectiva crítica, Joe Kincheloe e Peter McLaren (2006) abordam a tentativa da pesquisa crítica em contribuir para que indivíduos e grupos possam controlar suas próprias vidas dentro de um contexto justo e que isso possa acontecer à medida que se tem conhecimento das forças que impedem essa autonomia. Sendo assim, busca-se uma ‘emancipação crítica’, com a clareza de que nunca haverá desvencilhamento completo de um contexto sociopolítico, bem como seria arrogância pretender emancipar os ‘outros’. Não obstante, a exposição das contradições das aparências dominantes colabora inegavelmente para uma ação emancipatória.

Várias são as maneiras de se empreender / desenvolver uma pesquisa qualitativa. Podem ser feitos estudos de casos, etnografia, estudos comparativos; utilizar observação, observação participante, entrevistas (individuais, semiestruturadas, narrativas; grupo focal), notas de campo, coleta de documentos (verbais, visuais, com áudio e movimento); e também empregar, por exemplo, a análise de conteúdo, a análise de conversas, a análise de discurso. Especificamente sobre a análise de discurso, Rosalind Gill (2005, p. 244) comenta que existem diferentes focos de estudos e tradições teóricas que utilizam esse nome, contudo, algo em comum nessa variedade de ‘análises de discurso’ é “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.

Inspirados por reflexões como a de van Dijk (1997), que apresentou a necessária demanda de critérios de boa análise qualitativa (focalizando a análise de discurso), George Gaskell e Martin W. Bauer (2005, p. 482 – 487) propõe formas explícitas de avaliar o que eles denominam de “boa prática”, o que pode proporcionar maior credibilidade para a pesquisa qualitativa. Um conjunto de orientações que colabora para delinear a investigação qualitativa e servem para o/a pesquisador/a como uma garantia para os passos que devem ser tomados. São seis indicadores de confiabilidade e relevância, os quais apresento seguidos de uma

síntese, acrescidos pelas vozes de outras pesquisadoras e outros pesquisadores e pelas características desta pesquisa.

“Os indicadores de confiabilidade mostram que os resultados não são construídos ou falsificados com objetivos externos à pesquisa” e os indicadores de relevância “se referem ao quanto a pesquisa é viável, no sentido de que ela se liga à teoria internamente ou, externamente, se apresenta como uma surpresa em confronto com algum senso comum” (Gaskell e Bauer, 2005, p. 482). Os indicadores são:

1. “Triangulação e reflexividade (indicador de confiabilidade)” – qualquer pesquisa está circundada por uma diversidade e descobrir sentidos por meio de diferentes pessoas, contextos sociais é de grande valia. Isso demanda também uma busca pelo autoconhecimento que se desenvolve ao se reconhecer outras perspectivas por meio de um processo de reflexividade. A triangulação “é um modo de institucionalização do processo de reflexão em um projeto de pesquisa”. Stubbs (1983, p. 234) observa que “o termo *triangulação* é usado de formas diferentes, mas essencialmente ele refere-se a coletar e comparar diferentes perspectivas em uma situação”. Magalhães (1986) diz que essa combinação de amostragens diversificadas contribui para as interpretações apresentadas como resultados de pesquisa.

Outras formas de fazer triangulação foram apresentadas por Denzin (1970), as quais foram discutidas por Louis Cohen e Lawrence Manion (1989) e sintetizadas (p. 236) no Quadro 6 que está reproduzido a seguir:

1	Triangulação de tempo	este tipo procura levar em consideração os fatores de mudança e processo utilizando um corte transversal e longitudinal.
2	Triangulação de espaço	este tipo procura superar o paroquialismo de estudos conduzidos no mesmo país ou dentro da mesma subcultura fazendo uso de técnicas de comparação de combinação / contraste cultural.
3	Combinação de níveis de triangulação	este tipo emprega mais de um nível de análise considerando os três principais níveis utilizados nas ciências sociais, a saber: o nível individual, o nível interativo (grupos), e o nível de coletividades (organizacional, cultural ou societal).
4	Triangulação teórica	este tipo utiliza teorias alternativas ou concorrentes preferencialmente a utilizar um único ponto de vista.
5	Triangulação de investigador/a	este tipo engaja mais de um/a observador/a.
6	Triangulação metodológica	este tipo usa igualmente (a) o mesmo método em diferentes ocasiões, ou (b) diferentes métodos para o mesmo objeto de estudo.

QUADRO 6: *Tipos de triangulação*



Em relação a esta pesquisa, o tempo considerado refere-se ao período de intensificação do problema social em análise, que compreende especialmente as duas últimas décadas. O *corpus* analisado focaliza o período posterior a agosto de 2004 por conta de ter sido um período de ‘ápice noticioso’ influenciado pelo assassinato de cidadãos e cidadãs em situação de rua. Quanto ao ‘espaço’, o recorte dessa pesquisa considera o contexto sócio-histórico-econômico brasileiro e suas especificidades, sem pretender implementar analogias diretas de outras culturas / países que tratam, por exemplo, de ‘*homeless*’. Conforme apresentado nos Capítulos 2, 4 e 5, estão sendo considerados o nível individual, por meio das entrevistas; bem como o nível de coletividade, ao considerar a perspectivas de organizações (de mídia, por exemplo) e da sociedade (como é a relação entre seus membros – mais especificamente os que estão e os que não estão morando nas ruas). Quanto à teoria, a transdisciplinaridade é tida como norteadora do processo e que permite o desenvolvimento dos estudos, por exemplo, associado à investigação da linguagem juntamente com a investigação das ciências sociais. Um trabalho de doutoramento faz recair sobre os ombros de quem faz a pesquisa uma maior responsabilidade pelas observações, mas também pressupõe o olhar competente / experiente de uma orientadora ou de um orientador, de comissões de especialistas que avaliam o projeto, a qualificação do trabalho e mesmo o momento da defesa pública. A participação em eventos científicos colabora ao propiciar a discussão com outras pessoas que desenvolvem pesquisas, assim como é inegável o papel de colegas estudantes da própria instituição. As formas de construção do *corpus* utilizaram dois métodos (ver Seção 3.3), a coleta de dados (textos de diferentes veículos de mídia, por exemplo) e a geração de dados (por meio de entrevistas com diferentes agentes sociais).

Flick (2004) defende que “a triangulação pode ser aproveitada como uma abordagem para embasar ainda mais o conhecimento adquirido através dos métodos qualitativos”<sup>122</sup>.

2. “Transparência e clareza nos procedimentos (indicador de confiabilidade)” – a boa documentação é item fundamental para a qualidade de qualquer projeto de

---

<sup>122</sup> Esse autor traz uma reformulação feita por Denzin (1989 – 3ª edição do livro de 1970) sobre os tipos de triangulação, que seriam quatro: de dados (considerando tempo, espaço e pessoas como subtipos dessa triangulação); de quem investiga; da teoria; e triangulação metodológica. Optei por apresentar o quadro que toma por referência a primeira edição por ser mais explicativo. Conforme pode ser observado, os itens 1, 2 e 3 fazem parte da ‘triangulação de dados’.

pesquisa e uma descrição clara dos procedimentos colabora para o conhecimento de outros, bem como para um teste do que foi feito ou ainda para que interessados/as em trilhar caminhos semelhantes saibam os meios. Neste capítulo, registro as opções metodológicas que orientam esta pesquisa, o *corpus*, os procedimentos; além de ter apresentado a fundamentação teórica (Capítulo 1), o embasamento social do problema investigado (Capítulo 2) e conjugado de forma prática esses conhecimentos nas análises presentes nos Capítulos 4 e 5.

3. “A construção do *corpus* (indicador de confiabilidade e relevância)” – tem o objetivo de tornar visível uma multiplicidade de representações, com destaque para as desconhecidas / despercebidas. Gaskell e Bauer (2005, p.485) esclarecem que “uma boa distribuição de poucas entrevistas ou textos ao longo de um amplo espectro de estratos tem prioridade sobre o número absoluto de entrevistas ou textos no *corpus*” e acrescentam: “alguns poucos exemplares de cada estrato ou função social têm prioridade sobre uma seleção aleatória entre estratos ou dentro dos estratos”. Um conjunto de categorias comumente utilizadas como fontes de dados é apresentado por Mason (2002, p. 52), o qual serve para o processo reflexivo-constutivo do *corpus*: pessoas; organizações, instituições e entidades; textos; cenários e ambientes; objetos, artefatos e produtos de mídia; eventos e acontecimentos. Relato sobre a construção do *corpus* desta pesquisa, correlacionado com essas observações está registrado na Seção 3.3.
4. “Descrição detalhada (indicador de confiabilidade e relevância)” – o registro literal das fontes é muito importante para a pesquisa, a leitora ou leitor tem a possibilidade de concordar com as interpretações ou não. Uma descrição cuidadosa aproxima quem lê do contexto da investigação, dos textos analisados, dos agentes sociais envolvidos, tudo isso coopera para o acompanhamento das afirmações que estão presentes, bem como dos argumentos e resultados encontrados pelo/a pesquisador/a. Neste estudo estão presentes, com frequência, tanto referências teóricas quanto referências dos textos analisados. A parte de anexos também contém os textos completos que podem ser consultados inclusive para avaliar se o contexto interno de onde determinado excerto foi extraído realmente acompanha as interpretações e principalmente as explicações defendidas no corpo da tese.
5. “A surpresa como uma contribuição à teoria e/ou ao senso comum (indicador de relevância)” – a expectativa de uma pesquisa, principalmente de uma pesquisa de doutoramento é a ‘surpresa’, a novidade, a contribuição científico-social. Essa

surpresa tanto pode estar ligada a uma perspectiva do senso comum, quanto a uma teórico-científica. A própria discussão das expectativas que havia antes e no decorrer do trabalho juntamente com os resultados pode indicar algo relevante que deve ser substanciado com evidências da própria pesquisa. Destaquei na Introdução ‘o caminhar das aspas’, que relacionou algumas expectativas e resultados. Outras percepções aparecem ao longo do trabalho e nas Considerações finais.

6. “A validação comunicativa (indicador de relevância)” – um procedimento que tem sido reconhecido como recomendável para uma participação mais direta de quem é participante da pesquisa por meio de sua concordância e consentimento com as análises empreendidas por meio das entrevistas ou mesmo de textos coletados, isto pode colaborar até mesmo para uma autorreflexão e fortalecimento dessas pessoas. Ressalte-se, no entanto, que há situações em que tal procedimento não é recomendável. Quem pesquisa não pode ver seu trabalho, suas observações e análises, censuradas por agentes sociais que estejam em uma situação de dominação sobre outros e esse seja o foco a ser questionado na investigação. Esta pesquisa é relativamente influenciada por essa ressalva, pois tanto as análises dos textos coletados quanto as entrevistas com diferentes agentes sociais almejam dar visibilidade a discursos que estejam presentes nos textos (depreendidos nas análises) e que demonstram aspectos discursivos das práticas sociais que podem estar discriminando cidadãos e cidadãs em situação de rua. Pessoas (individualmente ou por meio de instituições) se expressam e fazem emergir (mesmo no silêncio) discursos enredados na sociedade – a expectativa de que um ‘discurso higienista’ fosse reconhecido por quem o trouxe em sua respectiva fala não faz parte deste trabalho.

Esses seis indicadores apresentados por Gaskell e Bauer (2005) não são isolados ou definitivos para atender a demanda de qualidade da pesquisa qualitativa, mas pretendem, como dizem os autores, fomentar um debate crítico e construtivo.

Ao tratar de um futuro da pesquisa qualitativa, Lincoln e Denzin (2006, p. 390) compreendem que “é necessário que as ciências sociais e as humanidades se transformem em terrenos para conversas críticas sobre a democracia, a raça, o gênero, a classe, a nação, a liberdade e a comunidade”. Em consonância com essas preocupações éticas e políticas, e tomando como base a relação intrínseca entre linguagem e sociedade, torna-se fundamental a análise textual, a pesquisa da linguagem de maneira comprometida com o questionamento do

*status quo*, a emancipação, o fortalecimento, o exame e a demanda de mudanças sociais – um terreno investigativo em que a Análise de Discurso Crítica está fincada.

### 3.2 Análise de discurso crítica (ADC)

No Capítulo 1, a análise de discurso crítica (ADC) foi apresentada e discutida, porém, o enfoque foi dado à perspectiva teórica, incluindo as categorias analíticas selecionadas para o desenvolvimento do exame crítico do *corpus*. Neste capítulo, a atenção é destinada prioritariamente a um aspecto metodológico em ADC; ‘prioritariamente’ porque não se pode desvencilhar de maneira completa a teoria do método, um sempre realimenta o outro, inclusive como um objetivo e um modo de se desenvolverem. É isso que Wodak e Meyer simbolizam graficamente na Figura 7, detalhando procedimentos e destacando o discurso e o texto.

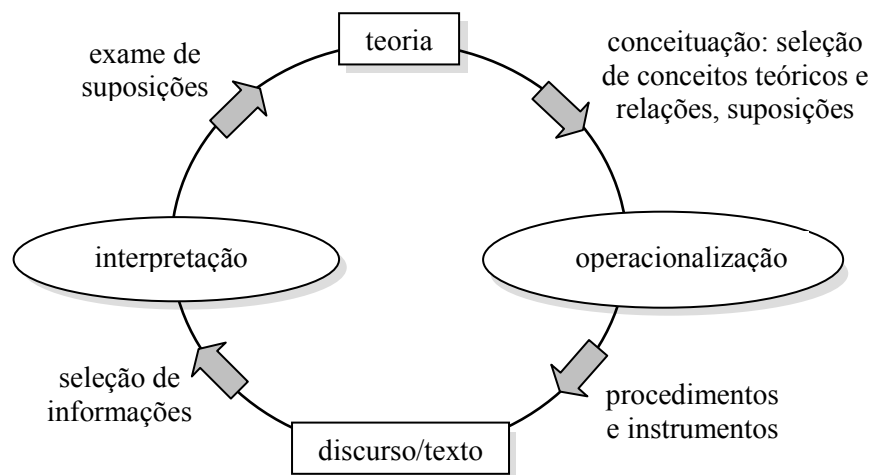


FIGURA 7: Pesquisa empírica como um processo circular (Wodak e Meyer, 2009, p. 24)

Aspectos centrais de metodologias em ADC são destacados por Chouliaraki (2005, p. 50). Ela observa que a

ADC rejeita a visão dominante de linguagem como sendo principalmente um sistema referencial e teoriza a linguagem como a própria prática (em sua dimensão pragmática ou ‘performativa’) e como representação de prática (em sua dimensão semântica). A linguagem nessa dupla capacidade é discurso – o poder constitutivo de significação.

A mesma autora comenta que a faceta semiótica das práticas sociais, das interações das pessoas entre elas e com o mundo, ocorre por meio de textos, da criação e compreensão de textos. Dessa forma, o texto ganha uma posição de destaque na ADC, pois tanto o processo de criação de sentido, quanto as condições de possibilidades de criação de sentido, são mediados por textos. De maneira sutil, recursos linguísticos e de outras semioses, apresentam

as relações de poder, as lutas pela ‘verdade’ e a posição social de quem transmite essa ‘verdade’ valendo-se de textos. Em consonância, Wodak (2004) salienta o ponto em comum entre diferentes estudos de ADC: a preocupação com o institucional, o gênero social, a política, a mídia – com o olhar atento para as relações de luta e conflito.

Tomando como base a total relevância que os textos têm para as análises, a Seção 3.2.1 apresenta uma maneira de realizar a ADC que tem sido praticada em diferentes trabalhos e a qual orienta esta pesquisa: a análise de discurso textualmente orientada (ADTO). Na Seção 3.2.2, uma ‘proposta metodológica’ para a ADC é exposta juntamente com sua respectiva forma de aplicação neste estudo.

### **3.2.1 Análise de discurso textualmente orientada (ADTO)**

Em busca de um modo para desenvolver a análise de discurso que servisse a contento ao propósito de examinar mudanças sociais e culturais, bem como que colaborasse para uma operacionalização / utilização prática, Fairclough sistematiza em 1992 (trad. 2001) o que ele denominou de ‘análise de discurso textualmente orientada’ (ADTO)<sup>123</sup>. Desenvolver uma análise de textos que considere a reflexão político-social perpassando o discurso e a linguagem é um objetivo da ADTO, incluindo nesse processo a crítica à ideologia (ver Capítulo 1).

Com o trabalho de 1999, Chouliaraki & Fairclough registram uma fundamental questão teórico-metodológica a se observar nas análises: a correlação com eventos sociais, práticas sociais e estruturas sociais. A noção de que ‘tudo é discurso’ cai por terra à medida que a concepção de prática social ganha relevância e que é considerada sempre dentro de redes de práticas que se interligam. A formação de cada prática social é resultado de um conjunto de ‘momentos’, que são as atividades, sujeitos, relações sociais, instrumentos, objetos, tempo-espço, valores, semioses, discursos. Sendo assim, o discurso é um elemento da vida social dialeticamente relacionado a outros elementos.

Outros avanços em relação à ADTO referem-se aos ‘materiais’ de análise para se observar as transformações na sociedade. Fairclough (2001, p. 62) indicava que “a análise de textos de linguagem falada ou escrita é a parte central da ADTO”, hoje é difícil não tratar de textos multimodais como um ‘todo complexo’ que produz significação. Todavia, é possível destacar mais os aspectos linguísticos (é o que acontece neste estudo) ao mesmo tempo em

---

<sup>123</sup> A linguística sistêmico-funcional, a linguística crítica e o surgimento e desenvolvimento da ADC (três perspectivas de estudo da linguagem) propiciaram a reflexão e sistematização dessa forma de fazer análise de discurso (ADTO), conforme Magalhães (2004).

que se considera o trabalho com imagens, sons, movimentos, e os seus respectivos efeitos sociais.

“Discursos incluem representações de como as coisas são e têm sido, assim como representações imaginárias – representações de como as coisas podem ou devem ser” (Fairclough, 2003, p.207). Sendo assim, discursos são mais do que ‘representações’, são principalmente ‘construções’ de aspectos do mundo (Fairclough, 2009). Essa perspectiva é válida para o estudo do problema social vivido em nossa sociedade, vivido por cidadãos e cidadãs em situação de rua. Como os textos (coletados ou gerados) estão construindo / representando o problema social? Como textualmente ele ‘é’ e ‘tem sido’? Ou ainda; como as coisas relativas ao problema social de moradia nas ruas ‘podem’ ou ‘devem ser’? A análise dos textos pode dar visibilidade a essas construções / representações, assim como a reflexão crítico-político-social combinada com a análise textual pode colaborar com a percepção das ‘ausências’ – o que deveria estar lá e não está.

Fairclough (2003, 2009) propõe a existência interligada, nos textos, de modos discursivos de ‘ação’ (gênero discursivo), construção / representação (discursos), e identificação (estilos) – a distinção dos três é realizada com propósitos analíticos. Para esta pesquisa, focalizei as facetas de ‘construção / representação’ e ‘ação’. Com base nos objetivos e questões de pesquisa, bem como nos textos do *corpus*, selecionei cinco categorias analíticas empregadas amplamente em estudos de ADC há alguns anos e que estão discutidas em Fairclough (2003), a saber: interdiscursividade, intertextualidade, significado / escolha de palavras, gênero discursivo e representação de agentes sociais.

### 3.2.2 Uma proposta metodológica em ADC

Incorporando as perspectivas de vida social, de crítica, de discurso, Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam uma proposta para o desenvolvimento de pesquisas em ADC (que também pode servir às ciências sociais) com base na ‘crítica explanatória’<sup>124</sup> proposta por Roy Bhaskar (1986). Em 2003, Fairclough desenvolve um trabalho centralizado na teorização para análises textuais e sugere como um método para as pesquisas essa mesma proposta (na qual a análise textual é uma parte). Reproduzo, a seguir, uma síntese apresentada por Fairclough (2003, p. 209). Logo após, apresento uma explanação das escolhas e procedimentos desta pesquisa com relação à proposta metodológica.

---

<sup>124</sup> Essencialmente, a ‘crítica explanatória’ focaliza um problema, os obstáculos e funções desse problema e as possíveis formas de remover os obstáculos (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

1. Focalizar um problema social que tenha um aspecto semiótico. Iniciar com um problema social em vez da convencional ‘questão de pesquisa’, de acordo com o propósito crítico dessa abordagem – para produzir conhecimento que possa conduzir à mudança emancipatória.
2. Identificar os obstáculos a serem atacados, por meio da análise:
  - a) da rede de práticas dentro da qual está localizada
  - b) da relação de semioses com outros elementos dentro da(s) respectiva(s) prática(s) particular(es)
  - c) do discurso (a semiose) propriamente dito:
    - (i) – análise estrutural: a ordem de discurso
    - (ii) – análise textual / interacional – tanto a análise interdiscursiva quanto a análise linguística (e semiótica).

O objetivo aqui é compreender como o problema se apresenta e como ele é enraizado no modo em que a vida social está organizada, focalizando nos obstáculos para sua resolução – naquilo que o torna mais ou menos intratável.
3. Considerar se a ordem social (rede de práticas) de alguma maneira ‘necessita’ do problema. O ponto aqui é questionar se aqueles que são mais beneficiados com a maneira em que a vida social está agora organizada têm um interesse de que o problema não seja resolvido.
4. Identificar possíveis formas de superar os obstáculos. Este estágio na proposta é um complemento crucial para o estágio 2 – ele procura possibilidades que ainda não foram realizadas para a mudança no modo como a vida social está organizada naquele momento.
5. Refletir criticamente sobre a análise (1 - 4). Isso não é exatamente parte da crítica explanatória de Bhaskar. Todavia é um importante acréscimo, o qual requer do/a analista a reflexão de onde ele/ela vem, como ele/ela mesmo/a está posicionado/a socialmente.

O *problema social* (1) que as pessoas que têm morado nas ruas vivencia foi o ponto inicial desta pesquisa. Como foi mostrado no Capítulo 2, não é um problema recente, o que é recente é a intensificação do problema. Brasília tem a ‘capacidade’ de possibilitar uma visualização diferente. Não é exatamente a quantidade de seres humanos que estão nessa condição que salta aos olhos, é o contraste. Como se pensássemos em placas de trânsito e percebêssemos o embate entre a cor preta e a amarela, assim, metaforicamente, é o contraste social. A opulência dos carros de luxo, da arquitetura reconhecida mundialmente, do poder político e econômico da capital do país, entra em colisão com a degradante e improvisada situação de moradia nas ruas, de quem revira contêineres ou depósitos coletivos de materiais descartados das quadras habitacionais ou comerciais em busca de materiais recicláveis, de quem atravessa as ‘asas’ da capital em cima de uma carroça, às vezes com crianças de colo; tantas vezes, a pé.

Evidentemente esse retrato da situação de rua só é possível porque existem práticas sociais que a geram e a sustém. Essa constatação instigou o interesse em investigar que

aspectos discursivos dessas práticas (e rede de práticas) estavam sustentando e contribuindo para a permanência do problema e sua intensificação. Uma possibilidade de desenvolver esse estudo seria por meio da etnografia, dando voz aos sujeitos, reconhecendo suas perspectivas e examinando que discursos estariam presentes em suas falas – o que é de enorme valor científico e social. Inclusive, pesquisas nessa linha têm sido desenvolvidas em um projeto de pesquisa registrado no CNPq, coordenado por Denise E. G. da Silva, da Universidade de Brasília, e também há um grupo ligado à *Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED)* preocupado em estudar situações de pobreza na América Latina, fazendo muitas vezes uso do método etnográfico (Silva, 2006).

A opção desta pesquisa foi em outra direção, objetivando mapear discursos que circulam socialmente e examinar quais deles exercem maior influência com relação à problemática social em questão. Por que esse problema social existe? O propósito não é ver o ‘local’ onde as coisas acontecem, mas examinar (discursivamente e correlacionando a outros elementos das práticas sociais) a construção social que propicia o acontecimento.

Torna-se claro que dar visibilidade a discursos e mecanismos ideológicos que sustentam a exclusão social pode contribuir para uma perspectiva de mudança, de emancipação.

*Os obstáculos para serem atacados e superados* (2) estão presentes inicialmente no Capítulo 2, no qual a perspectiva social é mais bem desenvolvida e outros elementos das práticas sociais (além do discurso) são apresentados. Nos Capítulos 4 e 5, as análises de textos são realizadas considerando as discussões anteriores e focalizando no discurso para lançar luz sobre os obstáculos que podem ser depreendidos na linguagem. Nesse entremeio, as ausências e silêncios também evocam discursos que precisam ser identificados; nesse ponto residem questões cruciais para a sustentação do problema. No momento sócio-histórico em que estamos, há ‘interditos’ que impedem ‘ditos’, explico-me: não é permitido socialmente a uma pessoa racista dizer que é racista, ou destratar outra raça, por exemplo, no entanto o racismo existe e pode aparecer na linguagem e também nos silêncios.

Procura-se, então, observar o ‘arraigamento’ do problema na estrutura social vigente e aquilo que impede que ele seja ‘arrancado’ (ou dificulta sua resolução).

Quem ‘*necessita*’ do problema? Qual a *função do problema* na prática? (3) Essas são questões importantíssimas, pois avaliam socialmente a ‘outra ponta’ do problema – quem são os beneficiários da miséria alheia? Para que serve essa calamidade<sup>125</sup> pública? Os Capítulos 2,

---

<sup>125</sup> Ver Capítulo 5.



4 e 5 procuram responder tais indagações. Esses mesmos capítulos buscam *apresentar possíveis formas de superar os obstáculos*<sup>126</sup> (4), bem como são resultados de análises e *reanálises* (5) do que foi pesquisado e redigido, agindo, assim, de maneira *reflexiva e crítica*. O penúltimo tópico (item 4) é construído no decorrer da tese e recebe atenção especial no espaço reservado para as considerações finais, sem descuidar da reflexividade e da postura crítica.

### **3.3 O corpus e o percurso da pesquisa**

Os estudos da linguagem em sua relação com a sociedade são de grande relevância. Bauer, Gaskell e Nicholas Allum (2005, p. 20), destacam que a pesquisa social “apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são o resultado e são construídos nos processos de comunicação”. Nessa perspectiva, os textos tornam-se elementos básicos para a pesquisa. Flick (2004, p. 45) diz que “os textos servem a três finalidades no processo de pesquisa qualitativa: representam não apenas os dados essenciais nos quais as descobertas se baseiam, mas também a base das interpretações e o meio central para a apresentação e a comunicação de descobertas”.

Os dados sociais para este estudo são ‘coletados’ (Seção 3.3.1) e também dados ‘gerados’ (Seção 3.3.2). Bauer, Gaskell e Allum (2005, p. 21) denominam essa divisão como dados sociais de ‘comunicação formal’ e dados sociais de ‘comunicação informal’ (os referentes são essencialmente os mesmos). Entre as várias possibilidades, para os dados coletados selecionei parte de um texto que só contém linguagem verbal (da Constituição Federal) e quatro textos completos que são multimodais (sendo dois estáticos e dois com movimento / animação gráfica). As entrevistas foram outra opção para obter dados, por isso, dados gerados.

As delimitações da pesquisa, as escolhas dos textos e de suas fontes, a seleção de entrevistados/as e o processo de análise (Seção 3.3.3) constam nas seções seguintes.

#### **3.3.1 Dados coletados**

A ‘questão social’ tem sido tratado pelas ciências sociais (a exemplo da sociologia, da antropologia e do serviço social) há algum tempo, assim como tem merecido destaque recentemente a questão específica das pessoas em situação de rua. Com o intuito de colaborar com a reflexão e com a transformação, esta pesquisa desenvolve análises de textos por meio

---

<sup>126</sup> “Categorizar o presente e, às vezes, prever futuras trajetórias é o objetivo de toda pesquisa social” (Bauer, Gaskell e Allum, 2005, p. 17).

das quais se depreendam significados que circulam socialmente, destacando, nesse processo, os discursos e ideologias que colaboram para a sustentação do problema social. Evidentemente, os possíveis discursos de resistência também são considerados, inclusive como uma abertura de possibilidades de superar obstáculos para a resolução do problema.

Considerando esses objetivos, a seleção de textos para análise precisou ser bem criteriosa para atender à demanda desta pesquisa. Sendo assim, destinaram-se para as análises dois capítulos. O primeiro deles (Capítulo 4) possui um *corpus* cuja seleção baseou-se principalmente no ‘poder’ dos ‘portadores de textos’<sup>127</sup>. Esse ‘poder’ está ligado a três aspectos: a capacidade de espraiamento (audiência, assinantes / número de impressões, circulação nacional, facilidade de acesso), a influência sócio-político-econômica do veículo de comunicação / do gênero e a possibilidade de conter elementos linguístico-discursivos relevantes para a pesquisa. A seleção dos textos para o Capítulo 4 foi realizada em dezembro de 2007 e janeiro de 2008.

### 3.3.1.1 Partes da Constituição Federal e textos da mídia

Atendendo ao enquadramento para os dados coletados (Seção 3.3.1), são analisados textos<sup>128</sup>: do *Jornal Nacional*, da *Folha de S. Paulo*, da revista *Veja*, do site *www.charges.com.br* e da *Constituição Federal* (em parte), que relacionam-se a cidadãos e cidadãs em situação de rua. Considerando que os três primeiros ‘portadores’ se enquadram de maneira explícita nos aspectos elencados anteriormente, explico o porquê dos outros dois inicialmente.

A Constituição Federal<sup>129</sup> é um gênero e o texto que será analisado, em parte, é o de 1988 (considerando Emendas). Especificamente, são os artigos 6º e 203. O 6º é parte ‘dos direitos e garantias fundamentais’, em um dos tópicos que trata ‘dos direitos sociais’; o 203 compõe a regulamentação ‘da seguridade social’, em seção denominada ‘da assistência social’ – por isso a relação com a problemática da situação de rua.

A importância do texto constitucional é inegável como ápice do ordenamento jurídico, o qual regula relações econômicas e sociais (fundamentais para esta pesquisa), e o acesso ao mesmo é possível também na Internet. Qualquer ação do poder público (seja ele municipal, estadual, distrital ou federal, ou pertencente ao executivo, legislativo ou judiciário) deve se pautar pelos princípios e diretrizes constitucionais, assim como as ausências de ação devem ser exigidas com base nos mesmos princípios e diretrizes. A Constituição Federal, da mesma

<sup>127</sup> Termo utilizado para designar o suporte material e ao mesmo tempo a instituição em que determinado texto/gênero é veiculado.

<sup>128</sup> Um texto de cada fonte.

<sup>129</sup> Cito como referência o site da ‘Presidência da República’, onde busquei o texto constitucional em 2007.

forma, exerce poder sobre os veículos de comunicação e, obviamente, sobre os textos que são veiculados. Por exemplo, cabe processo judicial contra uma instituição da imprensa que discrimine, em seus textos, um/a cidadão/ã brasileiro/a com base em racismo. Esse princípio não se restringe à mídia. Qualquer pessoa que no Brasil ‘ferir’ a Constituição pode sofrer as consequências desse ato. Sendo assim, até nas entrevistas, a Constituição influencia de forma indireta (na maioria das vezes, de maneira imperceptível).

O *charges.com.br* é o *site* de humor mais visitado no Brasil. Ele permite o acesso gratuito via Internet, apresenta textos de charges eletrônicas inéditas diariamente (com raras exceções) e disponibiliza um ‘arquivo de charges’ por meio do qual o/a internauta pode ter acesso a textos de datas anteriores, inclusive à charge eletrônica que foi selecionada para esta pesquisa. Outra questão importante é que, nos textos do gênero discursivo ‘charge eletrônica’, reverberam ‘obrigatoriamente’ outros textos e há processos de estereotipia, o que colabora com o aparecimento de discursos naturalizados e aceitos pelo senso comum, mesmo se eles estiverem sendo criticados.

Utilizando o próprio sistema de busca eletrônica oferecido pelo *site*, pesquisei a palavra ‘rua’, pois é uma das mais significativas e possivelmente a que conste em qualquer texto que trate do problema social em análise. Combinações possíveis seriam: morador ou moradora de rua, situação de rua, população de rua, pessoas que estão morando nas ruas. Foram encontradas 9 charges eletrônicas que tratavam de pobreza, desemprego, política, as quais continham a palavra ‘rua’. Apenas um dos textos tratava especificamente do problema: ‘Cotidiano – Enquanto isso na delegacia’ (Maurício R. Quirino, 2004; Anexo T; arquivo executável no CD apensado).

Por que esse único texto foi veiculado em 13 de setembro de 2004? Brevemente, porque atos de violência e homicídios ocorreram no centro de São Paulo dias antes, contra pessoas que estavam morando nas ruas, e o acontecimento ganhou repercussão na mídia nacional. Essa ‘onda de notícias’, nesse período específico, foi exatamente o que me fez procurar, nos outros gêneros discursivos (e nas diferentes instituições de mídia), textos para análise que fossem posteriores a setembro de 2004, para observar a visibilidade e o ‘valor notícia’ do problema social de moradia nas ruas fora de um período de ‘pico’ noticioso. Ainda mais porque o destaque maior foi para os atos de violência. O problema e as pessoas ficaram em segundo plano.

A charge eletrônica ‘Cotidiano – Enquanto isso na delegacia’ foi selecionada por duas razões: por ser específica e, de certa maneira, por dar um desfecho para a ‘onda de notícias’ que estava se encerrando naquele período.

Esses textos, e os outros três que registro a seguir, têm grande importância, pois, segundo Bauer, Gaskell e Allum (2005, p.22), os dados coletados<sup>130</sup>

reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador desta visão de mundo.

Examinar essas visões de mundo / construções / representações torna possível responder as questões de pesquisa levantadas e entender o problema social em outras perspectivas. A citação exemplifica com o ‘jornal’, o que pode ser diretamente ligado ao jornal *Folha de S. Paulo* e correlacionado à revista *Veja*. Em relação ao *Jornal Nacional*, ele é transmitido em ‘canal aberto’ (gratuito para a telespectador ou o telespectador), porém é preciso considerar que o indivíduo escolhe assistir ao jornal entre outras programações de diferentes canais televisivos, assim como entre diversas outras atividades possíveis além de ver televisão. Quanto ao *site*, internautas optam em acessá-lo e ter acesso aos textos – isso estabelece relação com o que os autores afirmam (considerando também a ressalva “até certo ponto”). A Constituição Federal precisa ser pensada distintamente; nos artigos selecionados a ‘representação’ projeta uma perspectiva que não se concretiza completamente na prática – confronta-se o aspecto discursivo da igualdade, dos direitos, da assistência, contra aspectos materiais e de relações sociais / intencionais contrárias dentro das práticas sociais.

A opção de selecionar um exemplar de um gênero discursivo (de cada um dos quatro veículos de comunicação) deve-se ao intento de examinar com maior detalhamento os textos, contextos, espaços reservados para o problema social, as correlações temáticas e os discursos e perspectivas ideológicas presentes, além de observar ‘como’ se fazem presentes.

A revista *Veja* é a revista semanal com maior número de assinantes e de exemplares impressos no país. Esta informação isolada já indica o poder de quem tem a ‘propriedade’ da revista e também de editores, editoras e jornalistas – o poder sociopolítico-econômico da ‘revista *Veja*’.

A seleção do texto para análise também foi realizada por meio do próprio *site* da revista ([vejaonline.abril.com.br](http://vejaonline.abril.com.br)). Como o número de textos com a palavra ‘rua’ era muito extenso e provavelmente conteriam outros assuntos, optei por utilizar dois termos: o primeiro, ‘de rua’, que apresentou 100 registros de dezembro de 2003 a dezembro de 2007; o segundo, ‘da rua’, com 70 textos entre dezembro de 2003 e dezembro de 2007.

A delimitação para a seleção considerou o recorte por gênero discursivo: teria que ser ‘notícia’ ou ‘reportagem’ e não ‘artigo de opinião’ ou ‘carta’, por exemplo. Também

---

<sup>130</sup> Eles utilizam o termo ‘dados formais’ no capítulo que publicaram no livro.

procurou-se um texto que tratasse mais diretamente do assunto. Foram encontradas notícias sobre o massacre de 2004 em São Paulo, sobre a extorsão de um padre que trabalha com pessoas em situação de rua, problemas com crianças que estavam dormindo em dutos pluviais no Rio de Janeiro, registros muito breves quanto ao problema em alguma notícia que tratava de outro assunto, além de diversos textos que tratavam de problemas ou eventos em determinada rua. Outra decisão foi a de analisar um texto publicado na versão impressa. Nenhum texto tratando especificamente do problema social foi encontrado nesses enquadres. A notícia selecionada, então, traz a questão de moradia nas ruas em segundo plano, porém com um destaque diferencial em relação às demais. Seu título é: “Começou a faxina” (Paula Neiva, 2007, Anexo U) e foi publicada em 7 de novembro de 2007, na edição n. 2033, na seção ‘Geral’, subseção ‘Cidades’.

Outra instituição da mídia selecionada foi a *Folha de S. Paulo*, um dos principais jornais do país, com circulação nacional e sediado na maior cidade brasileira. As três delimitações aplicadas à escolha do texto da *Veja* foram empregadas novamente para a *Folha de S. Paulo*. O resultado foi a seleção da notícia: “Lula critica delegado da PF e defende Mercadante” (Rubens Valente, 2006; Anexo V), publicada no jornal impresso em 24 de dezembro de 2006. Outras notícias encontradas sobre o tema desta pesquisa são citadas brevemente na Seção 4.4, assim como o porquê da opção por essa notícia. Destaco que as principais influências da escolha foram: um espaço diferencial para as pessoas que estão vivendo nas ruas e a possibilidade da notícia receber relevância nacional por vir ‘ancorada na figura’ do presidente da República.

Como a *Folha de S. Paulo* é um jornal diário e com uma grande quantidade de textos, precisei restringir ainda mais a busca eletrônica no próprio *site* do jornal, especificando a versão impressa e utilizando três formatos: ‘situação’ + ‘rua’, ‘moradores’ + ‘rua’ e ‘moradoras’ + ‘rua’. Além disso, interrompi a pesquisa de diferentes textos quando eles alcançavam um número expressivo (120, por exemplo) ou atingiam uma data muito anterior (fevereiro de 2004, por exemplo). Quanto às maneiras de pesquisa e os resultados, a última forma de ‘busca’ apresentou 20 registros (de novembro de 2007 a fevereiro de 2004); a penúltima, 120 registros (de janeiro de 2008 a outubro de 2006); a antepenúltima, 60 registros (de janeiro de 2008 a agosto de 2002). Vale destacar três aspectos, o primeiro é que muitas notícias tratavam de ‘moradores da rua x com problema y’; o segundo é que às vezes um texto completamente diferente fazia referência por meio de *link* a um outro que citava ‘rua’ na mesma página *on-line*; o terceiro e mais importante é a utilização por parte da *Folha de S. Paulo*, em alguns textos, da expressão ‘situação de rua’ em vez de ‘moradores de rua’.

Indubitavelmente, a Rede Globo de Televisão não apenas tem a liderança de audiência entre as redes de TV, ela tem uma audiência muito superior. Um de seus principais ‘produtos’ é o *Jornal Nacional*, há 40 anos no ar. Os mais diversos textos veiculados por esse telejornal são ‘lidos’ e ‘acessados’ (ouvidos e vistos) em uma proporção bem maior do que os da *Folha de S. Paulo*, da revista *Veja*, do *site charges.com.br*. Flick (2004, p. 166) observa que: “Dada a forma como cada vez mais as imagens apresentadas na televisão e nos filmes influenciam as realidades cotidianas, a questão sobre o que esses veículos podem nos dizer a respeito da construção social da realidade está ganhando maior importância”.

As estratégias de busca eletrônica no *site* e critérios seletivos foram semelhantes aos anteriores, entretanto com alguns diferenciais, a saber: permaneceu a intenção de encontrar notícias e / ou reportagens que tratassem mais diretamente do assunto, mas o texto para a análise não poderia ser impresso. As opções eram a própria exibição da TV (ou a notícia em vídeo disponibilizado no *site*); o texto somente com linguagem verbal (que também pode ser acessado na *homepage* do *Jornal Nacional*<sup>131</sup>). O texto exibido em cadeia nacional de televisão era o que interessava, portanto, a escolha foi do texto em vídeo para a análise.

Quanto à busca eletrônica no *site*, percorri dois caminhos diferentes que entendi serem complementares<sup>132</sup> e que eram possíveis no sistema de pesquisa oferecido. Em primeiro lugar, buscar por ‘rua’, ‘da rua’, ‘de rua’ seria inviável por conta do número amplo de textos que seriam encontrados, dos quais muitos tratariam de outros temas. As opções, então, foram ‘combinações de palavras’ e ‘termos fixos’, conforme o Quadro 7:

COMBINAÇÃO DE PALAVRAS			TERMOS FIXOS		
PALAVRAS	Nº 133	PERÍODO	TERMOS	Nº	PERÍODO
‘situação’ e ‘rua’	60	01.12.2007 a 09.04.2004	‘situação de rua’	0	31.12.2007 a 01.01.2004
‘moradores’ e ‘rua’	120	22.12.2007 a 09.04.2004	‘moradores de rua’	28	31.12.2007 a 01.01.2004
‘morador’ e ‘rua’	40	10.09.2007 a 21.04.2004	‘morador de rua’	11	31.12.2007 a 01.01.2004
‘moradoras’ e ‘rua’	0	0	‘moradoras de rua’	0	31.12.2007 a 01.01.2004
‘moradora’ e ‘rua’	30	02.11.2007 a 11.04.2003	‘moradora de rua’	2	31.12.2007 a 01.01.2004

QUADRO 7: Busca no *Jornal Nacional*

<sup>131</sup> <http://jornalnacional.globo.com/>.

<sup>132</sup> Pois o mais amplo poderia trazer acréscimos em relação ao específico, no caso de uma construção textual que distanciasse os termos como: pessoa em ‘situação’ precária de ‘rua’, por exemplo.

<sup>133</sup> Número de ocorrências em diferentes textos, ou seja, independentemente da palavra ou termo ser encontrada em um texto uma ou mais vezes, a próxima referência seria de um outro texto.

Conforme explicitado no início desta subseção, é uma opção metodológica não analisar outros textos publicados em 2004 que estejam diretamente ligados aos atos criminosos que ocorreram em agosto daquele ano. Os demais textos do *Jornal Nacional*, de maneira quase absoluta, trazem a problemática social vivenciada por cidadãs e cidadãos que estão habitando as ruas em segundo plano (ao serem vítimas de outros casos de violência, por exemplo). Geralmente são ‘detalhes’ no texto: um morador que presenciou um crime, ou que esteve em alguma atividade social realizada nas ruas, ou que poderia receber (via albergue) as ‘batatas jogadas no lixão’ antes que elas se estragassem. Gill (2005, p. 255) diz que “os analistas de discurso, ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada, devem também estar sensíveis àquilo que não é dito – aos silêncios”.

Nesse contexto, selecionei uma notícia na qual pessoas em situação de rua teriam grandes chances de receberem destaque, pois estavam em um evento organizado também por elas e com a presença do presidente da República. A notícia exibida em 22 de dezembro de 2007 foi intitulada: “Lula diz que fim da CPMF será compensada com cortes nas despesas” (José Roberto Burnier, 2007; Anexo X; arquivo executável no CD apensado).

### **3.3.2 Dados gerados**

O segundo capítulo analítico (Capítulo 5) está desenvolvido com base em dados gerados por meio de entrevistas (semiestruturadas). O objetivo principal é analisar textos nos quais as pessoas (autoridades, ou não; envolvidas direta ou indiretamente com cidadãs e cidadãos em situação de rua) possam expressar suas percepções / opiniões sobre o problema social em estudo. Ao fazerem isso, estão disponibilizando dados ricos para a observação de discursos que circulam socialmente na vida cotidiana (mesmo que seja do trabalho) e talvez também no meio científico. Sendo assim, a intenção da pesquisa era ouvir pessoas que não estivessem vivendo em situação de rua. Essa delimitação propiciou condições de focalizar não aquilo que está acontecendo com as pessoas, mas aquilo que está permitindo que a situação de rua aconteça – a sustentação (ou perspectivas de transformação social) da problemática.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas com 21 participantes da pesquisa. Pretendia-se entrevistar homens e mulheres que pertencessem ao Quadro 8, o qual apresento a seguir, porém isso não foi possível em todos os casos. Uma das entrevistas não foi transcrita porque no dia em que ela foi realizada eu levei apenas um equipamento eletrônico para a gravação e o arquivo gravado não pôde ser acessado, restando apenas minhas anotações. Em todas as outras entrevistas utilizei dois aparelhos, ambos funcionaram perfeitamente. Na

entrevista com membros do Ministério das Cidades, duas pessoas participaram ao mesmo tempo.

Entrevista / Anexo	Categoria	Atividade	Pseudônimo
1 / A	Poder executivo - MDS	Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Meire
2 / B	Poder executivo - MTE	Representante do Ministério do Trabalho e Emprego	Breno
3 / C	Poder executivo - MEC	Representante do Ministério da Educação	Vânia
4 / D	Poder executivo - MCidades	Representantes do Ministério das Cidades	Ivanildo e Alda
5 / E	Poder executivo - MS	Representante do Ministério da Saúde	Ana
6 / F	Poder executivo - MinC	Representante do Ministério da Cultura	Camila
7 / G	Poder executivo - SEPPIR	Representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Fernanda
8 / <sup>134</sup>	Defensoria Pública da União - DPU	Defensora Pública da União (representante do Ministério da Justiça no GTI <sup>135</sup> )	Zelma
9 / H	Ministério Público	Promotora pública de justiça	Luiza
10 / I	Poder legislativo	Deputado Federal de partido de oposição ao governo atual	João
11 / J	Assistência Social Pública	Assistente social	Célia
12 / K	Saúde pública	Médica	Gilda
13 / L	Saúde pública	Médico	José
14 / M	Segurança pública	Policia Militar	Valdenor
15 / N	Comércio	Comerciante	Raquel
16 / O	Comércio	Comerciante	Carlos
17 / P	Cidadã	Estudante	Júlia
18 / Q	Cidadão	Estudante	Daniel
19 / R	Cidadã	Transeunte	Érica
20 / S	Cidadão	Transeunte	Pedro

QUADRO 8: *Participantes da pesquisa que foram entrevistados/as*

<sup>134</sup> Essa entrevista não foi transcrita porque o arquivo eletrônico da gravação não pôde ser acessado.

<sup>135</sup> Grupo de Trabalho Interministerial para a criação de política pública para os cidadãos e cidadãs em situação de rua.



Essas participantes e esses participantes da pesquisa se relacionam ao executivo, legislativo e judiciário; ao sistema público de segurança, assistência médica e social; a pessoas em processo de formação educacional; a cidadãos e a cidadãs que convivem com a problemática social em que vivem cidadãs e cidadãos em situação de rua (seja nos trajetos cotidianos ou na proximidade entre o comércio e o local onde as pessoas em situação de rua transitam ou estejam ficando). Todo esse grupo de participantes colaborou sobremaneira para dar visibilidade aos discursos sobre as brasileiras e os brasileiros (bem como pessoas de outros países) que estão vivendo nas ruas, pois em uma ou mais perspectivas estão relacionados ao problema social.

Antes de realizar as entrevistas, foi necessário submeter o projeto a um o Comitê de Ética em Pesquisa, por conta do envolvimento direto com seres humanos. A obrigatoriedade de realizar tal procedimento está registrada na Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) / Ministério da Saúde (MS). Estudar a resolução e procurar atender as exigências e trâmites demandou tempo e esforço. A discussão com colegas que já tinham passado por esse processo e submetido seus trabalhos a um Comitê de Ética foi de extrema relevância para minha pesquisa.

### **3.3.2.1 Entrevistas**

As entrevistas qualitativas têm relevância ao propiciarem o acesso a pessoas, as quais podem contribuir com diferentes estudos ao exporem suas opiniões, ao avaliarem as ações delas mesmas ou de outros, ao relatarem como consideram um determinado problema social ou como vivem em um determinado problema social. Outra razão é que “embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais” (Gaskell, 2005, p. 71).

Um tipo de entrevista mais apropriado para este estudo (amplamente utilizado em pesquisas sociais / qualitativas) é a ‘semiestruturada’. Em vez de ‘aplicar questionário’ para ‘informante’, a entrevista semiestruturada empreendida com sucesso deve desenvolver-se como uma conversa que não seja tensa, com uma linguagem adequada à participante ou ao participante da pesquisa (que deve poder falar com a maior liberdade possível) e atender aos objetivos da investigação. Mason (2002) tem opinião semelhante. Distinguindo entre as possíveis variações de estilo e tradição, ela sugere quatro pontos em comum sobre as entrevistas qualitativas (semiestruturadas): 1- o diálogo; 2- o estilo informal; 3- um tema

central<sup>136</sup>; 4- o foco em contexto relevante para que o conhecimento situado possa ser produzido<sup>137</sup>.

É válido destacar aqui a reflexão de Magalhães (2006) sobre as perspectivas de diálogo e de informalidade. Essas duas pretensões metodológicas que cooperam para o bom andamento da entrevista simulam uma relação entre pesquisadores/as e participantes, pois há uma questão de poder entre eles/elas na qual o controle de turno, a condição de fazer perguntas e obter respostas, de determinar os tópicos, é via de mão única<sup>138</sup>. O estabelecimento de *rapport*<sup>139</sup> é uma recomendação de princípio ético<sup>140</sup> na relação entre pesquisadores/as e participantes da pesquisa (Magalhães, 1986). Sendo assim, busca-se contrabalancear o poder via *rapport*.

Outras orientações devem ser observadas, por exemplo: a necessária relação entre as perguntas das entrevistas e as questões de pesquisa; a seleção criteriosa, detalhada e justificada de quem será entrevistado/a; o emprego de pseudônimos para não identificar as pessoas<sup>141</sup>; o cuidado com as perguntas para que elas sejam ‘abertas’ (evitando respostas ‘sim’ ou ‘não’) e livres de pressuposições; a utilização de um ‘tópico guia’. Gaskell (2005) comenta que a utilização de um ‘tópico guia’ evita perguntas inadequadas assim como permite que os temas centrais a serem abordados possam aparecer na entrevista com mais segurança, pois quem está fazendo a pesquisa tem a possibilidade de levar os tópicos consigo em uma folha e fazer uso quando sentir necessidade e como forma de monitorar o andamento da entrevista (questões apresentadas, tempo de resposta). A entrevistadora ou o entrevistador deve manter a atenção, também, para temas importantes que surjam durante a conversa. Dessa forma, aproveita-se o instante da discussão e o tópico guia poderá ser modificado para outra(s) entrevista(s).

Alguns procedimentos práticos são também sugeridos por Gaskell (2005), para os momentos que antecedem a entrevista: ter em mãos o tópico guia e testar o aparelho de gravação; para o início: fazer comentários elementares sobre a investigação, agradecer ao/à

---

<sup>136</sup> Desenvolvido de maneira flexível e também permite o surgimento de temas inesperados que se correlacionem.

<sup>137</sup> Com base na perspectiva de que o “conhecimento é situado e contextual” (Mason, 2002, p. 62).

<sup>138</sup> A esse respeito, Mason (2002, p. 80) diz que “o/a entrevistador/a exerce poder sobre o/a entrevistado/a durante e depois da entrevista, por exemplo, em direcionar a agenda e em controlar os dados”. Ela observa também que a relação de poder pode ser diferenciada também quando o/a entrevistado/a for uma pessoa com muito poder e começar a controlar a agenda.

<sup>139</sup> Refere-se ao estabelecimento de uma relação de segurança e confiança entre pesquisador/a e participante de pesquisa (Gaskell, 2005).

<sup>140</sup> A ética é fundamental para o desenvolvimento de pesquisas e para os procedimentos do/a pesquisador/a.

<sup>141</sup> Exceção pode ocorrer quando se tratar de autoridade constituída (figura pública), como, por exemplo, ministros/as ou deputados, cabendo justificativa caso se decida pela identificação do/a entrevistado/a.

entrevistado/a, explicar a necessidade / utilidade da gravação; durante o transcorrer da entrevista: manter atenção em quem está falando (participante/s da pesquisa) e demonstrar isso, bem como ao andamento da conversa em relação ao tópico guia, saber que poderão ocorrer pausas de reflexão para as respostas, manter o ‘ambiente’ descontraído; para o final, agradecer novamente e, depois de desligar o gravador, perguntar se ela ou ele deseja dizer algo a mais.

Um exemplo de procedimentos (que não se pretende rígido ou fixo) para a preparação de uma entrevista qualitativa é fornecido por Mason (2002, p. 69-72), no qual a elaboração do chamado ‘tópico guia’ (Gaskell, 2005) é abordada, de certa maneira. Reproduzo, a seguir, a figura que resume os procedimentos. Comento os passos de maneira sintética na sequência.

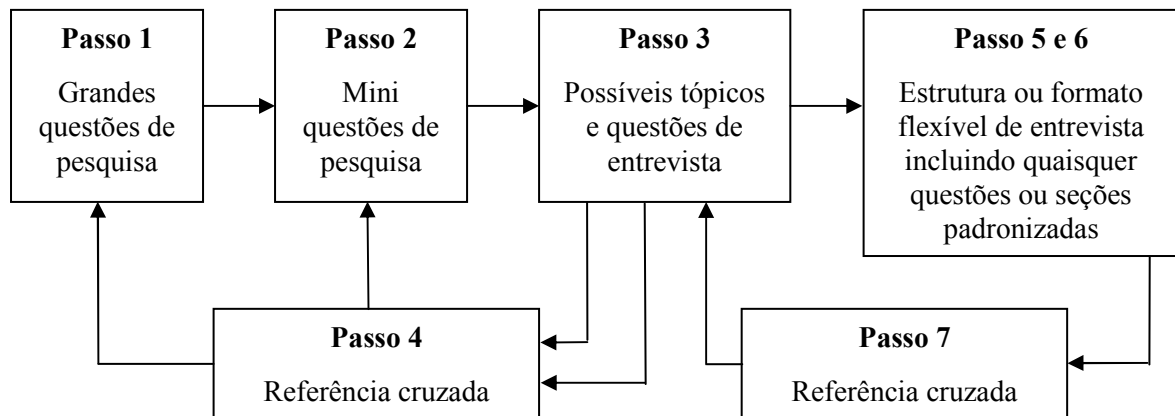


FIGURA 8: *Resumo do procedimento de planejamento e preparação para entrevistas qualitativas (Mason, 2002, p. 72)*

O primeiro passo é relacionar as principais questões de pesquisa; o segundo é subdividi-las. A etapa de número 3 consiste em transformar ‘aquilo que realmente se deseja saber’ (considerando as mini questões de pesquisa) em possíveis tópicos e questões para a entrevista<sup>142</sup>. Na fase 4, procura-se fazer uma referência cruzada para saber se a relação já estabelecida é satisfatória, se a ordem inversa atende a necessidade de ajudar a responder às grandes questões de pesquisa. O quinto passo sugere o desenvolvimento de ideias para a entrevista que tenham formato ou estrutura flexível. Também é possível produzir um guia para assuntos chaves ou questões que se deseja discutir. O sexto passo trata da possibilidade de incluir questões ou seções padronizadas para a entrevista, a exemplo de uma questão que se deseja perguntar para todo o conjunto de participantes; também se pode padronizar comentários finais (por exemplo). A última etapa consiste em uma checagem cruzada para garantir que tanto a estrutura flexível, quanto as padronizações (se questões ou seções) atendem devidamente aos possíveis tópicos e questões (do passo 3).

<sup>142</sup> Não se trata de um *script*, mas da reflexão preparatória para a interação na entrevista.

Com o objetivo de possibilitar uma visualização mais prática, apresento, a seguir, algumas das principais questões que foram feitas a participantes desta pesquisa<sup>143</sup>, as quais serão transformadas em ‘tópico guia’ para ser usado no momento das entrevistas<sup>144</sup>:

- Como vocêalaria sobre essa situação<sup>145</sup> para alguém que não tivesse conhecimento sobre ela?
  - Por que essas pessoas estão morando nas ruas?<sup>146</sup>
  - Quem são elas?
  - O que você acha delas?
  - De onde elas vêm?
  - O que elas fazem?
  - Onde elas ficam?
  - Como elas vivem?
- O que você sente quando vê uma dessas pessoas?
- O que você acha dessa situação?
- Quando ela começou?
- O que pode acontecer por causa dessa situação?
- Você acha que alguma coisa deveria ser feita em relação a essa situação?<sup>147</sup>
  - O que deveria ser feito?
  - Quem deveria fazer?
  - O que impede que essas ações sejam realizadas?
    - Como esse impedimento pode ser superado?
- De que forma você teve conhecimento sobre essa situação?
  - Houve alguma outra forma de ter obtido informação sobre isso?
  - Você já leu sobre isso em jornal, em revista, ou viu na televisão ou na Internet?
- O que você entende por igualdade social?
- *Qual é o papel do Ministério do Trabalho em relação à situação dessas pessoas?*<sup>148</sup>
- Há algo mais que você gostaria de dizer?

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, iniciei os contatos com as pessoas que poderiam ser participantes, considerando as características já estabelecidas. Parte das comunicações para falar sobre o projeto e convidar para as entrevistas foi realizada por telefonemas; parte por *e-mail* e telefone (deputado); parte em contato face a face; e uma entrevista foi concedida pelo intermédio de uma participante (a entrevista com o médico).

Embora eu sempre tenha sido bem atendido, não foi fácil conseguir espaço na agenda das pessoas, ou contar com a contribuição de todas que convidei. As entrevistas aconteceram em diferentes ambientes. Sempre que possível procurei sentar-me ao lado da pessoa para

<sup>143</sup> Com as adequações necessárias, acréscimos ou subtrações, a depender das pessoas entrevistadas.

<sup>144</sup> Depois de realizar as entrevistas, as descrições do processo associadas com as devidas reflexões serão registradas nesta Seção. O ‘tópico guia’ também constará neste trabalho.

<sup>145</sup> Para evitar o pressuposto de que é um ‘problema social’.

<sup>146</sup> Todas as perguntas que receberam um recuo foram feitas quando a pessoa não as tinha abordado na resposta à questão principal.

<sup>147</sup> É, de certo modo, um pressuposto, mas que fica minimizado quando o indivíduo indique a necessidade de se fazer algo nas respostas anteriores. Também provoca a reflexão e pode trazer dados relevantes.

<sup>148</sup> Questão específica para indivíduos específicos. Sendo assim, ‘Ministério do Trabalho’ será alternado por outro Ministério; ‘Congresso Nacional’; ‘Justiça’; ‘médicos/as’; ‘assistência social’; ‘polícia’.

favorecer a informalidade e evitar a subjetivação de hierarquias, assim procedi sentado no meio-fio de um estacionamento, em bancos de praça e de escola; de maneira semelhante, também utilizei uma mesa redonda e em outro momento uma grande mesa de reunião, sentado ao lado da pessoa entrevistada em uma das extremidades. Como as entrevistas eram realizadas no local de trabalho, de estudo ou de passagem dos participantes, na maioria das vezes o lugar da conversa já estava relativamente previsto. Assim, em boa parte dos casos, fui atendido na própria mesa de trabalho da pessoa, ou em pé no balcão do estabelecimento comercial.

Certamente houve dificuldades para conseguir as entrevistas. Em época de articulações para candidaturas e campanhas para as prefeituras, e considerando a agenda que me informavam de deputados e deputadas em Brasília (de terça à tarde até quarta à noite ou quinta pela manhã), não foi fácil para ouvir o ‘sim’ de um único deputado (embora tenha estabelecido contatos com diversas assessorias por telefone, correio eletrônico e até mesmo nos gabinetes). A participação de transeuntes também não foi simples – a pressa, os compromissos e os horários dificultavam a participação. A estratégia foi interpelar alguém que andava com mais calma ou tinha acabado de se sentar em bancos da área comercial onde transitavam.

A rápida apresentação do projeto por telefone, correio eletrônico ou pessoalmente era ampliada por meio da entrega do ‘Termo de consentimento livre e esclarecido’ (Apêndice C – exigência da Resolução 196/96 CNS/MS), no qual constam justificativa, objetivos, procedimentos e resultados esperados da pesquisa, além de espaço para a assinatura de quem participava e da minha, como responsável pela pesquisa. Uma via ficava comigo e a outra via com a pessoa. Fiquei com algum tipo de contato das pessoas participantes (principalmente *e-mail*) para depois encaminhar os resultados da pesquisa.

### 3.3.3 Análise dos dados

Desenvolvo as análises nos Capítulos 4 e 5 tomando como pressupostas as discussões dos Capítulos anteriores, dessa forma a redação do texto não retoma constantemente as bases teórico-metodológico-sociais, todavia as considera de maneira intrínseca.

A análise de dados coletados está registrada no Capítulo 4. Descrição, interpretação e explicação são desenvolvidas concomitantemente com base no exame dos textos (todos apresentados na parte de Anexos<sup>149</sup>, sendo que dois deles também têm suas versões eletrônicas gravadas em um CD e apensadas ao trabalho).

---

<sup>149</sup> Com exceção da parte da Constituição Federal que é analisada, a qual consta no corpo da tese.

O processo analítico parte da identificação de cada texto por meio dos gêneros discursivos e da vinculação com a instituição que os veiculou. Em seguida, as categorias analíticas de intertextualidade; do significado / escolha lexical; da representação de agentes sociais e da interdiscursividade, juntamente com a discussão da prática social, são empregadas/desenvolvidas. Também são considerados os aspectos ideológicos, permeando as demais análises. Cada texto é examinado / discutido com base no mesmo procedimento e sequência. Diante do tema da pesquisa, a razão da escolha dessas categorias para análise vincula-se à intenção e necessidade de desenvolver reflexões que conseguissem priorizar simultaneamente aspectos linguístico-discursivos e sociais.

Mesmo dando atenção prioritária aos aspectos linguísticos dos textos, não pude, evidentemente, desconsiderar a questão da multimodalidade<sup>150</sup>. Por conterem imagens em movimento e com áudio, dois dos textos selecionados foram apresentados de maneira diferenciada, com ‘transcrição’<sup>151</sup>: o de charge eletrônica e o de notícia televisiva. “A finalidade da transcrição é gerar um conjunto de dados que se preste a uma análise cuidadosa e a uma codificação. Ela translada e simplifica a imagem complexa da tela” (Rose, 2005, p. 348).

Em material impresso, a charge eletrônica foi copiada quadro a quadro, tendo como principal unidade de análise a sequência das legendas, considerando a expressão dos personagens e também a presença de imagens que fizessem parte do texto mesmo sem registro verbal (a exemplo do momento de silêncio reflexivo na parte final).

A notícia televisiva recebeu outro tratamento. A unidade de análise foi cada tomada que a câmera filmadora fez (ou apresentou, considerando o processo de edição da notícia tal como foi ao ar). Nesse quesito, segui o mesmo procedimento de Rose (2005), o ângulo da câmera; mudança do conteúdo imagético; alternância da tomada; resultavam em uma nova unidade de análise.

O Capítulo 5 contém a análise dos dados gerados. Depois que as entrevistas foram realizadas e suas transcrições feitas (apresentadas em Anexo), o exame delas foi efetuado com foco nos objetivos e questões de pesquisa. E tendo como base a fundamentação teórico-metodológica de todo o trabalho. O olhar para: as perspectivas ideológicas; a ação por meio do gênero discursivo; as marcas intertextuais e as construções / representações no *corpus* gerado considerou as mesmas categorias analíticas empregadas no Capítulo 4.

---

<sup>150</sup> Refiro-me às diferentes semioses que podem aparecer em textos, a exemplo de imagens, sons, gestos, linguagem verbal.

<sup>151</sup> ‘Degraação de imagens’ é outro termo possível de ser utilizado.

O diferencial na ordenação do Capítulo 5 é que, sendo um único gênero discursivo, todos os textos (todas as entrevistas) foram analisados simultaneamente dentro de cada categoria. Nesse entremeio, a recomendação de Gaskell (2005, p. 86) foi importante: “É vital garantir que toda interpretação esteja enraizada nas próprias entrevistas, de tal modo que, quando a análise é feita, o *corpus* pode ser trazido para justificar as conclusões”.

Nas figuras a seguir, estão representados os modos de triangulação que fizeram parte da pesquisa:

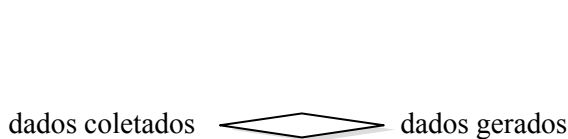


FIGURA 9: *Triangulação de dados*

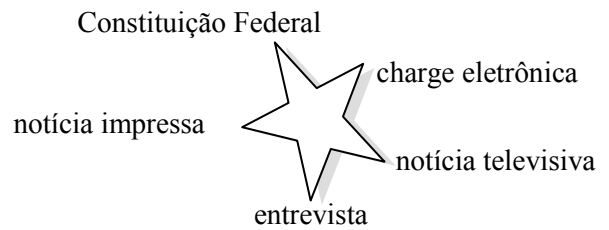


FIGURA 10: *Triangulação de gêneros discursivos*

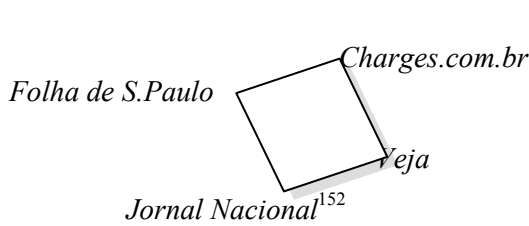


FIGURA 11: *Triangulação de instituições de mídia*



FIGURA 12: *Triangulação de participantes da pesquisa*<sup>153</sup>

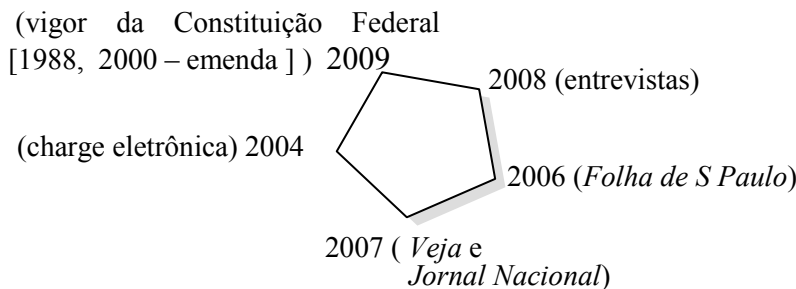


FIGURA 13: *Triangulação de tempo*

A reanálise dos dados, objetivando a qualidade da pesquisa e de seus resultados, foi feita durante o tempo da investigação e principalmente no processo de elaboração definitiva

<sup>152</sup> Rede Globo de Televisão.

<sup>153</sup> Ver quadro dos participantes da pesquisa na Seção 3.2.2.

da tese. As questões de pesquisa apresentadas na parte introdutória deste trabalho são respondidas no decorrer do mesmo, com atenção especial nos Capítulos analíticos (4 e 5), e nas ‘Considerações finais’, de maneira mais objetiva e sintética.

Neste capítulo, identifiquei a pesquisa qualitativa como opção para o desenvolvimento deste trabalho e a proposta metodológica de ADC empregada. Comentei sobre o *corpus* e sua construção com base em dados gerados e coletados, bem como registrei o processo de desenvolvimento das análises, as quais começam a ser apresentadas no próximo capítulo.





## Capítulo 4

### Análise de dados coletados

Desenvolvo, neste capítulo, a análise de textos coletados em diferentes fontes, a saber: o artigo 6º e o 203 da Constituição da República Federativa do Brasil; a charge eletrônica ‘Cotidiano – Enquanto isso na Delegacia...’, veiculada no *site* [www.charges.com.br](http://www.charges.com.br); a notícia ‘Começou a faxina’, da revista *Veja*; a notícia ‘Lula critica delegado da PF e defende Mercadante’, da *Folha de S. Paulo*; a notícia televisiva ‘Lula diz que fim da CPMF será compensada<sup>154</sup> com cortes nas despesas’, do *Jornal Nacional*. São cinco subseções nas quais apresento as análises que abordam os gêneros discursivos, as relações de intertextualidade presentes no *corpus*; o significado de itens lexicais; a representação de agentes sociais e as relações interdiscursivas (na Seção 4.1 com suas subseções, comento sinteticamente sobre essas categorias que estão apresentadas no Capítulo 1). O espaço destinado às análises com base nessas categorias linguístico-discursivas varia de acordo com o texto, suas características e a ênfase dada a determinados aspectos considerando sua relevância para esta pesquisa.

#### 4.1 Constituição Federal

As condições existenciais de quem chega ao ponto de utilizar as ruas como abrigo são extremamente precárias. Esse é um problema que envolve toda a sociedade e relaciona-se a políticas públicas de Estado. Diante dessas constatações, percebe-se que estudos da linguagem que reflitam sobre o tema colaboram para a compreensão dessa realidade e podem contribuir para sua transformação. Nesta seção, analiso parte do texto da Constituição Federal brasileira que trata de direitos sociais e da assistência social, por isso, relaciona-se à situação das pessoas que têm morado nas ruas<sup>155</sup>. É a Constituição que registra a igualdade de direitos para os cidadãos e as cidadãs e que compromete o Estado a ser responsável em relação a problemas sociais. Em 4.1.1, o foco da análise é o gênero; na Seção 4.1.2., trato das relações intertextuais; em 4.1.3, abordo o significado de palavras e a representação de agentes sociais; e faço uma análise do discurso na prática social relacionada à legislação na Seção 4.1.4.

---

<sup>154</sup> É a forma como a palavra aparece no título.

<sup>155</sup> Um resumo do trabalho inicial sobre esse tema está em Bessa (2007b).

#### 4.1.1 Constituição – um gênero discursivo

A compreensão de que a Constituição é um gênero discursivo fundamenta-se na concepção de Bakhtin (2003), para quem um ‘conteúdo temático’, um estilo específico e uma ‘estrutura composicional’ própria caracterizam um gênero. Acrescente-se a isso o entendimento desse mesmo autor quanto a uma determinada estabilidade e o papel desempenhado em atividades sociais específicas.

Parafraseando Magalhães (2004)<sup>156</sup>, gêneros discursivos são padrões sequenciais de uso da linguagem que determinam os textos falados, escritos, visuais ou multimodais, conferindo-lhes uma forma particular e convenções discursivas específicas. Outra consideração que colabora com a compreensão de gêneros é de a Charles Bazerman (2005, p.102):

...os gêneros moldam as intenções, os motivos, as expectativas, a atenção, a percepção, o afeto e o quadro interpretativo. O gênero traz para o momento local as ideias, os conhecimentos, as instituições e as estruturas mais geralmente disponíveis que reconhecemos como centrais à sua atividade.

Fairclough (2003) sugere uma série de características que devem ser observadas para o estudo de gêneros. Antes de focalizar esse aspecto, é importante destacar que ele desenvolve uma teorização para análise de textos na qual sugere uma relação dialética entre três maneiras de relacionar o discurso a outros elementos das práticas sociais<sup>157</sup>.

A primeira maneira refere-se aos modos de agir e interagir comunicativamente em sociedade – são os gêneros. Concretizados em textos e tendo sua realização em eventos sociais, os gêneros estão relacionados a determinadas práticas sociais e também são influenciados por estruturas sociais<sup>158</sup>. A ação de agentes sociais, do ponto de vista comunicativo, ocorre por meio dos diversos gêneros existentes no meio social. Ora, se a ação concreta dos gêneros acontece por meio dos textos e todo texto é resultado da interconexão de diversos fragmentos (implícitos ou explícitos) de outros textos, considero que a intertextualidade pode ser compreendida como pertencente à faceta que trata de ação e interação.

A segunda faceta enfoca maneiras particulares de construir / representar alguma

---

<sup>156</sup> “Os gêneros discursivos determinam os textos falados, escritos, ou visuais, segundo um padrão sequencial e linguístico (semiótico), conferindo-lhes uma forma particular e convenções discursivas específicas”.

<sup>157</sup> Ver o Capítulo 1.

<sup>158</sup> Textos do gênero publicidade, por exemplo, em uma sociedade capitalista (contexto que influencia a *estrutura social*), estão situados em *práticas sociais* de comercialização de bens e serviços e podem aparecer em *eventos sociais* concretos como nas veiculações em televisão que objetivam alcançar um público consumidor. A relação entre evento, prática e estrutura social é intrínseca – ver Capítulo 1.

aspecto do mundo (social, psicológico, físico), ou seja, discursos. Esses podem ser apreendidos nas análises textuais e nomeados, por exemplo, na identificação do que seria um ‘discurso da globalização’. É preciso destacar que tal concepção vincula-se a uma perspectiva mais complexa e abstrata, a qual envolve as práticas sociais e compreende o discurso (no singular) como um dos momentos dessas práticas<sup>159</sup>, que envolvem também o mundo material, relações sociais, as pessoas com suas atitudes e crenças. Essa perspectiva de que ‘nem tudo é discurso’ e a compreensão dialética de sua existência, por relacionar diferentes momentos das práticas sociais (Chouliaraki e Fairclough, 1999), embasam teoricamente a relação entre linguagem e sociedade.

A terceira maneira relaciona-se a formas de ser, considerando os aspectos comunicativos / discursivos – o que Fairclough (2003) denomina ‘estilos’. O cerne dessa faceta está na análise dos processos de identificação (constituição de identidades) nos textos.

Essas três facetas da abordagem dialético-relacional (Fairclough 2003, 2009) são consideradas indissociáveis. A separação / distinção ocorre por razões analíticas. Neste trabalho, o enfoque em gênero e discursos também tem esse motivo.

Constituição	
características abstratas	lei ordenamento jurídico direitos deveres garantias
estrutura textual	títulos artigos incisos alíneas parágrafos

QUADRO 9: *Constituição – características e estrutura*

Para analisar a Constituição<sup>160</sup> como um gênero, este estudo seguirá principalmente o que sugere Fairclough (2003). Observar as características abstratas e a estrutura textual pode ser uma maneira de iniciar as análises. O Quadro 9 apresenta uma síntese comentada a seguir.

<sup>159</sup> O aspecto discursivo/semiótico da ‘ordem social’ – a ‘ordem do discurso’ (Fairclough, 2003, p. 206).

<sup>160</sup> Considerando que o intuito, nesse momento, é ter uma perspectiva geral do gênero, não será apresentada uma descrição detalhada das possibilidades textuais que o gênero ‘Constituição’ permite em diferentes países, por

A ‘Lei Maior’, também conhecida como ‘Carta Magna’, figura em diversos países no ápice hierárquico<sup>161</sup> do conjunto de regras e princípios que regem direitos e garantias fundamentais, tratam da organização do Estado e dos Poderes e também da ordem econômica e social. Assim como outras leis, organiza-se textualmente em divisões e subdivisões com títulos, artigos, incisos, alíneas e parágrafos.

Outras especificidades do gênero podem ser observadas no Quadro 10:

Escala	nacional
Grau de estabilização	alto
Homogeneização	média

QUADRO 10: *Constituição – escala, estabilização, homogeneização*

Cada Constituição restringe sua legitimidade ao país que pertence, independentemente de prever normas para relações internacionais, pois adota a perspectiva de uma nação. Para ‘grau de estabilização’ e ‘homogeneização’ estão identificados níveis que poderiam variar entre baixo, médio e alto. A estabilização está sendo considerada com um grau alto por ser um gênero que não apresentou alterações de grande relevância nos últimos séculos<sup>162</sup>. Por haver diferenças de ‘forma’<sup>163</sup> e ‘positivação’<sup>164</sup>, por exemplo, o nível de homogeneização do gênero Constituição está sendo descrito aqui como médio. Como as possibilidades de variação não são extensivas, não se aplicaria a compreensão de uma baixa homogeneização.

Na atualidade e com os recursos tecnológicos disponíveis, é crescente o número de gêneros discursivos que mesclam diferentes modalidades<sup>165</sup>, como a linguagem verbal, imagens, sons. No entanto, ainda é inegável o prestígio social da escrita e é nessa modalidade que os textos constitucionais se apresentam. O suporte pode até ser diferente: na Internet (versão digital) ou em papel (versão impressa), mas ambos utilizam a linguagem verbal.

Como todo gênero, a Constituição relaciona-se com outros gêneros<sup>166</sup>. Considerando sua supremacia em relação às demais leis do país (é o caso do Brasil, por exemplo), todos os

---

exemplo. Nem tampouco se pretende apresentar todas as possíveis formas de classificação. Com base, principalmente, no texto da Constituição brasileira de 1988 é que serão apontadas as principais observações, explicitando possíveis variações quando necessário.

<sup>161</sup> É o caso de Constituição ‘rígida’, como a do Brasil. Na Inglaterra, por exemplo, onde a Constituição é ‘flexível’, uma lei não é superior a outra.

<sup>162</sup> Essa análise refere-se a gênero. Os textos das Constituições podem sofrer modificações via Emendas ou alterar-se substancialmente em novas Constituições.

<sup>163</sup> ‘Sintética’ – concisa –, como nos Estados Unidos; ‘analíticas’ – expansivas –, como no Brasil.

<sup>164</sup> ‘Promulgada’ por representantes eleitos, a exemplo da Constituição de 1988 ou ‘outorgada’, que decorre de um sistema autoritário, como a Constituição de 1937.

<sup>165</sup> Os trabalhos de Kress e van Leeuwen (1996 e 2001) desenvolvem uma teorização sobre multimodalidade.

<sup>166</sup> Discussão sobre esse tema pode ser encontrada em Fairclough (2003, p.30 – 32).

gêneros relacionados à lei fazem parte de uma ‘cadeia de gêneros’<sup>167</sup> da qual a Constituição é parte. Devido à sua importância, ela estabelece relação com uma variedade de outros gêneros que podem pertencer ao campo da mídia ou mesmo da vida pessoal. Veja, no Quadro 11, alguns exemplos:

cadeia de gêneros	decretos
	portarias
	resoluções
	sentenças judiciais
	reportagens
	editoriais
	conversas

QUADRO 11: *Constituição – cadeia de gêneros*

Os gêneros discursivos ‘decreto’, ‘portaria’, ‘resolução’, ‘sentença judicial’, estão submetidos ao que determina a Constituição. Semelhantemente, uma ‘reportagem’, um ‘editorial’ e mesmo uma ‘conversa’ podem tratar de temas específicos do gênero em análise, assim como também estão vinculados a princípios constitucionais que devem ser seguidos.

Nessa perspectiva, é preciso ter clareza que, também como outros gêneros, a Constituição apoia-se em ‘relações sociais’. Uma conversa estabelece relações entre indivíduos; uma carta comercial é uma maneira discursiva de duas empresas se comunicarem; uma propaganda televisiva pode relacionar uma organização e telespectadores/as. A Constituição estabelece relações sociais em grau hierárquico elevado e com diferentes agentes sociais. Ela é a lei máxima do Estado e o regula; delimita e determina as possibilidades de ação de organizações e empresas; demarca os direitos e deveres de cidadãos e de cidadãs – é um forte instrumento de constituição identitária.

#### 4.1.2 Constituição – intertextos

Entender a Constituição como gênero colabora para as análises de um texto constitucional (ou mesmo uma parte desse texto). Outra compreensão importante para os propósitos deste trabalho é a de que um texto não se constitui de maneira isolada em um universo textual. Textos influenciam outros textos e são influenciados por outros textos, e as marcas dessa interrelação podem estar explícitas ou implícitas. A presença de elementos de um texto em outros também expressa uma relação dialógica entre vozes (autorias) e

<sup>167</sup> Termo empregado por Fairclough (2003).

demonstra a ligação entre enunciados nas práticas comunicativas (Bakhtin, 2003). O conceito de intertextualidade abarca essas compreensões.

É evidente que o texto constitucional brasileiro de 1988 tem elementos de diversos outros textos, sejam eles constitucionais ou não. As Constituições anteriores têm marcas inequívocas no texto de 1988, seja na repetição ou negação de determinadas partes. Constituições de outros países também influenciaram a brasileira. No entanto, este estudo destaca a intertextualidade com um texto que não é constitucional: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948.

A relação é evidente com diversas partes da Carta Magna, mas será destacado aqui apenas o artigo XXV (Nações Unidas no Brasil, 2007):

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Para uma melhor observação das marcas intertextuais<sup>168</sup>, estão registrados, a seguir, o artigo 6º (do Capítulo II, Dos direitos sociais – do Título II, Dos direitos e garantias fundamentais) e o artigo 203 (da Seção IV, Da assistência social, do Capítulo II, Da seguridade social – do Título VIII, Da ordem social) da Constituição Federal (Presidência da República, 2007):

~~Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.~~

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000)

Grifos do original.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
 I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
 II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
 IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

<sup>168</sup> Refiro-me a elementos linguísticos que indicam a intertextualidade.

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Como é possível perceber, há muita semelhança nas proposições de cada texto. Compõem o Quadro 12, de maneira paralela, os elementos linguísticos que constam nos dois textos de forma exata ou em relação de sinonímia.

DUDH	Constituição de 1988
direito	direito
família	família
saúde	saúde
habitação	moradia
segurança em caso de desemprego	previdência social; integração ao mercado de trabalho
segurança em ... casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle	assistência aos desamparados

QUADRO 12: *Direitos Humanos e Constituição – intertextualidade*

Direito, direito à saúde, à assistência, à segurança – questões fundamentais em ambos os textos. É notório que outras comparações poderiam ser estabelecidas, mesmo sem ter uma relação direta tão explícita. A voz de um ideal de povos e nações ecoa na Constituição brasileira, mas por que tantos brasileiros e tantas brasileiras não ouvem essa voz?

#### 4.1.3 Significado lexical

As escolhas lexicais e os significados das palavras nos textos dizem muito sobre eles. Por que dizer isto e não aquilo? Por que dizer isto de uma forma e não de outra? Que elementos linguístico-discursivos orientam / restringem a interpretação de determinado item lexical? Essas são algumas perguntas, entre uma série de outras possíveis, que podem colaborar com pesquisas que tratem da linguagem.

Conforme Fairclough (trad. 2001), um foco de análise pode ser a significação política e ideológica de lexicalizações alternativas e ainda a observação particular de “como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas” (p. 105). Considerando que um dos objetivos desta pesquisa está voltado para a investigação discursiva da problemática social que envolve a situação de rua, é produtivo fazer-se análise lexical, pois, segundo Fairclough (2003, p. 129), essa é uma das principais maneiras de distinguir discursos – “discursos ‘lexicalizam’ o mundo de maneiras particulares”.



As próprias partes do texto constitucional em análise (art. 6º e 203), o enquadramento do gênero discursivo e o contexto sócio-histórico em que se encontra deixam claro que estamos diante de um discurso institucional e oficial, que pode ser chamado de discurso ‘do Estado brasileiro’ ou simplesmente como discurso do ‘Estado’, já considerando o recorte contextual. O Estado ‘garante’ nos excertos apresentados ‘direitos sociais’ e ‘assistência social’. Palavras como: ‘direito’, ‘trabalho’, ‘segurança’, ‘proteção’, ‘amparo’, entre outras, poderiam receber destaque nesse momento e serem analisadas; ora, no mínimo o número de indivíduos em extrema pobreza seria muito menor caso o ‘direito’ fosse assegurado – no mínimo o direito de um ‘trabalho’.

Como apresentado no Capítulo 2, o agravamento do problema social em análise está fortemente ligado ao trabalho, ao mercado de trabalho, às mudanças no mundo do trabalho (Silva, 2009), contudo, vou dedicar-me de maneira breve à palavra ‘moradia’. Em primeiro lugar, aproveito o parágrafo para relatar o óbvio de que ‘moradia’ tem grande relação com ‘trabalho’. De um modo geral, a moradia das pessoas é próxima ao local de trabalho; com o aumento das desigualdades sociais, a sua materialização geográfica afasta, dos centros, a moradia de quem tem menos recursos financeiros (afasta também das ‘ilhas’ residenciais de quem tem mais recursos, pessoas que possuem veículos particulares para se locomover). A mesma materialização da desigualdade provoca a migração das pequenas cidades pobres e muitas vezes a ‘perambulância’ (Bursztyn e Araújo, 1997) em busca de melhores condições de sobrevivência.

As pessoas que têm morado nas ruas têm a rua como moradia. Essa frase que parece circular não o é por conta do contra-senso – o discurso do Estado é um discurso de igualdade, igualdade de direitos para todos e para todas: rua não deveria precisar ser local de moradia. Em poucas palavras, rua é um espaço público, espaço de passagem e não deveria precisar ser local de permanência. Moradia refere-se a um lugar de habitação, residência; em nossa sociedade é o ambiente no qual as pessoas regularmente se abrigam. A rua, ou viaduto, ou marquise, ou ponte, não oferece de maneira alguma o que uma casa (moradia de uma maneira geral) pode oferecer – os albergues sociais são uma opção mais viável, mesmo assim não podem comparar-se a um local pessoal de domicílio.

O tema da ‘moradia’ já constava na Constituição Federal no texto original de 1988 em dois trechos: no art.7º, inciso IV, como direito dos trabalhadores rurais e urbanos a um salário mínimo para atender à necessidade vital e básica da moradia (entre outras); e no art. 23, inciso IX, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de programas de construção de moradias.

Em 1996, foi apresentada uma proposta de Emenda à Constituição (nº 28) que incluía a ‘moradia’ no rol de direitos fundamentais. Sua justificativa estava baseada em um debate nacional e internacional sobre o *déficit* de habitações, com ênfase para a ‘Conferência Habitat II’ convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizada 1996. Também se destacou o receio quanto a ocupações que poderiam ser promovidas por pessoas ‘sem-teto’ e, além disso, a importância da moradia para a identidade dos indivíduos, o desenvolvimento deles e o da nação.

A partir de 14 de fevereiro de 2000, via Emenda Constitucional (nº 26), a moradia ganha *status* de direito fundamental, reforçando ainda mais sua importância e o comprometimento do Estado com o atendimento das demandas existentes. É inegável o avanço da lei, assim como é inegável a falta da devida contrapartida na prática. A ‘moradia’ é significativa no discurso do Estado: o que acontece nas práticas sociais (e em seus aspectos discursivos) para que a determinação legal tenha a aparência de uma falácia?

#### 4.1.4 Representação de agentes sociais

Outra categoria de análise relevante para esta pesquisa é a ‘representação de agentes<sup>169</sup> sociais’. Como os agentes sociais estão representados nos textos? Podem não estar presentes no texto, por quê? Podem estar presentes de maneira positiva ou negativa. O que essas alterações provocam nos textos a serem analisados? Van Leeuwen (1997) destaca a importância desse tipo de representação do ponto de vista linguístico e sociológico, além de fazer uma produtiva discussão sobre a categoria de análise e apresentar o que ele denomina de ‘inventário sócio-semântico’ de modos de representação. Por exemplo, o autor comenta (p.180) que a presença ou ausência<sup>170</sup> de agentes sociais em textos serve a interesses e propósitos em relação às leitoras e aos leitores a quem se dirigem.

Na variedade de formas de representação de agentes sociais, podemos destacar: ‘pessoal / impessoal’, ‘específica / genérica’, ‘inclusão / exclusão’, ‘nomeação / classificação’ (van Leeuwen, 1997; Fairclough, 2003). Nos trechos do texto constitucional selecionados, temos, a princípio e de forma subentendida, dois agentes sociais: o Estado (como responsável ou aquele que garante direitos) e a sociedade brasileira (como possuidora de direitos ou beneficiária). Em relação à sociedade ainda ocorre uma ‘diferenciação’ para grupos em determinadas condições ou que se enquadrem em determinadas classificações.

---

<sup>169</sup> Estou empregando o termo ‘agente’ no lugar de ‘ator’. Comento essa escolha no Capítulo 1.

<sup>170</sup> Van Leeuwen utiliza os termos ‘inclusão’ e ‘exclusão’, estou empregando os termos ‘presença’ e ‘ausência’ com sentido similar.

Como o texto é para a sociedade, evidentemente não cabem nomeações. Dessa maneira, as pessoas são representadas como ‘desamparados’<sup>171</sup>, ‘crianças’, ‘adolescentes’, ‘pessoa portadora de deficiência’, ‘idoso’, e também inseridas em categorias que as representam de forma impessoal como a ‘maternidade’ e a ‘infância’.

Alguém poderia pensar na inserção de ‘cidadãos e cidadãs em situação de rua’ (ou outra designação mais coerente) na Constituição, pois esses cidadãos e essas cidadãs pertencem a um grupo que precisa de um atendimento diferenciado. Talvez, se houvesse essa inserção o problema ganharia maior visibilidade e, quem sabe, recebesse medidas mais efetivas (lembremos aqui da inclusão de ‘moradia’ como direito fundamental). Por outro lado, considerando o problema social em que vivem, são claramente pessoas destinatárias das atenções / obrigações constitucionais. Não será necessário repetir completamente os dois artigos citados, basta lembrar a proteção a pessoas desamparadas e idosas, e também que uma parte atualmente vive o problema com a ‘família’, em fase de ‘infância’, ‘adolescência’ e muitas vezes envolvidas com a ‘maternidade’ em seu período mais delicado (últimos meses de gravidez e primeiros meses de vida da criança).

#### **4.1.5 Práticas sociais e interdiscurso**

É preciso relembrar que a Constituição é um gênero e identificar o texto da DUDH como pertencente também a um gênero: a ‘declaração’. Uma diferença fundamental inicia-se nesses enquadramentos: um texto faz uma declaração; o outro é lei.

Os gêneros e seus respectivos textos não são responsáveis por nenhuma ação ou interação por si mesmos, eles fazem parte de práticas sociais e nelas cumprem suas funções. Por ‘práticas’, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) entendem as “maneiras habituais, ligadas a tempos e espaços particulares, nas quais pessoas aplicam recursos (materiais e simbólicos) para atuarem juntas no mundo”. As práticas sociais articulam diferentes elementos sociais, como ação e interação; relações sociais; pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc.); o mundo material; discurso (Fairclough, 2003, p. 25).

Dentro dessa compreensão dialética das práticas sociais, é possível destacar que a DUDH é um texto de grande poder político e social, uma ‘declaração’ que é também um documento básico da ONU, texto legitimado pela própria instituição e por seus países membros, contudo ela mesma apresenta-se “como o ideal comum a ser atingido” (Nações

---

<sup>171</sup> No artigo 6º e 203, em dois momentos, agentes sociais da sociedade brasileira são representados por meio do masculino genérico: ‘desamparados’ e ‘idoso’ (ver discussão sobre o uso do masculino genérico em Magalhães, 2006).

Unidas no Brasil, 2007). A Constituição Brasileira é o texto instituído e reconhecido como lei máxima do país, a compreensão imediata é: se é lei, deve ser cumprida. Ora, se “todos são iguais perante a lei” (Artigo 5º, Presidência da República, 2007), por que a tamanha diferenciação<sup>172</sup> diante da legislação?

Considerando as práticas sociais, e por isso uma perspectiva transdisciplinar<sup>173</sup>, é possível tratar dessas questões com base em uma reflexão linguístico-discursiva. As diferentes construções / representações do mundo ou de aspectos do mundo podem ser apreendidas em análises textuais, ou seja, é possível perceber que discursos estão presentes e como se relacionam entre si – interdiscursividade.

O mundo vivia um período conturbado e de grandes reflexões sobre o futuro da humanidade e das nações após a segunda guerra mundial. Nesse contexto, é proclamada a DUDH e um dos discursos principais que se pode identificar é o ‘discurso da igualdade’, lexicalizado em elementos textuais como: “todo ser humano...”. Porém, é recorrente ouvir-se e constatar-se que o Brasil é um dos países com maior desigualdade social do mundo. Esse ‘discurso de desigualdade’ convive<sup>174</sup> com o ‘discurso da igualdade’ presente na Constituição.

Avançando nas análises das práticas sociais é possível compreender melhor essas relações interdiscursivas e as razões do ‘descumprimento’ da lei. Na perspectiva jurídica, José A. da Silva (2002) distingue diferentes formas de aplicabilidade das normas constitucionais: há as que entram em vigor desde a promulgação e podem produzir todos os seus efeitos; as que também entram em vigor de maneira imediata, porém podem / devem ter seus efeitos regulados posteriormente; e as que não são de aplicabilidade imediata por dependerem de complemento legislativo, as quais também têm eficácia limitada, seja de princípios intuitivos (esquemas gerais de estruturação de órgãos etc.) ou programáticos (princípios para programas que atendam aos fins sociais do Estado).

Esse último é o que interessa principalmente a este trabalho. Direitos ‘assegurados’ no artigo 6º, por exemplo, enquadram-se nessas normas de aplicabilidade limitada quanto aos princípios programáticos. Seriam regras jurídicas que traçam diretrizes para orientar os Poderes Públicos. Ainda segundo Silva (2002), a Constituição de 1988 considera os direitos sociais como direitos fundamentais (Título II) e não meras garantias sociais, e acrescenta:

---

<sup>172</sup> A exemplo da desigualdade social no Brasil.

<sup>173</sup> Uma perspectiva de diálogo entre diferentes disciplinas e teorias no desenvolvimento de uma pesquisa (Fairclough, 2003). No caso da ADC, procura-se avançar especialmente na relação entre o social e o linguístico (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

<sup>174</sup> Em relação interdiscursiva dentro das práticas sociais.

Não lhes tira essa natureza o fato de sua realização poder depender de providências positivas do Poder Público. Por isso, caracterizam-se como prestações positivas impostas às autoridades públicas pela Constituição (imposições constitucionais). (Silva, 2002, p. 151)

Considerando a ‘imposição’ às autoridades, transparece um ‘descumprimento’ da lei no que tange aos direitos sociais. O grupo social das pessoas que estão morando nas ruas não goza do direito à moradia<sup>175</sup>, além de outros. Então, onde cobrar?

Ingo W. Sarlet (2003) pondera que a existência do artigo não elimina os problemas e dificuldades para concretizá-lo, e diz que: “Com efeito, não é pelo fato de o art. 6º da CF<sup>176</sup> referir expressamente um direito ao trabalho, que se pode simplesmente extrair a consequência de que ao particular cabe o poder de reclamar judicialmente que lhe seja concedido um emprego” (p. 289). Uma das dificuldades estaria relacionada ao ‘postulado da reserva do possível’, que se refere ao limite de recursos de que o Estado dispõe. Contudo, o mesmo autor considera controverso até que ponto essa dificuldade pode ser um obstáculo para o reconhecimento de um direito.

Recentemente, o então ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, determinou a matrícula de uma criança menor de seis anos em creche pública, entendendo isso como obrigação do Município. No arrazoado que fez ao tratar do problema, Mello (Supremo Tribunal Federal, 2005) considera a gradação da concretização de direitos econômicos e sociais, a ‘reserva do possível’ e a impossibilidade de exigência da imediata efetivação do que estabelece a Constituição. Porém, a determinação feita tem base em uma parte (a seguir) do texto que interessa primordialmente a este trabalho:

Não se mostrará lícito, contudo, ao Poder Público, em tal hipótese, criar obstáculo artificial que revele – a partir de indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa - o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência (ADPF 45/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Informativo/STF nº 345/2004).

Cumprir advertir, desse modo, que a cláusula da “reserva do possível” - ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível - não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se, dolosamente, do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade.

---

<sup>175</sup> Lembremos que a Emenda Constitucional que altera o texto original do artigo 6º efetua exatamente a inclusão da moradia como um direito (ver Seção 4.1.3).

<sup>176</sup> Constituição Federal.

Dessa forma, a obrigação do Estado e a possibilidade de ação judicial abre-se para os direitos sociais. Francisco das C. Lima Filho (2006, p. 44 e 45) apresenta e refuta algumas objeções que existem relativas a essa possibilidade: a falta de especificação concreta do conteúdo dos direitos sociais; o “critério restritivo que costuma ser empregado pelo Judiciário na hora de avaliar sua faculdade de anular decisões que podem ser qualificadas como políticas”; a “inadequação dos mecanismos processuais tradicionais para a tutela desse tipo de direito”; e a própria “ausência de tradição de exigência dos direitos sociais”. Em seguida, o mesmo autor afirma, de maneira categórica, que a tese da não jurisdicionalização dos direitos sociais não procede e que o fato de serem ‘direitos’, torna-os passíveis de exigência judicial. Por fim, Lima Filha (p. 50) pondera:

fazer verdadeira a democracia tomando em sério os direitos fundamentais do homem, tal como se encontram solenemente proclamados nas constituições dos diversos Estados e nos Tratados e Pactos Internacionais, significa colocar fim ao grande e desumano *apartheid* social que exclui do seu desfrute uma imensa parte do gênero humano.

Fortalecido até aqui, o ‘discurso da igualdade’, inclusive com as prerrogativas jurídicas de exigência de aplicabilidade (mesmo de uma igualdade existencial mínima), fica evidente que ele existe em contraposição ao ‘discurso da desigualdade’, que por sinal é muito mais materializado nas práticas sociais.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a abertura judicial exposta é relativamente recente e não encontra consenso entre os magistrados, além de demandar um tempo considerável para uma possível realização prática (o que não deve inibir as exigências de direitos).

Muito mais rápida tem sido a intensificação dos problemas sociais. Cristovam Buarque (1997) destaca uma crise e uma mudança nas perspectivas das pessoas, as quais procuravam as grandes cidades inicialmente com expectativas de melhores empregos e condições de vida, no entanto, muitas têm migrado em busca do ‘lixo da modernidade’. Aquilo que é rejeitado torna-se o sustento, muitas vezes o alimento, de outros seres humanos.<sup>177</sup>

O caso das pessoas que estão morando nas ruas apresenta um processo de sobreposições de direitos não atendidos. O foco deste trabalho está nas pessoas que são compelidas a essa situação degradante por restrições financeiras. Resta-lhes, entre as possibilidades de sobrevivência, a coleta de materiais recicláveis para serem vendidos. Outra saída imposta é a prestação de serviços como o de ‘guardador/a de carro’ ou a mendicância.

<sup>177</sup> Buarque (1993) trata da grande diferenciação social que há no Brasil.

Além de contrapor o ‘discurso da igualdade’ com o ‘discurso da desigualdade’, é preciso considerar nessa mesma ordem do discurso – com ampla materialização nas práticas sociais e que envolve aspectos econômicos, políticos, educacionais e tem se ramificado na vida social –, o ‘discurso do capitalismo’ (o qual guarda relações inequívocas com o ‘discurso neoliberal’ e o ‘discurso da globalização’ – Fairclough, 2003, 2006). Certamente, tem ocorrido uma série de mudanças sociais por conta da faceta mais recente do capitalismo.

Grosso modo, as adequações dos Estados para atenderem às demandas ‘necessárias’ do mercado internacional (que se pretende cada vez mais global) sufocam discussões sociais e priorizam o fluxo de capitais, colaborando assim para práticas especulativas e para um alargamento das distâncias sociais entre ricos e pobres, aumentando a extrema pobreza.

O papel da linguagem e de discursos dentro de estratégias para a globalização é importante e deve ser investigado (Fairclough, 2006). Bourdieu (1998) destaca o papel do discurso no projeto neoliberal, que adota um discurso dominante, o qual, por sua repetição, vai fortalecendo uma crença em uma tendência fatalista que carrega a aparência de liberação, apesar de ser conservador e atender a interesses particulares.

Na dialética das práticas sociais ligadas ao sistema econômico e político mais poderoso do mundo atual, os discursos a ele vinculados servem para representar um mundo transformado e em transformação. Também servem para representar de determinada maneira aquilo que é e o que deve / deveria ser, o que muitas vezes vem revestido com uma aparência de realidade já vivenciada, como na afirmação “no mundo globalizado”, com o pressuposto de que tal completude existe. Vê-se que esses discursos são mais ‘construções’ do que ‘representações’ (Fairclough, 2009).

De qualquer forma, o discurso do capitalismo passa como realidade inexorável. Nessa conjuntura, os próprios Estados se enfraquecem, com muitas consequências perversas para a humanidade (Bauman, 1999), atingindo principalmente quem mais precisa ver seus direitos garantidos. Ora, não parece aceitável que em um sistema social um semelhante (ser humano) seja ‘posto’ para morar nas ruas e conviver com as mazelas implicadas nesse contexto.

Parecem pequenos o Legislativo, o Executivo e o Judiciário diante do gigante capital. Evidentemente existem aberturas, as mudanças sociais acontecem, não só para pior.

## **4.2 Charge eletrônica**

A escolha da charge eletrônica (CE) ‘Cotidiano – Enquanto isso na delegacia...’ para ser analisada nesta pesquisa demonstra ser relevante, considerando os resultados obtidos, pois destaca a questão social e o tema da situação de rua. Porém, não foi apenas o texto o fator

principal para a seleção, o *site* que veiculou / veicula a CE (o ‘portador do texto’<sup>178</sup>) também foi fundamental. O ‘*www.charges.com.br*’ é a *homepage* de humor mais visitada do país, a qual apresenta uma CE inédita todos os dias (com reprises esporádicas, em feriados, por exemplo) e mantém um ‘arquivo’ onde disponibiliza a visualização de CEs que já foram exibidas<sup>179</sup>.

Em charges eletrônicas trabalha-se muito com estereotipia, a qual carrega em si muitos discursos hegemônicos (quase que ‘cristalizados’) e apresenta ‘naturalizações’. A charge eletrônica pode questionar estereótipos por meio da crítica ou reforçá-los (o que também irá depender da compreensão / interpretação de quem as vê). Analisar textos desse gênero discursivo colabora para o mapeamento de discursos que precisam ser questionados, pois têm a possibilidade de contribuir para práticas sociais injustas.

Dedico-me, nesta seção, ao exame do texto ‘Cotidiano – Enquanto isso na delegacia’<sup>180</sup> publicado no *site* *www.charges.com.br*. Assim como nas análises da Constituição Federal e dos demais textos das seções seguintes, desenvolvo as análises com base em algumas categorias principais: na subseção 4.2.1, trato do gênero; em 4.2.2, da intertextualidade; em 4.2.3, do significado de palavra; em 4.2.4, da representação de agentes sociais no texto; e, na subseção 4.2.5, analiso discursos considerando a prática social.

#### **4.2.1 Charge eletrônica (CE) – um gênero discursivo**

Os avanços tecnológicos permitem o surgimento de novas formas de atividades linguístico-semióticas, como exemplo podemos citar a comunicação via recados do Orkut<sup>181</sup>, os ‘blogs’<sup>182</sup> ou mesmo a comunicação via correio eletrônico (*e-mail*). Se nos distanciarmos um pouco na perspectiva temporal, considerando minimamente o fato de estarmos no século XXI, podemos citar como um novo gênero o telejornal, pois tem menos de 100 anos.

É possível diferenciar gêneros por meio das tecnologias específicas que utilizam (Fairclough, 2003). As CEs podem ser identificadas como um gênero discursivo por essa razão. Diferentemente das charges ‘tradicionais’ de imagem única (considerando o texto

<sup>178</sup> Termo que estou utilizando para designar o suporte material e ao mesmo tempo a instituição no qual determinado texto / gênero é veiculado.

<sup>179</sup> Estudos mais detalhados sobre charge eletrônica e sobre o *site* *www.charges.com.br* podem ser encontrados em Bessa (2007a), Helga V. A. de Souza (2007) e Amarildo P. Magalhães (2006).

<sup>180</sup> Sugiro ao/à leitor/a que veja, nesse momento, o texto por meio do CD, em anexo, ou dos quadros em que as imagens estão organizadas em sequência (Anexo T: Charge eletrônica: “Cotidiano – Enquanto isso na delegacia...”).

<sup>181</sup> Site de relacionamentos (*www.orkut.com*) que hospeda dados pessoais, mensagens particulares, fotos e principalmente recados (*scraps*) que podem ser enviados e visualizados por qualquer pessoa que visite as áreas individuais (o usuário tem a opção de apagar os recados recebidos ou bloquear acessos).

<sup>182</sup> Diários pessoais publicados na Internet. Alguns têm sido usado com fins de publicidade ou de jornalismo, por exemplo.



como um todo) e estática (impressa ou veiculada em vídeo), a CE cumpre um papel comunicativo que mescla som, movimento e diferentes imagens apresentadas em sequência. O caráter crítico-social, humorístico e que trata geralmente de temas políticos permanece.

Rabaça e Barbosa (1998, p. 594) apresentam a seguinte definição para este gênero (também identificado por eles como ‘videocharge’): “um cartum para televisão, com efeitos de animação, geralmente produzido por meio de computador gráfico, ou através de técnicas tradicionais de desenho animado, *animated captions* etc.” Em razão da animação gráfica, há o uso corrente da definição ‘charge animada’ ou ainda ‘charge virtual’. Inicialmente a CE era veiculada na TV, todavia ganhou maior visibilidade na Internet.

Início a apresentação de dados mais detalhados das CEs por meio de uma síntese de características abstratas e de estrutura textual registradas no Quadro 13:

Charge eletrônica	
características abstratas	mídia humor crítica cotidiano virtualidade
estrutura textual	caricaturas imagens sons voz música animação

QUADRO 13: CE – características e estrutura

Os meios de comunicação (TV, Internet) são responsáveis pela veiculação das CE, que, em um ambiente virtual, tratam de temas do cotidiano com humor e crítica (a qual pode questionar ou reforçar naturalizações, por exemplo). De um modo geral, sua estrutura pode incluir caricaturas, imagens (desenhos, filmes ou mesmo a imagem verbal), sons, vozes (em geral caricaturadas ou que seguem estereótipos), sempre com animação gráfica e algumas vezes contêm músicas – sendo assim, uma de suas características marcantes é a multimodalidade<sup>183</sup>. Outra especificidade do gênero pode ser observada no Quadro 14:

<sup>183</sup> A multimodalidade refere-se à presença de mais de uma modalidade semiótica em textos (modalidade verbal e visual, por exemplo). Kress e van Leeuwen (1996, 2001) apresentam trabalhos relevantes sobre esse tema.

Escala	nacional
Grau de estabilização	médio
Homogeneização	média

QUADRO 14: *CE – escala, estabilização, homogeneização* (Bessa, 2007a, p. 85)

Apesar de ser acessível, via Internet, em qualquer lugar do mundo, a audiência é essencialmente nacional, considerando o tema e as próprias características do gênero, como a crítica contextualizada (mesmo que trate sobre a guerra no Iraque, é geralmente relacionada a perspectivas que temos no país).

As inovações surgem com alguma frequência (a exemplo da inserção de pequenos filmes / vídeos), porém, o formato principal, o tempo de execução, as características e estruturas (conforme Quadro 13) permitem a compreensão de que o grau de estabilização é médio (em uma escala que conteria também um nível alto e um baixo), assim como a homogeneidade. Diferenças existem entre as que são exibidas em programas de TV e em *sites*, mas sem alterações fundamentais.

Podemos observar ainda em relação à CE a cadeia de gêneros (Quadro 15) com a qual se relaciona:

cadeia de gêneros	notícia reportagem crônica cartas mensagens comentários
-------------------	--

QUADRO 15: *CE – cadeia de gêneros* (Bessa, 2007a, p. 87)

Para poder fazer crítica de alguma questão recente e que tenha ganhado visibilidade (fundamental para atrair audiência para as CEs e facilitar a compreensão / interpretação), as notícias que estiveram presentes nos principais veículos de comunicação (jornal impresso, e/ou televisivo, e/ou da Internet; revistas) são ótimas fontes. Da mesma forma, servem as reportagens, as crônicas, cartas de leitoras e leitores e uma infinidade de gêneros – muitas vezes um *blog* consegue pôr um assunto na ‘crista da onda’ da mídia. Em relação ao *site* [www.charges.com.br](http://www.charges.com.br), internautas ainda têm a possibilidade de sugerir temas ou expor opinião sobre CEs já exibidas por meio do envio de mensagens. Entre tantos outros gêneros possíveis para reverberação de uma CE, ou ‘extensão de sua cadeia’ (de gêneros), pode-se citar também os ‘comentários’.

Além dos gêneros distintos que se correlacionam, deve-se destacar a mescla de gêneros discursivos que acontece nas próprias charges – um hibridismo que tem se mostrado muito frequente na mídia (Fairclough, 2003). Na CE em análise, por exemplo, não é só uma CE, mas também uma ‘queixa’ (no sentido de reclamação a uma autoridade sobre fato que mereça providência – no caso, prestou-se uma ‘queixa na polícia’).

Encerrando esta subseção sobre o gênero CE, destaco as atividades e relações sociais correlacionadas. A crítica é uma atividade marcante, assim como tem grande relevância o papel de entretenimento. Porém, deve-se lembrar que a CE acaba por ‘dar informação’ a leitores e leitoras<sup>184</sup>. Ao desenvolver essas atividades, também age na ‘busca de audiência’ e com o objetivo de potencializar a ‘comercialização’<sup>185</sup>. Quanto a relações sociais, a organização e determinados indivíduos ligam-se por meio do acesso ao *site*.

#### 4.2.2 Charge eletrônica – análise intertextual

A fortíssima relação com o noticiário impresso / eletrônico faz com que o número de marcas de outros textos nas CEs seja grande, e muitas são marcas explícitas. Em ‘Cotidiano – Enquanto isso na delegacia’ não é diferente. Todavia, para essa parte das análises, vou focar a intertextualidade que ocorre por uma via específica: a ironia.

Fairclough (2001) destaca que, além de significar outra coisa em relação a algo que foi dito, a ironia ecoa um outro enunciado e cria uma demanda, para intérpretes, de reconhecer o significado que o/a produtor/a quer realmente utilizar. Formas de atingir o objetivo de compreender podem ser, por exemplo, contrastar o que é dito com o contexto, ou, ainda, ter pressuposto sobre valores / crenças do/a produtor/a. Acrescento também a percepção que se deve ter por conta do gênero em que a ironia é empregada.

Para as CEs, até mesmo por ser um texto humorístico, a captação da ironia por parte da leitora e do leitor é facilitada. Do texto em análise, chamo a atenção para a crítica que se refere à ‘justiça social’, ao ‘SUS’ (Sistema Único de Saúde) e ao ‘financiamento da Caixa’<sup>186</sup>.

Quando o cidadão que está morando nas ruas procura a delegacia e queixa-se da onda de assassinato que está acontecendo contra pessoas que estão na mesma situação que ele, e afirma, por esta razão, estar com medo, o delegado responde (em outras palavras) que agora o ‘morador de rua’ está com medo igual a todos os brasileiros (“agora você tá que nem todos os brasileiros”). O medo da violência nas ruas, que seria restrito a uma parte da população, teria

<sup>184</sup> Em um sentido amplo, que não se restringe a texto escrito.

<sup>185</sup> No caso do *site*, por exemplo, há um espaço comercial para propagandas na própria página (área reservada para divulgação comercial de alguma empresa, geralmente com *hyperlink* que dá acesso ao *site* que ela possui).

<sup>186</sup> Financiamento da casa própria por meio da Caixa Econômica Federal – CEF.

atingido a todas as pessoas. A suposta ‘igualdade social’ alcançada seria resultado das ações do governo (poder executivo) na promoção de ‘justiça social’ (“O governo tá fazendo justiça social”). No texto por meio do personagem ‘delegado’, critica-se a violência, critica-se o governo, mas dissimula-se ideologicamente a insegurança constante da ‘vida nas ruas’, mesmo tratando-se do agravamento gerado pelos assassinatos.

A saúde pública entra em cena para ser criticada como ‘espaço de risco de morte’ administrado pelo governo. A interpretação do texto torna evidente que o delegado ironiza a própria situação do indivíduo ao optar pela significação catafórica de ‘eles’ como ‘o governo’. É com a saúde, inclusive, que essas pessoas enfrentam grandes problemas.

O problema de habitação própria no Brasil é grande e uma das medidas adotadas pelo poder executivo ao longo dos últimos anos é o financiamento da casa própria por meio da CEF. O delegado critica os juros altos e o tipo de contrato estabelecido (“o saldo devedor só cresce”), além de ter um vínculo de dívida que delonga a efetivação da posse residencial (“pago há quinze anos”).

As críticas de problemas sociais apresentadas são todas importantes, pois podem trazer à reflexão os temas da segurança, saúde e moradia. No entanto, em relação à problemática em que vivem cidadãos e das cidadãs em situação de rua, a atenção é desfocada. O delegado fala sempre do ponto de vista que seria o do grupo de pessoas que tem renda semelhante a dele. A insegurança para transitar nas ruas, a necessidade (subentendida) de ter um plano de saúde e não depender da propalada limitação do SUS e ainda as dificuldades de aquisição / financiamento da casa própria. Todas são questões sérias e justas, mas não podem comparar-se em gravidade à condição existencial de extrema pobreza. Que discursos sustentam essas relações, essa forma de olhar para si e para outrem?

A ironia traz para o texto da CE outros textos – intertextualidade – e nesse processo observa-se um conjunto de discursos que se entrecruzam, lugar onde a ironia se interpõe entre o que é dito e o que se pretende dizer. Assim, fazem-se presente divisões de condições sociais, de discursos, de interpretações.

#### **4.2.3 Significado lexical**

Entre os itens lexicais que poderiam ser analisados nessa CE, selecionei dois que têm inegável relevância para esta pesquisa: ‘indigente’ e ‘morador de rua’. A palavra ‘indigente’ parece ter uma carga negativa mesmo sem contexto. Dizer que alguém é indigente, ou que morreu como indigente, ou que devemos cuidar de / ajudar indigentes, remete a situações indesejáveis, fora do que se espera socialmente, ou situa as pessoas em uma condição que

demanda piedade (seria diferente dizer, por exemplo, “ajudar cidadãs e cidadãos que estão passando por necessidades materiais”). Se pensarmos em um aspecto do discurso capitalista que sustenta que ‘podemos ter sucesso na vida com esforço próprio’, um indigente não teria esforço próprio, por isso encontra-se na situação em que está. Isso favorece uma relação de sinonímia equivocada e nefasta que associa indigente a ‘preguiçoso/a’, ‘vagabundo/a’. É preciso refletir sobre o que seria ‘vagabundo/a’ no recente contexto do mundo do trabalho e da sociabilidade. ‘Vagabundo/a’ muitas vezes é uma designação pejorativa para pessoas que simplesmente não têm um emprego, um trabalho.

Nos usos mais correntes na mídia e registrados também em dicionários, ‘indigente’ é o ser humano que vive em pobreza / miséria extrema, nesse sentido o termo guarda uma forte relação com o termo ‘moradores de rua’. O indivíduo que recebe esses dois rótulos pode ainda vê-los re-significados de maneira mais pejorativa na medida em que é percebido como um incômodo: ao mendigar, ao usar espaços públicos como abrigo, ao deixar a cidade ‘feia’, ao ‘atrapalhar’ o comércio, ao ser testemunha ocular de desvios sociais (ou mesmo crimes) – tornando-se assim passível de eliminação.

Pensemos no grupo nominal ‘morador de rua’. Que outras possibilidades teríamos para identificar as pessoas que estão vivendo esse drama? ‘Pessoas / População em situação de rua’ é uma possibilidade que já é utilizada com alguma frequência e parece bem mais adequada. Outras formas de identificação seriam ‘pessoas / população que estão / está morando nas ruas’ e pode-se alterar ‘morando’ por ‘vivendo’ ou ‘habitando’. Seria mais forte ainda se a palavra ‘pessoas’ fosse substituída por ‘cidadãos’ / ‘cidadãs’ / ‘brasileiros’ / ‘brasileiras’ / ‘semelhantes’ / ‘desempregados’ / ‘seres humanos’ / ‘homens-mulheres-crianças-gestantes-pais-mães-idosos/as’.

Qual é o problema com a representação ‘morador de rua’?

Primeiro, o termo está utilizando o masculino genérico. Apesar de pesquisas indicarem que a maioria das pessoas nessa condição são homens, há mulheres também e é importante que a linguagem demarque essa realidade. Magalhães (2006, p. 83) diz que

o masculino genérico não é apenas uma questão da língua na medida que a língua é padronizada em um contexto social que envolve uma rede de práticas e uma relação de hierarquia entre os grupos sociais como ainda é o caso da relação entre mulheres e homens.

Segundo, esse termo transmite uma ideia de situação fixa, uma condição existencial permanente e, com esse reforço da linguagem, dificulta as possibilidades de superação do problema social.

A opção pela designação ‘cidadãos e cidadãs em situação de rua’ pretende ser mais que uma simples ‘opção’. Devemos ter sentimentos humanos em relação a outros seres humanos e esses sentimentos precisam ser efetivados em ações – nesse sentido, a piedade tem valor. Contudo, uma ‘prisão à piedade’ e somente isso, em um sistema democrático, pode provocar confusões que contribuam para a manutenção da problemática social. Como? Enfocando somente ‘caridade’, ‘filantropia’ e ‘ajuda humanitária’, encobre-se a necessária discussão e ação que envolve questões ‘de política e de justiça’, de ‘cidadania’ e de ‘direitos humanos’<sup>187</sup>. Nesse sentido, o movimento social organizado por cidadãos e cidadãs que estão ou estiveram em situação de rua demarca muito claramente a “Luta e Defesa dos Direitos” no próprio nome que identifica o movimento (Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua – MNPR).

#### 4.2.4 A representação de agentes sociais

Uma das categorias mais produtivas para analisar essa CE é a ‘representação de agentes sociais’<sup>188</sup>. Mesmo sem dedicar atenção delongada a aspectos extralinguísticos, não poderia deixar de destacá-los, pois fazem parte do texto da CE, que é um gênero multimodal. O cenário (ver Figura 8), que acompanha o que já foi indicado pelo título da CE, é de uma delegacia. As demais características que serão apresentadas referem-se aos personagens (agentes sociais representados), por isso estão nessa subseção.



FIGURA 14: *Na delegacia* (parte do Anexo T; Quirino, 2004)

Os estereótipos são fortemente marcados no texto, sendo possível observar como as pessoas em cena representam imagens classificatórias padronizadas de grupos tal como são percebidos por uma determinada coletividade. O delegado (representando delegados/as de um modo geral) sentado de maneira um pouco reclinada em sua cadeira que está virada levemente para o lado, com a gravata e o colarinho da camisa frouxos, chupando pirulito e sem convidar

<sup>187</sup> Ver Danielle S. Bonella e Diogo Frantz (sem data), e Marina P. S. Castro (2006).

<sup>188</sup> As primeiras análises dessa CE foram feitas juntamente com José Ribamar L. Batista Jr. e proporcionaram a apresentação de um trabalho que focalizou a representação de agentes sociais (Bessa e Batista Jr., 2007). Posteriormente, aprofundi as análises avançando com base em outras categorias e apresentei uma outra comunicação (Bessa, 2007c).

o cidadão para se sentar, demonstra um grande descaso com quem se dirigiu à instituição de segurança pública para prestar uma queixa. Como seria se o cidadão fosse um empresário, por exemplo?

O brasileiro que vive nas ruas (que representa o coletivo dos chamados ‘moradores de rua’) é apresentado como alguém que não está com higiene, pois há uma mosca rondando sua cabeça. Além disso, seu cabelo e barba estão por fazer; seus dentes são amarelos e incompletos (os do delegado são brancos e completam a arcada superior – que é visível na CE); a roupa está suja, rasgada (camisa de campanha política) e é de tamanho inadequado.

A representação da voz do delegado não apresenta um tom formal, mas está muito mais próxima dos ‘padrões da cidade’; o cidadão tem sua prosódia assemelhada a habitantes do interior – próximo ao estereótipo de ‘caipira’. A utilização da linguagem verbal também denota diferenças, ao demonstrar maior grau de escolaridade do delegado e ‘marcar’ o cidadão com uma utilização da língua mais distante da chamada ‘norma padrão’<sup>189</sup>.

Outro aspecto a ser observado no texto é a forma de tratamento utilizada para se comunicar com o outro. O Quadro 16 apresenta uma relação das formas de tratamento na CE:

delegado → cidadão	você rapaz amigo amigão
cidadão → delegado	Dr. delegado dotô senhor ocês <sup>190</sup>

QUADRO 16: *Tratamento entre os agentes sociais*

É nítida a representação do tratamento dado à autoridade policial no texto. Além de chamar o delegado de ‘senhor’, demonstrando a formalidade / seriedade da comunicação estabelecida, o cidadão trata aquele servidor público como ‘doutor’<sup>191</sup> e ‘doutor delegado’,

<sup>189</sup> Isso também cria mais um estigma para as pessoas que estão morando nas ruas: ‘não falam o português corretamente’ – dizer isso é um equívoco social e comprovadamente linguístico (Scherre, 2005; Naro e Scherre, 2007; Bagno, 2002, 2003; Cameron, 1995).

<sup>190</sup> É empregado para falar de ‘responsáveis’ pela segurança pública, o que inclui o delegado e amplia a perspectiva da crítica para uma prática mais ampla.

<sup>191</sup> ‘Doutor’ é um grau acadêmico, um título obtido em Universidade após a conclusão de um curso de Doutorado e empregado para identificar as pessoas, geralmente, em circunstâncias específicas dentro do próprio meio acadêmico. No Brasil, costuma-se empregar indevidamente o título para médicos/as, advogados/as, juizes/as, delegados/as, deputados/as, engenheiros/as e estende-se também para executivos/as ou pessoas que

criando ainda mais um distanciamento entre os dois; entre o indivíduo e a instituição; entre diferentes pólos de uma ‘hierarquia social’. Quando o cidadão utiliza o pronome você, no plural (‘ocês’), não ocorre um desrespeito ou informalidade. Nesse instante, como um recurso regular de uso da linguagem, o cidadão fala das pessoas da instituição de segurança pública, podendo referir-se a delegados/as, policiais e talvez possam enquadrar-se aqui pessoas ligadas ao sistema judiciário.

Por outro lado, a maneira de o delegado tratar o cidadão é informal e chega a simular uma falsa intimidade / proximidade que ascende no decorrer da conversa (você, rapaz, amigo, amigão). Isso, associado à forma relaxada (não tensa) da conversa e à ironia que percorre a CE, escancara o descaso. A diferença na forma de tratamento entre os dois demarca a relação de poder e o ‘lugar social’ que é destinado ao cidadão por conta de sua condição.

É preciso destacar que os agentes sociais representados não são ‘nomeados’, o que remete para um contexto social mais amplo e que envolve os grupos específicos (pessoas em situação de rua e servidores da segurança pública<sup>192</sup>). A CE apresenta ‘classificações’, o ‘delegado’ e o ‘morador de rua’. Esta é uma auto-classificação, a pessoa se auto-identifica como ‘morador de rua’, reforça a perspectiva de situação fixa (conforme subseção 4.2.3) e acrescenta sua própria caracterização como ‘indigente’.

Um dos graves problemas que brasileiras e brasileiros que têm habitado nas ruas enfrentam é também registrado na CE: a falta dos requisitos sociais de identificação. Parte dessas pessoas perde seus documentos (‘identidade’, ‘certidão de nascimento’, ‘CPF’<sup>193</sup>), o que é previsível se consideramos pelo menos a falta de moradia. O resultado negativo imediato disso é que a identidade de cidadão (legitimada constitucionalmente / institucionalmente) depende da documentação legal – nos órgãos públicos, por exemplo. Acrescente-se a isso o fato de não possuir um ‘emprego’ nem ‘residência’. O “não possuir” esses atributos sociais e registros dificulta até mesmo o recebimento de assistência governamental.

Pode-se depreender do texto, ainda, que ele representa diferenciações sociais de seus agentes e também de outros citados, como mostra a Figura 15.

---

tenham muito dinheiro. Por meio desse designativo, o distanciamento e a diferenciação social se robustecem, principalmente relacionados a profissões de acesso restrito, a autoridades institucionais ou mesmo detentores/as de poder financeiro.

<sup>192</sup> De maneira mais restrita: delegados.

<sup>193</sup> Cadastro de Pessoas Físicas.





FIGURA 15: *Diferenciações sociais* (parte do Anexo T; Quirino, 2004)

Brevemente, pensando na estratificação social básica, temos um grupo que não possui a necessária renda para sobrevivência, representado pelo ‘indigente’; um grupo que possui uma renda razoável, representado pelo ‘delegado’; e um grupo que possui uma renda superior à necessária para uma vida razoável, representada na referência a quem é ‘rico’. Nesse momento do texto, práticas materiais da justiça e segurança pública ganham visibilidade negativa, ao registrar que ‘não é possível’ que o Estado só atenda (ou privilegie tanto) a indivíduos mais abastados. Nessa representação, há um adendo quando se percebe a diferença racial dos personagens. A estratificação sócio-histórica brasileira ainda resulta em diferenças sociais para os afrodescendentes em relação aos eurodescendentes. É possível perceber como os discursos que sustentam a situação de ‘moradia nas ruas’ vão se mostrando em práticas materiais, históricas, discursivas, enredadas em crenças e valores.

Ainda é preciso dizer que, nessa CE, os ‘moradores de rua’ estão ‘presentes’ no texto, na fala do delegado, para serem em seguida transformados em ‘ausentes’. Inclui-se ao dizer que ele (o cidadão) está como ‘todos os brasileiros’, trata-o como ‘você’, ‘amigo’, ‘amigão’ para ser representado, no fim, como ‘ninguém’.

#### 4.2.5 Interdiscursividade e práticas sociais

Na subseção 4.2.2, que tratou de intertextualidade, focalizei a ironia. Não obstante, destaquei o papel fundamental de outros textos para a CE, a qual, com frequência, reverbera notícias de outros veículos da mídia. Reservei para este momento a identificação do contexto que influenciou a produção dessa CE e sua veiculação como ‘Charge do dia’, em 13 de setembro de 2004.

Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, indivíduos criminosos atacaram, feriram e chegaram a provocar a morte de pessoas que estavam dormindo nas ruas do centro de São Paulo. Foram 15 vítimas, 13 homens e 2 mulheres. 7 pessoas morreram e 8 ficaram gravemente feridas (entre elas, algumas tiveram risco de morte). O terrível acontecimento teve repercussão nacional e internacional.

Um assunto que, em geral, recebe pouca atenção da mídia nacional ganha ‘*status* de notícia’ pela gravidade da violência. O *charges.com.br* já publicou textos relacionados a desemprego, pobreza, violência, mas o único que trata especificamente do problema dos/as brasileiros/as em situação de rua é o que está sendo analisado nesta pesquisa. Isso indica, no mínimo, duas possibilidades: que o tema não tem sido considerado relevante para o autor das CEs (ou supõe-se isso em relação à audiência do *site*); ou que, como as charges tratam de questões do cotidiano que ganham visibilidade na mídia, o assunto não estaria ganhando a devida repercussão para ter valor de notícia e, por conseguinte, ser trabalhado em uma CE.

Essas questões ligadas a crenças, valores, relações sociais, práticas da mídia, precisam ser consideradas. Da mesma forma, é necessário observar os aspectos discursivos das práticas sociais. Destacarei do texto em análise alguns discursos que puderam ser depreendidos. Um deles é o ‘discurso do medo’. Além de permear toda a situação de vida exposta no decorrer do texto, esse discurso pode ser percebido na materialidade linguística em excertos como: ‘onda de assassinatos?’, ‘tô cum medo’, ‘eles num matava nós’, ‘os bandido num matava nós’. O medo ‘regular’ de estar morando nas ruas é aumentado com as graves ações de violência e o cidadão, na CE, vai pedir ‘providências ao Estado’.

O ‘discurso da desigualdade’ é outro. A ironia ‘agora você tá que nem todos os brasileiros’ deixa evidente que a situação desse brasileiro (e, por conseguinte, de todos/as que estão em situação de rua) é diferente / desigual em relação aos/às demais. O estereótipo imagético demonstra desigualdade. O tratamento recebido do delegado mostra desigualdade. A desigualdade social no Brasil, mesmo que seja apresentada como ruim e condenável, continua ganhando visibilidade pela realidade concreta e pelos discursos a ela relacionados. Não obstante, as pequenas mudanças que têm ocorrido no sentido de reverter esse quadro parecem indicar ideologicamente uma naturalização<sup>194</sup> do problema.

A forma de receber o cidadão e ouvi-lo, somada às exigências impostas pelo sistema administrativo-governamental tornam notório o ‘discurso burocrático-institucional’. A burocracia, que serviria às instituições para organizar e ordenar os trabalhos de forma eficiente, parece muitas vezes se tornar um monstro cheio de tentáculos que acabam servindo para dificultar a prestação de um serviço – principalmente público. O cidadão, com seus direitos, não pode vê-los atendidos porque o Estado não encontrou um modo para tratá-lo dentro da especificidade de sua condição. Metaforicamente e por extensão de sentido, o descaso do delegado é o descaso do Estado para com o cidadão.

---

<sup>194</sup> Sobre ‘naturalização’ ver a seção que trata de ideologia no Capítulo 1.

Quando foi abordada a estratificação econômico-social, o descaso do delegado para com o cidadão (observando sua realidade e desconsiderando a vida do outro e a miséria – individualismo), a falta de trabalho ou o trabalhador desnecessário, começou-se a delinear as identificações do ‘discurso capitalista’. A ele também se relaciona o distanciamento / a falha do Estado no tratamento dos problemas sociais, assim como a ideia de ‘vencer na vida pelos esforços próprios’ (o que em uma relação de antonímia pode significar a falácia de que o fracasso financeiro é sempre culpa do indivíduo – da falta de esforço, no mínimo).

Uma das percepções mais graves é a do ‘discurso desumano’. A partir do fato de ‘não possuir’ (‘não tenho casa’, ‘moro num viaduto’, ‘não tenho’ documentação, nem emprego) até o ápice: “Você não existe”. Indiretamente essa frase diz: o problema não existe, nada precisa ser feito. Mais do que desumanidade, é um ‘apagamento’, uma ação ideológica de ‘discriminação’<sup>195</sup>. No entanto, essa ação não apaga os milhares de seres humanos que estão morando nas ruas e sendo alvo de violência, além de todas as mazelas.

As relações de poder também devem ser consideradas nessa CE. O texto parece avançar quando permite, numa situação concreta, que o ‘morador de rua’ converse diretamente com o ‘delegado’ e receba um tratamento ‘cordial’. A simetria aparente no diálogo é ‘desmentida’ no descaso / desqualificação do outro. A mesa se interpõe para realizar uma separação física que indica poder dentro do contexto material e institucional.

Há, no entanto, um indício de força por parte do personagem cidadão, pois ele afirma: ‘tem que cuidá dos indigente’. A afirmação categórica, imbuída de direito, muda a postura e ação do delegado. Essa exigência demonstra o poder daquele cidadão, que tem algum conhecimento sobre legislação / direitos, na relação estabelecida no evento social. As palavras de Foucault (1980) sobre as redes nas quais o poder se estabelece colabora no entendimento de que é necessária uma aceitação por parte dos indivíduos que as compõem (em qualquer posição que estejam); porém, a relação de poder é dialética, pois existem resistências.

O fato de utilizar estereótipos pode ser negativo para as cidadãs e os cidadãos que estão habitando nas ruas, pois reforça preconceitos e discriminação. Por outro lado, ao tratar do tema em uma CE, sugerir implicitamente a ‘não existência’ (de ‘moradores/as de rua’) no decorrer da narrativa e fechar com essa afirmação explícita, o texto dá visibilidade ao problema social e à maneira como o Estado / a segurança pública estaria se relacionando com ele. Em uma leitura reversa da crítica e ironia textual, um sentido se destaca: existem brasileiros e brasileiras que têm morado nas ruas, sim; e algo precisa ser feito.

---

<sup>195</sup> Ver Capítulo 1.

### 4.3 Notícia da revista *Veja*

Casos extremos lançam os ‘moradores de rua’ ao ‘topo da onda’ do mercado de notícias dos grandes veículos de comunicação. Depois do massacre de 2004, qual foi o outro momento em que estiveram tão visíveis na mídia? Foi mais a violência, o crime, a crueldade que provocaram o destaque. Na revista *Veja*, as notícias que se seguiram após agosto de 2004 continuaram a relacionar-se indiretamente ao problema. Assim, os brasileiros e as brasileiras que estão habitando nas ruas não foram temas; mesmo que tivessem presença em diferentes textos, o *status* foi secundário. É o caso da notícia<sup>196</sup> que analiso nesta seção<sup>197</sup>. Ao tratar do tema ‘Cidades’, o veículo de comunicação<sup>198</sup> deixa a problemática social vivenciada por cidadãos e cidadãs vir à baila. Na Seção 4.3.1, discuto o gênero ‘notícia’ na *Veja*; na Seção 4.3.2, trato da intertextualidade; em 4.3.3, parte da escolha lexical é destacada; a representação de agentes sociais está apresentada em 4.3.4; e a última categoria de análise é a interdiscursividade, juntamente com um enfoque nas práticas sociais (Seção 4.3.5).

#### 4.3.1 O gênero discursivo ‘notícia’ na *Veja*

De um modo geral, quando encontramos com alguma amiga ou algum amigo começamos a conversar e contar algo que está acontecendo conosco ou que aconteceu. Da mesma forma, ouvimos e queremos ouvir algo sobre ela ou ele. Muitas vezes, também perguntamos sobre outrem. Queremos informações, queremos ‘notícias’. E, nessa prática social, extrapolamos a esfera pessoal e avançamos para as perspectivas sociais, pois notícias da cidade, do país, do mundo, nos interessam.

A ‘notícia’ que está sendo discutida nesta pesquisa como um gênero discursivo pode também considerar as realizações linguístico-discursivas pessoais; contudo, o foco está direcionado para a ‘notícia’ produzida e veiculada no campo<sup>199</sup> jornalístico. Nesse campo, as informações ganham maior credibilidade, visibilidade e um grande poder de influenciar.

---

<sup>196</sup> As sutis diferenças entre ‘notícia’ e ‘reportagem’ causam dificuldades para sua distinção entre leitores e leitoras e até mesmo para profissionais do jornalismo. Alguns textos tornam as diferenças mais nítidas; outros, fazem o contrário. Enquanto a notícia traria um fato novo, mais imediato, de forma mais concisa e com menos profundidade; a reportagem traria um assunto, mais abrangente, de maneira mais extensa e com mais profundidade. Em termos de semelhança, ambos os gêneros têm caráter informativo e compartilham técnicas de redação e apuração. Lage (2001a) comenta sobre ‘reportagens como notícias’ – quando aquelas simulam essas. Essa é minha razão para enquadrar o texto da *Veja* como ‘notícia’, por conta de sua aparência (a começar pelo título). Desenvolvo essa discussão no decorrer desta seção.

<sup>197</sup> Tive oportunidade de discutir análises preliminares desse texto em dois eventos (Bessa, 2008c e 2008d).

<sup>198</sup> Por meio de jornalistas, editores e editoras, proprietários, proprietárias do veículo de comunicação.

<sup>199</sup> “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias” (Pierre Bourdieu, 1997, p.57).

Apresento, a seguir, dados sobre ‘notícia’ em uma perspectiva mais geral, comento sobre algum detalhe específico da revista *Veja* quando necessário. Inicialmente, destaco alguns elementos no Quadro 17:

Notícia	
características abstratas	atualidade objetividade interesse público imparcialidade registro de acontecimentos
estrutura textual	título <i>lead</i> (lide) corpo do texto: <ul style="list-style-type: none"> <li>• o quê</li> <li>• quem</li> <li>• onde</li> <li>• quando</li> <li>• por quê</li> <li>• como</li> </ul>

QUADRO 17: *Notícia – características e estrutura*

Nilson Lage (2001b) compreende o relato de uma série de fatos, que parte do de maior relevância e de seus aspectos mais importantes, como ‘notícia’<sup>200</sup>. Acontecimentos / fatos atuais são a principal matéria prima para notícias. Todavia, a notícia, como um registro de acontecimento, não pode tratar de qualquer assunto, como a morte de um cão, por exemplo. Na verdade, depende. Depende de quem é detinha a propriedade do cão; depende do que o animal tenha porventura feito (talvez algo avaliado como heróico). Sendo assim, escritoras e escritores de notícias e as respectivas instituições que as veiculam preocupam-se em divulgar informações que sejam de interesse público (principalmente do público que compra o jornal ou a revistas ou assiste na televisão e vê os comerciais).

Outras duas questões sérias ligadas à notícia e mesmo ao campo jornalístico são: a objetividade e a imparcialidade. A objetividade dá, em primeiro momento, a ideia de que, com ela, a notícia será direta, objetiva e a representação fiel de algo; sendo assim, a notícia terá imparcialidade. Podemos começar a pensar sobre a objetividade partindo da ‘representação’. Ora, ela não será ‘única’; portanto, não poderá ser ‘a’ representação (não é

<sup>200</sup> Os trabalhos de Lage (2006, 2007), de Medina (2002) e um Manual de redação de jornal, da *Folha de S. Paulo* (2007), por exemplo, podem contribuir com conhecimentos sobre ‘notícia’.

preciso falar, então, em ‘fiel’). Gaye Tuchman (1993) discute a objetividade como um mito, pois sempre haverá subjetividade nos relatos, nas ‘representações’. Por outro lado, as instituições de comunicação ‘consideram-se’ neutras, desinteressadas, expressando percepções e argumentos de jornalistas – camuflam assim o papel construtivo da mídia (Fairclough, 1995). Para o bom exercício da profissão, a objetividade serve como uma diretriz que demanda, por exemplo, registro de possibilidades conflitantes, uma sequência apropriada das informações, comprovações.

Nessa mesma esteira, a imparcialidade (‘bandeira’ de afirmação de neutralidade e isenção de considerações particulares de muitas empresas de comunicação) segue a mesma perspectiva de atuar como um código profissional a ser buscado, mesmo sendo inatingível. Sempre o que é dito des/favorece alguém. Além disso, a imparcialidade demanda o registro de opiniões diversas<sup>201</sup>, diferentes vozes (Luis F. Miguel, 2002); porém, na prática, muitos grupos são silenciados. Há ainda outra questão a se pensar, sobre a qual André R. N. Martins (2005) chama a atenção: as formas como a mídia representa grupos minorizados. Ele destaca em suas análises: índios, negros e ‘meninos de rua’.

A modalidade da notícia é também relevante. Em jornais aparecem notícias que utilizam somente a linguagem verbal, no entanto isso tem sido cada vez menos frequente. Os textos de notícia têm sido compostos com escrita e imagens (desenhos, caricaturas, fotografias) – têm trabalhado com a multimodalidade, como é o caso do texto da *Veja* que é analisado nesta pesquisa. Ainda há a opção atual de textos eletrônicos e impressos. Muitas vezes o mesmo texto da revista impressa, por exemplo, é disponibilizado na Internet.

Quanto à estrutura textual, fala-se em uma ‘pirâmide invertida’ por meio da qual as informações principais apresentam-se a partir do início. Essa pirâmide é composta do título, do *lead* (lide)<sup>202</sup> e do corpo do texto, os quais devem responder às questões seguintes com a ordem mais relevante para a notícia: o quê? quem? onde? quando? por quê? como?<sup>203</sup>

O Quadro 18 contém outras informações sobre o gênero discursivo em análise:

Escala	nacional
Grau de estabilização	alto
Homogeneização	média

QUADRO 18: *Notícia – escala, estabilização, homogeneização*

<sup>201</sup> Tendo em conta a diversidade social.

<sup>202</sup> Depois do título, antecipa o dado mais relevante da notícia em uma frase (excepcionalmente duas). O lide tem grande importância, porque, juntamente com o título, pode determinar a leitura do corpo do texto.

<sup>203</sup> Em inglês são questões conhecidas como os 5 Ws e 1 H (*what, who, where, when, why, how*). Creio que em algumas notícias um outro ‘H’ é muito relevante – *how much/many* (quanto).

Precisamos considerar que há notícias de conteúdo internacional e, principalmente, há notícias que percorrem o mundo (algumas vezes sem alterações – escala internacional). Por outro lado, há casos em que o espaço de ‘circulação’ é regional. Neste instante, estou considerando o gênero notícia relacionado à revista *Veja*, assim como fiz com a CE e o *charges.com.br*. Por essa razão, identifico a notícia com uma escala nacional. O grau de estabilização do gênero é alto e a homogeneidade é média considerando variações como: verbal, multimodal, o nível de atualidade (a revista *Veja* é semanal, a *Folha de S. Paulo* é diária), o nível de objetividade / imparcialidade da empresa de comunicação, a aparência de uma ‘reportagem’ mesmo sendo ‘notícia’.

Quanto à cadeia de gêneros<sup>204</sup>, apresento uma relação a seguir:

cadeia de gêneros	entrevista pronunciamento reportagem artigo científico conversa comentário
-------------------	---

QUADRO 19: *Notícia – cadeia de gêneros*

Há uma infinidade de gêneros que poderiam ser listados. Entrevistas, de um modo geral, ‘rendem’ notícias, sejam entrevistas com reis, especialistas, artistas (lembrando sempre do ‘valor notícia’). Pronunciamentos de presidentes, ou de policiais (da Polícia Federal, por exemplo), ganham visibilidade dentro de muitos contextos. A publicação de uma reportagem pode trazer novidades que produzam in/diretamente novas notícias – alguns artigos científicos têm o mesmo efeito. Conversas são permeadas de notícias da mídia, que podem ser comentadas na própria mídia ou por cidadãos e cidadãos.

Tomando como referência o texto que será analisado, pode-se perceber a existência de uma mescla de gêneros, um hibridismo. A notícia veiculada com título, lide, corpo de texto, com a presença de uma fotografia e uma imagem do projeto da ‘reforma do bairro’, recebe em si uma ‘outra notícia’ correlacionada, uma notícia conjugada à primeira. Essa ‘outra notícia’ traz, como é de se esperar, uma informação extra. Também apresenta um título, uma fotografia, mas não há lide. Um terceiro elemento textual parece uma ‘nota’, a qual é

<sup>204</sup> Lembro que estão sendo considerados aqui gêneros que se correlacionam temporalmente; porém, como alvo principal, gêneros que precedem e sucedem o gênero em análise.

apresentada em um pequeno retângulo (um *box*) ‘sugerindo’ a quem estiver lendo (via imperativo e caixa alta: ‘VEJA TAMBÉM’) que leia um outro texto anterior sobre o assunto (funcionando, assim, como um elemento de ligação para um outro texto – um *link*).

As notícias informam, provocam re/ações e podem servir para questionar algo estabelecido, assim como para naturalizar ou sustentar o *status quo*. São fundamentais para o mercado jornalístico e podem servir a interesses políticos, industriais, empresariais, nacionais, pessoais, influenciando na avaliação pública. Conforme Maria Christina D. Leal (2005, p. 76), os textos da mídia “constituem versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses, e objetivos daqueles que os produzem. Nessas escolhas, é importante que se leve em consideração as motivações sociais e aspectos ideológicos”.

Essas são algumas das ações possíveis por meio desse gênero discursivo em sua correlação com as práticas sociais, lembrando que a instituição que veicula os textos tem enorme influência nas ações. Um distanciamento entre quem produz e quem lê é notório (assim como na Constituição e na CE) – a comunicação é unidirecional. Uma forma de interação existente é o envio de cartas (ou mensagens eletrônicas) para a Redação (do jornal, da revista), por meio das quais se pode comentar a notícia ou ainda fazer alguma sugestão. Essas são formas de relações sociais estabelecidas por meio da ‘notícia’.

#### 4.3.2 Uma notícia da *Veja* e sua intertextualidade

Tomemos logo de início a aparente ‘nota’<sup>205</sup> presente na notícia ‘Começou a faxina’, na qual o indivíduo que a estiver lendo é comunicado claramente da relação daquele texto com um outro anterior. Reforço para essa referência está presente no ‘corpo da notícia’: “como adiantou VEJA numa reportagem no ano passado”<sup>206</sup>. Diversas outras marcas de intertextualidade podem ser destacadas, não obstante, optei nesta seção em discutir o ‘espaço das vozes’. Que vozes aparecem no texto? Como aparecem? Quais não aparecem? Por qual razão não poderiam / deveriam aparecer?

Conforme comentado no Capítulo 1, as vozes em um texto são um importante aspecto da análise de discurso e uma via de se fazer isso é considerando os discursos relatados (Fairclough, trad. 2001, 2003). Veja no texto<sup>207</sup> da *Veja*. Metodologicamente, apresento, a seguir, quatro excertos, um por vez, seguidos da respectiva análise.

<sup>205</sup> Ver seção 4.3.1.

<sup>206</sup> A revista *Veja* refere-se ao texto de 2006 como uma ‘reportagem’. Estou considerando ‘Começou a faxina’ como ‘notícia’ levando em conta a extensão do texto (877 palavras – o texto de 2006 tem 1.650, quase o dobro) e a sequência investigativa que amplia o conteúdo e a profundidade do texto de 2006. O número de imagens nessa notícia é de 3, naquela reportagem é de 10.

<sup>207</sup> Estou considerando que os ‘3’ textos compõem um único (esta ‘notícia’ = ‘notícia 1’ + ‘nota’ + ‘notícia 2’).



"A ideia é criar um pólo de tecnologia, criatividade e inovação", diz o secretário das Subprefeituras de São Paulo, Andrea Matarazzo.

Por meio do relato direto (citação entre aspas), o texto traz a voz da autoridade administrativa mais ligada à 'faxina'. Angelo Andrea Matarazzo é a primeira pessoa a ter espaço de voz no texto, sendo um nome central na ação municipal paulistana de demolição / construção. A frase relatada possui um conteúdo que pode ser avaliado como positivo, otimista, de desenvolvimento.

"É desnecessário expandir os limites da cidade quando regiões com infraestrutura pronta, mas mal aproveitadas, já existem", diz o arquiteto Paulo Bruna, professor de história da arquitetura contemporânea da Universidade de São Paulo. "O investimento para dinamizar uma região que já tem redes de transporte e comunicação instaladas é muito menor."

Os recortes de fala<sup>208</sup> de Paulo Julio Valentino Bruna também estão registrados como relato direto. O primeiro é auxiliado pelo processo verbal 'dizer' (o qual muitos consideram como 'neutro', nesse caso pode-se analisar que sim); o segundo, estando depois da identificação do autor da frase, conta com o pressuposto da identificação anterior aproveitando a sequência textual. A voz agora é também de uma autoridade: autoridade profissional – um arquiteto, um especialista – autoridade acadêmica – professor da USP. As frases de Paulo Bruna passam por uma análise geográfica / urbanística e de otimização em um primeiro momento, depois tratam da geografia e economia do urbano. Os argumentos de autoridade estão servindo perfeitamente para respaldar as intenções político-administrativas, bem como ligando de forma coesa um texto ('notícia') que exalte a 'limpeza'.

O arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm ressalta que muitas vezes as regiões centrais das cidades entram em decadência porque não conseguem acompanhar as mudanças no modo de vida da população. Diz ele: "A intensificação do uso de automóveis como meio de transporte no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, fez com que muitas pessoas se mudassem das áreas centrais, pois os prédios em que elas moravam não tinham garagem".

Novamente duas citações de um especialista na área de arquitetura, com o aumento de *status* via identificação de quem também é urbanista. A segunda frase segue os formatos que vinham sendo encontrados: relato direto e com o auxílio do processo verbal 'dizer', agora acrescido do elemento anafórico 'ele' para indicar o autor da frase. A primeira frase é transmitida por meio da participação de quem escreve o texto<sup>209</sup>, que, nesse momento, opta pelo processo verbal 'ressaltar' – Wilhelm não apenas 'diz', ele 'faz sobressair' o dito, ou seja, aquele

<sup>208</sup> Certamente Paulo Bruna, assim como Andrea Matarazzo e os demais, não disse uma ou duas frases apenas para a revista ou em outro momento qualquer de onde se extraiu os recortes convenientes à notícia.

<sup>209</sup> A autoria da notícia é registrada em nome de Paula Neiva; lembre-se aqui o papel das pessoas responsáveis pela editoração, bem como dos/as proprietários/as do veículo de comunicação.

conteúdo é muito relevante. A voz do especialista ‘explica’ o que, porventura, teria acontecido no centro de São Paulo e serve para preparar o argumento seguinte da necessidade de ‘moradores’ no local.

Os urbanistas concordam que uma das maneiras mais eficazes para recuperar regiões centrais deterioradas é atrair moradores de volta para elas.

Mais especialistas aparecem, ou melhor, agora ‘todos’ os urbanistas. Não são muitos, nem alguns, é uma unanimidade. O artigo definido torna-se categórico no processo retórico-argumentativo. E essa voz de uma coletividade é relatada por meio de sua ‘concordância’.

A ‘notícia’ deixa claro que não há ‘moradores e moradoras’ naquela região. Logo, como dar voz a eles e a elas. E empresários, existem? Alguém trabalha naquela região? Que outras vozes poderiam aparecer? A voz de quem trafica ou consome drogas, ou ainda a voz de pessoas que se prostituem, ou a voz da ‘bandidagem’? Ninguém transita por aquele local? Mas, se há vinte anos ‘habitantes de São Paulo’ convivem com a situação que a revista expõe, onde está a voz destas pessoas? Estaria a revista assumindo / representando a voz de todas? Essa ‘voz’ dos ‘habitantes de São Paulo’ diz ao Ministério Público o que ele deveria fazer, mas não lhe dá ‘voz’ para responder.

### 4.3.3 Escolha lexical

O título tem importância fundamental em qualquer texto, é sobre ele que o/a leitor/a lança seu olhar primeiro, é ele que tem que ser o chamariz mais forte, caso contrário, nem o lide será lido (no caso da notícia, por exemplo). Trago agora à reflexão o título ‘Começou a faxina’. Quem o ler receberá a informação de algo que deveria ser feito e que já teve início e isso, com certeza, é importante. A opção lexical principal do título será o alvo da análise nesta seção.

Por relação semântica ‘faxina’ se liga a ‘sujeira’. Em quase todos os contextos sociais, a ‘sujeira’ não deve existir, deve ser banida, eliminada. É preciso fazer limpeza e, a depender da demanda, uma limpeza geral – uma faxina. Esse campo semântico dentro das práticas sociais possibilita essa interpretação sem a necessidade de uma longa análise. Lê-se e depreende-se. Por inferência, espera-se que a limpeza seja positiva, espera-se um texto que trate de algo positivo. Seguindo essa linha de raciocínio, algo de bom será apresentado e é provável que já conquiste o/a leitor/a para concordar antes mesmo de iniciar a leitura. A grande maioria das pessoas na nossa sociedade apoia a ‘limpeza’, ou não?<sup>210</sup>

---

<sup>210</sup> É preciso lembrar sempre das inúmeras possibilidades de interpretação, mas que não são infinitas. Como analista, estou sustentando uma explicação com base em uma investigação linguística, discursiva e social.

Então, vamos ver o que está sendo feito na faxina (pois ‘começou’) e o que ainda deve ser feito:

- “eliminação da ‘Cracolândia’<sup>211</sup>” (por conseguinte, ‘eliminação’ do “tráfico e consumo de drogas a céu aberto, prostituição e todo tipo de bandidagem”<sup>212</sup>);
- demolição de “imóveis deteriorados e sem valor histórico ou arquitetônico”<sup>213</sup>;
- aterramento de “toda a fiação”;
- “limpeza” dos bancos da praça da Sé “com jatos d’água”;
- expulsão dos “habitantes indesejáveis” (“mendigos e moradores de rua”).

Então, o que está em processo é a eliminação de um ambiente estigmatizado e representado (na notícia da revista) com características que recebem socialmente a avaliação de problemas sociais graves e negativos. Novos imóveis serão construídos depois das demolições, a fiação será aterrada e os bancos da praça deverão ficar limpos. Será preciso, também, tornar o ambiente asséptico, retirando o que é prejudicial, as impurezas, os refugos, as manchas. Será preciso livrar-se dos ‘moradores de rua’ expulsando-os, pois ‘começou a faxina’, a faxina das ruas, a faxina dos imóveis, a faxina elétrica, a faxina do bairro, a ‘faxina de seres humanos’ do espaço social, a ‘faxina de cidadãos e cidadãs do espaço público’.

Ao tratar de um tema tão sério, é preciso seriedade. Um ambiente que favorece práticas altamente prejudiciais, como o consumo de drogas ou o envolvimento com o mundo do crime, demanda ações por parte da administração pública. As opções para se resolver o caso são muitas; a prefeitura já optou por uma, segundo a revista. As dificuldades de moradia e de trabalho no país e em São Paulo é também muito grave. Uma solução, por exemplo, seria a construção de diferentes tipos de cooperativas que gerassem emprego e renda, principalmente para pessoas com pouca escolarização e em situação financeira precária, isso aliado à reserva de espaço para programa público de habitação. No mínimo, três problemas seriam atendidos simultaneamente. A opção escolhida, no entanto, espera como resultado “um bairro novo por onde circulará muito dinheiro”, quem sabe, talvez consigam resgatar o “ponto de encontro da elite paulistana”.

Com exceção do enorme volume de serviço da ‘faxina’ a ser feita no centro de São Paulo, a metáfora ‘Começou a faxina’ parece não ser metáfora.

---

<sup>211</sup> Uma área na região central de São Paulo apelidada na década de 1990 de Cracolândia, por ser um local onde havia consumo de crack. Até o momento atual, os governos de São Paulo não conseguiram resolver esse problema social

<sup>212</sup> ‘Por conseguinte’ é um pressuposto considerando o que diz o texto, não há menção alguma na notícia de como esses problemas serão resolvidos – aparentemente só a ‘limpeza’ do local resolve.

<sup>213</sup> Não tem valor histórico sob qual ponto de vista?

#### 4.3.4 Agentes sociais e sua representação na notícia da *Veja*

Para ‘começar’, será válido conhecer o ‘elenco’ por meio do Quadro 20:

presentes diretamente	habitantes de São Paulo; elite paulistana, Andrea Matarazzo (secretário das subprefeituras de São Paulo), Philippe Starck (arquiteto francês), Paulo Bruna (arquiteto, professor de História da Arquitetura Contemporânea da USP), Jorge Wilhelm (arquiteto e urbanista), urbanistas, população, mendigos, moradores de rua, habitantes indesejáveis, Ministério Público, desocupados.
presentes indiretamente	traficantes e consumidores/as de drogas, pessoas que se prostituem, criminosos.
presentes de forma diferenciada	São Paulo, prefeitura.

QUADRO 20: *Agentes sociais na notícia da Veja*

Do último grupo para o primeiro temos: o prefeito de São Paulo, Andrea Matarazzo e outros possíveis nomes da administração pública municipal têm representação na notícia como “São Paulo”, “prefeitura” (“São Paulo segue a tendência...”, “a prefeitura criou...”).

O segundo grupo é apresentado de forma impessoal, por meio do problema, por exemplo: ‘tráfico e consumo de drogas’, ‘bandagem’. O primeiro grupo nomeia alguns e os qualifica: Andrea é da prefeitura; Philippe, Paulo e Jorge são arquitetos e vão recebendo individualmente outros diferenciais qualitativos – ser francês, professor da USP, urbanista. Todos os quatro são autoridades, três são autoridades na profissão e um é autoridade político-administrativa – essas características fornecem motivos para nomeá-los e, assim, transferir sua autoridade ao texto e fortalecer (corroborar) a ‘opinião da notícia’.

O texto não registra o nome de nenhum promotor público, por exemplo, não há uma referência direta, pessoal. A revista ataca a instituição Ministério Público por não tomar as providências avaliadas como justas (por parte da própria revista *Veja*).

O grupo que deveria ser ‘pesado na balança da justiça’ é des/classificado como moradores de rua, mendigos e desocupados; todos são termos com relação semântica socialmente pejorativa. Os membros desse grupo ainda passam por um dilema: vivem o contraditório de serem ou não habitante de São Paulo. Evidentemente esses cidadãos e essas cidadãs são sim, habitantes de São Paulo. Ou o/a ‘morador/a de rua’ que está na Praça da Sé é ‘morador/a de rua’ no Rio de Janeiro? A questão textual é que, quando se fala em ‘habitantes de São Paulo’, em ‘população’, é óbvio que isso inclui todo o contingente, repare que até mesmo quando se tenta afirmar que são ‘habitantes indesejáveis’ a linguagem insere os indivíduos no grupo geral de habitantes.

O absurdo de se questionar se são ou não habitantes está na naturalização ideológica que permite, sem dificuldades, a compreensão daquilo que a ‘notícia’ quer dizer. O texto separa claramente um grupo de outro, separa a ‘população’ da ‘população’. O absurdo não está só em compreender isso, está em aceitar e talvez de forma mais grave: concordar. Os mais de dez mil<sup>214</sup> seres humanos que vivem nas ruas de São Paulo e dormem nelas<sup>215</sup> e, portanto, têm morado nelas<sup>216</sup>, são reduzidos a seis (“meia dúzia de desocupados”). Utilizou-se a Praça da Sé para destacar o contraste de ‘tão pequeno grupo’ (que ‘perturba’ / ‘atrapalha’ / ‘incomoda’) em relação a dez milhões de paulistanos e de paulistanas (considerando pessoas de outras origens que moram em São Paulo).

#### 4.3.5 Discursos da prática social na notícia da *Veja*

A prefeitura de São Paulo vem recebendo críticas pelas ações que tem realizado relacionadas à população mais pobre. As práticas materiais de expulsão com participação policial, a construção de rampas ‘anti-mendigos’ / ‘anti-‘moradores de rua’, as crenças veiculadas sobre essas pessoas, os valores que se expressam ao abrir espaço para os mais privilegiados, o papel da instituição, tudo isso tem gerado um embate no qual a linguagem tem um peso significativo. O espaço discursivo / interdiscursivo tem sido objeto de luta e um ponto notável vem na escolha lexical: revitalização *versus* higienização social.

O prefeito, seus subordinados e muitos que compartilham de suas crenças, valores e atitudes sociais utilizam e defendem ‘revitalização’; críticos, movimentos sociais e até membros do Ministério Público entendem que o processo é de higienização.

O contexto de São Paulo indica de alguma maneira o que acontece no país. Mas o objetivo aqui é a análise da ‘notícia’. O que ela diz? Que discurso(s) traz? O termo ‘revitalização’ aparece duas vezes. Alguém pode dizer que é possível, sim, revitalizar sem fazer higienização social; ao mesmo tempo, é improvável que alguém que defenda realmente a higienização social se expresse abertamente dessa forma, principalmente no campo político – há interditos sociais para esse discurso.

Se a ideia é eliminar a pobreza do centro, não resolver seus problemas, mas escondê-la das pessoas que tem melhores condições financeira, fica evidente qual é a ação. É possível revitalizar sem errar socialmente, entre tantas opções, duas: revitaliza-se *para* as pessoas que tem demandas materiais, tendo elas em primeiro plano, ou resolve-se o problema social no

<sup>214</sup> De acordo com Alencar Izidoro e Vinicius Galvão (2007), a estimativa é de 12 mil.

<sup>215</sup> Muitos utilizam os albergues, mas não há vagas para toda a demanda.

<sup>216</sup> Alguns na ‘Cracolândia’ (o texto não faz menção sobre isso; apaga).

qual vivem aquelas pessoas e revitaliza-se para todas ao mesmo tempo – um projeto que trate da sociedade como ela é, um todo.

O termo ‘higienização’ ou ‘higienização social’, não é encontrado no texto da *Veja*. Vamos caminhar pela semântica: higienização, limpeza... ‘faxina’ (ver Seção 4.3.3). Expulsar os indesejáveis. Para onde? O problema não pode ser negado, pois é visível, precisa sair dos espaços públicos, não interessa para onde. Para a revista, não interessa como a situação aconteceu ou está acontecendo. O Estado não é apontado como responsável a não ser para ‘limpar a paisagem’; a revista não discute ações para resolver o drama das pessoas. Ou são apenas desocupadas que encontraram nessa forma que estão vivendo a melhor opção? Parece-me um discurso higienista no texto.

Outro discurso é o de discriminação, incorporado e ideologicamente naturalizado. Os ‘moradores de rua’ paulistanos são indesejáveis para os habitantes de São Paulo, o que sugere um contra-senso semântico. E o ‘reino’? De quem é o ‘reino’? A segunda ‘notícia’ do texto da *Veja* apresenta uma fotografia (Figura 16) que serviu para a metáfora do reino. A arquitetura de uma igreja e o seu entorno são transformados em símbolos de um reino: um ‘castelo’ ao fundo e os jardins, luminárias e bancos reformados (relação no texto multimodal, registro verbal e imagem) à frente.

Marlene Bergamo/Folha Imagem



FIGURA 16: O ‘reino’

Os ‘moradores de rua’ tomaram o reino, mas o reino não é dos ‘mendigos’. O reino é da ‘população’. A ação ideológica de discriminação favorece a dominação na sociedade: ‘os ‘invasores’ precisam ser retirados do reino’. Quando extraí da ‘notícia’ da *Veja* a expressão ‘habitantes indesejáveis’, não registrei o delimitador ‘da praça’ intencionalmente. Creio que isso não interfere nas análises apresentadas por causa da seguinte razão: a revista não comenta sobre cidadãos e cidadãs que estejam morando na Cracolândia, porém eles e elas existem. Por

extensão de sentido e correlação das práticas sociais, é possível esperar que quando o bairro ‘Nova Luz’ estiver pronto, ‘moradores de rua’ também serão indesejáveis lá, assim como são hoje na Praça da Sé.

A ‘elite’ é trazida à cena; proprietários/as de carros que precisam de garagens e prováveis moradores/as do ‘novo centro’ de São Paulo estão também contidos/as na população, que pode até ter pobres, desde que voltem para suas casas depois de andar na praça. ‘Miseráveis’ não cabem no palco, muito menos ‘miseráveis’ que estejam morando nas ruas. A estratificação social lança luz para o discurso capitalista que corrobora o discurso da higienização e da discriminação. Afinal, é importante oferecer lugar privilegiado para grandes empresas, inclusive internacionais (‘Microsoft’, ‘IBM’), e ter um “bairro novo por onde circulará muito dinheiro”.<sup>217</sup>

#### 4.4 Notícia do jornal Folha de S. Paulo

A *Folha de S. Paulo*, como um dos jornais (empresa de jornalismo) de maior poder político e econômico do país, tem certamente um grande número de leitoras e leitores e os textos veiculados nesse jornal recebem ampla divulgação, chegando muitas vezes a influenciar / pautar outras instituições de mídia jornalística.

Com sede em São Paulo (metrópole de maior poderio econômico do país e com o maior número de cidadãs e cidadãos que têm morado nas ruas), o jornal trata de temas que afetam toda a população do Brasil. Contudo, não será surpresa se dentre as cidades que tiverem espaço nas matérias, São Paulo estiver nos primeiros lugares.

Entre os diversos textos lidos para a escolha de qual seria analisado, estão os que trataram do massacre de agosto de 2004; outros relacionados à violência contra os/as cidadãos/ãs que estão habitando as ruas; notícias sobre as ações de prefeituras de outras regiões do país e do Ministério Público (Paranaguá –PR, Uberlândia – MG, São Paulo – SP, Rio de Janeiro – RJ, Brasília – DF) em relação a essas pessoas; críticas de ONGs<sup>218</sup> e movimentos sociais a respeito de ações político-administrativas. Um grupo de notícias que chama a atenção refere-se às reformas realizadas na Praça da Sé e na Praça da República, em São Paulo, que receberam um investimento de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) e apesar de diversas medidas, inclusive arquitetônicas, não conseguiu ‘evitar’ a presença dos seres humanos que têm morado nas ruas.

<sup>217</sup> A ironia que emprego é intencional diante do descaso para com o problema social e a ação (por meio do texto da revista) de intensificá-lo de maneira discursiva e ideológica.

<sup>218</sup> Organizações Não Governamentais.

As seções ‘Cidades’ e ‘Cotidiano’, da *Folha de S. Paulo*, eram o espaço no jornal em que a maioria das notícias era reproduzida. É preciso destacar que os/as ‘moradores/as de rua’ recebiam papel secundário; os temas eram ‘a praça reformada’, a ‘violência’, as ‘ações da prefeitura’. Considerando que o texto analisado da revista *Veja* é sobre um acontecimento em São Paulo e que também se incluía na temática ‘Cidades’<sup>219</sup>, optei por uma notícia que tivesse a suscetibilidade de ganhar espaço nacionalmente (que pertence à seção ‘Brasil’). Dessa forma, apresento as análises a começar pela Seção 4.4.1, tratando do gênero discursivo; em 4.4.2, os intertextos; em 4.4.3, o significado lexical; em 4.4.4, a representação dos agentes sociais; e, em 4.4.5, discursos na prática social.

#### 4.4.1 O gênero discursivo ‘notícia’ na *Folha de S. Paulo*

O texto, do jornal *Folha de S. Paulo*, selecionado para a análise enquadra-se no gênero ‘notícia’, sendo assim, a grande parte da discussão apresentada na Seção 4.3.1 serve para as considerações desta seção. Os acréscimos aqui apresentados são aspectos relevantes de alguns diferenciais das ‘notícias’ analisadas.

Após ver o texto selecionado (“Lula critica delegado da PF e defende Mercadante” – Anexo V), podem-se perceber algumas particularidades<sup>220</sup>. Enquanto a *Veja* apresentou duas notícias em uma, com dois títulos (que se correlacionavam semanticamente pelo corpo do texto) e uma separação distinta na composição gráfico-textual (inclusive nas imagens), a *Folha de S. Paulo* trouxe também duas notícias em uma, porém, imbricadas. O título do texto é único e parece veicular uma notícia única, não obstante, o texto identifica a bifurcação que aguarda o/a leitor/a por meio de dois lides. Como então correlacionaram as notícias em somente um corpo de texto? O elemento linguístico-semiótico-discursivo de ligação é ‘o presidente Lula’. Para exemplificar, estão copiadas, a seguir, a primeira frase da ‘notícia 1’ e a primeira frase da ‘notícia 2’, além da fotografia (Figura 17) que compõe o texto, cujo elemento central é o político do PT com ‘luvas para coleta’ e profissionais de reciclagem no plano de fundo:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem o senador Aloizio Mercadante (PT-SP),

Lula esteve na sede da Rede Cata Sampa,

<sup>219</sup> Evidentemente, trata-se de um tema que interessa a todo o país e, como revista semanal, consegue dar destaque a seus textos até por serem em menor quantidade do que os de um jornal.

<sup>220</sup> Análises preliminares desse texto foram discutidas em dois eventos científicos (Bessa, 2008e, 2008f).



Jorge Araújo/Folha Imagem



FIGURA 17: *Lula – ‘elemento coesivo’*

Semelhantemente à *Veja*, a *Folha de S. Paulo* tem a ‘carta’ como membro da cadeia de gêneros da ‘notícia’. A denominação da seção onde as cartas selecionadas são publicadas é denominada ‘Painel do leitor’ na *Folha de S. Paulo* e de ‘Cartas’ na revista *Veja*. Ambas as instituições disponibilizam seus textos impressos na Internet, totalmente para assinantes e parcialmente para visitantes dos respectivos sites.

#### 4.4.2 Intertextos em notícia da *Folha de S. Paulo*

Em consonância com os objetivos desta tese, o foco destinado para a notícia da *Folha de S. Paulo* estará na segunda parte de sua bifurcação: a ‘notícia 2’, que se relaciona a brasileiros/as em situação de rua. A abordagem intertextual da análise desta seção privilegia também as ‘vozes’ relacionadas ao texto.

Para tratar brevemente da ‘notícia 1’, título e lides, chamo a atenção para os relatos de vozes. No título ‘Lula critica delegado da PF e defende Mercadante’, dois processos verbais (criticar e defender) centralizam um ‘relato narrativo’ sem relatar o seu conteúdo (Fairclough, 2003, p. 49). No corpo do texto, os relatos narrativos reaparecem, porém, um de cada vez e seguido respectivamente por um relato direto que apresenta o conteúdo da fala. O título, de forma sintética, apresenta parte da ‘notícia 1’ (a qual provavelmente tem maior ‘valor de notícia’ – o que também merece reflexão), remetendo o/a leitor/a para o que o/a espera na sequência textual. Como é possível perceber no texto, a opção de responsáveis pela notícia em utilizar os processos verbais ‘criticar’ e ‘defender’ tem relação semântica com as falas do presidente, contudo, é preciso destacar essa posição. Os relatos diretos, indiretos e narrativos de ato de fala poderiam estar presentes de maneira menos avaliativa, ao utilizar o processo verbal ‘dizer’, por exemplo. Observe o primeiro lide:

Presidente diz que senador é inocente e que não entende por que ele foi indiciado

Por meio do relato indireto, o lide conjuga duas falas do presidente relatadas de maneira direta (com aspas) no corpo do texto e apresentadas a quem ler por meio de ‘dizer’.

Dentre tantas formas de representar o que foi dito por Lula, a notícia (tanto no título quanto no corpo do texto) o compromete com ‘crítica’ e ‘defesa’ – percebe-se que o primeiro lide, menos marcado em termos de avaliação<sup>221</sup>, colabora com a interpretação presente no título. Acrescente-se também o processo verbal ‘esquivar(-se)’, que é utilizado para introduzir o último pronunciamento que relata de maneira direta o que o presidente ‘disse’. Questão linguística importante a notar é que a suposta neutralidade do que é conhecido como ‘discurso direto’ recebe uma grande subjetivação por meio do processo verbal que o ‘comenta’. Tem-se, nessa ‘primeira parte’ do texto, a ‘voz’ do presidente da República e a ‘voz’ do veículo de comunicação.

Algumas outras marcas intertextuais da ‘notícia 1’ são: o indiciamento policial, a entrevista, o relatório. Na ‘notícia 2’, registra-se a renovação de uma Medida Provisória que beneficia pessoas em situação de rua. Além disso, os espaços destinados a ‘voz’ são demarcadamente de Lula e de pessoas presentes no encontro (que reunia profissionais de reciclagem, cidadãos/cidadãs que estavam habitando nas ruas e seus respectivos representantes). Os registros orais presentes na ‘notícia 2’ aparecem apenas em dois momentos: quando o presidente tem sua fala relatada de maneira indireta e apresentada como uma promessa:

Lula prometeu, em discursar, "conversar" sobre o assunto com o prefeito Gilberto Kassab (PFL) e o governador eleito, José Serra (PSDB).

e quando dá voz a pessoas presentes no encontro, destacando os aplausos ao presidente e também os ‘gritos’<sup>222</sup>:

Foi recebido com aplausos e gritos de "muito obrigado".

A intertextualidade com documentos escritos, provenientes de representação de movimentos sociais<sup>223</sup> é mais intensa. Segundo o jornal, relatando de forma direta, o MNCMR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis):

diz que "não houve grandes avanços no ano de 2006 com relação ao crédito de moradia para os catadores e a população em situação de rua".

denuncia "o processo de trabalho escravo que vem sendo praticado no Brasil por intermediários e atravessadores de material reciclável, inclusive com diversos casos de assassinatos de catadores".

---

<sup>221</sup> É válido lembrar que o que foi extraído para ser publicado da entrevista de Lula para os jornalistas e a forma de apresentação e ordenamento dos relatos também passam por processos decisórios e que não há neutralidade nisso – o ‘simplesmente noticiar’.

<sup>222</sup> Poderia ser registrado que eles e elas disseram obrigado em voz alta. Preferiu-se representar a fala daquelas pessoas e sua manifestação como ‘gritos’.

<sup>223</sup> De profissionais da reciclagem, recicladores e recicladoras; e de cidadãos e cidadãs em situação de rua.

pediu a "garantia de que o catador tenha direito à cidade, isto é, circular pelas cidades, que as suas carroças não sejam apreendidas nem haja violência dos guardas civis metropolitanos para retirar o catador de seu trabalho enquanto trafega pelas ruas".

Com relato indireto de documento, a ‘notícia 2’ registra que o Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua:

cobrou de Lula melhorias na saúde, no trabalho (sugeriu que empresas ganhadoras de licitações públicas se comprometam a contratar moradores de rua), habitação (que prédios abandonados pela União possam ser usados para população de baixa renda e sem renda) e justiça, além do início das atividades de um recém-criado comitê interministerial de inclusão social da população em situação de rua.

Os processos verbais que precedem o ‘dito’ são de diferentes níveis de envolvimento (não neutralidade): ‘dizer’, ‘denunciar’, ‘pedir’<sup>224</sup> e ‘cobrar’. No último excerto, ainda há a inclusão interna de ‘sugerir’. Algo que merece observação nessa segunda parte da notícia é que pessoas minorizadas tiveram espaço, tiveram voz. É verdade que receberam o segundo plano na ordem de importância daquilo que é dito (a denúncia policial / eleitoral foi considerada mais relevante), bem como praticamente não são ouvidos por jornalistas. É preciso perceber, então, dois elementos (sociais e linguísticos) que promoveram essas cidadãs e esses cidadãos para que pudessem ‘falar’: o agrupamento, o fortalecimento – os movimentos sociais dos quais fazem parte; e a linguagem formal escrita – o documento que entregaram ao presidente da República (um gênero relevante nas relações de poder).

#### 4.4.3 Significado de palavras

O encontro do presidente da República, no dia 24 de dezembro de 2006, era com ‘catadores/as’ e ‘moradores/as de rua’. Falar nesses indivíduos dessa forma é algo ‘normal’ e compreensivo na sociedade brasileira, o anormal seria o presidente se encontrar com eles, não tão anormal porque o acontecimento se repete há quatro anos na mesma data – frisa o jornal.

As nomeações são feitas, começam a ser utilizadas, divulgadas e, com o passar do tempo, naturalizadas. Problemas sociais surgem ou se intensificam, despertam a atenção (ou procuram camuflá-los), por vezes são discutidos e descritos; alguns são resolvidos, minimizados, outros continuam a existir ou crescer e começam a fazer parte do cotidiano social de maneira assimilada / ‘aceitável’ (desde que a existência não interfira na vida alheia, ou nas ‘praças alheias’).

---

<sup>224</sup> Seria bem diferente se fosse escolhido o processo verbal ‘reivindicar’.

O que há umas duas décadas causava profundo estranhamento, não causa mais. É ‘normal’ ver pessoas dormindo em ruas. E revirar lixo? Qual a percepção de quem vê alguém fazendo isso? O indivíduo é louco? Está desesperado de fome? É um mendigo que não ganhou um prato de comida?

O que aquele ser humano está fazendo? Catando lixo.<sup>225</sup> Então ele é um ‘catador de lixo’. Pronto. Criou-se um termo designativo. O número de pessoas que fazia isso aumentou e assim, tornou-se ‘profissão’ e foi registrada no cadastro nacional de profissões (profissão: catador). A falta de emprego, a falta de alguém que ‘explore o trabalho do indivíduo e lhe retribua minimamente’ por isso, leva-o a ser ‘autônomo’, a sobreviver por conta própria auferindo recursos por meio da coleta e da venda de materiais recicláveis.

Em um momento de aquecimento global e de várias alterações ambientais por conta disso, a coleta de materiais recicláveis é algo fundamental e importantíssimo<sup>226</sup>. O problema no Brasil é a condição na qual as pessoas são impulsionadas para essa tarefa e a condição de trabalho que têm em seu exercício laboral.

O uso da palavra lixo relacionado a catadores/as pode ter, no mínimo, dois efeitos. O primeiro, que pretendi provocar nos parágrafos anteriores: não é ‘natural’ ou um ‘avanço social’ ter pessoas que ‘vivem do lixo’ e com ele lidam sem uma estrutura humanamente digna para colaborarem com a tão necessária reciclagem. O segundo, de uso social com carga de qualificador negativo: ‘catador de lixo’.

No texto da *Folha de S. Paulo*, a palavra ‘catador’ está registrada 11 vezes, duas no singular e nove no plural. O termo é registrado, atribuído ao MNCMR (relato direto), duas vezes no singular e duas vezes no plural, sem acréscimos (somente ‘catadores’). Nas palavras do jornal, aparecem seis registros, sendo: o primeiro, no lide, ‘catador de lixo’; o segundo, na legenda da fotografia, ‘catador de rua’; o terceiro, no corpo do texto, assim como os demais, ‘catadores de papel’; os outros 3, somente ‘catadores’. É preciso reconhecer a relação de sinonímia nas opções do jornal, porém, a ordem em que as palavras aparecem no texto é da mais negativa para a menos negativa e isso acontece paralelamente aos espaços de poder da sequência textual (lide → foto → corpo do texto). O único momento em que a expressão mais aceitável por esses/as trabalhador/es aparece no texto é no nome do movimento social: Movimento Nacional dos *Catadores de Materiais Recicláveis*.

<sup>225</sup> Buarque (1997, p. 11) fala em *lixiveros* – pessoas “que vivem do lixo dos sedentários da modernidade”.

<sup>226</sup> Apesar de ser relevante, não vou discutir aqui a necessidade de políticas público-administrativas para a separação doméstica / empresarial / industrial de materiais recicláveis e orgânicos e sua respectiva coleta e tratamento.

#### 4.4.4 A representação de agentes sociais na notícia da *Folha de S. Paulo*

O título da notícia (“Lula critica delegado da PF e defende Mercadante”), o primeiro lide e a primeira parte do corpo do texto põem em primeiro plano o campo político (em relação eleitoral, partidária e também judicial). Não é à toa que os únicos agentes sociais presentes no texto por meio do nome são: Lula, Mercadante, Marisa Letícia, Gilberto Kassab e José Serra.

Os trabalhadores e trabalhadoras que fazem coleta de materiais recicláveis são representados conforme se pode observar na Seção 4.4.3. Apesar de terem partes de seu documento registradas na notícia, não aparecem com nome, nem ao menos de um/a representante. Situação idêntica ocorre com os/as brasileiros/as que têm habitado nas ruas.

Mesmo com baixa frequência, algumas notícias da *Folha de S. Paulo* já trazem recentemente as expressões ‘pessoas em situação de rua’, ‘população em situação de rua’, que, conforme discutido na Seção 4.2.3, são termos menos inadequados para referir-se às cidadãs e aos cidadãos que têm passado por essa situação. No entanto, no texto em análise, constam quatro formas de se referir a esse grupo:

1. População de Rua – também transmitindo uma ideia fixa, a expressão faz parte do nome do próprio movimento social: Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da *População de Rua*. Duas questões precisam ser pensadas aqui, a primeira, mais importante e urgente, seria o atendimento do direito dessas pessoas de tal forma que não estivessem mais vivendo / morando nas ruas. A outra questão a se pensar, enquanto a que tem maior valor não é atendida, é sobre o nome do Movimento, pois o que está registrado na notícia pode colaborar na própria inculcação da identidade desses seres humanos, assim como contribui para o estigma, o preconceito e a discriminação que recaem sobre eles.
2. população em situação de rua – termo empregado em dois momentos, o primeiro, com aspas, é utilizado no documento do MNCMR. O segundo, aparece via relato indireto na *Folha de S. Paulo*, do documento do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da População de Rua. Contudo, não é possível identificar quem realmente o teria utilizado, pois tanto pode ser do jornal, quanto do movimento social; há ainda a possibilidade de ter sido originalmente empregado pelo governo federal, pois se referia ao “comitê interministerial de inclusão social da população em situação de rua”.
3. trabalhadores – como grande parte dos/as cidadãos/cidadãs que precisam utilizar as ruas para trabalhar com coleta de materiais recicláveis, alguns inclusive

participando de cooperativas, a relação de sinonímia no texto fica estabelecida. Só não é exata a referência de quem teria empregado a palavra ‘trabalhadores’, se foi o Movimento ou se foi a *Folha de S. Paulo*.

4. moradores de rua – a expressão que tem tido maior uso social, e deve ser questionada, aparece duas vezes. A primeira é registrada pelo jornal. A segunda, por ser relato indireto, não se sabe se é do jornal ou do movimento social.

Podemos perceber, com as diferentes formas de nomeação do grupo, que aspectos discursivos das práticas sociais demonstram mudanças. A visibilidade do problema aumenta e, nesse processo sócio-linguístico-discursivo, maneiras de identificação são pensadas, questionadas e empregadas.

#### 4.4.5 Interdiscurso na notícia da *Folha de S. Paulo* e a prática social

Duas questões de linguagem precisam ser observadas de maneira direta. A primeira refere-se à diferença para a identidade dos indivíduos entre uma qualificação que os posiciona de forma menos negativa ou mais negativa<sup>227</sup> diante dos demais membros da sociedade, exemplo: ser ‘catador/a de materiais recicláveis’ *versus* ‘ser catador/a de lixo’. Além de homens, muitas mulheres e famílias inteiras trabalham com coleta e/ou estão passando pela terrível experiência de habitar nas ruas. Aqui está a segunda questão: o uso do masculino genérico em termos mais ou menos pejorativos, independente de receber qualificação por ‘materiais recicláveis’ ou ‘lixo’, é quase sempre um ‘catador’ ou ‘catadores’, da mesma maneira ‘morador’ e ‘moradores’. Um apagamento da figura da mulher, a qual aparece poucas vezes no uso linguístico, mas está muitas vezes nas ruas e com necessidades específicas, como no caso de gravidez ou lactação – a visibilidade do feminino nesse universo é outra demanda para escancarar essa problemática social.

Tratando-se de mídia, sabe-se que noticiar a agenda do presidente, ouvi-lo sobre algum tema social, político ou administrativo recente, relatar parte de suas falas em algum evento do qual tenha participado, são práticas quase que diárias dos veículos de comunicação de atuação nacional. O que atrai, em grande parte, o jornalismo é o interesse de leitores e leitoras sobre notícias do presidente da República, pois muitas vezes todo o país é afetado de maneira direta ou indireta pelas ações do ‘chefe’ do poder executivo nacional.

O que aconteceu com a notícia da *Folha de S. Paulo* guarda relação com isso. A visibilidade das pessoas da ‘notícia 2’ deve-se, em grande parte, à visibilidade de Lula (no

---

<sup>227</sup> Há pouca avaliação positiva profissional para ‘catador’, o que também merece reflexão.

caso do texto em análise). Todavia, é preciso lembrar que se trata de um grupo minorizado, cuja notícia veio ‘em anexo’ de outra notícia avaliada como mais importante. Se fossem empresários, aconteceria o mesmo? E qual poderia ser a ordem: ‘presidente esteve com empresários’ ou ‘empresários estiveram com o presidente’?

E quais discursos estão presentes no texto? Identifiquei alguns. O primeiro é o ‘discurso da moradia’. Em um país com déficit habitacional e com o grave problema social de pessoas em situação de rua, é esperado que esse discurso tenha visibilidade, mas nem sempre é assim. No texto da *Folha de S. Paulo*, quem aparece reivindicando habitação são aquelas pessoas que mais precisam dela e têm menos condição para possuí-la. Trabalhadores e trabalhadoras solicitam maior efetividade nas ações para disponibilização de crédito para quem faz coleta e quem tem vivido nas ruas.

Nas eleições de 2006, um ‘dossiê’ contra o PSDB (‘tucanos’) tomou conta do noticiário por vários dias. Foi, inclusive, tema de discussão no horário de propaganda eleitoral gratuita. Esse assunto desponta na notícia por meio de um ‘discurso político-eleitoral’. José Serra (PSDB), que seria um dos possíveis prejudicados com o dossiê, foi eleito governador de São Paulo. Quem disputou as eleições com ele foi Aloizio Mercadante (PT), acusado de estar envolvido na tentativa de compra do dossiê. O presidente é, então, convocado a dizer o que pensa sobre o indiciamento de um membro importante de seu partido. Uma nova ‘onda’ da notícia do dossiê iniciou-se por conta do indiciamento e quem ficou no topo da onda foi o senador. A palavra do presidente ganha então muito valor para tratar do tema e a notícia da ‘onda’ se sobrepõe sobre a ‘calmaria’ das notícias de problemas sociais.

Outra questão a se pensar é a ‘gradidão’. O “muito obrigado” destinado ao presidente é explicado na ‘notícia 2’ como sendo por causa da renovação de uma medida provisória e da ‘doação’ de 15 mil reais da Petrobrás para comprar uma máquina que colaboraria com os trabalhos do grupo. Inegavelmente, as ações são positivas, assim como é positivo, política e socialmente falando, um presidente se encontrar com indivíduos minorizados. A cautela diante dessas percepções deve permitir a constatação da responsabilidade do poder executivo diante desses cidadãos e dessas cidadãs, principalmente a responsabilidade de efetivar os direitos constitucionais. O avanço, que deixa para trás o encantamento de pequenos favores e a presença do presidente, ocorre nas reivindicações documentadas que apresentam as falhas que precisam ser corrigidas.

O ‘discurso da violência’ se sobressai de quatro maneiras: a violência das forças de discriminação que conduzem ao problema social; a violência do policiamento que às vezes usa a força (principalmente contra cidadãos minorizados e contra cidadãs minorizadas) para

manter determinada ‘ordem’; a violência da exploração de quem está na pobreza extrema feita por indivíduos que exercem a função de ‘intermediários’ e ‘atravessadores’; e a violência física que chega ao ponto de provocar a morte.

Destaco, por fim, o ‘discurso institucional’. A organização, o agrupamento, a criação de movimentos sociais dá forças e estruturas para ações que necessitam tramitar conforme o *modus faciendi* socioinstitucional. Dessa maneira, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e o Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua abrem espaço junto à Presidência da República, à mídia e por conseguinte a um maior número de brasileiros/as, para reivindicar seus direitos. No caso da notícia, não se trata de um protesto, nem de uma manifestação. É um documento com reivindicações, um documento institucional. A linguagem vai colaborando para o fortalecimento por meio do domínio e da utilização de ‘gêneros discursivos do poder’.

#### **4.5 Notícia do Jornal Nacional**

Para muitos ‘membros da sociedade’, ver essas pessoas incomoda (a ‘visão estética’, a ‘composição que tira a beleza’ de espaços públicos, o absurdo de ‘revirar lixo’); o estigma do cheiro incomoda o olfato; ouvi-los/as incomoda a audição; o tato é pouquíssimo incomodado, pois é ‘impensado’ / ‘inadmissível’ o contato físico.

Seria também difícil ouvir as pessoas que estão morando nas ruas por meio de um jornal televisivo, em cadeia nacional? Ou esse não é um problema do país? O texto escolhido para ser analisado, do *Jornal Nacional*, não põe cidadãos e cidadãs em situação de rua nem em segundo plano: eles e elas recebem uma referência indireta só para situar o evento de onde a notícia provém. As discussões dessa notícia televisiva são apresentadas em seções que tratam de: gênero discursivo (4.5.1), intertextualidade (4.5.2), significado de palavra (4.5.3), representação de agentes sociais (4.5.4), interdiscursividade e prática social (4.5.5).

##### **4.5.1 ‘Notícia televisiva’ como gênero**

Carmem Wilson (2005) propõe uma distinção entre ‘notícia impressa’ e ‘notícia eletrônica’. A autora considera, com base em seus estudos e teorização de pesquisadores/as de gênero discursivo, que a ‘notícia eletrônica’ seria um novo gênero. Trata-se das notícias veiculadas na Internet, as quais têm como uma das principais características a utilização de hipertextos. Dessa maneira, pode-se desenvolver uma leitura multilinear e multisequencial, o que é próprio da ‘cibercultura’. Wilson considera e cita em seu trabalho a reflexão de Anna



Trosborg (2000, p. ix): “Como constructos dinâmicos, os gêneros mudam com as mudanças na sociedade, e novos gêneros surgem como um produto de novas tecnologias”.

Concordo com a percepção do diferencial entre ‘notícia impressa’ e ‘notícia eletrônica’. Não obstante, creio que o qualitativo ‘eletrônica’ precisa ser delimitado ou repensado. A explicação está no fato de a ‘notícia televisiva’ ser também eletrônica como acontece com a notícia na rede mundial de computadores. Não pretendo propor aqui uma nova nomenclatura para a divisão apresentada por Wilson (2005), por outro lado, com base principalmente no mesmo argumento – o tecnológico – advogo a existência do gênero ‘notícia televisiva’. Outra citação importante para pensarmos essa questão é de Fairclough (2003, p. 77):

Um caminho no qual os gêneros diferem de outros é nas tecnologias de comunicação para as quais eles são especializados e um fator em mudança de gêneros é o desenvolvimento em tecnologias de comunicação: o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação caminha junto com o desenvolvimento de novos gêneros.

A grande maioria das características de ‘notícia’ estão presentes na ‘notícia impressa’, na ‘eletrônica’ e na ‘televisiva’. Apresento, agora, alguns outros diferenciais da ‘notícia televisiva’. De maneira breve, pode-se perceber que ela é predominantemente oral e visual, enquanto a ‘impressa’ é escrita. Como discutido anteriormente, a notícia ‘televisiva’ também é ‘eletrônica’, porém, uma diferença crucial é a ausência de *hyperlinks* (talvez com o desenvolvimento da TV digital isso mude).

A multimodalidade se faz presente, com acréscimos de som e imagens em movimento (com possibilidade de efeitos gráficos e sonoros). Mais do que descrever a presença de som e imagem como característica, é preciso ter clareza do papel que eles têm na ‘construção do fato’, na representação da notícia – o possível ‘efeito de verdade’ que eles conseguem transmitir.

Atualmente, a TV também tem estabelecido uma ‘comunicação bidirecional’, pois telespectadores/as (‘leitores/as’) podem ligar ao vivo e participar em determinados momentos de notícias (em alguns jornais) e, o que é mais comum, durante a exibição da notícia é possível ter a participação de telespectadores/as sendo abordados/as por uma equipe externa e se pronunciando ao vivo.

Também, quase sempre, é realizada uma série de filmagens que são posteriormente editadas, sobre as quais se insere a notícia (quando a imagem é ‘pano de fundo’). Em outros momentos, a imagem já traz o acontecimento (ou parte dele), por meio da fala e transmissão

da imagem de um repórter, um entrevistado, um pronunciamento. Uma questão surge, então. Um/a jornalista pode relatar indiretamente a fala de alguém, assim como pode deixar que esse alguém tenha espaço de imagem e fala diretamente – ou seja, o relato direto é quase que a própria fala e não relato, note-se, no entanto, que as falas são quase sempre ‘recortes’, escolhas que promovem uma relativa descontextualização de uma fala completa.

Chamo, ainda, a atenção para uma peculiaridade da ‘notícia televisiva’ que é não ter título (em sua enorme maioria), por essa razão a primeira frase se torna tão importante para situar o/a telespectador/a. Como o *Jornal Nacional* disponibiliza, via Internet, algumas de suas notícias já apresentadas na TV, elas recebem títulos. A notícia televisiva escolhida para ser analisada nesta pesquisa recebeu dois títulos em formas de apresentação distintas: O texto verbal (Anexo W) foi chamado de “Governo vai cortar despesas”<sup>228</sup>; o texto em vídeo<sup>229</sup>, igual ao veiculado na TV (apresentado em quadros no Anexo X e copiado no CD também em anexo), foi intitulado: “Lula diz que fim da CPMF será compensada com cortes nas despesas”.

#### 4.5.2 Entrecruzamento de textos

Fim da CPMF, corte de despesas do governo, demanda de arrecadação federal, escândalo envolvendo um líder da Igreja Católica, relacionamento entre Governo Federal e Congresso Nacional, políticas sociais necessárias, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Brasil – se esses são os elementos intertextuais de maior destaque nessa ‘notícia televisiva’, por que esse texto tem peso qualitativo em uma pesquisa que trata de discurso, de questão social e de cidadãos e cidadãs em situação de rua?

Em um ano (2007) no qual o *Jornal Nacional* fez referência a ‘moradores/as de rua’ em segundo plano<sup>230</sup> (ao tratar das acusações contra o padre que coordenava a Pastoral do Povo da Rua e também falando do prêmio que ele recebeu – Direitos Humanos 2007 –; ao tratar das toneladas de batata que foram jogadas fora e que poderiam ter servido a ‘moradores de rua’), era de se esperar que, em um encontro que reúne pessoas que estão em situação de rua, houvesse alguma referência mais direta sobre elas ou sobre seus problemas (que são problemas do país), considerando que a notícia se relaciona ao evento.

O que guarda relação, então? “Pela quinta vez consecutiva, o presidente participou da

<sup>228</sup> Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1666954-3586,00.html>>.

<sup>229</sup> Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM768854-7823-LULA+DIZ+QUE+FIM+DA+CPMF+SERA+COMPENSADA+COM+CORTES+NAS+DESPESAS,00.html>>.

<sup>230</sup> Parecendo mais referências para simplesmente situar quem são os agentes sociais ou relacioná-los a um problema específico.

festa de fim de ano dos catadores de papel.” 1 – ‘catadores de papel’ (nem todos estão na situação de moradia nas ruas); 2 – a quinta vez que o presidente está ‘na festa deles’. “O evento foi apresentado pelo padre Júlio Lancelotti, da Pastoral Católica dos Moradores de Rua.” 3 – o padre que trabalha com esse público; 4 – a Pastoral do Povo da Rua; 5 – Moradores de Rua. Há somente uma vez o termo ‘moradores de rua’ e mesmo assim faz parte da forma como o jornalista designou a Pastoral; ‘catador de papel’ e as demais possíveis marcas são mais oblíquas ainda. O presidente Lula que, também aparece indiretamente e ‘em sintonia’ com o local / evento onde estava, ao dizer que não haveria corte para as ‘políticas sociais’.

Se observarmos os processos verbais que introduzem o relato indireto, ou fala direta do presidente, veremos que são: ‘dizer’, ‘informar’, ‘comentar’, ‘esclarecer’. Muito próximo à ‘meta’ de objetividade e imparcialidade da mídia. Porém, sobre essa notícia televisiva, penso que é mais produtivo destacar a intertextualidade das ausências. Que textos poderiam ou deveriam estar presentes e não estão?

Em que momento o jornalista comenta algo sobre as pessoas que dão nome à festa (‘festa de fim de ano dos catadores de papel’)? Onde a voz delas aparece no texto? O apresentador do evento disse alguma coisa? Comentou sobre as pessoas presentes e sua condição de vida? O que falou o presidente no evento de que participou? O que ele disse para aquelas pessoas? O que Lula disse que o governo está fazendo ou irá fazer? Ou o presidente apenas ficou chamando um ‘envolvido em investigação policial’ de ‘companheiro’?

A contestação óbvia e questionadora que se pode fazer diante do que se leu até esse instante seria: que o objetivo da notícia era tratar da grande reorganização orçamentária que o governo terá de fazer, não era tratar de problemas de ‘moradores de rua’. Uma resposta simples pode vir por meio de uma pergunta simples: quando será a hora de tratar desse problema nacionalmente na mídia televisiva?

#### **4.5.3 Palavra e sentido**

A palavra selecionada do texto para receber discussão sobre seu sentido foi ‘silêncio’. Há silêncio de diferentes maneiras e antes que se comece a observá-las e discuti-las, é preciso ampliar a percepção para além dessa notícia e entender que não é somente ela, ou o *Jornal Nacional*, que trazem o silêncio, há um silêncio social. Nesse entendimento, pensemos no silêncio na notícia televisiva.

O estado das pessoas em situação de rua presentes no evento é realmente de silêncio, elas somente ouvem. As imagens do vídeo não apresentam nenhuma delas falando durante a

cerimônia formal, só ouvem. Na representação da notícia televisiva do evento, até mesmo representantes dessas pessoas ficam em silêncio. Abstiveram-se da fala ou foram privados involuntariamente? Ou, falaram, mas suas imagens e sons foram silenciados.

Silêncio; quem poderia quebrá-lo, ainda mais diante das câmeras, senão um presidente, um sacerdote, um jornalista? O barulho, o ruído, a fala deles é suportável e acalentadora para quem está em casa em um sábado à noite<sup>231</sup> simplesmente querendo assistir a um jornal, assistir à TV – também em silêncio.

O silêncio traz tranquilidade, paz, sossego. Os problemas sociais, ainda mais problemas de ‘incompetência’ e ‘desgraça’ individual<sup>232</sup>, causam desconforto, incômodo – e portanto, ‘devem ser silenciados’. Então, que não se pronunciem nem mesmo para reivindicar, muito menos para questionar quando forem retirados dos lugares que ‘não lhes pertencem’. Essas práticas absurdas muitas vezes têm existência material sem marcas linguísticas, estão presentes no silêncio.

Um silêncio que também parece precisar ser visual. Um aumento do contingente, como tem ocorrido, causa um barulho imagético e desconforto nas ruas e nas praças – que sejam levados para ‘fora da cidade’, para os subúrbios, as favelas, ou ‘devolvidos’ para o lugar de onde vieram (práticas sociais equivocadas e seus aspectos discursivos). Mas como, se é o papel, os materiais recicláveis das praças e ruas dos centros que sustentam a sobrevivência mínima dos extremamente discriminados – ‘moradores/as de rua’. Nessa notícia, por sinonímia, são ‘catadores de papel’; em grande parte da mídia o sinônimo é ‘mendigos’.

Não é só essa notícia que omite expressões verbais, que não faz menções. Nas práticas sociais de discriminação ouve-se um silencioso ‘toque de silêncio’ que se refaz meio imperceptível, naturalizado. Eu vejo, você vê a situação e então: silêncio. Já tem crescido o número de movimentos sociais, ONGs, cidadãos e cidadãs que têm se mobilizado, questionado, cobrado, discutido, pesquisado o problema; inclusive, já existem discussões, planos e ações (poucas de resultado efetivo) da parte de governos municipais e também na esfera federal. Tem crescido, também, o preconceito e o incômodo. Apesar desses acontecimentos, o silêncio ainda parece falar mais alto.

Como resolver a desigualdade? Equilibrando? A política de cotas para negros nas universidades repara uma diferenciação histórica em relação a uma parte da sociedade que é,

---

<sup>231</sup> O *Jornal Nacional* é apresentado de segunda a sábado depois das 20 horas. O dia 22 de dezembro de 2007 foi um sábado.

<sup>232</sup> Baseado na percepção de alguns de que ‘moradores/as de rua’ estão naquela condição porque são preguiçosos/as ou não batalharam na vida como deveriam, pois de maneira naturalizada ideologicamente ‘há oportunidade para todos/as’.

até hoje, minorizada<sup>233</sup>. Diante disso, alguns indivíduos que não se enquadram nessa característica sentem-se prejudicados, com perda de direitos. Assim, se estabelece a polêmica. E quanto à política nacional de trabalho, moradia e assistência para os brasileiros e as brasileiras que têm habitado as ruas? Falta ação, falta polêmica – sobra ‘silêncio’.

Por meio da análise da notícia televisiva do *Jornal Nacional* e das práticas atuais relacionadas aos/as ‘moradores/as de rua’, é possível depreender alguns sentidos do silêncio – do silêncio nacional. Já que vão para a mídia televisiva em horário nobre, que *passem em silêncio*. Contudo, estamos vendo que o silêncio também significa<sup>234</sup>.

#### 4.5.4 Representação de agentes sociais na notícia televisiva

O registro de nomes de agentes sociais em um texto, bem como a forma como esses agentes são representados têm relevância para uma análise discursivo-crítica. Da mesma maneira, é fundamental observar as omissões; a depender do caso, é mais produtivo. Na relação entre os objetivos desta pesquisa e o que essa notícia apresenta, é preciso dar visibilidade ao que está ausente.

Iniciando pela ‘superfície’, temos que os únicos nomeados no texto são Lula (presidente) e Júlio Lancelotti (apresentador do evento, padre, “da Pastoral Católica dos Moradores de Rua”, “envolvido no caso de extorsão”, “companheiro”). É preciso considerar também que, no vídeo, o segundo jornalista é identificado via legenda (José Roberto Burnier). São citados: os catadores de papel, jornalistas, representantes dos partidos políticos no Congresso Nacional, o governo (também como ‘a gente’), o Congresso.

Assim como o ‘fim da CPMF’, o envolvimento do padre em uma investigação policial também estava em destaque nos noticiários em data próxima a 22 de dezembro de 2007. Cinco elementos linguísticos são qualificadores / identificadores de Lancelotti, sendo que é destinada uma maior ênfase ao último, correlacionando-o ao presidente (isso inclui uma insinuação de ‘companheirismo’ de Lula com alguém que poderia ter cometido crime).

Os chamados, na notícia, de ‘catadores de papel’ (que não tiveram espaço de fala) eram pessoas que trabalhavam com coleta e estavam na confraternização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) – o nome do Movimento não aparece na notícia.

Um grande diferencial da notícia televisiva é percebido agora: a presença imagética (às vezes sonora) de agentes sociais citados ou que estejam falando diretamente na notícia.

<sup>233</sup> Para uma discussão mais aprofundada do assunto ver Martins (2004).

<sup>234</sup> Eni Orlandi (2007, p. 29) observa que “o silêncio é a matéria significante por excelência, um *continuum* significante”.

Além disso, agentes sociais que não foram referidos verbalmente podem ser considerados como presentes (talvez indiretamente e com a possibilidade de não serem reconhecidos) no texto por meio de suas imagens.

O primeiro jornalista<sup>235</sup> que fala e apresenta a notícia tem sua imagem registrada. Da mesma forma, o presidente, na segunda imagem (ver Anexo X). Outro acréscimo está na mesma imagem gravada do presidente, pois a câmera enquadra 3 pessoas que estão ao seu lado. À direita, Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (ex-ministro das Cidades); à esquerda, Luiz Marinho, ministro da Previdência Social (ex-ministro do Trabalho); e à esquerda de Marinho, Severino Lima Júnior, líder do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (nem o nome dele nem o movimento são citados – constrói-se a imagem de ‘apenas uma festa de ‘catadores de papel’’).

O padre aparece e o segundo jornalista também. Lula, os ministros e o líder do movimento voltam a estar na tela. Onde estão os cidadãos e cidadãs em situação de rua? Eles não são citados verbalmente, mas há uma maneira indireta de supor a presença deles/as no evento – a participação do padre da Pastoral do Povo da Rua.

Um representante do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos População em Situação de Rua<sup>236</sup>, Samuel Rodrigues, também esteve no evento e falou com os/as presentes. Não consegui identificá-lo nas imagens. Além de profissionais do jornalismo (jornalistas, pessoas que fazem filmagem ou fotógrafos) que estavam ao fundo da plateia; podemos dizer que havia pessoas que fazem coleta de materiais recicláveis e pessoas que têm morado nas ruas.

Mais um aspecto relaciona-se com o gênero social, uma vez que somente o masculino genérico é utilizado para identificá-los: ‘moradores de rua’, por exemplo. Onde ficam as mulheres? Observe nos quadros (ou no vídeo, ambos em anexo) dessa notícia que um número expressivo de mulheres está à frente nas imagens gravadas para a notícia televisiva do dia 22 de dezembro.

#### **4.5.5 Práticas sociais e suas relações discursivas**

Com a TV aberta (gratuita) no Brasil e sendo o televisor um aparelho eletrônico presente na grande maioria das residências (também presente no comércio, restaurantes, hotéis, rodoviárias, aeroportos), a notícia televisiva tem um grande poder de divulgação, e, sendo assim, de influência.

---

<sup>235</sup> Trata-se de Márcio Gomes, que foi identificado com legenda no início da apresentação do Jornal Nacional.

<sup>236</sup> Ver Seção 4.4.4 sobre os termos *Povo da Rua* e *população de rua*.

Apesar do ‘silêncio’ nessa notícia do *Jornal Nacional* e em outras, o tema ‘moradores/as de rua’ ganhou espaço nos últimos anos na Rede Globo de televisão em diferentes programas, principalmente nos chamados ‘jornais locais’: a exemplo do DFTV, RJTV, SPTV. Grande parte das notícias tratava do aumento do número de pessoas nessa condição; de medidas político-administrativas tomadas; de reclamações para que as praças e as ruas ‘fiquem limpas’; de protestos de movimentos sociais; e principalmente citações indiretas em notícias que têm foco em outro conteúdo. Todavia, de uma maneira ou de outra, esses jornais dão visibilidade ao tema.

A questão que se põe é: até quando o problema nacional será tratado como se fosse simplesmente local? Desemprego e migração<sup>237</sup> são problemas que podem ser observados e resolvidos em cada local isoladamente? Bursztyn e Araújo (1997, p. 99) destacam que “o problema das migrações só terá resultados positivos quando se tornar alvo de políticas públicas de abrangência nacional, mesmo quando seu foco se dê em certos locais”. Essa percepção continua válida, mas é importante acrescentar que muitas pessoas que estão habitando as ruas recentemente são originárias do próprio grande centro/metrópole ou proximidades – um número crescente.

E os discursos na notícia televisiva em análise? Quais são eles? Podemos identificar: ‘discurso político’, ‘discurso econômico’, ‘discurso social’, ‘discurso policial’. Um/a outro/a analista poderia destacar somente o ‘discurso político’ por ser o de maior destaque e que ‘incorpora’ os demais. Em primeiro lugar, não há realmente separações nítidas entre discursos nos textos, eles se entrecruzam no espaço interdiscursivo. Para as análises é que as divisões e identificações se mostram produtivas. A distinção em ‘discursos menores’ e não em um mais abrangente tem o objetivo de destacar aspectos particulares.

Sucintamente, temos que o ‘discurso político’ já se torna presente em práticas sociais por meio da presença física / material de quem ocupa o cargo eletivo de maior poder no país – o presidente. O evento social ganha paralelamente o *status* de evento político; não é ao acaso que representantes governamentais recebem local de destaque para se sentar, que o presidente tem espaço para discursar, ouvir elogios e reclamações, bem como dar entrevista. Nesse contexto, há referências discursivas da democracia (autonomia do Congresso Nacional, discussão com parlamentares) e de ações políticas para resolver problemas.

O discurso econômico se faz notar na necessidade de resolver questões orçamentárias criadas pela expressiva diminuição que haverá na arrecadação do governo federal; no interdito

---

<sup>237</sup> Ver no Capítulo 2 que a maior parte da migração atual, quando acontece nesses casos, é de cidade para cidade, e não do campo para a cidade.

de tocar no Programa de Aceleração do Crescimento. O ‘discurso social’ atravessa o próprio evento, com o adendo de ser evento de grupos minorizados. O próprio contexto influenciava também o compromisso de não ‘cortar políticas sociais’ – valorizando-as dessa forma.

O envolvimento de Lancelotti em um suposto caso de extorsão traz para a notícia o ‘discurso policial’. A simples citação remete à suspeição, à investigação, a crime, à desonra social – como também pode trazer o sentido de injustiça, indignação, solidariedade. O destaque para o qualificador ‘companheiro’ destinado ao padre, utilizado pelo presidente, pode associar este a qualquer uma das duas possibilidades. Sendo a primeira muito ruim para o presidente da República.

Outro aspecto discursivo relevante é o silêncio. As ausências, a seleção, a criação e a divulgação da notícia pela mídia propiciaram um vazio (ver Seção 4.5.3). O ‘discurso da mídia’ trouxe o silêncio.

#### **4.6. Considerações preliminares**

Conforme é possível perceber, ao longo desta tese (principalmente no Capítulo 2), o processo social que gera a situação de rua não brotou da natureza – é um processo de intensificação das desigualdades sociais. Sabe-se também que esse processo é multifacetado e relaciona-se a desemprego, necessidades materiais, problemas relativos à vida familiar; problemas com drogas e/ou álcool (que pode iniciar-se nas ruas como forma de fuga ou sociabilidade, ou pode levar alguém para as ruas); problemas de resultados negativos de uma migração esperançosa; problemas de desestruturação do mercado de trabalho (ao qual foi destinada especial consideração neste estudo por ser um problema crescente e que necessita tornar-se um dos primeiros tópicos para se tratar do processo, em vez de manter-se os limitadores estigmas – da loucura, do alcoolismo, da vadiagem, da mendicância).

Ideologicamente, a ‘discriminação’, a ‘naturalização’ da situação de rua (uma das expressões radicais da questão social) vivenciada por cidadãos e cidadãs, têm sido reforçadas nas práticas sociais (por isso mesmo, perpassam os aspectos discursivos).

Outra questão é a forma de tentar ‘resolver’ o problema. Pensando metaforicamente em um processo de gotejamento é possível dizer que alguns procuram ‘retirar’ a ‘água’ do local onde está de diferentes maneiras (explícitas ou camufladas), outros tentam resolver o problema ‘secando o chão’ (albergue, capacitação) que obviamente fica molhando. Quem está se preocupando em fechar a torneira? Há quem esteja deixando de habitar as ruas, porém há quem esteja começando. Ações preventivas precisam ser pensadas para que não se chegue ao ponto de estar morando nas ruas. A expressão ‘estar morando nas ruas’ deveria causar



estranhamento, pois é um absurdo social – sua naturalização precisa ser questionada, precisa ser desfeita.

Retomando os textos por meio de uma inversão da ordem de apresentação, temos que, a notícia televisiva do *Jornal Nacional* é emblemática para observar o silêncio nacional quanto à séria situação humana por que passam aqueles/as que precisam viver da / na rua. O poder da instituição ‘Rede Globo’, o poder do programa ‘*Jornal Nacional*’, o poder do gênero ‘notícia televisiva’, tudo isso não está colaborando para a discussão, reflexão e resolução do problema que afeta *toda* a sociedade, mas que dói no corpo e na mente desses cidadãos e dessas cidadãs. “Pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta” (Fairclough, trad. 2001, p. 144). Por outro lado, essa mesma mídia pode colaborar para transformações sociais atuando como uma resistência / oposição ao poder estabelecido’ (mesmo que seja em determinados casos especificamente).

Embora em segundo plano, no apensar da notícia ‘principal’, a *Folha de S. Paulo* permite a divulgação da voz de indivíduos minorizados, e o que é mais significativo, não são indivíduos que falam, é uma instituição que fala por eles – os movimentos sociais que os representam diretamente. As mudanças sociais dependem muito de mobilizações sociais. As ‘lenhas’ precisam estar juntas em um ‘feixe’ para adquirir peso, força e resistência. Grande parte dos direitos constitucionais é individual e os indivíduos deveriam ser respeitados em suas singularidades, contudo não é assim que ocorre. É preciso então tomar posse das formas instituídas de poder e visibilidade e isso também passa pelo uso de gêneros. Os documentos apresentados ao presidente (citados na notícia) são resultados de vozes individuais e particulares agrupadas em um coro que se expressa em uníssono e dentro de padrões linguístico-semiótico-discursivos estabelecidos socialmente.

A revista *Veja* dá notoriedade e reforço à discriminação e ao preconceito direcionados a seres humanos que estão morando nas ruas, com uma notícia vinculada à cidade de São Paulo. A demanda da faxina, da limpeza, da retirada de um público do espaço ‘público’. Considerando as ausências, as lacunas: por que não se discutem as origens dessa tragédia social, seu agravamento, as possíveis soluções? Ou seria simplesmente um fenômeno natural de problemas que ‘nasceram’ nos jardins da praça do reino, às portas do Palácio?

A última imagem da charge eletrônica demonstra o pensamento do cidadão que tem morado nas ruas e do delegado sobre o que foi dito anteriormente: um constatando para si o outro constatando de si; a inculcação de que o ‘morador de rua’ é ninguém; um processo de constituição identitária negativa. Não se apresenta qualquer indício de que a situação de

moradia nas ruas é, em geral, causada por algo que está além da condição individual, que se enraíza nas práticas sociais de discriminação e na estrutura social na qual vivem brasileiros e brasileiras. O discurso capitalista e suas implicações no mundo material e nas relações sociais fica camuflado.

Foi possível observar que os/as chamados/as “moradores/as de rua” são classificados/as negativamente no texto de diferentes maneiras, até o ponto de serem categorizados/as como ‘não pessoa’, ‘não ser humano’ – inexistentes, o que indica uma ‘discriminação’ extrema e uma forma de desconsiderar o problema social por meio de um processo de ‘naturalização’.

Os resultados das análises da CE apresentam diversas críticas ao governo / Estado, porém, não são críticas específicas relacionadas à situação das pessoas que estão morando nas ruas. Essas são representadas por meio de estereótipo visual / linguístico e ideologicamente discriminadas na sociedade. As possibilidades de recepção sempre são várias, mas, sem dúvida, afirmar no texto a inexistência de determinados seres humanos dá visibilidade à grave problemática social que é mantida tantas vezes em silêncio, como se realmente não existisse. Nesse sentido, o texto da CE desenvolve uma crítica que pode ser produtiva para a reflexão social, essa ação o difere dos demais textos analisados.

Dentro das práticas sociais na qual interage, o gênero ‘Constituição’ confere ao texto constitucional brasileiro de 1988 um poder sobre as demais leis do país e, por isso, um lugar de destaque no cenário nacional. No entanto, muitos registros verbais que apresentam avanços para a sociedade não recebem a contrapartida na eficácia esperada. São muitas vezes relegados a segundo plano, ou a menor efeito prático, via interpretações ou simplesmente à pequena ou ausente atuação do Poder Público<sup>238</sup>.

No emaranhado discursivo que circunda o problema das pessoas que moram nas ruas, parecem muito mais evidentes os resultados do ‘discurso do capitalismo’ na dialética de sua materialização nas relações sociais. O ‘discurso da desigualdade’ impera, por mais que haja um ‘discurso de igualdade’ legitimado institucionalmente. As disputas no campo discursivo são totalmente atravessadas por outros elementos das práticas sociais e o capital tem tido primazia sobre o social e sobre o próprio Estado.

A Constituição registra no Título I (Dos princípios fundamentais), Artigo 3º, Inciso III (Presidência da República, 2007), que um dos quatro “objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil” é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades

---

<sup>238</sup> Talvez as interpretações da possibilidade de reclamação judicial de direitos sociais alterem algo nesse quadro.

sociais e regionais”. O programa Bolsa Família<sup>239</sup>, do governo federal, inibe de alguma maneira fluxos migratórios e é um apoio a famílias com necessidades materiais (de alimentos, por exemplo), as quais, no entanto, dependem de forma prática e duradoura de ações mais efetivas do Poder Público.

Ao lado das ações do governo está a demanda crescente e aviltante; ao lado do Estado está o sistema econômico<sup>240</sup> vigente; ao lado dos direitos ‘garantidos’ está o não cumprimento – ao lado da legislação, a discriminação.

---

<sup>239</sup> Programa de distribuição de renda que garante uma certa quantia em dinheiro a pessoas que estejam em determinadas condições de pobreza e necessidade de apoio material.

<sup>240</sup> Que é também político, pois “existem precondições políticas para processos, relações e sistemas econômicos” (Fairclough, 2006, p. 12).

## Capítulo 5

### Análise de dados gerados

Neste capítulo, assim como no anterior, realizo as análises com foco nos objetivos e questões de pesquisa, tendo também como base a fundamentação teórico-metodológica do estudo. O que muda principalmente é o gênero discursivo, que agora é ‘entrevista’, resultado da interação do pesquisador com participantes da pesquisa em torno da problemática dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua – dados gerados. Mantêm-se igualmente as análises das perspectivas ideológicas, do gênero discursivo, das marcas intertextuais, das escolhas lexicais, da interdiscursividade associada às práticas sociais e das representações de agentes sociais. Outro diferencial em relação ao Capítulo 4 está na ordenação das seções, pois, dentro de cada categoria, são considerados todos os textos<sup>241</sup> simultaneamente para as análises.

#### 5.1 Entrevistas

Conforme registrado no Capítulo 3, a necessidade de relacionar-me diretamente com outras pessoas como parte da pesquisa e, principalmente, de utilizar a produção textual dessa interação como base para análises exigia a submissão do projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa. Em maio de 2008, o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília aprovou o projeto. Nos meses seguintes, junho e julho, foram realizadas 20 entrevistas (Anexos A a S), a partir das quais apresento as análises a seguir (descrições e discussões sobre os procedimentos relacionados às entrevistas estão registradas no Capítulo 3). Com o objetivo de exemplificar de maneira prática, em alguns momentos da análise, principalmente ao discutir gênero, trato de determinadas características da ‘entrevista semiestruturada’ com base nos próprios textos que foram produzidos e estão sendo analisados nesta pesquisa.

##### 5.1.1 Gênero discursivo: entrevista

É possível considerar alguns gêneros em um nível mais alto de abstração (Fairclough, 2003), nomeados como pré-gêneros (Swales, 1990). ‘Entrevista’ é um gênero que tem como pré-gênero principal a ‘conversa’<sup>242</sup>. Pressupõe uma forma de diálogo, portanto, há mais de uma pessoa envolvida em sua produção. Cabe pensar em uma ‘auto-entrevista’ como exceção,

---

<sup>241</sup> Todas as entrevistas realizadas. Esclareço que considereei todas, contudo, obviamente, nem todas estão citadas direta ou indiretamente em cada uma das categorias.

<sup>242</sup> Nomeia-se, também, como ‘conversação’.

que envolveria um único indivíduo, porém, o usual s duas pessoas estejam interagindo, no mínimo. Desdobrando essa perspectiva dialógica, teremos duas atuações nesse gênero, exercidas pela pessoa que entrevista e pela pessoa que é entrevistada, podendo pluralizar qualquer um dos pólos, ou seja, será possível estabelecer quatro configurações na realização de entrevistas a depender do número de agentes sociais envolvidos, como é possível ver no Quadro 21.

Número de pessoas que estão entrevistando		Número de pessoas que estão sendo entrevistadas
uma	<i>versus</i>	uma
uma		mais de uma
mais de uma		uma
mais de uma		mais de uma

QUADRO 21: *agentes sociais envolvidos em entrevistas*

Dentro de uma estrutura conversacional, a comunicação acontece com a participação das pessoas envolvidas na entrevista e isso ocorre por meio dos turnos de fala<sup>243</sup>. O regular é que cada pessoa use o turno em sua vez, de um modo geral, engendrados ao processo de pergunta-resposta<sup>244</sup>. No entanto, a sobreposição de turnos ou mesmo a tomada de turno da outra pessoa no processo de interlocução pode ocorrer – a variação dessas características está vinculada a contextos de maior ou menor informalidade, bem como na relação hierárquica que se configura ou mesmo em determinados momentos dentro de uma mesma entrevista em que a polêmica e o envolvimento das pessoas tornem-se mais densos.

Fairclough (2003) identifica a entrevista como um exemplo de gênero ‘desencaixado’, pois em suas diversas realizações é possível perceber que ocorre um deslocamento de contextos específicos, considerando determinadas áreas da vida social. Existe, dessa forma, uma diversidade de entrevistas, como a entrevista jornalística, entrevista política, entrevista de pessoas famosas. Contudo, o deslocamento pode ser mais bem percebido quando esse gênero se transforma em uma tecnologia social, por exemplo: entrevistas para seleção com fins empregatícios, entrevistas médico-paciente, entrevistas para pesquisas científicas (quantitativas e/ou qualitativa).

A própria realização das entrevistas pode ocorrer de maneiras distintas, desde a tradicional entrevista face a face à entrevistas mediadas tecnologicamente, passando pela entrevista telefônica, por sistemas de transmissão de voz por computador (com a possibilidade de incluir transmissão de imagem), e até por questões registradas em papel (ou e-mail, ou

<sup>243</sup> Momento em que um indivíduo fala.

<sup>244</sup> É possível que dentro do gênero a pessoa entrevistada também faça perguntas, seja para compreender melhor uma questão ou até mesmo para questionar um ponto de vista de quem está entrevistando.

mensagem de celular) e enviadas ao outro indivíduo da interlocução (podem ser várias questões de uma vez ou mesmo uma por uma, construindo-se a entrevista em um processo). O resultado gerado – o texto da entrevista – pode ser divulgado na íntegra ou em partes, passar por edição ou não, ser veiculado na forma impressa ou em página eletrônica, com áudio ou áudio e vídeo.<sup>245</sup>

A ‘entrevista semiestruturada’, utilizada nesta pesquisa, é um gênero situado dentro das práticas sociais da pesquisa qualitativa. Procuo destacar, a seguir, alguns elementos que a identificam. Esclareço que algumas partes serão sínteses de considerações presentes na seção 3.3.2.1 e que a leitura dela complementa as discussões aqui apresentadas.

Algumas características abstratas e a estrutura textual podem ser observadas no quadro 22, possibilitando uma ideia resumida de questões centrais.

Entrevista semiestruturada	
características abstratas	conversa não tensa informalidade linguagem adequada ao/à participante liberdade para o/à participante falar um tema central reflexão / investigação estabelecimento de confiança perguntas abertas <sup>246</sup> utilização de pseudônimos <sup>247</sup>
estrutura textual	abertura da entrevista perguntas respostas comentários explicações encerramento da entrevista

QUADRO 22: *Entrevista semiestruturada – características e estrutura*

As entrevistas foram bidirecionais (mais de uma pessoa, em geral duas, com exceção de uma entrevista na qual uma terceira pessoa também atuou como participante) e aconteceram face a face. Nesse contexto, o verbal está entrelaçado ao não verbal, de tal

<sup>245</sup> Outras caracterizações sobre o gênero entrevista podem ser encontradas em Selma Z. da S. Borges (2007).

<sup>246</sup> Evitando as respostas ‘sim’ e ‘não’.

<sup>247</sup> Na transcrição que se tornará pública.

maneira que muitas vezes um gesto é o sinal de que uma resposta foi concluída, por exemplo. É relevante notar que, para os propósitos desta pesquisa, somente foi necessário efetuar a gravação do áudio<sup>248</sup>, fato que coloca essencialmente os elementos linguísticos em evidência unicamente por meio das vozes gravadas. Em um terceiro registro do mesmo gênero, das mesmas entrevistas, a transcrição materializa cada fala na forma impressa<sup>249</sup>, com observações específicas quando estritamente necessário.

Argumentos, observações, questionamentos, reflexões de quem participou da pesquisa, por meio da entrevista, relacionam-se a uma cadeia de gêneros.

cadeia de gêneros	notícias leis conversas relatórios reportagens entrevistas
-------------------	---

QUADRO 23: *Entrevista semiestruturada – cadeia de gêneros*

Conforme observado no quadro 23, esses são alguns exemplos que podem ser depreendidos por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas. As ‘notícias’ são uma fonte de informação relevante para sustentar as respostas das pessoas. As ‘leis’ são citadas, ou questionadas, ou vislumbra-se nelas possibilidades de ação / transformação. As ‘conversas’ cotidianas também sustentam o universo de compreensões sobre o tema da entrevista. ‘Relatórios’ dos mais diversos fornecem dados, principalmente o que foi resultado da Pesquisa Nacional com os cidadãos e as cidadãs em situação de rua (conforme registrado no Capítulo 2). O próprio relatório, além de outros fatos e gêneros, propiciou notícias, reportagens, conversas. Vale notar que outras ‘entrevistas’ também deram subsídio para as entrevistas semiestruturadas presentes neste trabalho.

As relações sociais estabelecidas entre quem prioritariamente fazia as perguntas e quem as respondia nas entrevistas podiam variar assimetricamente. As perspectivas de quem eram as pessoas que estavam conversando (dentro do gênero entrevista) passavam pelas instituições a que estavam vinculadas e pelas imagens que cada pessoa fazia da outra, alternando, assim, questões objetivas e subjetivas. O exercício de manter um diálogo em uma perspectiva informal buscava atenuar essa assimetria. Na prática, as entrevistas poderia

<sup>248</sup> Observações importantes como gestos ou circunstâncias do local da entrevista eram anotadas depois de despedir-me da/s pessoa/s.

<sup>249</sup> Ou em caracteres em páginas virtuais, no caso do arquivo eletrônico.

colocar em relação um pesquisador vinculado à Universidade de Brasília diante de um/uma representante de Ministério, ou diante de um estudante, ou diante de um deputado, ou diante de uma comerciante, ou diante de uma promotora; por outro lado, e ao mesmo tempo, todas estas pessoas estavam diante de Décio, um estudante. Mesmo nesse contexto, as entrevistas transcorriam com fluidez logo depois dos momentos iniciais da primeira ou da segunda pergunta, de maneira que o próprio gênero e o tema tratado centravam o foco, resultando positivamente no atendimento dos objetivos da investigação.

Enfim, destaco que o processo de produção das entrevistas semiestruturadas era um momento de reflexão e produção de conhecimento para ambas as partes. Um tipo de trabalho de pesquisa que oferece algum retorno para participantes desde o início<sup>250</sup>. É possível comprovar isso por meio do relato de Camila (Anexo F) no encerramento da entrevista: “Achei que foi bastante interessante. Até aqui a gente construindo, pensando junto, foram surgindo coisas que talvez eu não tenha pensado, entendeu? Então eu acho que foi um exercício muito legal.”

### 5.1.2 Intertextualidade

Considerações teóricas específicas sobre intertextualidade estão registradas no Capítulo 1 e no Capítulo 4 (antes de proceder as análises). Nesta seção e nas próximas deste Capítulo (seções 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5), as análises serão feitas diretamente considerando os aportes teóricos e envolvendo-os no texto de maneira implícita, em algumas circunstâncias faço o destaque quando necessário.

Um dos principais elementos concretos para elaboração de uma política pública para as cidadãs e os cidadãos em situação de rua, bem como o ‘instrumento’ (a pesquisa nacional sobre o tema) para sustentá-la e defini-la, foi o Decreto Presidencial de 25 de outubro de 2006. Um gênero discursivo que, dentro de uma relação de poder estatal, possibilita a realização de outros gêneros – ações sociais por meio da linguagem em diferentes escalas de poder – decreto → pesquisa censitária / amostral → política pública.

Cada gênero se fez materializar em um texto, e cada texto em sequência histórica de surgimento foi base material para a execução de outro. Meire (Anexo 1) chama a atenção para o fato de que houve um “processo anterior” à existência do Decreto Presidencial e tece as relações intertextuais precedentes relacionado-as a eventos sociais nos quais novos textos

---

<sup>250</sup> Em alguns casos percebia-se alguma resistência no começo da entrevista, mas o processo de reflexão em torno de um tema (que se mostrou de interesse para quem foi participante da pesquisa) fazia com que ocorresse um envolvimento, mesmo em instantes em que algumas interrupções tornavam-se necessárias.



foram produzidos. Ela, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dá visibilidade a um “encontro nacional”, um “projeto” de capacitação para um movimento social, “pesquisas municipais”<sup>251</sup>. Creio que é preciso destacar, também, que a existência de todos esses textos citados só foi possível dentro de um momento sócio-histórico e que, principalmente, eles são frutos / resultados / imbricações de uma diversidade de textos que circulavam, simultaneamente, e de textos anteriores. De maneira objetiva, é possível citar a diversidade textual (e de gêneros discursivos) que abordou os assassinatos no ano de 2004 e mesmo a crise de emprego e ampliação do problema da situação de rua na década de 1980 (ver Capítulo 2). Textos agindo sobre textos; eventos sociais sobre eventos sociais; mudança de contextos e tempo-espaço que trazem discursos que sustentam a situação de rua, e com eles as práticas sociais que têm permitido essa problemática social. No entanto, as formas de dominação não são fixas ou determinadas, existem as lutas, as resistências, o que configura uma ‘questão social’. A problemática social, que se vê na iminência de comportar uma política pública para um grupo de cidadãos e de cidadãs que está sendo desrespeitado de maneira radical quanto à garantia / execução de direitos constitucionais, também transita com um discurso de transformação. Um passo importante entre tantos outros necessários; ou também não foi processual o estabelecimento do ‘bem-estar social’ em outros países capitalistas (lamentavelmente, por poucos anos)?

Esse discurso de transformação, que faz com que a ‘situação de rua’ saia dos limites das conversas cotidianas e de textos da mídia para tomar parte em textos governamentais, é o mesmo que abre espaço para que a construção destes textos contemple as ‘vozes’ dos cidadãos e das cidadãs que vivem ou viveram o problema. É preciso notar que não é um exercício de cidadania individual. Nos trâmites do Grupo de Trabalho, instituído no âmbito federal, as instituições dialogam com as instituições (por meio de representantes), por isso a existência do movimento social é tão importante para as relações sociais, para o fortalecimento do grupo e para tirar as ‘palavras’ / os ‘textos’ de seus membros do silêncio. Uma lógica tantas vezes negada, até mesmo por preconceito, é reconhecida e traz bons resultados, como afirma Meire (Anexo A): “o fato do movimento tá participando foi muito interessante porque é:: Assim, ninguém melhor do que eles para falar das necessidades, né? Das vivências deles, né?”.

A Política Nacional para os cidadãos e cidadãs em situação de rua, evidentemente, tem e terá relações intertextuais com outras políticas. Isso se confirma, por exemplo, na fala de

---

<sup>251</sup> Uma sequência mais detalhada sobre eventos e textos relacionados à situação de rua pode ser encontrada em Silva (2009).

Fernanda (Anexo G), que, representando a SEPPIR, explica a perfeita correlação entre uma política para a situação de rua que se constitui majoritariamente de pessoas negras<sup>252</sup> e o que se produz na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Algo notável da intertextualidade é a sua influência e imbricamento na relação tempo-espço. Certamente todos os textos e mesmo suas reverberações se relacionam a um ‘lugar’, seja ele amplo ou restrito, ou mesmo imaginário. De um modo geral, pensamos em ‘passado’ e buscamos em um texto quais seriam os textos (ou vozes) que fazem parte de um já-dito e que estão nele (seja de maneira marcada ou subentendida)<sup>253</sup>. Pensamos também em ‘presente’, ao acompanharmos em um determinado ‘agora’ o que está sendo dito e como correlações ou discrepâncias estão se materializando em torno de um determinado acontecimento, por exemplo. E quanto ao futuro? Como captar a intertextualidade no que ainda não aconteceu ou ainda não está acontecendo?

Nossos conhecimentos de linguagem, das práticas sociais, dos gêneros discursivos<sup>254</sup>, nos permitem, de certa forma, decidir o que queremos ou não queremos que aconteça a partir do que dizemos, ou seja, a partir de nossas ‘vozes’, dos ‘textos’ que produzimos. Paralelamente a isso, não há como controlar a produção de sentidos ou as possibilidades de utilização de nossos textos, nossas falas, porém, podemos tomar algumas atitudes na tentativa de conduzir esses ‘ditos’. Uma atitude é ficar no ‘não dito’, que não é eterno, chegará a hora de verbalizar. Outra atitude é a cautela naquilo que é dito, nesse ponto, comandam os diversos interditos. Determinadas ações, mesmo sem o uso da linguagem verbal, também produzem textos. O comportamento ‘x’ ou ‘y’ de uma adolescente vai gerar comentários ‘x’ ou ‘y’ por parte da mãe dela. As decisões de que comportamentos ter, também são influenciadas pelos ‘textos’ que a adolescente espera - da parte de sua mãe. Para a adolescente, seguir o ‘roteiro’, ou alterá-lo, significa vislumbrar quais relações intertextuais poderão ser materializadas.

Trazendo um exemplo extraído das entrevistas, é possível entrever as relações intertextuais mencionadas por João (Deputado Federal – Anexo I) no seguinte comentário relacionado à problemática social da situação de rua:

Talvez isso requerer, requeira ações emergenciais num primeiro momento. No inverno a gente vê, né? As prefeituras recolhendo tal pa, pa, pa, tal. Pior coisa, né? Para um prefeito é sair no Jornal Nacional, né? Olha, fulano morreu. Morreram três de frio naquela cidade, né? Quer dizer... o camarada, aquela administração, não se importa com as pessoas menos favorecidas daquela cidade.

<sup>252</sup> Ver Capítulo 2.

<sup>253</sup> Também é relevante saber o que poderia estar presente e não está e a razão / implicação disso.

<sup>254</sup> Não estou falando de conhecimento teórico, estrutural, de gêneros; estou tratando de conhecimento prático, como o gênero ‘conversa’ se dá no cotidiano, por exemplo.

Textos que já foram produzidos em determinados contextos e que são prejudiciais devem ser evitados, principalmente se a ‘administração’ for mal vista. Para evitar a exposição negativa na mídia, que pode prejudicar a imagem da ‘administração’ ou de ‘quem administra’, algumas ações precisam ser tomadas. Nesse sentido, a mídia acaba cumprindo um papel positivo ao ajudar a coibir ‘mortes’ por meio de seus textos. Como as possibilidades desse tipo de ‘morte’ existem por razões mais complexas, retirar do frio não é a principal forma de resolver o problema, mas o atenua e ofusca a visibilidade das injustiças sociais. Mais relevante ainda, é perceber que o que se deseja principalmente é evitar relações intertextuais que possam, em um grau elevado, provocar a ‘morte político-eleitoral’ e não tratar do ser humano, do cidadão e da cidadã, e impedir sua morte e sua condição de miséria.

Uma das perguntas (e dois possíveis desdobramentos) da entrevista buscava especificamente dar visibilidade a relações intertextuais:

- De que forma você teve conhecimento sobre essa situação?
  - Alguma outra forma de ter obtido informação sobre isso?
  - Você já leu sobre isso em jornal, em revista, ou viu na televisão ou na Internet?

Irei apresentar algumas das evidências diretas e indiretas de marcas (específicas e genéricas) de outros textos presentes em entrevistas realizadas. Meire, por exemplo, comentou que teve conhecimento sobre a situação de rua por meio de textos em sua graduação e acha que não via isso antes de estudar na Universidade, que podia até ‘olhar’, mas não havia ‘visibilidade’ para ela (Anexo A)<sup>255</sup>. Quanto a isso, é possível constatar duas questões, uma é que o ‘costume’ de ver algo embaça o ‘olhar’ a ponto de não percebermos importantes nuances e a outra questão é que o conhecimento, a crítica, o questionamento, propiciam uma melhor ‘visão’, como dizem, uma ‘lupa’ para ‘olhar’ o mundo.<sup>256</sup>

Na maioria das entrevistas, os textos de referência sobre o conhecimento da situação de rua aparecem por meio de seus veiculadores, formas de mediação – a mídia<sup>257</sup>. Então, citam rádio, blog, televisão, jornal, Internet, revista. Nesses espaços de comunicação mediada, seja por meio do gênero discursivo ou de textos específicos, participantes desta pesquisa identificaram ‘notícias’, ‘reportagens’, ‘entrevistas’, ‘reportagens especiais’, ‘conversas’

<sup>255</sup> Fernanda (Anexo G) destaca a produção de pesquisas acadêmicas na atualidade.

<sup>256</sup> Essa ‘lupa’ não se consegue exclusivamente em bancos da academia, muitíssimas pessoas a têm sem nunca terem passado por lá e há quem passou e não a pegou ou prefere não utilizá-la ou a usa somente para determinados interesses.

<sup>257</sup> Assim como no segundo possível desdobramento da questão sobre formas de ter conhecimento sobre a situação de rua (apresentada anteriormente).

como elementos do universo texto-discursivo que propiciam informação e conhecimento sobre a situação de rua.

E os conteúdos desses textos? Apresento, inicialmente, os que foram citados e que fazem parte das exceções (na maioria dos casos, as próprias pessoas que participaram da pesquisa disseram isso). Os textos tratavam do Movimento Social; da situação de rua, sem criar o estigma de pária; de doações de ONGs<sup>258</sup> (no Natal); de histórias e *modus vivendi* dessas pessoas; de um pedinte em cadeira de rodas que podia andar; da cracolância; de um cidadão em situação de rua que foi aprovado em um concurso do Banco do Brasil, de um programa do GDF<sup>259</sup> que ‘tirava as pessoas da rua’; de uma secretaria de uma cidade que dava bebida para os cidadãos e cidadãs em situação de rua e os ‘retirava’ do município. Meire cita como um “fato isolado” as participações de Sebastião<sup>260</sup> na mídia e avalia que houve uma boa divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional nos meios de comunicação, quando o Ministério do Desenvolvimento Social a tornou pública, colocando por um momento as pessoas em situação de rua em evidência (Anexo A).

Acontece também uma situação controversa. Raquel disse que não vê esse assunto ser tratado na mídia (Anexo N). Por outro lado, Gilda (Anexo K) comenta que “A divulgação é muito boa, mas assim, como é uma coisa que não muda, não altera, ela caiu no esquecimento”. E, na sequência dessa resposta, depois de alguns comentários, ela acrescenta:

(...) nunca vai faltar onde você vai encontrar isso. Você vê o que quer. Se você quiser ver isso, você vê sempre. Se você quiser ver só coisas glamorosas, você vai ver sempre. Você enxerga o que quer ver. Se você quiser ver só coisas tranquilas, entra na Internet, em sites que você curti, compra as revistas que você gosta, entendeu? Agora, se você quiser pesquisar ou se você é mais atento com esse tipo de coisa, você vai ter sempre esse tipo de informação. Acho que isso não é negligenciado assim. Não é negligenciado. Se você procura, você acha.

Pensar no que diz Gilda, faz-me constatar que a busca pela informação, pelo conhecimento, precisa partir do indivíduo. Ao mesmo tempo, preciso perceber que o desejo da busca depende de alguma motivação e essa motivação parte de um âmbito que é exterior ao indivíduo e que se relaciona com ele. O que provoca o desejo de ver coisas ‘glamorosas’? O que provoca o desejo de entender a situação de rua? Na televisão, por exemplo, veem-se coisas ‘glamorosas’ da manhã até a noite, ou não? Por quê? Por que a situação de rua não muda, não altera? Por que a situação de rua caiu no esquecimento?

<sup>258</sup> Organizações Não Governamentais.

<sup>259</sup> Governo do Distrito Federal.

<sup>260</sup> Cidadão que já viveu em situação de rua. É um dos representantes do Movimento Nacional de Luta e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e também é escritor.

E qual é o conteúdo principal que se apresenta nas entrevistas? Quando perguntei para Carlos (Anexo O) se era frequente o tema da situação de rua na mídia<sup>261</sup>, ele respondeu-me:

Não. Só quando acontece uma desgraça mesmo. Quando morre meia dúzia ali; alguém queimado, baleado, aí aparecem os moradores de rua. Fora isso, não sai no noticiário não. Só quando tem uma tragédia eles botam na mídia, mas passou isso aí, eles esquecem o assunto. Até a própria mídia mesmo esconde tudo, né? Não são obrigados, não dá Ibope, isso não vende jornal. Então só aparece quando acontece uma desgraça. É nítido, aí.

Em consonância com Carlos, outras pessoas identificaram o aparecimento do tema na mídia em casos de tragédia, mortes, assassinatos, violência (referindo-se a ações contra pessoas em situação de rua ou cometidas por elas). Com o termo ‘violência’ explícito (na maioria dos casos), ou por meio do tema ‘violência’ (crimes, assassinatos), esse foi o principal conteúdo identificado por quem participou da pesquisa. Será que existe alguma relação entre o que a mídia noticia com maior evidência em relação a cidadãos e cidadãs em situação de rua e a percepção das pessoas para o problema social e seus desdobramentos? Por que o ‘discurso da violência’<sup>262</sup> apareceu em 18 entrevistas dentro de um total de 20? Se a mídia, as notícias, precisam do que é inusitado e/ou do que é polêmico (como vimos nas diversas exceções citadas anteriormente), que ‘enquadre social’ permite tratar a situação de rua como ‘corriqueira’ / ‘normal’ / ‘natural’, sem valor de notícia, não sendo inusitada ou polêmica?

As pessoas participantes da pesquisa que não participavam do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI (ver Capítulo 2) não citaram a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Por outro lado, apenas uma pessoa entre as entrevistadas que fazem parte do GTI<sup>263</sup> não citou a Pesquisa Nacional. Há necessidade do texto da pesquisa relacionar-se intertextualmente com outros textos a que brasileiras e brasileiros têm acesso, para evitar concepções equivocadas em relação a cidadãos e cidadãs em situação de rua. Gilda, por exemplo, disse: “É eu imagino que eles vivem de, de pedir dinheiro nos semáforos.” e “(...) elas não têm qualificação profissional,<sup>264</sup> às vezes a maioria não sabe ler e tal, elas tipo... é pedinte, pede esmola, ou tenta vender bala, ou se envolve com droga” (Anexo K). Érica, por sua vez, comentou que “muitos vivem cometendo pequenos furtos, né? Outros pedindo mesmo, né? Nas portas dos bares, dos restaurantes. Nas portas dos restaurantes você vê muito... gente pedindo trocado, né? E eu acho que eles vivem disso, só” (Anexo R). É

<sup>261</sup> Antes dessa questão, perguntei-lhe sobre a forma pela qual ele obteve conhecimento sobre o tema e na resposta fez-se presente o rádio e a televisão.

<sup>262</sup> Ver seção 5.1.4.

<sup>263</sup> Alguns membros do GTI, inclusive, citaram ‘reuniões’ demonstrando a importância dos textos produzidos nesses ‘eventos sociais’ (reuniões do GTI).

<sup>264</sup> As pessoas em situação de rua.

possível ver também a percepção de Pedro: “na maior parte, agente observa que as pessoas têm... passam o dia pedindo esmolas, esmolando uma refeição no restaurante, esmolando um dinheiro, pra poder sobreviver, esse é meu ponto de vista” (Anexo S).

A produção de pesquisas pode provocar o tratamento do tema em espaços midiáticos, como aconteceu com a Pesquisa Nacional e também com a pesquisa acadêmica realizada por Silva (2006). Isso pode dar visibilidade e interesse ao assunto, deslocando o ‘valor da notícia’ de focos como violência e mortes, o foco da mídia nas partes ruins (Pedro – Anexo S). Nesse processo, desmistificar os estigmas e preconceitos torna-se positivo, inclusive para as possibilidades de superação do problema social.

### 5.1.3 Escolhas lexicais

A maior parte das pessoas que foram entrevistadas empregou, ao menos uma vez, o termo ‘morador de rua’<sup>265</sup> (discutido no Capítulo 4). Aparece também nas entrevistas ‘população de rua’, ‘pessoas em situação de rua’<sup>266</sup> e ‘cidadão’. Quando se registra o ‘pedir’, o ‘mendigar’ e o ‘roubar’, percebe-se uma forma contraproducente de avaliar os sujeitos sociais, mas deste ponto até a possibilidade de identificar alguém como ‘ladrão’, por exemplo, é notória a diferença, assim como seus efeitos. Por mais que seja possível questionar os limites de liberdade de expressão dentro de uma entrevista, o fato de não ter alcançado destaque a relação de designações negativas (ver Capítulo 2) em relação aos cidadãos e cidadãs em situação de rua parece indicar alguma transformação em parte da sociedade.

Questionei as pessoas quanto a seus sentimentos e também em relação ao que achavam das pessoas em situação de rua. Algumas pessoas responderam a questão sem dar respostas diretas, explícitas. Quem escolheu um item lexical para identificar o sentimento, ou o ‘achar em relação a’, deu respostas que resultaram em uma variação de 15 palavras. ‘Pena’ foi a de maior frequência, registrada em quatro entrevistas; sendo que, em uma, estava acompanhada de comentário (como um sentimento contraditório na sociedade), e, em outra, estava delimitada (‘um pouco’ de pena). Dentro de relações semânticas da ‘pena’ estavam palavras como ‘dó’ e ‘compaixão’. De maneira correlacionada apareceram ‘angústia’, ‘tristeza’, e ‘frustração’. ‘Solidariedade’, ‘estar em débito com’, ‘indignação’, ‘impotência’ são outros sentimentos encontrados.

<sup>265</sup> Conforme consta no Capítulo 3, mesmo entre aspas, ‘moradores/as de rua’ era parte do título inicial do projeto de pesquisa, que contava no termo de consentimento que cada pessoa entrevistada assinou antes do início da gravação. Esse esclarecimento é para deixar claro que alguma interferência pode ter ocorrido por conta disso.

<sup>266</sup> Era essa a forma que utilizei durante todas as entrevistas (conforme Anexos A a S).

Outras palavras que vêm carregadas com cargas semânticas que favorecem uma interpretação de que o problema social pode atingir a quem não está passando por ele foram: ‘medo’, ‘sentir mal’ e ‘incômodo’. A palavra ‘incômodo’ foi a opção de três pessoas, sendo que cada uma lhe atribuía um ‘recorte’ específico. Pedro traz o ‘incômodo’ com o sentido mais usual, perceptível, por exemplo, quando precisa passar pela calçada e tem pessoas lá, incomodando, atrapalhando a passagem pelo caminho. Para Gilda (Anexo K), no contexto no qual afirma isso, o ‘incômodo’ refere-se à repetição do problema social que parece não ter fim, lamentavelmente, por isso esse sentimento. No terceiro caso, para Célia (Anexo J), o ‘incômodo’ era ver a “disfunção do Estado” em relação à questão social. Finalmente, havia também o item lexical ‘racionalização’ como um sentimento que possibilita um ‘olhar’ diferenciado para o problema e a possibilidade de afastar sentimentos estereotipados em ‘pena’, por exemplo, que não propiciam a mudança da situação.

Seguindo esse processo de reflexão, Breno (Anexo B) apresenta uma interessante observação no momento em que lhe pergunto sobre os sentimentos em relação aos cidadãos e às cidadãs em situação de rua. Ele diz que “o sentimento tem que ser superado (...) de um ponto de vista assistencial, de um ponto de vista de... só emocional”. Por meio do resultado da Pesquisa Nacional, Breno trouxe a identificação das pessoas como ‘trabalhadoras’, que “não perderam o sentido da vida”, gente que “busca viver em sociedade” e arremata a ideia do sentimento dizendo que ela “é de mudança de postura”. O tão relevante ‘olhar’ para as pessoas em situação de rua, deve, pelas razões apresentadas, ter um novo viés, mudando nossa postura ao olhar os cidadãos e as cidadãs em situação de rua.

A seguir, apresento algumas escolhas lexicais específicas e desenvolvo uma análise das mesmas. Cada uma será apresentada de maneira independente. Tratarei de ‘fenômeno’, ‘capazes e inteligentes’, ‘luta e defesa’, ‘anestesia social’, ‘desenvolvimento econômico e social’ e ‘calamidade’.

### **Fenômeno**

Ao se referir à situação de rua, Meire (Anexo A), em um determinado momento, diz que é um “fenômeno que acontece” (assim como outras pessoas que desenvolvem pesquisa – ver Capítulo 2). Essa é uma forma por meio da qual se lexicaliza a problemática social, o processo que impele pessoas a viverem em situação de rua.

‘Fenômeno’, primeiramente, é da natureza; por extensão metafórica se aplica a problemas sociais, por isso existe, inclusive, as delimitações presentes em fenômeno ‘natural’, fenômeno ‘social’. Questiono a utilização do termo ‘fenômeno’ para tratar de realidades

sociais por algumas razões. Uma delas é a aproximação inquestionável de ‘fenômeno’ ao que é ‘natural’, pois o ‘fenômeno da natureza’ é o elemento concreto (o referente conceitual básico do processo de similitude) que possibilita a compreensão de outra realidade também nomeada de fenômeno, que seria social. Minha argumentação é contra o uso do termo fenômeno (aplicado no sentido de fenômeno social), porque ele pode favorecer a perspectiva ideológica de ‘naturalização’ da problemática social. Falar em ‘fenômeno da situação de rua’ ou ‘fenômeno população em situação de rua’, a meu ver, é diferente de encarar o tema como um ‘processo social’ que gera a situação de rua como uma última e precaríssima alternativa para cidadãs e cidadãos.

Ivanildo (Anexo D) não emprega o termo fenômeno, mas traz resquícios de ‘naturalização’ quando fala que “em todas as cidades grandes do mundo inteiro existem pessoas que moram nas ruas”.<sup>267</sup> Em ‘todas’? E se, porventura, isso fosse verdade, seria ‘natural’ do meio urbano, ‘natural’ do ser humano? João (Anexo I) fala que é um “fenômeno urbano” de nossa época e mais adiante diz que “é normal... nas metrópoles você encontra esse pessoal de rua em todo canto”. Essa ‘normalidade’ / ‘naturalidade’ e generalização é contraposta por Gilda (Anexo K), que comenta que há problemas em Cuba, mas diz que “programa social maciço, assim, aos modos que foi feito em Cuba, assim sabe, que todas as pessoas... não existem analfabetos entendeu, que não existe fome”.

É preciso registrar que algumas pesquisas utilizam o termo ‘fenômeno’ mesmo evidenciando os ‘processos sociais’ que provocam a situação. Há casos em que o termo é empregado, mas todo o contexto, e muitas vezes textualmente mesmo, a ideia de ser algo natural é negada, como na entrevista de Breno (Anexo B) e no trabalho de Silva (2009).

Sendo assim, creio que a utilização do termo ‘fenômeno’, assim como ‘exclusão social’<sup>268</sup>, pode favorecer algo que se procura desmistificar – um processo social como se fosse algo natural.

### **Capazes e inteligentes**

Ana (Anexo E) comenta que uma das principais dificuldades que a pessoa em situação de rua tem é o preconceito que os demais membros da sociedade podem ter contra ela, de que pode ser perigosa, violenta. Ela entende que a discussão e o conhecimento mais amplo sobre o tema pode diminuir esse problema, o conhecimento da Pesquisa Nacional, por exemplo, poderia ser algo que ajudasse.

<sup>267</sup> Célia diz que “no mundo inteiro tem morador de rua” (Anexo J).

<sup>268</sup> Ver discussão no Capítulo 2.



É interessante destacar que tanto os avanços do conhecimento teórico quanto do empírico sobre a situação de rua, no Brasil, vão em direção ao óbvio (é escamoteado), à percepção do caráter humano nesses cidadãos e nessas cidadãs. Ana faz a seguinte observação:

quando a gente tem contato com as pessoas que moram nas ruas, a gente vê que são pessoas plenamente capazes. Pessoas inteligentes, pessoas que têm disposição pra trabalhar. Que passaram por dificuldades na vida, mas que têm total capacidade, têm potencial pra reverter a situação delas.

Nesse processo, os adjetivos não se modificam de um enquadre mais negativo, para um menos negativo. Um exemplo em relação a essas pessoas pode ser: de ‘perigosas’ e ‘violentas’, para ‘sofredoras’ e ‘coitadas’. Os atributos passam para um campo semântico que envolve o caráter pleno humano e a perspectiva da cidadania, os sujeitos sociais são ‘olhados’ e reconhecidos como ‘capazes’ e ‘inteligentes’.

A experiência de Fernanda (Anexo G) nas reuniões do GTI (nas quais também participavam representantes do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua) permitiu que ela apresentasse um entendimento que também foge aos padrões de estereótipos negativos e mesmo descrições sociológicas que delimitam de maneira contraproducente o potencial dessas cidadãs e desses cidadãos. Nas palavras de Fernanda:

(...) forma organizada como eles têm, como eles tão se colocando, organizados. Porque na reunião eu tive oportunidade, né? Porque eu não conheço assim toda a dinâmica de organização da população de rua, dos moradores de rua. Mas assim, eles... É uma população organizada, com um nível de consciência política, eles sabem o que eles querem. Eles sabem com quem... onde dialogar em nível de governo. Com quem conversar, o que reivindicar, sabe? Eles têm todo um programa, uma política, né? Uma agenda de reivindicação é... pautada. Pautada não, colocada para o governo.

Alguém pode questionar o fato de tratar-se de ‘representantes’, e por isso, não poder aplicar-se a totalidade dos indivíduos. A esse questionamento, respondo com outras questões. Por que é usual aplicar compreensões negativas à totalidade? Em ambos os sentidos, não se deve criar caracterizações fixas, porém, não é possível socialmente continuar apagando o potencial humano dessas pessoas. E os representantes, são representantes de quem? De si? Fazem parte de um movimento social, ou não? O fato de um movimento, porventura, não contar com a participação efetiva da totalidade de pessoas que fazem parte de seu grupo o invalida? Quem construiu a agenda de reivindicações? A existência do movimento social e as escolhas de representação aconteceram do nada ou fazem parte de um processo sócio-histórico?

## Luta e defesa

Em algumas das entrevistas citaram o ‘Movimento’, ou o ‘Movimento Nacional’, ou o ‘Movimento Nacional de Moradores de Rua’, ou o ‘Movimento Nacional da População em Situação de Rua’. Todavia, ninguém citou o ‘Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua’<sup>269</sup>.

A intenção aqui não é refletir no que está registrado, mas no que está ausente – o não dito. O item lexical ‘direito’ vem muitas vezes associado a palavras que têm sentidos positivos, até mesmo de algo prazeroso, como ‘estar no pleno gozo dos direitos’ ou ‘usufruir de direitos’. Porém, em torno do tema social que estamos tratando, fala-se em ‘direitos não garantidos’, em ‘reivindicar direitos’.

‘Reivindicar’ já demarca, por meio da linguagem, uma ação social mais contundente do que ‘solicitar’ ou ‘pedir’, por exemplo. No entanto, como temos visto por meio da Pesquisa Nacional e das diversas discussões e reflexões apresentadas nesta tese, o problema social que atinge um grande número de cidadãos e de cidadãs é de enorme gravidade. A demanda por direitos que está reprimida há anos (seja de direitos já institucionalizados e não cumpridos ou de direitos que ainda são exigidos) materializa no próprio nome do Movimento as ações necessárias para ver direitos concretizados na vida das pessoas em situação de rua: ‘luta’ e ‘defesa’.

Esses termos remetem metaforicamente à ‘guerra’, a uma condição vinculada à violência; no entanto, o ‘combate’ para se ter direitos em uma situação de precariedade (dificuldades de acesso a alimentação, saúde, abrigo) e o passo seguinte e paralelo de ‘conservação’ dos direitos já estabelecidos anteriormente e os que sejam recentes, restringem as possibilidades interpretativas a uma mobilização social própria de um Estado democrático de direito. Contudo, as ações coletivas pacíficas do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua não impedem que ações violentas possam acontecer por parte do Estado, seja por meio da polícia, ou da política (nas decisões, mantidas ou novas, de diretrizes e leis que dão condições à existência da grande falta de empregos, por exemplo).

Por outro lado, é preciso reconhecer e evidenciar que as ‘lutas’ e as ‘defesas’ estão propiciando algumas mudanças promovidas no próprio Estado e pelo Estado. A própria realização da Pesquisa Nacional (para um melhor entendimento da problemática), bem como a proposta de Política Nacional (diretrizes para tratar do problema) são resultados de um

---

<sup>269</sup> Tal como registrado por Debora Galvani (2008).

processo que não foi gratuito e que, inclusive, ganhou força e visibilidade por meio de textos. Textos que registraram o assassinato de cidadãos brasileiros e cidadãs brasileiras em situação de rua; textos que ‘lutaram’ por direitos sendo pertencentes a gêneros discursivos reivindicatórios e assinados com a força da coletividade de um Movimento Social.

### **Anestesia social**

Quando tratei dos sentimentos em relação aos cidadãos e cidadãs em situação de rua na entrevista com representantes do Ministério das Cidades (Anexo D), ouvi uma reflexão de Ivanildo que partia de sua vivência e, ao mesmo tempo, englobava as atitudes e motivações que outras pessoas teriam, assim como ele. Ivanildo não falou exatamente de sentimento, ele falou de ‘a-sentimento’, daquilo que não sentia, que adormecia, neutralizava – anestesiava. O ‘produto anestésico’ era de uso tópico com efeito neurológico, deveria ser passado nos olhos e produziria um efeito no cérebro – o desenvolvimento da capacidade sócio-cognitiva de olhar e não enxergar uma realidade social. “(...) aquela pessoa que mora na rua, que tá ali do seu lado e você passa num outro ritmo num outro tempo etc., e realmente não se dá conta ou ignora por completo, porque existe uma anestesia social” (Anexo D).

Tal anestesia social<sup>270</sup> só existe e só é necessária porque um sério problema está configurado socialmente (ver seção 5.1.4). Quando perguntei a José sobre as possíveis consequências sociais da situação de rua, entre outras observações ele disse que isso “vai refletir também na qualidade das relações humanas” (Anexo L), ou seja, na falta de qualidade humana nas relações. O próprio Ivanildo comenta que “a nossa sociedade dá condições pra que a gente olhe cada vez mais uns aos outros como diferentes” e ele mesmo destaca que não há um único viés para sentir o problema, não há um efeito determinante e definitivo de anestesia social, ela co-existe com a “revolta social pela situação”. Evidentemente, a resolução do problema social não está, na ‘anestesia’ (palavra que emerge das práticas sociais), mas em ‘tratamentos’, ‘mudança de hábitos’, ‘medicamentos’ para a sociedade, que é composta por cidadãos e cidadãs (em situação de rua ou não).

### **Desenvolvimento econômico e social**

Na entrevista com representantes do Ministério das Cidades (anexo D), o “desenvolvimento econômico e social do país” foi citado como um elemento para pensar o problema social da situação de rua. Comecei, então, a pensar nas palavras. ‘Desenvolvimento’

---

<sup>270</sup> Que, na própria fala de Ivanildo, se correlaciona a outros itens lexicais como ‘insensibilidade’ e “banalização”.

é um item lexical de nossa língua que é revestido de valor e até mesmo de uma certa ‘estética’ – é uma palavra bonita. Como assim? É simples. Alguns dos termos com relações de sinonímia mais próximos são ‘crescimento’, ‘aumento’, ‘incremento’. Qual delas não está envolvida em sentidos positivos, até mesmo (ou principalmente) quando fazem parte de estruturas metafóricas?

Eu não apenas ‘quero desenvolver-me’, eu ‘preciso desenvolver-me’. É um imperativo. Então, cada indivíduo precisa desenvolver-se. O indivíduo; um imperativo. E o coletivo? E o imperativo vem da parte de quem? Desenvolver-me / Desenvolver-nos para quê?

E quanto ao Brasil, ele se desenvolveu? Ele está se desenvolvendo? Ele não é desenvolvido? Qual país é desenvolvido e por isso poderia ser ‘melhor’ que o nosso? Como se constroem os critérios de desenvolvimento? Quem os constrói? Se não somos desenvolvidos, somos ‘subdesenvolvidos’, ‘terceiro mundo’, ‘um país em desenvolvimento’?

Quando se comenta sobre desenvolvimento, ele se refere a algo para o qual se aplica e que também restringe suas possibilidades interpretativas. Pode-se falar em desenvolvimento de uma doença, mas soa estranho. Falar em desenvolvimento de um problema social soa contraditório. Seria o desenvolvimento uma coisa boa, principalmente?

‘Qual será o percentual de crescimento do Brasil neste ano?’ ‘O Brasil precisa crescer.’ ‘O Brasil precisa desenvolver-se.’ Os interesses de determinados grupos parecem ser interesses de todos os grupos; essa estratégia da construção simbólica de uma ‘universalização’ serve para sustentar a dominação ao ‘legitimá-la’ ideologicamente. Ao mesmo tempo, ‘eufemizações’ como ‘desenvolvimento’ ‘dissimulam’ a dominação que se manifesta em processos que provocam a pauperização (Thompson, 1995). Assim, o ‘desenvolvimento’ está ocorrendo em áreas amazônicas por meio do ‘avanço’ da pecuária e da agricultura; o ‘desenvolvimento’ está acontecendo no sul e extremo sul da Bahia e norte do Espírito Santo com o plantio de eucalipto; a ampliação das áreas de plantação de soja chegando a cidades empobrecidas está trazendo o ‘desenvolvimento’ para elas; empresas e indústrias brasileiras usam tecnologias de ponta que demonstram seu ‘desenvolvimento’. Eis, então, o ‘desenvolvimento econômico e social’. O Brasil, inclusive, tem cumprido suas metas político-econômicas e isso tem sido reconhecido no mercado financeiro internacional. Mas, onde estão as famílias que trabalhavam com agricultura em pequenos pedaços de terra, agora vendidos ou ‘alugados’? Onde estão as pessoas que foram desempregadas da área empresarial e industrial? Onde estão as medidas político-administrativas para permitirem a introdução de algumas tecnologias e ampliação de determinadas produções sem desconsiderar os cidadãos e

cidadãs que fazem parte da rede de relações desse sistema? Como explicar o ‘desenvolvimento econômico e social’ da situação de rua<sup>271</sup>.

### **Calamidade**

De um modo geral, a palavra calamidade lembra questões naturais (até mesmo porque o termo frequentemente é empregado quando catástrofes sociais acontecem e se culpa a natureza). Nesse sentido, a palavra pode ser questionada assim como ‘fenômeno’. Nesse ponto da tese, entendi que a compreensão de uma participante da pesquisa poderia produzir uma reflexão relevante por via metafórica. Esse foi o meu intento ao tratar de ‘calamidade’.

Célia apresenta uma reflexão relevante ao ponderar o seguinte:

Eu entendo, particularmente, que num país tão rico, potencialmente, como o nosso, é uma vergonha a gente ter morador de rua, criança morando na rua. É uma calamidade. Acho que é um descaso. É um despreparo nosso como cidadão, como povo brasileiro. Como político, né? Acho que é um despreparo, é uma falta de interesse. Eu acho que passa muito pela questão da vontade política. (Anexo J).

Enchentes em cidades próximas a rio(s) ou cidades que têm rio(s) dentro da área urbana, pode ocasionar catástrofes e, entre suas consequências, deixar pessoas desabrigadas e até mesmo com fome. Cidadãos, cidadãs e governantes responsáveis e que se preocupam com uma boa administração procuram evitar problemas e, principalmente, calamidades. Como evitar as chuvas torrenciais? Como evitar as enchentes? Realmente não há controle sobre isso, mas é possível evitar que isso cause desastres. Podemos partir do momento no qual se projeta a cidade dentro de seu espaço geográfico, considerando a topografia e a hidrografia local; até o momento no qual se constatam os riscos que a cidade está correndo, independentemente das razões que geraram a situação. Criar canais, dutos, formas de contenção ou dispersão de um grande volume de água certamente evita circunstâncias gravíssimas.

Seria um hábito de algumas pessoas no Brasil considerar tanto o natural quanto o social como ‘natural’. Não é natural a seca no nordeste? Não são naturais as enchentes que ocorrem pelo país? Como se não houvesse um trabalho humano que modifica a geografia, a hidrografia, a distribuição das pessoas em um determinado território. Pois bem, e quando essas calamidades ‘naturais’ acontecem repentinamente, o que o governo e muitos cidadãos e cidadãs fazem? Dão ajuda básica para essas pessoas principalmente na emergência do

---

<sup>271</sup> Buarque (2001) aborda a existência de um ‘desenvolvimento dual’, por meio do qual economistas entendiam que o crescimento aconteceria mais para uns do que para outros durante um tempo até que as condições se equalizassem. Porém, o autor observa que o tipo de desenvolvimento que está acontecendo toma como característica própria o alijamento de muitas pessoas, ou seja, a não inclusão no desenvolvimento, nem na vida prática e nem mesmo nas perspectivas de futuro.

acontecimento e um pouco de tempo depois, quando, provavelmente, cada pessoa que sofreu a ‘fúria da natureza’ terá que se recuperar em relação ao que foi perdido (quando não se perdem vidas).

O que nos faz entender que mais de 40.000 pessoas em situação de rua<sup>272</sup> (o equivalente à população de uma cidade), com todas as limitações possíveis e decorrentes dessa condição, não estão em uma calamidade? Calamidade pública. Pessoas adultas, idosas, jovens e até crianças, sem abrigo certo, com falta de alimento, riscos de saúde, vulneráveis a ações violentas.

Então, o que fazer? Questionar a criação de uma cidade de relevo baixo próxima a um rio – o sistema político-econômico que propicia as mazelas como parte de suas contradições inerentes? Tratar emergencialmente a enchente – tomar as medidas sócio-político-econômicas para dar proteção humana a seres humanos, direitos de cidadania a cidadãos e cidadãs? Fazer de conta que não há enchente, não há mortes, não há calamidade?

#### 5.1.4 Práticas sociais e interdiscurso

Meire apresenta a seguinte opinião sobre a situação de rua:

Acho que não é um fenômeno simples, né? A gente não pode ver assim... ó, as pessoas estão nas ruas porque elas querem ou porque elas são levadas a ir para as ruas, né? Eu acho que não é isso. Eu acho que é uma situação muito complexa, né? Que, claro, tem fatores estruturais sem dúvida. Agora, também tem motivadores também, é: individuais, né? Acho que é de fato, eu assim considero, um dos fenômenos sociais mais complexos de você:: de você: é: explicar, né? (Anexo A)

A respeito das razões que provocam a situação de rua, Gilda comenta que “as razões disso todo mundo sabe. É:: a... o sistema é desigual, nem todo mundo tem acesso a trabalho e educação e aí é isso” (Anexo K). Sendo assim, é possível situar os fatores sociais em relação à acumulação capitalista (ver Capítulo 2). Mas, e quanto às ‘motivações individuais’? Fiquei me questionando<sup>273</sup>: Quais seriam as motivações ‘individuais’ para ficar em situação de rua? O fato de ter sofrido violência em casa? O fato de ter ficado sem emprego e, por isso, sem condições financeiras de sustentar a família, ou contribuir no sustento familiar, ou mesmo se auto-sustentar? O fato de estar em dependência química?<sup>274</sup> Decepção amorosa? Por causa do trabalho? Por causa de tratamento de saúde?

Em primeiro lugar, deve-se ter clareza de que a ‘alternativa’ de estar em situação de rua só pode ser ‘escolhida’, por ser uma ‘alternativa’; ou seja, a ‘situação de rua’ não existiria,

<sup>272</sup> Ver dados no Capítulo 2.

<sup>273</sup> Também com base nas opções da Pesquisa Nacional.

<sup>274</sup> Ver o ‘discurso do alcoolismo’ nesta seção.

tal como a conhecemos hoje, caso não existisse uma configuração na sociedade que permitisse isso. Só para exemplificar, da mesma forma, não teria ocorrido o assassinato de membros do povo judeu dentro da Alemanha, tal como a história registra, se não estivesse configurado na sociedade alemã o ‘nazismo’. Em segundo lugar, podemos começar pensando em estrutura e dizer que o sistema capitalista propicia as condições de existência desse processo social<sup>275</sup>. Influencia até mesmo o **discurso individualista** (em oposição ao coletivo, ao social), pois a luta pelo crescimento próprio em um sistema de composição desigual<sup>276</sup>, resulta, por exemplo, em um excelente aumento salarial individual para um executivo que aumenta o lucro de uma empresa ao demitir pessoas trabalhadoras que faziam parte dela. Por outro lado, continuando a responder às questões que formulei, é possível diretamente perceber que em todos os casos a situação de rua não seria a ‘alternativa’ caso os indivíduos ou suas famílias nucleares, ou de outros parentescos, tivessem condições financeiras para apoiar (e apoiassem) a pessoa em sua dificuldade específica<sup>277</sup>; ou ainda, se houvesse ações públicas (baseadas em políticas públicas) que dessem suporte às pessoas, mas principalmente evitassem / coibissem as práticas sociais que permitem que tais situações se tornem possíveis<sup>278</sup>.

Chama a atenção nesse aspecto, o fato de que em determinadas situações o **discurso individualista** ataca em dois pólos distintos: (1) a família que não apoia porque o indivíduo deveria se manter com seus próprios recursos e não gerar despesas além das que a família já tem; (2) o indivíduo, inculcado com o discurso individualista, não acredita que é coerente depender da ajuda (destaque-se que a maioria das famílias de pessoas em situação de rua está relacionada à situação de pauperização – ver Capítulo 2) e quem gostaria de voltar à família deixa isso claro ao dizer que teria que voltar em situação melhor, ter algo para levar; é possível lembrar ainda das pessoas que saíram de seu lugar de origem em busca de condições melhores para si ou para a família.

Sendo assim, pensar em ‘motivações individuais’ pode acarretar o fortalecimento de um **discurso de culpabilização**, no qual a culpa do indivíduo estar em situação de rua é individual. Alda, ao falar sobre as características dos cidadãos e cidadãs em situação de rua, diz que “Existem várias situações que são heterogêneas e são individuais” (Anexo D). Nesses

<sup>275</sup> Conforme Capítulo 2.

<sup>276</sup> Nesse sentido, Érica observa que “As pessoas são muito egoístas, cada um só pensa em si” e que “o povo vive de competição”, no entanto ela não faz relação com o sistema desigual quando diz isso (Anexo R).

<sup>277</sup> Muitas pessoas enriquecidas, dependentes de álcool/drogas, em tratamento ou não, são abrigadas, protegidas, cuidadas, por suas famílias. Camila pensa de maneira semelhante, ao dizer, em relação à situação de rua que “(...) se essa família tivesse renda trataria de seus familiares que tem problemas com alcoolismo (...)” (Anexo F).

<sup>278</sup> Políticas públicas não impedirão decepções amorosas, mas podem, de uma diversidade de formas, não deixar que a pessoa decepcionada torne-se uma pessoa em situação de rua.

modos de apresentar a situação, há um relativo apagamento de um processo social que repercute nos indivíduos<sup>279</sup>.

Como um discurso só existe na relação com um outro, na interdiscursividade, seja em oposição ou concordância, alterações dentro de um mesmo texto são recorrente. No caso das entrevistas desta pesquisa, o próprio processo de reflexão propiciava alterações. Meire disse em outro momento:

(...) claro que também acho que a questão do relacionamento familiar... acho que também não dá pra gente pensar... só ter um olhar *strito sensu* nisso, porque de uma certa forma você culpabiliza, né? É:: que as pessoas não conseguem se relacionar bem e vão pra rua, né? Claro que essas dificuldades relacionais tem outros fatores (...) (Anexo A).

Ao dizer isso, Meire desconstrói a ideia de culpar a pessoa, nesse caso específico, por fragilizar seus laços familiares. Como se isso fosse um simples fato de dificuldades pessoais de se relacionar, agregando a essa difícil realidade familiar a compreensão de que existem outros fatores envolvidos, ou mesmo geradores dos conflitos até o ápice da situação de rua.

Apresento, a seguir, alguns discursos discutidos em tópicos independentes. A relação entre todos esses discursos não é questionada, destacando o caráter intertextual, a separação cumpre o objetivo de desenvolver análises com mais especificidades. Nesse sentido, são apresentados o discurso da violência, o discurso do alcoolismo, o discurso da qualificação, o discurso da escolarização, o discurso científico, o discurso de movimento social, o discurso conservador, o discurso de higienização, o discurso de exclusão, o discurso de políticas públicas, o discurso da intersetorialidade e o discurso de transformação.

### **Discurso da violência**

Na entrevista com Zelma (Defensora Pública da União), quanto perguntei o que poderia acontecer na sociedade por conta da existência da situação de rua, ela comentou que poderia acontecer violência. Camila (Anexo F) observou que a violência poderia tanto ser praticada por cidadãos e cidadãs em situação de rua, como contra eles e elas, inclusive citando as ações para lhes ‘retirar’ das ruas, do centro, das praças. Meire (Anexo A) pontuou que as pessoas em situação de rua buscam estratégias de sobrevivência e, entre elas, buscam segurança. Por outro lado, Fernanda (Anexo G) abordou o tema como uma razão que pode

---

<sup>279</sup> Creio que essa argumentação é fundamental, mas ela não prescinde da observação de Ivanildo (Anexo D), de que é preciso garantir a liberdade e o direito de ir e vir a quem optar por estar em situação de rua. Fernanda fala que, nesses casos, é preciso garantir o espaço urbano “de uma forma respeitosa e com cidadania” (Anexo G). A reflexão de Camila também é relevante, ao dizer que alguém, por uma questão de concepção de vida, de mundo, pode querer estar na rua, porém, ela mesma acredita que trata-se de uma quantidade muitíssimo menor de pessoas (Anexo F).



provocar a situação de rua – a violência no espaço familiar; além de registrar a violência da polícia contra essas pessoas. Independentemente da vinculação a uma perspectiva de praticar ou sofrer agressões, o discurso da violência faz-se presente.

Ivanildo (Anexo D) fez questão de destacar o papel do discurso da violência, que estigmatiza os cidadãos e as cidadãs em situação de rua, que torna cada um desses indivíduos um ‘ser violento’, e comentou que “são os discursos que vão se agregando sobre o morador de rua, né? Que é pra construir e legitimar, né? Uma visão do morador de rua como um pária da sociedade, que você exclui. Isso que vai desumanizando o processo e tudo mais.”. Nessa síntese, Ivanildo também correlaciona o discurso da exclusão, a questão da condição humana e até a percepção discursiva da legitimação de ações prejudiciais a pessoas em situação de rua.

### **Discurso do alcoolismo**

O ‘álcool’ na situação de rua estigmatiza, gera o medo da violência, provoca atropelamentos, é apresentado como razão para estar na rua, pode gerar dependência. Esse mesmo álcool, por outro lado, produz aquecimento para o corpo à noite, é utilizado para alívio emocional, e estabelece vínculos sociais.

Muitas entrevistas registraram a relação da situação de rua com o álcool. Valdenor (Anexo M), por exemplo, destacou o uso de álcool por muitas pessoas em situação de rua à noite, referindo-se às mesmas pessoas que passavam o dia vigiando ou lavando carros, ou ainda vendendo vale transporte – ou seja, trabalhando.

Destaco o discurso do alcoolismo por ser mais recorrente. Nesse momento, no entanto, gostaria de pensar em um aspecto mais amplo, a dependência química. Então, vamos às perguntas: Porque a pessoa está em dependência química? Quais foram as razões que provocaram o consumo e a dependência?

É preciso não generalizar a questão da dependência química, pois as perguntas apresentadas não foram feitas na pesquisa nacional e não encontrei dados em outras pesquisas para sustentar devidamente uma generalização. Seria mais produtivo entender / conhecer os diferentes motivos.

Pesquisas qualitativas (com destaque para pesquisas etnográficas) poderiam dar uma clareza investigativa quanto a esses dados, os quais possivelmente podem passar despercebidos pelas pessoas que estão vivenciando a problemática social. Dois exemplos simples são os seguintes: (1) a pessoa perde o emprego, começa a beber como forma de aliviar as tensões provocadas no lar e, dentro de um processo que relaciona desemprego,

relações familiares, consumo de substâncias químicas (álcool ou drogas), começa a viver em situação de rua. É possível que alguém pergunte: –‘Qual o motivo principal para você estar em situação de rua?’ Uma resposta poderá ser: ‘alcool / drogas’. (2) Rosa (2005) registra a afirmação de um cidadão em situação de rua dizendo que é melhor transferir a culpa daquela condição de vida para a ‘cachaça’, ela é o ‘bode expiatório’, é a culpada. Dessa maneira, o indivíduo se culpa pela situação em que se encontra, pois a transferência também faz dele um culpado, que permitiu que a bebida alcoólica o ‘dominasse’. Apagam-se, nessas circunstâncias, os fatores estruturais e reafirma-se o enganador caráter de um simples (ou complexo) problema individual.

As formas que devem ser pensadas para a resolução da problemática da situação de rua precisam incluir tratamentos para dependência química (para casos em que seja necessário); bem como treinamento para abordar e estabelecer uma relação com pessoas que podem estar alcoolizadas, por exemplo. O problema com o álcool deve ser entendido e tratado, no lugar de servir como meio para acusação ou estigmatização.

### **Discurso da qualificação e discurso da escolarização**

Ao explicar o que seria a ‘situação de rua’, Fernanda (Anexo G) traz em sua fala o ‘discurso da qualificação’. Ela aborda alguns fatores que provocam a situação, até o momento em que diz:

Eu já falei do trabalho. Ah... das condições dos processos, né? Dos processos de mudanças, de aperfeiçoamento existente no trabalho, como a... a modernização, né? Que você não acompanha. E aí há um processo de... de é:: de modernização no trabalho e que você tá fora. Tá alijado desse processo, por você não ter um nível de conhecimento. É:: um nível de escolaridade, né? De escolaridade, ou de qualificação pra permanecer no trabalho e você cair, né? Ir pra...pra rua, né? Permanecer na situação de rua, de morador de rua, né?

Em primeiro lugar, é preciso notar que tudo que Fernanda disse tem sentido e são ponderações que são compreendidas facilmente na atualidade. Qualquer cidadão ou cidadã tem condições de entender isso, independentemente de estar em situação de rua ou não. Afinal de contas, o ‘mundo globalizado’, a ‘modernidade / pós-modernidade’, o ‘mercado’ demandam qualificação para o trabalho, para o emprego e, mais do que isso, para a ‘empregabilidade’. Então, qualquer pessoa e todas as pessoas precisam qualificar-se. Essas são afirmações e compreensões que demandam reflexão.

A citação da entrevista registra os ‘processos’, mas quem são as pessoas responsáveis pelos processos? Não estou falando das pessoas que ‘têm de se qualificar, que se escolarizar,

que se modernizar'. Pergunto quem são as pessoas que criam e apresentam as demandas para que outras as atendam. Em que parte da citação elas aparecem, ou elas não são pessoas, são processos gerados sem ação humana, talvez por algum processo natural – um fenômeno da natureza? O discurso da qualificação, 'eufemiza' relações sociais prejudiciais dando-lhes uma descrição positiva, 'dissimulando', dessa maneira, uma dominação (ver Capítulo 1, Thompson, 1995). Não é a toa que a representação de agentes sociais responsáveis por esse processo é marcada pela 'ausência'<sup>280</sup> propiciada pelo discurso da qualificação. Chega-se ao extremo de possibilitar, metaforicamente, a 'queda' por uma razão individual: "(...) por você não ter um nível de conhecimento (...) e você cair (...) pra rua".

Leal (2008) traz para suas reflexões pensamentos de Serge Paugam (1994) e Viviane Forrester (1997), que podem ajudar-nos também a desvendar questões discursivo-sociais. Paugam (1994), em sínteses de Leal (2008), emprega o conceito 'desqualificação social' a partir de um estudo uma cidade francesa na qual se percebia um processo de desemprego de longa duração. Ele identificou que o desemprego (ou as dificuldades de inserção profissional) provocava uma cadeia de rupturas, envolvendo a moradia, as relações familiares e podendo chegar ao ponto da dependência alcoólica ou química. Essa sequência não se diferencia muito da que é percebida na realidade da situação de rua estudada no Brasil (ver Capítulo 2 e os registros de outros trabalhos nas referências). Da mesma forma, nas análises da questão social (feita por pesquisadores/as) e nas pesquisas em que se dá voz a cidadãos e a cidadãs em situação de rua (nas quais se registram os textos dessas pessoas) os sentimentos e o vocabulário são semelhantes aos que apresenta Leal (2008) quando trata da 'desqualificação social': 'ausência de utilidade social', 'espiral de decadência', 'descensão de classe', 'fracasso profissional', 'acúmulo de fracassos', 'caem no alcoolismo'. Mais uma vez, por meio de um 'glossário'<sup>281</sup>, descrições sociais equivocadas e preconceitos são manifestados em itens lexicais e metafóricos. Sendo assim, é perceptível que o discurso da qualificação carrega seus significados de oposição e mesmo de opressão, pois a 'desqualificação' torna-se 'desqualificação social', 'desqualifica' os indivíduos, 'desqualifica' cidadãos e cidadãs.

Forrester (1997) contribui para desmistificar o problema que se vincula simplesmente ao indivíduo e que chega ao ponto de gerar, 'naturalmente', uma auto-vinculação. Leal (2008) apresenta a reflexão de Forrester ao registrar que a economia se desenvolve, inclusive, precisando de menos trabalho; o que é explicado pela automação, e a produção de lucros e juros dentro de uma virtualidade econômica e não exatamente no mundo do trabalho. Dessa

---

<sup>280</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>281</sup> Um glossário vinculado ao que chamam de 'exclusão social' está registrado no Capítulo 2.

forma, “o discurso de necessidade de cortes de pessoal para sobreviver à concorrência mascara um arranjo benéfico a todas as empresas” (Leal, 2008, p. 75), pois, mesmo com lucratividade, as demissões tornam-se positivas para as empresas – são ‘cortes de gastos’.

Vânia (Anexo 3), assim como outras pessoas que participaram da pesquisa (Pedro, José – Anexos S e L), vê a escolarização como um instrumento importante de emancipação. Ela comenta que o sistema educacional não atende devidamente todas as pessoas e que “obviamente, se essas pessoas tivessem mais escolarização, elas teriam melhor posição”.

E quantas pessoas com boa ‘qualificação’ e escolaridade estão fora do ‘mercado’ de trabalho? Evidentemente não estou discutindo que não há necessidade de atualizações pessoais quanto a recursos tecnológicos ou dentro da perspectiva educacional, estou discutindo a falácia que se mascara em uma dissimulação ‘natural’ como é possível ver em uma afirmativa como: “você deve se preparar para conseguir espaço no mercado de trabalho”, sendo que não há espaço para ‘todas’ as pessoas que se prepararem<sup>282</sup>, não dentro das configurações político-econômico-sociais relacionadas ao mundo do trabalho na atualidade brasileira, por exemplo.

### **Discurso científico**

O discurso científico colabora para a transformação à medida que ajuda a compreender melhor o processo social por meio de pesquisas. Meire (Anexo A) destaca, por exemplo, em relação à ideia que prevalecia de que a situação de rua se originava principalmente pelo êxodo rural, que “(...) isso foi uma das coisas que nos surpreendeu muito na pesquisa. Desmistificou, sabe? Aquela coisa de que eram pessoas que vinham do nordeste ou que vinham das regiões mais pobres, né? Para as grandes cidades.”

Os diversos estudos acadêmicos que vêm sendo desenvolvidos sobre a situação de rua são relevantes para apresentar características, problemas, apontar origens e formas de solução, discutir a linguagem que se emprega e também perceber na linguagem as expressões das desigualdades sociais. Vânia (Anexo C) destaca a necessidade de que mais estudos sobre o assunto sejam desenvolvidos nas Universidades.

---

<sup>282</sup> É preciso considerar que as diversas formas de ‘qualificação’ envolvem custos, seja da parte do Estado ou seja da parte do indivíduo, e que para uma grande quantidade de pessoas os recursos são insuficientes, como observa Fernanda (Anexo G). Deve-se perceber, também, que a motivação para uma ‘qualificação’ não deveria partir da geração do medo de não encontrar espaço no mercado de trabalho; ou ainda da inexistência de postos de trabalho suficientes para a demanda (de uma sociedade na qual o trabalho tem um papel central), o que torna concreto, nas práticas sociais, o medo subentendido que se propala discursivamente.

## Discurso de Movimento Social

A mobilização de cidadãos e cidadãs em situação de rua para a criação e fortalecimento de um Movimento Social que lute por suas causas tem grande importância no tratamento da problemática social. As reivindicações de direitos encontram espaço para serem atendidas à medida que se fortalecem os sujeitos sociais, o Movimento Social. Na verdade, o espaço encontrado será o que for construído nesse processo.

De repente, nesse contexto, novos processos verbais aparecem desmistificando a ‘não cidadania’. Meire (Anexo A), por exemplo, comenta sobre o Movimento Nacional da Luta e da Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua que: “(...)são pessoas que tão se reunindo pra buscar, discutir sua situação, para acionar o poder público (...)”. Breno (Anexo B), sobre essas pessoas, comenta “Que se organiza no movimento nacional e que busca, né? Cada vez mais, né? Aglutinar outras pessoas que tão nessa condição no sentido de organizá-las para, entendendo seu problema, buscar superação disso a partir dessa organização”. A representação do problema social passa, então, por uma transformação. ‘Pedir’, ‘mendigar’, ‘precisar’, ‘isolar’, ‘calar’, *dá lugar a* ‘reunir’, ‘buscar’, ‘discutir’, ‘acionar’, ‘organizar’, ‘entender’, ‘aglutinar’. Muda a prática social, e nela mudam-se as formas de lexicalizar aspectos do mundo, de representar os agentes sociais, mudam-se os discursos.

Evidentemente essas transformações não são gratuitas e passam por interpretações e questionamentos, além de avaliações enfraquecedoras às vezes. Meire comenta (Anexo A):

(...) a gente ainda não pode considerar que hoje no Brasil tem o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, não é assim. É: tem um movimento, mas é um movimento que tá mais sedimentado em São Paulo e Belo Horizonte e com focos em algumas outras cidades do Brasil.

Podemos compreender o que foi dito relacionado ao caráter ‘nacional’ sem dificuldade, porém, se acrescentarmos outros elementos para pensar sobre o dito, podemos ver outras interpretações – o não dito. Em primeiro lugar, o Movimento Nacional existe e precisa ser considerado enquanto tal. São Paulo, Belo Horizonte e outras cidades do Brasil, nas quais o movimento está mais sedimentado, correspondem certamente a mais de um terço do número de cidadãos e cidadãs em situação de rua conforme pesquisas (ver Capítulo 2), o que é muito significativo em termos de representação social, mesmo que se queira considerar que o número de pessoas diretamente envolvidas não é tão grande – isso não retira o *status* de Movimento, nem o de ser Nacional. A propósito de ‘nacional’, deslocando o contexto, seria possível questionar a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, pois ela foi realizada em menos de 100 municípios de um país que tem mais de 5.000 cidades. Seguiu-se

o pressuposto de que o problema social está concentrado em grandes centros<sup>283</sup>. Será? Havia também o pressuposto de que o êxodo rural ainda era um dos mais fortes geradores da situação de rua.

Mais relevante do que questionar o que disse uma pessoa entrevistada, é perceber que de uma pequena amostra de entrevistas sobressaem elementos de luta social cotidiana via significações da linguagem (certamente há questionamentos a serem feitos quanto ao que eu escrevi nesta tese, mesmo com a atenção que empreguei<sup>284</sup>). A palavra ‘nacional’ é tranquilamente assimilada em uma pesquisa oficial, mas polemizada na identificação de um movimento social. Para esse momento sócio-histórico de reconhecimento e criação de políticas públicas, a Pesquisa e o Movimento precisam ter o reconhecimento de ‘nacional’. E Meire (Anexo A) reconhece a importância do Movimento, a ponto de afirmar que o fortalecimento dele poderá resultar em diminuição do número de pessoas que estão em situação de ruas.

### **Discurso conservador**

Ivanildo diz que: “As pessoas já não se revoltam em torno disso, já não buscam transformações sociais” (Anexo D). Como ‘não’? E a política pública é resultado da boa vontade dos governantes simplesmente? Não está acontecendo um processo? O momento não é parado / estático, inclusive há um ‘Movimento’. Acreditar na apatia é negar os processos históricos de contradição, luta e transformação. No Brasil, há pessoas que acreditam que um povo combativo é o argentino, por conta de suas manifestações públicas, e ele realmente é. O problema é a comparação direta com o povo brasileiro e a capa da apatia que encobre a realidade de que as mobilizações e movimentos sociais no Brasil têm alcançado mais resultados que o nosso vizinho sul-americano.

### **Discurso da higienização**

O discurso da higienização, já identificado nos Capítulos 2 e 4, aparece nas entrevistas de maneira objetiva e subjetiva. Ao tratar dos obstáculos para superar a problemática social da ‘situação de rua’, Meire (Anexo A) diz que o preconceito contra os cidadãos e cidadãs é um causador de dificuldades para, por exemplo, se implementar políticas públicas na prática. Ela

---

<sup>283</sup> Ivanildo, do Ministério das Cidades (Anexo D) comenta que há situação de rua também em pequenas e médias cidades.

<sup>284</sup> É válido lembrar que um dos títulos dessa tese, em projeto, era Discurso e exclusão social de ‘moradores de rua’. Foram as elaborações e reelaborações juntamente com diversas leituras que me propiciaram demarcar a cidadania mais do que questionar um termo entre aspas, e também excluir a ‘exclusão social’.

explicita o conflito de sentimento em relação a essas pessoas e as reações diante do problema, ao comentar que “(...) ao mesmo tempo que as pessoas têm pena, elas acham que aquelas pessoas, naquela situação, enfeiam a cidade(...)”. Considerando que são os indivíduos encarregados pela gestão municipal que vão colocar as políticas públicas em prática, Meire destaca a necessidade de uma “mudança de mentalidade” naqueles indivíduos que ainda não compreenderam que os cidadãos e cidadãs em situação de rua são sujeitos de direito. Camila (Anexo F) fala da necessidade de haver um melhor entendimento da situação, criticando práticas equivocadas e afirmando que a solução “não é criar mecanismos de maquiar essa realidade”.

### **Discurso da exclusão**

Diversas discussões já apresentadas nesta tese (em especial no Capítulo 2) indicam que a ‘exclusão’ ou a ‘exclusão social’ são termos que mais prejudicam do que colaboram para o debate das novas expressões da questão social em busca de transformações. Porém, não poderia deixar de destacar a presença do ‘discurso da exclusão’ em quase metade das entrevistas. O problema social é identificado como parte da ‘exclusão’ no Brasil ou como um processo de ‘exclusão’. Essas compreensões continuam escondendo quem provoca essa ‘exclusão’ e enfraquecendo um debate que precisa ser sério e produtivo.

### **Discurso das Políticas Públicas**

Uma das principais bandeiras do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua é a reivindicação de políticas públicas. Camila (Anexo F) considera que essa reivindicação em nível municipal, estadual e federal é essencial para o tratamento do problema. Esse discurso tem sua importância por indicar um movimento de transformação, depois do ‘discurso da violência’, o ‘discurso das políticas públicas’ foi o que teve maior ocorrência, e não foi identificado apenas nas entrevistas de funcionários públicos federais. O trabalho do GTI, já citado, é para propor uma política pública, o MNPR está participando desse processo, as políticas públicas precisam ser aprovadas e, mais do que isso, implementadas. Contudo, é preciso pensar que se houvesse uma política econômico-social diferente, que não gerasse a situação de rua, provavelmente tais políticas sociais focalizadas não seriam necessárias.

### **Discurso da Intersetorialidade**

Meire (Anexo A) observa que os vários fatores e dificuldades que se relacionam à

situação de rua demandam o atendimento proveniente de diferentes setores e, sendo assim, um trabalho intersetorial. João (Anexo I) fala da necessidade de um trabalho multidisciplinar; José (Anexo L), em um conjunto de ações assistenciais; Vânia (Anexo C) comenta sobre a validade da comunicação que estava ocorrendo entre setores do governo federal.

O discurso da intersetorialidade faz parte de um processo de mudança que se desenvolve por meio da percepção de que existem diferentes problemas correlacionados dentro do problema da situação de rua (por isso, também trato a situação de rua como uma problemática social). Sendo assim, é preciso pensá-lo e resolvê-lo considerando múltiplos fatores e realizando múltiplas ações – intersetoriais.

### **Discurso de transformação**

Quando identifiquei o discurso de transformação na seção 5.1.2, exemplifiquei sua existência, por exemplo, na formatação e institucionalização de um texto de política pública. Não se trata apenas da produção de ‘um’ texto, ou de um número reduzido de textos oficiais frente aos diversos textos da mídia. Trata-se de gêneros de forte e abrangente institucionalização a partir do nível federal até alcançar os municípios. A influência dos demais textos que circulam na sociedade não pode ser desconsiderada, inclusive das conversas cotidianas, pois como temos visto até esse momento, a existência e permanência do problema encontram suporte nas práticas sociais e, dentro delas, na perspectiva discursiva. Enfatizo, todavia, que esta tese é resultado e parte desse discurso de transformação e sua capacidade geradora de significados e ações é notória.

### **5.1.5 Representação de agentes sociais**

Nesta seção, apresento formas de representação de agentes sociais destacadas das entrevistas realizadas com participantes da pesquisa. Por meio de uma discussão em tópicos individuais, discutirei as seguintes representações: classificação – ‘cidadãos’; genericização – ‘políticos’; diferenciação – ‘sociedade’, ‘pessoas’.

#### **Classificação – ‘cidadãos’**

“(…) são cidadãos que têm direitos e que não têm seus direitos respeitados.” (Anexo F). Essa foi uma forma pela qual Camila ‘identificou’ os cidadãos e cidadãs em situação de rua, por meio de uma ‘classificação’ que evidenciou a cidadania dessas pessoas. Van Leeuwen (1997) apresenta a ‘classificação’ – que se refere a formas de diferenciar pessoas em uma sociedade ou instituição – como um tipo de ‘identificação’ na representação de agentes



sociais. Embora Camila também tenha empregado o termo ‘morador de rua’, assim como outras pessoas que participaram da pesquisa, fica evidente o reconhecimento de um *status* social que essas pessoas têm. Semelhantemente, Meire (Anexo A) apresenta-as como “sujeito de direitos” e Ivanildo (Anexo D) comenta que o problema social da situação de rua retrata “a banalização da perda dos direitos básicos de qualquer cidadão”.

Reconhecer que as pessoas em situação de rua se enquadram na classificação de cidadãs e cidadãos parece algo simples, mas se mostrou uma discussão muito cara nesta tese. As diversas leituras e o próprio estudo relacionado à Constituição permitiram-me compreender, assim como outras pessoas compreendem, essa relação inequívoca com a cidadania. Porém, o ‘inequívoco’ depende do sujeito interpretante e dos conhecimentos e discursos ele traz para o embate, que é ideológico.

Quando apresentei parte de um estudo que estava desenvolvendo relacionado à tese (Bessa, 2008a), no qual começava a identificar diferentes formas de nomear as pessoas em situação de rua (desejando sair da predominância de ‘morador de rua’), abordei a questão da cidadania. Uma das pessoas que participava do evento interpelou-me no momento da discussão com a seguinte pergunta: – Essas pessoas são cidadãs? Respondi que sim, argumentando. Porém, percebi que havia fragilidade na disputa de sentido estabelecida na interlocução com a pessoa específica e também com as demais presentes.

Conforme se pode constatar no Capítulo 2, empreendi uma série de leituras e discussões para entender o porquê da resistência em reconhecer a cidadania dessas pessoas. E, não com pouco esforço, estruturei uma argumentação que objetivou duas ações principais. A primeira foi procurar deslegitimar a categoria de ‘exclusão social’ em termos de sua filiação à ‘não cidadania’ e ao campo semântico de ‘desqualificação’ do indivíduo que recebe o estigma de ‘excluído’. Evidentemente os problemas sociais vinculados à situação de rua, como desigualdade, desemprego estrutural, necessidades materiais básicas, luta por direitos, permanecem como elementos de análise válidos, porém, considerados dentro da categoria ‘questão social’.

A segunda ação, de forma central, foi identificar que concepção de cidadania desconsiderava, dentro de seus limites, alguns cidadãos e algumas cidadãs. A percepção que tive foi a de que a influência do trabalho de Marshall (1967), e das interpretações de seu trabalho, permeava implicitamente e até mesmo explicitamente o que se considera cidadania ou não. Pareceu-me que havia uma espécie de lista de checagem de itens fixos para dar um resultado sobre a cidadania; e o Brasil, por exemplo, apresentava um problema na ordem de atendimento dos itens. Ter encontrado o trabalho de Tavolaro (2008) foi o escape encontrado

para a rigidez do esquema. Em síntese, há variações na existência da cidadania que compreendem tanto a relação de tempo, quanto de espaço; tanto os períodos históricos, quanto as realizações em diferentes territórios geográficos.

Os embates para lutar contra os interditos da cidadania passaram também pela esfera jurídica. Questionei Luiza (promotora do Ministério Público – Anexo H), como pude, para entender como a legislação e sua aplicação via burocracia institucional lidava com a ‘cidadania em situação de rua’. Perguntei para Luiza se os indivíduos em situação de rua eram cidadãos. Sua resposta foi: “Na verdade, são cidadãos, só que muitas vezes eles não exercem a cidadania”. Fiz uma série de outras questões, por conta da inquietação com o uso do ‘só que’ como elemento adversativo e a curiosidade de entender como seria se no lugar de ‘na verdade’ fosse dito ‘na mentira’ ou ‘simbolicamente’. Luiza explicou algo compreensível, que determinados direitos para se efetivarem demandam a identificação do sujeito de direitos, e a via burocrática para isso é a documentação. Algo preocupante, no entanto, é observado na explanação dela:

Porque só a partir desse documento é que podemos falar em início de exercício de cidadania. Sem esse documento quer dizer, não pode, ele é um ninguém por mais que saibamos que ele é titular de um direito, a tutela desse direito não vai ser efetivada por falta de condição, no caso, desse documento dele.

Nesse instante, o texto da charge eletrônica analisada no Capítulo 4 parece deixar de ser de um gênero discursivo de humor e tratar-se da reconstituição de um acontecimento por meio de desenhos. Na explicação da promotora, na realidade material das práticas sociais, em muitas ações policiais ou em textos marcados pelo preconceito, a concepção burocrática da cidadania acaba transformando ‘quem é’, em ‘quem não é’; ou pior mantendo ‘quem é’, ‘sendo’, mas sendo algo diferente ‘um ninguém’.

Finalmente, podemos entender, também com base nas explicações de Luiza, que as pessoas em situação de rua são cidadãs, tendo ou não documentos. Pois, por exemplo, para qualquer pessoa exercer o direito de ir e vir em ruas, praças públicas, não é necessário andar com um documento de identificação exposto no tórax servindo como ‘crachá de cidadania’. Documentos são importantes e necessários, contudo, sua inexistência em determinadas circunstâncias não pode ser argumento para retirar o *status* de cidadã ou de cidadão. Se a concepção burocrática não dá essa garantia<sup>285</sup>, urge mudar a concepção, que provavelmente não está escrita, mas faz parte das práticas de agentes que lidam com tal burocracia.

---

<sup>285</sup> De reconhecer a cidadania independente de um número de registro de identificação.

Falei, há poucos instantes, sobre o ‘embate ideológico’ e agora comento de maneira específica. Dizer que a sociedade tem comportamento ‘x’ ou ‘y’ em relação a pessoas em situação de rua é uma ação que diferencia os membros da mesma sociedade – pensemos em sociedade brasileira, por exemplo. Essa ‘diferenciação’ exerce uma ‘fragmentação’ (Thompson, 1995) que serve para manter o domínio de determinado grupo (ou grupos) e manter as formas extremas de desigualdade nas quais muitos membros da sociedade vivem. Não reconhecer a cidadania das pessoas em situação de rua é também uma forma de ‘diferenciar’ e ‘fragmentar’ o conjunto de cidadãos e cidadãs no Brasil. Se isso não for modificado, continuará o acúmulo de problemas para cada uma dessas pessoas, que, sendo reivindicadoras / lutadoras / defensoras de seus direitos, não podem aceitar o ‘assalto’ de sua cidadania.

### **Genericização– ‘políticos’**

Quando eu conversava com a estudante Júlia (Anexo P), perguntei-lhe quando teria começado a situação de pessoas usarem as ruas como moradia, ao que ele respondeu:

Pra mim isso começou... Pra mim, o culpado disso tudo mesmo... fugindo um pouquinho da pergunta... Mas o culpado disso tudo mesmo é: são: são os políticos. Pra mim são os políticos. Porque, caramba, o Brasil é um país muito rico, muito rico mesmo. Tudo que planta nasce, entendeu? Colhe, na boa. É: acho que o Brasil ele teria tudo, sabe? Pra não ter pessoas, pelo menos, não ter tantas pessoas morando na rua.

Como é possível perceber, Júlia irrompe em uma consideração (resultado da reflexão que vinha fazendo paralelamente às perguntas e resposta da entrevista) que desvia o enquadre do questionamento para poder expressar sua opinião sobre a origem da culpa do problema social. E ela faz uma afirmação categórica, ao dizer que os culpados são “os políticos”<sup>286</sup>.

Evidentemente, há uma série de discussões possíveis a partir do pensamento de Júlia. Destacarei algumas. A primeira se refere à representação de agentes sociais. “Os políticos” é uma maneira de representar via ‘genericização’. Esta representação é teorizada por van Leeuwen, (1997)<sup>287</sup>; posso apresentar sua noção aplicando-a ao tema desta pesquisa, assim, uma classe, a classe dos políticos, faz-se presente no texto da entrevista não de maneira

<sup>286</sup> De maneira correlata, Érica (Anexo R) entende que, em relação à moradia nas ruas, “Só os governantes pra poder dar jeito nisso” e, na sequência da entrevista, chega a dizer que “Político honesto não existe”. Embora tenha feito tais afirmações, no decorrer do processo reflexivo da entrevista, Érica comentou que “a sociedade também poderia, muito bem, ajudar” e que “a honestidade de cada um” pode fazer diferença em relação a práticas desonestas.

<sup>287</sup> A mesma concepção é apresentada por Fairclough (2003) como ‘classificação genérica’.

específica, na qual se poderia identificar algum indivíduo. Trata-se de ‘todos’ e de ‘todas’<sup>288</sup> as pessoas da classe, de uma classificação genérica. Nesse processo, então, não há diferenciação entre os indivíduos que compõem a classe dos ‘políticos’, e ‘todos os políticos’ (não ‘alguns’ nem ‘vários’) são culpados.

Um segundo item a discutir, que é uma continuidade reflexiva, destaca uma questão ideológica. Diferentes indivíduos, com diferentes procedimentos e concepções de ética são inseridos em uma classificação que apaga até mesmo as incompatibilidades entre eles. Por meio de uma ‘unificação’ (Thompson, 1995), demonstra-se que ‘todos são iguais’. E como isso pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação? Parece-me simples, apesar da grande camuflagem. Com o uso dessas formas simbólicas e com esses sentidos possíveis, o problema social torna-se irreversível. A situação de rua permanece porque os políticos nada fazem, aliás, “são os culpados”. Os políticos permanecem porque, havendo políticos, todos serão iguais; os indivíduos que são políticos vão sendo outros no decorrer do tempo, mas não deixaram de ser ‘os políticos’, a mesma classe, os ‘mesmos’.<sup>289</sup>

Uma terceira questão que precisa ser exposta relaciona-se aos elementos discursivos dentro das práticas sociais que propiciam tal ‘genericização’, tal atribuição de culpa. João, deputado federal, (Anexo I), apresenta em suas reflexões um ponto central, “Hoje não; há anos que a classe política tá no seu patamar mais baixo de confiabilidade, né? Eu acho que nunca foi tão ruim. E a tendência é.. é... Enquanto não houver uma reforma política é... enfim.”. A solução para a tendência de ‘piorar’(?) seria resolvida com essa reforma? Qual seria a amplitude dela para poder, por exemplo, fazer com que ocorresse uma drástica diminuição da desigualdade no Brasil, retirando assim a culpa de quem seria responsável por ela, segundo Júlia? As diversas explanações sobre as relações políticas, apresentadas por João (Anexo I), reforçam, de várias maneiras, as condições de existência da ação de generalizar a classe política.

Na mesma entrevista, perguntei a Júlia qual seria o papel de estudantes em relação à situação de rua. Ela disse que poderiam ajudar, mas não poderiam fazer muita coisa. Quando perguntei a Daniel, também estudante, se alguma coisa deveria ser feita em relação à situação de rua, ele respondeu que “Tinha que ter uma mobilização maior do governo”, por outro lado, quando perguntei qual seria, também nesse sentido, o papel do estudante, ele respondeu: “Não

<sup>288</sup> Não é usual se referir a mulheres como ‘políticas’ ou ‘as políticas’.

<sup>289</sup> Em Bessa (2007a), observei que a recorrência do tema e da palavra ‘corrupção’ bem como a forma de abordá-la, nos textos considerados críticos (que analisei), poderia estar favorecendo a naturalização de uma prática que dever ser combatida.

sei”. Nesse ponto, enfatizo uma quarta discussão. Quem elege os políticos?<sup>290</sup> Quem pode tirá-los do exercício de um mandato (não lhes dando novamente o voto ou tomando as medidas cabíveis durante o exercício na função)?<sup>291</sup> Quem pode ser político? E, saindo da esfera da política formal, que passa pelo viés de uma votação; quem, no Brasil, é sujeito social e por isso capaz de ações políticas para mudar o que está posto? De acordo com a Constituição brasileira, quem é cidadão e cidadã e por isso pode / deve exercer sua cidadania? Evidentemente, a resposta a todas essas questões não afeta somente a classe de ‘estudantes’.

### **Diferenciação – ‘sociedade’, ‘pessoas’**

Van Leeuwen (1997) compreende a ‘diferenciação’ como uma das formas de representar agentes sociais por meio de distinções. Ele destaca, por exemplo, a criação textual de uma diferença marcada linguisticamente por um ‘eu’ *versus* ‘outrem’ e o tão recorrente ‘nós’ *versus* ‘elas ou eles’. Thompson (1995) considera a ‘diferenciação’ como uma estratégia de construção simbólica que pode servir à dominação, ou seja, dentro de um contexto sócio-histórico, que precisa ser avaliado, poderá estar acontecendo uma ‘fragmentação’ – uma ação ideológica que, por exemplo, segmenta indivíduos dentro de um grupo.

Conforme discussão do Capítulo 2, dizer que uma pessoa em situação de rua é uma pessoa excluída da sociedade é um contrassenso, na medida em que ela não pode ser excluída desse grupo do qual faz parte. Todas as formas negativas e preconceituosas de identificar os cidadãos em situação de rua trabalham para essa diferenciação que não existe, mas que habita universos discursivos de práticas sociais e se materializam de maneira a demarcar linguística e fisicamente os espaços do ‘nós’, do ‘eles’ e ‘elas’, de ‘outrem’.

Todavia, quero tratar de outra diferenciação que me parece mais sutil, porém, não menos ideológica – a diferenciação entre o ‘eu’ e o ‘nós’ em momentos de identificação de uma coletividade na qual o ‘eu’ está incluído, mas se esquia da representação do ‘nós’. A aparência é de integração, mas o sentido interpretativo desvincula ao evidenciar um grupo do qual o ‘eu’ não participaria, gerando ‘outrem’ no lugar de um ‘nós’. Estou falando da representação de agente sociais como ‘sociedade’, como ‘pessoas’ (dentro de determinados contextos).

<sup>290</sup> Gilda discute a importância do voto e da educação para o voto, além de apresentar uma série de críticas sobre o sistema político e sobre os políticos que estão no poder (Anexo K).

<sup>291</sup> Érica (Anexo R), tratando do que poderia ser feito para resolver esse problema, entende que “os governantes” seriam os responsáveis, mas que “geralmente as verbas que são destinadas pra isso, eles fazem outras coisas”.

Observe dois excertos retirados de uma das discussões de Ivanildo (Anexo D): “Olha, eu acho, com toda sinceridade, que a sociedade vai, cada vez mais, ficando insensível”. “As pessoas já não se revoltam em torno disso, já não buscam transformações sociais”.

Pensemos em algumas perguntas: Ivanildo *está* ficando insensível? Ivanildo *também está* ficando insensível? Ivanildo *já não busca* transformações sociais? Ivanildo *também já não busca* transformações sociais?

Essas questões aparentemente confusas, com a presença ou ausência de *também*, tem a intenção de questionar se Ivanildo faz parte da sociedade ou não. Esses usos da linguagem, dentro de contextos como esses, parecem mesmo demarcar uma diferenciação entre ‘eu’, ‘sociedade’ e ‘pessoas’. Também funcionam como uma maneira de comprometer menos o agente social que as pronuncia, pois é a sociedade e as pessoas que “fazem ou não fazem isso ou aquilo”.

Ivanildo parece estar servindo como bode expiatório, mas não é este meu trabalho nesta tese, estou discutindo linguagem, discurso, prática social. Porém, para não perder a metáfora, quero reverter papéis, e convidar você para ‘expiarmos’ essas ‘diferenciações’. Para isso será preciso pensar em ‘eu’, Décio, como parte das ‘pessoas’ e da ‘sociedade’; e você que está lendo, como parte das ‘pessoas’ e da ‘sociedade’. Evidentemente, quando você lê, você torna-se ‘eu’; e Décio, o ‘você’; com quem está dialogando e integrando as ‘pessoas’ e a ‘sociedade’.

O convite para esse exercício é, na verdade, mais complexo, talvez mais penoso do que pareça. Não tenho nem mesmo metodologia própria para ele, mas vamos nos arriscando pelo caminho.

Entendemos e vemos as realidades que nos circundam por meio de descrições, análises, histórias, argumentos, conversas. Com esses recursos vemos uma série de problemas sociais e os discutimos, comentamos. Eles, os problemas sociais, de um lado; eu e você, nós, de outro. De repente, parece que uma exigência de total ‘distanciamento’ e ‘neutralidade’ envolve nosso modo de agir, pois, falamos sobre os problemas sociais, mas geralmente nós não fazemos parte deles. Não seriam os problemas sociais problemas da sociedade? Quem é a sociedade se não eu e você e tantos vocês além de nós? No entanto, parece que os diversos vocês é que são sociedade, tornado-se ‘outrem’ ou ‘elas e eles’. Já não é preciso mais delongas para ratificar que, dessa maneira, os problemas da sociedade tornam-se dela mesma.

A parte mais difícil do exercício acontece agora. Se não concordamos que a sociedade está desvinculada de nós (do ‘eu’ e do ‘você’), os problemas sociais tornam-se nossos, os

problemas da sociedade são meus, os problemas da sociedade são seus<sup>292</sup>. E então? Como eu e você podemos responder as perguntas seguintes? O que faço com esses problemas? Como os resolvo? ‘Anestesiando-me’? Sustentando-os com meu silêncio ou com as diversas formas de esquivar-me, inclusive na linguagem?

Alguém pode até dizer: “– Eu não estou resolvendo nem ‘meus’ problemas”. Mas, quais seriam eles? Desemprego, baixo salário, necessidade de avançar na formação educacional, falta de tempo, excesso de trabalho? Desde quando esses problemas são só de uma pessoa? Desde quando eles não são coletivos, da sociedade, das escolhas político-econômico-sociais? Muitos problemas que ‘alguém’ tem são também meus, pois são problemas da sociedade da qual eu e ‘alguém’ fazemos parte.

Este trabalho é uma ação de um membro da sociedade, assim como sua leitura também o é. Evidentemente há muito mais a se fazer para resolver nossos problemas, principalmente os mais graves, mais extremos, pois eles existem porque nós o permitimos dentro dessa nossa sociedade.

## 5.2 Considerações preliminares

Nossas responsabilidades (as responsabilidades de nossa sociedade) devem nos impulsionar a questionar e refletir sobre os problemas, bem como, ou principalmente, contribuir para transformações. Esse precisa ser o olhar para a ‘calamidade social’ que é a situação de rua. E isso se relaciona a textos e gêneros, palavras e discursos, construção e representação de agentes sociais.

A necessidade de maior visibilidade dessa problemática social é mais contra-ideológica do que biológica. Como assim? É possível ver cidadãs e cidadãos em situação de rua (biologicamente) nas praças, nos centros, nas ruas; porém a ‘naturalização’ (ideológica) do problema social dificulta o ato de ‘enxergar’. Por mais que as entrevistas tenham indicado que há textos tratando sobre o assunto em veículos de comunicação, também foi notória a pouca quantidade e especificidade de abordagens sobre o tema.

Questões óbvias como a luta e a defesa dos direitos empreendida pelo Movimento Social; a percepção de que as pessoas em situação de rua são capazes e inteligentes; os discursos de políticas públicas e de transformação; precisam fortalecer e provocar,

---

<sup>292</sup> Célia apresenta uma reflexão nesse sentido, quando diz que: “Eu entendo, particularmente, que num país tão rico, potencialmente, como o nosso, é uma vergonha a gente ter morador de rua, criança morando na rua. É uma calamidade. Acho que é um descaso. É um despreparo nosso como cidadão, como povo brasileiro. Como político, né? Acho que é um despreparo, é uma falta de interesse. Eu acho que passa muito pela questão da vontade política.” (Anexo J). A ação política dos cidadãos e cidadãs é reconhecida como necessária.

obviamente, mais ações que contribuam para a mudança no quadro atual da sociedade brasileira.

Os diversos bons sentimentos humanos presentes nas entrevistas indicam que a resolução desse problema social encontra desejo e concordância em nossa sociedade. Talvez o que precisamos fazer é transformar sentimentos em ações, e, além disso, deixar que o sentimento democrático propicie o olhar para a cidadania e a reivindicação de justiça, de direitos constitucionais, de direitos humanos.





## Considerações finais

Viver em sociedade implica conviver com suas boas características e também com seus problemas. O que é bom deve ser mantido e aperfeiçoado, o que é ruim deve ser combatido e resolvido – isso é um processo contínuo. Evidentemente o que é ‘bom’ e o que é ‘ruim’ se identificam dentro de um sistema de valores que tem peculiaridades individuais, por isso delimito essa discussão aos aspectos humanos na sociedade e aos aspectos de cidadania em um sistema democrático.

Quando pensamos assim, a ideia de ‘igualdade social’ vem à tona. Uma dificuldade pode surgir nesses casos quando tal igualdade é pensada a partir de um ‘eu’ e de suas limitações / restrições em comparação às posses (materiais ou simbólicas) de outrem. Um desejo de igualdade com quem supostamente ‘possui’ mais. Esse não seria um desejo legítimo? Sim. E não. Essa igualdade não é legítima se isolar ou desconsiderar aquilo que esse mesmo ‘eu’ tem e que muitas pessoas não têm.

Essa deve ser uma discussão longa e séria, pois faz parte da base da desigualdade social, com destaque para sua exacerbação no Brasil. Quando se restringe igualdade social à ‘igualdade de oportunidades’, pode colocar-se todo um grupo na ‘mesma condição’, independentemente do ponto de partida. Há uma certa igualdade de oportunidade para a entrada em um curso de nível superior em medicina<sup>293</sup> – qualquer pessoa com nível médio concluído pode inscrever-se para a seleção. Todavia, algumas perguntas precisam ser feitas. Qual o ponto de partida das pessoas que se inscrevem?<sup>294</sup> Que qualidade de oportunidades educacionais anteriores foram dadas a quem se inscreveu? Quem trabalhava e estudava durante o ensino fundamental e médio? Porque não é possível se ‘optar’ por fazer medicina no lugar de entrar em um enorme funil de ‘seleção’ que tem um minúsculo orifício de saída?<sup>295</sup>

Quais são os limites máximos de uma igualdade social<sup>296</sup> eu não sei, nem pretendo discutir tal complexidade neste momento. A complexidade que está sob foco de reflexão se assenta na simplicidade de constatar que o limite mínimo de igualdade já foi rompido, no momento em que a nossa sociedade (portanto, eu e você) permitiu que alguns de seus membros estivessem em situação de rua – seres humanos dignos por seu próprio caráter humano. Quem discorda que a situação de rua é um problema social que deve ser resolvido?

---

<sup>293</sup> Área de formação que tem demanda reprimida, pois há insuficiência de profissionais de saúde no Brasil.

<sup>294</sup> Muitas pessoas nem se inscrevem por causa do ponto de partida.

<sup>295</sup> A ideia não é permitir a entrada sem condições, muito pelo contrário. É ampliar a entrada e a possibilidade de entrada; capacitar na entrada e durante; e principalmente dar qualidade de educação no ponto de partida – e isso não se desvincula da obrigatoriedade de ter comida na mesa, proteção para a saúde e uma moradia digno.

<sup>296</sup> Que vai se relacionar a uma definição desse conceito.

Quem discorda que é uma vergonha criminosa para um Estado democrático ter cidadãos e cidadãs em situação de rua?

Desenvolver uma análise de discurso crítica dessa problemática social foi o objetivo desta tese. Analisar não apenas por analisar, mas com o intuito de fazer proposições que possam, de alguma maneira, contribuir para a transformação necessária. Para isso, discuti as concepções sócio-teórico-metodológicas desta tese nos três primeiros capítulos, apresentando a base para as análises que foram desenvolvidas nos Capítulos 4 e 5. As motivações iniciais para realizar este empreendimento investigativo foram registradas na Introdução, bem como as questões de pesquisa e um resumo discutido sobre cada um dos capítulos.

Nesse nosso encerramento de conversa (que eu espero que continue) trato das questões de pesquisa, tentando sintetizar as respostas presentes em toda a tese. Em seguida, discuto sobre estudos discursivos (incluindo este) e retomo o foco para o problema social antes de dizer ‘até breve’.

*1. Quais são as ações discursivas dos diferentes gêneros e das marcas intertextuais em textos da mídia, em documento oficial e em entrevistas que se relacionam e correlacionam a cidadãos e cidadãs em situação de rua?*

Wodak (2004) indica que “com frequência, é justamente dentro dos gêneros associados a certas ocasiões sociais que o poder é exercido ou desafiado”. A importância dos gêneros como o aspecto discursivo das ações humanas foi destacada em diferentes momentos neste trabalho. As amostras dos gêneros são suas materializações (concretas) em textos (textos que são intertextos, pois sempre têm marcas de outros e também se projetam para outros).

O ‘documento oficial’, a Constituição, traz as marcas da Declaração Universal dos Direitos Humanos; traz também as marcas da ditadura no Brasil – felizmente, às avessas. O grande esforço de se ‘recriar’ um país a partir de 1988 conseguiu deixar importantíssimos direitos no papel. A luta atualmente tem sido para dar vida às letras impressas, partir das materialidades linguísticas para o atendimento de necessidades materiais humanas de cidadãs e cidadãos. Isso envolve trabalho, comida, casa, saúde, proteção. A luta anterior para a existência de um novo texto constitucional (luta em torno de um gênero) transmuta-se em uma luta para que as formas de operacionalizar os direitos constitucionais se concretizem.

O texto da charge eletrônica (CE) dá visibilidade a estereótipos que se relacionam a pessoas em situação de rua até mesmo por meio das imagens. É possível ver na CE uma tragédia, e não uma comédia. Considerando as suspeições contra policiais militares no assassinato de cidadãos e cidadãs em situação de rua em 2004 e o fato de serem policiais militares (sob comando de outrem e sob as ordens dos governos e influência das prefeituras)

as pessoas que efetivam as ‘retiradas’ da rua, das praças, é trágico ver a representação de um desses cidadãos pedindo segurança para a polícia, na delegacia. A discussão na CE, que parece mais girar em torno de outros problemas do que da situação de rua, termina retirando, via burocracia, aquilo de que se esquece em muitas abordagens da PM – a cidadania dos indivíduos.

A notícia não é um reflexo da realidade, é “um produto moldado por forças políticas, econômicas e culturais”<sup>297</sup>. Isso, que já parece óbvio para muitas pessoas, não é tão óbvio em suas implicações. O bairro ‘Nova Luz’ em São Paulo ‘constrói-se’ na notícia de *Veja* ‘exterminando’ a ‘Cracolândia’, um bairro onde deverá circular muito dinheiro em vez de abrigar ‘pessoas indesejadas’. Não caberia na notícia questionar para onde vão as pessoas que estão vivendo naquele lugar? Ou ainda, questionar as ações da prefeitura (que coordena a construção do ‘novo bairro’) quanto ao problema social relacionado ao consumo de crack? Quanto à sugestão de retirar pessoas da praça, cabe uma pergunta, quanto à notícia: e o direito de ir e vir, foi para onde?

Nas notícias da *Folha de S.Paulo* e do *Jornal Nacional* os acontecimentos da política formal é que tiveram destaque intertextual. Os profissionais de reciclagem e as pessoas em situação de rua ficaram em segundo plano, apesar do fato de que a notícia partiu de dentro do espaço físico dos eventos sociais que envolviam essas pessoas. Como ter espaço nas ações discursivas da mídia?

A dificuldade de reconhecimento dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua aparece ao não aparecer na mídia. Materializa-se no silêncio. Contudo, é preciso conhecer e utilizar estratégias para quebrar o silêncio, para fazer ouvir as vozes, as reivindicações. Nesse processo é que se criam movimentos sociais e esses usam gêneros específicos para serem ouvidos – ou não foram os documentos entregues ao presidente da República que permitiram que a voz dessas pessoas fosse ouvida (registrada na notícia da *Folha de S.Paulo*)? A luta também ocorre por meio de gêneros.

As entrevistas semiestruturadas com participantes da pesquisa eram marcadas por intertextualidades e, algumas vezes, por movimentos intertextuais que se modificavam no decorrer da conversa. O próprio gênero em questão propiciava momentos reflexivos que faziam com que as pessoas chegassem a elaborar sínteses que não esperavam. Um gênero que dá voz para as pessoas e dessa forma dá voz ao cotidiano (no caso desta pesquisa), um cotidiano que sustém problemas sociais, mas que também os transforma.

---

<sup>297</sup> Fowler (1991) parafraseado por van Dijk (2008, p.125).

2. *Como a problemática social da situação de rua é construída / representada em textos e qual é a construção / representação que recebem os cidadãos e cidadãs que estão vivendo nessa condição?*

Abordar gêneros por meio de textos que têm circulação nacional resulta em dar visibilidade a discursos, escolhas lexicais e representações de agentes sociais que circulam nacionalmente. Isso acontece em dois sentidos. Primeiro, aspectos discursivos nacionais influenciam a produção dos textos e se fazem presente neles. Segundo, em um processo de retroalimentação, esses textos produzidos fazem circular determinados discursos no país. É preciso destacar, também, que muitos discursos que seriam ‘nacionais’ são discursos ‘regionais / locais’ (de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, entre outros lugares) veiculados em todo o território brasileiro por meio de empresas de comunicação.

Por meio das entrevistas realizadas foi possível gerar textos que tratavam especificamente da situação de rua, e dos cidadãos e das cidadãs que estão vivendo nessa condição. Todos os outros textos tratavam principalmente de outros assuntos, não foram escolhidos por essa razão, e, sim, por trazerem conteúdo relacionado à situação de rua (ver Capítulo 3). Lembro ainda que no período da construção do *corpus*, esses textos eram representativos, considerando que não encontrei amostras textuais específicas sobre a questão social. Até mesmo a charge eletrônica parece ter o foco mais relacionado à proteção do Estado para as pessoas que estão correndo risco de serem assassinadas. A Constituição trata de direitos de cidadania sem relações específicas com pessoas ou problemas sociais.

Por que um problema nacional não é devidamente tratado em textos de veiculação nacional? Até que ponto as atitudes e discursos para ‘esconder’<sup>298</sup> o problema dentro das práticas sociais não ‘escondem’ também a necessidade de discussão?

Os termos ‘catador de lixo’, ‘mendigo’ e ‘morador de rua’, aparecem nos textos contrapondo-se a ‘catadores de materiais recicláveis’, ‘povo da rua’, ‘população em situação de rua’. Sabendo da importância social das nomeações / designações, creio que é preciso refletir sobre os termos empregados. Muito melhor seria se nem precisássemos de tais nomeações, se não houvesse demanda por conta de uma problemática social tão grave. Em luta para que haja transformação, é preciso usar nomeações que fortaleçam e reconheçam os agentes e as agentes sociais nessa fase de transição.

Nesse sentido, proponho as designações ‘cidadãos e cidadãs em situação de rua’; ‘profissionais de reciclagem’, ‘recicladoras’, ‘recicladores’. Não sei se esses são os melhores

---

<sup>298</sup> Nem que seja ‘escondê-lo’ como cenário ‘naturalizado’ nas cidades.

termos, mas pretendo provocar a reflexão e, quem sabe, palavras mais apropriadas sejam pensadas. Em um processo de identificação histórica, teríamos de alguma maneira a seguinte sequência<sup>299</sup>: mendigo > sofredor de rua > morador de rua > povo da rua > população em situação de rua > pessoas em situação de rua > cidadãos e cidadãs em situação de rua > (?).

As construções / representações da situação de rua são identificadas em diferentes discursos: as explicações para o problema aparecem por meio do discurso capitalista ou de seu questionamento; o discurso da desigualdade parece muitas vezes favorecer o problema com base em uma narrativa que quase tem aparência de ‘natural’; os discursos da ‘qualificação’ e da ‘escolarização’ sugerem soluções ao mesmo tempo em que lançam para os indivíduos a responsabilidade, por exemplo, pela falta de emprego (como se houvesse emprego para todos que tem uma determinada formação profissional e escolar).

O momento atual é propício para um maior engajamento para mudanças, pois muitas alterações sociais já estão acontecendo, destacarei as que são discursivas. Quando discursos de ‘intersectorialidade’, de ‘transformação’, de ‘políticas públicas’, ‘científicos’, e de ‘movimentos sociais’ começam a aparecer e a relacionarem-se interdiscursivamente, a resistência e a luta por direitos torna-se mais forte.

### 3. *Quais são os discursos que sustentam socialmente o fato de existirem cidadãos e cidadãs em situação de rua?*

As respostas possíveis para essa questão se limitam a esta pesquisa. Seguramente há outros discursos que precisam ser identificados para serem combatidos. Com isso, já estão abertas mais demandas para pesquisas sobre ‘situação de rua’.

Com base nesta pesquisa, observo que os discursos da ‘exclusão social’, da ‘violência’, da ‘higienização social’ assim como o discurso ‘desumano’, o ‘burocrático-institucional’ e o ‘individualista’ são alguns dos elementos que sustentam o fato de existirem cidadãos e cidadãs em situação de rua. Creio que os três primeiros exercem maior influência, pois são mais recorrentes. No entanto, podemos pensar que os três últimos atuam na base de sustentação que favorece a ‘exclusão social’, a violência e ‘higienização social’.

Já argumentei extensivamente neste trabalho contra a própria utilização do termo ‘exclusão social’. Em primeiro lugar, porque ela não existe. Em segundo lugar, porque as construções discursivas que tratam de ‘exclusão social’ acabam provocando exclusões, ao menos na percepção de pessoas – isso gera discursos e ações que nos processos sociais

---

<sup>299</sup> Serve apenas como uma amostra para discussão, não se trata de uma sequência sócio-histórica exata.

ganham vida como se fossem verdades. ‘Olha-se’ outrem como ‘excluído’ ou ‘excluída’, o efeito desse olhar aparece nas formas de tratamento / relacionamento com essas pessoas.

O ‘discurso da violência’ desenvolve-se em dois aspectos que são relacionados algumas vezes. Pode referir-se à violência contra cidadãos e cidadãs em situação de rua ou à violência provocada por eles ou elas. A segunda possibilidade é a que se mostrou mais presente. Sendo assim, esse ‘discurso da violência’ gera medo, gera um afastamento em relação a essas pessoas, o que colabora para a manutenção do problema social. Também colabora para o discurso da ‘higienização social’ e suas terríveis materializações que chegam a provocar o extermínio de seres humanos.

Assim, o ‘discurso individualista’ entra na cena junto a um ‘discurso desumano’. Este discurso atua até mesmo na burocracia institucional, impedindo, por conta de alguma regra / exigência, a atenção assistencial ou um apoio específico do próprio serviço público. Como se o serviço público não necessitasse transformar-se para atender devidamente as mudanças. O que se pode discutir aqui é a necessidade de um discurso que focalize outrem, no lugar de um ‘individualista’; bem como, há necessidade de um discurso que trate do caráter humano e do valor de cada pessoa.

Alguns modos gerais de operação da ideologia<sup>300</sup> ocorreram no *corpus*, as marcas de estratégias de construção simbólica empregadas para sustentar o problema são formas de sustentar o *status quo*. ‘Legitimações’, ‘naturalizações’, ‘genericizações’, ‘eufemizações’, ‘racionalizações’ e ‘discriminações’ são uma amostra de elementos que propiciaram a identificação de processos ideológicos nos textos.

Passo agora para um breve debate sobre estudos críticos de discurso no Brasil, envolvendo também discussões do capítulo que teve esse enfoque teórico. Em primeiro lugar, gostaria que pensássemos sobre ‘agenda de pesquisa’. No Capítulo 1, registrei uma agenda proposta por Wodak e Meyer (2009). O que preciso perguntar é: onde está naquela agenda a ‘situação de rua’, a ‘identidade docente’, a ‘violência contra a mulher’, as ‘políticas afirmativas’, o ‘sistema de cotas’, o ‘movimento social’, o ‘letramento’, a ‘desigualdade social’, a ‘corrupção na política’, a ‘questão racial’, a ‘necessidade especial’, as ‘questões indígenas’, as ‘questões ambientais no Brasil’?

Sendo a ADC um paradigma que tem aplicações ao redor do mundo, onde está a agenda ‘ao redor’? Talvez as sugestões<sup>301</sup> indiretamente sirvam para todos e todas. Quando dizemos alguma coisa, dizemos a partir de algum lugar e o espaço político-geográfico do

<sup>300</sup> No sentido de Thompsom (1995).

<sup>301</sup> De Wodak e Meyer (2009).

dizer também influencia. Por outro lado, a agenda brasileira não está lá porque não se trata de uma discussão exclusivamente brasileira. Precisamos pensar e atender nossas demandas, fazer nossas agendas, certamente isso também inclui questões internacionais e mesmo a pesquisa sobre outros países e regiões, contudo, a demanda de reflexão para o lugar onde estamos é grande.

Em segundo lugar, gostaria que pensássemos na necessidade de propor. É possível observar que Rodrigues-Júnior (2009), no texto em que elabora necessárias críticas e reflexões sobre quatro trabalhos publicados no Brasil, destaca a importância da ADC na perspectiva teórica e analítica por buscar desvelar relações de poder opacas nas investigações discursivas (p. 127 e 129). E onde estão as proposições a partir desses desvelamentos? No próprio artigo de Rodrigues-Júnior (2009, p.110), a voz de um dos críticos citados (Toolan, 1997) é registrada de maneira indireta dizendo que raramente trabalhos em ADC apresentam possibilidades de mudança social e que sugestões de mecanismos de correção e reformas discursivas deveriam ser apresentadas.

A característica tão valorizada da linguística de ‘descrever’ e não ‘prescrever’ os usos da linguagem é desenvolvida por quem analisa discursos no ato de descrever não somente a linguagem, mas determinadas perspectivas de uma realidade social em seus aspectos linguístico-discursivos<sup>302</sup>. Desvelam-se assim, relações de poder prejudiciais e ideologias. Uma descrição crítica, então, foi feita. Nesse ponto, surge uma pergunta em relação aos problemas sociais investigados. A descrição foi feita, e depois disso?

Não tenho dúvida da importância das investigações em ADC, considerando seus resultados teóricos e analíticos para uma melhor compreensão de nossa sociedade. O questionamento, aqui, está no passo seguinte. Saí tenso do ‘Seminário de 20 anos do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade’ da Universidade de Brasília, no fim de 2007. Foram tantos desvelamentos, tantas percepções novas quanto a problemas sociais que isso acabou gerando tensão. Nas tantas defesas de dissertação e tese em ADC a que assisti, uma pergunta era recorrente: ‘Qual será o retorno que você vai dar para a sociedade?’ As respostas variavam entre apresentações de resultados para os grupos envolvidos nas pesquisas ou a publicação do trabalho ou algum curso que poderia ser oferecido.

A minha tensão e a busca da resposta por ‘retorno à sociedade’ encontra uma possibilidade de resolução: a prática de propor a partir das pesquisas e de seus resultados. Quando trabalhos de nomes internacionalmente reconhecidos em ADC tratam de mudança

---

<sup>302</sup> Em muitos casos isso abrange outras semioses.



social e descrevem o que está acontecendo ou mostram textos de resistência ao lado de textos do poder estabelecido e questionado, procuro onde estão as proposições para transformação. Descrever / desvelar colabora sim, todavia, o que mais podemos fazer?

A cobrança por proposições feita por Toolan há 12 anos parece ecoar (não sozinha) nos trabalhos de Wodak e Meyer (2009), Reisigl e Wodak (2009), e van Dijk (2008). Assim, além da possibilidade de publicação dos resultados das pesquisas, espera-se que eles tenham relevância prática ou possam ser propostos para aplicação; que contribuam para melhorias na comunicação (ao evitar designações discriminatórias, por exemplo); que sejam acessíveis ao público em geral (por meio de outros gêneros a exemplo de ‘recomendações’, ‘comentários’ em jornal) e a públicos específicos, como as pessoas profissionais da mídia que podem receber recomendações com base nos estudos empreendidos. Tudo isso é colocado como um desafio.

Temos esses e outros desafios diante de nós. Nós que moramos e trabalhamos no Brasil (independentemente da nacionalidade), que labutamos com o português brasileiro, com um povo situado no hemisfério sul, parte da América Latina, que tem problemas sociais próprios e formas próprias de problemas sociais globais. Esse povo também reflete, esse povo também produz conhecimento fora e dentro da academia.

Nesse sentido, gostaria de propor um debate. Ele começa com a incorporação incondicional do aspecto crítico, mas avança para as proposições – objetivo que deve estar no início de qualquer projeto de pesquisa social. Teremos então uma pesquisa social propositiva. Dentro desse ponto de vista e quanto ao que nos cabe nos estudos do discurso, creio que podemos começar a pensar em algo que já se pensa há algum tempo, mas que não aparece com um nome ou contornos aparentes.

Creio que podemos pensar na construção de um programa de pesquisa no Brasil em Análise de Discurso Propositiva (ADP). Uma análise de discurso brasileira, que nos tire o peso das disputas pela forma de traduzir ‘CDA<sup>303</sup>’, ou de identificar as ‘linhas a países estrangeiros’, ou nos vincularmos tanto a pessoas que desenvolvem abordagens no exterior que começamos a fazer aplicações que não foram pensadas pela própria abordagem e acabamos, às vezes, ‘vestindo roupas que não nos cabem’; às vezes, fazemos ajustes. Isso libera tempo para outras atividades.

Usaremos então o tempo, certamente com muito esforço, para desenvolvermos nossas abordagens (diferentes abordagens) em Análise de Discurso Propositiva. Poderemos começar

---

<sup>303</sup> Critical Discourse Analysis.

a criticar a nós mesmos com nossos pensamentos e não com base nas discussões de quem não sabe o que acontece aqui. É uma proposta para nos fecharmos no Brasil? Para não nos relacionarmos internacionalmente? É obvio que não. É uma proposição para explorarmos mais o potencial intelectual que há neste país. Discutir a questão social, olhar para nossos problemas sociais com quem pensa nossa sociedade vivendo e trabalhando aqui, no lugar de nos envolvermos de maneira amarrada a pensamentos franceses, ingleses ou americanos que foram desenvolvidos olhando para os problemas específicos de cada um dos respectivos países.

Em ADC, ainda hoje, cita-se muito Jürgen Habermas (que seria da ‘segunda geração’ da Escola de Frankfurt). Em breve, é possível que o pensamento de Axel Honneth (‘terceira geração’) comece a circular, sua ‘teoria do reconhecimento’ parece ser interessante para reflexões crítico-discursivas. Por que estou falando isso? Para chegarmos à frente? Não. Isso é para lembrar que podemos criticar a teoria crítica<sup>304</sup>. Podemos desenvolver teoria crítica ou talvez teoria propositiva. Quem sabe teremos uma ‘Escola de Teixeira de Freitas’, uma ‘Escola de Brasília’, uma ‘Escola de Fortaleza’, uma ‘Escola de Macapá’ e outras ‘Escolas’.

Independentemente de formar ‘Escolas’, precisamos pensar juntos – concordando ou não. Nesse trajeto a ADP precisa ser pensada / criada / ‘estruturada’ como interdisciplina que atua transdisciplinarmente. Se temos ‘um pé’ na linguística, estamos ligados a uma disciplina, mas atuamos e pensamos de maneira relacionada / interligada a outras (AD como interdisciplina); tendo como meta um pensamento mais fluido e integrante que possa permear diferentes áreas do conhecimento para aprimorarmos os olhares para os problemas que pesquisarmos. “A transdisciplinaridade é uma abordagem que passa entre, além e através das disciplinas.” (Lima, 2007, p. 13)

Revisitar e repensar conceitos como ‘discurso’, ‘poder’, ‘ideologia’, ‘crítica’ e pensar no que não está dito, nomeado, mas está correlacionado a esses conceitos – pensar o ‘novo’, pensar o ‘óbvio’. Debater concepções como ‘dominação’ e ‘opressão’. Desvelar relações de poder negativas que ficam opacas por meio de uma luta que já use as armas de uma lexicalização que evidencie os problemas. Assim faz Milton Santos (1995), ao ter a clareza de que as minorias<sup>305</sup> não são minorias e sim pessoas ‘minorizadas’. Também, Santos (2009), ao optar pelo ‘movimento que leva à’ em oposição ao estado estático com aparência de natural: ‘pessoas empobrecidas’ e não ‘pobres’; e ainda Fernanda (Anexo G), que identifica nos

---

<sup>304</sup> Souza Santos (2009) já destacava que a teoria crítica não tratava de indígenas, mulheres ou moradores e moradoras de favela.

<sup>305</sup> A relação metafórica de quantidades, em nossa cultura, valoriza o ‘mais’ em detrimento do ‘menos’. Sendo assim, o próprio termo ‘minorias’ é enfraquecedor.

processos históricos indivíduos ‘escravizados’ e não ‘escravos’. Também me encontro nesse processo, ao optar pelo destaque da cidadania e do respeito por meio da designação ‘cidadãos e cidadãs em situação de rua’.

Repensar teorias e suas relações com a análise de discurso também se torna fundamental, nesse ponto destaco o trabalho de Ramalho (2006/2007) e Resende (2009) que desenvolveram estudos sobre o Realismo Crítico.

Como a ideia é garimpar / utilizar / produzir conhecimentos propositivos do / no Brasil<sup>306</sup>, precisaremos pensar em educação e crítica, com Paulo Freire; em economia, com Celso Furtado; e em geografia humana, com Milton Santos. Também será preciso revisitar textos mais antigos e observar os mais novos, para entender reestruturação produtiva, com Marcio Pochmann, e processos de migração, com Rachael A. Radhay. Além disso, podemos vislumbrar trabalhos como os de educação infantil, de Liana G. P. Sodré; de filosofia social, de Ronaldo C. S. Barros; de produção de conhecimento e educação, de Guilhermina E. B. da C. Matos; de matemática, de Karina Petri; de hermenêutica, de Oseias S. dos Santos; e de linguagem, discurso e relações internacionais de Ronaldo Lima. As diferentes abordagens devem transitar por onde os problemas sociais e os processos reflexivos indicarem.

Se esse entendimento de Análise de Discurso Propositiva volta o olhar para o local e para o local em relação ao global, ele não se restringe ao Brasil. Essa perspectiva que proponho ao dialogar com você, neste país, pode ser empregada da mesma forma na Polônia, na Índia, em Serra Leoa, no Canadá ou no Panamá.

Uma outra questão é que os intercâmbios internacionais são fundamentais nos processos de produção, discussão e difusão de conhecimento, e devemos continuar participando deles. Lembrando-nos que o Paraguai e a Tanzânia são internacionais e que o Hemisfério Sul, notadamente a América Latina e a África, é um espaço internacional onde há seres humanos, portanto, há produção de conhecimento.<sup>307</sup>

Tendo dito isso, retorno ao ponto central deste trabalho, que partiu do olhar investigativo para a situação de rua e que se conclui dentro de uma incompletude de discussões, reflexões e análises da problemática social, vendo-a em seus processos de transformação e de sustentação, procurando dar visibilidade a formas de mudança ou de fortalecimento da mudança. No que me cabe nesse momento na qualidade de analista do

<sup>306</sup> Não somente, é óbvio; mas principalmente.

<sup>307</sup> Além do conhecimento acadêmico, acrescento a essa ideia a reflexão de Santos (2009) de que a Universidade precisa fazer uma ‘atividade de extensão’ inversa, no lugar de levar o conhecimento para fora de seus muros, deve também trazer o conhecimento para dentro deles e isso envolve não apenas conhecimentos científicos que são chancelados pela academia, mas também o saber de diferentes povos cuja voz é sistematicamente silenciada (a exemplo de etnias indígenas).

discurso em uma perspectiva crítica, entendo que o reconhecimento de que as pessoas em situação de rua são cidadãos e cidadãs passa pela identificação / designação nesses termos. No mesmo sentido, é preciso destacar em relação à situação de rua que há lutas e resistência contra uma ‘dominação’ que permite que essa ‘calamidade’<sup>308</sup> social se materialize.

Crítica e propositivamente, irei encaminhar esta pesquisa para autoridades eleitas pela autoridade maior em uma democracia – o povo. Sugerindo, no que me compete, a identificação da cidadania das pessoas em situação de rua e o não uso do termo ‘exclusão social’, certamente lembrando também as obrigações governamentais quanto à resolução do problema. Da mesma forma, irei encaminhar texto com a mesma parte da sugestão acima para empresas de mídia. Além de encaminhar este trabalho pronto para quem participou da pesquisa. Outra ideia é tentar transformar esse texto de tese em outro que facilite ainda mais a acessibilidade às discussões, principalmente no que tange à situação de rua. Assim, esse tipo de análise de discurso permanecerá necessariamente e felizmente, recebendo as críticas de ficar entre a pesquisa social e a argumentação política (Wodak e Meyer, 2009).

Nessa minha caminhada, empreendida na linguagem e pela linguagem, certamente eu trouxe equívocos sociais manifestados em modos de dizer, mesmo sem perceber isso e lutando contra isso. É assim que a necessidade de mais e mais pessoas entrarem nessa empreitada torna-se evidente, percebendo e apontando outras tantas mudanças necessárias.

Propositivamente, os resultados observados ao longo desse trabalho direcionam uma contribuição no processo de luta por direitos por meio de aspectos discursivos que dialeticamente podem gerar alterações em outros elementos das práticas sociais, inclusive em crenças e aspectos materiais – possibilitando transformações. De maneira sintética, a cidadania reconhecida, assim como o reconhecimento de serem parte da sociedade brasileira (não há ‘exclusão social’<sup>309</sup>), pode tornar-se mais do que óbvio, pode tornar-se uma possibilidade discursivo-crítica de mudança social.

Para definitivamente terminar esse trabalho sem concluí-lo, esforcei-me para criar uma ‘pergunta elementar’<sup>310</sup>, assim como fazem as crianças. Compartilho-a com você, na medida em que o ‘eu’ refere-se exatamente à pessoa que estiver lendo:

— Por que eu permito a ‘situação de rua’?

<sup>308</sup> Discuto esse termo no Capítulo 5.

<sup>309</sup> Ver Capítulo 2.

<sup>310</sup> “Uma pergunta elementar é uma pergunta que atinge o magma mais profundo de nossa perplexidade individual e coletiva com a transparência técnica de uma física” (Sousa Santos, 2007, p. 8.)

## Referências

- ADULIS, Dalberto; FISCHER, Rosa M. Exclusão social na Amazônia Legal: a experiência das organizações na sociedade civil. *Revista de Administração*, São Paulo, n.1, v.33, 1998. p. 20 – 33.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1951].
- ARZABE, Patrícia H. M. *O direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social*. 2001. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2002 [1999].
- \_\_\_\_\_. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAIOCCHI, Elisa C. P. *A crença em Deus e a manutenção da identidade da população adulta de rua em Goiânia*. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- BÁRBARA, Leila. Apresentação. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. s/n.
- BATISTA JÚNIOR, José Ribamar L. *Os discursos docentes sobre inclusão de alunas e alunos surdos no Ensino Regular: identidades e letramentos*. 2008. 151 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 17-36.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 [1998].
- \_\_\_\_\_. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 [1999].

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Ângela P. Dionísio; Judith C. Hoffnagel. (Org.). Trad. e adapt. Judith C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

BESSA, Décio. *Charges eletrônicas das eleições 2006: uma análise de discurso crítica*. 2007. 179 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007a.

\_\_\_\_\_. Exclusão e legislação: um olhar para quem está morando nas ruas. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL DISCURSO. 2007. Bogotá. *Caderno de Resumos*. Bogotá: Imprenta Patriótica Instituto Caro y Cuervo, 2007b. p. 80 – 81.

\_\_\_\_\_. Interdiscursividade na problemática das pessoas que estão morando nas ruas: uma análise crítica de charge eletrônica. In: SEMINÁRIO 20 ANOS DO NELIS: RETROSPECTIVAS E PERSPECTIVAS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA. 2007. Brasília. *Caderno de Resumos*. Brasília: UnB/CEAM/ NELIS, 2007c. p. 7.

\_\_\_\_\_. Exclusão social e análise de discurso crítica: perspectivas teórico-analíticas para pesquisar a problemática dos/das ‘moradores/as de rua’. In: ENCONTROS DE PESQUISA EM ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA. 2008. Brasília. *Apresentação oral*. Brasília: UnB / CEAM / NELIS, 2008a.

\_\_\_\_\_. Imagens de si no discurso: auto-representação de ‘moradores de rua’. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO, 2008, Belo Horizonte. *Caderno de Resumos do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008b. p. 192 – 193.

\_\_\_\_\_. Pessoas em situação de rua e representação de atores sociais em texto midiático. In: II COLÓQUIO DA ALED NO BRASIL, 2008, Brasília. *Caderno de Resumos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008c. p. 56 – 57.

\_\_\_\_\_. Cidadãos/ãs que estão morando nas ruas: a interdiscursividade em uma notícia de São Paulo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE TEXTO E CULTURA, 2008, Fortaleza. *Programa e Resumos*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008d. p. 168.

\_\_\_\_\_. Espaço na mídia para a voz de minorias: uma análise intertextual de notícia jornalística. In: COLÓQUIO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2008, Recife. *Caderno de Resumos*. Recife: Editora da UFPE, 2008e. p. 13 – 14.

\_\_\_\_\_. ‘Catadores de lixo’ na mídia: análise de escolhas lexicais. In: IV SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA, 2008, Teixeira de Freitas. *Caderno de Resumos*. Teixeira de Freitas: Editora da UNEB, 2008f. p. 18.

\_\_\_\_\_.; BATISTA JR., José Ribamar L. Análise discursiva da representação de atores sociais em situação de rua. In: IX SEMINÁRIO SALÍNGUAS. 2007. Rio de Janeiro. *Comunicação oral*. 2007.

BHASKAR, Roy. *Scientific realism and human emancipation*. Londres: Verso, 1986.

BILLIG, Michael. Critical discourse analysis and the development of new science. In: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. *Critical discourse analysis: theory and interdisciplinarity*. Londres: MacMillan, 2003. p. 35 – 46.

\_\_\_\_\_. Nominalizing and de-nominalizing: a reply. *Discourse and Society*. n. 6 v. 19, 2008. p. 829 – 841.

BONELLA, Daniele S.; FRANTZ, Diogo. *Ditadura dos excluídos*. (arquivo eletrônico – em PDF – disponível na Internet). Ano (s/data).

BORGES, Selma Z. da S. *Um estudo da arquitetura textual do gênero entrevista*. 2007. 234 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Trad. Maria L. Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 [1996].

\_\_\_\_\_. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRACHO, Teresa. Exclusão educacional como dispositivo de exclusão social. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). *Demografia da exclusão social: temas e abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001. p.119 – 144.

BRANDÃO, Beatriz H. B. *Habitando na rua: avaliação pós-ocupação e saúde pública em equipamentos urbanos para população de rua*. 166 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos)

\_\_\_\_\_. Prefácio: A diáspora da modernidade. In: BURSZTYN, Marcelo; ARAÚJO, Carlos. H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997. p. 9 – 12.

\_\_\_\_\_. *Admirável mundo atual*. Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

BURNIER, José Roberto. Lula diz que fim da CPMF será compensada com cortes nas despesas. *Globo vídeo*. 2007. Disponível em <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM768854-7823-LULA+DIZ+QUE+FIM+DA+CPMF+SERA+COMPENSADA+COM+CORTES+NAS+DESPESAS,00.html>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

BURSZTYN, Marcelo. Vira-mundos e ‘rola-bostas’. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p. 230 – 258.

\_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Carlos. H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

CAETANO, Carmem J. M. *Medicina paliativa e análise de discurso crítica: identidade, ideologia e poder*. 2009. 410 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CAMERON, Deborah. *Verbal hygiene*. Londres: Routledge, 1995.

CARVALHO, Christine M. S. *CD-Letras: Gênero discursivo, letramento e identidade*. 2006. 221p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [2001].

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998 [1995].

CASTRO, Marina P. S. *Pobreza, cidadania e direitos humanos no Brasil: um estudo sobre mídia e democracia*. 2006. 208 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CHOULIARAKI, Lilie. Media discourse and the public sphere. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 45-71.

\_\_\_\_\_.; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CIMADAMORE Alberto D.; CATTANI, Antonio D. A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução. In: CIMADAMORE Alberto D.; CATTANI, Antonio D. (Org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo; Clacso, 2007. p. 7 – 14.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence. *Research methods in education*. 2. ed. Londres: Routledge, 1989.

DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 241 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.



DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DENZIN, Norman K. *The research act in sociology: a theoretical introduction to sociological method*. Londres: The Butterworth Group, 1970.

\_\_\_\_\_. *The research act in sociology: a theoretical introduction to sociological method*. 3. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1989 [1970].

\_\_\_\_\_.; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003]. p. 15 – 41.

DIAS, Adriane T. *A 'nova' questão social e os programas de transferência de renda no Brasil*. 2006. 221 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DIAS, Tatiane R. N. *Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência*. 2007. 144 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Trad. Luis C. Borges, SilvanaVieira. São Paulo: Boi Tempo, 1997 [1991].

SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

\_\_\_\_\_. Vivendo de teimoso: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p. 139 – 171.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1995.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

\_\_\_\_\_. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Language and globalization*. Londres: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 162 – 186.

FALCONE, Karina. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. 671 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FARIAS, Vera C. C. de. *Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do Município de Porto Alegre*. 139 p. Dissertação (Mestrado em Assistência Social) – Curso de Pós-Graduação em Assistência Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra R. Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004 [2002].

FOLHA DE S. PAULO. *Manual de redação*. 12. ed. São Paulo: Publifolha, 2007.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Power/knowledge*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1980.

FOWLER, Roger. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1991.

FRANGELLA, Simone M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 361p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GALVANI, Débora. *Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades*. 261p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Curso de Pós-Graduação em Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 64 – 89.

\_\_\_\_\_.; BAUER, Martin W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 470 – 490.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 244 – 270.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: British Library Cataloguing in Publication Data, 1985.

HAMMERSLEY, Martyn. On the foundations of critical discourse analysis. *Language & Communication*. n. 3, v. 17, 1997. p. 237 – 248.

HARVEY, David. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. Trad. Adail U. Sobral, Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001 [1989].

HODGE, Robert; KRESS, Gunther. *Social semiotics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no Capitalismo. *Temporalis*, ano II, n. 3, 2. ed. Brasília: ABEPSS/Gráfica Odisseia, 2004 [2001]. p. 9 – 32.

\_\_\_\_\_. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005 [1998].

IZIDORO, Alencar; GALVÃO, Vinícius Q. Kassab quer contrato para morador de rua. *Folha.com.br*. 2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u350527.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

JÄGER, Siegfried; MAIER, Florentine. Theoretical and methodological aspects of Foucauldian critical discourse analysis and dispositive analysis. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2.ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 34 – 61.

JUSTO, Marcelo G. Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis – um enfoque sócio-ambiental. *InterfacEHS*, 3(1), 2008. p. 1 – 27 .

KINCHELOE, Joe; MCLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003]. p. 281 – 313.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. Londres: Arnold, 2001.

LAGE, Nilson. Estruturas de textos midiáticos. In: 13º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. 2001. Campinas. *Palestra*. 2001a. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/lage-textomidia.html>>. Acesso em: 03 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e técnica da notícia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001b [1979].

\_\_\_\_\_. *Estrutura da notícia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006 [1985].

\_\_\_\_\_. *Linguagem jornalística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007 [1987].

LEAL, Giuliana F. *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo*. 2008. 249 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LEAL, Maria Christina D. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 73 – 92.

LIMA, Elcivanni S. *Identidade e discurso: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de LIBRAS na educação superior*. 2006. 163 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LIMA, Maria Cecília de. *Discursos e identidades de gênero no contexto da escola*. 2007. 231p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LIMA, Ronaldo. “*Coca para nosotros es vida*”: a clivagem multimodal no discurso de uma propaganda política boliviana. 2007. 132 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_.; BESSA, Décio. Curso de linguística: teorias de análise de discurso x práticas de análise de discurso. Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas, 2009.

LIMA FILHO, Francisco das C. Garantia constitucional dos direitos sociais e a sua concretização jurisdicional. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região*. Campo Grande: n.11. 2006. Disponível em: <[http://www.trt24.gov.br/arq/download/ESM/Revista\\_11\\_2006\\_2.pdf](http://www.trt24.gov.br/arq/download/ESM/Revista_11_2006_2.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2005.

LINCOLN, Yvonna; DENZIN, Norman K. O sétimo momento: deixando o passado para trás. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003]. p. 389 – 406.

LIRA, Luciane C. E. *Como se constrói uma mulher: uma análise do discurso nas revistas brasileiras para adolescentes*. 2009. 179 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MAGALHÃES, Amarildo P. *Sentido, história e memória em charges eletrônicas sobre o governo lula: os domínios do interdiscurso*. 2006. 247 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

MAGALHÃES, Izabel. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. In: *D.E.L.T.A.*, n. 2 (2), São Paulo, 1986. p. 181-205.

\_\_\_\_\_. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v.4, n.especial. 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/05.htm>>. Acesso em: 10 maio 2005.

\_\_\_\_\_. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 1-9.

\_\_\_\_\_. Discurso, ética e identidades de gênero. In: MAGALHÃES, Izabel, CORACINI, Maria J., GRIGOLETTO, Marisa (Org.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Paulo: Claraluz, 2006. p. 71 – 96.

\_\_\_\_\_. Texto de contracapa. In: RESENDE, Viviane de M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [1949].

MARTINS, André R. N. *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros*. 2004. 201 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 129 – 147.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MASON, Jennifer. *Qualitative researching*. 2. ed. Londres: Sage, 2002 [1996].

MATTOS, Ricardo M. e FERREIRA, Ricardo F. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, 16(2), 2004. p. 47 – 58.

\_\_\_\_\_. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 22(1), 2005. p. 23 – 32.

MAUTNER, Gerlinde. Checks and balances: how corpus linguistics can contribute do CDA. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 122 – 143.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto a venda*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002 [1978].

MENDONÇA, Gabriel C. *Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro*. 113 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

META Instituto de Pesquisa de Opinião; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Sumário executivo: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Abril de 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*. São Paulo, n. 55-56, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452002000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jan. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S. Prefácio: Morrer é quase nada: horrível é não viver. In: ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 11 – 13.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Nota técnica: esclarecimentos metodológicos da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. 2008a.

\_\_\_\_\_. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua: versão para consulta pública*. 2008b.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 4. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2004. p. 101 – 142.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponibiliza o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2007. Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social. Salvador, *Cadernos CHR*, 21, 1994.

NEIVA, Paula. Começou a faxina. *Veja.com*. 2007. Disponível em <[http://veja.abril.com.br/071107/p\\_114.shtml](http://veja.abril.com.br/071107/p_114.shtml)>. Acesso em: 10 dez 2007.

NETTO, José P. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*, ano II, n. 3, 2. ed. Brasília: ABEPSS/Gráfica Odisseia, 2004. p. 41-50.

OLIVEIRA, Jair da Luz. *O processo de trabalho do assistente social e sua abordagem com moradores de rua*. 219 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.33, v.12,1997. p. 49 – 51. Disponível em <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_33/rbcs33\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04.htm)>. Acesso em 10 set. 2007.

OLIVEIRA, Maria Coleta; PINTO, Luzia Guedes. Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). *Demografia da exclusão social: temas e abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001. p. 13 – 23.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007 [1992].

OTTONI, Maria Aparecida R. *Os gêneros do humor no ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem discursiva crítica*. 2007. 200 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PACHECO, Marta C. de N. *Identidade e intertextualidade em narrativas de docentes e em textos de leis federais brasileiras, de 1960 a 2000*. 2006. 185 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, Serge. *La desqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

PEREIRA, Camila P. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. 127 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PINTO, Maíra M. *Sou capaz: experiência de auto-organização de moradores de rua*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. v.1. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Marcio; CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. v.2. São Paulo: Cortez, 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição*. Disponibiliza o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 maio 2007.

QUIRINO, Maurício Ricardo. Cotidiano – Enquanto isso na delegacia... *Charges.com.br*. 2004. Disponível em: <<http://www.charges.com.br>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

RABAÇA, Carlos A.; BARBOSA, Gustavo G. *Dicionário de comunicação*. 3. ed. (Atualizada). São Paulo: Ática, 1998 [1978].

RADHAY, Rachael A. *Discurso e Poder na Política de Imigração Brasileira*. 2006. 334p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Editorial. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v.5, 2001. p. 5 – 8.

\_\_\_\_\_. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008 [2003].

RAMALHO, Viviane C. V. S. *O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque*. 2005. 194 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v. 8, 2006/2007. p. 78 – 104.

REIS, Daniela S. *O sistema de informação da situação de rua – SISRUA – uma contribuição para a política de assistência social na cidade de São Paulo*. 104 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

REISIGL, Martin; WODAK, Ruth. The discourse-historical approach (DHA). In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 87 – 121.

RESENDE, Viviane de M. *Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. 2008. 332 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008a.



\_\_\_\_\_. “Não é falta de humanidade, é pra dificultar a permanência deles perto de nosso prédio”: análise discursiva crítica de uma circular de condomínio acerca de “moradores de rua” em Brasília, Brasil. *Discurso & Sociedad*, 2 (2), 2008b. p. 422 – 444.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_.; RAMALHO, Viviane C. V. S. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEAUD, Marie-Catherine. *Les enfants des exclus*. Paris: Stock, 1976.

RODRIGUES-JÚNIOR, Adail Sebastião. Análise Crítica do Discurso. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. Belo Horizonte, n. 1, v. 9, 2009. p. 99 – 132.

ROSA, Cleisa M. M. *Vidas de rua, destino de muitos*. CD-ROM, Pesquisa Documental – um conjunto de reportagens jornalísticas publicadas sobre população de rua na cidade de São Paulo de 1970 a 1998. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec / Associação Rede Rua, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado-providência*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998 [1995].

SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 15. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1987].

\_\_\_\_\_. A reinvenção da emancipação social a partir das epistemologias do sul. In: SEMINÁRIO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. 2009. Universidade de Brasília. *Palestra*. 2009.

SANTOS, Edlene P. *O pauperismo de ontem e de hoje: raízes materiais e humano-sociais da “questão social”*. 2005. 244 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SANTOS, Milton. Entrevista / debate sobre a imagem do negro no Brasil. *Imagens*. Campinas, n. 4, 1995. p. 119 – 120.

SANTOS, Tania. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*, Porto Alegre, n.6, 2001. p. 170 – 198.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. *Levantamento censitário e*

*caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo: relatório.* São Paulo: SAS/FIPE, 2000. (mimeo.)

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. *Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003: relatório da pesquisa.* São Paulo: SAS/FIPE, 2003.

SARLET, Ingo W. *A eficácia dos direitos fundamentais.* 3. ed. (atualizada e ampliada) Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SATO, Denise T. B. *A inclusão da pessoa com Síndrome de Down: identidades docentes, discursos e letramentos.* 2008. 149 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral.* 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1971. [1916].

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial de ética da desigualdade social.* Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHERRE, Maria Marta P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação, linguística, mídia e preconceito.* São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, Denise. E.G. *Pobreza e família: um enlace crítico voltado para o contexto brasileiro.* Trabalho apresentado no III Encontro Nacional do GELCO (Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste) - I Colóquio Regional da ALED no Brasil. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica e social à ruptura familiar. *Discurso & Sociedad*, 2 (2), 2008, p. 265 – 296.

SILVA, Francisca Cordélia. O. da. *A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil.* 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, José A. da. *Aplicabilidade das normas constitucionais.* 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, Luzia R. da. *As identidades femininas: discurso e letramento no contexto escolar.* 2008. 337 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Helga V. A. de. *A charge virtual e a construção de identidade*. 2007. 127 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SOUZA, Lídio de. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In: SOUZA, Lídio; TRINDADE, Zeidi A. (Org.) *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 57 – 74.

SPOSATI, Aldaíza *et al.* *Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo – 2000: dinâmica social dos anos 90*. Disponível em: <<http://www.geopro.br/exclusao>>. Acesso em: 22 jul. 2003.

STREET, Brian. Debate no Painel: Gêneros textuais e instâncias profissionais (composto por STREET, Brian; OLIVEIRA, Maria do Socorro; CARLINO, Paula; ROJO, Roxane). V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – SIGET. Universidade de Caxias do Sul. *Conferência*. Caxias do Sul. 2009.

STUBBS, Michael. *Discourse analysis: the sociolinguistic analysis of natural language*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Informativo STF n.407*. Apresenta resumos de decisões proferidas pelo Tribunal. 2005. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/noticias/informativos/antiores/info407.asp>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

SWALES, John. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAVOLARO, Sergio B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos estudos – CEBRAP* [online]. n. 81, 2008. p. 117 – 136. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 maio 2009.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 1995 [1990].

TIENE, Izalene. *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas: Alínea, 2004.

TIRADENTES, Luciana R. *Identificação de diagnósticos de enfermagem em mulheres moradoras de rua*. 95 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Guarulhos, Guarulhos, 2007.

TOOLAN, Michael. What is critical discourse analysis and why are people saying such terrible things about it? *Language and Literature*. n. 2, v. 6, 1997. p. 83 – 103.

TROSBORG, Anna. Introduction. In: TROSBORG, Anna. (Org.) *Analysing professional genres*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2000. p. vii-xvi.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993 [1972]. p. 74 – 90.

VALENTE, Rubens. Lula critica delegado da PF e defende Mercadante. *Folha.com.br*. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2412200610.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2007.

VAN DIJK, Teun A. Editorial: Analysing discourse analysis. *Discourse and Society*, n. 8, 1997. p. 5 – 9.

\_\_\_\_\_. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 62 – 86.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília R. *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169 – 122.

\_\_\_\_\_. *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. Nova York: Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. Discourse as the recontextualization of social practice: a guide. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 144 – 161.

VARANDA, Walter e ADORNO, Rubens de C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, n.1, v.13, 2004. p. 56 – 69.

VÉRAS, Maura P.B., Exclusão social – um problema de 500 anos: notas preliminares. In: SAWAIA, Bader. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial de ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27 – 50.

VIEIRA, Maria Antonieta da C.; BEZERRA, Eneida M. R.; ROSA, Cleisa M. M. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004 [1992].

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial de ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p.16 – 26.

WIDDOWSON, Henry. Discourse analysis: a critical view. In: SEIDLHOFER, Barbara. (Org.) *Controversies in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 132 – 145.

WILSON, Carmem D. R. J. Notícia de jornal impresso e notícia de jornal eletrônico: um mesmo gênero ou gêneros diferentes? *Letra Magna*. Revista Eletrônica. n. 3. 2005. Disponível em: <<http://letramagna.com/carmemlucia.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2007.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 4, n. especial, 2004 [2001]. Disponível em: <[http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm#\\_ftn1](http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm#_ftn1)>. Acesso em: 10 maio 2005.

\_\_\_\_\_.; MEYER, Michael. Critical discourse analysis: history, agenda, theory e methodology. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 1 – 33.

XAVIER, Sandro. *As vozes de mulheres profissionais do sexo sobre a legalização do seu trabalho: discurso e gênero*. 2008. 151 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

XIMENES, Telma Maria. *Violência, educação e exclusão social: memória e representações da população em uma micro-região do município de Campinas-SP*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

## Apêndices

## APÊNDICE A – *E-mail* encaminhado ao MDS sobre a minuta da Política Nacional

### Breves comentários sobre minuta da Política Nacional

Décio Bessa

– As seguintes obras citadas não constam nas referências:  
(Cíntia Sarti, 2000); (Frederico, 2005); (Gregori, (2000); (Martins,1994); (Novak,1997).

– Entendo que o uso do termo “povo da rua” pode ter essa interpretação positiva apresentada na citação abaixo:

Faz-se relevante perceber que o termo “povo da rua” tem passado por revalorização e ressignificação positiva, devido ao valoroso papel dos movimentos organizados de pessoas em situação de rua, dentro da ideia de protagonismo social e autonomia sobre suas vidas. (pág. 8)

porém, creio que o termo tem que ser repensado, até pelos próprios Movimentos. As pessoas em situação de rua querem permanecer assim? Da nossa parte, não desejamos isso, sei que elas também não. Então, dizer “povo DA rua” “população DE rua” transmite a ideia de situação fixa e pode colaborar com a naturalização do problema social.

– Conforme debatemos no evento da UnB, a questão relativa aos motivos de passar a morar nas ruas pode ter apresentado problemas na aplicação da entrevista. O Anderson, do Movimento, por exemplo, não atribui a álcool e drogas a primeira razão. Do modo como se apresenta (ver abaixo), podemos estar reforçando um estigma contra pessoas em situação de rua. Sugiro que, caso não haja reavaliação desse dado de pesquisa, haja uma frase inicial explicando as correlações e dando ênfase aos percentuais muito parecidos das respostas.

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/m/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados em ter si ou ser consequência do outro). (pág. 11)

– Repetição de trecho da pág.11 na pág.12)

A maioria costuma dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% costuma alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues.

Na última semana (em relação à data da entrevista) a maioria dormiu somente na rua (60,5%). Pernoitaram somente em albergues ou em outras instituições 20%. E alternaram rua e albergue 8,3%. Preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. Dentre aqueles que manifestaram preferência por dormir em albergue, 69,3% apontaram a violência como principal motivo da não preferência por dormir na rua. O segundo principal motivo foi o desconforto (45,2%). Dentre os que

manifestaram preferência por dormir na rua, 44,3% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo. O segundo principal motivo da não preferência em dormir no albergue foi o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso do álcool e drogas (21,4%) ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade.

– Talvez seja possível um cruzamento dos dados estatísticos para observar o desemprego como um problema principal. Os trechos abaixo registram que:

Cerca de 60% das pessoas em situação de rua entrevistadas afirmaram já ter passado por pelo menos uma das instituições citadas (pág. 12)

40%, então, não passaram por instituições (é possível observar que a instituição citada que traz menor estigma para os indivíduos é “abrigo institucional”)

Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 44,8% se deslocaram em função da procura de oportunidades de trabalho. (pág. 12)

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. (pág. 13)

O resultado percentual desse cruzamento, identificando as pessoas que não passaram por instituição<sup>311</sup>, mudaram-se de cidade em busca de emprego e são trabalhadores/as, pode ser muito significativo. Um grupo menos heterogêneo, como esse, talvez possa ser alvo de políticas públicas mais específicas e possa deixar a situação de rua com maior facilidade (recebendo o apoio devido).

Talvez essa seja uma boa ideia : dentro de toda a heterogeneidade que une as pessoas em situação de rua, identificar grupos com características mais próximas pode colaborar nas ações que o Estado e a sociedade devem ter

– O modo como se apresenta a questão da alimentação pode sugerir algo positivo, que não é. Quantas pessoas em situação de rua fazem, ao menos, **três** refeições por dia? Essa pergunta foi feita? Uma vez só já é um absurdo, pior ainda é não se alimentar todos os dias.

A maioria (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia, sendo que 27,1% compram a comida com o seu próprio dinheiro e 4,3% utilizam o restaurante popular. Não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia) 19,0% dos entrevistados. (pág. 13)

– A minuta emprega bem o reconhecimento de cidadania das pessoas em situação de rua. Em um trabalho que apresentei na UnB, chamei a atenção para algumas opções para nomear esse grupo, entre elas: cidadãos/cidadãs que estão morando nas ruas (indica o ‘morar’, mas não de forma fixa) ou cidadãos/cidadãs em situação de rua. É uma forma de reconhecer explicitamente a cidadania e de provocar um outro olhar sobre essas pessoas na perspectiva do uso da linguagem em relação com as práticas sociais. Quanto à minuta, consta esse trecho:

<sup>311</sup> Sugiro que cruze os dados com quem não esteve em instituição nenhuma ou quem só esteve em albergue (‘abrigos institucionais’).



IV - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; (pág. 15)

Sugiro que seja retirada a palavra “promoção”. Entendo a intenção, contudo parece ser mais importante reconhecer que são cidadãos/cidadãs e precisam das garantias a que têm direito.

– É possível que um questionamento direto, com pergunta aberta, para as pessoas em situação de rua apresente ótimos resultados e colabore na decisão do que fazer. Talvez o próprio Movimento Social consiga esses dados. Perguntas como:

- Você está vivendo essa situação hoje, se eu lhe perguntasse: — o que você deseja?, qual seria sua resposta?
  - O que vc desejaria fazer?
  - O que vc desejaria ter?

## APÊNDICE B – *E-mail* encaminhado ao MDS sobre a Consulta Pública da Política Nacional

Sugestões para a POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, a qual foi disponibilizada para consulta pública.

### Identificação

“População em situação de rua” ou “pessoas em situação de rua” têm sido formas de melhor nomear as pessoas que estão passando por esse problema social. O esforço para chegar a uma melhor designação deve continuar; assim como todas as lutas e ações para tratar dessa questão.

Essas pessoas são cidadãs e precisam ser reconhecidas e tratadas dessa maneira. O estabelecimento do primeiro Princípio, de “Promoção e garantia da cidadania”, demonstra isso. Mesmo assim, é preciso fazer a seguinte reflexão: embora a maioria dessas pessoas não esteja gozando do pleno exercício de sua cidadania, isso não lhes retira a condição ou *status* de cidadãs. Esse reconhecimento por meio da própria designação na Política Pública já seria uma grande demonstração da mudança que está ocorrendo, inclusive na luta contra o preconceito social (Princípio IV).

Diante do exposto, sugiro a seguinte designação: **cidadãos e cidadãs em situação de rua**. Seria, então, uma *Política Nacional para Cidadãos e Cidadãs em Situação de Rua*.

Há, nessa perspectiva, o reconhecimento de gênero social na linguagem utilizada, pois existem muitas mulheres que também estão em situação de rua.

O possível argumento contrário a essa forma de identificação seria dizer que ela não faria distinção clara entre os demais cidadãos e cidadãs. Em primeiro lugar, isso é ótimo, pois o que cria a diferença é simplesmente a “situação de rua”. Em segundo lugar, os termos “população” ou “pessoas” trazem em si o mesmo problema de distinção.

Ser identificado/nomeado como cidadão ou como cidadã modifica, de certa maneira, até mesmo o olhar para essas pessoas, inclusive quanto às obrigações do Estado em relação a elas. Modifica-se também o olhar das pessoas em situação de rua para si mesmas, compreendendo a cidadania como parte de sua identidade. Dessa maneira, o próprio uso da linguagem trabalha a favor da auto-estima e da transformação social.

### Educação

Conforme o número de cidadãos e cidadãs em situação de rua nos municípios é possível pensar em formação escolar (continuidade) para boa parte deles e delas. Além da inserção no sistema regular de ensino, pode-se pensar na abertura de **escola/programa específico para atendimento do grupo** (até mesmo para funcionamento de ensino regular só para essas

peessoas). Remunerar esses/as estudantes poderia ser uma ação de grande estímulo. Poderia ser pensado também, paralelamente, em oferta de oportunidades de trabalho remunerado que não prejudicassem esses estudos, fazendo parte de ações coordenadas para favorecer a saída da situação de rua.

Lamentavelmente, o ensino regular público tem sérios problemas quanto à qualidade. Concluir o segundo grau só por concluir tem um valor simbólico, mas pouco prático (diante das demandas dessas pessoas). Muitos desses cidadãos e cidadãs precisariam de apoio, por exemplo, para o retorno às atividades escolares e para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades.

Quanto a **pesquisas em universidades e organizações sociais**, é importante ter demandas específicas (como já consta no documento), mas o estímulo deve estender-se a **qualquer tipo de pesquisa que se relacione ao problema da situação de rua**, pois quanto maior e de melhor qualidade for o conhecimento, melhores serão as condições de intervenção com eficácia.

Cursos de **graduação** como Serviço Social, Enfermagem, Medicina, entre outros, deveriam **abordar o tema cidadãos e cidadãs em situação de rua como parte de ementa de disciplina** correlacionada ou como atividades curriculares complementares obrigatórias. Dessa maneira, a preparação já seria realizada na formação regular.

**Cursos de Especialização (Lato Sensu) sobre cidadãos e cidadãs em situação de rua** também poderiam ser ofertados para os profissionais que trabalham com essas cidadãs e com esses cidadãos. A difusão desses conhecimentos e a valorização do tema no meio científico e governamental se tornariam um maior atrativo, gerando uma melhor capacitação, melhor tratamento e melhores possibilidades para se resolver essa questão social tão séria.

### **Assistência social**

Assim como existe o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), vinculado aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), deveria haver um **Programa para Cidadãos e Cidadãs em Situação de Rua** (atendendo de maneira efetiva o artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social), o qual estaria vinculado aos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

O Governo Federal seguiria, então, os mesmos moldes dos programas de assistência em funcionamento, que já preveem formas de articulação nos planos federal, estadual/distrital e municipal. A intersectorialidade pretendida pode ser articulada eficazmente sob a coordenação de um Programa como esse. Um Programa específico para um problema social especial de alta complexidade certamente traria ótimos resultados.

Entre tantas vantagens possíveis, podemos pensar que um *site* desse Programa, por exemplo, se tornaria um excelente meio de comunicação nacional sobre o tema, divulgando: ações, publicações (livros, pesquisas), eventos, avaliações de programas, resultados, problemas, links de organizações e movimentos etc.

## Trabalho

Estabelecer para o Programa **para Cidadãos e Cidadãs em Situação de Rua** um Plano semelhante ao **Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional** (Planseq - Bolsa Família). Uma ação como essa poderia resolver grande parte dos problemas relacionados a trabalho e renda.

É preciso pensar em **trabalho com boa renda** para esses cidadãos e essas cidadãs. A catação de material reciclável (mesmo em cooperativas/associações), determinados trabalhos artesanais ou de construção civil (ajudante de pedreiro) mantém uma proximidade muito grande com a pobreza extrema, principalmente para quem perdeu tudo. O vínculo com o trabalho é muito importante, mas o resultado financeiro desse trabalho precisa ser estimulador na difícil tarefa de saída das ruas.

Diante do exposto, pensar em **qualificações para trabalhos** na área de tecnologia<sup>312</sup> e outras **áreas que gerem empregabilidade** para as pessoas é uma resposta de qualidade para a demanda de trabalho e renda. Até mesmo a construção civil (de empreendimentos de grande e médio porte) tem áreas carentes de profissionais com qualificações específicas e que recebem boa remuneração.

## Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua

Conforme apresentado na Introdução (da Política Nacional), a pobreza extrema é um fator que está relacionado fortemente ao processo que leva cidadãos e cidadãs à situação de rua. A limitação de recursos financeiros, o desemprego, assim como trabalhos de baixa remuneração, causa grandes dificuldades para essas pessoas, em muitos casos isso interfere nas relações familiares e influencia o uso abusivo de álcool ou drogas. Na pesquisa, as pessoas entrevistadas respondiam quais foram os principais motivos que as levaram à situação de rua; *35,5% se referiram aos problemas de alcoolismo e/ou drogas; 29,8% ao desemprego e 29,1% a desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem, muitas vezes, estar correlacionados).*

*No entanto, destacamos que os problemas com familiares, em conjunto, abrangendo as separações amorosas, apresentou o maior percentual relativo das motivações para a ida a rua. O problema do uso abusivo de álcool e de drogas destacou-se como o segundo aspecto mais relevante, e, em terceiro, o desemprego.* Uma futura pesquisa qualitativa poderá indicar com maior precisão o que teria gerado a fragilização das relações familiares ou acentuado o problema com alcoolismo e/ou drogas, por exemplo.

**Os dois parágrafos anteriores** são formados por parte do texto da Política Nacional (em itálico) acrescidos de sugestões. Perguntar a alguém: “Quais foram os principais motivos

---

<sup>312</sup> Certamente há funções que demandam conhecimentos práticos que podem ser adquiridos em capacitações que não sejam de longa duração ou que possam conciliar o desenvolvimento dos estudos com a execução de serviços para os quais a capacitação já foi suficiente. Nem todos os trabalhos na área de tecnologia (apenas como exemplo) dependem de um conhecimento escolar formal avançado.

pelos quais você passou a viver e morar na rua?”<sup>313</sup> trará respostas que, provavelmente, apresentam apenas o ápice do problema, o “estopim”.

A precariedade financeira e o desemprego da pessoa que é a principal mantenedora do lar podem provocar a “tentativa de fuga” por meio do álcool, com possibilidades de ocasionar o consumo abusivo. Uma circunstância como essa é capaz de gerar rompimentos familiares. Nesse exemplo hipotético, a resposta de um entrevistado poderia ser simplesmente “o enfraquecimento do vínculo com a família”, ou somente “o alcoolismo”. No entanto, o principal problema gerador do processo não apareceria nos dados da pesquisa, trazendo um resultado de menor confiabilidade.

Outra possibilidade a se pensar paralelamente seria apresentar os dados da seguinte forma:

xx,x% se referiram aos problemas com familiares (desavenças com pai/mãe/irmãos e separações amorosas); 35,5% aos problemas de alcoolismo e/ou drogas e 29,8% ao desemprego. Dos entrevistados no censo, xx,x% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem, muitas vezes, estar correlacionados).

Os dados relativos à família já apareceriam agrupados (seguindo as discussões de todo o documento que tratam de “vínculos familiares” de forma geral) e já seriam a principal razão apresentada, tornando desnecessário o parágrafo seguinte. A sugestão de inserção sobre a pesquisa qualitativa pode ser mantida, ficando no final do primeiro parágrafo.

Apenas para apresentar um resultado das discussões nesse tópico, **o parágrafo poderia ficar assim:**

Conforme apresentado na Introdução (da Política Nacional), a pobreza extrema é um fator que está relacionado fortemente ao processo que leva cidadãos e cidadãs à situação de rua. A limitação de recursos financeiros, o desemprego, assim como trabalhos de baixa remuneração, causam grandes dificuldades para essas pessoas, em muitos casos isso interfere nas relações familiares e influencia o uso abusivo de álcool ou drogas. Na pesquisa, as pessoas entrevistadas respondiam quais foram os principais motivos que as levaram à situação de rua; xx,x% se referiram aos problemas com familiares (desavenças com pai/mãe/irmãos e separações amorosas); 35,5%, aos problemas de alcoolismo e/ou drogas; e 29,8%, ao desemprego. Dos entrevistados no censo, xx,x % citaram pelo menos um desses três motivos (que podem, muitas vezes, estar correlacionados). Uma futura pesquisa qualitativa poderá indicar com maior precisão o que teria gerado a fragilização das relações familiares ou acentuado o problema com alcoolismo e/ou drogas, por exemplo.

Os acréscimos apresentados e as alterações sugeridas ao texto da Política Nacional são para reflexão antes da versão final, pois o suposto problema da pesquisa quanto a esses dados (dos motivos de passar à situação de rua) soma-se a um resultado que favorece o preconceito quanto aos cidadãos e cidadãs que estão em situação de rua.

Saudações,

Décio Bessa

---

<sup>313</sup> Estou utilizando como base a frase que apresenta os dados na Política Nacional, não sei se a pergunta foi exatamente essa.

## APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
 INSTITUTO DE LETRAS – IL  
 DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa *Discurso e Exclusão Social de 'Moradores/as de Rua'*.

**Justificativa da pesquisa:** A importância de se estudar o problema social de pessoas em situação de rua por meio do estudo da linguagem e considerando as práticas sociais.

**Objetivos:** Investigar os discursos sobre 'moradores/as de rua' por meio da análise de diferentes textos (entrevistas, documento oficial, textos da mídia) e de redes de práticas sociais.

**Procedimentos:** para as entrevistas serão gravadas as falas do pesquisador e do(a) colaborador(a) e os dados permanecerão sob a guarda do pesquisador. Será feita apenas uma entrevista com cada colaborador(a) com duração média de 30 minutos.

**Resultados esperados:** Estima-se, com base na investigação, que sejam obtidos elementos que subsidiarão a reflexão sobre o problema social de pessoas em situação de rua, a fim de aperfeiçoar a forma de tratar essa questão social. Os produtos dessa reflexão serão apresentados e debatidos em congressos e publicações.

Pelo presente instrumento, desejamos o consentimento do(a) colaborador(a) desta pesquisa. Para tanto, esclarecemos os seguintes pontos:

- ✓ Trata-se de contribuição voluntária, sem remuneração;
- ✓ O consentimento em participar é livre, podendo o(a) colaborador(a) não aceitar ou desistir a qualquer tempo, sem necessidade de exposição de motivos;
- ✓ É possível obter do pesquisador informações que julgar necessárias em qualquer etapa da pesquisa;
- ✓ Não haverá divulgação de nomes; serão usados pseudônimos;
- ✓ Os resultados da pesquisa serão acessíveis por meio de solicitação ao pesquisador

O presente Termo está redigido em duas vias, sendo uma para o(a) colaborador(a) e outra para o pesquisador. Os dados de contato são: Programa de Pós-Graduação em Linguística – tel. 3307-2769, ou ainda no Comitê de Ética da UnB – tel. 3307-2760.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando com seu conteúdo, declaro meu consentimento em participar da pesquisa proposta, podendo dela me ausentar a qualquer tempo.

Eu, \_\_\_\_\_, pesquisador responsável pelo presente Termo, declaro cumprir este Termo, sob pena de responder civil ou criminalmente pelo seu descumprimento e responder por danos causados ao(à) colaborador(a) que decorrerem desta pesquisa.

## **Anexos**

### Anexo A – Entrevista 1 – Meire (representante do MDS<sup>314</sup>)

**Décio:** A primeira questão é assim... meio que imaginação, né? Se você imaginasse que tivesse alguém no Brasil, ou talvez em outro país, que não conhecesse a situação em que vivem as pessoas que estão nas ruas, né? Inclusive esses problemas. Como é que você explicaria que problema é esse? Como que vocêalaria isso pra ele? Como é que vocêalaria sobre está situação pra alguém que não a conhecesse?

**Meire:** É:: assim, primeiro é:: assim, que a população de rua é:: tem um fenômeno, né? Que acontece inclusive em países desenvolvidos e em, em grandes cidades, em grandes metrópoles mundiais, né? Aqui no Brasil é:: é claro que sim. Você tem um número de pessoas que estão na rua, um número muito maior do que você encontra nessas grandes metrópoles mundiais, né? Porque lá é uma situação mais residual. Você anda numa grande cidade dessas, você vê pessoas nas ruas, mas em número é muito maior, né? Aqui no Brasil é uma população, hoje, bastante significativa, né? Hoje a gente [...] os dados da pesquisa nacional... Não sei se você já teve acesso. É:: mas claro que no Brasil é... essa situação ela é fruto também da nossa desigualdade social, né? Da situação de pobreza, né? Que uma parcela muita grande da população tá, tá submetida. Ahn... Nessa investigação que a gente fez recentemente pra saber, assim, o que que leva as pessoas que estão na rua? O que que as pessoas é:: é hoje... estão numa situação como essa, né? Que a gente sabe de extrema vulnerabilidade, né? De: de falta de uma alimentação sistemática, enfim de um abrigo. E o que a gente identificou é que a questão do desemprego é sim, a questão da renda, é um dos motivos que levam as pessoas a irem pra rua, mas também um motivo que é bastante significativo é... são problemas relacionais. Problemas na dinâmica familiar e aí se alia, tanto as dificuldades nas relações quanto se alia o uso de drogas [...] Uma pessoa que tem... que faz uso abusivo, né? De substâncias químicas, isso comumente é um dificultador nas relações, né? Comumente, é assim. Então, isso também é um motivo bastante significativo. É claro que também acho que a questão do relacionamento familiar... acho que também não dá pra gente pensar em só ter um olhar *strito sensu* nisso, porque de uma certa forma você culpabiliza, né? É:: que as pessoas não conseguem se relacionar bem e vão pra rua, né? Claro que essas dificuldades relacionais tem outros fatores aí, não é? Que levam a isso também, não é? Talvez a própria... ahn... é:: os próprios limites... como é que eu posso falar? Assim... Tá me faltando a palavra. Mas é:: é: as vezes limites das condições operacionais da família, né? Levam também alguns acirramentos? Algumas situações de violências? Que a gente sabe muito bem disso. É:: enfim. Bom, então eu explicaria um pouco por aí, né? Acho que não é um fenômeno simples. A gente não pode ver assim... oh, as pessoas estão nas ruas porque elas querem ou porque elas são levadas a ir para as ruas, né? Eu acho que não é isso. Eu acho que é uma situação muito complexa. Que, claro, tem fatores estruturais, sem dúvida. Agora, também tem motivadores também, é: individuais, né? Acho que é, de fato, eu assim considero, um dos... dos fenômenos sociais mais complexos de você:: de você: é:: explicar.

**Décio:** Como é que essas pessoas... como elas vivem? Onde elas ficam?

**Meire:** Então, olha só... As pessoas, hoje, que estão nas ruas, elas é:: elas vivem... tem uma parcela é... Isso tudo dados da pesquisa demonstram, depois eu te passo. Mas assim, ela tem uma parcela que tá nos abrigos, né? Que estão nos abrigos. Um número grande tá nos abrigos. Então, assim, a gente considera que ainda tá em situação de rua porque elas estão no abrigo a pouco tempo, não é? Tem aqueles que tão no abrigo mas vão só pra dormir. Muitos vivem em... como chama? ((essa questão foi feita simultaneamente a um gesto que simbolizava 'marquise', por isso respondi))

**Décio:** Marquises.

**Meire:** É... marquises. Enfim, prédios abandonados. A gente viu também que tem... quando eles buscam abrigos, né? Isso que na linguagem da rua eles chamam de mocós? Que são esses espaços que ficam mais escondidos. E que propicia um abrigo do sol, da chuva? Nesses abrigos comumente é:: eles vão mais pra dormir, né? Mais pra dormir mesmo, mais à noite. Então, assim, esses... Tem uma coisa que eu esqueci de falar, nessa coisa de tentar uma explicação. Com essa coisa das pessoas estarem nas ruas que assim... eu considero que assim... eu compartilho um pouco do que Castel explica, que é a questão da desfiliação mesmo, né? Que essas pessoas vão perdendo seus vínculos, né? Seus vínculos sociais. Embora na rua elas têm uma rede. Uma rede que contribui com eles na sobrevivência, não é? Então, é:: pra se proteger eles buscam estabelecer uma rede na rua é:: de: assim, tanto pra adquirir alimentação, então há gente que pelos menos, quase em sua totalidade, eles fazem pelo menos uma refeição por dia. Então, assim, eles têm, eles buscam uma rede. Buscam estratégia de sobrevivência na rua tanto no aspecto como eu te falei de alimentação, quanto de segurança, né? E de, enfim, outros aspectos.

**Décio:** O que você acha, assim... dessas pessoas?

**Meire:** Hã?

<sup>314</sup> Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



**Décio:** O que você acha delas?

**Meire:** O que eu acho, como assim? Em que sentido?

**Décio:** A pergunta foi um pouco complexa. Simples e complexa.

**Meire:** Assim, parece simples mas que assim/

**Décio:** O que você pensa sobre elas? Na verdade, você falou um pouco sobre isso, citando quais foram as causas.

**Meire:** Então... Acho que tem dois olhares, né? Acho que tem o olhar da 'Meire' cidadã, né? E da 'Meire' como agente público que trabalha com isso. Então, claro que as coisas elas... você não pode dizer, do ponto de vista cidadã eu penso isso do ponto... Acho que as coisas estão muito interligadas. É: mas, assim, eu acho assim, como todo cidadão hoje no Brasil, quando você olha essas pessoas que tão na rua você tem vários sentimentos ali, né? Acho que tem coisas que vão. Que às vezes vai assim, desde de você. É:: é uma mistura de pena, de solidariedade é... enfim. Eu acho que nunca parei pra pensar isso não, assim, do ponto de vista pessoal. Então, assim, pelo fato de eu ter já [...] com essa temática há muito tempo, de saber o que que leva essas pessoas a estarem na rua. É: não é que você vê de forma natural. Não é que você vê isso com naturalidade. É.. Agora sim, eu sei dos possíveis motivos que levaram essa pessoa, né? A estar na rua. Então, assim, o primeiro ímpeto que você tem é igual quando a gente vê uma criança é: é: vendendo, trabalhando. Vendendo balas, vendendo rosas na rua, é de você procurar saber como aquela pessoa... se ela sabe onde procurar, que tipo de apoio ela pode ter pra sair daquela situação, entendeu? Assim, normalmente é o primeiro ímpeto que a gente tem, né? Por exemplo, a criança tá trabalhando... Você estuda? Você mora onde? Por que você está na rua? Então, é um pouco isso. Eu acho que assim, em relação a... porque, assim como a maioria da pessoas que tão na rua elas são de sexo masculino. É: as vezes não, isso não é regra, né? Mas tão alcoolizadas ou tão... Então tem um ímpeto também de... as vezes do medo, né? De você não se aproximar porque tem medo de sofrer alguma agressão, de ter alguma coisa. Então, é: eu acho assim. Eu acho que é um sentimento da sociedade, isso de ter desses sentimentos contraditórios. Nunca tinha parado para pensar nisso, mas eu vou pensar mais.

**Décio:** Essa situação começou quando?

**Meire:** Começou quando?

**Décio:** Essa situação de pessoas que estão na rua?

**Meire:** Então, olha só, é... Essa situação, eu acho assim, de ser mais e mais massificada, né? Com um número maior de pessoas que tão na rua, eu acho que nas últimas décadas, sem dúvida, né? Eu acho que com o processo de industrialização, não é? Com, eu acho, o grande [...], porque se antes tinha uma característica, é que das pessoas que tavam na rua que hoje é outro. Hoje... Antes tinha a história do êxodo rural, de muitas pessoas que vinham, saíam lá das pequenas cidades, né? Da região rural e procurava as grandes cidades em busca de emprego. Hoje, como a pesquisa a gente percebeu, que é: que as pessoas já são oriundas da própria cidade, né? Ou, no máximo, da região muito próximo, assim, né? Porque existia ainda aquela ideia de que eles eram trecheiros, né? Que eles chamam trecheiros aqueles que ficam de cidade em cidade. A gente viu que hoje é uma minoria que vive assim? Que a grande maioria das pessoas que tão na rua elas são ali do próprio município, da própria cidade, ou seja, se fosse São Paulo, da cidade de São Paulo ou no máximo daquela região muito próxima dali que chama da grande São Paulo, né? Ali nas redondezas e tal. Então essa coisa... isso foi uma das coisas que nos surpreendeu muito na pesquisa. Desmistificou, sabe? Aquela coisa que eram pessoas que vinham do nordeste ou que vinham das regiões mais pobres para as grandes cidades.

**Décio:** O que pode acontecer por causa dessa situação?

**Meire:** O que pode acontecer? Como assim?

**Décio:** É uma situação social que você tá colocando como um problema, né? E por conta disso, o que pode acontecer socialmente? Que tipo/

**Meire:** Aumentar?

**Décio:** Aumentar é uma possibilidade que você está colocando e o que mais poderia acontecer?

**Meire:** Então tem algumas, alguns aspectos novos nessa situação, assim, né? Hoje o movimento é... As pessoas que estão nas ruas, elas tão buscando é: elas tão buscando se organizar socialmente. Isso é também uma coisa absolutamente nova, né? Claro que ainda são núcleos. A gente ainda não pode considerar que hoje no Brasil tem o movimento nacional da população em situação de rua, não é assim. Tem um movimento, mas é um movimento que tá mais sedimentado em São Paulo e Belo Horizonte e com focos em algumas outras cidades do Brasil. Então assim, são pessoas que tão se reunindo pra buscar, discutir sua situação, para acionar o poder público, né?

Por uma política de proteção. Então assim, é: tem uma coisa que eu acho que assim se esse movimento de fato se ampliar, se sedimentar, a perspectiva, óbvio, é que mais atenção o poder público dê a essas pessoas e mais, e assim, elas acessando uma rede de proteção, a tendência é, provavelmente, diminuir o número das pessoas que estejam na rua, né? É eu acho assim é:: acho que em continuando no Brasil a diminuição da desigualdade social, embora a gente saiba que ainda é um dos países recordistas aí na desigualdade social, mas eu acho que alguns índices sociais a gente tem conseguido melhorar, né? Estamos muito longe ainda do que a gente considera o ideal, mas enfim, acho que é... Então assim, eu acho, em continuando isso, acho que o poder público de fato investindo em políticas sociais, né? Sobre tudo com é:: que às vezes a gente tem, às vezes assim, eu acho que na academia às vezes tem uma crítica de algumas políticas focalizadas, não é? Agora, por outro lado, tem uma especificidade, né? De determinados segmentos ou determinadas situações que você tem que ter um olhar, assim, atento, né? Claro que não é não deve ser uma política de forma estigmatizante, né? Mas, que é... perceba ou trate é... essas questões com as especificidades que elas exigem, não é? Então, hoje, quando a gente tá pensando numa política nacional para a população em situação de rua, né? Quer dizer, é uma política específica, é uma política focalizada, não é? Mas essa política, ela tem a perspectiva de inserir essas pessoas nas políticas sociais, né? Então, assim, eu acho assim, entendo essa tendência, assim, em confirmando esses investimentos públicos para essa população, eu acho que a tendência é:: eu espero que sim, que com essa política que a gente possa de fato dar pelo menos oportunidade para essas pessoas que estão na rua para buscar outras alternativas, né? De acolhida, de abrigo e de vida. Tomara que... ((leve sorriso e silêncio indicando que tinha concluído a resposta))

**Décio:** você já falou de um modo geral assim que alguma coisa deveria ser feita, né, que algumas questões estão sendo já tomadas providências em relação a políticas nacionais. Sobre políticas públicas você pode falar um pouquinho de talvez algumas questões práticas que estejam sendo pensadas, já estejam sendo feitas ou que deveriam ser feitas?

**Meire:** então, olha só, em outubro, final de outubro de 2006, o presidente da república, ele:: ele editou um decreto. Publicou um decreto. É:: instituindo um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar uma política da população em situação de rua. É claro que pra gente chegar a ter um decre... um grupo de trabalho instituído para elaborar isso, teve um processo anterior, né? De organização dele, de: de atenção, sobre tudo, assim, que o MDS deu a esse segmento, né? Pelo fato de ter técnicos, de ter pessoas à frente, que de certa forma já tinham um estudo anterior, já tinham trabalhado anteriormente com essa população, claro que isso tem influência decisiva nas coisas, né? Então, eu acho que esse conjunto aí de... Nós havíamos feito o encontro nacional, né? Com gestores, com algumas pessoas que eram lideranças, assim, do movimento pra discutir um pouco a situação da população em situação de rua. É: nós já tínhamos um projeto voltado pra população em situação de rua que era na perspectiva de fortalecimento institucional, ou seja, fortalecer o movimento na perspectiva da capacitação. É: e na constituição de:: de grupos de economia solidária. Então, assim, então é:: esse trabalho preliminar, ele culminou com a edição desse decreto. A partir daí esse grupo foi instituído, é um grupo coordenado, né? [...] Então, é um grupo que é constituído por vários ministérios. Assim, as políticas que a princípio a gente avaliou que eram as que têm... uma que tem que ter uma atenção mais direta, né? Com essa população, como saúde, educação, trabalho, cultura, direitos humanos... quer dizer, direitos humanos não é uma política, né? *Stricto sensu*, mas é... a gente considerou que isso seria fundamental. A Secretaria Especial de Direitos Humanos para participar, né? Trazendo a discussão também dos direitos humanos. Aí a gente tem representação, tem o Ministério da Justiça que tá representado pela Defensoria Pública, né? Nessa etapa que a gente tá do GTI, a gente tá inserindo a Secretaria Nacional de Segurança Pública. É: aí tem representação de organização não governamental, que é a pastoral de rua, que tem já um trabalho histórico com essa população, né? Representação do Movimento Nacional de População de Rua, em Situação de Rua, que é o pessoal... dois representantes de Belo Horizonte, dois de São Paulo, como eu já te falei que é o movimento que tá mais forte. Assim, então, esse grupo teve uma dinâmica de trabalho que a gente partiu... a primeira discussão foi é:: buscar caracterizar quem eram essas pessoas. Quem é essa parcela da população? Quem são? O que eles fazem? Por que que eles estão na rua? Que estratégias eles têm? Enfim. Já tinha duas pesquisas, algumas pesquisas é: municipais que já tinham sido feitas é: três, duas apoiadas pelo MDS, que foi nesse projeto que eu te falei, que fiz referência ainda a pouco, que foi Belo Horizonte e Recife. E também São Paulo. Eles por uma política lá, que eles têm, que foi instituída, que foi na época de, da vereadora Aldaíza Sposati, que depois foi secretária lá, de assistência social é:: instituiu um senso sistemático lá, me parece que é de dois em dois anos eles fazem um senso lá na cidade de São Paulo. Então, a gente já conhecia um pouco essa parcela da população. O movimento, o fato do movimento tá participando foi muito interessante porque, assim, ninguém melhor do que eles para falar das necessidades, né? Das vivências deles, né? Das defiliações deles. Então foi um processo muito interessante. Foi um processo que foi essa caracterização, o grupo começou disso, mas claro que isso não é pontual, porque a cada reunião a gente conhecia mais, né? As coisas vinham. Mas depois que a gente teve essa discussão das características da população, dessa população, a gente começou a discutir cada política pública. Como é que cada política pública vê esse segmento? Ele já tem alguma ação específica, ou não? O que que eles estavam pensando pra essa população a partir daquele diagnóstico inicial, né? Então foi um processo de construção. Assim, é: é: então hoje

a gente tem uma minuta. É assim, uma minuta que a cada dia a gente aperfeiçoa porque sabe, é:: A cada reunião vem questões novas, né? Nós estamos numa fase, agora, da consultoria; fazer essa olhada geral a partir de... Porque, assim, a construção dessa minuta, desse texto, ele teve como base... assim, primeiro sistematizou, foi isso, gravamos todas as reuniões. Tivemos atas, relatórios, enfim. Então, a partir dessas discussões nós tivemos o texto. O texto, assim, por mais que a gente aperfeiçoe... todo mundo fala, poxa, mas ele não consegue representar ou conter todas as nuances da discussão. A discussão no GTI é tão boa, tão intensa, que a gente, claro, não consegue reproduzir isso no papel. E, por outro lado, é um texto assim, por ser um texto de uma política nacional, ele tem limites também, né? Ele tem limites de forma, ele tem limite de conteúdo etc. Mas o fato de que nós estamos nesse aperfeiçoamento é:: do texto... Ele agora vai pra consulta pública, né? Consulta pública, entendendo aí tanto do ponto de vista de colocar na Internet e assim qualquer cidadão acessar e fazer propostas, quanto assim, em São Paulo e Belo Horizonte, em alguns lugares, o próprio movimento ou a própria rede ali das instituições que comumente trabalham na defesa de direitos dessa população tão constituindo fóruns e tão e:: eles estão fazendo a discussão da política. Então... Acabou de ter agora, bom, acho que foi essa semana, uma discussão em São Paulo. E eles discutiram o senso, então, já fizeram vários encontros para discutir o resultado da pesquisa pra discutir a política nacional. Então, assim, é muito interessante não estamos, assim, com pressa de lançar. A gente quer, sim, de fato, a gente poder discutir melhor, amadurecer. Ver sobretudo, né? Um aspecto importante que a gente acha da política é comprometer os gestores na implementação das ações previstas. Isso requer uma pactuação como os gestores, quer dizer, tem uma parte política aí que tem que ser construída, que é fundamental para acontecer, né? Porque o governo federal, ele dá diretrizes, ele co-financia, mas ele não executa, né? Quem executa são os municípios. Com exceção do bolsa família, né? Com exceção dos BPC, de alguns benefícios, mas os serviços eles são executados lá na ponta. Lá pelos gestores municipais. Então, isso é fundamental. Assim, os gestores... eu tinha esquecido de te falar que a representação dos gestores municipais de assistência social que chama CONGEMAS, ele também faz parte do GTI. Então, quer dizer, não basta também só pactuar essa política com gestores da assistência social, embora seja uma política que, tradicionalmente, historicamente, para quem tem um olhar mais específico pra essa população. Mas a atuação dela é limitada, não é? Se essa ação aqui não tiver articulada a várias outras políticas. Se a gente não assegurar de fato uma ação intersetorial? Como exige, né? É:: No caso, as necessidades dessas pessoas, elas são de todos os níveis, né? É de trabalho, é de renda, é de saúde, é de abrigo, é de moradia, né? É de documentação. De documentação civil. Então, se não tiver essa ação intersetorial, teremos pouco sucesso. Então, por isso que nós queremos de fato pactuar com gestores de outras áreas também, né? Pactuar isso no Conselho Nacional de Saúde, por exemplo, com gestores da saúde. Com gestores da educação, né? Enfim, tentar, de fato, comprometer os gestores na implementação dessa política nacional. Bom, então é:: então nós estamos fazendo coisas paralelas, né? Então, vai pra consulta pública; conversa-se com gestores, vamos fazer um encontro nacional, né? Pra lançar a política. Enfim, nós temos aí alguns, é... nossa intenção agora é já começar a olhar para o nosso orçamento do ano que vem, já tentar pensar, ampliar o nosso co-financiamento para que os municípios tenham mais condições de implementar essa política, né? Então, são várias iniciativas. As coisas muito conjugadas, porque exige ainda um conjunto de iniciativas mesmo.

**Décio:** Tem ideia de tempo, prazo, data, para o lançamento da política nacional, para esse encontro que a senhora tá falando?

**Meire:** Então, esse encontro nacional, a gente tava pensando para agosto, setembro, né? Mas, assim, como eu te falei que a gente de fato quer um texto, assim, consistente mesmo. Um texto em que cada política consiga apontar é:: que ações vão de fato vão ser implementadas. Então, assim, a gente quer discutir, a gente tá na fase de querer ouvir mais, então a gente tava pensando em, agora, numa política, numa oficina com vários especialistas, né? Que tem trabalhado com essa temática, né? Na área da reforma urbana, que tem aquela Cecília... eu nunca sei o sobrenome dela. [...] Não. Que é da USP, de São Paulo, que [...] da Federal do Rio de Janeiro. É:: enfim você tem vários especialistas. A própria Aldaíza Sposati que é uma estudiosa no assunto. É:: a gente tava pensando de reunir um: também esses especialistas e poder também ter o olhar deles, né? No texto. Então foi isso, né? Então, a gente espera que até setembro a gente consiga: a gente consiga lançar a política.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Meire:** Eu acho que igualdade social, ela tá assim. Eu comumente relaciono a igualdade a oportunidade, sobretudo, né? Eu acho que é você dar oportunidade para que as pessoas tenham acesso, né? Aos bens e serviços públicos [...] sobretudo isso.

**Décio:** Nessas proposições que você está trazendo sobre a questão de política, tem duas perspectiva. Uma é de sair o documento, né? Que seria dar diretrizes de política nacional e a outra é /

**Meire:** [...] uma política nacional para a inclusão social das pessoas que estão em situação de ruína.

**Décio:** Isso, você tem esse documento, né? E você tem a aplicabilidade dele que é via gestão municipal essencialmente.

**Meire:** Isso.

**Décio:** E que impedimentos você vê nesses dois processos? Tanto na: na elaboração /

**Meire:** Desafios, você quer dizer? Mais do ponto de vista... desafios?

**Décio:** É, pode ser desafios ou talvez você vislumbre algumas dificuldades que podem acontecer na aplicabilidade.

**Meire:** Ah, tem várias, tem várias. Olha, tem uma coisa que eu te falei, que é um preconceito que tem arraigado, não é? Que ao mesmo tempo que as pessoas tem pena, elas acham que aquelas pessoas naquela situação enfeiam a cidade, né? É:: então tem muitas, tem algumas cidades... Nós tivemos, inclusive, só fazendo um parêntese, problemas na pesquisa... que a gente teve que suspender a pesquisa e voltar num outro momento porque quando o gestor soube que ia fazer a pesquisa é... fez uma 'limpeza', né? Entre aspas. Eles recolheram as pessoas que estavam na rua, não é? É:: então tem muito disso também, né? Então, assim, acho que tem essa questão do preconceito. Não são todos os gestores que entendem, que estão sensibilizados e que querem de fato contribuir para fazer uma rede de proteção como essa, pra essas pessoas, né? Então, por isso que eu te falei que o compromisso do gestor é fundamental, né? A mudança de mentalidade deles, né? É fundamental. É:: ele tem que ver, enxergar aquelas pessoas como sujeitos de direitos. E não como pessoas que enfeiam a cidade. Que tem que sair. E que... Agora tá mais complicado, como eu te falei, né? Porque, antes, eles davam toda a passagem pra pessoa voltar lá pra cidade de origem. Hoje, o perfil dessas pessoas são da própria cidade, não é? Então, assim, com esse processo, também, que eu te falei, organizativo, embora ainda muito incipiente, mas eles estão pressionando. Em São Paulo, eles pressionam mesmo os gestores. Eles estão mais fortes. O movimento tá pressionando e tá é... Então assim, acho que essa mudança de mentalidade é um grande desafio. Eu acho que é um grande desafio.

**Décio:** Você disse que trabalha há algum tempo já com essa temática, com essa situação, com esses problemas.

**Meire:** Na assistência social, que eu trabalho. ((sorriso))

**Décio:** Você se lembra, inicialmente, como é que você teve informação sobre isso, conhecimento sobre essa situação?

**Meire:** Olha só. Na verdade, a gente é:: O primeiro... Quando você faz serviço social é: porque aí claro que: não é o serviço social é uma disciplina que ela atua em várias políticas sociais, não é? Mas quando na própria formação, né? Do profissional, do assistente social ele já propicia a gente estudar, né? Essas questões sociais. Então da formação você já tem oportunidade de conhecer, né? A questão. De enfim de de de aprender técnicas, né? É: é metodológicas pra trabalhar. Então assim, na verdade desde da minha formação é: eu tive contato assim, eu tive uma... considero assim que eu tive uma formação é: porque... essa coisa da universidade tem assim... Eu formei num momento também que era um momento de muita [...] política. Um momento estudantil muito intenso. Então assim, tive muito bons professores. Então assim, na verdade desde aquele momento, né? Eu:: eu tive já uma formação que me levou a entender um pouco. A conhecer e entender. Acho que foi a partir daí mesmo, sabe? Acho que antes da universidade essa coisa eu não via, né? Normalmente, essa coisa não tem visibilidade. As vezes você passa olha na rua mas não, né? Então assim a partir disso. Bom, aí depois trabalhar na área da assistência social, não é? É uma é:: é uma questão que é: Lida, né? Contididamente, entendeu? Mesmo que, mesmo você não trabalhando diretamente com a população em situação de rua. Mas você em outros serviços você, né? Tem contato, conhece tal.

**Décio:** como é que você acompanha assim a divulgação de alguma informação, comentário etc da mídia seja jornal, revista, internet, televisão, rádio. Como é que você...

**Meire:** Então.. olha só. Primeiro, o seguinte, acho que na mídia, quando essa população aparecia, ela aparecia sempre relacionada a uma situação de violência, né? Comumente era isso. Ainda hoje, né? Eu acho que sempre que a população aparece ela é... Eu acho que aparece pouco. Não tem muita visibilidade, né? Mas quando aparece comumente tá relacionado a algum ato de violência praticado contra essas pessoas, né? Recentemente, o próprio Sebastião. Agora isso é um fato isolado. Isso é um fato absolutamente isolado. O Sebastião é uma pessoa que tem tido vários espaços na mídia para falar um pouco dos sentimentos dele, da dificuldade. Se você for ver aí no blog dele [...] tem várias. Essa sema... Anteontem, terça-feira, eu recebi um *e-mail* dele dizendo que ele tinha feito uma reportagem. Não, ia fazer no dia seguinte, uma reportagem, uma matéria pra Record, para aquele programa Hoje em Dia, que tem na Record. E ia ser gravado e tal. Até eu falei: que bom, aproveita e fala né? Das dificuldades, né? E tal... Do processo de exclusão. Dei alguns toques lá pra ele. Falei, bom, né? Quando for sair de fato, você avisa. Então, assim, é uma pessoa que já teve várias entrevistas com ele na Época. Enfim. Mas

é um fato isolado. Absolutamente isolado, né? Absolutamente isolado. Mas, agora, recentemente, apareceu a divulgação da pesquisa foi muito boa, sabe? Saiu em todos os jornais televisivos, em todos os jornais impressos, rádio. Olha, foi um mês intenso, de muitas entrevistas que nós demos. É então é:: foi um... claro que eles divulgam, as vezes eles puxam alguns dados, mas acho que foi o momento que a população mais teve evidência, sem dúvida, foi agora na pesquisa.

**Décio:** Mais alguma coisa que você queira dizer? Algum comentário, coisa assim, sem questão?

**Meire:** Hã:: Então, olha só. As vezes eu me sinto com muita responsabilidade. Assim, acho essa coisa de você pensar numa política nacional pela primeira vez, né? Porque, primeiro, vejo o governo federal, tá tendo, tá tendo uma atenção assim, né? Pra essa parcela da população. Eu me sinto muito desafiada, assim, sabe? E as vezes meio receosa, porque... aquilo que eu falei. Nós temos muitos desafios, não são poucos não. São muitos desafios. Esse aspecto que eu te falei do valor, da concepção. Isso é só uma das dimensões, né? Dos problemas. Acho que tem a questão da falta de recurso. Do pouco recurso. É:: os municípios hoje é:: enfim. Acho que tá aliado também a um Estado, né? Que na nossa sociedade, a gente sabe que tem que ser mais fortalecido, né? Que é um estado ainda... de bem estar... é um Estado muito enfraquecido ainda, né? É isso.

### Anexo B – Entrevista 2 – Breno (representante do MTE<sup>315</sup>)

**Décio:** A partir da seguinte suposição... que você tivesse falando com alguém que não tivesse conhecimento sobre isso ou não soubesse que existem pessoas morando nas ruas e qual é a condição delas, de onde vem... Quería que você falasse um pouco para essa pessoa.

**Breno:** Na verdade, o fenômeno da questão dos moradores de rua ele é fruto de um processo contemporâneo de exclusão social em função das mudanças que passa o mundo do trabalho e que leva os trabalhadores de certa forma, né? A buscar a sua sustentação, enfim. É a partir de uma outra lógica, em função da exclusão do próprio mercado de trabalho. E morar na rua, hoje, significa isso, um processo de exclusão onde a pessoa é pega de surpresa, vamos dizer assim, em função da sua não permanência, da sua não possibilidade de ascensão no mercado de trabalho, né? E aí perambula pelas ruas, né? Na busca de, da sua sobrevivência. Recentemente foi feita uma pesquisa pelo Ministério do Desenvolvimento Social com relação ao tema e uma das coisas que pôde se verificar é que uma imensa maioria desses trabalhadores moradores de rua, né? Já tiveram no mercado de trabalho de alguma forma. Carteira assinada... é::, de certa forma, praticamente quase que todos sabem ler e escrever. Participaram no mercado de trabalho com alguma forma de profissionalização na construção civil, enfim, em diferentes áreas do, da questão da organização do trabalho de setores econômicos. E pelas mudanças que foram introduzidas, né? E a necessária preparação desse trabalhador para essas mudanças de [...] econômicas e produtivas, é:: de certa forma a não participação deles nesse processo acabou determinando a exclusão deles desse mercado de trabalho. Isso é um fenômeno que ocorre já há algumas décadas, né? É se pegarmos aí a década de oitenta, né? Que é a década perdida do ponto de vista do desenvolvimento econômico desse país e olhar para essa realidade a partir da pesquisa a gente vai perceber exatamente esta constatação. É a partir disso, né? E desse processo aí alocado a busca do ser humano por se organizar e estar disputando e procurando construir seus destinos na sociedade organizada e particularmente os moradores de rua hoje estão organizados num movimento nacional também, né? É aí com o trabalho importante das igrejas e particularmente a igreja católica, né? Tem feito um trabalho no sentido do resgate da auto-estima, do resgate da possibilidade da reinserção desses trabalhadores ao mercado de trabalho ou ao mundo do trabalho a partir da sua auto-organização. Através de associações de cooperativas que eles vêm, é::: construindo essas alternativas, né? Então, é justamente aí que estamos, enquanto... numa postura de governo, no sentido de apoiá-los, né? E buscar contribuir no sentido de reconduzir esse segmento às fileiras das sociedades organizadas, aí, enquanto a sua perspectiva que eles vêm trabalhando. É uma das questões, acho que fundamental, de ser colocada é:: no nosso governo essa mudança de postura com relação a exclusão social e nossos problemas sociais, justamente, veio no sentido de contribuir, né? Enquanto a perspectiva do governo na instituição de políticas para esse setor, né? No Estado brasileiro. Uma postura diferenciada em função de que este Estado não foi pensado, né? Para atender essas populações. E o grande esforço que nós temos feito e estamos fazendo e faremos, né? Enquanto estivermos no governo e justamente no sentido de ampará-los, no sentido de fomentar atividade produtivas no sentido de poder tá, enquanto no governo, né? Fazendo essa construção no sentido de uma mudança de postura do Estado com relação a essa questão, a esses trabalhadores e trabalhadoras.

**Décio:** Essas pessoas, geralmente, vêm de onde?

**Breno:** Essas pessoas elas, eles estão em diferentes condições, né? Tem um morador de rua que mora longe dos centros urbanos e como o ganho dele é muito... é exíguo, né? Ele acaba passando a semana dormindo. Esse é um dos perfis. Acaba passando a semana dormindo embaixo de marquise, enfim e buscando a sua renda, sua sustentação, né? É::: nesse meio urbano. Ou mora numa favela ou mora, enfim, retirado da região central das grandes cidades, né? E por ter que gastar passagem, enfim, que não é compatível com a renda auferida a partir desse trabalho catando latinha, catando material reciclável... Esse é um dos perfis, né? E por não poder tá deslocando, porque isso acaba diminuindo seu ganho, ele prefere dormir embaixo de marquises, enfim. Estabelece uma relação territorial nas cidades, né? Onde eles se relacionam lá com seu João da padaria. Onde eles se relacionam lá com alguém da área do comércio. Onde eles se relacionam lá, enfim, em diferentes é é:: setores de organização da sociedade do ponto de vista urbano. E de onde ele auferir alguma renda no sentido de tá dirimindo... desse violento processo de exclusão que eles vivem, né? É::: esse é um dos perfis, né? Porque eu devia ficar aqui falando de outros e outros perfis, né? Do morador de rua hoje, né? Que se organiza no movimento nacional e que busca cada vez mais aglutinar outras pessoas que tão nessa condição, no sentido de organizá-las para, entendendo seu problema, buscar superação disso a partir dessa organização.

**Décio:** O que você sente quando vê uma pessoa dessas?

**Breno:** Na verdade, né? A gente vem de uma trajetória de governos e a nossa experiência em outros governos no qual já participamos, né? É::: o sentimento tem que ser superado do ponto de vista é::: da perspectiva de olhar

<sup>315</sup> Ministério do Trabalho e Emprego.

com... como eu diria? Com... de um ponto de vista assistencial, de um ponto de vista de... só emocional. Nós temos que atuar mediante a questão, né? Tem que ter uma mudança de postura no entendimento de que essas pessoas que aí estão são trabalhadores que ainda hoje têm sua residência... e do trabalho e buscam sua sustentação. E a perspectiva da sua vida ainda é a partir do trabalho. Isso é o que se percebe. Então, é:: enquanto a perspectiva da sociedade contemporânea; enquanto a perspectiva de políticas públicas de governo a serem instituídas no Estado, é de fundamental importância esse entendimento. Que aquelas pessoas que lá estão ainda buscam emprego, buscam o trabalho, buscam sua sustentação. E é importante deixar isso registrado, né? Que não são pessoas que perderam o sentido da vida. São pessoas que vivem. Excluídos, né? Por uma [...] até então por uma inexistência de políticas que é:: buscassem contribuir para a superação dessa desigualdade de vida por esses moradores, né? O sentimento é de mudança de postura. Mudar nossa postura ao olhar essa pessoa que lá está. Porque lá está uma pessoa que, hoje, através das pesquisas tá comprovado que busca trabalho. Que busca viver em sociedade. Que busca estar organizado na sociedade, mas que infelizmente tá nessa condição em função das grandes transformações que passou o mundo nas últimas duas décadas do século passado e nessa entrada do século XXI.

**Décio:** No momento, você tem é:: essa condição de moradia nas ruas com, com os números que as pesquisas têm indicado, né? Que preocupam realmente tanto a sociedade como a governo de um modo geral. O que você acha que pode acontecer por conta disso? Por conta dessa situação de as pessoas estarem morando nas ruas? Que tipo de consequência pode haver?

**Breno:** Na verdade, se nós não tivermos essa postura da qual eu to falando aqui, né? É imagine uma pessoa vivendo nessas condições se pegar alguma doença, se, enfim, né? Tiver algum problema das mais diferentes ordens do ponto de vista de um ser humano, né? É:: no cotidiano da sua vida, vivendo em condições tão precárias, né? A fome, né? É:: a previsão de um processo como esse é desnutrição e a morte, né? Não temos que ter nenhum prurido de falar disso em função, né? Do, do quadro como esse. Se o Estado não tiver uma mudança de postura, se o governo não tiver uma mudança de postura, né? São milhares de pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, hoje, nesse processo, perambulando pela cidades. Aqueles que ainda não estão organizados, né? Sem uma perspectiva, mas aqueles que são organizados estão buscando essas alternativas e aí reside o papel fundamental nosso de gestor público, né? De entendendo esse processo, a partir desses elementos que foram levantados nesse último período, né? Atrofiando políticas públicas no sentido de tá apoiando, de tá, enfim, aglutinando essas org... esses trabalhadores e trabalhadoras e fortalecendo as suas organizações para que a gente consiga reverter essa perspectiva cruel que aí está.

**Décio:** Você fala em perspectiva na, na questão pessoal... da pessoa vir a falecer ou ter um problema mais grave de saúde. Agora, e na perspectiva mais coletiva de consequência para a sociedade e ou para uma coletividade não apenas para essas pessoas?

**Breno:** Nós tamos num momento que eu diria que essa mudança de postura da qual eu falo é:: justamente, é a partir da pesquisa, levantou o estado da arte [...], né? Nós ainda temos que caminhar, né? No sentido, isso... de fortalecer essas instituições que são construídas por eles, né? Que são processos coletivos. Que são experiências de vida riquíssimas de como eles se organizam pro trabalho de como eles estão se organizando para reivindicar saúde. Como eles estão se organizando para reivindicar educação, né? É justamente esse que eu caracterizo como a coletivização organizada, né? De, em entendendo o problema que eles estão vivendo do ponto de vista racional, né? E essa e essa caminhada que eles têm feito no último período, no sentido de sua reinserção na sociedade, né? Quando a gente falar de coletivo, de coletivo, né? E quando eles, nesse processo, através do Movimento Nacional de Moradores de Rua vêm se organizando para o seu reconhecimento e o reconhecimento de seus problemas pelo Estado. Quer dizer, é aí que nós temos que atuar. E aí que nós temos que residir nossa ação de fortalecimento dessas instituições construídas por eles e das instituições que os apóiam no sentido de buscar reversão desse quadro.

**Décio:** Quando você teve conhecimento sobre a situação das pessoas estarem morando nas ruas? Parece uma pergunta assim... é estranha porque... faz tempo, mas essa é a questão mesmo. Quanto tempo na história de sua vida... assim... você...

**Breno:** Olha, eu já tô com um tempo de vida ((risos)) e vi vários fenômenos acontecerem na sociedade brasileira. É, mas mais recentemente, né? E em se tratando do tema da questão da exclusão social da sociedade e no mundo do trabalho, né? Eu tenho visto isso se acirrar a partir da década perdida, da perspectiva, da não perspectiva do desenvolvimento social-econômico brasileiro, a partir de uma visão endógena, de uma visão nossa, né? De construção desse desenvolvimento... essa perspectiva pela qual nos temos vivido mundialmente, né? De perspectiva conceitual de um estado mínimo impingindo a sociedade, impingindo os governantes, enfim, por uma orientação global do ponto de vista de concepção. É de certa forma isso, né? Contribui para a não presença do Estado para a sociedade como um todo. E setores como esse que são marginalizados e excluídos, a partir dessa não perspectiva do desenvolvimento endógeno de um país no sentido de que todos estejam incluídos

e participando desse desenvolvimento, né? É que efetivamente... é:: transcorre daí, né? Um problema dessa ordem, dessa órbita.

**Décio:** E como é que você avalia a divulgação, o noticiamento dessa situação de pessoas estarem vivendo nas ruas? Em relação à mídia? Internet, TV, rádio, jornal impresso.

**Breno:** Isso já é a força do movimento que se organiza.

**Décio:** Você acha que essa divulgação é de... é expressiva?

**Breno:** Veja bem, nós temos recentemente um Movimento Nacional dos Catadores que se organiza, que se articula nacionalmente a partir, né? Da perspectiva, né? Que aí existe... da questão do resíduo sólido, né? Do lixo que é tão rico e que esses trabalhadores vão aí alocar a sua energia, né? No sentido de buscar renda, de buscar tá se organizando. E hoje é um movimento nacional que, de certa forma, junto ao Estado, conseguiu conquistas importantes devido a legislação constituída para a questão da coleta seletiva do lixo e da sua participação enquanto orga... perspectiva organizada, né? De trabalho e de representação junto ao governo para, é:: enfim, estar se incluindo socialmente em função dessa organização. E, hoje, há aí uma disputa inclusive de setores privados, né? Olhando para a riqueza aí existente. E de certa forma uma disputa. Com esses trabalhadores que hoje se organizam nessa área, né? De certa forma, boa parte do morador de rua, hoje, se articulam já com esse Movimento Nacional dos Catadores, né? Em função da sua condição de habitarem as ruas e de poderem tá também participando dessa possibilidade, né? Da separação do lixo, né? Daquilo que nós chamamos de lixo, olhando do consumo da nossa sociedade contemporânea, que aí reside uma riqueza razoável, né? No sentido da geração de renda pra essas pessoas. Então, aí tá alocado já uma disputa, né? Que a gente consegue perceber nos relatos do movimento nacional em função dos seus problemas vividos, né? A partir da entrada do setor privado nessa área. Para ganhos, é:: a partir da questão reversa, né? Da produção de resíduos sólidos no país. Então é uma complexa situação, mas temos que perceber aí a essa, essa postura firme de novas organizações da sociedade que vem se criando em função desses elementos novos da vida em sociedade. E o componente dessa organização fundamental é eu acre... e que eles trazem como bandeira é a questão ambiental. A gente olha as nascentes dos rios poluídos por plásticos, garrafas pet. É esse movimento que surge na última década do século passado e vem se articulando, se organizando, né? Demonstra a racionalidade do trabalhador em relação à percepção dos problemas que a própria sociedade gera, né? E nessa mudança de postura, essa chegada as primeiras políticas [...] de governos, dos governos e a instituição de uma política orientada por uma visão da organização do trabalho para a instituição do Estado, né? Isso é, eu acho, fundamental de ser constatado num fato como esse.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Breno:** Igualdade social. Nós temos um... A partir da criação dos estados nacionais, né? E dos estados nação de direitos, né? Todo um regramento é que foi criado através das constituições no sentido de traduzir, né? Nesse elemento fundamental, que é o Estado, o seu papel de regulador em relação as nossas relações humanas, sociais, econômicas, culturais [...] Então falar de igualdade é falar de toda essa construção histórica, né? Desde o período feudal até a sociedade moderna que se organiza a partir do trabalho. E com o regramento construído a partir, né? De toda essa discussão dessas lutas feitas por movimentos sociais na história, desde a Revolução Francesa, enfim, até os dias de hoje, né? Que sempre buscou racionalmente é:: construir relações verdadeiramente humanas. Eu diria que o século XXI, ele nos desafia, né? A partir de tudo isso, com todo esse acervo construído da nossa racionalidade que se expressa nas Constituições desses estados nações de direitos, né? Tá tudo lá colocado. Os parâmetros do que é igualdade tá tudo lá colocado, né? É esse século XXI, na verdade, ele nos instiga, né? Enquanto sociedade, enquanto governos, enquanto o próprio Estado na sua construção permanente através do legislativo, através do executivo, né? A imensa tarefa e desafio que é a consolidação dos direitos universais do ser humano, né? Falar de igualdade hoje é, nós termos, parâmetros perfeitamente exequíveis, né? Para construção e constituição dessa igualdade, né? E não é uma coisa de hoje, é uma construção histórica da sociedade dos últimos 200 anos a partir da construção dos estados nacionais, né? Então, a luta por igualdade, a questão da igualdade, é a luta por direitos universais, né? De saúde, de educação, de trabalho, por questões econômicas.

**Décio:** Em relação à situação em que as pessoas tem vivido, de estarem morando nas ruas, dessa problemática que a gente tem discutido, tem conversado aqui, comentado. Qual é o papel do Ministério do Trabalho em relação a situação dessas pessoas?

**Breno:** Veja bem, nós chegamos aqui. Eu tenho a satisfação de estar trabalhando aqui na Secretaria Nacional de Economia Solidária e a nossa ação de organização do trabalho, aqui no Ministério do Trabalho, ela data do primeiro ano de governo, né? A construção dessa secretaria na primeira metade, na segunda metade do primeiro ano de governo. Tamo aí, e agora em torno de 5 anos de ação. É:: veja bem, que nós vivemos aí 200 anos de uma perspectiva de organização do trabalho, né? Que esse Ministério de certa forma representa isso na sua estrutura



formal, né? E a mudança de postura desse Ministério ao receber no seu interior mais essa nova estrutura que é a Secretaria de Economia Solidária. Justamente é essa visão do novo, né? E essa mudança de postura do próprio Estado a partir de uma política de governo. E, justamente, se nós continuássemos com a estrutura de até então, nós não estaríamos conversando desse assunto, desse tema tão apaixonante e tão candente, hoje, na sociedade, que é a questão dos moradores de rua. Então, essa mudança de postura do Estado, a partir de uma política de governo [...] de uma política pública, né? Na instituição dessa perspectiva de abrir esse espaço pra inclusão, né? É o novo. É:: arsenais com sua ação, né? Vinculando-se a essas organizações e a essa perspectiva, né? Bem novíssima que a sociedade vem construindo a partir de sua perspectiva organizada. A partir da perspectiva desse mundo de trabalho com essas mudanças todas que houveram aí. Tem coisas novas acontecendo. Arsenais, é esse novo. Esses movimentos. É esse novo, né? E todo esse, essa esfera pública de acontecimentos. É:: a partir dessas transformações, significa isso. Essa esse novo [...]. Essa entrada no século XXI e essa necessidade de decodificar esses códigos novos, né? No sentido de entender melhor a sociedade a partir do mundo do trabalho e de poder tá acompanhando de um ponto de vista [...], né? Essa caminhada feita pela sociedade.

**Décio:** Algo mais que você gostaria de comentar sobre esse assunto?

**Breno:** Que você tá aqui. Pra você tá ok?

**Décio:** Tá, tá tudo bem?

**Breno:** Ficou bom?

**Décio:** Só deixar o espaço aberto pra... se você quiser comentar alguma coisa.

**Breno:** Do ponto de vista pessoal [...] É uma das coisas que me é muito gratificante é conseguir, né? A partir da geração política a qual eu represento. E nessa caminhada, né? Dessa geração política da qual nosso presidente faz parte... e poder tá fazendo esse trabalho e construindo junto com os trabalhadores as mudanças e as reformas necessárias que o Estado brasileiro, né? Esse estado nação de direitos que nos desafia na construção desses direitos. Tá fazendo essa construção, né? Mas muito fruto, dessa vivência em sociedade, essa vivência a partir da luta e organização dos trabalhadores, né? No cotidiano, na vida, na história desse país pela busca de um estado nação de direitos efetivo, né? Que dialogue com aquilo que são os reais problemas de nossa sociedade.

### Anexo C – Entrevista 3 – Vânia (representante do MEC<sup>316</sup>)

**Décio:** A primeira questão é... pra você comentar sobre o tema... uma suposição de que você esteja diante de alguém que não tenha conhecimento disso, que tem pessoas morando nas ruas do país. Como é que você daria conhecimento a essa pessoa sobre essa situação, como é que você falaria sobre essa situação pra alguém?

**Vânia:** Bom, acho que é bem improvável que alguém não conheça essa situação, na verdade. A questão da população em situação de rua, no meu entendimento, tem a ver com o sistema capitalista, tem a ver com a desigualdade social, tem a ver com a falta de políticas públicas, que envolvam essa população e acredito que basta andar pelas ruas do Brasil, né? De qualquer capital, de qualquer cidade grande ou média pra que a gente saiba qual é a situação. [...] Bom, acho que é basicamente isso, acho que é uma questão de desigualdade social, é uma questão de as políticas públicas estabelecerem a necessidade da inclusão social, uma proposta, né? De inclusão social e, é:: as cidades favorecerem a inclusão social dessas pessoas.

**Décio:** Essas pessoas, eles estão na rua por qual razão?

**Vânia:** São vários os motivos, tanto é que existem várias pesquisas procurando saber quais são as causas, né? A primeira delas que eu considero é uma questão econômica mesmo, é uma questão de você dizer quais são as pessoas que vão ficar fora do mercado de trabalho, que vão ficar fora da circulação econômica de modo geral, acho que é a primeira delas. Existe uma questão, sim, de exclusão educacional, que é muito forte. Obviamente, se essas pessoas tivessem mais escolarização, elas teriam melhor posição, né? Do ponto de vista profissional, aí vem a questão do trabalho propriamente, a profissionalização e a inserção no mercado de trabalho, essa é uma outra causa e existem causas mais subjetivas, digamos assim, que são as relações familiares, que são os problemas psicoemocionais, né? Porque uma pessoa não sai de casa simplesmente porque ela é pobre, mas também por outras questões, que tem a ver com as relações mesmo, entre as pessoas. Então eu acho que basicamente são essas as causas.

**Décio:** E essas pessoas são das próprias cidades, elas vêm de outro local?

**Vânia:** Olha, segundo algumas pesquisas que eu já vi, vi poucas pesquisas sobre isso, mas o que eu já vi, é que elas tem sim uma capacidade de ficar andando, caminhando por vários municípios, por várias cidades, mas a maior parte ou pelo menos em torno de 50% das pessoas que ficam na rua, elas são do próprio, não vou dizer da própria cidade, mas pelo menos do próprio estado, pelo menos é o que a gente tem tido conhecimento por meio do grupo de trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social.

**Décio:** E o que essas pessoas fazem?

**Vânia:** Olha, o que a gente sabe é que elas fazem pequenos trabalhos na rua mesmo, lavar carro né? Vigiar carro, é:: fazer, como é que se fala? Transporte de materiais para pessoas, enfim, acho que é um pouco isso.

**Décio:** E elas são... moram onde, como elas vivem?

**Vânia:** Elas ficam basicamente debaixo de marquises, né? De viadutos, nas praças, ao redor das igrejas. Tem muita circulação nesse tipo de ambiente.

**Décio:** O que você acha dessas pessoas?

**Vânia:** O que eu acho dessas pessoas? Bom, eu acho que na verdade, elas, por uma parte, elas são frutos do sistema social mesmo, dessa ideia de que, é:: no sistema capitalista você tem pessoas que se apropriam, das riquezas do país e outras que não conseguem se apropriar de forma alguma. E aí você tem gradações dentro desse sistema, né? Então, basicamente eu acho que essas pessoas são excluídas por conta da política econômica mesmo e por um outro lado eu também acredito que exista uma desarticulação completa, assim, dessas pessoas em relação ao relacionamento mesmo com os outros e uma desarticulação completa também em relação ao que elas poderiam fazer por si mesmas, no que se refere a busca dos benefícios ou, enfim, a busca de algum tipo de atendimento por parte do Estado. Porque existem sim, alguns mecanismos que a gente pode utilizar para buscar os nossos direitos, a nossa participação dentro dos equipamentos urbanos, dos equipamentos públicos, eu acho que as vezes em função da desestruturação emocional que muitas vezes ocorre e a desinformação, né? Então, essas pessoas acabam não buscando a única ou as poucas oportunidades que elas teriam dentro dos equipamentos públicos, né? Dos serviços públicos, seja de assistência, seja de saúde, seja de educação. Então, por causa da desinformação é que muitas vezes as pessoas perdem oportunidades, e a desestruturação emocional que eu digo é no sentido, assim, de muitas vezes você brigar com alguém da tua família e ao invés de você tentar negociar, né? Tentar estar num conflito, tentando negociar, você sai de casa, resolve, você desiste daquela relação, né? Então isso também acontece.

---

<sup>316</sup> Ministério da Educação.

**Décio:** O que você sente quando vê uma dessas pessoas?

**Vânia:** Às vezes eu fico me perguntando, é:: que que eu faço realmente em termos de direitos humanos aqui [...], mas que que eu to fazendo por isso, né? No meu trabalho mesmo, as vezes a gente não consegue enxergar qual é a nossa participação ou qual é a possibilidade real que a gente tem de interferir na vida dessas pessoas, por mais que a gente procure fazer um trabalho que incida sobre essa população, mas isso não significa que a gente consegue enxergar na ponta, até porque a nossa atividade aqui envolve governo federal e especialmente a área de educação, ela não é federalizada. Então a gente, é:: nós estimulamos, nós incentivamos os sistemas de ensino que são estaduais e municipais, então lá no estado, lá no município, eles podem realizar ações que são complementares a legislação, as orientações que o governo federal dá e que, na verdade, tem grande relevância lá na ponta, né? No que vai acontecer com a pessoa lá na rua mesmo, numa situação mais concreta. Então isso acaba que dilui um pouco o que a gente faz aqui como atividade.

**Décio:** Agora assim, ao se deparar mesmo com pessoas nessa condição, qual é o sentimento, assim, que você tem?

**Vânia:** Olha, é, assim, diferentemente, a maior parte das vezes as pessoas sentem pena, né? Eu posso até sentir um pouco de pena também, mas eu não vejo dessa maneira, a maior parte das vezes eu racionalizo isso, e aí acabo vendo que é uma questão de um país rico com população pobre. Então, quando eu vejo essas pessoas, basicamente, eu penso assim.

**Décio:** [...] de existirem pessoas morando nas ruas?

**Vânia:** Acho que desde o início do Brasil, né? Se a gente for pensar, desde a colonização portuguesa isso vem acontecendo de alguma maneira, né? Porque a exclusão social começa a partir do momento em que você estabelece uma sociedade dividida por classes e Portugal trouxe essa herança e a partir daí você tem, sim, essa questão. Porque, é:: os pobres, até na história da Europa mesmo, você pode observar que antes eles realizavam atividades que o Estado não realizava, exemplo: a coleta de lixo, né? Antes o Estado não se preocupava com isso, eram os pobres que faziam isso e eles poderiam morar em qualquer lugarzinho, em qualquer gruta, num lugar que fosse pra abrigá-los realmente, basicamente isso. Então, a partir do momento em que os europeus chegam no Brasil e até dizem pra população indígena: “você não são gente” ou pelo menos “você não são como nós”, então nós moramos em casa, nós somos civilizados, nós vestimos roupa e o indígena não, então “você são bárbaros” etc., qualquer coisa assim, “precisam ser civilizados”. A partir daí você já começa a estabelecer a exclusão.

**Décio:** O que você acha que pode acontecer por conta dessa situação?

**Vânia:** O que eu acho que pode acontecer? É:: cada vez mais a população, é:: ser excluída cada vez mais, a população, como eu posso? Eu não vou nem dizer que criminalidade, que violência tá ligada a essa população, porque a maior parte deles permanece na rua fazendo pequenos trabalhos, sobrevivendo e a maior parte deles não comete crime, no máximo, cometem alguns crimes, roubo, furto, essas coisas, mas eu não diria nem que é a maioria, porque o que pode acontecer é que essa população fique cada vez mais [...] dos serviços públicos: a educação, a saúde, a assistência social, o trabalho formal.

**Décio:** [...]

**Vânia:** O que eu acho dessa situação? Eu fico pensando que essa é uma situação que só vai findar à medida em que o governo brasileiro tiver iniciativas, políticas públicas que envolvam essa população, eu não vou dizer que todos sairão das ruas não, até porque existem outras causas que não são políticas, que não são econômicas, pra fazerem essas pessoas irem parar nas ruas, mas eu acredito que se a gente tiver alguns mecanismos voltados especialmente pra essa população, levando em consideração as particularidades, as especificidades, as necessidades dessas pessoas, a gente pode, sim, fazer com que uma parte pelo menos tenha acesso ao que eles precisam, né? Que é a garantia dos direitos mesmo, né? Educação, saúde, trabalho.

**Décio:** O que você acha que impede que essas ações sejam realizadas?

**Vânia:** Olha, uma coisa que vinha impedindo, que eu acho que essa é uma vantagem do governo Lula, é a falta de comunicação entre os setores e que ultimamente é o que a gente mais tem visto no governo são os grupos de trabalho interministeriais. Então, essa tentativa já vem sendo feita pelo governo, é:: no senso comum pode nem... a gente pode nem perceber, só quando a gente está aqui no executivo. É o que a gente percebe, isso, essa tentativa de estabelecer a comunicação, fazer com que as políticas públicas sejam realmente integradas. Então, essa é uma semente e eu não acredito que se, é:: novos governos tomarem novas atitudes, se isso vai permanecer, mas eu acho que essa é uma proposta diferenciada e que pode, sim, fazer com que, por meio da [...], a gente consiga estabelecer políticas públicas, voltadas para a população em situação de rua.

**Décio:** [...] conhecimento sobre essa situação, que existiam pessoas morando nas ruas?

**Vânia:** Ah... desde muito cedo, né? Desde adolescente, quando você começa a observar, a andar na rua, vê as pessoas, acho que a partir daí, a partir do momento que você começa a questionar: o que que essa pessoa tá fazendo aí e tal. Acho que basicamente isso.

**Décio:** E em relação à mídia, você... aparece alguém falando sobre isso, você já viu alguma coisa [...] Internet, televisão, jornal, impresso?

**Vânia:** Olha, na maior parte das vezes, a população em situação de rua é noticiada, a partir das violências que ocorrem, né? Das mortes, das pessoas que queimam gente que tá dormindo na rua, ou então no Natal, quando existem as ONGs, os institutos, as fundações, em que essas entidades que vão dar sopa para pessoas, que vão dar roupa, cobertor, esse tipo de coisa, e mais recentemente, mas menos aparecendo na mídia, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, que eu acho que já vem, já vem tendo uma visibilidade que antes não existia. Até porque existe o Movimento de Catadores, né? De, o movimento de reciclagem também que tá muito ligado. São movimentos diferentes, mas que estão relacionados em algum momento e que também é noticiado, mas isso é mais raro, isso é mais raro de ver.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Vânia:** Igualdade social? Olha, eu não vou dizer assim que eu levanto a bandeira do socialismo, [...], nem nada disso não. Eu não tenho esperança nisso, mas eu acredito que igualdade social seja pelo menos a oferta de oportunidade, né? Se a pessoa não quer estudar, se a pessoa não trabalhar, isso é uma outra questão, mas que pelo menos todo mundo tivesse oportunidade de ter acesso ao que é de direito, né? De qualquer cidadão, seria o acesso a educação, acesso a saúde, a oportunidade de se profissionalizar. Eu acho que nem todo mundo precisa fazer curso superior, por exemplo, nem todo mundo. Existem profissões que são muito bonitas e que a gente pode fazer sem precisar ir pra uma faculdade, né? Mas que são, são dignas, são prazerosas, então eu acho, assim, que igualdade social seria pelo menos isso. E justiça social também seria todo mundo ter oportunidade de ter acesso ao que a gente considera como mínimo.

**Décio:** Qual é o papel do Ministério da Educação em relação a situação dessas pessoas?

**Vânia:** Bom, o papel do Ministério da Educação tá aqui colocado a partir desse grupo interministerial que a gente vem atuando e principalmente existem algumas reivindicações até que o Movimento fez e que nós colocamos nesse texto da política nacional. Então, principalmente, a gente observa aqui que a educação pode ser, é:: como é que se diz? Provocada, né? A fazer um enfrentamento dessa questão da precarização da educação junto a essa população, principalmente tematizando a questão da população em situação de rua, principalmente em relação a gênero, raça, etnia, orientação sexual, origem regional, pautando essa discussão e pautando a questão da discriminação na sala de aula. Acho que esse é o primeiro aspecto, né, isso tem a ver com história, com geografia, com filosofia, com sociologia. Então, matérias que podem atuar, aliás qualquer uma delas né? Até um professor de matemática, de português, enfim, qualquer um pode tematizar a discussão da discriminação, do preconceito contra a população em situação de rua, especialmente com esse [...] do gênero, da raça, da origem regional, porque isso é um aspecto muito importante. A gente observa o perfil da população em situação de rua e observa que essas características também estão colocadas aí, como mais uma forma, como, como é que se fala? Como uma forma de reforçar o preconceito, a discriminação contra a população de rua, então esse é um primeiro aspecto, né? Tematizar essa discussão na sala de aula. E um outro aspecto é também fazer com que a temática esteja na universidade, até com linhas de pesquisa ou pelo menos não uma linha de pesquisa, mas dentro de direitos humanos a gente tematizar para que as pesquisas, para que as reflexões sejam mais visíveis, né? Até porque tem poucas pesquisas falando sobre essa questão, pelo menos o que a gente tem conhecimento na universidade não se discute muito sobre isso e a universidade tem um papel importante nesse processo que é de aumentar o conhecimento sobre a temática, porque se a gente não conhece uma coisa, a gente não consegue enfrentar, então esse é um outro aspecto. Uma outra questão importante é a oferta de educação principalmente de jovens e adultos para essa população. Então, algo que não só seja oferecido como tem sido oferecido, né? Educação de jovens e adultos, mas também tentando dar uma especificidade, atender as necessidades especiais dessas pessoas, né? Então, seria importante a gente oferecer, tentando observar, respeitar essas especificidades. Isso é complicado aqui para o governo federal, mas não tanto para os governos estaduais e municipais que estão mais próximos dessas pessoas e que podem, sim, atuar com mais conhecimento, sobre essas pessoas no que se refere à questão da educação de jovens e adultos. Tem um outro elemento aqui, importante, que é a necessidade que essas pessoas tem de se manterem na escola porque não basta você oferecer educação é necessário que você ofereça os materiais didáticos, o transporte pra que essa pessoa seja assídua. Então, tem uma série de elementos que o próprio Movimento chamou atenção aqui no texto e que o MEC já tem uma política, que é o PDDE, Dinheiro Direto na Escola, que pode ser utilizado para atender a essas pessoas. Então, o FMDE já oferece há bastante tempo, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, por meio do Programa Nacional do

Livro Didático, uma série de ações que são justamente para fazer com que qualquer estudante especialmente dentro do ensino, da educação básica, ele permaneça na escola e tenha sucesso, oferecendo o livro didático, oferecendo a merenda escolar, enfim. Agora, como é que a gente faz isso para a população em situação de rua, né? Esse aí é um diferencial que precisa ser analisado. Um dos caminhos é o PDDE, o Dinheiro Direto na Escola, porque aí a escola pode ajudar nesse processo também, então, esse é um aspecto. Um outro aspecto importante é a questão da, de fazer com que a população em situação de rua também participe de atividades que existem nos fins de semana na escola. Existe uma ação nossa aqui, um programa que é o Escola Aberta; e o Escola Aberta surgiu primeiro com uma necessidade de fazer com que a escola tenha mais contato com a comunidade, com a sua comunidade, então foi a partir de 2004, se eu não me engano, que numa parceria entre o MEC e a UNESCO se estabeleceu o programa Escola Aberta. E além dessa questão da necessidade da relação entre a escola e a comunidade, também havia uma necessidade de fazer com que a violência que ocorre seja dentro da escola ou nos arredores da escola fosse minimizada então o Escola Aberta é um programa importante nesse sentido e a inclusão da população em situação de rua nesse programa também é uma reivindicação. Então, essa é uma possibilidade para que se estabeleça atividades que sejam de lazer, culturais e que a população de rua possa ter acesso a isso. Um outro elemento importante aqui é a questão dos estudos e pesquisas sobre causas e consequências dessa situação, de pessoas estarem na rua. Isso se liga ao que eu já tinha falado contigo sobre o papel da universidade, sobre a tematização dessa discussão, né? Dessa temática na sala de aula, então, é só mais um reforço desse processo aqui. Uma outra questão é o estímulo mesmo das secretarias estaduais e municipais de educação no que se refere ao acesso dessa população à matrícula, porque, na verdade, o que acontece normalmente? As secretarias estaduais e municipais de educação estabelecem um período para a matrícula dos alunos e muitas vezes a pessoa que tá na rua ela passa de um município para outro, enfim, né? Ela não atende a essa, a esse critério digamos assim, então a gente pretende [...] dentro das secretarias estaduais e municipais de educação, a ideia de que a pessoa pode, sim, acessar a escola em qualquer período desde que existam condições. Aí, muitas vezes a pessoa não vai poder, sei lá, entrar no segundo bimestre e como é que ela faz pra ter o conteúdo do bimestre passado, né? Então é necessário que a gente desenvolva projetos que sejam voltados pra essa população, mas que atendam essas especificidades ou que pelo menos a pessoa possa acompanhar para no ano seguinte ela estar matriculada, né? E cursar e ter as notas e a aprovação ou a reprovação. Enfim, fazer com que esse acesso e essa permanência se estabeleçam ali, né? Muitas vezes as secretarias estaduais e municipais de educação não matriculam não só pelo fato de que ela não se matriculou no período determinado, mas também pela falta de documentação, especialmente o comprovante de residência. Existem secretarias de educação que não fazem questão desse documento, outras não, então, a gente tem que também estimular, fazer com que haja uma flexibilidade no que se refere a essa população. Uma outra questão seria a inclusão digital, que esse é um aspecto que eles também chamam a atenção, né? O fato de que até seria uma porta para a profissionalização, essa inclusão digital e a adaptação do EJA com formação profissional, existe um programa aqui na [...] que é o PROEJA. E o PROEJA é justamente a fusão desses dois elementos: educação de jovens e adultos e formação profissional. Então seria interessante que a gente pudesse adaptar o PROEJA à população em situação de rua que, aí, é mais um mecanismo pra fazer com que a escolarização dessas pessoas aumente e elas também já tenham noção ou inserção do mercado de trabalho por meio da profissionalização, esse é um aspecto importante aí, das contribuições que o MEC pode dar, né? Que a educação pode dar a essa população.

**Décio:** Quando você tava comentando sobre causas e consequências; o que pode levar as pessoas a estarem nas ruas... só tentando refletir sobre a hipótese de uma melhor qualidade de ensino, favorecer empregabilidade, condição financeira melhor por conta disso... Isso é um fator que diminua a ocorrência de pessoas [...] não continue acontecendo. Educação... a proposta dela é uma universalização que se ofereça de modo geral, então é obrigação do Estado, já, certo? Mas, assim, como é que você tem acompanhado no Ministério da Educação os trabalhos ou a preocupação em relação a qualidade do ensino [...] existe um ensino de modo geral... em pouquíssimos casos a gente pode dizer que não tá tendo escola ou coisa parecida, raríssimo no país, hoje, inclusive um número de matrícula muito grande, né? Quase 100%. Agora, em relação à qualidade desse ensino, que é um grande problema que a gente enfrenta no país?

**Vânia:** É:: a questão da qualidade, ela tem a ver com, ela, na verdade, tem que andar junto com a questão do acesso e permanência. Então, na verdade, antes, o que existia no Brasil é que: nem acesso as pessoas tinham. Eu não sei se... bom, nós somos novos, né? Mas para você passar da quarta pra quinta série, você tinha que fazer um exame e se você não passasse nesse exame, você não passava para quinta série e ficava com o primeiro ciclo, o pessoal chamava de primário, né? E da oitava série para o primeiro ano do segundo grau, a mesma coisa se dava, então, na verdade, a história da educação, ela, aqui no Brasil, ela foi se dando dessa maneira mesmo. Educação é pra elite, educação é pra pessoas que são privilegiadas, e romper com essa noção isso leva algum tempo, né? Até pelo tamanho do Estado, pela capacidade do Estado, e tudo mais, então hoje nós diríamos que nós temos um processo de universalização do ensino fundamental pelo número de matrículas que nós temos, né? Mas isso não significa que colocar 60 alunos dentro de uma sala de aula, vá dar qualidade. Então, hoje, a partir desse marco de 95, 97 % ou um pouquinho mais de crianças na escola, nós, então, começamos a dar passos para

que a qualidade na educação aconteça. Antes se você conversar com uma pessoa que tem em torno de uns 45, 55 anos ela vai dizer: “ah eu estudei em escola pública e a minha escola era muito boa”, mas era pra poucos, então, na verdade, a gente precisa entender que a universalização acontece junto com um processo de qualificação e essa qualificação significa você dar condições de trabalho ao professor, você dar um piso salarial ao professor, né? Dar instrumentos, equipamentos pra que a escola consiga qualificar o seu ensino, né? Questão dos laboratórios de informática, a questão das bibliotecas na escola, o próprio livro didático precisa ser aperfeiçoado. Então, tem uma série de ações que o Ministério da Educação vem fazendo atualmente buscando essa qualidade. É:: mais uma vez eu te digo, quando a gente tá fora desse ambiente a gente não consegue enxergar isso muito, mas isso vem acontecendo sim. Um outro exemplo é a Universidade Aberta do Brasil, a UAB, que vem tentando qualificar os profissionais de educação, nem que seja por meio da educação à distância, porque a gente poderia pensar que o ideal seria manter os professores numa universidade pública, numa USP, numa UnB, numa coisa nesse sentido, mas em função de todo esse histórico, esses profissionais não conseguiram fazer isso, então a gente precisa qualificá-los de uma outra maneira, buscando as estratégias possíveis pra que esses profissionais sejam melhor qualificados, então, tem vários, é... várias ações que o governo federal vem fazendo nesse sentido. Outro dia mesmo, saiu aquele, aquela verba para a compra de computadores, né? Que os professores podem fazer e tal, essa é também uma possibilidade. Então, assim, eu vejo vários mecanismos, vários, vários passos que o Ministério da Educação vem dando nesse sentido da qualificação dessas escolas e as próprias avaliações, a prova Brasil, o SAEB, que são mecanismos que o INEP vem utilizando para avaliar a educação no Brasil, a Provinha Brasil também, enfim, são vários mecanismos que o INEP vem utilizando justamente para observar onde é que a gente tá pecando, né? Quais são, qual é o gargalo, o que que a gente pode fazer. Então, essas avaliações, eu acho que elas também contribuem para maior qualificação na educação no Brasil. Isso não vai acontecer de uma hora pra outra, né? A gente tem muita pressa, a realidade tem pressa, mas a educação ela não trabalha com um ou dois anos, na verdade, para fazer com que a qualidade da educação se estabeleça isso vai durar pelo menos uma década, duas décadas, enfim, e ainda tem a relação do governo federal com os governos estaduais e municipais, porque é necessário também que a adesão se estabeleça, né? Dos governos estaduais e municipais e o compromisso mesmo e a realização das ações que foram compromissadas que foram pactuadas, então, existem meandros aí dentro desse processo.

**Décio:** Sobre a questão das pessoas em situação de rua, a gente tem comentado [...] tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre isso?

**Vânia:** Não, basicamente é isso. Eu acho que, na verdade, não só a população em situação de rua, mas todos os movimentos sociais que tem buscado se organizar, pelo menos dentro do governo Lula... eu sou servidora pública, concursada, então eu não preciso defender o governo Lula, mas eu acho que tem diferencial sim, né? E talvez até, a partir já do governo Fernando Henrique, isso vem acontecendo, o governo vem ouvindo os movimentos sociais e vem sim assumindo compromissos com movimentos, com populações mais excluídas da nossa sociedade. Eu acho que isso vem acontecendo sim, isso é gradativo, é difícil, mas eu não considero que, pelo menos do ponto de vista do poder executivo, isso não vem acontecendo. Acho que vem sim, existe uma disposição na comunicação, no debate, na tentativa de se incidir sobre as necessidades dessas pessoas. Eu acho que isso sinaliza um futuro melhor, isso não é mágica, isso não é, isso não vai acontecer de uma hora pra outra, é preciso que os próximos governos continuem assumindo esses compromissos e realizando as ações pra que a gente possa, sim, começar a ter um país um pouco mais justo, um pouco mais cidadão.

#### Anexo D – Entrevista 4 – Ivanildo e Alda (representantes do MCidades<sup>317</sup>)

**Décio:** A primeira pergunta, mais geral, talvez para situar o problema, seria a seguinte: a gente tá tratando de população em situação de rua, há um projeto de política nacional que está sendo desenvolvido. Agora, assim, se a gente pensar... uma questão que eu gostaria de colocar pra vocês... Imagine que alguém esteja em outro país ou esteja talvez no Brasil e não conheça essa questão das pessoas em situação de rua, como é que vocês fariam, explicariam sobre isso? É até uma pergunta para vocês falarem sobre o tema, né? Como é que vocês fariam sobre isso para alguém que não tivesse conhecimento? Olha, é assim, assim, assado, tal.

**Ivanildo:** Olha, eu acho a princípio, Décio, um pouco difícil que tenha alguém que não tenha conhecimento. A questão da população na rua é uma questão que em todas as grandes cidades do mundo inteiro existem pessoas que moram nas ruas, nas grandes, nas médias cidades e mesmo em pequenas cidades. A questão do morador de rua ela é um... vamos dizer assim, é uma... faz parte da condição humana, né? Diria até mesmo da condição humana, porque existe a opção, muitas vezes, por morar na rua também. Agora como apresentar isso pra alguém que chegasse de fora ou tivesse desconhecimento para a realidade do Brasil? Eu apresentaria da maneira mais dramática possível, que eu conseguisse dramatizar, ao ponto de dar um pouco a dimensão da realidade, porque eu acho que aí a realidade no país, ela ganha esse conteúdo mais dramático, né? Da, de uma rede social muito falha, débil, né? Para assistir essas pessoas etc. Eu acho que o conteúdo dramático, aí ele...

**Décio:** E aí, no país, assim, quem seriam elas? Como elas vivem? Quem são elas? Essas pessoas.

**Alda:** Olha, como você vai ver aí na pesquisa que a principal característica que tem se falado inclusive no GTI é da heterogeneidade, que não existe um perfil de população de rua. Existem várias situações que são heterogêneas e são individuais fazem com que a pessoa vá morar na rua. Não tem assim, exatamente, um perfil definido.

**Décio:** E razões para ir para as ruas? Onde elas ficam geralmente? É nesse sentido, tipo uma representação do problema.

**Alda:** Uma mais ou menos recorrente é a parte das doenças mentais, no caso abandono da família. Bom, existe caso de doença mental que a pessoa é abandonada pela doença mental e que ela desenvolve a doença mental depois de ir para a rua, de estar na rua. Isso é uma das coisas mais recorrentes.

**Décio:** Das duas formas, você fala, né?

**Alda:** Isso.

**Décio:** Como é a condição delas nas ruas, como elas vivem? O porquê, vocês já falaram, né? De onde elas vêm?

**Ivanildo:** É... como acho que está sendo colocado pela Alda, que a pesquisa mesmo retrata isso. Acho que o nosso conhecimento também de um pouco de causa, da lida da... com o assunto revela: é muito heterogêneo, né? As pessoas vêm por movimentos migratórios, outras nasceram naquela cidade mesmo e criaram família e se apartam da família por algum motivo, né? Quer dizer, não existe um, vamos dizer, não dá para criar essa tipologia. Eu acho que isso é uma forma correta de retratar. Que vamos dizer... voltando a sua pergunta inicial que... para quem não conhece a situação acha que uma outra característica é essa, que a gente não tem como tratar através de um tipo, vamos dizer assim, tipo que se dá com maior frequência, ou morador, ou a pessoa em situação de morar na rua. Eu acho que é isso: essa enorme diversidade etc. E o traço, volto a falar, da situação dramática do país, da exclusão etc. E a falta de uma rede social de proteção.

**Décio:** O que vocês sentem, assim... quando veem uma pessoa nessa condição?

**Alda:** É uma das poucas coisas que me faz acreditar em Deus, na verdade. Porque não é possível que a vida seja só isso, sabe? Quando você vê uma pessoa numa situação dessa, você não consegue... pelo menos eu, né? No meu caso, né? Eu não consigo imaginar que a vida de um ser humano possa ser só isso e acabou assim. Não sei se deu para entender, mas imagino isso, na verdade, porque é uma coisa muito, muito dispare. Por que que algumas pessoas têm coisas e outras não têm coisas e são obrigadas a viver em uma situação subumana? E, bom, eu imagino que isso não pode ser uma maneira justa ou não possa ser simplesmente isso a vida de alguém, sabe? Então deve ter alguma coisa a mais, assim. Descobri que é uma das poucas coisas que me fazem acreditar em Deus, é tentar acreditar que deve existir alguma coisa para além dessa vida. Então...

**Ivanildo:** Bom, da minha parte, assim... depende muito da situação de quem eu vejo, do momento que eu estou. Uma parcela substancial das vezes é assim com a maior parte das pessoas, a gente não enxerga. Eu não enxergo, quer dizer, aquela pessoa que mora na rua, que tá ali do seu lado e você passa num outro ritmo, num outro tempo

---

<sup>317</sup> Ministério das Cidades.

etc. e realmente não se dá conta ou ignora por completo, porque existe uma anestesia social. Então acontece isso, dessa anestesia, até porque é necessário de alguma forma você continuar adiante. Por outras vezes a situação, ela, de alguma forma, ela te abala, ou ela me abala, ou ela me leva até mesmo a ter algum tipo de interação ou tentar entender o que tá acontecendo ou me sensibilizar. Dificilmente eu acho que a aproximação é uma aproximação de simplesmente... de pena, de dó de alguma coisa nesse sentido. Eu acho que tem uma coisa que vai entre a anestesia social, a revolta social pela situação, mas nunca vinculado a essa visão de pobre coitado, alguma coisa assim que levasse a um...

**Décio:** O que pode acontecer por conta dessa situação? Da realidade, “já vi pessoas morando nas ruas”, de ser um “número grande”. O que pode acontecer por conta disso?

**Alda:** Como assim? Não entendi a sua pergunta.

**Décio:** Pensando em... como se fosse uma espécie de reação. Você tem uma situação agora, que no momento eu não sei se está crescente ou não, se está de alguma forma controlada, mas é um número expressivo de pessoas que estão vivendo nessa condição. E o que poderia acontecer por conta disso? Também não sei se isso está acontecendo, mas... Há uma... Como é que eu vou dizer? Que tipo de mudança social, alguma para bem ou para mal, pode acontecer pelo fato dessas pessoas estarem vivendo nessa condição?

**Ivanildo:** Olha, eu acho, com toda sinceridade, que a sociedade vai, cada vez mais, ficando insensível. É a banalização completa, quer dizer, aumenta o número, se é que aumenta o número, né? A gente tá especulando aqui sobre fatos e não números concretos etc., mas sem dúvida, pelo menos, na minha história de vida, eu vejo que a situação se agravou e ela se agravou e se banalizou. Então, eu acho que essa é a grande consequência que a gente vive hoje, né? A banalização. Assim como também a banalização da violência, assim também como é a banalização da perda dos direitos básicos de qualquer cidadão, a falta de moradia. Não é só a questão da pessoa que mora na rua, mas outros tantos que moram de forma precária etc. São direitos e princípios básicos que se banalizam. As pessoas já não se revoltam em torno disso, já não buscam transformações sociais. Eu acho que é isso, banalização, a consequência que a gente vive hoje.

**Décio:** E essa situação começou quando, assim?

**Ivanildo:** Olha, como eu estava te dizendo, se a gente for ver na história das cidades, pelo menos no meu caso, eu conheço um pouco melhor. Sempre houve, né? O fato, assim, as que vivem em situação de rua que, por novamente uma diversidade, uma infinidade de motivos é:: se encontram nessa situação. Inclusive de alguns momentos até passageira. A pessoa vive um período da vida dela nessa situação e sai dessa situação etc. né? Então eu acho que não tem uma questão aí, onde começou? Por que começou? Ou etc. O que tem que, é claro, é que a questão econômica, a pobreza urbana agrava essa situação, inclusive aumentando o número de pessoas nessa situação. Então, se a gente for ver isso vinculado aí ao desenvolvimento econômico e social do país a gente pode até tentar traçar aí é correlações, né? Mas...

**Alda:** Principalmente na época da urbanização, do crescimento urbano, né?

**Ivanildo:** Na época, por exemplo, das modernizações que as cidades passaram no país, né? É:: no início do século XX. Todo o período do sanitarismo etc. jogou muitas pessoas pra uma situação é:: de moradia subnormal, por assim dizer. E aí várias... ou moradias distantes etc. Várias pessoas acabaram sem... sem meios, né? Se encontraram nessa situação. Mas o fato é histórico. Não é de agora, não.

**Décio:** Vocês acham que alguma coisa deveria ser feita para... em relação a essa situação?

**Ivanildo:** Lógico. Duas principais coisas devem ser feitas. Primeiro, a questão é: tratar da questão da moradia, né? Você ter que ter acesso a moradia. Redução do enorme déficit que a gente tem de moradia. Que as pessoas possam morar com... né? Totais condições, com dignidade etc. Que você tenha a possibilidade das pessoas morarem. Ainda assim o problema não vai ser resolvido, porque a questão não tá vinculada à pessoa exclusivamente, à pessoa que não tem onde morar e mora na rua. Existem pessoas que não tem onde morar e, por isso, moram na rua. Então, o problema não estaria completamente resolvido. O outro lado do problema, né? Ou da situação, né? Eu acho que ele tem que ser resolvido por uma rede social. Uma rede social que é:: respeitando, né? A individualidade, respeitando os interesses dessa pessoa. Respeitando todos os seus direitos. Ofereça a essa pessoa condições de vida. Condições de saúde, de higiene, de alimentação, de abrigo e etc. Mas sempre respeitando o indivíduo, inclusive se ele tiver como opção morar na rua.

**Décio:** Quando você fala essa questão, assim, se ele tiver como opção morar nas ruas. Você acha que... deveria respeitar essa opção? Permitir que ele morasse assim... Eu tô tentando entender a sua afirmação.

**Ivanildo:** Sim, sim. Espaço público.



**Décio:** Permitir que ele morasse nesse espaço público mesmo...

**Ivanildo:** Espaço público. Liberdade de ir e vir...

**Décio:** Agora... pensando nessa possibilidade... de ele ter opção e querer ficar lá e tal. Poderia ser pensado também... alguma atitude pra favorecer a situação dele? Vou tentar dar um exemplo. É:: se ele optou por isso e no local que ele fica, ou que alguém mais fica, se tivesse, lá, banheiro público, por exemplo, não sei... Porque assim, se ele tem opção e...

**Ivanildo:** Banheiro público, abrigo, local pra guardar suas coisas...

**Alda:** Pertences...

**Ivanildo:** Seus pertences com segurança é... Campanhas de saúde pública. Postos de saúde que atendam pessoas como qualquer outra pessoa, né? Acesso a...

**Alda:** É porque o grande problema de acesso a rede pública de saúde e também da educação é a questão da identificação. Que a pessoa geralmente não tem documento. Não tem ou... uma residência fixa. Você precisa informar locais de residência para você ser atendido pela rede pública de saúde.

**Ivanildo:** Já isso seria um enorme avanço. Se não houvesse a exigência...

**Alda:** Essa vinculação.

**Ivanildo:** Para as pessoas terem essa...

**Décio:** Documentação?

**Alda:** É. A documentação e a comprovação de residência.

**Décio:** Quando vocês falam em rede de proteção, rede social. Aí vocês estão pensando em quem? Como? Quem ou que instituição? Não sei... Como gestores ou coordenadores dessa rede ou seria... Quem estaria coordenando essa rede? A pergunta é nesse sentido.

**Ivanildo:** Deve ser o Estado.

**Décio:** Além do Estado...

**Ivanildo:** Além do Estado, são políticas, ações: Vamos dizer... ações de caráter... como se diz? Não benevolentes, de caráter que você tem... as pessoas que fazem...

**Alda:** Não entendi. ((risos))

**Ivanildo:** Porque além do Estado...

**Décio:** Beneficências? Seria isso?

**Ivanildo:** Beneficente, ou alguma coisa assim. Mas a responsabilidade é do Estado, né? A responsabilidade é quando você ou eu pagamos o nosso imposto e queremos vê-lo dividido com toda a sociedade. Tendo algumas questões como... né? De parâmetros comuns entre todos nós. Por exemplo, o acesso a saúde, a educação, alimentação, a habitação, no caso um abrigo se a pessoa tiver a opção de continuar na rua etc.

**Décio:** Como é que vocês avaliam... vocês sugeriram, comentaram algumas possibilidades do que poderia ser feito. O que impede que essas coisas sejam feitas? Que essa rede social de proteção se estabeleça, que o apoio possa acontecer de forma mais efetiva?

**Alda:** Acho que essas coisas, elas acontecem mais de uma forma muito pontual. É:: você precisa ter é:: e nisso o GTI tá tentando fazer um trabalho nesse sentido, que você precisa integrar as ações. Porque não adianta, por exemplo, você ter uma rede de assistência social que forneça um abrigo durante uma semana duas semanas ou algum tratamento de saúde específico quando a pessoa tá lá. Isso não vira uma rede integrada de várias políticas do governo, por exemplo. Talvez isso... Porque não é suficiente você ter uma ação simples assim. Isolada. Você precisa de uma coisa que seja sempre... esteja sempre funcionando e uma coisa integrada em diversas frentes. Acho que é isso.

**Ivanildo:** Eu acho que não há algo que impeça que isso aconteça. Eu acho que existe uma grande dificuldade e:: a ação, hoje, do governo, por exemplo, com esse GTI, é pra enfrentar algumas dessas dificuldades como a Alda colocou. Que as ações não sejam pontuais. Que elas sejam perenes, né? Que elas sejam integradas inclusive porque municípios, estados e o próprio governo federal tem ações em relação a isso. A sociedade tem muitas ações com relação a isso, né? As pessoas individualmente tem ações. E quando oferecem um prato de comida

para o sujeito que toca na sua porta e etc., né? Só que isso tem que se tornar, de alguma maneira, um sistema integrado de proteção social. E isso, a grande dificuldade... eu acho que pra que isso aconteça, é uma questão vinculada à ética, né? É uma questão ética. É a questão do respeito, né? Que a gente tem pelo outro. Da valorização da vida e etc. Nossa sociedade vai perdendo isso. E por isso que muitas vezes você deixa esses buracos nessa rede social e não é sensível muitas vezes aos buracos. Você aumentar essa sensibilidade é você discutir um pouco essa questão ética na sociedade. Em que cada um, cada um dos indivíduos seja de alguma forma realmente [...] mas que ele tenha valor. O valor único e exclusivo de ser humano.

**Alda:** É:: complementando um pouco. Na verdade, acho... o que falta um pouco ainda é você tentar mudar a esfera onde são desenvolvidas as ações de apoio à população de rua. Você tirar do:: tirar dessas ações o caráter mais assistencial. Único e exclusivamente assistencial, que dependem de indivíduos do grupo em particular e transformar isso em uma política pública geral, né? Imagino que seja mais por aí também.

**Décio:** Vocês tiveram informações sobre as pessoas em situação de rua, assim... de que forma? Onde? Quando? Tente lembrar, colocar a memória pra funcionar, né? ((risos))

**Alda:** Como assim?

**Décio:** Em que momento ou onde vocês tiveram, começaram a ter informações sobre isso?

**Ivanildo:** Veja bem. Como pessoa, eu sempre tive. Eu moro em uma cidade que é um fato, uma situação, como a gente tá colocando é:: que existe. Não é uma questão aí que, né? Que tá surgindo etc. Existe. A gente tem contato e por ser sensível você percebe. [...] no caso, o programa que a gente trabalha aqui que é o de reabilitação de áreas urbanas centrais, né? Ele lida com a questão. Porque não existe outra forma a não ser lidar com a questão uma vez que no centro de cidades existe uma concentração muito grande de moradores de rua ou os moradores de rua de uma determinada cidade utilizam muito o centro. O que inclusive é interessante até para dar o papel aí de centralidade, de importância dessa área e etc. Até como uma área que tem algum tipo de interesse e etc. para as pessoas que moram nas ruas.

**Décio:** A sua experiência de vida é a mesma do Ivanildo, de grande cidade, de conhecer isso aqui.

**Alda:** Sim.

**Décio:** Porque assim... há casos também de pessoas que moram no interior durante muito tempo, em cidades pequenas e que não têm, assim, de forma tão evidente, né? Essas situações. E em relação a jornal, revista, televisão vocês veem muitas notícias sobre isso? Nesses meios, assim, em algum meio mais especificamente?

**Ivanildo:** Não tão...

**Alda:** Até que ontem eu vi no jornal, no Fantástico ou foi na Record, que um dos moradores de rua que tinha passado no concurso público... Mas, não, geralmente não.

**Décio:** De modo geral é muito difícil acontecer isso? Assim... quer dizer... geralmente vocês não veem esse tipo de informação? Bom, o que vocês entendem por igualdade social?

**Alda:** Acho que hoje o conceito de igualdade tá mais pro conceito de equidade, na verdade. Que é você ter uma certa equivalên... não equivalência, mas oportunidades pra todos, na verdade. Você respeitar as diferenças. Você tratar desigual desigual, alguma coisa assim. Que é uma coisa que vai além da simples igualdade de você ter... Bom, não consigo explicar direito. Você consegue? ((falando com Ivanildo)) Você entendeu a ideia? Então explica pra mim? ((risos)).

**Ivanildo:** Bom, eu entendo igualdade social como justamente a possibilidade ou as possibilidades que uma sociedade tem de tratar todos os seres humanos como seres humanos. Com seu valor intrínseco, né? Dado pela sua condição humana. Isso é igualdade social. São esses valores disseminados na sociedade, né? Que a gente pode, a partir desses valores... Se aquela sociedade ela trata os seus é:: entes de maneira com que eles possam estar aí, no mesmo conjunto. Conjunto dos seres humanos. Existem sociedades que tem é:: que nos dão ou dão para os seus participantes ou para os seus constituintes, o maior número de possibilidades da gente tratar um ao outro como iguais. Iguais nesse sentido. E outras sociedades que dão menos condições para que a gente se olhe como iguais. Inclusive que a gente comece a se olhar como diferentes. Por isso que eu acho que a situação no nosso país é muito dramática. Porque a nossa sociedade dá condições pra que a gente olhe cada vez mais uns aos outros como diferentes. Eu sou mais que você porque você está na rua, está sujo, está com uma aparência degradada e eu estou bem. Estou limpo com uma aparência digna ou alguma coisa assim. Nossa sociedade ela nos dá esse tipo de valor para fazer aproximação entre, entre os seus constituintes, entre as pessoas. A igualdade social, acho que é isso. É entender quais os elementos que a sociedade dá para que a gente se entenda como seres humanos. Como iguais, nessa condição que realmente nos une. O resto... somos todos diferentes ((risos)).

**Décio:** Qual o papel do Ministério das Cidades em relação à situação dessas pessoas?

**Ivanildo:** O papel do Ministério das Cidades, um deles é com a política habitacional. A ideia é trabalhar pela redução do déficit habitacional, contribuindo logicamente para a retirada de uma parte dessas pessoas de uma situação aí... dessa situação colocada. O outro papel do Ministério das Cidades é contribuir nessa rede social que tem que se instalar... a gente entende, né? Com forte participação do Estado ou com a coordenação do Estado, envolvendo a sociedade como um todo, né? Mas assim, especificamente, a política habitacional e em suas várias ações o Ministério das Cidades participando de toda essa rede social.

**Décio:** Tratando em relação a grande centros e tal. Assim... existem ações municipais ou distritais... que sejam, né? Em relação as pessoas que estão morando nas ruas e onde elas estão vivendo... e algumas ações para que aquelas pessoas não fiquem naqueles espaços. Como é que vocês acompanham isso? Essas ações? Como é que vocês avaliam, não é? Você falou a pouco tempo sobre a opção da pessoa de estar em lugares públicos e usar aquele espaço como moradia, né? Agora, como é que os poderes públicos têm agido? Como é que vocês avaliam essas questões? Porque na prática é:: são... a gente acompanha ações que são feitas com relação a pessoas que estão em determinados lugares públicos como se é:: não deveriam estar ali, digamos assim/

**Ivanildo:** Bom.../

**Décio:** Que práticas são essas?

**Ivanildo:** No Brasil, há uma miríade de situações. Então, te falar como é que isso tá acontecendo é um pouco difícil. Eu acho que assim, infelizmente, a gente verifica é:: que mesmo nos lugares onde você tem uma ação que seja de maior respeito, de uma busca por uma rede social, governos mais progressistas nesse sentido e etc., né? Isso ainda não transforma essas questões de fundo aí da nossa sociedade. Eu acho que essa é a grande questão e por isso volta a discussão aí, que a gente tem que discutir a ética, né? Na sociedade e etc.

**Alda:** Inclusive existem prob... tem locais e São Paulo é um deles, né? Que você tem uma política completamente díspare entre diversos setores da prefeitura de São Paulo e tal. Onde, no GTI, o Sebastião até contou a história de uma vez até na época da campanha do agasalho, que passou a secretaria de assistência social distribuindo cobertores e agasalhos para as pessoas e logo depois a secretaria de segurança pública recolhendo tudo pra expulsar o pessoal da rua. Tomava cobertor. É:: tomava carteira de identidade que tinham sido... que acabaram de tirar. Polícia na verdade...

**Ivanildo:** É, isso é recorrente. Inclusive nas várias localidades... de você ter uma secretaria de assistência social que faz uma política e você tem a polícia que faz outra política, né? E por isso eu acho que esse é o grande trabalho desse GTI. De você trabalhar aí, isso de maneira mais sistêmica. Não adianta a assistência social dar agasalho e a polícia “descer o cacete”. Acho que isso é uma grande marca com toda razão. Eu acho que dá para gente quase isso... quase da gente generalizar. Uma grande marca aí da ação do Estado. Pensando o Estado, né?

**Décio:** A palavra “higienização” ela se mostra efetiva ou é um exagero das pessoas?

**Ivanildo e Alda:** Não... é... / Que...

**Décio:** Higienização social.

**Alda:** Ninguém fala isso muito claramente assim. Isso não é uma política colocada, assim, na mesa. Tipo, “nós vamos fazer isso”, né? Mas, acho que ela tá meio subentendida em muitas ações do poder público, né?

**Ivanildo:** Sem dúvida. Até por isso mesmo. Pela distinção entre “eu sou mais humano até porque sou limpo. Estou numa condição melhor e você tal...” Então, isso daí é um princípio que tá na sociedade. Quer dizer... Até porque também é muitas vezes mais fácil a gente extirpar o problema do que tratar o problema. A política de higienização social ela tem isso. Você [...], você extirpa, você segrega, você...

**Décio:** E como é que vocês acompanham essa questão da reabilitação dos centros urbanos, né? Porque geralmente parece que a... Como é a ação, digamos assim, do governo? Porque assim... você pode ter políticas nacionais para acompanhar etc. e tal, mas as ações efetivas são municipais, estaduais, né? Distritais que sejam. É:: em relação a essas pessoas e o centro das cidades? Como é que são essas revitalizações urbanas... E como é que se enxerga essas pessoas nesses programas? Nesses projetos?

**Ivanildo:** Bom, existem algumas experiências que lidam com essas pessoas, né? É:: algumas experiências muito interessantes como de capacitação, capacitação para ofícios, né? Algumas experiências de trabalhar a própria requalificação, permitindo, possibilitando aí em projetos que essas pessoas que moram em situação de rua tenham abrigos. Locais para guardar seus pertences, né? Muitos deles são catadores de papel, né? Dando mecanismos para que eles se cooperativizem etc. Agora, de maneira ampla, voltamos a questão aí, dessa... A

questão do Estado que a gente tava colocando antes. Das políticas, né? Distintas entre secretarias de governos etc. que acabam por dificultar uma ação efetiva e perpetuar essa prática aí, de exclusão. De higienização etc.

**Décio:** Bom, a conversa era essa. Eu agradeço muito a colaboração de vocês. Tem mais alguma coisa que vocês queiram falar, assim, espontaneamente sobre o tema?

**Ivanildo:** Que a gente quer conhecer a sua tese.

((risos))

((Digressão))

**Ivanildo:** Eu acho que tem uma coisa, assim, que eu queria colocar, que eu não sei se ficou no momento do discurso ((risos)), aqui da entrevista, ficou bem pontuada, mais reforçar. Que é a questão da violência, né? Você tem um discurso que você como pesquisador do tema do discurso... Sabe? Um discurso sobre a violência, que é muito maior que a efetiva violência, tá? É:: eu acho que questão do morador de rua ela vai um pouco por aí, entendeu? Até porque o morador de rua, para começar “ele é violento”, né? Quer dizer, são os discursos que vão se agregando sobre o morador de rua, né? Que é pra construir e legitimar, né? Uma visão do morador de rua como um pária da sociedade, que você exclui. Isso que vai desumanizando o processo e tudo mais.

**Décio:** Dizer que ele é violento significa que ele representa tudo isso que você tá colocando?

**Ivanildo:** É. Dizer que ele é violento. Que ele é sujo. Que ele é doente, doente mental, né? E tudo mais. Quer dizer, você vai estigmatizando aquele sujeito ao ponto de tirar, por exemplo, dele é:: a condição humana que ele tem. Inclusive de ter a opção de ele estar ali ou não. Inclusive de ter a opção de estar ali ou não. Quer dizer, então tem a questão do discurso, acho, sobre o morador de rua, ela é, assim, como o discurso sobre a violência, muito maior do que o fato, tá? Por assim dizer. E:: um dos discursos que se sobrepõe ao do morador de rua é o da violência.

### Anexo E – Entrevista 5 – Ana (representante do Ministério da Saúde - MS)

**Décio:** Imaginemos que você está diante de uma pessoa que não tenha conhecimento que existem pessoas morando nas ruas nesse país, né? Como é que você apresentaria para essa pessoa, essa situação? Como é que vocêalaria dessa situação de pessoas estarem vivendo nas ruas, morando nas ruas?

**Ana:** Eu diria que é um problema social do país e um problema com... É um problema social porque ele se apresenta pra sociedade, mas ele tem mil causas. É multicausal e super complexo, porque tem questões desde desemprego, falta de moradia é:: e problemas pessoais também. Eu acho que isso caracteriza bem. Então, é:: problemas de saúde, problema mental, problema com alcoolismo. Tudo isso, tá? Faz parte da caracterização das pessoas que, nesse momento, se encontram morando nas ruas.

**Décio:** E o que elas fazem? Como elas vivem?

**Ana:** Muitas vivem da mendicância. Algumas conseguem trabalhos tipo *free-lance*, tipo de trabalho sem muito vínculo. É:: mas, assim, sem muita regularidade também. É mais uma questão assim de vigiar carro. É:: mais assim um trabalho que ele possa fazer na rua mesmo e conseguir um dinheiro pra sua sobrevivência, só.

**Décio:** E de onde elas vêm?

**Ana:** Olha, Brasília tem uma característica, assim, bem comum, que é de ter essas pessoas que vem do entorno mesmo daqui do DF. Mas isso não é uma característica de todo Brasil. É:: a gente pode até, assim... os dados da última pesquisa que foi feita pelo MDS mostram que as pessoas em situação de rua normalmente são da própria cidade. Então, não vem nem de fora. Então, são pessoas daquela cidade ou de municípios próximos e que, por essas varias causas, se encontram em situação de rua.

**Décio:** O que você acha dessas pessoas?

**Ana:** São pessoas que precisam de atenção. Que precisam de um cuidado especial do Estado, né? E nas mais diversas áreas, tanto de assistência, saúde e a própria questão do trabalho. Eu acho que precisa de políticas específicas. E, claro, também em relação a direitos humanos, porque essa situação que eles se encontram é... acaba deixando essas pessoas muito vulneráveis a condições, assim, que a gente nem imagina. Todo tipo de violência. Todo tipo de é:: agressão verbal, moral. Então, isso acaba afetando muito a pessoa na sua dignidade, na sua integridade.

**Décio:** O que você sente quando vê uma dessas pessoas?

**Ana:** Olha, um sentimento de impotência. Um sentimento de frustração de ver que é uma realidade no Brasil, né? Que precisa de políticas específicas, mas que pela complexidade do tema ainda não foi possível criar uma política comum pra todos os estados. Mas tá em elaboração e a gente tá participando da criação dessa política.

**Décio:** E quando essa situação começou?

**Ana:** Quando começou?

**Décio:** Das pessoas estarem morando nas ruas.

**Ana:** Olha, eu... Agora eu não vou saber a data exatamente, mas eu acredito que seja... já comece nos anos setenta e nos anos oitenta tem um crescimento muito grande. Claro, tem haver com a condição econômica, sócio-econômica do país. Crise, inflação, déficit de moradia e tudo isso influenciou muito. Então, esse finalzinho dos anos setenta e começo de oitenta é o período mais crítico que realmente aparece. Tanto adultos como crianças.

**Décio:** O que você acha que pode acontecer por causa dessa situação? Existem pessoas morando nas ruas, um determinado número de pessoas e o que pode acontecer por conta disso? Que tipo de consequências?

**Ana:** Olha, já acontece que é a um sentimento de insegurança por parte das pessoas em comum e já existe esse, essa fragilidade dessas pessoas, né? Os moradores de rua ou as pessoas em situação de rua, elas já tão vivendo uma situação degradante. Já tão. Já tem os seus direitos negados. Já vivem de maneira precária. Então, a crise já existe, né? Acho que nem é uma coisa que vai acontecer. Já acontece.

**Décio:** Agora você falou assim: “a insegurança das pessoas”. No primeiro momento você falou em segurança de que pessoa?

**Ana:** Da sociedade de uma forma geral, por um... por uma ideia. Por um... sei lá, uma fantasia, talvez assim. Um receio da violência. Então... de que essas pessoas que estão na rua poderiam roubar. Que poderiam agredir. O que até não se confirma muito, mas acontece, claro, né?

**Décio:** Você falou que deveria haver políticas públicas para, para atender essa população. Que tipo de políticas públicas seriam essas?

**Ana:** Ah, eu acredito que seriam políticas que tentassem contornar o problema. Que tentassem dar uma resposta para o problema, atuando em diversas áreas conjuntamente. Como é o modelo da política que tá sendo construída pelo MDS, tem essa intenção, de juntar diversas áreas e fazer, propor ações que sejam é:: coordenadas. Que sejam ações que se complementem. Eu acredito que seria uma... Seria mais viável com esse tipo de política. Porque política só da assistência não vai dar conta. Política só da saúde. Criar, formular uma política de atenção a população em situação de rua. Nós acreditamos, aqui na coordenação, que não é, que não é por esse caminho. Que seria mais interessante a gente garantir o acesso e trabalhar conjuntamente com outros setores para que essa pessoa se sinta atendida é:: na sua completude mesmo.

**Décio:** Sendo estabelecida essa política, você acha que pode haver algum tipo de impedimento para que ela se efetive de maneira satisfatória? Dificuldades nesse procedimento?

**Ana:** É, eu acho difícil. Eu acho que se não tiver uma... Se não for assim uma determinação de governo mesmo. Se não for uma coisa mais proposta pelo Estado, é difícil. Não vou dizer que é impossível, porque eu acredito também na ação da sociedade civil, da sociedade organizada. Mas eu acho que o problema é muito mais complexo. Então, eu acho que precisaria também de uma ação complexa.

**Décio:** Que envolveria...

**Ana:** Que envolveria é:: principalmente o Estado. Seja na forma do governo federal, como dos estados e municípios.

**Décio:** De que forma você teve conhecimento sobre essa situação de pessoas estarem vivendo nas ruas?

**Ana:** É:: bom, eu [...] participei de uma pesquisa que trabalhava com meninos. Crianças e adolescentes em situação de rua. Então foi meu primeiro contato. Isso foi em 98. E, então, nessa pesquisa, a gente teve oportunidade de estudar textos, livros e fazer a parte prática mesmo, né? Então a gente estudou o universo psicosocial dessas crianças e adolescentes. Não eram adultos. Depois eu mudei um pouquinho, assim, de foco na minha trajetória profissional e, agora, eu acabei vindo para o Ministério da Saúde para trabalhar especificamente com adultos em situação de rua. Então, foi quando eu retomei.

**Décio:** Agora, antes desse trabalho mais específico. Você tinha conhecimento sobre a situação de alguma forma?

**Ana:** [...] um pouco e na minha experiência social também via. Sabia do problema. Da existência do problema.

**Décio:** Você morava em capital?

**Ana:** É. Sempre morei aqui em Brasília mesmo.

**Décio:** Então, você já via desde muito tempo isso?

**Ana:** Já, já via a bastante tempo.

**Décio:** Você já viu sobre isso em TV, jornal, internet?

**Ana:** Já.

**Décio:** A pergunta é no sentido... se você acha... Quer dizer... você disse que já leu. É mais... você acha que o nível de divulgação que a mídia faz sobre esse, essa situação...

**Ana:** Não, eu acho que é insuficiente. É insuficiente. É:: eu acho que existe ainda muito preconceito por falta de esclarecimento mesmo. E, é claro, eu acho que não é uma culpa das pessoas. Eu acho que é a situação toda que acabou propiciando isso. Então, não se investe muito em pesquisa nessa área e aí o problema fica assim, meio que aquele mistério. Ah, porque que acontece isso? De quem que é a culpa? É a pessoa que é malandra e não trabalha. É culpa de quem? Então, ainda existe muito essas histórias, assim, e falta o esclarecimento da população.

**Décio:** E quando esse... digamos assim... a divulgação da mídia dessa situação. Que tipo de enfoque geralmente eles dão?

**Ana:** Olha, eu já ouvi, já vi reportagens. Já vi matérias assim até na Internet muito interessantes. Eu acho que até válidas. Porque falavam da situação de pessoas é:: colocando bem que é uma situação. Que não é uma característica da pessoa. Que não é... a pessoa tá lá rua porque ela é uma pessoa que não se adaptou a nenhuma regra e tá lá um pária da sociedade. Não é isso. Uma pessoa que por várias questões acabou chegando nessa

situação crítica que é de morar na rua. Então eu já vi entrevistas e ou programas na televisão que mostravam isso e eu achei até interessante.

**Décio:** É:: o que você entende por igualdade social?

**Ana:** Uma coisa difícil. Igualdade eu acho que é um ideal. Eu acho que igualdade mesmo, assim... Mas é uma coisa que deve ser buscada. É claro. Eu acho que principalmente as pessoas têm que ter é oportunidades iguais. As pessoas tem que ter acesso a serviços, a políticas. Acesso ao que todas as outras pessoas têm. Então, acho que ter acesso a informação, formação. Tudo isso tinha que ser garantido e tudo isso propicia uma igualdade. Mas é claro que a gente sabe que tem várias questões também, né? É, a gente sabe que a própria questão racial é um impedimento. A população em situação de rua ela é majoritariamente parda. De cor parda ou preta, né? Que vem da categoria negros. Então, isso também é uma herança. Uma infeliz herança da nossa história, né? Da escravidão e tudo. Que ainda coloca essas pessoas em situação de maior fragilidade.

**Décio:** E qual o papel do Ministério da Saúde em relação a essa situação?

**Ana:** O Ministério da Saúde tá buscando contribuir com a política de maneira efetiva. É um Ministério que realmente... não é porque eu tô participando, mas eles mesmos reconhecem que é quem tá discutindo mais. Que tá propondo, que tá se comprometendo mais. Então eu acho que o papel do Ministério é o de garantir esse acesso. De divulgar e sensibilizar os gestores. Isso já tá garantido no nosso PPA para agora, para os próximos anos. Então, agora, eu acho que... E a gente já começou com discussões internas entre as áreas do ministério. Tem uma boa aceitação. É claro que precisa de muita discussão, de muito envolvimento. Mas já existe uma predisposição. O ministro é favorável. E, é claro, com a criação do GTI, que foi um decreto do Presidente, isso ganha força, né?

**Décio:** É:: pensando em questões práticas, do tipo, atendimento em hospitais e a dificuldade de identificação de algumas dessas pessoas. Como é que tem sido pensando o atendimento dessa população?

**Ana:** Bom, primeiro, a gente sabe que apesar de não ser obrigatória a comprovação de endereço é:: é solicitado no momento do atendimento e isso acaba gerando uma dificuldade para a pessoa, para o morador em situação de rua, porque ele não tem como comprovar residência, né? Então, programas como o Programa Saúde da Família, esse tipo de... Até mesmo o atendimento em centro de saúde, ele é dificultado por causa dessa falta de comprovação de residência. Mas o que a gente tá propondo é que exista um, um acerto. Um acordo entre as áreas e que isso chegue até a ponta do atendimento, para que, é:: se possibilite esse acesso independente do comprovante de residência. E, é claro, que isso vai exigir essa capacitação das pessoas para o problema. Essa sensibilização para o problema. Então, quando chegar um morador de rua, uma pessoa em situação de rua. Essa pessoa que tá lá fazendo a triagem, a ficha, ela tem que saber que existem essas pessoas e que essas pessoas tem o direito delas garantido. Então eu acho que é esse o nosso maior esforço, de formar essas pessoas com essa nova mentalidade.

**Décio:** Algo mais que você gostaria de dizer sobre essa situação. Coisa que você pense, de algum dado que eu não foquei na nossa conversa?

**Ana:** É, eu acho que o que mais emperra o acesso, o atendimento das pessoas em situação de rua é o preconceito. É aquela... uma ideia deturpada de que ele pode ser perigoso, que ele pode ser violento. De que ele é uma pessoa que tem problema mental. Muitas vezes as pessoas tem medo porque acham que é um louco, né? Que vai agredir e tudo. E eu acho que, diminuindo esse preconceito, se a questão for mais discutida, se realmente as pessoas perceberem que o governo tá dando importância, eu acho que esse fantasma, essa coisa meio... sei lá, essa ilusão que as pessoas têm de que são pessoas perigosas. Isso vai diminuir. Isso vai acabar. Tende a acabar. Por que quando a gente tem contato com as pessoas que moram nas ruas, a gente vê que são pessoas plenamente capazes. Pessoas inteligentes, pessoas que tem disposição pra trabalhar. Que passaram por dificuldades na vida, mas que tem total capacidade, tem potencial pra reverter a situação delas. Então, eu acho que isso tem que ser mais explorado também.

**Anexo F – Entrevista 6 – Camila (representante do MinC<sup>318</sup>)**

**Décio:** A primeira questão é mais geral, né? Assim... se você... vamos supor que tenha alguma pessoa que não tenha conhecimento que existam pessoas morando nas ruas, que existam pessoas em situação de rua. Como é que vocêalaria desse prob... dessa situação para essa pessoa? Como você daria conhecimento para essa pessoa.

**Camila:** Para uma pessoa que não sabe que no Brasil existem pessoas morando nas ruas?

**Décio:** É uma suposição, né? Como vocêalaria?

**Camila:** Bom, diria que... que infelizmente a realidade social do Brasil, a falta de uma distribuição de renda justa... que existem pessoas que vivem em situações é... por não ter condições de trabalho, por não ter condições, né? Familiares, às vezes não só por uma questão financeira, mas também existe o morador de rua porque não consegue atendimento médico, por exemplo, porque é:: tem algum problema mental e às vezes se afasta da família. E... quer dizer, o próprio sistema de saúde não consegue é:: absorver caso como esse. Então, quer dizer, é um problema do Estado que exclui e não consegue distribuir renda. Não consegue criar postos de trabalho para todos, mas também é um problema da família. É um problema do sistema de saúde. Quer dizer, é uma coisa mais ampla. Então, eu procuraria é: não apenas enfatizar a questão da evidência que existem pessoas nessa situação, mas dizer que existe um sistema que exclui e que a base disso está no problema da distribuição de renda. Porque se essa família tivesse renda, trataria de seus familiares que tem problemas com alcoolismo ou com problema mental, por exemplo, né? Então, eu acho que a essência aí é o problema da renda, né? Da falta de trabalho, da falta de, de dignidade com relação... com o homem e de que a casa é uma questão essencial, né? A primeira coisa como um direito humano é a pessoa ter um lugar. O seu lugar. Nesse sentido é que eu abordaria.

**Décio:** E como essas pessoas vivem? Onde elas vivem? Como elas vivem?

**Camila:** Os moradores, você tá dizendo?

**Décio:** Hum rum.

**Camila:** Tem, por exemplo... Eu sou do Rio de Janeiro, né? Hã:: Então, por exemplo, eu conheço a realidade lá, de dois tipos. É:: tem por exemplo... lá no Rio de Janeiro existe uma realidade. Quer dizer, eu te falei essa dos doentes mentais, falei das pessoas que não tem casas mesmo, que vivem embaixo de viadutos, que vivem na praia. Mas, lá, por exemplo, existe a realidade das pessoas que... que por morarem muito longe, ou seja, é:: fora do centro de trabalho. Então... camelôs, pequenos comerciantes que passam a semana na rua, morando na rua por questões de, de não ter o dinheiro do transporte pra voltar pra casa. Penso que essa também deve ser uma realidade de uma cidade como São Paulo, por exemplo. E isso é bem evidente. Até no Rio teve uma política de criar o hotel po... Você conhece o hotel popular?

**Décio:** Não.

**Camila:** A um real?

**Décio:** Não.

**Camila:** É:: foi uma política que... do governo do Estado do Rio, que lá tem os restaurantes...

**Décio:** Desse governo agora?

**Camila:** Não. Do governo::

**Décio:** Anterior?

**Camila:** Anterior.

**Décio:** Da Rosinha.

**Camila:** Da Rosinha. Então, tinha um... um. Tinha o restaurante popular a um real, né? Das refeições... E tinha o hotel que é ali na Central do Brasil. Que era também a um real, justamente pra tentar responder a essa demanda desse trabalhador, na verdade, que é ambulante e tal, que por morar muito longe e não ter condições de pagar essa passagem fica no centro, ali, do Rio. E:: não sei se você sabe, tem conhecimento, mas uma passa... o custo do preço de uma... da passagem de ônibus quando você vai para Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, ou no caso como um bairro como Campo Grande é:: pode ser dois ou até oito reais. Que é um custo alto para... para quem não tem, né? O salário condizente com as necessidades, né? De...

---

<sup>318</sup> Ministério da Cultura.



**Décio:** O que você acha dessas pessoas?

**Camila:** Em que sentido, assim?

**Décio:** Qual a sua opinião? Você... Porque você colocou algumas possibilidades das pessoas que trabalham é: muito distantes ou pessoas que tem problemas mentais ou que tem outros problemas que você é... que você levantou possibilidades.

**Camila:** É. Eu só não entendi a sua pergunta. Você quer que eu faça um juízo de valor sobre as pessoas que moram na rua? Ou é:: porque assim é muito complicado, entendeu? Porque eu acho que ninguém quer morar na rua por... por opção. O que eu tô colocando... a minha visão... eu vejo como um problema social. Do país, que não é só do Brasil. Que você vai olhar pra França, você tem moradores de rua que não conseguem alugar um apartamento em Paris e mora no... no... não sei se você tem conhecimento disso. Mo... Tem barraca, tem... são pessoas formadas. Quer dizer é:: tem vários tipos, se você for olhar. Agora, eu acho que a nossa realidade brasileira é:: eu penso que é um problema de exclusão social principalmente, entendeu? Claro que tem aí questões de menores que não se adaptam em casa e fogem. Mas, por que fogem? Fogem porque o pai é alcoólatra. Foge porque a mãe trabalha o dia inteiro e que aquela casa não é um abrigo para aquela criança. Então, porque aquela casa não é um abrigo para aquela criança? Aí você vai ver a origem principal, o problema da renda. Então, assim... eu acho que, é:: são problemas que vão se somando, entendeu? Então, assim... são pessoas, são cidadãos que tem direitos e que não tem seus direitos respeitados. Então, quer dizer, o Estado brasileiro principalmente, precisa ter uma política, na minha opinião, estruturante. Para, eu não acho que o restaurante ameniza, o hotel ameniza. Fazer outras políticas de, de inclusão amenizam. Mas o que resolve o problema é você ter uma política de crescimento do país, distribuição de renda e você ter é:: casa. Um programa de moradia popular. O resto, na minha opinião, é tudo adereço.

**Décio:** Em relação...

**Camila:** Falando com toda sinceridade, mesmo sendo um membro do governo, entendeu?

**Décio:** É:: em relação a sentimento. O que você sente quando você vê essas pessoas nessa situação? Você falou que mora no Rio, então você já deve ter visto, né? Durante...

**Camila:** É muito, muito comum.

**Décio:** Como é o seu sentimento em relação a isso?

**Camila:** É uma sensação muito dúbia, porque ao mesmo tempo você é:: Eu penso assim... sempre tive preocupação de não achar isso normal, né? De não encarar essa... essa visão como algo normal. Porque a gente tende, numa cidade grande como o Rio de Janeiro, a absorver essa paisagem da cidade como algo natural. Quer dizer é:: Então, quer dizer, o cara que vem te pedir dinheiro ou o cara que vem te pedir ajuda e que você é:: vai ao longo do tempo se acostumando a não dar esse dinheiro. Quer dizer, você pensa que ali naquela criança tem um outro adulto que tá explorando aquela situação. Então, é uma... é muito dúbia, porque ao mesmo tempo que você tende a sentir pena, tende a se comover com uma situação dessa, perceber que resolver um problema individual não é resolver o problema como um todo. Então, eu acho que:: dar esmolas ou comprar é:: comprar não. Eu acho que comprar uma bala, essas coisas assim que é interessante. É um trabalho, é uma forma de trabalho. Mas, por exemplo, dar esmolas ou tentar resolver o problema do remédio é:: é tentar resolver um problema parcial e perpetuar aquela situação. Não sei se você tá entendendo o que eu tô querendo dizer. Mas, por outro lado, é estabelecer isso como uma visão de mundo, ou seja, eu não dou esmolas ou eu não... não... não... É de certa forma um jeito de ignorar. Quer dizer, eu acho que nós não... não podemos também ter uma visão é:: ah, o certo... Teremos que resolver quando resolver os problemas do país. E enquanto não resolvem-se os problemas do país? Entendeu? É a minha maior preocupação e eu luto comigo todos os dias quando me deparo com uma situação dessa... é de não perder a sensibilidade como ser humano para a situação de um outro ser humano, entendeu? Sem cair na resposta fácil. Você tá entendendo? De ir lá e responder a demanda.

**Décio:** Eu sei.

**Camila:** Então, assim... Eu como pessoa, indivíduo, já resolvo aquele que mais me comove, sabe? E isso é uma contradição que eu sinto. Quer dizer, como é que eu em determinados momentos eu ve... passo... isso é natural, você tá entendendo? Mesmo eu dizer que não é natural, mas eu não interfiro, eu não ajudo e por outro lado é o outro, no outro momento, acabo... aquela pessoa me comoveu de alguma maneira que eu esqueço aquela situação e... e acabo ajudando, acabo é:: de certa forma contribuindo para que aquela coisa se mantenha. Então eu acho que isso é uma coisa... contradição, né? Acho que por outro lado existem também os que... pra resolver a sua culpa de poderem consumir, de poderem ter altos padrões de consumo é:: é:: veem nisso um escap... E... sabe? É uma dondoca que vai lá... eu vou fazer uma ação social pra resolver. Pra se sentir bem, não é para... para fazer o bem para o outro, mas pra se sentir bem. Então... eu acho que tem aí uma questão aí... que é aquele ser humano

que tá na situação, naquela situação que não pode ser ignorado, mas também o ser humano que fica nesse conflito. Então, eu... pode parecer ficar confuso o que eu tô falando, mas eu tô tentando ir pelos vários lados, assim, da moeda, entendeu?

**Décio:** E no seu conhecimento, assim, é... quando começou essa situação... de haver pessoas morando nas ruas?

**Camila:** Eu não tenho assim uma... uma... porque eu nunca estudei assim, é:: do ponto de vista é:: Eu participo dessa... dessa comissão, assim, como uma representante do MinC pra pensar políticas que possam, né? Para essa situação, a partir da cultura. Mas não sou uma... uma: estudiosa do ponto de vista, assim, é:: de dados e sobre essa questão. Mas, assim, desde que eu me entendo como gente, eu acho que isso é:: é:: bem antigo, né? Acho que desde o começo da humanidade, quando a gente fala em Cristo, né? Na Bíblia, a gente já fala de... de moradores de rua. Até na Grécia, filosofia, que tinha um filósofo que... não sei se você conhece... que era um morador de rua. Nunca ouviu falar?

**Décio:** Não, não dos detalhes.

**Camila:** Não? Mas é uma coisa interessante. Você poderia pegar pra sua pesquisa. É:: dentro dos pré-socráticos tem um dos filósofos que era morador de rua. Morava dentro de um barril. Eu posso até aqui buscar essa referência pra te dar. ((estava de frente para o computador com acesso à Internet))

**Décio:** A gente continua a entrevista, depois você procura pra mim... depois.

**Camila:** É.

**Décio:** É.

**Camila:** Tá, eu procuro pra você.

**Décio:** Deixo meu e-mail e tal.

**Camila:** Eu, nas conversas com alguém, alguém me disse isso... só que eu não tive...

**Décio:** É muito interessante.

**Camila:** Só que eu não lembro o nome do filósofo, mas tem um, tá?

**Décio:** Tá joia.

**Décio:** O que você acha que pode acontecer por causa dessa situação? Como resultado de haver isso que a gente tá discutindo?

**Camila:** É porque a situação... essa situa... a situação das pessoas é degradante. Então eu acho que no momento que ela se degrada como ser humano, ela parte pra saídas que a gente conhece. Que são as vio... a violência tanto desse cidadão para com os que, em tese, consomem, e os que em tese têm casa. Como também de pessoas... no Rio você já deve ter... você que está estudando sobre esse assunto sabe que tem grupo de extermínio. Pessoas que é:: se ocupam de achar que podem 'limpar' a cidade, né? Que podem é... Teve uma história muito conhecida do... do... do César Maia, que ele colocou creolina na rua pra que as pessoas não dormissem na rua, entendeu? Então, é uma questão assim, que eu acho tanto da violência de... dessa pessoa que tá nessa situação como da violência... ((conversa e atendimento a um colega de trabalho)) Desculpa. É que eu tinha que atender ((risos)).

**Décio:** Tranquilo.

**Camila:** Tá.

**Décio:** É:: você tava falando sobre o que podia acontecer por conta dessa situação. Aí, a primeira coisa que você falou foi da violência.

**Camila:** É eu acho que... que a situação de degradação desse ser humano. Quer dizer, então...

**Décio:** Falou sobre a creolina. Sobre o César Maia.

**Camila:** É:: então... quer dizer... Acho que as pessoas... César Maia é prefeito há muitos anos e é prefeito, hoje, do Rio. Teve um caso é:: explícito, em que ele colocou creolina nas ruas para que em determinados lugares... para que evitar que pessoas dormissem. É:: no Rio de Janeiro, condomínios fazem é:: grades que ocupam a rua toda pra que cidadãos não durmam ali. Tem condomínios que jogam água. Tem pequeno chafariz para que pessoas não durmam. Praças que são, também, fechadas. Então, assim... é tanto como uma política pública que a gente pode dizer que existe uma política pública que vê de forma velada. Tan... É:: tenta resolver, quer dizer, tentando a maquiagem, na verdade. Esconder, evitar que... que essas pessoas entrem em contato com a classe média, com os lugares nobres da cidade, como tem também a violência do... do... de grupos armados, grupos que se

acham no direito de... é:: pegar e matar. Não sei se você se lembra do caso de Brasília, que... que queimaram um índio e disseram: “ ah, não... nós achávamos que era um mendigo”, né? Então, quer dizer... Então, é:: Jovens de classe média, policiais que se acham no direito de tentar resolver ‘limpando’ a cidade. Então, eu acho que isso são as duas coisas, assim, que eu poderia ver, assim, de forma mais evidente.

**Décio:** Você acha que alguma coisa, assim... deveria ser feita em relação à situação das pessoas que estão morando nas ruas? À condição que eles têm passado... esse problema...

**Camila:** Então... é o que eu tenho... é o que eu digo. Eu acho que o Estado, por exemplo, tem que ter uma política estruturante, né? Então... é perceber essa situação e não é criar mecanismos de maquiagem essa realidade, mas entender essa realidade e tentar trazê-los pra condição de é:: é:: ter trabalho, casa, remédio. E não tentar resolver como tendo centros que pegam pessoas e escondem pessoas... ou cidades. Eu lembro que também vi, a pouco tempo, agora no... ou no Fantástico ou no Jornal da Globo, uma cidade que a secretaria é:: embebedavam as pessoas e faziam com que essas pessoas viajassem para sair da cidade, ou seja, pra não ter morador de rua ali naquela cidade. Então, assim, o Estado tem que parar de excluir cada vez mais as pessoas desse espaço que é público, porque elas não têm casa, não tem emprego, não tem trabalho; e tentar resolver a questão estrutural. Que é fazer com que essas pessoas tenham condições de ter casa. Claro, vão ter aí ainda sujeitos, pessoas que gostam de morar na rua como uma questão de concepção de vida, de mundo. Mas isso é minoria, tá? A grande maioria tá ali porque não tem trabalho, porque não tem condições de morar na sua casa e trabalhar. Por isso, passam a semana na rua e depois vai pra casa. Se a gente consegue resolver esse problema central aqui, que só se resolve tendo uma política de Estado que pense na distribuição de renda nesse país, de formação de emprego, tal, tal... É:: eu acho que o resto é assim... muito:: perfumaria, entendeu?

**Décio:** O que você acha que impede que isso seja feito?

**Camila:** Prioridade da política, prioridade desse tema na construção dessas políticas públicas. O Estado brasileiro... Lula, né? O governo Lula definiu como prioridade o problema da fome. Criou, lá, o Bolsa Família. E tem resultados. Foi uma decisão política. Não sei quanto tempo... Você tem quantos anos?

**Décio:** Trinta.

**Camila:** Trinta. Eu tenho trinta e dois. Eu acho que nós vi... crescemos com o discurso que era impossível acabar com a fome no Brasil se não acabasse com... com... se não distribuisse totalmente a renda. Se não tivesse uma revolução... Não acabou com a fome, mas diminui ela consideravelmente. E distribui renda com esse programa. Então, é possível você ter uma política que... que crie um impacto positivo nessa situação. E eu acho que o objetivo da comissão é esse. É buscar caminhos para... para chegar a essa política.

**Décio:** E você acha que ela conseguiria ser estruturante?

**Camila:** Não.

**Décio:** Nesse ponto?

**Camila:** Não. Aí eu não... eu até tô assim... Acho que falta ainda chegar a esse nível. Porque ainda... porque, na minha opinião, ela ainda é uma comissão. Ela precisa ser ordem prioritária da agenda principal da política pública, entendeu? Como é, como foi a questão da fome.

**Décio:** Você acha que seria possível poder... conseguir fazer isso?

**Camila:** Isso aí eu não tenho uma... uma... é um projeto, uma ideia . Sinceramente, eu não tenho. Até porque não é realmente a minha área de conhecimento e de estudo.

**Décio:** Agora, além do Estado, você acha que... é:: restringiria a necessidade de ação apenas no Estado? Algum outro tipo de organismo ou...

**Camila:** Não, eu acho que a sociedade pode se envolver. Só que eu tenho medo de você interpretar isso como... como... é:: um assistencialismo, entendeu? Mas eu acho que o Estado tem que:: tem que tentar ter uma política que responda a essa questão dos moradores de rua. Estruturante não... ((conversa paralela com colega de trabalho)).

**Décio:** Você falou na preocupação de colocar a sociedade e interpretar como assistencialismo. Que tipo de... de... Como é que a gente poderia pensar? Só para que eu não interprete mal o que você tá colocando.

**Camila:** Sim.

**Décio:** A sociedade que não seja assistencialista. Como é que a sociedade poderia agir...

**Camila:** A sociedade se organizar, se mobilizar. Se colocar... Colocar essa questão como pauta. Reivindicar das políticas públicas municipal, estadual, federal. Que isso seja uma questão. Eu acho que...

**Décio:** Cobrar do Estado iniciativa?

**Camila:** Cobrar do Estado. É:: participar, é:: de mobilizações nesse sentido. Se organizar pra entender essa questão e para propor soluções. Porque eu acho que... Eu tenho muita preocupação quando as pessoas falam, ah, a sociedade. A sociedade é o que? ‘ONG’?. Tá entendendo? Distribuindo sopão. Eu acho que isso a gente já tem bastante... fazendo. E muita gente ganhando dinheiro fazendo isso. Já virou até um negócio, entendeu? Então assim, eu acho que a gente é:: tem que cobrar da sociedade muito mais participação e perceber que ela é:: quando nós pagamos impostos. Esse dinheiro que é público, que faz parte do orçamento. A sociedade pode e deve cobrar do governo quais são as prioridades em que esse dinheiro tem que ser gasto.

**Décio:** Você teve. Você citou que tinha visto a pouco tempo na televisão... parece... a reportagem e tal. Em que tipo de outros meios você já viu alguma coisa que tratasse do problema das pessoas em situação de rua?

**Camila:** Jornal. É:: televisão, e mesmo conversas, né?

**Décio:** Mas assim, em relação à mídia, você acha que é frequente?

**Camila:** Não, não. É porque eu tentei... tentei... lembrar das coisas que eu vi. Por exemplo, essa coisa da creolina, que eu tô falando, é de noventa e dois. Isso é muito velho, você tá entendendo? Mas foi uma coisa que me marcou. Tanto é que a gente... Eu lembro que... que... eu era do movimento estudantil na época. A gente gritava “prefeito”... a gente colocava “prefeito creolina”, entendeu? Tinha uma história dessa... Mas assim, eu não acho que é um assunto é:: presente no noticiário constantemente, né? Uma vez ou outra.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Camila:** As pessoas tenham as mesmas oportunidades. Mesma oportunidade de escola, mesma oportunidade de trabalho. Não necessariamente todo mundo precisa ganhar a mesma coisa, como se pensou de forma é... Até eu acho equivocado do que seria o socialismo, né? Eu acho que o essencial é a gente entender as diferenças. As pessoas são diferentes. Tem qualidades e defeitos diferentes, mas elas têm que ter o mesmo ponto de partida. Ou seja, todo mundo tem que ter o direito de morar, viver, amar, de poder conquistar as coisas. Se um conquistar ou não... por méritos, mas que todos eles tiveram as mesmas oportunidades. Eu entendo isso como igualdade social.

**Décio:** E o papel do Ministério da Cultura é:: em relação a situação dessas pessoas? Qual é o papel do Ministério da Cultura?

**Camila:** Ah, nós tamos vendo assim... Vendo como uma:: uma... como uma política. Nova política que a gente tem, né? De... no Ministério que... a gente compreende cultura muito mais do que as linguagens artísticas. É... como a gente pode e é:: esse é o esforço que essa comissão... que quando integra vários representantes de vários Ministérios. É pensar de que forma nós podemos colocar na pauta das políticas que estão sendo implementadas pelo Ministério da Cultura a questão do morador de rua. Então, por exemplo, a gente tem aqui uma situação que ‘linka’ muito, que é a questão dos catadores, né? Os catadores, além de serem moradores de rua, ou como é o caso... as vezes não moram. Moram por algum momento na rua, mas tem casa. São pessoas que contribuem, por exemplo, pra uma atividade que gera renda, mas que também gera arte. Então acho que é:: pensar de que forma existem modos de vida, modos de linguagens que essas populações constroem e que a gente pode, através da cultura, através de um trabalho com esse setor, com essa população, é:: estabelecer uma relação de troca. Percebê-los também como fazedores do simbólico, né? Fazedores da questão da... da cultura brasileira também. Ou seja, viver na rua também faz parte de uma cultura por mais que ela seja cruel. Por mais que ela seja excludente, existem aí modos de ser de uma pessoa que mora na rua que é diferente de uma pessoa que tem cobertor e:: e:: Não sei se você conhece o livro do Jorge Amado, Capitães de Areia.

**Décio:** Não li.

**Camila:** Você que está estudando isso, você precisa ler. E era muito interessante que ali é:: o Jorge Amado tentava discutir um pouco essa questão de conceitos que estavam ali, naquelas pessoas. Quer dizer... Respeito. Que... como quem em situações de risco, existia um código de respeito, de relações. A questão da liberdade que é estar na rua. Para alguns pode significar liberdade. Mais liberdade do que estar em casa com o pai e a mãe que oprimem. Então, quer dizer, existem questões que a gente pode chamar que tão no campo simbólico da cultura que o Ministério pode é:: em... tá inserindo em suas políticas públicas. Por exemplo, a gente aqui em nossa secretaria tem o programa Cultura Viva, que são os pontos de cultura. Que é um pro... programa que justamente procura empoderar a sociedade. Procura dar a esse protagonista, justamente aqueles que não acessam os recursos públicos da área da cultura... Que podem exercer um trabalho na comunidade. Então, talvez seja, não... é por esse motivo que a indicação do Ministério da Cultura partiu da nossa secretaria. Por talvez, em todas as políticas, a

que tenha mais proximidade com essa temática seja o programa Cultura Viva. Então, você pode, ao colocar isso como uma questão, tema importante, passar a ser pauta, né? Dos oitocentos pontos de cultura espalhados pelo Brasil, né? Pensar nessa realidade. Interagir com essa realidade, né? É nesse sentido.

**Décio:** Quando você falou assim, “ah, alguém pode por opção querer morar nas ruas”, né? Você colocou essa questão. E você falou sobre a questão das culturas diferenciadas, o fazer simbólico. Você acha que pode... pode... Quer dizer... como é que você pensa culturalmente o fato da pessoa ter por opção morar nas ruas?

**Camila:** É difícil, porque... É difícil... é:: pra quem tá acostumado a morar, a ter lugar, né? Mas o que é o lugar, né? Vamos assim tentar abstrair. O lugar é a morada. É a morada física ou o lugar é... O lugar pode ser a pessoa. Eu posso me sentir muito bem vivendo em vários lugares, compreende? E eu não posso... quer dizer. Eu tenho que ter a opção de escolher, mas a sociedade definiu que é o ‘certo’, né? É tomar banho no chuveiro. É andar vestido. É morar dentro de uma casa. A sociedade, que ao longo do seu tempo decidiu que devia ser assim, certo? Mas o cidadão preci... É obrigado a se enquadrar nessas regras? Não acho que seja. Então, quer dizer, eu tô dizendo que eu acho que a maior parte dessas pessoas que estão nessa situação, elas estão por uma questão social. Mas existem os que querem viver dessa forma. E para os que querem viver dessa forma é:: esse direito tem que ser respeitado. E o Estado tem que criar algum nível de condição pra que sua condição de vida não seja degradada. É nesse sentido assim que eu penso. Tem alguma outra?

**Décio:** Tem mais uma coisinha.  
((o telefone toca))

**Camila:** Posso atender?

**Décio:** Pode.  
((interrupção na entrevista e continuação))

**Décio:** A última coisa, deixar aberto pra você. Se você gostaria de falar mais alguma coisa sobre o tema, sobre a entrevista?

**Camila:** Não. Achei que foi bastante interessante. Até aqui a gente construindo, pensando junto, foram surgindo coisas que talvez eu não tenha pensado, entendeu? Então, eu acho que foi um exercício muito legal.

**Décio:** ((risos)) Eu também gostei.

**Camila:** Entendeu? E aí é:: eu vou pegar o Boésio. Acho que é Boésio.

**Décio:** É::

**Camila:** Eu vou... eu vou. Faço questão que você saia daqui com essa referência.

**Décio:** Hum rum.

**Camila:** Porque tem um quadro aê. [...] Tem um quadro do Miche... Não é do Michelângelo, do Rafael... que relata... que retrata os filósofos. Que é a escola de Atenas. Não sei se você conhece esse quadro.

**Décio:** Não me lembro agora.

**Camila:** Então... nesse quadro tão todos os filósofos da época grega, né? Então... o Boésio tá lá. Eu acho que o nome dele é Boésio. Eu vou procurar aqui pra você. Porque inclusive tá lá, caído e tal. E é um cara interessante pra você pensar esse lado, entendeu? Porque ele tinha uma filosofia irônica que tava discutindo e... e repensando os modos de vida. Aí você pode pensar no Nietzsche que questiona a racionalidade. Então, assim, não é uma questão simples, entendeu? Só dizer que... Não basta só dizer que.. que o problema é só social. Eu acho que é uma parcela grande, a maioria. Mas existem pessoas que querem viver dessa forma. E aí? Como o Estado encara isso, né? O Estado. Como a sociedade encara as pessoas que querem viver diferente? Se você for pensar até no que é loucura e no que não é loucura. O Foucault teve um estudo grande sobre isso. Que ele vai dizer que a lou... que os hospícios, que a forma de tratamento do louco é justamente uma forma de opressão, de exclusão. Então... quer dizer, eu não sei se alguém, se alguma pessoa pensou sobre isso. Eu tô aqui fabulando com você. Mas será que também dizer que o cara que mora na rua é só um problema social, também não pode ser um discurso nessa linha de exclusão? Do diferente, do que a gente não consegue entender? Nesse sentindo assim. Mas é uma fabulação aqui. Eu tô aqui ((risos)). Eu vou procurar aqui no Google. Eu acho que a gente pode ver se é Boésio. Eu acho que é Boésio. Não... é mais fácil até... [...] Eu acho que é Boésio mesmo.

**Décio:** Não achou, não?

**Camila:** Achei aqui umas coisas, mas eu vou perguntar pra ele ((pessoa conhecida de Camila)) que é mais fácil ((risos)). Entendeu? Porque aí eu já te dou uma referência é:: mais...

((conversa com colega de trabalho e outros))

**Camila:** Quem era o filósofo que você, você que me contou isso... que era morador de rua?

**Colega de Trabalho**<sup>319</sup>: Têm vários.

**Camila:** Não que... que... mas tinha o...

**Colega de Trabalho:** Filósofo contemporâneo?

**Camila:** Não, não filósofo grego.

**Colega de Trabalho:** Ué, o Platão.

**Camila:** Não.

**Colega de Trabalho:** O Aristóteles era morador de rua.

**Camila:** O Aristóteles não. Era o Boésio.

**Pessoa conhecida**<sup>320</sup>: Diógenes.

**Camila:** Diógenes. Esse que morava no barril, né?

**Pessoa conhecida:** É exatamente.

**Colega de Trabalho:** Todo processo de construção é:: filosófico é:: ocidental, ele se inicia com...

**Camila:** Tá aqui, o Diógenes. ((encontrou a imagem na Internet))

**Pessoa conhecida:** Para que é?

**Colega de Trabalho:** ... o cruzamento do conhecimento latino, greco-latino. E o cruzamento com os árabes e os mouros. E os mouros [...] de sua filosofia o conhecimento [...] eles viviam em cidades onde os professores, eles transitavam no conhecimento e nas culturas onde eles elegiam representantes que circulavam no mundo e buscavam conhecimento daquilo que era um desafio como [...] do conhecimento e voltavam depois para compartilhar depois aquele conhecimento. E, nesse tempo, todo... que as pessoas viajavam eles executavam todas as funções sociais inclusive a maior parte deles seguiam viajando como [...]

**Camila:** Não... eu tô fazendo aqui uma entrevista para os o rapaz que tá estudando sobre os moradores de rua. Aí eu falei dessa questão desse cara que era morador de rua, entendeu? Que é:: se recusa a viver numa casa. Não tem essa história?

**Pessoa conhecida:** [...]

**Camila:** Não, mas é porque o Diógenes, ele é mais... porque ele não é... Ele ficava lá, entendeu?

**Colega de Trabalho:** Oi.

**Camila:** Tinha as reuniões e tal pa, pa, pa. Mas o Diógenes ficava lá. Tinha o ponto dele lá.

**Colega de trabalho:** Eu sei mas...

**Camila:** [...] Eu to querendo o seguinte, pra ele pegar de repente um exemplo de alguém que teve um puta conhecimento, que influenciou e que ta... é percebido como um filósofo... é estudado, você tá entendendo? Que tem pequenos aforismos do Diógenes que... hoje tem gente que faz tese acadêmica sobre esse filósofo. E ele era um morador de rua, oficialmente.

**Colega de trabalho:** Sim.

**Camila:** Em Atenas, entendeu?

**Colega de trabalho:** Mas é porque... enfim.

**Camila:** não... mas é só... Mas aí é essa referência que eu tenho. Eu vou imprimir pra você levar. Aí você pode, depois, continuar procurando na Internet.

**Décio:** Hum rum.

<sup>319</sup> Começa a participar da conversa, mas estava distante da mesa.

<sup>320</sup> Falando em aparelho de comunicação sonoro, aparentemente um rádio-comunicador.

**Camila:** Tava fazendo barulho ali?

**Colega de Trabalho:** O que, da máquina?

**Camila:** É.

**Colega de trabalho:** Tá imprimindo?

**Camila:** Tá imprimindo. ((pausa)) Aí você pode... Vou pegar a imagem pra te mostrar. É escola de Atenas.

**Décio:** [...]

**Camila:** Você tem e-mail?

**Décio:** Tenho.

**Camila:** Então vou mandar pra você do quadro. O que o... esse aqui é o Diógenes caidão, largado. ((mostrando na tela do computador)) Tem o... se você procurar tem até é:: Tá aqui ó... todos os filósofos aqui... que tão em cena. Se você procurar, tem até um... algum... eu já vi isso na Internet... esqueminha, já apontando quem é quem, entendeu?

**Décio:** Entendi.

**Colega de trabalho:** Companheiro, uma coisa interessante pra você dar uma olhada. Tem um site do movimento nômade e eles fazem um estudo sobre a o impacto que causou o sedentarismo na medida da construção das cidades. E exatamente o que eles questionam é que na... no que se refere a morador de rua é um equívoco antropológico, porque o tempo de nomadismo ele é muito superior na civilização. A polis, a cidade, ou seja, consequentemente a maior parte do tempo nós éramos moradores, entre aspas, da rua. Porque a rua não existia. Então, é completamente possível e... nessa visão de não aceitar o homem da rua, a mulher da rua, é não aceitar o nomadismo. Como a base da exclusão e não necessariamente uma exclusão econômica e cultural, mas uma exclusão ideológica. A medida em que a pessoa tem que ter, pra ser cidadão, residência fixa, se não ela não estabelece um vínculo comunitário, ela deixa de ser sedentário e passa a ser nômade. Ela pode estar em qualquer lugar.

**Décio:** Hum rum. Entendi.

**Colega de trabalho:** Mas tem um site específico que é o do movimento nômade. Eles são mundiais. Eles fazem discussão de tudo quanto é canto.

**Camila:** Aí já é uma outra referência que você pode também trabalhar.

**Colega de trabalho:** É no Canadá onde tem associação dos moradores de rua. Os moradores de rua lá, a maior parte deles são moradores de rua porque eles querem ser nômades. Não querem ter casa. Querem estar onde quiserem, na hora que quiserem. A marca deles é que a maior parte deles não tem os dedos dos pés, porque congela.

**Décio:** Caramba.

**Camila:** [...] Diógenes [...] vou pegar a... e mandar pra você aqui.

**Décio:** Você quer falar mais alguma coisa?

**Camila:** Não.

**Décio:** Brigadão.

**Camila:** Ô, tá vendo aqui, você entra no Google e coloca imagens, e vai ter aqui ó. Apareceu aquele que te mostrei.

**Décio:** Em destaque, né?

**Camila:** E você pode pegar uma imagem maior. Aí você escolhe a que tiver melhor qualidade para você reproduzir. Eu acho legal porque você pode fazer alguma relação com a História da Arte também. De que forma esse tipo de pessoa foi retratada e também essas referências aí que ele te falou. Certo? Prazer, viu Décio.

**Décio:** Brigadão.

### Anexo G – Entrevista 7 – Fernanda (representante da SEPPIR<sup>321</sup>)

**Décio:** Suponhamos que você tivesse que falar pra alguém que não conhecesse... que existe essa situação de pessoas estarem morando nas ruas. Como é que vocêalaria pra essa pessoa? Como é que você daria conhecimento a ela... que existe essa situação?

**Fernanda:** Dos moradores de rua? Bom, eu diria o seguinte, assim... que a nossa sociedade, né? Ela é dividida por pessoas que tem acesso aos bens, né? De serviços a bens materiais. Quem possui, né? Esses bens materiais, serviços, trabalhos. E tem uma parcela na sociedade de que não tem acesso a esses bens, né? A esses bens materiais, ao trabalho, ao emprego. E essas pessoas que... que... Ah, ainda tem uma outra que... também tiveram acesso e que num determinado momento também deixam de ter, né? De ter uma terceira via que aí é o... desempregados que num processo ela acaba sendo é:: mais um componente, né? Uma parcela de moradores da rua. Ou seja, aqueles que nunca tiveram; aqueles que já tiveram acesso a esses bens, ao trabalho, e que perderam, num processo, né? Que perderam. E os que têm. E os que detêm. Explicaria isso. E que, assim, vai se formando é... a população de rua. E é claro, aliado a isso, há todo um conjunto é de fatores, de situações, que levam a pessoa a estar na rua. Tem a questão da violência. Uma situação de violência familiar, no espaço familiar, onde você foge e vai pra rua. Tem a situação de, de uma dependência química onde a família não suporta mais aquele, aquela pessoa no seio familiar e vai para... como é que se diz? Para a rua. Acaba se deparando, ficando, permanecendo na rua. Há situações também de, além da dependência química ou de um fator de saúde mental, psíquico, né? Que leva essas pessoas a permanecerem na rua, tem a questão do... é:: como que eu diria? Assim... Eu já falei do trabalho. Ah... das condições dos processos, né? Dos processos de mudanças, de aperfeiçoamento existente no trabalho, como a... a modernização. Que você não acompanha. E aí há um processo de... de é:: de modernização no trabalho e que você tá fora. Tá alijado desse processo, por você não ter um nível de conhecimento. É:: um nível de escolaridade, né? De escolaridade, ou de qualificação pra permanecer no trabalho e você cair, né? Ir para...para rua, né? Permanecer na situação de rua, de morador de rua. E outros fatores. Eu explicaria por esse caminho. É claro, mas assim deve tá [...]

**Décio:** Eu sei... Mas, assim, o que é que essas pessoas fazem?

**Fernanda:** Hein?

**Décio:** Estando nessa situação, o que essas pessoas fazem?

**Fernanda:** Essas pessoas, como elas vivem?

**Décio:** É. As pessoas que estão em situação de rua, o que elas fazem no dia a dia? Como elas vivem?

**Fernanda:** Tá. Então, essas pessoas, assim, eu suponho que muitos deles buscam até, né? Ficam buscando uma oportunidade, buscam trabalho, buscam emprego, mas a situação é tão... como é que se diz? Complexa, difícil que hoje o desemprego é grande e a oferta de trabalho pequena, reduzida. E uma oferta de trabalho onde a exigência de uma qualificação de mão de obra aperfeiçoada, e que essas pessoas que estão fora é:: não tem, não conseguem, é:: ter acesso a essa qualificação, né? E até também há um nível de escolaridade, as vezes, não permite, né? De que essas pessoas, elas tenham acesso a essa esse trabalho. É um conjunto de fatores. Eu tô vendo muito na via do emprego, né? Do trabalho. Mas, é claro que nem sempre as pessoas que estão na rua, numa situação de rua não é só por contra do trabalho. Tem uma... uma situação, aí, familiar, de abandono da família. É:: dos parentes, né? Esse da... enfim é um conjunto de coisas.

**Décio:** O que você sente quando vê uma pessoa nessa situação?

**Fernanda:** Bom, a minha situação é assim... [...] é:: de muita angústia e de as vezes me sentir até impotente. É:: de não poder, é:: de não poder resolver aquele problema estrutural, né? Que é um problema estrutural. A exclusão social ela é um problema que é estruturante, né? E que dado as complexidades, as mudanças, as transformações existentes na sociedade, que leva uma parcela da população a estar excluída desse processo, né? Não ter essa oportunidade. De não ter acesso ao emprego, a um... como é que se diz? A uma família, inclusive organizada, também, né? Eu acho que tem a ver com a estrutura da sociedade em que a gente vive, né? E o sentimento é de angústia. Angústia de não poder... de se sentir impotente em não poder contribuir, ajudar pra mudar essa situação, né? Porque são milhões de moradores de rua. Então, assim, a situação é essa, né? De impotência, de angústia. Cada vez mais é nas grandes cidades, as metrópoles, né? Cresce o número é de pessoas na rua. Morando na rua, em situação de rua.

**Décio:** E essa existência de pessoas que moram nas ruas. Ela começou quando? Quando começou essa situação?

<sup>321</sup> Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



**Fernanda:** Bom, eu acho assim... eu acredito que é assim. Eu acho que sempre existiu moradores de rua, né? Sempre existiu moradores de rua. Acho que desde o processo da escravidão, após a abolição da escravatura. Como que os escravos, os escravizados, né? Os negros escravizados... como que eles ficaram é:: numa situação após a abolição em que esse... a sociedade. Quando eu digo a sociedade. é o trabalho, o comércio, tudo impossibilitava de que aquela mão de obra, a mão de obra negra não fosse absorvida pelo mercado de trabalho, pelo comércio, né? Pelo serviços. Então foi uma população que, após a escravidão em 1888, após a abolição da escravatura é:: esses, os escravizados, ficaram, sabe? Alijados aí, do processo. Ficaram, foram buscar alternativas de sobrevivência, né? E o processo acredito que começa ali. Então, é um processo histórico, né? Alguns conseguiram sobreviver, resistir a essa, a esse processo, né? De alijamento da sociedade, do acesso aos bens, aos serviços, né? Mas eu acho que é um fato histórico. Eu não sei te dizer assim exatamente quando que inicia. Mas eu tenho como um fato histórico o processo de abolição da escravatura, né? Que começa ali.

**Décio:** O que pode acontecer por conta dessa situação? O fato de existir pessoas morando nas ruas por diversos fatores como você já mencionou, o que pode desencadear? O que pode acontecer por conta disso?

**Fernanda:** O que pode acontecer?

**Décio:** Como causa, consequência disso?

**Fernanda:** Como causa é:: um problema social que nós vamos ter, né? Um fenômeno. Um fenômeno social como causa disso. Isso para o... como é que se diz? Caracteriza é:: também, um aspecto negativo em termos de desenvolvimento, né? Desenvolvimento humano, né? Compromete o Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH do país, né? Você ter uma popu... uma parcela da população é:: humana. Uma humana. Uma população é alijada do processo, né? Parada, né? É obsoleta, quando você poderia estar, o Estado poderia estar fazendo investimento, direcionando políticas públicas pra que essa população saia dessa situação. Se qualifique, eleve sua escolaridade e possa ser re re, como é que se diz? Engajado no mercado de trabalho e realocado no mercado de trabalho. Então, eu acho que isso compromete o desenvolvimento do país, né? Um aspecto negativo para o desenvolvimento do país.

**Décio:** Você falou que o Governo devia tomar algumas ações, né? Para que esse problema fosse solucionado, resolvido, minimizado.

**Fernanda:** E tem tomado, né? O governo tem feito, né?

**Décio:** Tem tomado.

**Fernanda:** Ações. Haja vista aí a preocupação em se criar uma política nacional de atendimento à população de rua, a moradores de rua, dando mais uma atenção, reconhecendo como um contingente... população que deve ter todas as atenções e deve ter o mínimo, né? De, aliás, de atenção básica. De atenção básica, e quando eu digo atenção básica, é o saneamento... que as condições em que ele vive... É:: educação, né? O próprio trabalho ou a sua quali... inserir ele no mercado de trabalho na qualificação social e profissional. Elevar sua escolaridade, né? Eu acho que nisso o governo tem se empenhado, tem se preocupado por meio das políticas públicas.

**Décio:** Quando você fala que o governo já tem dado um passo importante em relação a isso e tá se organizando em torno de uma política nacional. É:: como é que você vislumbra / avalia a aplicabilidade das políticas, das ações, digamos, pra que o efeito seja positivo, né?

**Fernanda:** Não entendi. Assim...

**Décio:** Tá. É:: algumas coisas estão sendo feitas e o mais concreto que você citou foi a questão de uma política nacional em prol dessa população.

**Fernanda:** É. Exato.

**Décio:** Como é sua avaliação em relação a aplicabilidade da política ou os efeitos positivos que essa política pode ter, tanto na perspectiva federal de ações diretas como...

**Fernanda:** Agora eu entendi. Os efeitos é:: dessa política que, é claro, que vão ser positivos e importantes para a população de rua, uma vez que a própria população reivindica isso, né? Eles que tão no processo de elaboração. Essa população de rua tá no processo de elaboração dessa política. E os benefícios, eles são é, é:: importantes na medida que nesse processo de organização por uma política e por uma atenção do Estado... eles possam também tá revertendo, tá saindo dessa situação de rua. À medida que eles é:: eles podem estar reivindicando a própria qualificação social e profissional de sua mão de obra, para que eles sejam realocados no mercado de trabalho, né? No mundo de trabalho, seja inserido, né? Que ele tenha condições ainda que... aqueles que optem por permanecer na rua, mas que tenham a condição de saneamento e garantia de espaço. Espaço que eles reivindicam, espaço urbano para permanecer ali de uma forma é:: de uma forma respeitosa e com cidadania, né?

Na medida em que eles contribuem para o meio ambiente, né? O meio ambiente na questão da, da... como é que se diz? Aí, como se faz. Que é o aces... é a reciclagem. Porque eles usam um termo que não é trabalhar... não... são catadores de, de papelão, de papéis, é:: da rua, há mais. O processo de reciclagem do lixo, do papelão gerado pelas repartições, né? Pela sociedade e tudo. Eles trabalhem nesse processo aí de reciclagem de reaproveitamento desse lixo, né? Eu acho assim, que as contribuições são muitas. São muitas e positivas. E positivas, né?

**Décio:** Você acha que há ou poderá haver impedimentos para que essas coisas aconteçam da forma que está se pretendendo, de acordo com suas palavras? Dificuldades, impedimentos para que isso possa ser efetivado?

**Fernanda:** Eu acredito que não, se de uma forma organizada como eles têm, como eles tão se colocando, organizados. Porque na reunião eu tive oportunidade, né? Porque eu não conheço, assim, toda a dinâmica de organização da população de rua, dos moradores de rua. Mas assim, eles... É uma população organizada, com um nível de consciência política, eles sabem o que eles querem. Eles sabem com quem... onde dialogar em nível de governo. Com quem conversar, o que reivindicar, sabe? Eles têm todo um programa, uma política, né? Uma agenda de reivindicação é... pautada. Pautada não, colocada para o governo. Colocada para o governo. Então...

**Décio:** Você falou, por exemplo, em relação aos movimentos, né? De população em situação de rua. Em relação ao governo, pelo que eu tô entendendo, o governo federal.

**Fernanda:** O governo federal, seja ele estadual também, município e tudo. Eu sei que há resistência porque é aquilo que é eu coloquei. Esse... pro... desenvolvimento, né? Seja do município, do estado ou a nível federal, ter uma população, um grande contingente de moradores de rua, isso não é positivo. Isso não é bom, não é bom. Mas na medida que você tem uma política onde essa política vai levar, vai fazer com que você saia dessa situação, eu acho que, que as resistências, né? Que você quer saber... eu acho que elas são menores por parte do, por parte do estado e do município. Porque você tem uma política e aí baseado naquela política você vai dialogar com aquela população, no sentindo daquela população não permanecer ali na rua, mas ela buscar os seus direitos, buscar a sua forma de sobrevivência é:: de positivamente, né? E contribuindo também para o desenvolvimento do estado, mas não trazendo consequências negativas, problemas para o governo do estado. Agora, eu tenho certeza que enquanto população de rua, eles sofrem, sim, violência tanto por parte da polícia, que há uma, uma violência muito grande por parte da polícia sobre essa população. Que alguns moradores também, né? Principalmente a classe média que não suporta ver mendigos. Que não suporta ver pessoas pobres e tudo, nas ruas, que isso mexe com determinados grupos, né? ((conversa com colega de trabalho))

**Décio:** É: como você teve conhecimento dessa situação? De que forma você teve acesso... de... conhecimento que existem pessoas morando nas ruas?

**Fernanda:** Isso... eu já tenho essa informação por meio de leituras, de [...]. É também já trabalhei com população, com meninos em situação de rua, né? Jovens, adolescentes em situação de rua... que também eles compõem esse universo aí. De moradores, de moradores de rua juntamente com os adultos, né? Então eu tenho essa informação por meio de leituras, essa coisa toda.

**Décio:** Inicialmente, como você teve... Qual foi a primeira vez que você teve informação sobre isso? Ou que conhecimento você teve sobre isso? Na história de sua vida.

**Fernanda:** Na história da minha vida? Como assim? Em torno da minha formação. ((conversa com colega de trabalho que interrompeu a entrevista)). Ai... não me repara, porque se eu fosse desmarcar contigo... Ai sempre tem...

**Décio:** Não, eu preciso [...] só por mais alguns instantes. São poucas coisas pra falar.

**Fernanda:** Tá.

**Décio:** Você acha que a... Você deu informações sobre isso. Você falou que leu. Agora, em relação à Internet, televisão, como é que você acha que é a divulgação desse problema, dessa questão social?

**Fernanda:** Ah, por meio dos jornais. Por meio dos jornais você vê do... visualmente do... virtualmente, né? No dia a dia, no seu cotidiano do ir e vir, né? Se é de casa para o trabalho você tem contato com isso por meio de jornais, da televisão. ((interrupção por colega trabalho)). É: e recentemente em descobri que também essa população de rua ela se constitui também como objeto de estudos, estudos acadêmicos, né? É essa a novidade mais recente, né? Por essa população, hoje, ser objeto de estudo da academia.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Fernanda:** Igualdade social? Eu entendo igualdade social... é você ter acesso... é você ser igual. Como é que se diz? Ser iguais em todos os sentidos. Seja você ter acesso a uma educação, seja ela de nível é:: desde o ensino... Desde a educação infantil até a universidade, né? Você ter acesso a educação. Você ter acesso a saúde Que são

serviços básicos de saúde. Ter o direito de ter uma consulta, de ter um médico pra se consultar. É ter o direito de ter o trabalho. O trabalho, para mim, é uma das vias que estabelece mais a igualdade, né? O acesso ao trabalho. E quando falo trabalho, esse trabalho é um trabalho decente, né? Com direito a carteira assinada, né? Você ter os seus passivos trabalhistas assegurados aí. Tem acesso... o que mais? Igualdade de oportunidade, igualdade...

**Décio:** Igualdade social.

**Fernanda:** Igualdade social, né? Igualdade social para mim é isso também. É você ser respeitado enquanto cidadão, né? Você ser respeitado nas suas diferenças. Na sua opção sexual também. Na sua condição de gênero. Então, igualdade social é isso. É você ser respeitado em todos os sentidos e ter acesso, acesso aos serviços básicos existentes na sociedade.

**Décio:** E qual o papel da SEPPPIR em relação a situação dessas pessoas?

**Fernanda:** Bom, a SEPPPIR é::: ela é uma secretaria especial que foi criada em 2003, né? Com o objetivo de estar articulando uma política de promoção da igualdade racial. A política de promoção para a igualdade racial e, e trazendo demandas, né? Essa política, ela consolida toda uma demanda do movimento social negro. O movimento negro, né? Que reivindica que os negros têm... que o direito dos negros terem acesso ao... como é que se diz? À educação, ao trabalho, a não discriminação, a ser respeitado como cidadão, não é isso? E a secretaria, enquanto uma secretaria especial que articula essa política, ela não tem uma ação específica, direcionada, canalizada para essa população de rua. Mas ela luta por uma política em que essa política, ela tem como objetivo principal... tem como foco a igualdade de direitos. A igualdade de oportunidades, né? O respeito às diferenças. E aí, a população de rua também tá inserida nesse processo. Agora, a política de execução direcionada é para essa população, para erradicar ou para garantir... aliás, para garantir é::: políticas mais efetivas para essa população é um outro órgão, né? Que é responsável. Mas a SEPPPIR, ela garante a igualdade, né? Ela garante uma política de promoção da igualdade racial, e, nesse processo, a população de rua, por ser uma população majoritariamente negra, né? Na sua maioria é negra, então ela tá inserida nesse processo.

**Décio:** Há algo mais que você gostaria de dizer, comentar?

**Fernanda:** Não, é só pedir desculpas pelo tumulto e dizer, assim, na correria... Eu não me preparei, assim, direito e desculpar se não contribui.

**Décio:** Não. Que é isso?

**Fernanda:** Ou se contribuí pouco, entendeu? Nesse... no seu trabalho. Na elaboração do seu trabalho.

**Décio:** Fernanda, eu agradeço muito a sua colaboração. Eu tenho certeza que tem grande validade, viu?

**Anexo H – Entrevista 9 – Luiza (promotora)**

**Décio:** Como é que a senhoraalaria para alguém sobre a situação de pessoas que estão morando nas ruas? Como a senhora explicaria isso para alguém que não conhecesse, que não tivesse conhecimento? Imagine que fosse alguém de um outro país, de alguma localidade no nosso país mesmo, que não tivesse conhecimento sobre isso... que a senhora fosse comentar sobre essa questão.

**Luiza:** Ah, tá. Eu acho que o tema parte... É um problema social. Essas pessoas que moram nas ruas, muitas delas não tem outra opção a não ser essa. E como elas ficam muito sem... Eu acredito que muito sem o apoio do próprio governo, sem o apoio de outras pessoas, outros grupos também de outras entidades não governamentais. Porque se não houver uma política governamental voltada especificamente para esse fim, eu acho que dificilmente esse problema vai ser sanado. Sempre haverá é:: pessoas que vão estar na rua por falta... do ponto de vista dela, de opção, tá? Mas acaba que gera um problema social, que o governo acaba não tomando conhecimento, ou finge que não toma conhecimento, e fazem uma ação voltada especificamente para erradicar esse problema.

**Décio:** Essas pessoas vêm de onde?

**Luiza:** Olha, assim, eu acredito que essas pessoas são de diversas... e até de nível social também até mais elevado. Alguém, de repente, pode estar na rua porque teve alguma desilusão, perdeu tudo, porque de repente entrou num processo de falência e não conseguiu se reerguer. Essa é a minoria, mas eu acho que a grande maioria é de pessoas que não tiveram mesmo nenhuma oportunidade de ascensão social. Acredito nisso. Falta de educação, né? Não teve a educação básica, e a partir daí não teve opção mais de, alguma forma, ascender socialmente.

**Décio:** E como essas pessoas vivem?

**Luiza:** Eu acredito que em condições subumanas. Acredito que totalmente destituídas do básico mesmo, né? Que é questão de higiene, né? Passa por essa questão que eles não têm o mínimo, né? A questão mesmo da moradia, porque o ser humano que não tem um teto para morar, vive em condição subumana mesmo. Então, assim, se ele não tem um teto para morar, ele está destituído de tudo, do básico, de todo o básico. Ele tá destituído, e a questão, eu acredito que seja essa.

**Décio:** Qual o seu sentimento com relação a essas pessoas? O que você sente quando você vê uma pessoa como essa, nessa condição, assim?

**Luiza:** A palavra, assim, pesada, mas eu acho que todo... Primeiro eu sinto indignação, né? Mas, assim, eu acho que a grande maioria de nós sente mesmo é compaixão dessas pessoas. O sentimento é de compaixão. Mas o que acontece? A maioria das pessoas tem esses sentimentos, mas no final das contas falam “olha, esse não é um problema meu”. Acaba que as pessoas tem esse sentimento e passam ao largo, porque se todo mundo fosse fazer como o bom samaritano que encontrou aquele doente no meio do caminho e então lhe deu comida, lhe deu uma pensão, tratou suas feridas, se todo mundo fosse fazer isso, o que acontece? O número dessas pessoas é muito grande, então elealaria assim “hoje, eu vou tratar esse, amanhã, o outro outro”. Daqui a pouco, já não tem mais onde colocar esse tanto de pessoas. É isso.

**Décio:** E o que pode acontecer por causa dessa situação? Existem pessoas morando nas ruas, que consequências pode existir por conta disso?

**Luiza:** Olha... eu... essas pessoas que moram nas ruas, na verdade, elas são mais vítimas do que representam qualquer perigo. E, hoje em dia, a gente tá vendo que essas pessoas estão sendo vítimas de violência, né? Então, assim, se elas tinham uma perspectiva de vida, ali, na rua, que já não é tão grande, essa perspectiva tem diminuído pela questão da violência. Pessoas que tem agredido moradores de rua simplesmente por discriminação, outros até por brincadeira. Jovens que não tem boa formação moral, tá? Tô falando de formação moral e fazem isso até por brincadeira. Então, assim, a consequência é a diminuição... cada vez menor da perspectiva de vida dessas pessoas.

**Décio:** E qual a noção, assim, de quando começou essa situação dessas pessoas estarem morando nas ruas?

**Luiza:** Ah, isso aí eu acredito que depende de uma pesquisa histórica. Eu sinceramente não teria esse dado pra te dar.

**Décio:** Você comentou, assim, sobre ações que deveriam ser tomadas. Citou até mesmo em relação a governo, políticas públicas. O que poderia ser feito assim?

**Luiza:** Eu acho que a nossa assistência social no Brasil, ela é incipiente. Se ela existe, ela está dando os primeiros passos. Então assim, deveria o governo, como eu falei, fazer políticas públicas voltadas

especificamente para esse tipo de pessoas que se encontram em condição de risco. Situação complexa... situação de risco, né? Então, assim, o que falta é esse tipo de ação governamental. Isso seria num caráter já de remédio. Agora, também, o governo pode agir num caráter preventivo. E o caráter preventivo seria começando a trabalhar a cabeça da criança, do adolescente e do jovem num sentido de fornecer a educação que é básica para que ele possa obter condições. Porque, com educação, ele vai conseguir o que? Vai conseguir se sustentar, vai se profissionalizar, vai ter seu emprego e não vai correr esse tipo de risco.

**Décio:** O que impediria a criação de uma política nacional? Ou que tipo de impedimento haveria, caso essa política nacional fosse promovida? Isso é um passo à frente. Haveria impedimento, dificuldades nesse sentido?

**Luiza:** Eu acho que toda dificuldade de uma política governamental é a boa vontade, é o passo inicial. Eu acho que só o que impede é isso, a boa vontade do governo em se voltar especificamente para esse povo. Porque essas pessoas na verdade, que estão ao largo da sociedade, como os moradores de rua, os presidiários, quer dizer, esses estão na última lista da escala de prioridade do governo. Então assim, por que trabalhar com esse pessoal? Por que investir nessa gente se nós temos tantos outros problemas? Mas o Brasil, na verdade, está numa crise total de instituição. É problema na saúde, problemas na educação. Todos esses problemas geram desigualdades sociais e a consequência é essa, né? Qual consequência? É morador de rua, é presidiário. Então, assim, como eu falei da prevenção, tem que ser trabalhado tudo isso em caráter preventivo. Mas esse caráter preventivo demanda o quê? Tempo. É um trabalho que você vai fazer a longo prazo. Nós iniciariamos isso nessa geração para colher daqui a quantas gerações? Então assim, o impedimento que eu vejo é esse, só a boa vontade mesmo.

**Décio:** E como foi que tomou conhecimento dessa situação... de as pessoas estarem morando nas ruas?

**Luiza:** Isso a gente vê tanto no dia a dia, né? Andando nas ruas e a mídia tem focado bastante essa questão. Tem mostrado principalmente a questão da violência que tem sido perpetuada contra os moradores de rua. Então, acaba que a população já tem um conhecimento acerca disso através da mídia.

**Décio:** Você falou de violência. Alguma outra abordagem temática que trate das pessoas em situação de rua, mas que aborde outro tema que não seja a violência... na mídia... que você tenha conhecimento?

**Luiza:** De vez em quando, eles fazem alguns comentários de como eles vivem, ali mesmo. Tirando a questão da violência que eles estão sujeitos, de vez em quando eles tratam disso, assim, o *modus vivendi* deles, as histórias que eles trazem. Então, aqui... Principalmente aqui, no jornal local, a mídia escrita tem trazido, de vez em quando tem abordado esse tema com frequência. Na verdade, não é de vez em quando, é com frequência.

**Décio:** Você falou sobre desigualdade social. O que você entende por igualdade social?

**Luiza:** Na verdade, igualdade social, quando a gente fala isso, seria é:: aquilo que é... Igualdade é dar a cada um o que é seu. É tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, de forma que todos tenham as mesmas oportunidades. Então, a desigualdade seria exatamente essa falta de oportunidade para algum, para determinados grupos de pessoas. E que oportunidades seriam essas? Oportunidade de educação, de saúde, de saneamento básico, tudo isso.

**Décio:** Qual poderia ser o papel ou a atuação do Ministério Público em relação ao problema dessas pessoas?

**Luiza:** Então, olha só, o papel do Ministério Público hoje é o papel de defensor da sociedade, mas o Ministério Público age de acordo com os instrumentos legais que estão à disposição. A Constituição fala de uma maneira genérica que todos tem direito a moradia, saúde, educação. Mas a medida que não existe uma legislação específica sobre determinada... por exemplo, sobre a questão da moradia. Não existe uma legislação específica. Relativamente à educação existe. Mesmo havendo essa legislação, nós vemos o quê? Muitas pessoas que não tem condições de chegar à escola, seja por que motivo for. As vezes, até mesmo a falta de transporte. As vezes tem a escola, mas ali falta professor. Então, mesmo existindo uma legislação, esse direito não é cem por cento, na prática, garantido para as crianças. A questão da moradia, então, não existe uma legislação específica. Aí a coisa é muito mais complicada do que a questão da educação que existe uma legislação específica. Então, o Ministério Público está limitado exatamente pelos instrumentos legais... ainda muitos que faltam. Não tem ainda instrumentos legais para que se coloque e se garanta a tutela efetiva desse direito. Então, nós podemos agir paliativamente, por exemplo, morador de rua que não tem um documento de identidade, não tem certidão de nascimento, chegando ao conhecimento do Ministério Público... Por isso que eu falo que é paliativamente... Nós vamos direcionar, vamos focar em direção àquela questão específica que é a questão de dar documentação para ele, para que possa exercer seus direitos de cidadão. Então, assim, dentro de questões específicas, nós podemos atuar. Agora, essa questão genérica que abrange muito... então, aí, já não tem como. Hoje, se eu tenho conhecimento, por exemplo, que uma pessoa que está totalmente desabrigada, né? Muitas vezes a gente pode encaminhar para um albergue e... só que albergue também, o que acontece? Ele tem um período que ele fica com aquele cidadão. Ele não pode ficar muito tempo. Então, a gente encaminha e a situação é temporária, não vai

resolver o problema dele de moradia. Então, a gente tem essas limitações aí que acaba que o nosso campo de atuação fica bastante restrito.

**Décio:** Diante do que você acabou de colocar, que... sobre a identificação, para que a pessoa possa exercer os direitos de cidadão. O termo cidadão tem algum problema em relação a essas pessoas, ou seja, são cidadãos?

**Luiza:** Na verdade, são cidadãos, só que muitas vezes eles não exercem a cidadania.

**Décio:** Em que sentido?

**Luiza:** Olha, vamos supor, eu dei um exemplo específico dessa falta de documentação, né? Vamos supor que exista um morador de rua que ele até teria condições, ele preencheria determinados requisitos da lei para receber um benefício. Vamos supor, um benefício da assistência continuada, porque se ele for idoso ou então tiver alguma doença que o impeça de trabalhar, for inválido, ele teria direito de receber um benefício de assistência continuada, ou então, fosse aquele morador de rua que tinha até tempo para se aposentar, mas ali ele não está exercendo aquele direito por algum motivo. As vezes, a falta de documentação seria o caso, então, o que que a gente pode fazer aqui? Nós, aqui, no Ministério Público, parece que não, mas nós esgotamos todos os meios para conseguir esse documento. Aqui, a gente oficia para INI para ver se ele já foi identificado civilmente, se não, oficiamos para todos os cartórios possíveis e imagináveis onde ele fala “ah, posso ter sido registrado em tal cartório”. Então, a gente faz uma busca no Brasil inteiro. Quando descobrimos, “olha, esse cidadão ele não tem, não conseguimos descobrir onde ele tá registrado”, então a gente encaminha para fazer um registro tardio. Porque só a partir desse documento é que podemos falar em início de exercício de cidadania. Sem esse documento, quer dizer, não pode, ele é um ninguém por mais que saibamos que ele é titular de um direito, a tutela desse direito não vai ser efetivada por falta de condição, no caso, desse documento dele.

**Décio:** Seria o caso de ele ser cidadão, mas ter necessidade de comprovar essa cidadania para poder exercer?

**Luiza:** Exatamente, porque a própria lei, ela estabelece uma série de requisitos. Então, para que ele... ele precisa primeiro preencher aqueles requisitos, para que ele exerça determinado direito. Então, sem o preenchimento desses requisitos, ele não vai conseguir exercer seus direitos de cidadania.

**Décio:** Eu sei. Em poucas palavras. Enquanto cidadão, o fato de ter nascido no Brasil e de ter um registro, já o faz, já o coloca na condição de cidadão, esse indivíduo, não é isso?

**Luiza:** Olha, na verdade, não só isso. Ele precisaria de outros requisitos, mas esse é o primeiro. Esse daí é o essencial. Depois que a gente começa a fazer, tem que ter esse início, que seria essa documentação. Aí a gente começa a colocar outras coisas para verificar se ele preenche certos requisitos para exercer determinado direito de que ele é titular. Exercício de cidadania é isso – efetiva tutela do direito.

**Décio:** A pergunta é nesse sentido. É para... Evidentemente, se a pessoa não tem mais de sessenta anos de idade ela não vai ter direito a aposentadoria, por exemplo, a menos em casos especiais. Então, cada caso, cada direito que ele teria preencheria determinados requisitos evidentemente, mas na concepção principal, inicial, digamos – o fato de ter nascimento, de ter registro, já o daria o direito à condição de cidadão, né?

**Luiza:** Exatamente.

**Décio:** E aí, alguns direitos que ele poderia ter, além disso, vai depender de atender determinados requisitos legais.

**Luiza:** Exatamente.

**Décio:** Na sua fala, você colocou para mim sobre os direitos que a Constituição assegura para as pessoas e como é que o Ministério Público pode estar contribuindo, colaborando, exigindo, acompanhando essas questões. E um dos exemplos foi a moradia, que não há situação específica para que possa ser acompanhada. Agora, falando em termos gerais, talvez em termo de concepção, é o que as pessoas geralmente falam... “Ah, a Constituição dá uma série de direitos, mas ninguém vê esses direitos cumpridos”. Aí vem o artigo sexto, ducentésimo terceiro, na verdade 203, da Constituição, que garante moradia, saúde, educação, trabalho e tal, e uma série de questões. Há possibilidade do Ministério Público, ou de outra instância da perspectiva jurídica, exigir do Estado determinadas ações? Por que, assim, olha... Determinada pessoa está na condição de cidadão, minimamente falando, ele tem que nascer, ter documentação comprobatória, e fala “olha tenho esses direitos aqui, eu quero que esses direitos sejam atendidos”. O que parece uma coisa um pouco louca, alguém chegar e dizer isso para alguém que seja, digamos assim, uma agente de justiça no país. Mas que tipo de ação poderá ser feita? Ou, por que não se pode fazer alguma coisa nesse sentido?

**Luiza:** Como eu falei no início, a limitação do Ministério Público é basicamente a questão da legislação, porque os poderes constituídos existem, ou seja, estão bem divididos e esse poder bem delineado, a divisão bem

delineada da constituição... Então, existe o poder legislativo, o judiciário e o executivo. E o Ministério Público não está inserido em nenhum desses. Na Constituição ele é tratado à parte, não está inserido em nenhum desses poderes. Mas exigir um direito... o Ministério Público só vai poder agir como intermediador e solicitar ao Estado, seja ao Estado Juiz que é o poder judiciário; seja ao Estado Administração, poder executivo; no sentido de que faça cumprir, faça efetivar determinado direito. Ele só vai poder agir se esse direito, além de estar delineado na Constituição, estiver regulamentado numa lei própria. Aí sim, o Ministério Público pode agir. Mas no caso em que não há uma legislação específica regulamentando determinado direito, o Ministério Público não vai... não vai poder agir. Agora, o Ministério Público tem agido, sim, como defensor da sociedade, na defesa de direitos coletivos, individuais, homogêneos e difusos quando existe, sim, uma legislação específica. É:: já delineando o direito e o procedimento do exercício dele. Vamos supor, no caso de descumprimento de uma lei básica, uma lei de diretrizes básica de educação. Se o Estado estiver descumprindo, o Ministério Público, sim, como base na lei, vai falar assim – “olha, governo de estado tal, isso, no âmbito de sua atribuição, o senhor está descumprindo tal artigo da lei básica de educação”. O Ministério Público pode ir ao judiciário pedir pra que o judiciário determine que aquele estado cumpra aquela legis... aquele artigo, aquele dispositivo que está sendo violado. É:: questão do direito do consumidor, o Ministério Público tem agido muito, né? Nesse âmbito, por quê? Porque existe uma legislação específica. E ele está legitimado para atuar na defesa dos consumidores que são aqueles titulares de direitos individuais ali garantidos no Código do Consumidor. A questão de meio ambiente, urbanismo, havendo legislação e havendo descumprimento, o Ministério Público pode atuar. Está legitimado a atuar na defesa desses direitos.

**Décio:** A pessoa que tá na condição de moradia nas ruas, aí ela fica alijada de uma série de direitos, um conjunto de direitos dos quais ela não tem como... não tem acesso, ela não se beneficia de alguma forma deles. E de forma, talvez, prática seria necessário, no caso, que todos esses direitos da Constituição tivessem legislação específica para que pudesse cobrar? É o caso... não havendo, por exemplo, aquela questão da moradia, mesmo para casos especiais. Porque uma coisa é a pessoa não ter condições de comprar uma casa de determinado custo em determinado local. Outra coisa é você não ter condição de comprar local nenhum de abrigo, digamos mínimo que seja, e aí você ficar desprotegido dessas questões. Deveria haver uma legislação específica para poder estar atendendo as pessoas que apresentam essa demanda, né?

**Luiza:** Exatamente. Porque, olha só, verifique bem uma coisa, em geral, o governo faz programas sociais pra aquisição e construção de moradias num custo baixo, mas a pessoa, ela tem que atender determinados requisitos, um deles é ter uma renda mínima de ‘x’. Esse é um típico caso. Se a pessoa não atende esse requisito, ela não vai entrar naquele programa que tem uma legislação específica e regulamentada. Agora, você veja bem, se uma pessoa não atende aquela legislação, é claro que o governo teria que fazer uma outra legislação que atendesse pessoas que tivesse uma renda inferior àquela. Mas aí, o que vai acontecer, quem é que vai financiar tudo isso é o próprio governo. Então, assim, não havendo até disposição, disponibilidade orçamentária ou então até a... questão de alocação de recursos para aquilo. Então, acaba que fica no vazio. Aquelas pessoas, por uma questão de definição de política pública, acabam ficando sempre à margem por falta de legislação específica para atender aquele tipo de demanda.

**Décio:** Qual é a sua opinião em relação a esse problema específico? Por exemplo, ou seja, o Estado deveria fazer de alguma forma, alguma coisa, não faz. Uma questão que você colocou foi por questões orçamentárias. Evidentemente, o orçamento, ele é flexível, ele pode ser mudado de diversas maneiras, mas suponhamos que não há recursos para atender determinadas demandas, mas o problema existe. Que tipo de ação poderia ser feita? Não necessariamente ação do Ministério Público, né? Mas que tipo de ação deve ser feita para resolver isso? Porque, assim, o Estado diz “olha, você tem direito”, o mesmo Estado diz “não tenho orçamento, não vou fazer nada porque não vou conseguir dar conta ou então vou ser omissivo”. E aí? A situação vai... as pessoas estão morando nas ruas, por exemplo.

**Luiza:** E aí, nós ficamos exatamente nessa situação, né? Uma indefinição: o que o futuro nos reserva? A persistir essa política do governo, o futuro nos reserva o que? Um número cada vez maior. A perspectiva é essa, um número cada vez maior de pessoas totalmente a margem, desabrigadas, morando nas ruas. Então é preciso fazer algo.

**Décio:** E o que poderia ser esse algo?

**Luiza:** É:: como eu falei, a política pública contemplando a legislação específica, contemplando... A falta de contemplação dessas pessoas na legislação é o continuísmo, nós vamos continuar vendo as coisas e a tendência é até de piorar.

**Décio:** Há alguma coisa mais que você gostaria de comentar... que eu não toquei no assunto?

**Luiza:** Acho que tudo isso. Espero ter te ajudado em alguma coisa.

### Anexo I – Entrevista 10 – João (deputado federal<sup>322</sup>)

**Décio:** Deputado, a primeira pergunta, ela é um pouco geral, para que o senhor possa falar um pouco sobre o tema. A gente poderia fazer uma suposição. Imaginar que tivesse alguém aqui, na sua presença, que não tivesse conhecimento que existem pessoas que estão morando nas ruas. Como é que o senhoralaria para essa pessoa sobre essa situação? Como é que o senhor abordaria... daria conhecimento a ela que existe essa situação no Brasil?

**João:** Bom, em linhas gerais, o Brasil é um país emergente... saindo de... em um processo de... de saída, pelo menos é assim que entendem os economistas mais otimistas, saindo do chamado terceiro mundo. É um dos países emergentes, mas onde grassa ainda uma diferença social imensa. E isso é fruto de uma pátria jovem, que foi colonizada de forma é... extrativista. Então, isso vem da história, né? Você trouxe escravos, degredados e índios basicamente na formação do povo. Você nunca, a rigor, investiu seriamente nesse povo, tá? E ao longo do processo você vai montando socialmente camadas, né? Aí vão surgindo comerciantes, enfim vão acompanhando a história, né? Dos últimos séculos... com bastante atraso, mas acompanham. E o resultado contemporâneo disso é que nós temos metrópoles, né? Cidades que cresceram desmedidamente, né? Por conta de, supostamente, ali, haver emprego. Isso atrai uma legião de... de pessoas de outras regiões que, sem preparo algum, vinham e se colocavam a:: a:: de alguma forma a:: às margens, digamos assim, dessa metrópole, criando assim periferias. Com a evolução dessas circunstâncias, num segundo momento, essas pessoas ou retornam, porque percebem que houve um equívoco, ou entram mais para o interior, ou tentam em outras regiões. É:: mais a situação, o custo de vida, a questão da globalização, a questão do ensino, é isso... é tão importante para o cara, para a pessoa ascender socialmente, que sem esses instrumentos ele acaba ficando à margem. E ficando à margem, ele realmente... aí nem aquele pequeno aluguel da favela ele consegue, né? Bancar. E daí ele vai morar na rua. Mas não é só esse morador de rua que nós temos. Nós temos pessoas que é... você tem pessoas que aderem ao vício e por alguma razão é:: a família resolve que não suporta, sei lá. A convivência fica inviável e ela acaba fazendo uma série de opções que o resultado final é mais um morador de rua. É:: e aí o dependente químico de álcool e droga se juntam a eles. Essa camada que não tem perspectiva nenhuma, em razão da sociedade não ter oferecido no tempo oportuno a educação que ela precisava, e talvez, agora, também, a sociedade não esteja preparada ainda para oferecer algum método de reciclagem pra ela. É:: ou talvez nem mesmo ela esteja interessada, né? Nesse... a gente vê é:: enfim, cooperativas, sistemas de catadores. Uma série de coisas que são criadas pra tentar e gente que não quer ficar nisso, né? Você tem os albergues noturnos. O camarada vai pra lá na marra e depois ele volta pra rua. É um fenômeno é:: urbano, tipo, acho, da nossa época. E nos países como no nosso, que as desigualdades sociais são bastante acentuadas e ocorre com bastante frequência, eu acrescentaria a isso que é:: existem muitos estudos a respeito, mas não existe, eu desconheço, é:: enfim, uma ação ordenada que objetive tirar esse pessoal da, das ruas, dando pra eles uma nova perspectiva de vida. Que não tenha caráter meramente assistencialista. Quer dizer, coisas que, com o tempo, não termine com o cidadão de volta pra rua, né?

**Décio:** E o que que essas pessoas fazem? Como elas vivem?

**João:** Vivem fazendo o que a gente chama de biscate, né? Pequenos bicos, recolhendo é:: papeis, madeira, latinha. Aliás, o aproveitamento do alumínio no... é:: o reaproveitamento de alumínio no país se dá em virtude do trabalho dessas pessoas, que eles recolhem praticamente tudo, né? Nós somos, parece, que recordistas na reciclagem de alumínio. Enfim, esse pessoal vive do... do resíduo do que a sociedade deixa à margem, né? Eles vão recolhendo e tentando ganhar de alguma forma dinheiro com isso. Enfim, se enfiando debaixo de ponte, colocando restos de madeiras e tapuios para improvisar uma casa, né? Com agasalho que ele ganha aqui ou ali. No tráfico, enfim. Ah, há uma questão de criminalidade, né? Envolvida no no pesso... com o pessoal de rua. Não pelo fato de ser pessoal de rua, mas eles ficam mais sujeitos, né? Eles são mais vítimas é:: da ação criminosa, principalmente do narcotráfico que os utiliza, né? Dentro do possível... e também eu acho que eles recorrem... aqueles que recorrem a qualquer tipo de droga... talvez pra ajudar a fugir de uma realidade que é ruim.

**Décio:** O que você sente quando vê uma pessoa dessas?

**João:** Olha, é:: o senti... O primeiro que vem realmente é o de pena, né? Mas se você fizer uma reflexão mais profunda, deveria, junto com a pena, vir a sensação de 'estar em débito com', tá certo? Porque você tem uma situação, né? E um ser humano que é igual a você tá numa situação infinitamente diferente. Pior, muito pior. Você luta por perspectivas. Você tem filhos, uma família ordenada, ou não, né? Mas você tem uma perspectiva e você tá vendo uma pessoa que não tem absolutamente nada. Não tem sequer um local que seja referência pra ele. Uma moradia certa. É:: e aí eu acho que a questão de estar em dívida, é porque, na verdade, todos nós estamos, né? É:: tá na... na gênese da nossa sociedade, esse desvio que gera, né? Essas pessoas, assim, absolutamente desprotegidas. Eu não falo desprotegidas no sentido que você tem que arrumar, dar casa, dar uma casa, um

<sup>322</sup> Membro de partido de oposição ao governo federal (no mandato presidencial de Luiz I. Lula da Silva).



abrigo. Talvez isso requerer, requeira ações emergenciais num primeiro momento. No inverno, a gente vê, né? As prefeituras recolhendo tal, pa, pa, pa, tal. Pior coisa, né? Para um prefeito, é sair no Jornal Nacional, né? “Olha, fulano morreu. Morreram três de frio naquela cidade, né?” Quer dizer... o camarada, aquela administração, não se importa com as pessoas menos favorecidas daquela cidade. Mas é preciso ser mais abrangente. É preciso querer mudar essa situação. Para mudar, eu acho que só através de um processo de ree... Não sei se é reeducação ou se é de educação, né? Desse pessoal, específico pra ele. Despertar, talvez, aí, com uma coisa multidisciplinar, com vários profissionais. Porque você vai ter que despertar, talvez, o interesse desse cidadão pela vida, pela... Claro, cada um vai ter um determinado tipo de problema, né? Enfim. E você fazer esses múltiplos atendimentos, né? E dá pra possibilitar essa pessoa a... possibilitar ela a capacidade de... de iniciar a vida, né? Numa condição, não diria de igualdade, mas uma condição superior, muito superior a que ela está hoje. Eu acho que, investindo seriamente na educação... não só na educação, né? Essa atuação de equipe multidisciplinar. Porque você vai precisar de terapeuta, psicólogo, médicos, enfim. Uma série de pessoas trabalhando, oficinas, enfim. Vai ter que ter o abrigo, enfim. É:: com o tempo você passa a recuperar, desde que seja uma população estável, dentro de um determinado território. Porque se é uma população em crescimento não... descontrolado, você não... Aí fica difícil saber se é qualquer tipo de programa.

**Décio:** E quem seria responsável por essas ações? Quem deveria ser responsável?

**João:** Olha, acho que a responsabilidade é de todos. De todos, né? Então, é:: você? E aí é:: o poder público pode, até porque recebe tributos para isso e tem espaço na mídia, né? Pode ser o desencadeador, né? De, de programas. Enfim, de quem vai discutir a questão, e é o organizador da discussão, né? E depois, o agente que vai estacar aí a implementação daquilo que se delibere... que seja, seja, seja factível... mas isso numa aliança muito grande com toda a sociedade civil. Seja as pessoas individualmente, empresários, associações, indústria, comércio, ONGs, enfim, OCIP. Contudo, aquilo que existe hoje, sensibilizado pelo problema, querendo resolver, porque isso é... é realmente preocupação com a questão social. É:: eu acho que é a pior, é a mais perversa do país.

**Décio:** Como na sua fala inicial é:: há uma questão histórica envolvida com isso, ou seja, faz um tempo que existe essa realidade no país, o que impede que essas ações, do tipo que foram sugeridas em sua fala, elas possam ser realizadas? Ou, o que tem impedido que elas sejam realizadas?

**João:** Sinceramente? Vontade política, determinação. Confiança nos governantes.

**Décio:** Confiança nos governantes?

**João:** Nos governantes. Quando a gente fala que a administração pública deve estacar. Deve chamar. Deve ser o agente que vai desencadear o, um processo, né? Pela amplidão que ele deva ter, você precisa ter um governante em que você confie.

**Décio:** Sim...

**João:** E, hoje, eu acho que. Hoje não; há anos que a classe política tá no seu patamar mais baixo de confiabilidade, né? Eu acho que nunca foi tão ruim. E a tendência é:: é... Enquanto não houver uma reforma política é... enfim. O Brasil precisa de uma série de reformas, né? Mas a política é fundamental e desde que feita por pessoas que sejam eleitas para essa finalidade, tá? Não adianta fazer a reforma, agora, que vai ser a reforma do Lula, né? Da maioria do Lula. Pode até ter um viés, não é? Do partido do Lula, se for essa a vontade da população. Mas é uma coisa é:: é uma eleição que eleja como foi específica para, para o constituinte, né? A atribuição era fazer a nova Constituição. A atribuição é promover reforma. Porque senão, quem tá no poder, há de convir comigo, vai fazer o que melhor lhe convém, ou não vai fazer nada, né? Fica anunciando programa disso, programa daquilo, programa daquilo outro, ou um grande programa distribuidor de esmolas que tem o efeito imediato, mas que não resolve o problema. Que vai continuar existindo e que vai gerar mais dependência.

**Décio:** Seguindo essa linha de raciocínio, o que pode acontecer por causa de... haver pessoas morando nas ruas? Que tipo de consequência pode ter... por conta disso?

**João:** Olha, é... Duas. Você tem duas possibilidades. Aliás, três, né? A primeira é ficar como tá, sabe-se lá até quando. Segundo, é o aumento de violência, né? Pela reação dessas pessoas postas na sociedade que a marginaliza, né? Seja porque elas também são o elo mais fraco da, da nossa cadeia social. Estão absolutamente desprotegidos. Então, são vítimas em potencial de qualquer tipo de violência também, tá? E o terceiro é:: caminhar para o remédio, né? Que deve ser organizado aos poucos. É:: se você pegar exemplo de certos municípios, né? No nosso país, que eram, eram é, é... Sei lá, exemplo de cidade mal administrada e que de um, em determinado momento, começaram a ser recuperadas, né? Não é um milagre, né? A coisa não acontece do dia pra noite, sabe? Entra um grupo, não é? E vai se sucedendo, a missão continua, né? E as pessoas se sucedem ao longo de décadas e aí você vai olhar pra cidade e vai falar “puxa, eu passei aqui há trinta anos atrás, isso aqui era um fim de mundo, né? Era uma coisa horrorosa. [...] como tá, né?” O que é isso? É um trabalho sério,

continuado, determinado. É planejamento e com a confiança das pessoas, porque dentro do sistema democrático há alternância de poder e ela se faz através do voto, né? Então, quando você tem é: uma determinada missão que é compreendida pelas pessoas, né? E você tem o apoio, não pessoal, mas de um grupo, né? Que não é refratário. Tá aberto à participação. Enfim, um modelo bem democrático mesmo. Eu acho que isso pode funcionar. Pode ser até meio utópico, né? Mas é... não custa nada sonhar que seja possível.

**Décio:** De que forma você teve conhecimento dessa situação?

**João:** Olha, no meu caso, especificamente [...] de São Paulo, Capital. [...] Eu presenciei desde a década de 70 e eu sempre fui muito atento a essas coisas. A explosão demográfica de São Paulo, né? Hoje tá estabilizado, por exemplo, a população de rua lá. Até o movimento da população mais pobre, não da, de rua, né? De retorno, porque o país tem crescido e os locais de origem oferecem até condições melhores do que as pessoas foram buscar e encontraram em São Paulo. E aí, é normal, nas metrópoles, você encontrar esse pessoal de rua em todo canto, né? Às vezes mais, às vezes menos, mas encontra sim. Quando mais? Quando você tem administrações que não tem o foco voltado pra esse tipo de atendimento. Menos, quando você tem governos mais sociais. São Paulo, eu posso dizer, por exemplo, a Erundina teve uma preocupação muito grande em atender esse tipo de de... Em trabalhar com essas pessoas, né? É: aí você se vê às voltas com a questão política, né? Erundina foi a melhor prefeita para os funcionários das municipais [...] de São Paulo. Eu sei disso. Eu tenho dados concretos a respeito disso. Mas você passava nas ruas, elas não estavam nas ruas dos bairros nobres, né? Elas tavam com o capim tão alto quanto dos bairros menos nobres. As ruas não estavam tão limpas e a prefeita tava trabalhando na periferia fazendo um trabalho social intenso. Mas isso não repercute, não dá mídia. Conseqüentemente, na outra eleição, ela não conseguiu fazer o sucessor. Eu acho que não tinha reeleição ainda na época da Erundina, né? Ela não fez sucessor e não conseguiu voltar mais pra prefeitura, né? E outros... outros é... políticos com perfil absolutamente distinto, talvez até mesmo divorciados da questão social pelo fato de serem conhecidos por tocadores de obras e serem administradores austeros, enfim, levam os funcionários com muita rigidez, com muita severidade, são bem apreciados, né? Porque os formadores de opinião, né? E a mídia, mostram, enfim. Onde é a sede das empresas de televisão? Com certeza não é na periferia, não é? Então, se tem o acesso de trânsito tá óti... bom, né? Ótimo não, mas é... E se as ruas estão limpas, sabe? Isso gera notícia, né? Mas dizer que você tá fazendo um trabalho com o povo de rua, para recuperar, pode gerar, talvez, um programa especial, né? Mas não vai dar mídia. Sem mídia, o político não sobrevive no atual sistema. Então, talvez, aí a gente encontre uma primeira razão para continuidade desse estado de coisas, né? Por que que não há, né? Por que, afinal de contas, por que não se investe seriamente para resolver esse problema? Mas existem tantos outros... É: o raciocínio político pode excluir ainda mais essa. Puramente político, sabe? Você pensar só em termos de prosseguimento. Entender que política é uma coisa, por mais que seja possível fazer carreira, pode desviar até o foco da questão social, né? Porque a política essencialmente deveria estar voltada pra isso. Para atendimento das questões sociais. São representantes da sociedade, da população, do Estado. Deveria até tá voltado para esse tipo de problema.

**Décio:** É: um comentário sobre mídia... só gostaria de estender um pouquinho. Como é que você vê a divulgação, o tratamento desse tema na mídia? Aparece? Não aparece? Que temas que aparecem em jornal, Internet, televisão?

**João:** Internet é: efetivamente se você quiser fazer pesquisa você vai pegar dados, ok? Na TV você pode pegar um especial, né? Então, um grupo de repórter... vão lá, passam uma semana, às vezes com o povo de rua pra fazer uma matéria, né? Ou passam uma noite no frio para ver como é que é e vai mostrando. Alguma coisa como a cracolândia, né? Na verdade, é: se faz um programa pra incomodar, mas no dia seguinte eles não passam de novo. Nem no outro, nem no outro e vai, né? Daí a seis meses volta a pauta, ou quando há algum crime, né? Uma coisa dê repercussão. Botaram fogo em alguém, aí chama a atenção. Passou dois, três dias, já não se fala mais no assunto, né? Enfim, a mídia tem o mecanismo próprio dela, né? E é movida pelo lucro que, enfim. É também motivação da empresa que tá explorando esse tipo de serviço, né? Serviço público, diga-se de passagem. Mas nem mesmo as TVs ditas públicas, né? Trabalham mostrando. Essas coisas, procura-se varrer, né? Para debaixo do tapete, né? Em São Paulo, você tem a questão da cracolândia, né? E volta e meia você ouve lá anúncio “olha, a cracolândia acabou”, né? Nós vamos fazer um projeto. Vai ficar tudo bonito e tal, pa, pa, pa. Mas a questão não é visual, certo? O problema da cracolândia são os viciados que vivem nela. Então, antes de você cuidar do visual, você tem que cuidar das pessoas, né? Ser voltado pra isso. Entender que administrar bem, né? É cuidar bem das pessoas. Não punho assistencialista, sabe? Pode até ser num primeiro momento, né? Mas não tem solução fora da reeducação, do treinamento pra entrar no mercado de trabalho, da reciclagem, enfim, são processos que vão levar tempo e que têm que ser conduzidos seriamente. Daí voltamos para o ponto de início.

**Décio:** O que o senhor entende por igualdade social?

**João:** Olha, igualdade social é uma coisa utópica. Eu acho que é perseguida, né? Pelo, pelas pessoas que vivem na, na cidade, independentemente do país, mas é: sinceramente, igualdade, igualdade acho que é uma coisa que só existe em livro, tá? Pode ser até um fim, né? Você buscar igualdade. Mas eu... Não existe, a menos que você

nivele tudo por baixo, né? O que também não é, não é bom. É, então, eu acho que é uma finalidade a ser perseguida, no sentido de você dar qualidade de vida para as pessoas. Dar dignidade, né? Para elas. Dar oportunidades iguais. Não dá para falar... A sociedade tá estratificada. Mas dar oportunidades de inserção, né? No mercado de trabalho, enfim. Dentro das engrenagens sociais, né? Onde você tá inserido.

**Décio:** Qual o papel de um deputado, de uma deputada, em relação à situação dessas pessoas?

**João:** Vou te falar do Brasil de hoje, esse de agora, né? Desses deputados que estão falando aí, né? ((aponta para a TV, que está transmitindo uma sessão da Câmara)) É:: quando eu falei pra você que os políticos tão no seu patamar mais baixo de atuação, de avaliação, têm culpa nesse cartório. Uma culpa muito grande. É:: e aí a gente cai na questão do sistema, né? Você faz a seguinte conta: um camarada hoje pra ser deputado em São Paulo. Federal em São Paulo, ele vai gastar, aproximadamente, de algo entre um milhão e meio e três milhões de reais. No mínimo, tá? Veja quanto é que ele vai ganhar de salário e você vai chegar a conclusão de que não vale para o cidadão normal, se ele tiver isso aí, seria um péssimo investimento. Não vale a pena. Bom, por idealismo, pode ser. Pela junção de comunidades, que é o meu caso, né? [...] É:: eu me perdi na questão que você me colocou.

**Décio:** A questão é, qual seria o papel do deputado... do deputado, deputadas em relação a essa situação?

**João:** Então... eu vinha pra cá com um determinado objetivo, tá? E eu percebi que aqui na câmara pro profis... para o deputado que queira trabalhar, existe caminho pra ele, tá? Não o caminho do plenário. Eu acho que essas coisas... o plenário é uma coisa que é:: transmite uma ideia muito ruim da Câmara Federal, tá? Porque ali você só vê obstrução. É:: por conta de medidas provisórias que o executivo edita sem parar, né? E não se aproveita. Não há nada de bom. Os caras ficam falando quatro horas ali, né? Isso cansa todo mundo, tanto que você vê que a maior parte dos deputados trabalham nos gabinetes e nas comissões. Nas comissões que o verdadeiro trabalho do deputado aparece. Porque ali que são apresentados os projetos que vem do Brasil inteiro através de deputados, através de abaixo assinados com mais de... enfim, uma infinidade de assinaturas, dependendo do que for. Se for por emenda constitucional, mas de um milhão. Se for pra outra coisa, não precisa de tantas assinaturas, assim. Mas é ali que se discute muita coisa séria. Muita coisa útil. Muita bobagem também, né? É:: mas, nada disso vai para a frente, porque a gente não consegue votar esses projetos. A gente fica discutindo as medidas provisórias, né? Normalmente, com fundo orçamentário que o governo fica mandando sem parar. Então, ruim... Qual o papel hoje? Nenhum. Nenhum. E existem, existem deputados aí com toda uma vivência, né? Assistentes sociais, né? Que vieram, né? A própria Erundina, hoje, é uma das deputadas da casa com grande vivência, com grandes experiências, mas que não conseguem é... Um projeto de lei, na melhor hipótese, apresentado por um deputado, leva cerca de quatro anos e meio. Então, mais do que um mandato para ser votado e sancionado. Isso se o cara for da situação se for da oposição esqueça, não tem prazo, né? Do governo, é toque de caixa, né? A coisa é, sei lá... sessenta dias, noventa dias, você tem uma medida do governo aprovada. Faz parte do sistema. Aí a gente volta naquela história. Pô, do jeito que está, né? Você não consegue devolver pra sociedade aquilo que ela espera, né? É:: então, por que participar? Eu diria pra você que tá havendo empobrecimento intelectual, de ideias, de ideais, né? Paulatina, sistemática no Congresso Nacional. Tanto no Senado, quanto na Câmara. A continuar assim, né? É:: o final dessa história será terrível. Porque você só vai ter representante de grupo. A ninguém mais interessará, né? Fazer parte dessa. Da Câmara Federal ou do Senado, sabe? Não justifica. Além de você não discutir as questões sociais, né? Do ponto de vista. Enfim. Todo mundo tem uma finalidade que seja política, de qualquer forma. Mas as pessoas que se dizem de bem vão se afastar disso. Por quê? Porque é quadrilha, é escândalo em cima de escândalo. É desvio em cima de desvio e sabe? De qualquer parte que seja o deputado, né? De qualquer. Qualquer que seja a estratificação ele pode tanto ser o representante de trabalhador, né? Quanto pode ser um representante da indústria, de indústria, enfim. E tem. Nós somos representantes de segmentos. Da sociedade somos poucos, somos poucos. Eu não vou dizer pra você... eu não seria tão imodesto ao ponto de dizer que eu sou uma dessas pessoas. Eu acho que eu sou. Mas, eu não vou dizer isso pra você porque eu não represento grupo nenhum. Eu represento a minha região. Eu fui eleito por ela, é por isso que eu me dedico ao máximo, eu faço ao máximo. E:: sabe? A gente passa ao largo de uma série de coisas que você sabe que acontecem e vem acontecendo, né? E que serão cada vez mais comum se esse nosso sistema não for alterado.

**Décio:** O Legislativo poderia fazer alguma coisa, assim, efetiva? [...] diante desse quadro que você tá colocando, de problema no exercício do mandato, né? O que o Legislativo poderia fazer efetivamente em relação a essas pessoas?

**João:** Olha, a rigor, você não pode. Constitucionalmente, você não pode é... De acordo com a nossa Constituição, né? De 1988, que nós fomos podados, isso eu ouvi ainda hoje de um constituinte, né? Houve uma influência muito forte do Executivo, então, do Presidente da República, do Judiciário e do Ministério Público, né? E o poder que ficou absolutamente desbalanceado foi o Legislativo que elaborou a constituinte, né? Aceitando todas as ingerências que, que vieram. É:: desculpe eu divago às vezes. Eu acabo perdendo o foco.

**Décio:** Eu sei... O que o Legislativo poderia fazer em relação a essas pessoas?

**João:** Então, veja. É do Executivo a iniciativa de projetos que implica em gastos. Tá ok? Então eu não posso. Eu não posso, não será da minha iniciativa nenhum projeto que implique em investimento, por exemplo, nesse... em ações pra esse segmento. Eu posso, eventualmente, propor ao presidente, né? Que execute medida. Posso até é... desenvolver um projeto. Digamos que eu tenha isso, ou tenha uma equipe que trabalha, né? Quem vai ler? Sabe? Se eu fizer parte do sistema, talvez eu possa até implantá-lo, né? Mas como Legislativo, não. Especificamente, não. Você vê um monte de projetos... bons projetos indo para o lixo, simplesmente porque o cara não faz parte, né? Dos trezentos e oitenta deputados da bancada do Lula, né? É um dos 120 da oposição. Se você prestar atenção na CCJ, por exemplo, um dia você vai ver. Presta atenção. É:: quando o projeto entra limpo. Quer dizer, ele não entrou nenhuma vez. Ele entra pela primeira vez para apreciação dos deputados, né? É:: tem sempre um cidadão do PT lá, que ele tá com o roteiro na mão, entendeu? Trava. Começa com pedido de vista, né? Já adia por duas, duas sessões, né? Aí o camarada dá voto em separado. O governo exerce pressão. Tem uma série de coisas, entendeu? Então esse projeto até... você não concerta. A rigor você não concerta a vida das pessoas por lei, né? Projeto de lei. Você pode dar diretrizes básicas, votando no orçamento. Mas você vê aí. O deputado não consegue fazer o presidente cumprir com a emenda parlamentar dele. Não é... Não tô defendendo emenda não. Mas é uma coisa que existe no sistema. Tá certo? Eu coloco lá, sei lá... oito milhões para votar o orçamento. Então, tá bom. Eu jogo esses oito nas seis cidades onde eu tive mais votos. [...] Pra fazer infra-estrutura, esgoto, o caramba a quatro, né? O presidente vem depois e contingência, né? O que ele bem entende. E aí? Eu sou minoria. Ele não contingência os dos trezentos e oitenta, entendeu? É um jogo de força mesmo, né? É:: mas a rigor, essa ação, ela deve partir. Nós temos. Nós vivemos. Nosso modo político é... Nosso modelo político é presidencialista e imperialista. Isso sai do prefeito e vem até o presidente. Tá todo mundo atrelado ao Executivo. Seja Municipal, Estadual ou Federal. São as grandes forças, né? Nessa ordem. Então necessariamente haverá, né? A população dentro do sistema atual terá que discutir. Discutir não. Terá que é:: primeiro, ter saco para assistir o programa político, né? Ver a questão de partido. Se existe partido no país. Se não existe. E dentro do que tem, né? O que. Quem é confiável. Aí é a... acho que essa foi a primeira bandeira do Lula, né? Diante de um país pobre. E de uma certa forma é. Do ponto de vista da estratégia, eu diria, que ele tá correspondendo a expectativa de quem aposta nele. Não pelo que ele faz, mas pelo sucesso político, tá? Não estamos falando de sucesso da administração, sabe? Em qualidade de vida. Não tô falando disso. De estratégia política. Ele não mete a mão em cumbuca, né? Reforma Tributária. O Fernando Henrique tinha quatrocentos deputados. O Lula tem trezentos e oitenta. Tão perto. Fernando Henrique que é sociólogo, né? Com mestrado, doutorado, não fez. Porque o Lula vai fazer? Com essa baita popularidade. É meter a mão em cumbuca, então, sabe? Tem uma reforma aí em estado de gestação permanente, né? É séria? Claro que não! Se fosse ele não mandava a bancada dele apresentar a CSS, né? A contribuição cobre seu salário ((risos)), tá certo? Pô, porque isso viria no âmbito da reforma. Você vai fazer uma reforma... Por que vai fazer um tributo específico? Não, não tem sentido. É que a reforma não é pra valer. E a previdenciária? Nós tamos com um rombo aí, quilométrico. Talvez maior e é:: como as pessoas vivem mais, né? Cada vez mais pessoas irão depender da aposentadoria. E de onde vai tirar o dinheiro? Até agora o Tesouro tem suportado. Mas vai chegar... Haverá um momento em que essa reforma será absolutamente imprescindível. Nem necessária, é imprescindível. Isso vai implicar em aumentar valor de contribuição, aumentar o número de anos que a pessoa vai levar pra pessoa conseguir aposentadoria. Isso gera desgastes políticos. Fernando Henrique não fez. E o Lula? O Lula é esperto, não faz também, sabe? Não sou PhD, se o doutor não fez, eu não faço. Então, além dele transformar, com o jeito dele, o Fernando Henrique num camarada antipático. E você veja que o Fernando Henrique foi reeleito. É um cara que, na época dele, teve sucesso político e ganhou duas vezes do Lula, né? Mas hoje você fala nele parece que é um cara arrogante, antipático, tal pa, pa. Por quê? Porque pegou um líder populista pela frente. Que não faz coisas diferentes, mas mudou um pouco o foco. E aquilo que o Fernando Henrique fazia em prestaçõesinhas minguadas, né? Vale gás, bolsa educação, três, quinze reais por filho e tudo. Lula já juntou tudo, criou um pacote que pode chegar a cento e oitenta reais, né? É mais substancioso. Não resolve o problema de ninguém, mas isso deu uma popularidade pra ele, né? Na grande camada popular do nosso país, que é pobre; que precisa desse recurso. Faz com que ele não perca eleição e fique acima do bem ou do mal, né? Isso protege o Lula com uma camada [...]. Quer dizer, por mais que os escândalos explodam do lado dele, nada respinga no Lula. Quer dizer, dançam os ministros, vão os amigos, tal, pa, pa, e ele segue firme e forte. Então, do ponto de vista de estratégia que eu te falei, né? Política. Ele tá correto. Mas não tem a preocupação social que imaginavam que ele teria. Porque ele se identificava. Saiu de Garanhuns, foi pau de arara, foi operário, né? Mas muito cedo ele partiu para a elite sindical. Ele poderia não ter perdido o contato com a realidade, porque ele realmente viveu o problema. Mas parece que quando uma pessoa galga um degrau, parece que ela não olha mais pro anterior, né? Ela fica de olho no próximo, no próximo, no próximo. Enfim, nós precisamos de reformadores, né? Com uma sensibilidade social muito grande. Com preparo técnico, intelectual. Então, tudo passa pela educação, sempre, sabe? [...] É... precisa haver realmente um projeto. Algo que, sabe? Você leia e entenda. Ache que seja factível. Acredite na pessoa. E uma vez acreditando, essa pessoa, ao chegar no lugar que lhe permita... Não um, porque não tem salvador da pátria. Isso é time. Será partido ou será coligação. Vai ter a forma que tiver. Mas alguém realmente voltado, né? Para acabar. Não diria

com os problemas sociais do Brasil, mas pelo menos, pra dar início. Para dar um encaminhamento para a solução, né? Aos poucos, eu acho que a gente vai conseguir. Porque, se ao contrário, nós tivermos um aprofundamento dessas diferenças. Eu não sei. Eu acho que a gente pode chegar a um momento de crise, assim, de proporções imprevisíveis.

**Décio:** Há algo mais que o senhor gostaria de dizer?

**João:** Eu falo muito. As vezes eu perco o foco. Eu quero só responder o que você tiver pra perguntar.

**Décio:** Não, era isso. Da minha parte a conversa nossa, as questões são essas. A última questão é aberta mesmo. Se quiser comentar alguma coisa.

**João:** Mas é isso. Eu acredito, acredito muito nisso.

### Anexo J – Entrevista 11 – Célia (assistente social)

**Décio:** A primeira questão a ser colocada é uma hipótese. Imagine que você... esteja diante de você, alguém que não tenha conhecimento que, no Brasil, existam pessoas que estão morando nas ruas. Como é que vocêalaria sobre esse assunto com essa pessoa? Como é que daria conhecimento a ela... Olha, essa situação existe e é assim, assim, assim...

**Célia:** Bom, você já me coloca que essas pessoas... Tá... diante de uma hipótese, de uma pessoa que não tenha conhecimento de que elas existam, né?

**Décio:** É... Que esse problema social não existe. Para que você possa falar sobre o tema.

((interrupção para atender telefone))

**Célia:** Voltamos à hipótese, então?

**Décio:** Pra você falar sobre o tema, entendeu? Pra você apresentar o tema, é isso. A ideia é essa. Porque essas pessoas estão nas ruas? Quem são elas? De onde elas vieram? Nesse sentido.

**Célia:** Ah, se eu tivesse diante de uma pessoa.

**Décio:** Pra falar para alguém que não sabe, né?

**Célia:** Bom, é uma das coisas que eu me valeria da minha própria experiência profissional, né? Nós temos aqui, é:: uma... um dos usuários do Sistema Único de Saúde é esse morador de rua, né? Muitas vezes ele está aqui internado conosco. Não sei se eu estou respondendo? Se não tiver, me oriente pra eu poder te ajudar, né? Da melhor forma possível. Então, muitas vezes a gente se depara com essa situação aqui dentro. Desse paciente que vem, é usuário e entra, por exemplo, vítima de atropelamento, tá? A gente vê que esses moradores de rua, eles são geralmente alcoolistas, né? Então, eles são vítimas de atropelamento. Eles recebem alta, às vezes médica, né? Alta médica e então acabam não ficando de alta hospitalar, porque não tem uma rede que possa receber esse morador de rua, tá? Então ele tem uma dificuldade. Às vezes ele perdeu todos os seus documentos ou já foi roubado ou já não tinha documentos. Já perdeu o vínculo com a família, né? Então, é esse... é um problema, um dos usuários nossos... ele, frequentemente, o morador de rua, ele tem... não tem o apoio de família, não tem o apoio onde a gente possa encaminhar porque não tem uma, uma instituição que seja só de apoio, né? Para esse paciente que é vítima de atropelamento, que está de alta médica, mas não tem condições de voltar para as ruas, né? É um engessado ou é um sequelado neurológico ou ortopédico, por exemplo, que não pode voltar pras ruas que eles viviam sempre, né? Muitas das vezes, já perdeu o vínculo com a família e ele não quer voltar para a família, mesmo que você tenha esse contato, ele não tem essa possibilidade. Ele não quer ir para um albergue, por exemplo. Ele não quer mais. Ele já perdeu as noções do convívio social, né? As limitações, os limites. Então, não sei se eu consegui responder.

**Décio:** Sim. É:: e essas pessoas geralmente vem de onde pra Brasília? Ou são de Brasília?

**Célia:** Muitas dessas pessoas, a maioria que a gente vê aqui, moram em Brasília já há um certo tempo. Então, não são pacientes assim. Acontece daquele paciente, por exemplo, que tava em... paciente em trânsito. Usuário em trânsito que foi vítima ou de um espancamento, ou de um acidente, ou de um atropelamento, desse morador de rua. Mas são poucos. A maioria são pacientes, são usuários, são cidadãos que moram em Brasília, né? E que são vítimas de alguma coisa, por exemplo, eu não sei se eu tô fazendo. Qual é seu nome?

**Décio:** Décio.

**Célia:** Décio, eu não sei se eu tô te ajudando, se eu tô...

**Décio:** Sim.

**Célia:** Se eu tô pontuando as coisas de uma forma é:: que... clara. Mas eu tô tendo muita, essa minha questão dessa minha vivência com esse morador de rua que acabou entrando pelo P.S., pelo Pronto Socorro do Hospital ((identificação do hospital público)) e que foi vítima de alguma coisa que acabou que... ele venha pra cá. Então, essa... o morador de rua sempre fazendo referência a uma situação que fez com que ele acabasse sendo nosso paciente.

**Décio:** Entendi. Para a questão da pesquisa, os dados que você está me dando são muitos importantes, porque tem uma aplicabilidade, ou seja, as pessoas estão vivendo determinado problema que tá relacionado a saúde e acaba tendo, de alguma forma, relação com o seu trabalho aqui no hospital. É:: assim, além disso, também você pode fazer comentários de modo geral.

**Célia:** Tá, tá certo.

**Décio:** Em relação assim, moradores de ruas que estejam em Brasília, por exemplo, ou de repente em outro local que você tenha informação, né?

**Célia:** Tá. Uma, uma secretária que vai te dar muito apoio com dados, porque é ele, ela que mexe com essa população, é a Secretária de Ação Social.

**Décio:** Hum rum.

**Célia:** Você já procurou lá?

**Décio:** Não.

**Célia:** Alguém lá?

**Décio:** Não, ainda não.

**Célia:** Nós temos aqui inclusive uma colega que está de férias agora a ((cita o nome da pessoa)) e ela é uma pessoa que trabalhou um tempo na Secretária de Ação Social, voltou pra cá agora. É essa secretária que mexe com o morador de rua. Quer dizer, é dela entre aspas, né? Porque não pode falar que é de ninguém. Mas é a Secretária de Ação Social.

**Décio:** Tratando do tema é...

**Célia:** Morador de rua.

((a fala anterior e a posterior ocorreram simultaneamente))

**Décio:** Pessoas em situação de rua. O que você acha dessa situação de existirem pessoas que estão morando nas ruas?

**Célia:** Eu acho. Eu entendo, particularmente, que num país tão rico, potencialmente, como o nosso, é uma vergonha a gente ter morador de rua, criança morando na rua. É uma calamidade. Acho que é um descaso. É um despreparo nosso como cidadão, como povo brasileiro. Como político, né? Acho que é um despreparo, é uma falta de interesse. Eu acho que passa muito pela questão da vontade política. Falta, acho que... competência para gente dar vazão a essas redes, como eu tô te falando. Se você pega, por exemplo, um paciente. Vou voltar no paciente, que ele às vezes é obrigado a ficar aqui dentro porque você não tem uma estrutura que talvez até possa tirá-lo da rua, tem alguma coisa que tá falhando, concorda?

**Décio:** Sim.

**Célia:** Tem aquele paciente que realmente não quer morar na rua, mas tem aquele morador de rua que... você vai dar o que pra ele? Você vai oferecer o que a ele? Emprego, como? Documentos? Então, são coisas básicas que faltam. Não é só o morador de rua. Você tem que ver porque ele está morando na rua e quais são as condições dele? O que levou? Então, tem uma história de vida aí, né? Ou a perda da família, ou a perda do trabalho, a perda da identidade civil, né? Então, é uma pessoa que ela é desprovida literalmente de tudo, né? Ela não tem, ela não tem nenhum documento. Ela não tem um documento. Então, ela não tem uma identidade civil. Ela não tem direito nenhum garantido, né? Uma população realmente marginalizada mesmo, mesmo.

**Décio:** O que você sente quando vê uma pessoa dessas?

**Célia:** Me incomoda. Me incomoda. Não consigo ver é:: como naturalidade. Não consigo ver. Acho que é realmente, é um, um... mostra uma disfunção do Estado. Mostra uma coisa gritante do Estado que te incomoda, né? Eu acho que é onde você mostra que... O Estado tá doente. Nossa sociedade não dá conta de absorver isso, entendeu? Porque tem coisas que eu acho que o Estado tem como esconder, né? Você esconde um.. um... Como é que fala? Um... eu quero dizer, assim, um marginal, né? Nem uso essa palavra. Você esconde uma pessoa que fez... cometeu algum delito, ele tá na cadeia e você não vê. Mas isso é uma coisa que... é a ferida do Estado aberta. É uma ferida aberta, porque você não tem como esconder. Você não pode tirar a pessoa daí. Se você passar aqui sete e meia da noite você vai ver as sopas, as coisas que são dadas aí. É só... São poucos os pacientes que estão aqui, ou o acompanhante que estão esperando o atendimento que vão pra fila. São moradores de rua mesmo que já fazem ponto para tomar a sopa. Quer dizer, então se ataca de uma forma muito imediatista, só aquilo que tá ali. E tomara... Aí você fica entre o que tá certo e o que tá errado. Ainda bem que ainda tem alguém que se preocupa e ainda vem dar uma sopa para o morador de rua onze, dez horas da noite, né? É horrível você ver isso! E aquilo me incomoda.

**Décio:** E quando essa situação começou? Tem ideia de quando essa situação de existirem pessoas morando nas ruas... quando isso começou?

**Célia:** Eu acredito que sempre teve isso. Eu não consigo imaginar que um país absorveu esses problemas. Eu acho que tem sempre o desfavorecido que tá sempre na rua mesmo. Eu não acho que é uma coisa. Talvez da revolução industrial pra cá. Então toda uma questão de história que a gente leu mais ou menos alguma coisa. Mas eu acredito que é da revolução industrial pra cá. É uma sequela social mesmo, de falta de decência desse país ou dos, de todos os países, que não tem só aqui. Os albergues dos Estados Unidos... Você vê, no mundo inteiro tem morador de rua, né?

**Décio:** E o que você acha que pode acontecer por causa dessa situação? Assim, como consequência. Olha, existem pessoas morando nas ruas e o que pode acontecer por conta disso? Como consequência?

**Célia:** Bom, a consequência...

**Décio:** Do fato de existirem pessoas morando nas ruas.

**Célia:** Bom, violência. São pessoas que geram violências e são vítimas de violência, né? É a própria banalização da vida humana dessa forma. Tem muita gente que não, mas é normal, vai ter sempre gente assim, né? Tem a banalização do ser humano. De você... quando você fala... Você chegou pra mim... o que você sente? Tem gente que já passa por aquilo ali e acha normal. Isso pode ficar cada vez mais grave, né? E as pessoas estarem é:: desde pequeno você... Igual uma favela, uma criança que é criada, inclusive, numa favela, que vê todo o tráfico, que vê toda a violência, ela pode entender que aquilo é natural e crescer com aquilo ali e ficar cada vez mais insensível e não tentar fazer nada. É diferente de você ter uma criança que tenha a sorte de morar no Lago<sup>323</sup> e que você, teoricamente, você não vai ver ninguém por ali morando nas ruas e você chegar numa periferia, né? Mais, menos desprovida de benefícios e ela realmente vai estranhar. Outras pessoas não.

**Décio:** Você acha que alguma coisa deveria ser feita em relação a essa situação?

**Célia:** Bom, eu entendo que uma situação dessa, ela não deveria existir. O que eu entendo é:: acho que a sociedade pode fazer é:: denunciando, levando aos órgãos competentes, por exemplo, uma pessoa que passa na rua e veja uma família morando debaixo de uma ponte, né? Eu acho que, como cidadão, você tem que denunciar isso na Secretaria de Desenvolvimento Social, entendeu? Numa delegacia, para que tome-se uma, uma: não no sentido de prender. Porque ninguém fica na rua porque quer, né? A grande maioria das pessoas não ficam na rua porque quer. Já não conseguem mais voltar, mas não ficam na rua deliberadamente porque querem, né? Na minha opinião. Então, é votar melhor, né? Se é que a gente ainda consegue ter esperança nisso daí, né? Participar de umas ONGs, né? Relacionadas ao morador de rua ou o ser humano como um todo. Alguma coisa desse tipo.

**Décio:** E o que poderia ser feito de forma prática com relação a isso? Você deu sugestões de que algo deveria ser feito. Agora, o que?

**Célia:** Eu particularmente entenderia como, hoje, a gente não... Eu vou falar eu, não acredito mais em promessas políticas e em coisas assim. Eu acho, hoje, a gente pode talvez é atuar mais a nível de ONG, por exemplo, relacionado com isso ou uma secretaria, denunciando e dando elementos e números. Nesse sentido, eu acho que é mais como cidadão mesmo, pra tentar fazer alguma coisa... do que a gente vê aí na rua. Seria mais ou menos assim.

**Décio:** É:: você fala em relação a sua crença do que poderia ser efetivamente feito. Agora, e na perspectiva do governo... que você cita de alguma forma a questão política, né? O que poderia ser feito da parte dos agentes públicos?

**Célia:** Aí seria realmente estudos sérios. De ver quem é esse morador? Para onde ele vai? De onde ele veio? Há quanto tempo na rua? Formas efetivas de engajar, né? Dando condições, por exemplo... quer sair da rua? Por que que tá na rua? Quer sair? Podemos fazer o quê? Mas aí, coisas, campanhas de registro civil novamente pra que volte a ser um... cidadão, para que ele tenha direito. Primeiro, se ele não tiver dentro da idade dele, também se tiver condições de voltar para o mercado de trabalho. São coisas assim, efetivas, porque você tirar uma pessoa da rua, você vai ter que dar alguma coisa pra ele, né? Locagem e albergamento, né? Que não fosse uma casa, mas um local descente que ele pudesse se restabelecer até voltar a ter uma casa e tudo mais. E não albergamento como a gente vê hoje. E que tem albergues aqui em Brasília que agora tão até passando por uma parte de reestruturação que é um verdadeiro... A gente não tem condições de mandar uma mulher pra lá. A gente não tem condições de mandar... Dependendo da pessoa que vem pra ficar aqui, né? Ou morador de rua ou alguma coisa assim e às vezes tá numa situação dessa de trânsito, não tem condições de mandar pra lá.

**Décio:** O que você acha que impede que essas coisas sejam feitas? Das duas partes, da parte do povo.

---

<sup>323</sup> Área do Distrito Federal habitada por pessoas que possuem muitos recursos financeiros.



**Célia:** Vontade política. Vontade política. É vontade política, mesmo. É a vontade política. Com esse número grande de desempregos. O mercado que não absorve as pessoas aí. Tão aí se formando quantidades e quantidades. Em cada lugar uma faculdade. [...] não absorve nada. Concurso público para você passar nesse país, só passa realmente se não for por fraude. ((risos)) Se não for por fraude, é estudar. Estudar muito, né? É:: cursinho, dois anos no mínimo pra você entrar. A estatística tá mostrando aí. Se você não tiver pelo menos dois anos de cursinho, você não é considerado um concorrente, né? E aí já vem... ter base de escola, de inglês, de informática e realmente tem muita gente fora desse mercado de trabalho.

**Décio:** Quando você coloca as iniciativas que a sociedade deveria tomar, iniciativas que o poder público, governos eleitos poderiam tomar, você coloca as dificuldades que existem para que isso se torne realidade. O que poderia ser feito para que esses impedimentos fossem quebrados? Para que isso se tornasse uma realidade? Para que não houvesse essa falta de vontade política ou essa falta de mobilização, talvez, social?

**Célia:** Eu acredito que a gente, não só a gente, como esse governo todo. A gente teria que ter mais esperança. Sabe, porque [...] acho que falta esperança na gente enquanto cidadão. Eu acho que falta a esperança como um todo. Eu acho que eu trabalharia muito no sentido de como eu vou resgatar a credibilidade dessas pessoas que tem poder pra fazer alguma coisa. Eu, hoje, estou muito descrente da... sabe? De quem tá no comando, a gente não vê vontade política de resolver as coisas, entendeu? A gente... o que eu percebo é que em determinadas situações, dentro da secretaria e tudo mais, não existe um comando técnico. Existe o comando político. Aquilo muda. Cai o secretário, muda, muda tudo, entendeu? Então, por exemplo, mesmo que se faça um trabalho sério, das demandas, das necessidades de um conhecimento sério de quem é essa população que está na rua. E se isso for um dado concreto, fidedigno, ele deveria valer para ser, amanhã, alvo de estudo, para que isso fosse erradicado, independente do secretário do... entendeu? Então, que acho que a gente deveria batalhar, quem tá... o profissional que tá aqui na área para batalhar nesse sentido de que aquilo fosse válido independente de quem tá... o que você é. De quem político. De quem partido, simpatizante que, entendeu? Porque eu acho que tem profissionais muito bons em Brasília e em qualquer outro lugar. Em secretarias, trabalhando muito, muito e com vontade. Mas o que te falta, tem vez, é que você olha e fala, “se mudar esse secretário, acaba tudo”. Como, por exemplo, hoje, aqui você não vai muito longe. Você tá na UnB?

**Décio:** Sim.

**Célia:** Eu acho que você também tem esse entendimento que tem determinadas coisas que funcionam em cima de pessoas e se aquela pessoa cair ou mudar não tem uma política, uma continuidade. É lógico que a gente tem que reformular muita coisa. Isso aqui não serve mais, mas o que serve, que foi fruto de uma demanda...

**Décio:** De que forma você teve conhecimento sobre essa situação, de existirem pessoas morando nas ruas?

**Célia:** De jornais que a gente lê, da realidade que a gente vê. Da minha prática profissional.

**Décio:** Como você acha que é a divulgação disso na mídia?

**Célia:** Ah, só passa o que interessa.

**Décio:** E o que é que interessa?

**Célia:** O que não é tão feio. Tem coisas que você não pode esconder realmente é... Que dizer, é um lado doente da sociedade que a gente não consegue esconder.

**Décio:** Você tá falando sobre a questão da mídia de...

**Célia:** Da mídia. Então, ela é, a mídia ela funciona a favor dos que podem, né? Ela tá para poder passar só a peneira. Não é falando que tem censura, mas não é tudo que passa, né? Então eu acho que... Eu acho não, eu entendo que passa o que fica. O que realmente não dá pra ser escondido, embora se trabalhe muito com limpeza, né? A gente vai receber um grande chefe de Estado aí, tudo aí é limpo, né? Tiram-se as pessoas de debaixo dos viadutos, não é? Limpa-se a cidade, bota cal no meio fio pra ficar tudo branquinho, bonitinho, né? Porque é o que vai aparecer. Então, só passa aquilo que não...

**Décio:** Geralmente as temáticas que passam é sobre o quê, na mídia? Trata de que, em relação as pessoas que estão morando nas ruas?

**Célia:** O que a gente particularmente vê muito em função, assim, veio à tratamento, veio uma família que depois não encontrou um atendimento num determinado local e tá temporariamente morando. É o que vem. É o que passa. Mas não é, assim, aquela coisa de uma falta de estrutura mesmo, do campo... que vem morar aqui e que já tá morando há muito tempo, porque fica até feio para o DF, né? Capital... saber que uma família ficou muito tempo morando e ninguém tomou providências, como é que foi isso? Então, são coisas assim que mais me parecem como emergenciais. E parece que eles não levam é... o público não tem... Nós não temos muita noção

daquilo que são pessoas que vivem há anos na na [...] que não conseguem emprego, que não conseguem isso. Muito por cima, superficial.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Célia:** Igualdade social seria uma igualdade de benefícios, né? De acesso de coisas que são de valor. Bem, bens, saúde, educação. Isso é igualdade social. Seria, que eu possa... que esses valores fossem distribuídos de uma forma mais... menos... Eu quero falar menos diferenciada, né? Igualdade, né? Uma que eu não tivesse... Que não fosse tão grande a distância daquilo que eu tenho e que você tem também. De bens mesmo.

**Décio:** E qual o papel de uma assistente social, de um assistente social, em relação à situação dessas pessoas?

**Célia:** Dos moradores de rua?

**Décio:** É. Qual seria o papel do assistente social em relação a isso?

**Célia:** Olha, no nosso, no modo geral, o papel do serviço social dentro do Hospital ((nome do hospital)), por exemplo, é eu garantir, né? Tentar garantir, né? O acesso a esse bem de serviço e não só a esse bem de serviço como a todo bem que possa ser importante nessa sua situação apresentada. Ou de saúde, que às vezes começa... A saúde é só a pontinha do iceberg, né? Chegou aqui, é só a pontinha. Por trás tem todo... que ele é uma pessoa que hoje está numa situação de doença, mas ele tá inserido no contexto social, tá? Ele tá inserido no contexto social. Então, cabe... o nosso papel aqui é tentar fazer com que ele tenha garantido acesso a todos os bens, todos os bens, né? Que possam interferir nessa situação apresentada. Esse não precisa ser só bens materiais. Até porque a gente não trabalha com esse tipo de recurso financeiro. Mas bens, assim, em termos de informação entendeu? Então, se numa situação de emergência eu não tiver é:: mais aonde encaminhar essa criatura, esse ser humano, esse cidadão que tá perto de mim... É:: se eu precisar dizer a ele que ele tem uma defensoria pública para ele poder garantir os direitos dele eu, eu não nego essa informação. Então, ou seja, é garantir nem só em bens materiais como bens de informação. É esse o papel da gente.

**Décio:** O que essas pessoas geralmente fazem no dia a dia delas?

**Célia:** Os moradores de rua?

**Décio:** É, as pessoas que estão em situação de rua. O que elas fazem no dia a dia?

**Célia:** Bom, o que eu sei dessa população mais próxima que a gente tem aqui... são guardadores de carro, malabares, que a gente vê muito aqui por perto, assim, do... né? Pedintes mesmo. Ou trabalhadores que às vezes moram nas ruas e vivem de venda de bala e de coisas no semáforo e coisas...

**Décio:** Você falou da questão da assistente social no hospital, qual pode ser o papel dela... Agora, assim, ampliando um pouco mais sem ser apenas no âmbito do hospital. Qual pode ser o papel do assistente social mais geral, em relação a essas pessoas?

**Célia:** Bom, engajamento em políticas sociais via as próprias ONGs ligadas a isso, ou coisas de bairro, ou coisas de comunidade. Trabalho de grupos... eu... não é minha praia, mas questões de igreja, né? Teria da onde... atua aí é:: como cidadão, né? Como cidadão. É nossa responsabilidade.

**Décio:** Há algo mais que você gostaria de dizer, comentar?

**Célia:** Não.

### Anexo K – Entrevista 12 – Gilda (médica)

**Décio:** Bom, a primeira pergunta é uma suposição. Imagine que você esteja diante de alguém que não sabe que existe o problema no Brasil, de pessoas que estejam morando nas ruas, né? Pessoas em situação de rua. Como é que vocêalaria para essa pessoa sobre essa situação?

**Gilda:** Ah, eu ia falar que no Brasil tem muitos moradores de rua. Muitos.

**Décio:** E eles vivem onde? Vivem como?

**Gilda:** Vivem na rua. Eu ia falar que os moradores de rua não têm onde morar e é:: que não tem teto. É isso, assim... não tem muito o que...

**Décio:** Geralmente elas vêm de onde... essas pessoas?

**Gilda:** É:: se a pessoa perguntar, você quer dizer, né?

**Décio:** É. Porque, assim, a ideia era que você comentasse com a pessoa sobre a questão. Ela não tem conhecimento e você explicaria com o conhecimento que você tem sobre isso, né? Tipo assim, elas moram nas ruas, como você falou, não tem um teto. Agora, assim, vieram da onde? Como elas vivem? Porque elas estão ali? Quais razões seriam essas?

**Gilda:** É:: as razões disso tudo mundo sabe. É a... o sistema é desigual, nem todo mundo tem acesso a trabalho e educação e aí é isso. Muitas pessoas de fora, né?

**Décio:** E elas vivem como?

**Gilda:** É eu imagino que eles vivem de, de pedir dinheiro nos semáforos. É isso.

**Décio:** O que você sente quando vê uma pessoa dessas?

**Gilda:** Ah, eu me sinto incomodada e eu me sinto, assim, mal. Me sinto mal. Pode estragar o dia, inclusive, assim, sabe? Pode. Tira, assim, o ânimo, assim. Muito ruim... eu acho. É uma coisa que me irrita, inclusive, assim, sabe? Porque é, assim, parece que... Como eu trabalho num lugar que eu atendo pessoas carentes, né? Que é no Hospital ((ela identifica o hospital público)). Então, parece que, assim, nunca tem fim. Assim, o nosso trabalho parece que não tem fim. Você não... Parece que você nunca vai conseguir chegar num ponto, assim. “Bom, agora eu consegui resolver isso”. Não. É todo dia aquela carência. Aí você termina de atender os pacientes no ambulatório. Aí você sai e tem ainda um monte de gente que você vê que precisa de ajuda, entendeu? E você não tem condições de abraçar todo mundo. É angustiante. É angustiante, assim. É como... A sensação que eu tenho é que você tá dando murro em ponta de faca, entendeu? Que é... É angustiante. É chato. E, assim, dá desânimo também. Dá um desânimo danado.

**Décio:** Quando essa situação, de as pessoas estarem morando nas ruas, começou?

**Gilda:** Hã?

**Décio:** Quando começou isso... de as pessoas estarem morando nas ruas?

**Gilda:** Olha, isso sempre existiu, entendeu? Sempre existiu. Desde que o homem existe na face da terra existe isso. Assim, todas as civilizações, sempre existiu o explorado e o explorador, sempre, entendeu? Sempre. No Egito é:: antes de Cristo, depois de Cristo, na Ásia, Oceania. É:: na América, no Velho Mundo. Assim, parece que é inerente ao homem. É uma coisa incrível, estranha. Mas sempre tem uma pessoa explorando um determinado grupo. E, os explorados é a maioria. O explorador representa uma minoria do grupo, da sociedade. E assim, isso não sei quando começou, assim. Acho que é inerente a imperfeição do homem. O homem sendo imperfeito ele já gera essa sociedade imperfeita, né? Eu acho.

**Décio:** O fato de existirem pessoas que tão morando nas ruas pode gerar que tipo de consequências? O que pode acontecer por conta dessa situação?

**Gilda:** É:: muitas consequências. Tem inúmeras consequências, assim. É:: você re... Por exemplo, no hospital onde eu trabalho, a gente recebe muitas pessoas que não tem condições de é:: de vida mesmo. De todas as cate... em todas as esferas que compõem a vida de uma pessoa, por exemplo, é ter o que comer, onde trabalhar, como se cuidar num hospital e tal. Tudo isso é tipo... todos esses setores, essas esferas que fazem parte da vida da pessoa são tão prejudicadas e aí o que que acontece? Num hospital que a gente... Que é público, para atender qualquer pessoa de qualquer classe socioeconômica. A gente recebe muitas pessoas extremamente carentes que não tem nem como é:: seguir o nosso, as nossas orientações médicas, entendeu? É:: eu trabalho num setor que eu recebo, por exemplo, muitas... que a gente recebe muitas meninas moradoras de rua grávidas, entendeu? Então, assim, se

elas tivessem. Assim, por exemplo, dentro da minha realidade mesmo, a gente recebe muita moradora de rua gestante, né? Grávida. Que que é isso? Se elas tivessem num lar. Tivessem educação. A gente sabe que quanto mais... quanto maior o nível educacional da pessoa mais ela... menos filhos ela tem, assim, e mais ela planeja a, as gestações. Mais ela... se tem incentivo para se concentrar na questão planejamento familiar, entendeu? E quando a pessoa tá totalmente excluída dessa, da, do que é minimamente aceitável para o cidadão, ela tem tudo isso descontrolado, entendeu? Inclusive que eu posso dizer com mais propriedade da minha área [...] e eu vejo, assim, reprodução irresponsável e descontrolada, entendeu? A paciente tem, tem filhos por inúmeras razões. Porque não previne, porque não é uma coisa que é importante pra ela. Porque ela não tem acesso a forma de prevenção ou porque é vítima de violência, entendeu? Eu só tô citando uma pequena fatia muito seleta. Muito, assim, mínima, de um de consequência disso que você falou. Que é:: as pessoas moradoras de rua. Mas é:: as pessoas moradoras de rua trazem outras mil consequências, assim. Mas eu só falei do que eu posso, do que eu falo, do que eu vejo pessoalmente, assim, né? Perto.

**Décio:** Que outras coisas seriam essas, assim?

**Gilda:** Hã:: violência urbana aumenta, entendeu? Porque as pessoas têm que arranjar um jeito pra sobreviver entendeu? Então arruma formas indiretas, como elas não têm qualificação profissional, as vezes a maioria não sabe ler e tal, elas tipo... é pedinte, pede esmola, ou tenta vender bala, ou se envolve com droga, entendeu? É sempre uma forma de gerar renda que é uma forma instável, às vezes ilegal, que impregnado de violência e, assim, toda situação da pessoa que vive na rua é impregnada de potencial agressão, porque ela tá desprotegida, porque ela tá num lugar sem proteção, porque ela não é observada por ninguém, porque ela não é acolhida pelo Estado, porque é um excesso que escapa da mão do Estado, e também o Estado falha porque é ineficiente de abarcar esse número de pessoas que tão nas ruas, né? Então, violência é maior, as mortes são maior, a violência urbana e suas consequências, é tudo maior .

**Décio:** Você acha que alguma coisa deveria ser feita em relação a essa situação?

**Gilda:** É:: eu acho que deveria fazer, no mínimo, assim, deveria ter um programa social maciço de é:: de um programa social maciço, assim, aos modos que foi feito em Cuba, sabe? Que todas as pessoas... não existem analfabetos, entendeu? Que não existe fome. Eu acho que é possível entendeu, as pessoas criticam o sistema de Cuba que realmente as pessoas não tem acesso aos bens capitalista e tal, e... Realmente eu não critico isso, realmente, não critico quem se queixa disso porque realmente isso é uma outra esfera, é um problema, não deixa de ser um problema, acho que restringir, limitar, isso, assim, é:: corta a liberdade do ser humano, mas garantir pelo menos os direitos básicos do cidadão, parece uma frase chavão, realmente, é uma frase que todo mundo fala, mas, assim, parece clichê. Mas realmente, assim, é possível eliminar o analfabetismo e a fome num determinado grupo de pessoas, assim, não tem orientação para isso, assim, não tem... O dinheiro é desviado pra outros finalidades, isso não é primordial e não é prioridade para quem tá é:: na, com poder de decisão, quem tem poder de decisão. Não põem é, isso, como prioridade, porque, por exemplo, ao meu alcance, que eu tô na frente de batalha por exemplo, eu tô na frente de batalha, eu lido pessoalmente com a pessoa carente, com o morador de rua, eu tô frente a frente com essa pessoa, o meu alcance é pontual é, assim, hoje eu atendi trinta pessoas, foram essas trinta pessoas que eu consegui envolver no cuidado, né? Agora, uma pessoa que tem poder de decisão, a decisão dela vai envolver centenas e milhares de pessoas, entendeu? E essas pessoas que tem alto poder de decisão, de uma responsabilidade muito superior não tão pondo isso em prioridade e a gente sabe que se colocasse seria possível exterminar esses problemas sociais, porque existe lugar que esses problemas não existem, porque nos países de primeiro mundo, assim, eles tem esse equilíbrio entendeu? Sabe? Porque que em Cuba, pode até faltar muitas coisas, lá, mais que eu acho, que realmente tem muitas... falhas, mais pelo menos o básico é garantido, sabe? Então, realmente, assim eu, eu Gilda, não tenho o poder de obrigar o entorno todo e todas as favelas a estudar e trabalhar e garantir cesta básica pra famílias, não tenho, não tenho esse poder entendeu. Então, o poder máximo que eu tenho é de votar no cidadão que eu acho que vai ter essas ideias e vai querer implementar isso, entendeu? Só é limitado, meu poder, é isso.

**Décio:** Além de poder público, você vê possibilidade de ações de outras maneiras?

**Gilda:** Eu acho que, agente tem que pesar muito na educação, porque quanto mais um povo educado, quanto maior o nível cultural do cidadão, mais ele tem percepção, uma hora ele vai começar a perceber, vai chegar, eu não to sabendo me expressar, mais vai chegar no nível de sutileza, de inteligência, de sagacidade, que ele vai saber em quem ele deve votar, entendeu? E como se organizar socialmente, se ele quiser realmente se organizar, ele vai ter o... O conhecimento é um arma entendeu, porque ele pode se organizar, ele é pouco mais se de repente ele junta um monte de gente, a capacidade, a capacidade dele vai multiplicar, e, assim, um voto dele vai ser um voto consciente, vai votar na pessoa que ele... “Ah, eu conheço fulano, que ele tem boas proposta, não tá com tanto dinheiro pra fazer uma propaganda boa na campanha dele, mais eu sei que ele é bom, vamos votar nele”. Aí vota num cara consciente, num cara bom, entendeu? Então, tipo assim, tem que melhorar o nível é:: social,

cultural das pessoas, pra elas terem, chegarem a esse nível de refinamento e saber tomar decisões consciente, que gerem, gerem um Estado de políticos interessados em melhorar o mundo, né? O país, a sociedade.

**Décio:** O que você acha que impede que essas ações sejam realizadas?

**Gilda:** O que impede é um ciclo vicioso que precisa ser rompido, porque umas das coisas que impede, ainda voltando nessa minha teoria do conhecimento, na teoria do conhecimento que poderia favorecer a melhora da sociedade. Assim, as pessoas... que a maioria esmagadora, por não sabe ler, não tem segundo grau, não tem quarta série e olhe lá, isso é o dia a dia, vocês tão pensando, assim, que eu to no Hospital ((público)), que é plano piloto<sup>324</sup>, que eu recebo classe média? Não. A gente não recebe classe média, agente recebe entorno entendeu, a gente recebe... o público daqui é o público da Ceilândia, o público de Samambaia, é o público lá do Sobradinho. É:: carente do mesmo jeito, não interessa se tá no plano piloto ou não. Agora, a questão é a seguinte, esse pessoal é muito ignorante, esse pessoal é muito carente de conhecimento, é muito carente de decisão, tem o alcance muito pequeno de decisão, a decisão dele interfere muito pouco, assim, na sociedade, no ambiente dele. Então, o que acontece? Ela é muito sugestionada e muito manipulada entendeu, então, chega um daqueles governantes paternalistas que prometem coisas e que realmente isso ainda existe, infelizmente, ainda existe no DF. Aconteceu aqui, acontece aqui todas as eleições, quem ganha, quem vence a eleição é aquele que conquista a classe média, com o discurso de neoliberal e conquista o povo, que é obrigado a votar, porque se não fosse obrigado não votaria com troca de favores entendeu? Então, coloca uma pessoa lá que não tá interessada propriamente em cuidar das grandes majorias das pessoas, que são pessoas carentes; essa pessoa consegue ser eleita e aí ele vai desviando a verba, porque a receita é grande, a receita daria pra resolver os problemas do grupo, entendeu? Da cidade ou do Distrito Federal, ou do estado ou do país mesmo, não importa a esfera, a receita é grande, a receita é suficiente. Só que é desviada, entendeu. Então, assim, esse desvio... ele vai ficando... o eleito, o político vai ficando mais rico e aquelas pessoas continuam mais pobres e sendo pobres com pouco acesso à informação e sendo:: ignorantes dos fatos. Mais manipulável, e aí, assim, o ciclo fecha, o ciclo fecha perfeitamente. Nesse ciclo doentio que pode ser ininterrupto, assim, se ninguém tomar uma decisão, se não chegar uma pessoa, se a gente não conseguir colocar ninguém lá... diferente, é isso .

**Décio:** Essa situação das pessoas tarem morando nas ruas, quando é que você teve conhecimento sobre ela?

**Gilda:** Há eu sempre observei isso. É tão evidente isso... não tem como esconder, só se você ficar dentro de casa e não assistir televisão,, né? É o único jeito, assim, desde que eu me entendo por gente que eu observo isso, observo desde criança. Nossa! Desde criança que a gente vê na rua, que a gente vai brincar debaixo do bloco, andando de carro com os pais, isso aí, eu acho que eu nasci sabendo... todo mundo...

**Décio:** Como é que você acha que é a divulgação disso em televisão, jornal, Internet, como que é ?

**Gilda:** Olha, a divulgação é muito boa, eu acho. A divulgação é muito boa, mas assim, como é uma coisa que não muda, não altera, ela caiu no esquecimento. E, assim... eu não condeno, porque, por exemplo, eu não vou ficar falando que as pessoas não se importam e não se comovem mais com isso. Eu tô procurando mais não me comover com isso entendeu Então, tipo assim, eu não vou criticar uma pessoa que... tipo ah, nem se importa mais nem se abala mais, porque eu procuro não ficar me abalando, assim, porque tem determinado momento... Tem um carinho aqui que vende bala. Um senhor todo aleijado, aqui em cima, nesse semáforo, que sempre que eu tenho dinheiro trocado na minha carteira eu dou pra ele. Só que, assim, eu vou ficar dando todo dia pra ele? Porque todo dia eu passo por lá. Porque eu tenho que pensar assim “pô cara, eu não vou conserta o mundo”, entendeu? Então, tipo assim, paciência, sabe? Aí, tipo no hospital, paciência... Tipo, eu não vou conseguir, tipo, entrar na cabeça dessa paciente e fazer, obrigar ela fazer um sacrificio imenso para ela começar estudar, para ela fugir dessa vida. Porque a perspectiva dela fazer isso é impossível, entendeu? As vezes a prioridade dela é só ter o que comer entendeu. Então é isso, assim, mais tem muita gente que se você quiser se importar com isso... nunca vai faltar onde você vai encontrar isso. Você vê o que quer. Se você quiser ver isso, você vê sempre. Se você quiser ver só coisas glamorosas, você vai ver sempre. Você enxerga o que quer ver. Se você quiser ver só coisas tranquilas, entra na Internet, em *sites* que você curte, compra as revistas que você gosta, entendeu? Agora, se você quiser pesquisar ou se você é mais atento com esse tipo de coisa, você vai ter sempre esse tipo de informação. Acho que isso não é negligenciado assim. Não é negligenciado. Se você procura, você acha.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Gilda:** Olha, o que eu entendo, assim, é minha noção sobre igualdade social... é muita, é igual a de todo mundo. Eu não tenho uma noção sofisticada a respeito, a minha noção é bem simples, assim, eu acho que igualdade social é ter acessos a direitos básicos do ser humano, assim, que é poder comer, poder morar com segurança,

<sup>324</sup> Trata-se da área que compreende o projeto original de Brasília.

poder estudar, é isso, assim, poder trabalhar, essas coisas básicas, é isso, assim. Igualdade social, eu acho, é todo cidadão ter essas coisas garantidas, minha noção é muito simples, não é sofisticada não.

**Décio:** É:: qual pode ser o papel de um médico, de uma médica, em relação à situação dessas pessoas?

**Gilda:** Então, é o que eu falei, assim, meu papel é pequeno, assim, por exemplo, se eu atendi, hoje, dez pessoas, foram essas dez pessoas que eu tive influência em cima, né? Agora, o papel de qualquer cidadão pode ficar maior se ele se juntar num grupo e multiplicar essa força tarefa, entendeu? Mais tem pessoas que já tem um trabalho que tem um alcance muito maior de... estrategicamente maior, o meu, o meu trabalho tem acesso pequeno e restrito, aí, assim, eu procuro atender da melhor forma possível os poucos pacientes que eu atendo por dia. Na verdade, eu atendo muitas por dia, atendi muitas hoje e, assim, na realidade, o hospital público é de atender muitas pessoas. Mas, assim, são aquelas por hoje. Eu procuro fazer o trabalho bem, às vezes tô cansada. Eu sou normal como todas as pessoas. Cansada, às vezes me irrita com falta de alguns recursos, às vezes me irrita com o próprio paciente, paciente não te leva à sério, entendeu? Paciente negligente, às vezes paciente tá querendo te ludibriar, às vezes você chega no paciente super preocupada com ele, o paciente tá querendo te enrolar, tá querendo só um atestado médico. Beleza, não tem importância, eu tento fazer o meu trabalho, beleza... Agora, é igual eu falei para você, tem gente que tem um trabalho um ponto estratégico que tem um alcance gigantesco...

**Décio:** Há algo mais que você gostaria de dizer?

**Gilda:** Não. Eu falei tanto que cheguei a ser prolixa, fui muito prolixa, e eu tava morrendo de frio, querendo ir embora, mas aí eu fui falando demais, assim, nossa senhora... mais é isso, né?

### Anexo L – Entrevista 13 – José (médico)

**Décio:** A primeira questão, ela é um pouco genérica, é uma suposição. Vamos supor que você esteja diante de alguém que não saiba que existem pessoas morando nas ruas no Brasil. Como é que vocêalaria para essa pessoa que isso existe? E como é que é isso? Como daria conhecimento a ela sobre isso?

**José:** Alguém que não saiba?

**Décio:** É uma suposição.

**José:** Em qual contexto que eu encontraria essa pessoa? Aqui, em casa, ou um... contexto social de conversa? Como que seria esse contexto dessa pessoa que não saiba que existem pessoas morando na rua?

**Décio:** Pode ser aqui no trabalho mesmo, vamos supor que eu tivesse diante de você, numa conversa.

**José:** E você não soubesse?

**Décio:** É. Tipo... é uma questão para que você possa abordar, assim... Quem são essas pessoas, onde elas vivem, onde elas moram, entendeu?

**José:** Bom, mas isso vai depender muito do contexto, mas eu diria que aqui no meu trabalho, por exemplo, é relativamente comum nós termos pacientes com esse tipo de problema. Não tem onde morar e sem família, então poderia, desta forma haver essa comunicação, dessa questão social. Aqui no meu serviço tem... que têm a oportunidade de acatar várias pessoas que, talvez, nem é o caso de atendimento, mas que é um caso só de acolhimento social, que é muito comum aqui.

**Décio:** E essas pessoas estão morando nas ruas, por quê?

**José:** Por que que elas estão morando nas ruas?

**Décio:** É.

**José:** Bom, eu creio que é um problema, primeiro, familiar. Acho que a primeira coisa é familiar. A pessoa tendo uma estrutura familiar, dificilmente ela vai para a rua. Porque a família vai dar amparo para essa pessoa. Não vai a... deixar ela chegar a essa situação. Acho que o primeiro problema é esse. É a estrutura familiar da pessoa. E colaborando muito com esta questão, é o problema econômico, problema da miséria, problema, às vezes, da educação também. Então, é um problema social e problema familiar. Um problema econômico que faz essa pessoa ficar nas ruas. Acho que são os principais, e aliáveis a isso aí, uma a falta de política social do governo. Que é muito falha... a contar aí um acolhimento, uma assistência para quem tem toda essa dificuldade. Hoje nós somos muito carentes nesse sentido, eu diria, que é o problema familiar, e o problema econômico, e política sociais. São os três.

**Décio:** E o que e que essas pessoas fazem, como elas vivem ?

**José:** Ah, essas pessoas vivem pedindo dinheiro, elas vivem pedindo dinheiro ou fazendo serviços, aí, de vigilância de carro, ou lavando carro, pedindo esmola no sinaleiro, ou morando debaixo de certos lugares abrigados, como ponte por exemplo, elas vivem basicamente pedindo. Vai, saem aí na rua, aí pede, aí no comércio, aí em geral. Então, elas vão se sustentando assim. Só uma questão de subsistência. Tão vivendo, ali, do básico, e esse meio de vida muito precário.

**Décio:** E quem são essas pessoas? Quem são elas? De onde elas vêm?

**José:** Pois é... essas pessoas vem do meio social muito, geralmente são pessoas muito carentes e não tem a família, ou perdeu ele... essa estrutura familiar, e que pode vir também de é:: migradas de outro lugar. Aqui em Brasília, por exemplo, é muito comum vir gente de fora, tem de mais da conta, principalmente aqui. Em São Paulo também, tem muito disso. Nas nessas regiões mais pobres, principalmente no Nordeste, onde que elas vêm muito. Basicamente são pessoas, a maioria são pessoas emigradas, pessoas que vem de fora, principalmente da região do Nordeste.

**Décio:** O que você acha delas ?

**José:** De quem? Dessas pessoas?

**Décio:** É.

**José:** O que eu acho delas? Acho que são pessoas carentes, pessoas principalmente que, dentro do contexto da vida da pessoa, se você for olha bem, a vida da pessoa desde o nascimento, o seu berço, da forma como foi criada, da forma como foi educada, nos podemos, sem muita dificuldade, perceber que é uma carente. Muito

grande, nesse sentido, na falta de uma família bem estruturada, falta de oportunidade. É um problema social que é realmente muito comum aqui no Brasil, muito comum ouvir isso.

**Décio:** Essa situação começou quando? De existirem pessoas morando nas ruas?

**José:** Acho que isso aí, é:: isso aí já é desde quando o Brasil... É história, acho que quando o Brasil... É história, quando... nós somos um países que fomos colonizados e que a miséria, enfim, as ideias, a própria [...] escravidão você pegando toda a história do Brasil, você lendo aquele livro “O cortiço” que retrata bem, até na época do realismo, quem já teve oportunidade de ler, ali, aquela obra O cortiço, não sei se você já ouviu falar?

**Décio:** Já li.

**José:** Pois é, ali é essa questão da favela, essa questão da pobreza, essa questão da falta de educação, da qualidade como brasileiro, já nos diz a história do Brasil. Já vem de muito tempo, não tem como, precisamente, quando é que começou. Se lá existia também morador de rua, se lá era mais fácil, se lá tinha acolhimento, isso eu não sei dizer, mas sei que é desde a história do Brasil... já existe isso.

**Décio:** O que você sente quando vê uma dessas pessoas?

**José:** Bom, o que eu posso dizer é o que eu sinto, assim, é mais... é não acomodado diria, mas você parece que tá acostumado com isso, sabe? Você começa a ver tanto essas coisas... então, aquela compaixão você tem, mas aquele sentimento bem profundo, acho que isso aí não existe dentro de mim, não existe assim uma aceitação da realidade, uma coisa que é um produto do meio, um problema da sociedade, um problema com a humanidade. E você sabe que realmente é triste, você sabe que é triste, que você tenha, às vezes, vontade de fazer alguma coisa e... mas que diante da situação você acaba ficando mais acomodado. Eu digo que fica mais é acostumado, não acomodado, aliás, acostumado, assim, achar natural, sabe? Você passa ali, você vê miséria, miséria do seu lado, ali, você começa a ficar acostumado com isso, não dá para pegar ali, “eu vou levar pra casa, vou fazer alguma coisa”. Então, isso pra mim não tem como fazer, sabe? Isso aí é um flagelo humano.

**Décio:** O que você acha que pode acontecer por conta dessa situação? Assim, o fato de haver pessoas morando nas ruas pode gerar alguma consequência?

**José:** Ah, claro que pode gerar, sim. É um problema social, um morador de rua é um problema social. Pode trazer varias consequências, por exemplo, como alimentar a questão da violência, pode acontecer isso, pode acontecer até comigo aqui, em termo de saúde. O outro exemplo, aqui na minha na área, há um sobrecarregamento por causa desses problemas, problema social, isso acaba refletindo aqui no meu trabalho, pode refletir na minha qualidade de vida, você sendo abordado, aí, por pessoas pobres, pedindo ajuda. Isso aí pode, é um problema, não deixa de ser um problema. Em questão da violência, como disse também, isso vai refletir também na qualidade das relações humanas. Acho que existe muita consequência para todo mundo e que deve ser realmente combatida, sabe?

**Décio:** E quando você fala que deve ser combatido, o que você acha que deveria ser feito em relação a isso?

**José:** A principal coisa é distribuição de renda, mas acima de tudo, o que que é? Para você distribuir renda, você tem que saber como é que essa pessoa vai obter a renda. Como ela vai obter a renda? É através de uma qualificação. A pessoa tem que entrar no mercado. Para mim, num sistema desse, capitalista, é obrigatório... ela tem que ter uma qualificação. E qualificação só é possível através de educação. Então, tem que haver um investimento muito rigoroso na educação. Somente a educação, e política sociais, política de distribuição de rendas. Diminuir mais a desigualdade. Investir também. Algo importante, também, é:: nos serviços, não só da educação, como eu disse, mas da saúde, são varias coisas que podem ser feitas. É um tema muito complexo, né? Mas, eu diria que os principais são esses – educação e política e mais distribuição de renda.

**Décio:** E quem seria responsável pra fazer isso?

**José:** O responsável, hoje, com certeza, é o governo. O governo é o maior responsável. O governo [...] até dentro de uma:: dentro da Constituição ele prevê isso aí. É responsabilidade do Estado, a educação, saúde para a população. O governo é que deveria... é o que eu disse na questão anterior sobre a educação, deveria investir mais .

**Décio:**É:: o que você acha que impede que isso aconteça, que haja este impedimento, que haja essa ação do governo?

**José:** Eu acho que o que impede mais isso aqui... uma das coisa que mais impede... acho que o Brasil não é um país pobre não, sabe? Acho que ele tem um orçamento, ele tem riqueza que pode ser investida nessas áreas humanas. Mas isso não é feito. Então, o que poderia explicar isso? Às vezes é corrupção, é isso? Prioridade em outras áreas? Acho que o que mais existe é isso, falta de priorização, prioridade. Acho que isso aí é o principal.



**Décio:** Qual seria sua ideia, então, pra que isso se torna prioridade? Como isso poderia se torna prioridade?

**José:** Isso para torna prioridade, tem que ter alguém lá em cima, alguém que venha priorizar isso aí. Que venha... igual tem gente que tem muito discurso, de muito a favor disso, mas, às vezes, quando chega lá. tem aí... vem uns interesses que corrompem... que às vezes não deixa, que não deixa. Aí teria que ter alguém, que, lá em cima, realmente tivesse coragem para poder priorizar as questões humanas. Isso não existe. O que existe é a priorização do capital, esse que é mais importante. Mas pode até sacrificar a vida humana. Pode. Mas a prioridade é o capital. Só se alguém chegar lá em cima, que tem uma visão mais... Eu sou mais de esquerda. Que tenha uma visão mais socialista, tenha uma visão mais humanística. E não só a visão humanística, não, porque o ser humano que tá lá, até que ele tem visão desses problemas, sabe? Mas ele não tem no íntimo dele, lá dentro dele, ele não tem aquele ímpeto e a coragem para que ele possa colocar, priorizar a... mais essas questões humanas. O que acontece é isso, não tem alguém lá para priorizar isso. Porque tem que partir de cima pra baixo. Acho que tem então... a ideia é essa.

**Décio:** De que forma o senhor teve conhecimento sobre essa situação... de existirem pessoas morando nas rua ?

**José:** Desde quando sou menino, vendo na televisão. Eu comecei a ter uma consciência, a ter entendimento das coisas ali. Já a partir da minha adolescência. Já tendo conhecimento disso, aqui no Brasil. De... andando nas ruas com meus pais, ali. Meus pais falando, ali, comentando desde quando eu era criança no... Você andando de carro lá, via uma pessoa andando na rua. Então, tenho conhecimento desde menino... que eu tenho... toda certeza.

**Décio:** Como você acha que é, hoje, divulgado na televisão, ou Internet ou na mídia de um modo geral?

**José:** Como deveria ser divulgado?

**Décio:** Não. Como é hoje divulgado? A divulgação. Há espaço nisso... é comentado na mídia?

**José:** É claro que é. De mais da conta. Fala muito desses programas de assistencialismo, ‘Criança esperança’. Fala isso aí nos telejornalismos. Isso aí é mostrado direito, principalmente em tragédias, isso é mostrado demais. Crianças aí nas ruas, cheirando crack, relação nos mundos das drogas. Essa questão da pessoa na rua, eles pegaram de muitas maneiras, pela mídia, pela televisão.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**José:** Igualdade social... Primeira coisa que tenho aqui para [...] igualdade social é oportunidades iguais. É:: ninguém vai ser igual a ninguém, ninguém vai ter o que todo mundo tem. Não tem como todo mundo ter o que todo mundo tem, mas eu acho que a igualdade social ela começa pelas oportunidades iguais. A pessoa tendo as oportunidade iguais, elas, ela não alcançando... da forma como ela for trabalhar, as oportunidades dela, isso que vai fazer a diferença. Mas a oportunidade, ela deveria ser igual. Para todo mundo ter condições de estudar. Todos deveriam ter condição de arrumar um emprego, de investir nos seus planos, investir nos seu objetivos, só que isso não existe para todos, essas oportunidades são bem restritas. Então, a partir disso... é a principal coisa que faz criar muita desigualdade. Eu acho que é isso.

**Décio:**Qual é o seu papel, qual é ou qual pode ser seu papel como médico em relação a situação destas pessoas que vivem nas ruas?

**José:** O meu papel ele é... O que eu tenho aqui poderia ser num nível maior. O que eu quero dizer com isso aqui, que eu poderia... que eu resolvesse fazer um trabalho social, o que poderia assistir mais essas pessoas que são muitos carentes. Eu poderia, mas eu, como médico, [...] é muito restrito. Então, eu venho dar plantão aqui, eu recebo alguns pacientes que tem aí esses problemas, são moradores de rua, dou aquelas assistência durante meu plantão e fico mais irritado ainda.

**Décio:** No caso da psiquiatria, você recebe alguns pacientes. Geralmente eles vem para cá por que razão exatamente? Essas pessoas que estão lá nas ruas, que são encaminhadas para psiquiatria, elas são encaminhadas geralmente por qual razão? Qual é o encaminhamento feito?

**José:** O encaminhamento feito, geralmente, é que o bombeiro. O bombeiro vê essas pessoas na rua aí, às vezes fazendo alguma coisa errada aí na rua, causando algum distúrbio, eles acabam trazendo pra cá.

**Décio:** Que tipo de coisa assim?

**José:** Ah, por exemplo, começa a invadir repartição pública. Acontece isso aí, ou começa a mexer com outras pessoas, tal, eles ficam drogados, ou alguém da droga pra eles, ou ficam alcoolizados. Altera o comportamento e vem pra cá. Então, geralmente, esses moradores de rua vêm assim.

**Décio:** E que tipo de tratamento é dado para esse tipo de casos? Consegue surgir efeito, em tempo rápido?

**José:** Não surte efeito nenhum. Vem para cá, a gente dá alguma assistência, algum cuidado, toma banho aqui, toma alguma medicação que você passa. A gente procura encaminhar para o serviço social, mas geralmente a maioria volta pra rua, por não ter estrutura familiar, como eu disse no início da entrevista.

**Décio:** Tem muitos deles que tem problemas psiquiátricos mesmo? Que deveria haver algum tipo de acompanhamento, local especial pra eles ficarem?

**José:** O problema psiquiátrico que esse pessoal tem não é:: É:: o problema do flagelo, é o problema da miséria humana. Não é aquela doença que deveria ser tratada em um pronto socorro de psiquiatria. Eles deviam ser tratados, na verdade, a nível de uma assistência psicossocial, não no pronto socorro, ali para tratar como... tipo uma depressão, uma ansiedade.

**Décio:** São resultados de alguma coisa que chegaram a essa questão de instabilidade psicossocial...

**José:** A miséria é psicossocial, deveria ser tratado assim. Ser acolhidos ali, tentar fazer a inserção social. Dar alguma oportunidade, dar alguma educação. No governo não tem isso, é muito carente. Então traz para cá. Vem aqui, a gente dá um [...] eles pegam e voltam pra rua. Eles deveria receber uma reabilitação psicossocial. Tratamento completo, ali, ter uma casa. Dar alguma oportunidade, alguma assistência. Tem país que faz isso. Na Tailândia, acho que tem isso aqui, tem uma assistência espetacular para o idoso e pra os outros habitantes carentes, lá, naquele país. No Brasil, é extremamente deficiente isso aí. O governo não tem nada. Se pega a pessoa aqui... Se agente pegasse esse morador de rua, encaminhasse ele para a assistência social, a assistência social encaminhasse ele para o centro de reabilitação ali, onde o governo pudesse cuidar dele, começasse a reabilitá-lo, para tentar reinserir... Esse que seria o ideal, se não fica uma coisa muito, assim, sem... sem solução, sabe?

**Décio:** Bom, tem alguma coisa que o senhor gostaria de comentar a mais sobre esse tema, é a última... as questões, digamos assim, acabaram. É só o espaço aberto para que você possa comentar mais alguma coisa, se você quiser.

**José:** Bom, eu acho que... isso pra mim é uma situação que mexe comigo. Se tiv... tem pessoas aqui no meu trabalho que tem esses problemas. Eu só lamento pelo fato de não poder ter um papel mais... um papel mais resolutivo nesta questão. Recebe aqui, aparece aqui, mas que a gente sabe que a tendência é continuar. Infelizmente, não posso fazer mais além disso. Mas é um tanto frustrante. Mas que eu não tenho como ir além disso, tá entendendo? No mais, é isso, Décio.

### Anexo M – Entrevista 14 – Valdenor (policial militar)

**Décio:** Como é que vocêalaria pra alguém que não sabe... que existem pessoas morando nas ruas... como elas vivem, de onde elas vem, como elas são, o que elas fazem. É uma suposição.

**Valdenor:** Rapaz, isso aí tá difícil.

**Décio:** Bom, talvez fique mais amplo se eu perguntar, então, assim é... Por que essas pessoas estão morando nas ruas?

**Valdenor:** Pois é cara, para mim, acho que é um problema social, né? Aqui mesmo ((o policial estava em um hospital público)), esse pessoal... não dá pra entender. Aqui, acho que o conforto que eles têm aqui... uma sopa, é:: uma televisão... aí tem um banco para eles dormirem, né? Então, acho que eles preferem ficar aqui do que em casa. Aqui tem albergue, que o pessoal leva, mas eles não ficam, eles voltam pra cá. Então, acho que é essas facilidades que eles tem aqui... ficam na rua... encosta uma sopa dessa aí... Aí enche, entendeu? Às vezes tem cobertor quando tá frio. Aí o pessoal vem... então, eu acho que essa facilidade essa pré-disposição que o pessoal tem em ajudar aí... o pessoal evangélico, de igreja... então, eles não procuram muito, ficam por aqui mesmo.

**Décio:** Agora, você citou exemplo do caso das pessoas que estão próximas ao hospital. Mas, de modo geral, como funciona isso? E por que elas estão nas ruas?

**Valdenor:** É:: o que acontece aqui, acontece nas ruas também. Nas comerciais, no centro comercial. Então, esse mesmo pessoal que vem aqui é o mesmo que sai da Asa Sul<sup>325</sup>, né? É o mesmo pessoal, entendeu?

**Décio:** E quem são essas pessoas?

**Valdenor:** As pessoas que dormem?

**Décio:** É, que tão morando nas ruas?

**Valdenor:** Pois é... essas pessoas são pessoas que largam a casa, né? Não querem ficar em casa, às vezes briga com os parentes, às vezes os parentes expulsam de casa. O que deve ser cachaça, deve ser depressão, é:: deve ser essas coisas aí.

**Décio:** E elas são daqui? Elas vem de algum lugar?

**Valdenor:** É:: não. Elas são de fora, de outras cidades satélites, à maioria é do entorno aí, Águas Lindas, é:: Brasilinha, Formosa, a maioria.

**Décio:** E o que elas fazem? Como é que elas vivem?

**Valdenor:** As daqui ficam é:: lavando carro. Tem uns que ficam lavando carro aí, fica vigiando carro, né? A maioria que vigia carro, aí.

**Décio:** E o que você acha dessas pessoas?

**Valdenor:** Ah, eu... para mim opinar assim... A gente não sabe o problema de cada um, né? Para mim opinar, é muito difícil. Mas é:: acho que é normal. Tanto tempo vendo isso aí à noite, né? Para mim é normal, né? Não é normal, né? Não é normal. Mas para a gente, que já tá nesse convívio há muito tempo, se torna normal. Aqui, às vezes, tem muita briga aí... cachaça, muita cachaça... não só aqui, na rua... você... de vez em quando morre um aí. Há uns seis meses atrás morreu um no ((nome de outro hospital público de Brasília)), ele era daqui e foi para o ((nome de outro hospital público de Brasília)), chegou lá, uma discussão lá, mataram ele lá. Mas, é isso.

**Décio:** Mataram? Assim?

**Valdenor:** É:: discussão de pé inchados, esses pé inchados que fica na rua aí.

**Décio:** Eles mesmos?

**Valdenor:** É, entre eles.

**Décio:** Sim...

**Valdenor:** Discutem por causa de uma pinga, [...], de uma garrafa, de um dinheiro que tá devendo. O problema mais, aí, mesmo, é o álcool. O álcool é que acho que destrói [...]

**Décio:** E como é que essas pessoas vivem, assim, durante o dia, durante a noite etc.? Como elas vivem?

<sup>325</sup> Equivale a um bairro, de Brasília.

**Valdenor:** Durante o dia, igual eu tô te falando, deve ser vigiando carro, lavando carro. Tem alguns que eu conheço, aí, que de dia eles vigiam, lavam carro. Antigamente, esse mesmo que morreu, aí, vendia vale transporte. Eles se vira, se vira, mas a maioria é flanelinha, vigia carro, lava carro.

**Décio:** Essas perguntas, no caso, são gerais. Como você tá aqui no plano piloto, especificamente, você tem um conhecimento... durante o dia, à noite, em vários lugares, né?

**Valdenor:** E a maioria é isso aí... é por isso que aqui tem esse suporte, né? No Hospital [...]. Às vezes eles trabalham o dia todinho aí, quando é a noite... você vê que vem todo mundo para aí. Vem dormir. Igual tô te falando, às vezes tem duas, três sopas por noite. Vem um pessoal de uma igreja sete, outro dez, depois da meia noite vem outro. Entendeu? E quando é época de frio, [...] cobertor.

**Décio:** E o que que você sente quando vê uma pessoa dessa, assim?

**Valdenor:** Ah, cara, eu não gosto, né? Eu queria que tivesse todo mundo em casa, nos seus lares, né? Não gosto. Realmente, a gente... Num vou falar que fico com dó, mas eu num... A gente não acha bom, queria uma vidinha melhor pra eles. Mas, às vezes, o cara tem casa. Tem gente aqui que tem casa. Tem gente empregada aqui. Dizendo o pessoal, eu não conheço, que tinha um senhor, aí, que é advogado. Eu não sei se é. Eu nunca cheguei perguntei a ele. Ele deu uma sumida daqui. Tem um que trabalha na câmara dos deputados. Esse já é até mais arrumadinho. Fica por aí, mais fica na rua, dormindo aqui. Eu acho que eles gostam disso aqui mesmo, gostam da rua. Deixa a casa pra ficar na rua. E aí tem que ver qual é o problema da família deles, lá, né?

**Décio:** E:: bom, o que você acha dessa situação, de terem pessoas morando nas ruas?

**Valdenor:** Eu... igual eu te falei, particularmente eu não gosto. Se eu pudesse ajudar, dar um lugarzinho pra eles ficar. Para mim era o ideal. Não acho bom. Acho que o Estado devia investir mais, mas, aí, o Estado investe. Às vezes dá o dinheiro de uma passagem para ir pro local de origem, né? Vão, mas voltam. Tem caso aí... que acontece demais, isso aí.

**Décio:** E essa situação começou quando?

**Valdenor:** Ah... Isso é antigo, isso é muito antigo. Isso tem dez, quinze anos, não vai acabar nunca também, né? Não acaba. Taguatinga tem um albergue que recebe gente toda hora, toda hora, vai e volta, vai e volta, acho que o pessoal aí é:: tipo esmola. Com esmola o cara não quer trabalhar, né? Você dá margem para o cara ficar, ali, na, na vadiagem. [...] Tô falando especificamente do caso de sopa não, porque sopa, né? É muito bom, o pessoal que ajuda, muita gente precisa. É:: o que eu tô te falando... poderia arrumar um lugarzinho pra eles e tal, tem que saber, tem que ir a fundo com essas pessoas mesmo, fazer um estudo profundo.

**Décio:** E o que você acha que pode acontecer por causa dessa situação?

**Valdenor:** Rapaz, eu acho que não muda muito não. Acho que vira uma coisa tão corriqueira... O governo vem, tira uma época aí, tal. Arruma lugar, arruma lote, arruma não sei o que, mas... Parece que é um círculo vicioso. Aí vem... já vem outras pessoas, teve um casal aqui que ficou dois meses aí, joga... porque tava com a filha internada ficou aí, ficou deitada, dormindo no chão, aí, porque não tinha como ir lá para o emprego. Ir lá para a cidade deles e fica voltando, né? Dormia aí. Eu acho que a filha faleceu. Eles foram embora. Vai da necessidade, também, né?

**Décio:** E o fato de existirem pessoas morando nas ruas... quer dizer, vivem durante o dia nas rua e moram também nas ruas. Isso pode gerar alguma consequência. Pode causar o quê?

**Valdenor:** Ah... gera, gera violências, principalmente aqui na porta de hospital, né? Nessas comerciais aí. De vez em quando morre um aí. Às vezes cachaça, droga, né? Acontece muito. Violência. De vez em quando morre um aí.

**Décio:** Você acha que alguma coisa deveria ser feita em relação a isso?

**Valdenor:** É igual eu tô te falando. O Estado é que tinha que, né? Tinha que analisar isso aí. Mas a gente passa, sabe? O pessoal daqui do hospital sabe. A gente sabe. Às vezes investe, às vezes faz, tira, mas é:: igual aquele círculo vicioso, né? Faz, eles vêm; faz, vêm.

**Décio:** E o que deveria ser feito, mesmo?

**Valdenor:** É:: ver qual é a situação lá nas famílias. O que tá acontecendo, sabe? Eu acho que tinha que ir na raiz, nas famílias, viu? Ver o que é que tá acontecendo para poder... tomar uma atitude.

**Décio:** Bom, você dá uma sugestão que se investigue o caso, não é? Para saber o que que aconteceu. O que você acha que impede que, no caso, o Estado... que você tava sugerindo, que o Estado faça isso?

**Valdenor:** Ah, não sei. Porque... eu acho que o Estado, ele trabalha nisso. Mas aí, tá da pessoa também, né? Não sei... tem que ver, da família. Eu acho, eu acho... que a família não apóia, né? Aí, o cara se sente depressivo, ele não tem o apoio que ele acha que tem que ter... aí cai na rua, cai na sarjeta. Eu acho que isso tudo tá na família. Começar pela família. Ir lá e ver qual é o problema, o que tá acontecendo. Às vezes, o cara não [...] emprego, né? Aí, cai nessa aí.

**Décio:** E de que forma você teve conhecimento sobre essa situação... de existir pessoas morando nas ruas.

**Valdenor:** Ah, de vez em quando eu converso com um aí. A gente conversa, a gente sabe. Às vezes um colega, um vigilante, que passa a situação para nós.

**Décio:** Mas, inicialmente, assim, como é que você soube que existiam pessoas morando nas ruas, sua primeira forma de saber disso?

**Valdenor:** Que via deitado aí, nas comerciais que a gente anda aí, nas paradas de ônibus, né? A gente observa.

**Décio:** E em relação à mídia? Você chegou a ver isso alguma vez em jornal, televisão, Internet?

**Valdenor:** A gente vê direto. Não só aqui, como nos outros estados, né? A gente vê direto.

**Décio:** E, geralmente, quando aparece na televisão, aparece de que forma?

**Valdenor:** Violência, né? Sempre aparece como violência. Ah, a um matou outro ali por causa de... não sei, de uma pinga, ou por causa de uma bicicleta, ou por causa de algum dinheiro, por causa de uma dívida, né? Acontece demais isso aí. Aqui de seis... de ano em ano em Brasília... de vez enquanto acontece de tá morrendo um.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Valdenor:** Eu acho que não tem igualdade social. Né? Acho que não. Não existe igualdade social. Nosso país é um país bem diversificado, então... Acho que não tem é:: pra mim não existe. Não existe não.

**Décio:** O que que seria isso que não existe? ((risos)) O que seria igualdade social?

**Valdenor:** Ah, sei lá... como é que fala? Uma distribuição de renda melhor, né? Acho que é... muitos ganhando muito e poucos ganhando pouco... Como é que é? Poucos ganhando muitos e muitos ganhando pouco, né? Bom, mas isso também tá mais na, na parte de, de... estudo, né? [...] estudasse mais, eu acho que era melhor. Então, deve ser a oportunidade também, né? Né todos que tem oportunidade, não. Mas a educação é o princípio básico.

**Décio:** Qual é o papel do, da Polícia Militar em relação à situação dessas pessoas?

**Valdenor:** A polícia, ela faz um serviço preventivo, né? Ela tenta evitar todas essas violências e tal. Aqui, o que a gente tem que fazer é a prevenção. É o nosso papel. Às vezes, se tiver dando alteração, dando trabalho aí, a gente chama a viatura para encaminhar para delegacia. E delegacia toma as providências de, de encaminhar para o órgão que é a, serviço social. O nosso aqui é só... não é agredir ninguém... o problema no nosso caso aqui é mais é orientar, né? Tem a direção do hospital, é:: pede isso, também. Às vezes é que... às vezes tá brigando aí, a gente tem que intervir. Mas é:: é mais é... Se for o caso a gente, ou eu chamo um órgão da assistência social, ou então a gente envia pra delegacia.

**Décio:** Agora, de um modo geral, quando é:: por exemplo, quando essas pessoas estão em determinadas área publica aí alguém faz reclamação... Como é que a polícia militar age nesses casos?

**Valdenor:** Pois é, tem orientação. Tipo assim, é mais é perturbação, né? O que a gente faz é de pedir, para ver se resolve no local, se não resolver a gente tem que levar pra delegacia. Que o órgão competente mesmo é a delegacia, que, que toma as providências. Nosso, nossa missão mesmo é só conduzir, né? Entendeu?

**Décio:** Agora o fato, por exemplo, de, de ter pessoas que estejam... sei lá, por exemplo, entre quadras residenciais, aquelas áreas verdes, muitas áreas abertas, o fato de terem pessoas morando lá pode gerar algum tipo de ação da polícia militar. Alguém pode pedir alguma coisa para a retirada das pessoas, por exemplo?

**Valdenor:** Po::de. Não... pode sim. Desde que... É porque, tipo assim, desde quando tiver perturbando, né? Se não tiver perturbando, então não... a gente tem que ter um solicitante, alguém que tá... se doendo, né? Não tá achando bom aquela situação ali. Então, quando é feito isso, a gente chega, a gente pede, né? Se for um caso mais grave, encaminha à delegacia. A delegacia é que... depois é que encaminha.

**Décio:** Agora, o fato de, por exemplo, o fato de estar naquele local por si só e alguém falar “Ah, tá incomodada porque tem alguém lá”. Isso já gera alguma ação?

**Valdenor:** Não. Até que não, até que não. É só quando tá perturbando mesmo, que tá dando problema. Aí a gente tem que intervir. Se não resolver no local a gente leva até a delegacia, a delegacia se encaminha de fazer o resto. Nosso serviço... mais é preventivo, né?

**Décio:** Algo mais o senhor gostaria de...?

**Valdenor:** Não. Tranquilo. A situação é essa aí mesmo. A gente tenta, a gente tenta, então... O pessoal trabalha nisso aí. O hospital tem um, uma seção que eles trabalham com isso. E fazer esse estudo, sabe? Mas é difícil, não é fácil não, não é fácil, é um problema socialmente muito sério. Você vê aí, os cara abandonado aí. Mas tem gente aí porque quer também. A maioria pode trabalhar. Não trabalha de dia aí, vigiando carro, lavando carro? Quando é de noite vem para aí. Ou vai para as comerciais, que tem abrigo, né? Lugarzinho que eles... tem lugar de ficar debaixo de uma, uma marquise. No mais é isso mesmo, não tem muito...

### Anexo N – Entrevista 15 – Raquel (comerciante)

**Décio:** Imagine que aqui, diante da senhora, esteja alguém que não saiba que existe esse problema no Brasil... de existirem pessoas morando nas ruas. Como é que a senhora falaria para mim sobre isso?

**Raquel:** Mas todo mundo tem consciência e sabe que existem mendigos... trabalham nas ruas, vivem nas ruas. Todo mundo sabe disso.

**Décio:** E essas pessoas estão nas ruas, por quê?

**Raquel:** Na minha opinião, o governo... seria ele dar trabalho, colaborar para as pessoas não ficarem assim. Botar mais assistente social para cuidar deles, e ajudar dando empregos, né? Tirar eles da rua, e dar empregos e serviços para eles.

**Décio:** E essas pessoas, elas são do local de onde elas estão, elas vem de outro local, como é que é isso?

**Raquel:** Vem de outro local, geralmente, é de outro local. Não é de Brasília. Aí pensa que Brasília... ah, eu vou para lá porque lá é:: tem muito emprego, vou ficar rico, vou ganhar dinheiro; e é o puro engano. Ficam debaixo das árvores ali, como tem muito ali pertinho da UnB, né? Ali fica lavando roupas... é:: fazendo serviços necessários que todo ser humano precisa. Não sei onde, né? Nos mato lá. Uma situação muito precária. Triste.

**Décio:** E quem são essas pessoas?

**Raquel:** Que vem de fora. Aventureiros, são os aventureiros, eu acho. Os aventureiros que vem para Brasília tendo uma imagem e chega aqui não é o que eles pensam e por isso que ficam assim, ao léu, abandonadas lá.

**Décio:** E o que você acha delas?

**Raquel:** São carentes... pessoal que passa muita necessidade, muita, né? Se o governo resolvesse ajudar, né? Botasse assistente social para procurar, levar para o lugar, para trabalhar, para dar emprego. Mais assistência pelo menos dar um albergue, né? Como é que chama? Um albergue para ficar morando.

**Décio:** E como é que essas pessoas vivem?

**Raquel:** Situação muito precária, né? Sem conforto, pode pegar doença ali e tudo. Não tem, né? Vive ao léu ali sem jeito de ter uma situação melhor. Uma situação de muita tristeza, né? Eu acho muito triste a situação.

**Décio:** O que você se sente quando vê uma pessoa dessas, nessa situação?

**Raquel:** É triste, né? Mas como a gente já sabe que desde do começo do mundo, que existe o mundo, tem as pessoas ricas, tem as classe média, tem as pobre. Eu acho que eles se precipita sair do Nordeste, principalmente, do Nordeste vindo para Brasília aventurar, procurar emprego, situação melhor. Eu acho que piora a situação deles. Cada vez fica pior.

**Décio:** E o que pode acontecer por causa dessa situação de existirem pessoas morando nas ruas?

**Raquel:** Pega doença, pega:: sofrimento. Passa frio, morre de frio. Nessa época agora tá muito frio é capaz de até morrer de frio no relento aí sem condições nenhuma de moradia.

**Décio:** E como consequência para sociedade de um modo geral, o que pode haver por conta de existirem pessoas morando nas ruas?

**Raquel:** Consequências?

**Décio:** O que isso pode gerar? Olha, tem pessoas morando nas ruas. O que pode gerar? O que pode acontecer por causa disso?

**Raquel:** Ah, é crime, assalto, é vandalismo, tudo o que não presta, que eles ficam revoltados e procura, né? Procura se arrumar assim, assaltando, roubando, matando as pessoas. Tudo isso. Só coisa ruim, né? Que acontece.

**Décio:** Você acha que alguma coisa devia ser feita em relação a essa situação?

**Raquel:** Acho que devia. É como eu falei desde o início. Essa parte do governo é fundamental. Colocaria as pessoas para assistente social que ajuda, né? Essa parte. Para pegar eles botar no albergue para dar roupa, calçado, comida e emprego. Dar emprego para o pessoal.

**Décio:** E o que a senhora acha que impede que isso aconteça, que o governo faça isso?

**Raquel:** O que impede é falta de consciência. Não:: não liga, não vai atrás, não procura. Eu não sei nem dizer o que é.

**Décio:** De que forma que a senhora teve conhecimento sobre essa situação? Como é que a senhora ficou sabendo que existiam pessoas morando nas ruas ?

**Raquel:** Ah, eu passo ali perto da UnB a gente vê eles naquelas cabanas ali improvisadas, tudo sujo, tudo jogado. E com criança e tudo; aonde a gente passa. Por aqui mesmo de vez em quando tem uns meninotes. Aqui mesmo na galeria já houve um caso de um segurança. Ele estava ali no restaurante, ai entrou uma menina, talvez doze anos, né? E o segurança pediu para ela sair porque era perto dos restaurantes e ela tava pedindo dinheiro, ajuda, né? Ai simplesmente, ela puxou um canivete e feriu o segurança. Quase que, né? Pegou ponto. Foi para o hospital. Agrediu o segurança. Feriu. Muita violência .

**Décio:** E na televisão, internet, jornal, senhora viu alguma coisa tratando sobre esse assunto?

**Raquel:** Nunca.

**Décio:** Nenhuma reportagem falando sobre isso, assim sobre pessoas estarem morando nas ruas, de nenhuma forma não?

**Raquel:** Eu não vejo não [...] nenhuma .

**Décio:** A senhora acha que não é tratado na mídia isso então?

**Raquel:** É, não é tratado não.

**Décio:** O que você entende por igualdade social ?

**Raquel:** (risos) É isso... uns muito ricos e outros classe média, outros pobre. E assim, isso é desde do começo do mundo que é assim, né? A gente não pode... Isso eu acho que jamais vai acabar essa parte porque toda vida existiu, né? As três classes, né?

**Décio:** E qual assim, seria o papel seu como comerciante, em relação à situação dessas pessoas ?

**Raquel:** Ah, eu ajudo na medida do possível. Eu ajudo a creche, ajudo na igreja. Agora mesmo foi um pessoal da igreja foram um lá para o Piauí. Sertãozinho lá do Piauí e nós doamos bastante coisas levar. Pra chegar lá e ajudar os pobres, né? Que estão precisando .

**Décio:** Bom a algo mais que a senhora gostaria de dizer sobre esse assunto?

**Raquel:** Não.



### Anexo O – Entrevista 16 – Carlos (comerciante)

**Décio:** A primeira questão é a seguinte... vamos supor que o senhor estivesse diante de alguém que não tivesse conhecimento desse problema social no país... que existem pessoas que estão morando nas ruas. Como é que o senhor falaria com essa pessoa sobre esse problema? Como é que o senhor explicaria isso? Que existe...

**Carlos:** Uma questão difícil. Como eu explicaria?

**Décio:** É. Como que o senhor falaria? Não é explicar. É falar sobre o assunto. É falar... olha, existem pessoas que moram nas ruas no país... Mas como é que é isso? Elas vêm da onde? Como é que elas vivem? Por que elas estão morando nas ruas?

**Carlos:** Ah, sim... Mas eu tinha que explicar isso ainda?

**Décio:** Não. É só comentar.

**Carlos:** É um problema social, né? A pobreza mesmo. A divisão de rendas. Pouco com muito e muito com nada, né? Então, é a pobreza mesmo, né? A miséria, né? O pessoal não tem nem onde morar. Então, a rua é único lugar, já que o governo é o responsável por boa parte, não faz a parte dele. A parte social quem é a gente tem que fazer também é muito cruel, né? Sabe que os impostos são muito altos a gente não tem... ninguém tem retorno de nada. Eu acho que cabe mais a parte social do governo.

**Décio:** Essa pessoas, geralmente elas são daqui? Elas vêm de algum outro lugar?

**Carlos:** Elas são... elas vão imigrando de outros estados, né? Vão chegando onde tá o dinheiro, né? O pessoal da pobreza vem da roça, vem do interior, vem da cidade pequena para capital são onde tem o dinheiro. O recurso só gira aqui, não gira para onde tem que chegar. Onde ele tem que chegar ele não chega. Só chega aqui nos grandes centros. Por isso que a imigração é muito grande. É muita gente, então, na busca da oportunidade de trabalho, né?

**Décio:** Como é que essas pessoas vivem?

**Carlos:** Vivem precariamente, né? Sem... Não tem teto, não tem nada, né? Não tem ação social suficiente, né? Pra suprir essas necessidades.

**Décio:** Essas pessoas geralmente ficam aonde?

**Carlos:** Ficam debaixo de ponte, barraco, dorme em carrinho, dorme debaixo de marquise, banco, praça. Onde tiver abrigo, né? Onde tiver abrigo. Metrô, ponto de ônibus. Qualquer lugar eles ficam .

**Décio:** O que você acha dessas pessoas?

**Carlos:** São pessoas guerreiras, que querem crescer na vida, só não tem uma oportunidade, né? Isso aí falta instrução, falta muita coisa, mas infelizmente não tiveram acesso a isso.

**Décio:** E quem são essas pessoas que estão morando nas ruas?

**Carlos:** Como assim? Quem são?

**Décio:** É. Como é que o senhor diria... Que pessoas fazem parte desse contingente que moram nas ruas?

**Carlos:** E são pessoas que vivem em outras cidades, né? Não tem moradia, não tem onde ficar. São uns imigrantes mesmo.

**Décio:** Como é que o senhor sente... como é que o senhor se sente quando vê uma pessoa dessa?

**Carlos:** Rapaz, se sente até culpado também porque a gente... todo mundo tem que fazer sua parte, né? Mas, como não tem recurso, não chega onde tem que chegar. A gente pouco pode fazer porque a burocracia também é muito grande. Até quando você quer para ajudar é burocrático. Tudo é burocrático. Então, tem que ter um... sei lá. Essas ONG aí tinha que agitar mais esses negócios.

**Décio:** E o senhor acha que essa situação das pessoas tarem morando nas ruas, começou quando?

**Carlos:** Isso aí já desde o tempo da caverna. Isso é um problema social desde que o mundo é mundo existe isso. Então, é difícil acabar.

((Interrupção da entrevista para atender um cliente))

**Décio:** E o que o senhor acha que pode acontecer por causa dessa situação?

**Carlos:** Rapaz, pode chegar até a uma guerra civil. A miséria, a fome... cara, não tem controle não. O cara quando tá com fome, não tem moradia vira uma guerra civil. Acho que deve chegar a isso mesmo.

**Décio:** O senhor acha que alguma coisa deveria ser feita em relação a essa situação?

**Carlos:** Tem que ser feita. Precisa ser feita urgentemente. É que eles estão querendo fazer, tão tentando fazer é divisão de rendas. Dividir um pouco mais, né? Tem muito pouca gente com muito, muito... Se dividir mais as rendas as coisas melhoram.

**Décio:** Quem deveria fazer isso?

**Carlos:** Bom, tanto a população como os governos estaduais, federais devia se engajar. Todo mundo, né?

**Décio:** O que o senhor acha que impede que seja feito?

**Carlos:** Mal vontade. Dinheiro tem muito, falta boa vontade.

**Décio:** O senhor alguma ideia do que poderia ser feito para que essa boa vontade acontecesse aqui, né?

**Carlos:** Rapaz, é as pessoas deixarem de ser muito egoísta. As pessoas são muito egoísta. Quem tem não quer dar nada. Se todo mundo se juntar da... Isso aqui era para ser um país de primeiro mundo.

**Décio:** De que formar o senhor teve conhecimento sobre essa situação de existirem pessoas morando nas ruas?

**Carlos:** Oh, você vê no dia a dia, vê no rádio, você escuta no rádio, na televisão. No dia a dia mesmo aqui passa muitos. A gente chega a gente vê o pessoal dormindo aí debaixo das marquises e no dia a dia a gente vê.

**Décio:** E quando senhor falou a respeito da rádio, televisão. É frequente aparecer esse tipo de coisa aparecer na rádio, televisão?

**Carlos:** Não. Só quando acontece uma desgraça mesmo. Quando morre meia dúzia ali; alguém queimado, baleado, aí aparecem os moradores de rua. Fora isso, não sai no noticiário não. Fora quando tem uma tragédia eles botam na mídia, mas passou isso aí, eles esquecem o assunto. Até a própria mídia mesmo esconde tudo, né? Não são obrigados... Não da Ibope isso. Não vende jornal. Então, só aparece quando acontece uma desgraça. Mas isso é nítido aí.

**Décio:** O que o senhor entende por igualdade social?

**Carlos:** Oh cara você ter direito um teto, você fazer três refeições por dia, você ter transporte, você ter educação, você ter saúde, né? Isso tudo aí faz parte, né?

**Décio:** Qual seria assim o papel do senhor enquanto um comerciante em relação a situação das pessoas que moram nas ruas?

**Carlos:** Ó cara a gente aqui dentro da nossa empresa aqui a gente tenta ajudar o que pode, né? Se todo mundo fizer um pouquinho eu acho que consegue alguma coisa, né? Num vai é... É um pingo no oceano, mas a gente consegue alguma coisa. Se a gente se unir um pouquinho, fizer uma força. Tem que ter também é pessoas íntegras, né? O que falta é isso. Às vezes tem muita... o projeto tem muitas coisas boas, mas o que falta é pessoas para tocarem isso, né? Pessoas íntegras. Pessoas que vão levar em frente, que não vão, né? Roubar. Não vão extraviar o dinheiro, que dinheiro existe muito cara. O dinheiro não chega onde tem que chegar. Então, se a coisa for séria, a pessoa que tá fazendo é séria, o suporte que a pessoa também tem é séria, né? Você tem tudo para dar certo. Acabar com essa miséria [...]. Isso aqui não é um país para ter miséria não. Isso aqui é um país rico, é um país de primeiro mundo que infelizmente só não consegue chegar essa roubalheira que tem aí.

**Décio:** Há algo mais que o senhor queira falar sobre esse assunto?

**Carlos:** Ah rapaz, única coisa que tem que fazer é isso o pessoal se unir acaba com a miséria, mas se não tiver união, infelizmente é tudo dividido, né? É uma proteção, é uma safadeza só ninguém chega a lugar nenhum. Mas, tu vê cara a gente é comerciante, a gente compra um produto o que paga de imposto é uma coisa absurda, não tem condições. Então, só falta isso – boa vontade. Dinheiro tem a rodo mesmo.

**Décio:** O senhor tava comentando sobre os impostos...

**Carlos:** É tudo que você paga você paga. Até o pobre paga... Você paga quase seis meses trabalhando só para pagar imposto. Como é que não pode viver bem num país desse? Então, acho que o imposto aqui é caríssimo e não tem retorno nenhum. Tu vai num pronto socorro desses aí já aconteceu de funcionário nossos ir lá o dia todo para ser atendido, dia todo para ser atendido não é para se consultar marcar resolver não, pra marcar é daqui três quatro meses, não tem cabimento isso não, agente como comerciante, agente sente na pele o que a gente paga de

imposto e retorno nenhum. O governo, eu sempre falo o governo é o maior acionista da empresa é o governo. É o que não entra com nada e leva tudo. É não sobre nada cara. Você trabalha aí para ganhar dois três por cento ao mês, você investi num montante alto e não tem retorno nenhum. Então, é muita grana para quem não faz nada, né? Porque você trabalha de doze horas por dia, entra com o capital, paga funcionário, paga todos os imposto, né? O governo arrecada essa fortuna. O governo tanto estadual como federal. E retorno muito pouco, muito pouco. Acho que o principal motivo é esse. A grana tem, não tem é gente, né? Com projeto e com honestidade, para tocar um projeto desses.

**Décio:** Você queria comentar mais alguma coisa?

**Carlos:** Não, não acho que é isso que todo mundo tem engasgado na garganta é isso aí. Dinheiro tem. Esse país é rico. A gente não calcula a fortuna que gira de grana de impostos. Tudo que você faz é imposto. Então, [...] o povo mesmo que precisa não tem retorno nenhum. Quem precisa, quem trabalha, até quem não trabalha, né? Pelo estatuto, pela Constituição você tem direito a saúde, ao transporte, né? Ninguém tem nada disso. Então, por isso que tá essa família crescendo de pessoas de rua cada dia. Geração já tá... terceira, na quarta geração de família de rua, né? É o filho, é o neto, é... não para não. Agora, recurso tem.

### Anexo P – Entrevista 17 – Júlia (estudante)

**Décio:** Vamos imaginar que... fazer uma suposição, né? Que tenha alguma pessoa que não sabe, não tem conhecimento que existem pessoas morando na rua em Brasília, no Brasil de modo geral. Como é que vocêalaria para uma pessoa dessa o que é essa situação? Como é que você explicaria para alguém que não tivesse conhecimento sobre isso?

**Júlia:** Nossa! Pois é, eu acho que o jeito que eu explicaria era... Ah, uma forma boa de explicar é mostrando, né? Passando por um local e mostrando gente morando debaixo de uma ponte, de um viaduto. Mostrando a situação delas, né? É:: o que mais? Falando também de... falando também que essas pessoas podem mudar, basta nós querermos. É isso.

**Décio:** E quem são essas pessoas? Como é que elas foram parar ali?

**Júlia:** Bom, tem muitas formas de explicar. Tem umas uns homens que foram porque a mulher expulsou de casa ou não tem para onde ir e o jeito é morar debaixo dos viadutos mesmo ((risos)). Tem outros também que ah, sei lá, tem crianças na rua, né? Que os pais expulsou de casa, né? Uma situação muito triste, mas é os pais expulsou de casa, não têm para onde ir. Aí o jeito é para essas crianças sobreviver, o é jeito é roubar e roubar. E sei lá é muito triste vê uma criança andando... todo jogado no meio da rua... é muito triste.

**Décio:** A pesquisa que eu estou fazendo ela enfoca mais assim as pessoas maiores de dezoito anos, adultos ou jovens, né? Que estejam vivendo ou morando nas ruas, né? Por alguma razão. Você falou já que a melhor forma é uma forma boa de explicar para alguém que por acaso não tivesse conhecimento era ver a situação, né? Entender bem porque isso acontece. Dessas pessoas assim que são maiores de dezoito anos e que vivem nessa condição o que elas fazem?

**Júlia:** Bom, a maioria de dezoito ano ah, para mim, na minha opinião, elas roubam e além de roubar, ensinam os mais novos a roubar também. É mostra para eles que é a única forma deles sobreviver e através daquela forma roubando e não mostra para eles o principal que para eles saírem dessa, dessa daí que eles estão né? De morar na rua de roubar essas coisas. Para eles saírem dessa, eles podem, basta eles querem, ter força de vontade. Mas os mais velhos, muitas vezes...

**Décio:** Adultos?

**Júlia:** Adultos, adolescente. Adolescente assim, né? Eles ensinam, mas na minha opinião a roubar.

**Décio:** Hum rum. E tem assim. Você falou de criança e eu tava te explicando assim que a minha pesquisa não enfoca exatamente nas crianças, mas quem já passou de dezoito anos. E aí você falou que tem pessoas, né? Que nessa idade que tem essas questões. Além disso, você acha que existem outras pesso... pessoas de outras faixas etárias, de outras idades que vivem na rua também? Existem?

**Júlia:** Existem, com certeza existem.

**Décio:** De que idade você acha que existe assim?

**Júlia:** Nossa! Existem senhor de 68 anos na rua, dormindo em parada de ônibus. É:: existem senhoras também, né? Existem senhoras é sei lá, pedindo esmolas é é isso.

**Décio:** Essas pessoas vêm da onde?

**Júlia:** Olha, tem pessoas que vêm de outro Estado, né? Pensando que a vida aqui é mais fácil. Que pelo fato daqui ser a capital é ter mais dinheiro é mais fácil de encontrar emprego. E a maioria das vezes as pessoas não... A realidade não é aquela, entendeu?

**Décio:** Eu sei. O que você sente quando vê uma pessoa nessa condição, nessa situação? O que você sente?

**Júlia:** Bom, é muito duro! Muito, muito, muito, muito, muito duro mesmo, vê uma pessoa nessa situação. Porque assim, nós ficamos com vontade de ajudar, entendeu? Mas não temos para onde correr. Porque assim, muitos, muitos é:: adolescentes ou até senhor mesmo que pedem dinheiro na rua. É:: gente que dá pensa que para eles ir comer alguma coisa assim e a verdade é ao contrário, né? Eles pede para usar droga e fazem também outras pessoas pedirem para usar droga.

**Décio:** O que você acha dessas pessoas de um modo geral, que vive que estão vivendo em situação de rua?

**Júlia:** O que eu acho, ah. Eu acho que é deprimente, né? Mas, é acho que se eles tivessem mais um pouquinho de força de vontade eles conseguiriam dessa com muita dificuldade, mas eles conseguiriam sair.

**Décio:** Você imagina assim quando é que começou essa situação das pessoas estarem usando as ruas como moradia? Estarem vivendo na rua, quando isso começou?

**Júlia:** Nossa! Pra mim isso começou... Pra mim o culpado disso tudo mesmo fugindo um pouquinho da pergunta. Mas, o culpado disso tudo mesmo é:: são: são os políticos. Pra mim são os políticos. Porque, caramba, o Brasil é um país muito rico, muito rico mesmo. Tudo que planta nasce, entendeu? Colhe, na boa. É:: acho que o Brasil ele teria tudo, sabe? Pra não ter pessoas, pelo menos, não ter tantas pessoas morando na rua. Não ter tantas pessoas pedindo esmola. Mas, muita gente ainda é gananciosa, né? Quer, só pensa em si própria e não pensa nos outros. Daí, a alternativa que tem é essa.

**Décio:** E agora voltando a pergunta, né? Você tem ideia de quando começou isso?

**Júlia:** Ah, não, não, não tenho.

**Décio:** E o quê que pode acontecer por causa disso? Ou seja, existem uma série de pessoas que você disse, muitas pessoas que podia ser bem menos se fosse diferente. Mas assim, diante dessa condição de que existe essa condição das pessoas estarem morando nas ruas de ter essa quantidade que você tá colocando. O quê que pode acontecer por causa disso?

**Júlia:** Nossa! Por conta disso? É, além, dos jovens roubarem, né? Eles vão começar matar. Começar matar por pouca coisa, entendeu? É:: vai começar matar, fazer muita coisa errada, entendeu? Pra sobreviver. Pra eles vão estar certo, entendeu? Eles vão pensar é para minha sobrevivência, mas para falar a verdade isso tá muito errado. É isso.

**Décio:** Certo. E você acha que alguma coisa deveria ser feita para mudar essa situação?

**Júlia:** Ah, com certeza. O Brasil deveria ter. O Brasil eu to falando em todo mundo em geral, devia ter mais consciência, sabe? Parar de olhar para si mesmo. Olhar mais, olhar para as pessoas em volta delas é se vê uma pessoa, sei lá. Se vê uma pessoa com fome na rua, entendeu? Não precisa dar dinheiro, mas vai em algum lugar compra alguma coisa para ela, entendeu? E para pra mostrar para ela que que existe que aqui não existe só pessoa ruins, ainda tem pessoas boas, entendeu?

**Décio:** Aí é... Existiria alguma outra forma além disso? Você citou assim ó, as pessoas do Brasil de modo geral devia ajudar essas pessoas dessa maneira que você sugeriu.

**Júlia:** Ajudar umas a outras.

**Décio:** E você veria outra forma de resolver esse esse essa situação? Além dessa ajuda das pessoas diretamente?

**Júlia:** Ah, não, não mesmo.

**Décio:** E o que você acha que impede que as pessoas ajudem, então? Porque assim...

**Júlia:** Medo.

**Décio:** Medo?

**Júlia:** Medo. Porque é tem gente que ajuda aí no que ajuda. Vamos supor, tem gente que pensa bem assim, ah, eu ajudo, mas ninguém me ajuda, entendeu? Então, fica com medo de ajudar sei lá, depois não sei. Ah, é difícil de falar. É difícil.

**Décio:** E como é que podia acabar com esse medo para as pessoas poderem ajudar mais?

**Júlia:** Pra falar a verdade eu não vejo [...] para acabar não. Eu não vejo mesmo. Que hoje em dia até pessoas sei lá que você mais confia te trai. Então, principalmente, no que você não confia. Não tem como.

**Décio:** Hum rum, entendi... É:: de que forma você teve conhecimento dessa situação? Como foi que você ficou sabendo que existiam pessoas morando nas ruas?

**Júlia:** É, eu passo na rua vejo pessoas dormindo nas paradas de ônibus. Eu vô aqui na Rodoviária do Plano Piloto<sup>326</sup>, né? Vejo muitas crianças andando de qualquer jeito. Já presenciei crianças robando na parada de ônibus, entendeu? É complicado.

**Décio:** Então, faz muito tempo que você vê isso?

**Júlia:** Muito, muito tempo mesmo. Que as que eu eu presencio isso é desde os dez anos, entendeu? E já aconteceu de um garoto ter roubado a minha irmã e tudo mais. Então, para mim é até difícil, entendeu? Pra mim

<sup>326</sup> Área central de Brasília. Em frente à esplanada dos Ministérios.

ajudar uma pessoa assim, ajudar criança de rua sem ter medo, entendeu? É complicado também.

**Décio:** Isso, em relação aos adultos também, você acha que é a mesma coisa?

**Júlia:** Acho que é todo mundo. Acho que é todo mundo que todo mundo assim pode ajudar mas tem medo. Tem medo de ajudar e não dar certo.

**Décio:** É:: você já viu notícias ou reportagens sobre pessoas em situação de rua na televisão, rádio, internet, jornal coisa assim, você já viu?

**Júlia:** Já. Já vi no DFTV<sup>327</sup> muitas vezes, né? É crianças pedindo esmolas. Assim, também voltando um pouquinho o assunto. Crianças pedindo esmolas para falando que é para comprar comida, levar comida para casa e não sei o que lá e chegava na hora e ia trocar. Comprar maconha, drogas. Então, o jornal mesmo. Jornal, internet acho todo meio de comunicação aí já, já, já mostra para gente com é que é.

**Décio:** Eu sei... E é frequente aparecer reportagem sobre isso na televisão?

**Júlia:** Ah, muito frequente. Muito frequente mesmo.

**Décio:** Televisão, internet, jornal?

**Júlia:** Muito frequente.

**Décio:** E geralmente. Você citou um exemplo, né? Que as crianças pedem e vão comprar drogas com o dinheiro que ganha. E as reportagens que você ouviu geralmente elas tratam de que quando falam sobre essas pessoas? Qual o tipo de notícias que eles dão?

**Júlia:** Ah, eles estão falando. Eles estão falando mais das crianças que sei lá, não sei como dizer. Crianças que pedem dinheiro. Ah, para mim eles estão falando de crianças que enganam as pessoas, né?

**Décio:** Eu sei. E de adulto, falam também?

**Júlia:** Falam, bastante! Já, já apareceu também se eu não me recordo. Uma que um cara foi de cadeira de rodas pedir dinheiro no sinal. Aí depois ele voltou para o canto dele levantou da cadeira de rodas e passou a cadeira para o outro. Pra fazer isso. Gente pelo amor de Deus, como é que uma pessoa pode confiar na outra? Tipo querer ajudar a outra sendo que a pessoa pessoa que tá querendo ser ajudada, entendeu? Tá querendo passar a perna. Isso não dá certo.

**Décio:** Hum rum, entendi. O que você entende por igualdade social?

**Júlia:** Nossa, para mim igualdade social é cada pessoa ser tratada como tal, entendeu? Tipo não porque a pessoa é rica ser tratada como melhor. Ser tratada mais formalmente do que uma pessoa pobre. Todo mundo tem que ser tratado igual, entendeu? É:: e também eu acho que se aqui no Brasil eles soubessem mais dividir é:: a:: as economias. Vamos supor. Desculpe. Vamos supor. Tem gente que trabalha pouco e ganha muito. E tem gente já que trabalha muito e ganha muito pouco, né? Então, aí já é sacanagem. Então, eu já acho que Brasil já pode começar a dar uma melhorada por aí. Por aí. Mudando isso.

**Décio:** Bom, qual você acha que é o papel das estudantes, dos estudantes, em relação a esse problema social? Qual seria o papel do estudante, da estudante?

**Júlia:** Acho que o estudante não pode fazer muita coisa não, entendeu? Que ajudar... ajudar. Tá eles podem ajudar, mas acho que eles não podem fazer muita coisa porque sei lá. Ah, não sei. Sei lá. Mas...

**Décio:** Você falou num momento aí que “ah, a culpa é dos políticos” e tal. Você queria falar mais um pouco sobre isso? Em relação a essas pessoas que estão em situação de rua?

**Júlia:** Já, hã:: Deixa eu ver. É muitas crianças estão na rua, mas eu acho que os políticos aí eles podem ajudar, entendeu? Acho que eles deviam deixar de pensar um poquinho mais neles e pensar nas pessoas que estão ao redor. Que estão passando fome. Que elas sim precisam, entendeu? Eles, quanto mais eles tem. Eles já tem muito. Eles querem mais, entendeu? E as pessoas que estão passando fome, eles não estão nem aí. As coisas não são bem assim. Não são mesmo.

**Décio:** Tem mais alguma coisa que você queria dizer?

**Júlia:** Não, não.

---

<sup>327</sup> Jornal televisivo do Distrito Federal, filiado à Rede Globo.

### Anexo Q – Entrevista 18 – Daniel (estudante)

**Décio:** Vamos imaginar que exista alguém que não saiba que existem pessoas morando nas ruas. Que não conheça essa situação e aí você tivesse que explicar para essa pessoa ou comentar, dar conhecimento a ela que isso existe. Como é que é isso. Explicar isso. Como é que vocêalaria para essa pessoa sobre essa situação? Vamos supor que eu não tenha conhecimento, que eu nunca vi, não sabia que existia isso.

**Daniel:** O problema.

**Décio:** A questão de existir pessoas morando nas ruas. Como é que você explicaria para mim, isso? Como é que você comentaria sobre isso?

**Daniel:** Ah, que tem gente de baixa renda que não tem condições de manter sua própria casa. Desse jeito assim?

**Décio:** É.

**Daniel:** É:: por motivos financeiros eles não estão residindo numa casa e:: tipo... Por falta também de muitos empregos também de pessoas que não tem condições de estudar por motivo de trabalhar que seja catando papel, latinha essas coisas. Eles não têm condições de ter uma residência fixa.

**Décio:** E essas pessoas vêm de onde?

**Daniel:** Na maioria das vezes eles saem de outro Estado vindo pra... Enfim mudando do Estado que mora pensando que vai ter uma oportunidade melhor e chega aqui acaba encontrando outra.

**Décio:** Certo. E elas ficam onde?

**Daniel:** Eles não tem. Geralmente eles ficam debaixo de viadutos. É na rodoviária tem muito. Ficam debaixo de Blocos<sup>328</sup>.

**Décio:** E elas vivem como?

**Daniel:** É catando papel, da renda que é muito pouca. Pessoas catam papel que eu acho que é muito barato. Tem gente que daqui. Tem gente que sai empurrando os carrinhos e acaba ganhando dez reais por dia. Pedindo para as pessoas.

**Décio:** O que você acha delas?

**Daniel:** São pessoas que não tiveram oportunidade que nós estamos tendo, né? Pessoas que não tiveram a chance de subir na vida. Estão enfrentando problemas do jeito que conseguem.

**Décio:** O que você sente quando vê uma pessoa dessas?

**Daniel:** Pô, dá um aperto, né? Porque tem pessoas que tem tanto e outras pessoas que não tem nada, né? Que essas pessoas elas tem que trabalhar o dia inteiro e as vezes eles trabalham não por um prato de comida porque as vezes eles trabalham e vendem e acabam comprando tinner, acabam se drogando, sabe? Uma situação muito constrangedora. Pra você ver lá onde eu moro não tem. Tem mais são poucos, entendeu? E lá na comunidade as pessoas ainda tentam ajudar. Mas quando a gente começa a ajudar essas pessoas elas acomodam. Você tem... Chega a pessoa batendo na sua porta e você oferece o serviço. Eles não querem. Eles querem só o troco, a comida entendeu? É isso aí.

**Décio:** Você sabe assim quando essa situação começou?

**Daniel:** Não

**Décio:** De ter pessoas morando nas ruas. Você imagina o que assim?

**Daniel:** Não faço a mínima ideia .

**Décio:** Bom, o que pode acontecer por causa dessa situação? Ou seja... ((muito barulho no local)) É... a gente vai ter que sair daqui. Se não depois eu não consigo ouvir a gravação. Tem como ficar do lado, aqui. ((alguns metros de distância de onde estávamos)) Acho que é:: melhora um pouquinho. Então tá, a pergunta era essa: o que você acha que pode acontecer por causa dessa situação?

**Daniel:** Pô, a desigualdade social poderá aumentar muito, né? Por noção é a mortalidade também, né? Vai aumentar porque as pessoas não vão ter condições de se tratar. Não vai ter informação, é:: o que deve se fazer no caso de uma doença. Essas coisas assim.

<sup>328</sup> Maneira usual de se referir a certos prédios, em Brasília, porque muitos deles são Blocos dentro de Setores.

**Décio:** Hum rum, eu sei. Você acha que alguma coisa deveria ser feita com relação a essa situação?

**Daniel:** Tinha que ter uma mobilização maior do governo, né? Porque o governo não pro... que nem estão ocorrendo muito agora. Estavam querendo fechar aqui o [...] para poder implantar aquela tele-aula para ser supletivo sendo que aqui são uma das poucas escolas que fazem o ensino regular noturno. E após esse governo, do governo Arruda, né? Ocorre isso. Ele tá querendo o fechamento dessa escola e a escola tá lutando para mantê-la. Sendo que essa aqui é uma das escolas modelos que existe daqui em Brasília. Que antes quando eu acabei de entrar no Ensino Médio, nós tentamos, tentamos entrar aqui só que não consegui por causa da minha idade porque já tinha muita gente, entendeu?

**Décio:** Hum rum. Sei. Entendi. Agora assim é:: o fato de existirem pessoas nas ruas e aí você colocou como problema. Você disse o porquê elas chegam lá. Você disse o que pode acontecer pelo fato disso estar acontecendo. Agora assim, o que poderia ser feito para mudar isso? Pra mudar a situação dessas pessoas?

**Daniel:** Pô... uma maior mobilização do governo também, né?

**Décio:** Certo. E deveria fazer o que em relação a situação dessas pessoas que estão morando nas ruas?

**Daniel:** Pegar pessoas como você mesmo tá fazendo. Auxiliá-las é tem um modo. Não ajudar, dar pra, mas fazer com que elas conquistem para ter interesse em subir, entendeu?

**Décio:** E além do, do governo, deveria haver algum tipo de ajuda para essas pessoas? Algum outro tipo de ação?

**Daniel:** Trabalho voluntário também muito, né? Que seriam as pessoas da comunidade se reunir, né? Fazer uma mobili... fazer como se fosse. Ah, não sei o que falar. Ah, isso aí eu não sei.

**Décio:** É agora assim, o que você acha que impede que o governo faça alguma coisa, o que que impede para que haja essa mobilização?

**Daniel:** O que que impede?

**Décio:** É. Porque assim você falou que o governo devia fazer alguma coisa para ajudar e você disse até o que deveria fazer. E o que que impede que o governo faça isso?

**Daniel:** Não faço a mínima ideia . Eu acho que leis trabalhistas influenciam muito, né? E se uma pessoa ela não tem estudo ela não vai poder, um exemplo, fazer concurso público, essas coisas. Mas bem que é uma coisa muito abrangente também, né? Por causa que antigamente as pessoas entravam na fundação sem escolaridade. E hoje em dia se você. O último concur... Ano passado teve um concurso de ensino fundamental, mas é uma coisa muito rara. É isso que eu acho.

**Décio:** Certo. De que forma você teve conhecimento sobre essa situação.

**Daniel:** Dos moradores?

**Décio:** Hum rum.

**Daniel:** Convivendo. A gente pega. Quando a gente transita a gente vê muito. Nas ruas, carregando aquelas carroças. Muitas pessoas empurrando e eu tive contato com alguns que eu estudava lá no 912 Norte<sup>329</sup> eu estudava do lado de um lixão. Aí a gente acaba conhecendo. Os pessoal são pessoas muito gente boas, educadas. Que as vezes não tem a oportunidade que a gente tem, né?

**Décio:** Certo. E de alguma. Além de você. Você falou que vê essas pessoas, o contato mesmo, né? As vezes a proximidade de conversar, as vezes você vê porque tá perto. Agora que outra forma você tem conhecimento sobre isso?

**Daniel:** Outra?

**Décio:** É. Além de ver diretamente?

**Daniel:** Não sei.

**Décio:** Tipo assim, você já viu isso na Internet ou no jornal, na televisão?

**Daniel:** Não.

**Décio:** Numa revista. Você nunca viu nada sobre esse assunto sendo tratado?

---

<sup>329</sup> Identificação da escola onde estudava.



**Daniel:** Não.

**Décio:** Não, né? De maneira nenhuma? Não tocam nesse assunto, é isso?

**Daniel:** Eles evitam, né? Eu creio que evitam. As pessoas evitam comentar sobre essas coisas. Só quando ocorre violência, essas coisas aí eles tocam no assunto. Mas para ajudar mesmo nunca vi.

**Décio:** Quando colocam você já disse uma coisa aí. Quando você vê é sobre violência e não há outro tema?

**Daniel:** E quando tem as ações que as vezes pouca. Poucas não, né? Que as pessoas fazem para ajudar de caridade que nem tem igrejas que ajudam as pessoas. Eles anunciam e tudo quem puder ajudar, quem tiver trabalho voluntário tal, entendeu?

**Décio:** O meio de comunicação diz que a igreja ajuda essas pessoas. É nesse sentido que você tá dizendo, né? Entendi. O que você entende por igualdade social?

**Daniel:** Igualdade social? São as pessoas que podem ter a mesma renda que não existe o melhor nem o pior, mas sim as pessoas que tenham condições de se manter no equilíbrio. É acho que é.

**Décio:** E qual seria o papel do estudante em relação a essas pessoas?

**Daniel:** Papel do estudante?

**Décio:** Hum rum.

**Daniel:** Não sei. O papel do estudante? Não faço a mínima ideia .

**Décio:** E bom, tem alguma coisa que você queira dizer a mais sem ter que fazer pergunta, né? E sobre esse assunto que você queira comentar, falar alguma coisa.

**Daniel:** Não.

### Anexo R – Entrevista 19 – Érica (transeunte)

**Décio:** A primeira pergunta é uma questão de... imaginar que a senhora está diante de alguém que não saiba que existem pessoas morando nas ruas no Brasil. Aí a questão é:: como é que a senhora falaria para essa pessoa sobre isso? Como é que a senhora explicaria? Daria conhecimento a ela sobre essa situação... de haver pessoas morando nas ruas?

**Érica:** De haver pessoas morando nas ruas? Acho que a melhor forma seria levar até onde tá as pessoas... e mostrar, conversar, né? Que aí ela já estaria vendo o povo na rua.

**Décio:** Certo. E por que elas estão morando nas ruas?

**Érica:** Não sei. Acho que falta oportunidade, falta oportunidade, falta emprego. Muitos alegam isso, né? Só que outros eu acredito que é por não querer trabalhar, sabe? Não quer qualquer coisa aí prefere a rua. Acha mais fácil. É:: bebida também, drogas. Tudo isso faz com que elas fiquem nas ruas.

**Décio:** E elas vieram de onde, essas pessoas? Elas vêm de onde?

**Érica:** Eu não sei te dizer. ((risos)). Mas vem de todos os lugares aí. É Nordeste, né? É aqui mesmo do Centro-Oeste. Vem de todos os lugares.

**Décio:** E o que você acha dessas pessoas?

**Érica:** O que que eu acho delas?

**Décio:** É.

**Érica:** Não sei. Complicado, né?

**Décio:** A sua opinião sobre elas. Não sei.

**Érica:** Porque é muito, sei lá. Você fica com dó, né? Que realmente não tem condições físicas de trabalhar, né? Deficiente e tudo. Mas outros têm. Esses com condições assim, que não pode trabalhar eu até fico com dó assim, as vezes eu até ajudo também quando eu tenho algum trocado eu dou. Mas eu não gosto muito de ficar dando dinheiro para outras pessoas assim porque às vezes tá mentindo, sabe?

**Décio:** Eu sei.

**Érica:** Tem onde ficar. Às vezes tem trabalho, mas não quer. Preferem as ruas. Acham mais fácil.

**Décio:** E essas pessoas fazem o que? Elas vivem como?

**Érica:** Como?

**Décio:** Como é que elas vivem? O que elas fazem?

**Érica:** Muitos vivem cometendo pequenos furtos, né? Outros pedindo mesmo, né? Nas portas dos bares, dos restaurantes. Nas portas dos restaurantes você vê muito gente pedindo trocado, né? E eu acho que eles vivem disso só.

**Décio:** O que você sente quando vê uma pessoa dessas?

**Érica:** Eu me sinto mal, viu? É chato, né? Às vezes você tá num restaurante almoçando aí passa um aí pede um trocado. Dizem que é para comprar comida. Aí você não sabe se é ou não, né? Então, você fica na dúvida. Aí assim, eu acabo dando dinheiro. Falo assim, ah, eu tô fazendo a minha parte, se ele vai comprar droga ou se vai comprar comida aí eu já não tenho mais nada haver.

**Décio:** O que você acha dessa situação? O que você acha disso? Poxa, tem pessoas morando nas ruas. O que você acha sobre isso?

**Érica:** Uma situação assim difícil. Só os governantes mesmo para poder dar jeito nisso, né? Para fazer algum tipo de abrigo. Não sei se aqui em Brasília tem algum abrigo para levar essas pessoas para lá. Eu acho que seria isso.

**Décio:** E quando é que você acha que isso começou?

**Érica:** Não sei. O pessoal que vem de fora, geralmente eles tem ilusão, né? Acham que vai arrumar emprego, vai ter emprego melhor. Vai ganhar mais dinheiro e tudo e acaba vindo. E acaba não conseguindo isso e fica na rua. Acaba ficando na rua.

**Décio:** Isso é... faz muito tempo que essa situação começou? Isso é recente?

**Érica:** Não, eu acho que deve ter muito tempo. Deve ter muito tempo mesmo.

**Décio:** O que você acha que pode acontecer por causa dessa situação?

**Érica:** O que que pode acontecer?

**Décio:** É como consequência. Olha, tem essas pessoas morando nas ruas. O que pode acontecer por causa disso?

**Érica:** Não tenho ideia não, viu. Mas eu acho que daqui uns dias ninguém nem pode nem mais andar em paz, né? Porque assim, você anda com uma bolsa, com um celular na mão, você pensa que não já voou da sua mão. Então, assim, a criminalidade vai aumentar mais.

**Décio:** Hum rum, entendi. Você acha que alguma coisa deveria ser feita com relação a essa situação?

**Érica:** Alguma coisa a ser feita?

**Décio:** É. Alguma coisa deveria ser feita?

**Érica:** Sim. Gerar mais empregos para essas pessoas. Dar mais oportunidade, né? De escola e tudo para poder ver se consegue algo melhor na vida.

**Décio:** E quem deveria fazer isso?

**Érica:** Os governantes.

**Décio:** O que a senhora acha que impede que isso seja feito? Porque não é feito?

**Érica:** Porque não é feito?

**Décio:** É.

**Érica:** Porque os políticos... Geralmente as verbas que são destinadas para isso, eles fazem outras coisas, né? Mas não dá esse destino que teria que ser dado.

**Décio:** E o que poderia ser feito para que fosse dado realmente esse destino? O que poderia ser feito para que isso mudasse?

**Érica:** Principalmente, mais escolas para os adolescentes, né? Pra ver se eles não caminham para esse negócio de drogas, né? E vem para rua. E lazer. Alguma coisa na área de lazer para eles assim. Pra deixar mais tempo na escola. Vamos supor: uma escola de música na escola ou alguma coisa de computação, né? Que prenda a atenção deles. Que eles possam ficar mais tempo na escola.

**Décio:** E quando a senhora disse assim... olha os políticos tem a verba para tal fim, mas eles não tão usando para tal fim. É:: o que poderia ser feito para que a verba fosse realmente destinada para o lugar certo, né? Conforme você tá falando.

**Érica:** Aí seria um grande milagre, viu? Político honesto não existe. Aí assim, começa a trabalhar com dinheiro dos outros e passa a mão. Então, não sei. Vai da honestidade de cada um.

**Décio:** Além, dos governantes, alguém mais deveria fazer alguma coisa na opinião da senhora?

**Érica:** A sociedade também poderia, muito bem, ajudar, né? É sei lá. Se unindo mais, né? As pessoas são muito egoístas, cada um só pensa em si, sabe? E assim, é vamos supor tem uma escolinha assim para voluntários, né? A pessoa tem assim um horariorzinho vago você sabe fazer isso, vai lá ensina aquelas pessoas a fazerem, né? Uma escola assim neste estilo.

**Décio:** Quando a senhora fala assim que a sociedade é muito egoísta que as pessoas são egoístas. Porque será que está desse jeito ou é, desse jeito?

**Érica:** Não sei. Não sei se é porque o povo vive de competição, né? Um com o outro competindo. Um querendo mais que o outro. Então, deve ser isso, muito competitividade.

**Décio:** De que forma que a senhora teve conhecimento sobre essa situação? Como é que a senhora teve conhecimento sobre isto que existiam pessoas morando nas ruas?

**Érica:** Ah, passando por aqui mesmo. Trabalhando por aqui, ó. Se toda hora passa um por você. Você lê jornal, televisão. Então, assim, a gente tá sempre vendo.

**Décio:** E a senhora acha que é... A senhora falou que lê jornal, televisão e nesses lugares jornal, televisão no caso falariam sobre isso. É frequente falarem sobre isso no jornal e na televisão?

**Érica:** Não. Não vejo com muita frequência não. As vezes quando acontece de um morador ser é morto, assassinado por outras pessoas assim, ou quando eles cometem algum assassinato as vezes começam falar. Assim, eu vi no começo do ano uma vez o programa aí do governo não sei nem que programa era esse de tá tirando os moradores de rua não sei para onde. Se estavam levando para algum abrigo, né? Ou se estavam mandando para a cidade de origem deles. Mas assim, depois disso nunca mais vi falar.

**Décio:** Era programa do GDF no caso?

**Érica:** Era do GDF

**Décio:** O que a senhora entende por igualdade social?

**Érica:** Igualdade social?

**Décio:** Igualdade social.

**Érica:** Direitos iguais para todo mundo, né? Dentro da sociedade, né? Ter oportunidades iguais.

**Décio:** Bom, é... Qual seria no caso talvez o papel da senhora mesmo, em relação a essas pessoas? Papel individual, talvez, no caso.

**Érica:** O meu papel?

**Décio:** A senhora já falou um pouco que a sociedade teria que se unir e tal. Como é que a senhora vê o seu papel em relação a isso?

**Érica:** Olha, às vezes assim ó, eu tento ficar indiferente, né? Mas assim, as vezes não dá assim, principalmente quando tem trata de criança, né? Na rua. Então, assim, eu sempre procuro ajudar. Sempre procuro ajudar no possível. Assim, as vezes, as vezes eu fazia programa um programa da igreja de levar alimento para o pessoal na rua, né? Era noite de sábado. Então, eu ia muito. Entregava é:: pão, leite, café essas coisas. Depois disso, eu nunca mais. Parei. Nunca mais fui. Assim, acho que sei lá. Falta tempo, sei lá, o cansaço. Eu não sei.

**Décio:** Há alguma coisa mais que a senhora gostaria de me dizer... a mais... sobre isso? O que a senhora pensa, sei lá?

**Érica:** Não.

### Anexo S – Entrevista 20 – Pedro (transeunte)

**Décio:** É:: a primeira questão é uma hipótese, né? Suponhamos que você tá diante de alguém que não saiba que existam pessoas que moram nas ruas do Brasil. Como é que vocêalaria para essa pessoa sobre esse assunto? Como você daria conhecimento a ela sobre isso?

**Pedro:** Talvez eu informe essa pessoa que não tem conhecimento, que existe morador de rua no Brasil, através de documentação de jornais nacionais falando sobre descaso da autoridade com as pessoas morando na rua. Dificuldade de emprego, principalmente, com a falta de habilidade para as pessoas trabalharem. Emprego tem, mas não tem conhecimento, não tem habilidade não sei para arrumar um emprego aí vão para rua essa seria uma ideia.

**Décio:** E essas pessoas tão morando nas ruas por quê?

**Pedro:** Talvez pela falta de oportunidade de emprego não tem como é:: gerenciar o numerário para comprar uma residência, para poder adquirir seu imóvel. Então, pode ir para rua, né? Vai morar na rua. Não tem como pagar o imóvel e principalmente manter. Para manter o imóvel, tem água, luz, telefone tudo isso para pagar. IPTU.

**Décio:** E quem são essas pessoas?

**Pedro:** Eu acredito que pessoas excluídas sem habilitação, sem um estudo para poder assumir um cargo um emprego, né?

**Décio:** O que você acha delas?

**Pedro:** Rapaz, em parte é um incômodo, né? Você tá se deslocando numa calçada, de repente tem uma pessoa deitada morando naquele ponto ali. Então, é um incômodo.

**Décio:** Essas pessoas veem de onde?

**Pedro:** Eu acredito que venham do interior em busca de emprego na capital, mas chegam aqui sem qualificação aí não tem condições de arrumar um emprego.

**Décio:** O que elas fazem geralmente?

**Pedro:** Rapaz, na maior parte agente observa que as pessoas têm passam o dia pedindo esmolas, esmolando uma refeição no restaurante esmolando um dinheiro, para poder sobreviver, esse é meu ponto de vista.

**Décio:** O que você acha dessa situação?

**Pedro:** Rapaz é uma situação desumana. Mas no meu ponto de vista o governo não tem que dar auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio educação, tem que dar, é não auxílio educação eu até concordo que dê, não tem que dar o peixe ao cidadão tem que ensinar eles pescar. Esse é meu ponto de vista.

**Décio:** O que você sente quando vê uma pessoa dessa?

**Pedro:** Rapaz eu sinto assim uma tristeza, de ver que possivelmente é uma pessoa que não teve oportunidade na vida. Eu tive oportunidade na vida. Estudei em escola particular e tenho hoje minha profissão. Agora ver essas crianças aí, essas pessoas moradoras de rua que não tiveram oportunidade, né? Trabalham só na enxada na roça .

**Décio:** E quando é você acha que essa situação começou... de haver pessoas morando na rua?

**Pedro:** Rapaz, isso aí acredito que venha desde colonização do país, porque quando procuraram colonizar o Brasil eles tiveram o pensamento mesquinho de simplesmente extrair e não vieram com a ideia de permanecer aqui. Então, no meu ponto de vista, já vem desde da colonização essa situação já de descaso das pessoas morarem na rua; da escravidão.

**Décio:** O que você acha que pode acontecer por conta dessa situação?

**Pedro:** Rapaz o que pode acontecer eu ainda não...

**Décio:** Como consequência disso pelo fato de ter pessoas na rua pode gerar que tipo de efeito digamos assim que tipo de consequência ?

**Pedro:** A violência, porque o cidadão vai chegar uma hora que ele vai sentir que ele não serve para nada. Então, se ele não serviu para nada ele vai partir para violência. Ele vai partir para o assalto porque para ele que já tá morando rua numa situação deplorável, não vê perspectiva nenhuma de melhora. Não vê, não tem uma família, não tem uma criança, não tem um filho, uma esposa para sustentar. Então, vai partir para criminalidade mesmo, não tem nada a perder com isso.

**Décio:** Acha que alguma coisa deveria ser feita em relação a essa situação, das pessoas tarem morando nas ruas?

**Pedro:** Talvez, proporcionar a educação. Pra você ver na semana passada é: foi noticiado pela imprensa que um morador de rua passou no concurso do Banco do Brasil. E como é que ele atingiu esse objetivo dele? Através do

estudo, né? Então, é o estudo que tem que ser prioridade um, do governo, na vida de todo mundo para que essa pessoa possa conseguir por meio próprio da sua subsistência, né?

**Décio:** Acha que mais alguma coisa poderia ser feito... deveria ser feito?

**Pedro:** Eu acredito que o ensino. O ensino tem que tá em primeiro lugar, né?

**Décio:** O que você acha que, bom quem que deveria ser responsável por esse ensino?

**Pedro:** Primeiramente, o Governo Federal deveria tomar parte a frente desse assunto. Educação, ia melhor e muito. A gente vê que os bancos escolares desde do primário são relegado em segundo plano. Então, matérias importante que existiam antes do currículo como Educação Moral e Cívica, hoje já não existe mais. E aí o que acontece? Se a pessoa não tem uma pequena noção de civismo, para que ela vai conservar o patrimônio, entendeu? Ela vai morar na rua, ela vai destruir o patrimônio. Ela não tá nem aí. Não tem noção de civismo, nunca teve.

**Décio:** O que você acha que impede que essa mudança na educação aconteça? Que educação seja com maior qualidade como você tá colocando, né? O que impede isso?

**Pedro:** É muito mais prático você doutrinar uma pessoa sem cultura, do que você tem tentar doutrinar uma pessoa aculturada, que tem conhecimento. Uma pessoa que lê notícias. Então, é muito mais fácil você manter todo esse colégio eleitoral sem cultura. Para o político é melhor que o povo brasileiro seja ignorante. Não tenha cultura, não tenha escola, não tem ensinamento. Não tenha acesso ao ensinamento.

**Décio:** Como é que você acha que pode ser mudado?

**Pedro:** Rapaz, só através do investimento forte na educação e no professor. Eu sou filho de professor. O meu pai é professor, Estadual no estado de São Paulo. Eu vivenciei a minha vida toda o meu pai lutando pelos direitos dos professores, pelos direitos do ensino. Então, a educação tem que tá em primeiro lugar.

**Décio:** Bom de que forma você teve conhecimento sobre essa situação de existirem pessoas morando nas ruas?

**Pedro:** A todo instante você acessa noticiário, jornal televisivo, jornal impresso e até o dia a dia você circulando aqui no centro de Brasília você vê a todo instante um morador de rua, né?

**Décio:** Você disse que a mídia de alguma forma divulgava isso. Geralmente quando ela divulga, divulga tratando de que forma sobre o tema?

**Pedro:** Sempre que eu tomo conhecimento de morador de rua é através da mídia principalmente televisiva, mas noticiando sempre a parte ruim. Ou é uma chacina da candelária, ou é uma família que mora debaixo de um viaduto. O corpo do mendigo que foi incendiado, mas nunca a parte... É:: talvez que nem aquele cidadão que passou no concurso do Banco do Brasil que era morador de rua, não deu tanto ibope na mídia do que a chacina da candelária lá, que os moradores de rua foram mortos e ficou muito tempo mais na mídia televisiva do que o morador de rua que passou no concurso do Banco do Brasil.

**Décio:** O que você entende por igualdade social?

**Pedro:** Igualdade social para mim seria condições iguais de acesso à educação. O restante é complemento. Se eu tenho bem material maior que o outro é porque ele batalhou para conseguir. Trabalhou mais, conseguiu um bom emprego. Mas, a igualdade tem que ser na educação. Então, você é estudante da UnB. Eu estudei em escola particular cursei curso de arquitetura em ((nome da cidade)) durante quatro anos em escola particular, e veja bem, eu não tive acesso à escola pública. Você teve acesso à escola pública, teve a oportunidade de ter um bom ensino. Esse é meu pensamento, o ensino a educação tem que tá disponível, a disposição.

**Décio:** Bom qual você acha que é o seu papel quanto cidadão em relação a situação dessas pessoas?

**Pedro:** A minha principal função, o meu papel em relação cidadão de rua seria, talvez ser um difusor da ideia de que o eu tenho de que através da educação isso pode acabar. Seria meu ponto de vista fazer minha parte a minha comunicação sobre isso.

**Décio:** Há algo mais que você gostaria de falar sobre o tema que você gostaria de comentar?

**Pedro:** Rapaz... ‘morador de rua’, esse aí é um bom tema, porque se ele hoje tá nessa situação, se nós estudarmos a causa, pode ser que daqui para frente nos possamos melhorar um pouco essa situação, né? Não agindo instantaneamente agora, não. Dá um auxílio morador de rua, não. Vamos investir na educação daquele cidadão para que ele possa conseguir alguma coisa pelos meios próprios que ele possa dar valor. Acredito que é isso.

Anexo T – Charge eletrônica: “Cotidiano – Enquanto isso na delegacia...”







## Anexo U – Revista Veja: “Começou a faxina”

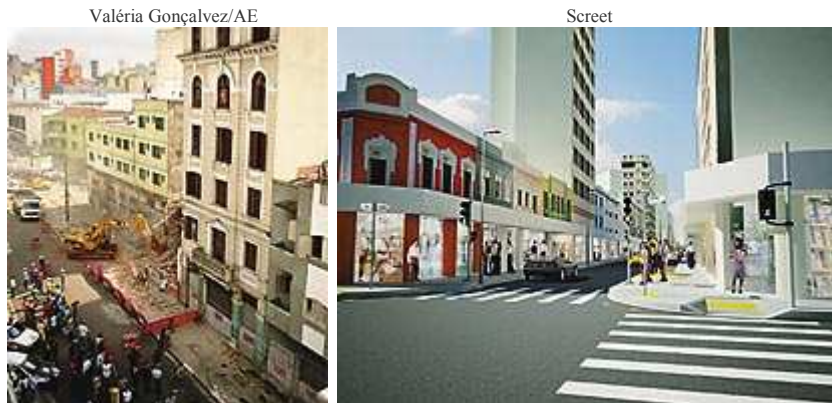
Edição 2033 7 de novembro de 2007

Cidades

### Começou a faxina

Com a eliminação da "Cracolândia", São Paulo segue a tendência mundial de reurbanização de áreas centrais degradadas

Paula Neiva



As demolições já iniciadas (à esq.) darão nova cara a ruas como a Santa Ifigênia (no projeto à dir.)

Há duas décadas os habitantes de São Paulo são obrigados a conviver com um cancro urbano a que se apelidou – não é difícil imaginar por que – de "Cracolândia". Fincada em pleno centro da cidade, próximo à belíssima Estação da Luz, ponto de encontro da elite paulistana na época áurea do café, a região se transformou em reduto de tráfico e consumo de drogas a céu aberto, prostituição e todo tipo de bandidagem. Há uma semana, com a demolição de meia dúzia de prédios, a prefeitura da cidade deu os primeiros passos para acabar com a Cracolândia (como adiantou VEJA numa [reportagem](#) no ano passado) e promover um ambicioso plano de revitalização dos 25 quarteirões por onde ela se estende. O projeto prevê que em breve serão derrubados outros cinquenta imóveis deteriorados e sem valor histórico ou arquitetônico. Em seu lugar serão erguidos prédios residenciais e comerciais. Outras tantas construções terão a fachada reformada. Ruas como a Santa Ifigênia, famosa na cidade por abrigar centenas de lojas de produtos eletrônicos, serão remodeladas e toda a fiação será aterrada.

**VEJA TAMBÉM**  
**Dos arquivos de VEJA**  
 • **A solução é derrubar**  
 11 de janeiro de 2006

A intenção da prefeitura é transformar a área da Estação da Luz e seu entorno num pólo de empresas de tecnologia da informação, comunicação e telemarketing. Para atrair os novos empreendimentos, a prefeitura criou uma política de incentivos fiscais. Serão concedidos descontos e créditos em tributos municipais como o imposto predial e territorial urbano (IPTU) e o imposto sobre serviços (ISS) que podem chegar a 100% do valor, por um prazo de cinco anos. Dos 34 projetos já apresentados à prefeitura, 23 foram aprovados, entre eles um prédio da Microsoft e outro da IBM. O investimento ficará na casa dos 800 milhões de reais, entre dinheiro público e privado, e as obras devem durar dois anos. O bairro que surgirá será batizado de Nova Luz. "A idéia é criar um pólo de tecnologia, criatividade e inovação", diz o secretário das Subprefeituras de São Paulo, Andrea Matarazzo. Ao riscar a Cracolândia do mapa, substituindo-a por um bairro novo por onde circulará muito dinheiro, a prefeitura espera estimular a melhoria de todo o centro da cidade.

Com as obras na Luz, São Paulo segue uma tendência mundial de revitalização de zonas degradadas das metrópoles. São regiões que, por motivos diversos, se tornaram obsoletas para o papel que desempenhavam na cidade. Puerto Madero, em Buenos Aires, e as Docklands, em Londres, por exemplo, entraram em decadência a partir da década de 60 porque não mais conseguiam receber os navios gigantescos que passaram a dominar o transporte de cargas. Ambas foram recuperadas. Puerto Madero se transformou num dos metros quadrados mais caros da capital argentina, onde despontam espigões modernos e hotéis caríssimos, como o Faena, projetado pelo incensado arquiteto francês Philippe Starck. "É desnecessário expandir os limites da cidade quando regiões com infra-estrutura pronta, mas mal aproveitadas, já existem", diz o arquiteto Paulo Bruna, professor de história da arquitetura contemporânea da Universidade de São Paulo. "O investimento para dinamizar uma região que já tem redes de transporte e comunicação instaladas é muito menor." Em Londres, parte das Docklands foi incorporada à City, o centro financeiro da cidade.

O arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm ressalta que muitas vezes as regiões centrais das cidades entram em decadência porque não conseguem acompanhar as mudanças no modo de vida da população. Diz ele: "A intensificação do uso de automóveis como meio de transporte no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, fez com que muitas pessoas se mudassem das áreas centrais, pois os prédios em que elas moravam não tinham garagem". Os urbanistas concordam que uma das maneiras mais eficazes para recuperar regiões centrais deterioradas é atrair moradores de volta para elas. É justamente essa uma das estratégias da prefeitura paulistana para consolidar o novo bairro da Luz.

## O REINO DOS MENDIGOS

Há menos de um ano, a prefeitura de São Paulo concluiu uma reforma total na Praça da Sé, um dos cartões-postais da cidade. Refizeram-se jardins, trocaram-se luminárias e bancos – tudo para tornar a praça mais agradável e acolhedora para a população. De pouco adiantou. Logo a Sé foi tomada por mendigos e moradores de rua que a utilizam como dormitório, banheiro e lavanderia. Alguns deles usam drogas. O mau cheiro impera. E por que a prefeitura não expulsa os habitantes indesejáveis da praça? Porque o Ministério Público não deixa, alegando que a lei preserva o direito de ir, vir e permanecer em locais públicos. A prefeitura não consegue nem mesmo fazer com que os mendigos saiam dos bancos para que seja feita a limpeza com jatos d'água. Resultado: os 10 milhões de habitantes de São Paulo têm à disposição uma praça nova em folha, mas são impedidos de usufruí-la por causa de meia dúzia de desocupados. Melhor faria o Ministério Público se ajudasse a prefeitura a tirar os mendigos da Sé.

Marlene Bergamo/Folha Imagem



Praça da Sé reformada: banheiro ao ar livre

## Anexo V – Folha de S.Paulo: “Lula critica delegado da PF e defende Mercadante”

São Paulo, domingo, 24 de dezembro de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** brasil

### Lula critica delegado da PF e defende Mercadante

**Presidente diz que senador é inocente e que não entende por que ele foi indiciado**

**Em evento ontem em São Paulo, presidente recebeu documento de catadores de lixo que pede avanço ao crédito de moradia da classe**

Jorge Araújo/Folha Imagem



*O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama Marisa Leticia com catadores de rua no bairro do Glicério, em S. Paulo*

#### **RUBENS VALENTE** DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), indiciado anteontem pela Polícia Federal sob suspeita de crime eleitoral no inquérito sobre a tentativa de compra de um dossiê contra tucanos.

"Eu acredito piamente na inocência do companheiro Aloizio Mercadante", disse Lula, em entrevista após participar de um ato com catadores de papel no centro da cidade.

O presidente também fez uma crítica indireta ao trabalho da PF. "Eu não consigo compreender como é que os delegados encontraram uma forma de incluir o Aloizio Mercadante [no indiciamento]. Estou convencido de que é tão inocente quanto qualquer um de vocês."

Indagado se houve "motivação política" no indiciamento, ele se esquivou: "Eu não sei, eu não faço julgamento porque eu não conheço o relatório. Isso agora vai para o Ministério Público, que vai dizer se aceita ou não, e depois para o Supremo Tribunal, que vai dizer se aceita ou não, e aí começa o processo".

Lula esteve na sede da Rede Cata Sampa, criada em 2003 por cooperativas com 300 catadores no Estado. Foi recebido com aplausos e gritos de "muito obrigado". Lula renovou uma MP que possibilita o acesso de moradores de rua a prédios da União. Ontem ele acionou uma prensa metálica, adquirida pelos catadores por R\$ 15 mil com recursos da Petrobras.

O MNCMR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), que representa 39 mil trabalhadores, entregou um documento a Lula no qual diz que "não houve grandes avanços no ano de 2006 com relação ao crédito de moradia para os catadores e a população em situação de rua". O documento denuncia "o processo de trabalho escravo que vem sendo praticado no Brasil por intermediários e atravessadores de material reciclável, inclusive com diversos casos de assassinatos de catadores".

O MNCMR pediu a "garantia de que o catador tenha direito à cidade, isto é, circular pelas cidades, que as suas carroças não sejam apreendidas nem haja violência dos guardas civis metropolitanos para retirar o catador de seu trabalho enquanto trafega pelas ruas".

Lula prometeu, em discursar, "conversar" sobre o assunto com o prefeito Gilberto Kassab (PFL) e o governador eleito, José Serra (PSDB).

Também em documento entregue a Lula, o Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da População de Rua cobrou de Lula melhorias na saúde, no trabalho (sugeriu que empresas ganhadoras de licitações públicas se comprometam a contratar moradores de rua), habitação (que prédios abandonados pela União possam ser usados para população de baixa renda e sem renda) e justiça, além do início das atividades de um recém-criado comitê interministerial de inclusão social da população em situação de rua. É o quarto Natal consecutivo em que Lula se encontra com representantes de catadores e moradores de rua.

## **Anexo W - Jornal Nacional: “Governo vai cortar despesas”**

22.12.2007

### **Governo vai cortar despesas**

O presidente Lula disse neste sábado, em São Paulo, que o governo terá que cortar despesas para compensar o fim da CPMF.

Pela quinta vez consecutiva, o presidente participou da festa de fim de ano dos catadores de papel. O evento foi apresentado pelo padre Júlio Lancelotti, da Pastoral Católica dos Moradores de Rua.

O padre foi envolvido no caso de extorsão que está sendo investigado pela polícia. No discurso, Lula se referiu a ele várias vezes como companheiro.

Aos jornalistas, o presidente Lula disse que logo depois das festas de fim de ano vai discutir com os representantes dos partidos políticos no Congresso Nacional a alternativa para um rombo de R\$ 40 bilhões no orçamento federal provocado pela extinção da CPMF.

O presidente informou que qualquer que seja alternativa haverá corte de gastos. “Obviamente que vamos fazer um ajuste no orçamento. O governo vai ter que fazer contenção de despesa e vamos ver o que vai ser criado de novo para a gente poder compatibilizar os R\$ 40 bilhões que vão faltar no orçamento”.

O presidente comentou a relação do governo com o Congresso. “Obviamente que o Brasil teve momentos mais fáceis em que o Congresso não apitava nada, porque foi fechado. E nós queremos que o Congresso seja o mais livre possível, o mais autônomo possível, e isso acontece”.

O presidente não disse onde vai cortar no orçamento, mas esclareceu de onde não vai. “Não haverá um centavo de corte nas políticas sociais do governo e não haverá um centavo de corte no PAC”.

**Anexo X - Jornal Nacional: “Lula diz que fim da CPMF será compensada com cortes nas despesas”**



*[Márcio Gomes – apresentador do Jornal Nacional no dia 22.12.2007, falando no estúdio da Rede Globo de televisão]*

“O presidente Lula disse neste sábado, em São Paulo, que o governo terá que cortar despesas para compensar o fim da CPMF.”



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixo som de palmas ao fundo]*

“Pela quinta vez consecutiva, o presidente participou da...”



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa]*

... festa de fim de ano dos...



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa.]*

... catadores de papel.



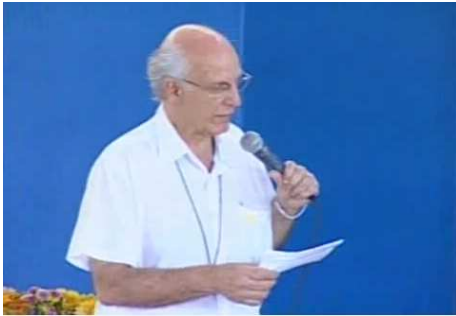
*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixíssimo som da fala do padre ao fundo]*

O evento foi apresentado pelo padre Júlio Lancelotti, da Pastoral...



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixíssimo som da fala do padre ao fundo]*

...Católica dos Moradores de Rua.



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixíssimo som da fala do padre ao fundo]*

O padre foi envolvido no caso de extorsão que ainda está sendo investigado pela polícia.



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixíssimo som da fala do presidente ao fundo]*

No discurso, ...



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixo som da fala do presidente ao fundo]*

... Lula se referiu a ele várias vezes como companheiro.



*[José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixíssimo som de conversas ao fundo]*

Aos jornalistas, o presidente Lula disse que logo depois das festas de fim de ano vai discutir com os representantes dos partidos políticos no Congresso Nacional a alternativa para um rombo de R\$ 40 bilhões no orçamento federal provocado pela extinção da CPMF.

O presidente informou que qualquer que seja a alternativa haverá corte de gastos.”



*[Presidente Lula – respondendo a jornalistas no local do evento]*

“Obviamente que vamos fazer um ajuste no orçamento. O governo vai ter que fazer contenção de despesa e vamos ver o que vai ser criado de novo para a gente poder compatibilizar os R\$ 40 bilhões que vão faltar no orçamento”.



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixo som da fala do presidente]*

“O presidente comentou a relação do governo com o Congresso.”



*[Presidente Lula – respondendo a jornalistas no local do evento]*

“Obviamente que o Brasil teve momentos mais fáceis em que o Congresso não apitava nada, porque foi fechado. E nós queremos que o Congresso seja o mais livre possível, o mais autônomo possível, e isso acontece”.



*[voz de José Roberto Burnier – jornalista, falando do local da gravação externa. Baixo som da fala do presidente]*

“O presidente não disse onde vai cortar no orçamento, mas esclareceu de onde não vai.”



*[Presidente Lula – respondendo a jornalistas no local do evento]*

“Não haverá um centavo de corte nas políticas sociais do governo e não haverá um centavo de corte no PAC”.



## ANEXO Y – Questionário Censitário da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

QUESTIONÁRIO REDUZIDO			
PESQUISADOR			DIA
LOCAL DA ENTREVISTA (Assinale e codifique no campo ao lado)			
1. Calçada	2. Viaduto	3. Praça	4. Rodoviária
6. Albergue:	7. Outro:		
ENDEREÇO (Rua, nº./Bairro)			
CIDADE		UF (Sigla/Código)	
1. ONDE COSTUMA DORMIR (PONTO DE PERNOITE)? (Não ler as alternativas)			
1. Rua (calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, barcos, praias, etc.)			
2. Albergue (peloite gratuito, abrigo, casa de passagem, asilo, etc.). <b>Há quanto tempo dorme somente em albergue?</b>			
3. Ambos			
4. Nenhuma das alternativas anteriores – <b>ENCERRE A ENTREVISTA</b>			
2. IDADE DECLARADA (SE MENOR DE 18 ANOS, ENCERRE A ENTREVISTA)			
3. NA ÚLTIMA SEMANA QUANTAS NOITES VOCÊ DORMIU...			
3.1. Na rua:		3.2. No albergue:	
		3.3. Outro	
4. DESDE QUANDO MORA/DORME NA RUA/ALBERGUE EM (cidade da entrevista)? (Não ler alternativas)			
1. Menos de 1 mês		4. Mais de 1 ano até 2 anos	
2. Mais de 1 mês até 6 meses		5. Mais de 2 anos até 5 anos	
3. Mais de 6 meses até 1 ano		6. Mais de 5 anos	
		7. Desde que nasceu	
		8. Não sabe/Não lembra	
		9. Não Respondeu	
5. NA RUA/ALBERGUE TOMA CONTA DE ALGUMA CRIANÇA E (OU) ADOLESCENTE?			
1. Sim. Quantas?		2. Não	
		3. Não respondeu	
6. QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS PELOS QUAIS VOCÊ PASSOU A VIVER/MORAR NA RUA/ALBERGUE? (Anotar até 3, sem ler as alternativas)			
1. Perda da moradia		5. Alcoolismo/drogas	
2. Ameaça / Violência		6. Desemprego	
3. Problemas com pai/mãe/irmãos		7. Trabalho	
4. Separação/decepção amorosa		8. Tratamento de Saúde	
		9. Preferência/Opção própria	
		10. Outro:	
		11. Não sabe/Não lembra	
		12. Não Respondeu	
7. ALÉM DE RUA/ALBERGUES, VOCÊ COSTUMA DORMIR EM ALGUM OUTRO LOCAL ? (Não ler as alternativas)			
1. Não. Só em rua / albergue / ambos,		5. Hotel/Pousada/Pensão	
2. Casa de amigo ou parente		6. Hospital	
3. Casa própria		7. Outro:	
4. Casa alugada		8. Não respondeu	
8. ONDE MORAVA ANTES DE VIR PARA (cidade da entrevista)? (APENAS O ÚLTIMO LOCAL)			
1. Não se aplica (codifique o campo com o número 1 para os casos em que sempre viveu/morou na cidade da entrevista)			
8.1. Município:		8.3. País:	
8.2. Estado:			
8.4. Em área		1. Urbana	
		2. Rural	
9. O QUE VOCÊ FAZ PARA GANHAR DINHEIRO HOJE EM DIA? (PRINCIPAL, sem ler as alternativas)			
1. Construção civil/Pedreiro		5. Limpeza	
2. Cuida de carros/Flanelinha		6. Pede dinheiro	
3. Carregador/Estivador		7. Vendas	
4. Catador de material reciclável		8. Aposentado	
		9. Outro:	
		10. Não respondeu	
10. VOCÊ RECEBE AJUDA/BENEFÍCIO DO GOVERNO? QUAL?(Não ler alternativ)			
1. Não Recebe		4. Cesta Básica de alimentos	
2. Bolsa Família		5. Aposentadoria	
3. LOAS/BPC		6. Vale Transporte	
		7. Não Sabe/Não lembra	
		8. Outro:	
		9. Não respondeu	
11. COMPLETOU OS ESTUDOS ATÉ QUE SÉRIE/GRAU?			
1. Não sabe/Não lembra		2. Nunca estudou	
		3. Superior completo	
11.1. Série/Ano:		11.2. Grau:	
		Outros:	
VOCÊ POSSUI OS SEGUINTES DOCUMENTOS			
12. Carteira de Identidade			1. Sim
13. CPF			2. Não
14. Carteira de trabalho			
15. Título de eleitor			
16. Certidão de nascimento/Casamento			
17. SEXO		1. Masculino	
		2. Feminino	
18. RAÇA/COR DECLARADA (ler alternativas)			
1. Branco		2. Preto	
3. Pardo		4. Amarelo/Oriental	
5. Indígena			
NOME DO ENTREVISTADO			

## ANEXO Z – Questionário Amostral da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

## QUESTIONÁRIO COMPLETO

PESQUISADOR		DIA	
LOCAL DA ENTREVISTA (Assinale e codifique no campo ao lado)			
1. Calçada	2. Viaduto	3. Praça	4. Rodoviária
6. Albergue:	7. Outro: _____		
ENDEREÇO (Rua, nº./Bairro)		/	
CIDADE	UF (Sigla/Código)		/
<b>1. ONDE COSTUMA DORMIR (PONTO DE PERNOITE)? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Rua (calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, barcos, praias, etc.)			
2. Albergue (pernoite gratuito, abrigo, casa de passagem, asilo, etc.). <b>Há quanto tempo dorme somente em albergue?</b> _____			
3. Ambos _____			
4. Nenhuma das alternativas anteriores – <b>ENCERRE A ENTREVISTA</b>			
<b>2. IDADE DECLARADA</b>			
SE MENOR DE 18 ANOS, ENCERRE A ENTREVISTA			
<b>3. NA ÚLTIMA SEMANA QUANTAS NOITES VOCÊ DORMIU...</b>			
3.1. Na rua: _____		3.2. No albergue: _____	
		3.3. Outro _____	
<b>4. DESDE QUANDO MORA/DORME NA RUA/ALBERGUE EM (cidade da entrevista)? (Não ler alternativas)</b>			
1. Menos de 1 mês		4. Mais de 1 ano até 2 anos	
2. Mais de 1 mês até 6 meses		5. Mais de 2 anos até 5 anos	
3. Mais de 6 meses até 1 ano		6. Mais de 5 anos	
		7. Desde que nasceu	
		8. Não sabe/Não lembra	
		9. Não Respondeu	
<b>5. NA RUA/ALBERGUE TOMA CONTA DE ALGUMA CRIANÇA E (OU) ADOLESCENTE?</b>			
1. Sim. Quantas? _____		2. Não	
		3. Não respondeu	
<b>6. QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS PELOS QUAIS VOCÊ PASSOU A VIVER/MORAR NA RUA/ALBERGUE? (Anotar até 3, sem ler as alternativas)</b>			
1. Perda da moradia		5. Alcoolismo/drogas	
2. Ameaça / Violência		6. Desemprego	
3. Problemas com pai/mãe/irmãos		7. Trabalho	
4. Separação/decepção amorosa		8. Tratamento de Saúde	
		9. Preferência/Opção própria	
		10. Outro: _____	
		11. Não sabe/Não lembra	
		12. Não Respondeu	
<b>7. ENTRE DORMIR NA RUA OU NO ALBERGUE, O QUE VOCE PREFERE?</b>			
1. Albergue		2. Rua	
3. Não Sabe		4. Não Respondeu	
		5. Não se aplica	
SE RESPONDER “1.Albergue”, PULE PARA QUESTÃO 9			
SE RESPONDER “2.Rua”, SIGA QUESTÃO 8			
SE RESPONDER “3.Não sabe” OU “4.Não respondeu” OU “5. Não se aplica”, PULE PARA QUESTÃO 10			
<b>8. POR QUE NÃO PREFERE DORMIR EM ALBERGUE? (Anotar até 3, sem ler as alternativas)</b>			
1. Dificuldade em conseguir vagas		5. Horários	
2. Proibição de uso de álcool e/ou drogas		6. Falta de liberdade	
3. Proibição de sexo		7. Maus tratos/violência	
4. Banho obrigatório		8. Outro: _____	
		9. Não conhece	
		10. Não respondeu	
<b>QUALQUER QUE SEJA A RESPOSTA NA QUESTÃO 8, PULE PARA A QUESTÃO 10</b>			
<b>9. POR QUE NÃO PREFERE DORMIR NA RUA? (Anotar até 3, sem ler as alternativas)</b>			
1. Aspectos climáticos (frio, calor, chuva, sol)		4. Desconforto	
2. Violência		5. Dificuldade para higiene pessoal	
3. Ação Policial		6. Outro: _____	
<b>10. ALÉM DE RUA/ALBERGUES, VOCÊ COSTUMA DORMIR EM ALGUM OUTRO LOCAL ? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Não. Só em rua / albergue / ambos.		5. Hotel/Pousada/Pensão	
2. Casa de amigo ou parente		6. Hospital	
3. Casa própria		7. Outro: _____	
4. Casa alugada		8. Não respondeu	
<b>VOCÊ JÁ PASSOU POR ALGUM DESSES LUGARES?</b>			
			1. Sim
			2. Não
11. Orfanatos/Internatos			
12. Hospital/Clinica geral			
13. Hospital psiquiátrico			
14. Casa de recuperação de dependentes químicos			
15. FEBEM (ou similar)			
16. Casa de detenção			
17. Abrigo institucional			

<b>18. LOCAL DE NASCIMENTO</b>			
18.1. Município: _____			
18.2. Estado: _____		18.3. País: _____	
<b>19. HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ EM (cidade da entrevista)? (Não ler)</b>			
1. Menos de 6 meses	3. De 2 a 5 anos	5. Não sabe/Não lembra	
2. De 6 meses a 2 anos	4. Mais de 5 anos	6. Sempre viveu nesta cidade	
<b>SE A RESPOSTA FOR OPÇÃO “6”, PULE PARA 24, CASO CONTRÁRIO SIGA NA QUESTÃO 20</b>			
<b>20. EM QUANTAS CIDADES VOCÊ JÁ VIVEU ANTES DE VIR PARA (cidade da entrevista)?</b>			
<b>21. ONDE MORAVA ANTES DE VIR PARA (cidade da entrevista)? (APENAS O ÚLTIMO LOCAL)</b>			
21.1. Município: _____			
21.2. Estado: _____		21.3. País: _____	
21.4. Em área	1. Urbana	2. Rural	
<b>22. DORMIA NA RUA/ALBERGUE NA CIDADE ONDE MORAVA (cidade citada na questão anterior)?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não Sabe	4. Não Respondeu
<b>23. POR QUE VEIO PARA (cidade da entrevista)? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Procurar trabalho	4. Desavenças familiares		
2. Tratamento de saúde	5. Outro: _____		
3. Acompanhar familiar	6. Não sabe/Não lembra		
<b>24. TEM PARENTES QUE MORAM EM (cidade da entrevista)?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não sabe	4. Não respondeu
<b>SE RESPONDER “1. Sim”, SIGA NA 25, CASO CONTRÁRIO PULE PARA A QUESTÃO 27</b>			
<b>25. COM QUE FREQUÊNCIA MANTÉM CONTATO COM ESSES PARENTES? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Não mantém contato	5. Bimestralmente (2 em 2 meses)	9. Anualmente	
2. Diariamente	6. Trimestralmente (3 em 3 meses)	10. Não sabe/Não lembra	
3. Semanalmente	7. Quadrimestralmente (4 em 4 meses)	11. Outro: _____	
4. Mensalmente	8. Semestralmente (6 em 6 meses)		
<b>26. COMO É SEU RELACIONAMENTO COM SEUS PARENTES QUE VIVEM EM (cidade da entrevista)?</b>			
1. Muito Bom	4. Muito Ruim	7. Não respondeu	
2. Bom	5. Não tem relacionamento		
3. Ruim	6. Não sabe / Não lembra		
<b>27. MANTÉM CONTATO COM FAMÍLIA QUE MORA FORA DE (cidade da entrevista)?</b>			
1. Sim	3. Não têm parentes fora desta cidade	5. Não respondeu	
2. Não	4. Não sabe/Não lembra		
<b>28. VOCÊ TEM PROFISSÃO?</b>			
1. Sim - Qual _____		2. Não	3. Não sabe
<b>29. O QUE VOCÊ FAZ PARA GANHAR DINHEIRO HOJE EM DIA? (Anotar a atividade PRINCIPAL, sem ler as alternativas)</b>			
1. Construção civil/Pedreiro	5. Limpeza	9. Outro: _____	
2. Cuida de carros/Flanelinha	6. Pede dinheiro	_____	
3. Carregador/Estivador	7. Vendas	10. Não respondeu	
4. Catador de material reciclável	8. Aposentado		
<b>30. QUANTO GANHA EM MÉDIA POR SEMANA (R\$)? (NS para não sabe; NR para não resposta)</b>			
<b>31. ATUALMENTE TRABALHA COM CARTEIRA ASSINADA?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não sabe	
<b>SE RESPONDER “2.Não” ou “3.Não sabe” SIGA 32, CASO CONTRÁRIO PULE PARA 34</b>			
<b>32. JÁ TRABALHOU ALGUMA VEZ COM CARTEIRA ASSINADA?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não sabe	<b>SE RESPONDER SIM SIGA 33, SENÃO PULE PARA 34</b>
<b>33. SE SIM, HÁ QUANTO TEMPO ATRÁS?</b>			
1. Há menos de 6 meses	3. De 1 ano a 2 anos	5. Mais de 5 anos	
2. De 6 meses a 1 ano	4. De 2 anos a 5 anos	6. Não sabe/Não lembra	
<b>34. VOCÊ RECEBE AJUDA/BENEFÍCIO DO GOVERNO? QUAL? (Não ler alternativ)</b>			
1. Não Recebe	4. Cesta Básica de alimentos	7. Não Sabe/Não lembra	
2. Bolsa Família	5. Aposentadoria	8. Outro: _____	
3. LOAS/BPC	6. Vale Transporte	9. Não respondeu	
<b>35. VOCÊ SE ALIMENTA TODOS OS DIAS?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	

<b>36. COMO VOCÊ CONSEGUE SEUS ALIMENTOS (PRINCIPAL)? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Pede para pessoas que circulam pela rua	5. Cata em lixeiras		
2. Pede em residências	6. Restaurante Popular		
3. Pede para comerciante/estabelecimento comercial	7. Programas Assistenciais (sopas, etc.)		
4. Compra com seu próprio dinheiro	8. Outro: _____		
<b>37. VOCÊ SABE LER E ESCREVER? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Sim	2. Não	3. Só assina o nome	4. Não respondeu
<b>SE RESPONDER "2. Não", PULE PARA A QUESTÃO 39, CASO CONTRÁRIO SIGA 38</b>			
<b>38. COMPLETOU OS ESTUDOS ATÉ QUE SÉRIE/GRAU?</b>			
1. Não sabe/Não lembra	2. Nunca estudou	3. Superior completo	
<b>38.1. Série/Ano:</b> _____	<b>38.2. Grau:</b> _____	<b>Outros:</b> _____	
<b>39. ESTUDA ATUALMENTE?</b>			
1. Sim, ensino formal	3. Não estuda		
2. Sim, ensino profissionalizante	4. Não respondeu		
<b>40. TEM ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE?</b>			
1. Sim, Cite: _____	3. Não sabe/não lembra		4. Não respondeu
2. Não			
<b>41. FAZ USO DE ALGUM MEDICAMENTO?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	
<b>SE RESPONDER "2. Não", PULE PARA A QUESTÃO 43, CASO CONTRÁRIO SIGA NA QUESTÃO 42</b>			
<b>42. COMO VOCÊ CONSEGUE ESTE MEDICAMENTO (FORMA PRINCIPAL)? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Posto/Centro de Saúde	4. Compra em outro local. Qual? _____		
2. Hospital	5. Doação de instituições ou pessoas		
3. Compra em Farmácia Popular	6. Outro: _____		
<b>43. QUANDO ESTÁ DOENTE, A QUEM PROCURA EM PRIMEIRO LUGAR? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Hospital / Emergência	5. Parentes		
2. Posto de Saúde	6. Organizações de apoio (Igreja, Pastoral, ONG)		
3. Farmácia	7. Outro: _____		
4. Amigos	8. Não sabe / não lembra		
<b>44. ONDE VOCÊ COSTUMA TOMAR BANHO? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Rua	4. Casa de parentes / amigos	7. Outro: _____	
2. Albergue / Abrigo	5. Casas de convivência	8. Não respondeu	
3. Banheiro público	6. Chuveiro/Chafariz de praça		
<b>45. ONDE VOCÊ COSTUMA USAR O BANHEIRO? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Rua	4. Estabelecimento comercial	7. Outro: _____	
2. Albergue / Abrigo	5. Casa de parentes / amigos	8. Não respondeu	
3. Banheiro público	6. Casas de convivência		
<b>46. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL OU ASSOCIAÇÃO?</b>			
1. Sim. Qual? _____		2. Não	
<b>VOCÊ JÁ FOI IMPEDIDO DE:</b>			
47. Receber atendimento na rede de saúde		1. Sim	2. Não
48. Entrar em transporte coletivo			
49. Entrar em shopping center			
50. Entrar em outros estabelecimentos comerciais			
51. Entrar em órgãos públicos (prefeituras, correios, etc.)			
52. Entrar em bancos			
53. Tirar documentos			
54. Outro. Cite: _____			
<b>VOCÊ POSSUI OS SEGUINTES DOCUMENTOS</b>			
		1. Sim	2. Não
55. Carteira de Identidade			
56. CPF			
57. Carteira de trabalho			
58. Título de eleitor			
59. Certidão de nascimento/Casamento			
<b>60. SEXO</b>	1. Masculino	2. Feminino	
<b>61. RAÇA/COR DECLARADA (ler alternativas)</b>			
1. Branco	3. Pardo	5. Indígena	
2. Preto	4. Amarelo/Oriental		
<b>NOME DO ENTREVISTADO</b>			